

RELATÓRIO DESCRITIVO

II Congresso Regimental do SINASEFE-IFBA

Camaçari, 21 de agosto de 2023,

É com grande responsabilidade e admiração que apresentamos o relatório do II Congresso Regimental do SINASEFE – IFBA 2023, realizado pela gestão Maria Felipa. Foram dias de muito trabalho e podemos imaginar como foi desafiador a organização desta atividade. Por isso, já desejamos vida longa ao sindicato e nossa estima de dias mais tranquilos e de conquistas democráticas!

Conforme previamente acordado, fizemos a relatoria de três dias de atividade, de 14 de julho a 16 de julho, lembrando que as atividades do congresso, segundo programação oficial deu se no dia 12 de julho, entretanto nossa equipe não estava presente nos dias 12 e 13.

Dia 13 de julho, transcrevemos as informações baseado em gravações realizadas pela própria equipe do congresso, e por tanto realizamos com máximo cuidado e esforço a transcrição, mas podem haver algumas incoerências devido ao áudio ter sido doméstico.

A partir do dia 14 de julho, nossa equipe esteve presente, em todo tempo com 3 pessoas cada dia. Utilizando de equipamentos específicos de gravação de áudio, que nos permitisse a captura dos sons, mas como a atividade demandou de calorosas discussões – prevista pela natureza do conteúdo, algumas falas podem conter a palavra inaudível, ou troca de nomes e/ou siglas, que não impacta no resultado final do produto. Na transcrição as decisões estão grifadas de cinza.

Usamos como metodologia a transcrição manual dois áudios, anotações acerca das discussões e principalmente sobre as votações dos itens em pauta. Fruto disso teremos um relatório composto por:

- Programação Oficial;
- Descrição da Gestão Atual;
- Resumo das decisões;
- Transcrição na íntegra de três dias de atividades;
- Em anexo: lista de frequência.

Esperamos que a Oxê tenha contribuído com esse momento histórico e democrático!!!
Vida longa ao SINASEFE!

Évelin Salles, Juracy Bahia e Simone Requião
Grupo Oxê

DESTAQUE: SINASEFINHO

Durante todo o Congresso foi disponibilizada uma sala adaptada para receber filhos e /ou crianças que estivesse sob responsabilidade de sindicalizados (as). A iniciativa previu dar apoio as pessoas que desejam estar na luta sindical e conciliar suas atividades com **sues** compromissos e responsabilidades familiares.

Para tanto, fizeram uma programação pedagogicamente preparada para crianças até 12 anos de idade. Com proposta neste congresso de regulamentar essa atividade e ampliar essa faixa etária. Garantindo condições, principalmente as mulheres na participação das atividades sindicais.



PROGRAMAÇÃO

**II CONGRESSO
REGIMENTAL
DO SINASEFE-IFBA**

A Luta e Resistência Sindical no
Resgate da Democracia Brasileira

<p>▶ 12/07 (quarta-feira)</p> <p>16h às 20h Credenciamento</p> <p>19h30 Apresentação Artística</p> <p>20h30 Mesa de abertura e intervenção da Advogada Carolina Heim com o tema “A IMPORTÂNCIA DO DIREITO E DA ÉTICA NO PROCESSO DE RESGATE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA”.</p>	<p>▶ 14/07 (sexta-feira)</p> <p>9h às 12h Plenária Geral de aprovação das Seções II e III - Inscrição no GT1 e GT2 da Seção IV</p> <p>14h20 às 18h Grupos de trabalho da seção IV (Inclusão) GT1 Teses da 4.1 a 4.8 GT2 Teses da 4.9 a 4.15</p> <p>19h30 Oficina de relaxamento com Elane Nardotto</p>
<p>▶ 13/07 (quinta-feira)</p> <p>9h às 12h Apresentação, análise e aprovação das teses da Seção I - Plano de Lutas e Conjuntura. Inscrição no GT1 e GT2 das Seções II e III</p> <p>14h30 às 18h Grupos de trabalho das seções II (Supressão) e III (Alteração) GT1 Teses da 2.1 a 3.3 GT2 Teses da 3.4 a 3.7</p>	<p>▶ 15/07 (sábado)</p> <p>9h às 12h Continuação dos grupos de trabalho da Seção IV</p> <p>14h20 às 18h Plenária Geral de aprovação da seção IV</p> <p>20h às 23h30 Confraternização. DIRECT RESTÔ BAR, localizado na Rua Rio Grande do Sul, 40, Pituba. Das 20h às 22h será servido um Rodízio de pizzas e massas, exclusivo aos participantes do Congresso e colaboradores/as.</p>
	<p>▶ 16/07 (domingo)</p> <p>9h às 12h Continuação da plenária Geral da seção IV e <u>encerramento.</u></p>

siga  @sinasefeifba

E a parada pro cafézinho? Sempre às 16h30.

Gestão
Maria
Felipa



DIRETORIA EXECUTIVA DO SINASEFE-IFBA

Nº	COORDENAÇÃO	COORDENADOR
01	COORDENAÇÃO GERAL	Marlene Santos Socorro
02	Coordenação de Finanças	Paula Mara Messias Costa
03	Coordenação de Secretaria	Camila Ribeiro de Oliveira Felix
04	Coordenação de Comunicação	Fátima de Araújo Góes Santiago
05	Coordenação de Assuntos Jurídicos	VACÂNCIA
06	Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social	Rosa Maria Mota Costa
07	Coordenação de Assuntos de Pessoal Técnico(as) Administrativos(as) da Educação	Daise Vieira Moitinho
08	Coordenação de Assuntos de Pessoa Docente	Daniel de Sento Sé
09	Coordenação de Políticas Educacionais	Aline Barbosa de Araújo
10	Coordenação de Formação Política	George Madson Dias Santos
11	Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas	Vilma Urpia Cruz
12	Coordenação de Combate à Opressão	José Roberto de Andrade
13	Coordenação de Políticas para as Mulheres	Maria Eliana Almeida Matos
14	Coordenação Regional Chapada e Oeste: Irecê, Jacobina, Seabra e Barreiras	Filipe Gomes dos Santos
15	Coordenação Regional Metropolitana, Recôncavo e Sertão: Santo Amaro, Sto. Antonio de Jesus, Feira de Santana, Salvador, Reitoria, Colégio Militar, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho	Margarete Rodrigues Neves Oliveira
16	Coordenação Regional Sul e Extremo Sul: Ilhéus, Valença, Ubaitaba, Salinas, Porto Seguro e Eunápolis	Rodrigo Rizério de Almeida e Pessoa
17	Coordenação Regional Sudoeste: Vitória da Conquista, Jequié e Brumado	Ianna Cerqueira Santos Valiensi
18	Coordenação Regional Norte: Euclides da Cunha, Juazeiro e Paulo Afonso	VACÂNCIA

RESUMO DE RESULTADOS

I – SEXTA-FEIRA - 14 DE JULHO.

1 - Sobre tempo para as discussões;

PROPOSTA 1: só abrir quando for necessário para defesa.

PROPOSTA 2: ter 3 minutos de defesa para todas as teses.

RESULTADO: Proposta 1 aprovada, com 19 votos favoráveis, 03 contra e 2 abstenções.

2 - Composição da Diretoria;

PROPOSTA 1: favoráveis a aprovação das duas teses

PROPOSTA 2: contrários a proposta 1

RESULTADO: Proposta 1 aprovada por contraste, 2 votos contrários e 1 abstenção.

3 - Tempo para convocação para assembleia de deflagração de greve;

PROPOSTA 1: mínimo de cinco dias úteis

PROPOSTA 2: que se mantenha 7 dias

RESULTADO: Proposta 1 aprovada por contraste, com 3 votos contrários e 1 abstenção.

4 - Reuniões Híbridas ou presenciais;

PROPOSTA 1: assembleias para deflagração de greves híbridas

PROPOSTA 2: assembleias para deflagração de greve deverão ocorrer presencialmente, nos locais escolhidos pelos CRs de cada campus, conectadas por meio de web conferencias, simultaneamente com todos os campus.

PROPOSTA 3: assembleia para deflagração de greve exclusivamente presencial

RESULTADO: Proposta 2 aprovada com 27 votos a favor, 06 votos para proposta 1, 01 voto para proposta 3 e 0 abstenções.

5- Vinda de filiados do interior para os congressos;

PROPOSTA 1: colocar em regimento que garanta a vinda de um filiado ou filiada para as assembleias de declaração da greve sendo financiadas – independente dos critérios, vamos dizer assim.

FAVORAVEIS: 07 votos

CONTRÁRIO: 14 votos

ABSTENÇÃO: 8 votos

RESULTADO: A proposta foi rejeitada com maioria de votos

6 - Garantia do filiado comparecer presencialmente, criando uma metodologia;

PROPOSTA 1: que seja garantida a participação presencial dos militantes por campus, criando uma metodologia.

FAVORAVEIS: 15 votos

CONTRÁRIO: 11 votos

ABSTENÇÃO: 07 votos

RESULTADO: Proposta foi aprovada com maioria de votos

7 - Mudança do nome de SINASEFE-IFBA para SINASEFE-IFBA/CMS;

PROPOSTA: mudança do nome da sessão sindical de SINASEFE IFBA para sessão sindical SINASEFE IFBA /CMS

RESULTADO: Proposta aprovada por unanimidade.

8 - Alteração da eleição do CR;

PROPOSTA: quem é favorável a alteração de alteração de eleição do CR proposta pela tese.
Com 3 abstenções.

RESULTADO: Com larga maioria a proposta foi aprovada.

9 - Alteração do artigo seis;

PROPOSTA: ampliou o texto e retirou a palavra jurisdição.

RESULTADO: Aprovado por unanimidade.

10 - Alteração do artigo 10;

PROPOSTA: alteração do artigo 10, inclusão das palavras Reitoria do IFBA

RESULTADO: Aprovada a proposta por grande maioria e 5 abstenções.

11 - Alteração do artigo 14;

PROPOSTA: alteração do artigo 14, onde o texto ficará: sempre que o momento exigir a assembleia geral poderá ser convocada extraordinariamente por iniciativa da maioria simples de conselho de representante.

RESULTADO: Proposta aprovada com maioria de votos e 2 abstenções.

12 - Alteração no artigo 21;

PROPOSTA: inserir o inciso X no artigo 21, que diz: garantir a transparência financeira da seção sindical em relação aos filiados (as).

RESULTADO: Proposta aprovada por unanimidade.

13 - Supressão no artigo 12;

PROPOSTA: a supressão no artigo 12, no inciso V

FAVORÁVEIS: 13

CONTRA: 11

ABSTENÇÃO: 11

RESULTADO: Aprovação da proposta com 13 favoráveis, 11 contra e 11 abstenção.

14 - Alteração do artigo 14;

PROPOSTA: inserção do parágrafo quarto, no artigo 14.

ABSTENÇÃO: 04 votos

RESULTADO: Proposta rejeitada pela grande maioria, não haverá inserção.

15 - Alteração no artigo 22;

PROPOSTA: inserção das palavras material e imaterial no artigo 22, inciso V.

RESULTADO: Aprovado por unanimidade.

16 - Alteração do artigo 31;

PROPOSTA: alteração do artigo 31, inciso V.

RESULTADO: Proposta aprovada por unanimidade.

17 - Inclusão de novo artigo, sobre Diretoria Executiva, referente ao item 20 do caderno de tese;

PROPOSTA: inserção do novo artigo nos termos que foram colocados

FAVORAVEIS: 20 votos

CONTRARIOS: 10 votos

ABSTENÇÃO: 07 votos

RESULTADO: aprovada a proposta de inserção do novo artigo.

18 -Inclusão de novo artigo, sobre Diretoria Executiva, referente ao item 21 do caderno de tese;

PROPOSTA: inclusão do novo texto, para o novo artigo.

RESULTADO: proposta aprovada por unanimidade.

II - SÁBADO – 15 DE JULHO

1 - Apoio Jurídico;

PROPOSTA: Apoio jurídico ao filiado a filiada/combate às opressões nas situações elencadas no inciso 4 o sindicalizado ou sindicalizado, mediante justificativa, poderá apresentar pedido contratação de advogados externos, expensas da entidade, à diretoria executiva. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

2 - Metodologia para representação para assembleia para deflagração de greve;

PROPOSTA: Metodologia para essa representação, para assembleia de retirada de greve.

METODOLOGIA: A representação deverá ser eleita em assembleia local, conduzida pela representação sindical. Será necessário que a assembleia possuir o quórum mínimo de 2% de filiados, seguindo o regimento, a ata deverá ser encaminhada para a sessão, terá direito todos que estiverem a partir de 50 km do local da realização da assembleia, a proposta de números com relação ao campus obedecerá ao seguinte critério, aí a proposta foi assim: até 50 filiados - 1 representante; de 51 a 100 delegados - 2 representantes; de 101 a 200 - 3 representantes; e acima de 200 - 4 representantes.

RESULTADO: 4 abstenções, e a larga maioria foi aprovada a metodologia para representação, para assembleia de retirada de greve.

3 - Coordenadoria de Etnias;

PROPOSTA: Incluir a pasta de Ações afirmativas e Etnias.

RESULTADO: Por ampla maioria, por apenas uma abstenção, foi aprovada a nossa pasta de Ações afirmativas e Etnias.

4 - Coordenadoria de Finanças;

PROPOSTA 1: A manutenção da Coordenação de Finanças, apenas.

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 29 Votos e 1 Abstenção

PROPOSTA 2: A Coordenação de Finanças, Administração e Orçamento

RESULTADO DA PROPOSTA 2: 09 Votos e 2 Abstenções

RESULTADO: Vence a proposta 1 de manutenção da Coordenação de Finanças, com 29 Votos e 1 Abstenção.

5 - Coordenadoria de aposentados;

PROPOSTA: Coordenação de Assuntos de Aposentadoria, Pensionistas e Seguridade Social ocupado obrigatoriamente por filiado ou filiada, aposentado ou aposentada e pensionista.

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

6 - Coordenadoria de Políticas Educacionais;

PROPOSTA 1: Coordenação de Políticas Educacionais

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 15 votos para a manutenção

PROPOSTA 2: Coordenação de Formação Política e Educacional

RESULTADO DA PROPOSTA 2: 13 votos.

PROPOSTA 3: Formação Política e Assuntos Sindicais.

RESULTADO DA PROPOSTA 3: 03 votos.

RESULTADO: 15 votos para a manutenção da Coordenação de Políticas Educacionais.

7 - Coordenadoria de Políticas Educacionais;

PROPOSTA 2: Juntar a pasta de Atividades Culturais e Práticas Integrativas com a pasta de Políticas Educacionais.

RESULTADO DA PROPOSTA 2: 21 votos.

RESULTADO FINAL: Vence a proposta 2 com 21 votos.

8 - Inclusão do termo - Assuntos sindicais;

PROPOSTA: Inclusão do termo: Assuntos Sindicais, na pasta de Formação Política

RESULTADO: Por contraste, 1 Voto contrário e 1 abstenção. vence a proposta de incluir o termo Assuntos Sindicais, na pasta de Formação Política, ou seja, a pasta será nomeada de: Formação Política Assuntos Sindicais.

9- Sobre a metodologia da próxima etapa;

PROPOSTA: Adotar a metodologia de discutir as teses da seção 4 durante a plenária, logo **após** a discussão sobre a diretoria, visando concluir as teses até o dia seguinte.

RESULTADO: Aprovado por unanimidade.

10- Junção de pastas: Combate as opressões, formação política e sindical;

PROPOSTA 1: Manutenção da pasta de coordenação de combate às opressões.

PROPOSTA 2: Junção da pasta de combate às opressões com a formação política e assuntos sindicais.

RESULTADO: Venceu a proposta 1 - manutenção da pasta de coordenação de combate as opressões com 24 votos a favor, 9 votos contrários e 3 abstenções.

11 - Nova redação dobre a coordenadoria de Políticas para as mulheres e Comunidade LGBTQIAPN;

PROPOSTA: A proposta da votação era a seguinte: "Coordenação de Política para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, obrigatoriamente ocupada por pessoas do segmento a que se destina a pasta."

A votação tinha como objetivo decidir se essa nova redação seria adotada para a coordenação de política para as mulheres, tornando obrigatória a ocupação da pasta por pessoas do segmento a que ela se destina.

RESULTADO: Com 9 abstenções a proposta foi aprovada pela maioria.

12 - Regionais;

PROPOSTA 1: Quem é favorável à manutenção de coordenação regionais.

PROPOSTA 2: Quem é favorável a inclusão da coordenação da Interiorização ocupada por alguém lotado no interior.

RESULTADO: Com 6 abstenções a proposta 2 foi a ganhadora – com a proposta 1, tendo apenas 3 votos.

13 - Competências da pasta, representantes de acordo com a pasta;

PROPOSTA: Quem é favorável ao texto final apresentado como competência da pasta.

RESULTADO: Por ampla maioria foi aprovada as competências com sua redação, com 2 abstenções.

14 - Suplências;

PROPOSTA: Quem é favorável a retirada das suplências.

RESULTADO: Por unidade foi aprovada a retirada das suplências, incluído o parágrafo único.

15 - Comunicação Social;

PROPOSTA: Quem está de acordo com o recurso e passando a Coordenação e Imprensa para Coordenação de Comunicação Social.

RESULTADO: Por unidade foi aprovada mudança para Comunicação Social.

16 - Tese: Lugar de Mulher é onde ela quiser

PROPOSTA: Quem é favorável à tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser"?

RESULTADO: Então, por unanimidade aprovamos a tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser".

17 - Tese: Lugar de Mulher é onde ela quiser, percentual.

PROPOSTA: Quem é favorável à proposta que seria a receita, no mínimo, receita líquida 2%? Por favor levante o crachá, 2% da receita líquida? Agora, quem é favorável a no mínimo 5%?

RESULTADO: Então, pela maioria, fica aprovado que seja incluído inclusive com a proposta da companheira Edinailda para LGBT no mínimo 5%.

III - DOMINGO - 16 DE JULHO.

1- Rede de apoio para mulheres em situação de violência;

PROPOSTA: Acolhimento e encaminhamento para rede de apoio, pessoas filiadas e vítimas de opressões.

RESULTADO: Por unanimidade aprovada a proposta.

2 - CR Deliberativo;

PROPOSTA 1: Continuar os trabalhos, e depois fazer, obviamente, a questão da discussão de deliberação do CR

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 12 votos

PROPOSTA 2: Resolver a questão deliberativa ou não do CR, antes das outras.

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 13 votos

RESULTADO: Com diferença de 1 voto e 3 abstenções, vence a proposta 2 de resolver a questão deliberativa ou não do CR antes das outras.

3- CR consultivo ou deliberativo;

PROPOSTA 1: CR consultivo - 28 votos

PROPOSTA 2: CR deliberativo - 24 votos

ABSTENÇÃO: 1

RESULTADO: Proposta 1 aprovada, por 4 votos de diferença.

4 - Atribuições da Assembleia Geral;

PROPOSTA: Quem está a favor da inclusão dessa emenda aditiva, que trata da eleição do Comitê de Ética.

RESULTADO: Por unanimidade, a proposta de emenda aditiva é aprovada. As duas inserções propostas foram aceitas.

5- Comissão de Ética;

PROPOSTA: Aqueles favoráveis a criação do nosso comitê de ética por favor levante o crachá.

RESULTADO: Por unanimidade, a proposta de emenda aditiva é aprovada. As duas inserções propostas foram aceitas.

6- Comissão de Ética;

PROPOSTA: Aqueles favoráveis a criação do nosso comitê de ética por favor levante o crachá

RESULTADO: Por unanimidade, A sessão SINASEF/IFBA-CMS, aprova a criação do seu comitê de ética.

7- SENASEFINHO;

PROPOSTA: Aqueles favoráveis os favoráveis a essa nova redação

Não é possível identificar na transcrição a redação final sobre a tese. A construção do texto está sobre o SINASEFEZINHO, sobre seu nome, idade dos beneficiários e inclusão de PDC acima de 18 anos.

RESULTADO: Com 1 abstenção a maioria aprovaram essa nova tese.

8- Representação do CMS;

PROPOSTA: Quem é favorável à aprovação da tese encaminhada pelas companheiras e o companheiro do colégio militar por favor levanta a chapa. Página 33.

RESULTADO: Com a grande maioria, com uma abstenção, a tese foi aprovada.

9- Acervo do Sindicato;

PROPOSTA: Quem é a favor da tese que propõe a criação de uma política de preservação de documentação histórica e institucional, bem como a produção da memória institucional da seção sindical.

RESULTADO: Com a maioria favorável e uma abstenção, a tese é aprovada.

10- Metodologia para implementação do acervo;

PROPOSTA: Quem concorda com a proposta para desenvolver a política de preservação da memória da SINASSEF, por favor, levante o crachá

Foram várias discussões na tese que não é possível definir nas transcrições seu resultado final, estabelecer uma política de preservação da memória institucional SINASEFE/CMS, contratando equipe especializada para elaborar um orçamento e viabilizar a entrega do produto em colaboração com a escola de biblioteconomia, arquivologia e história. Além disso, destinar no mínimo 1% da receita líquida mensal para o desenvolvimento desse projeto.

RESULTADO: Por unanimidade, aprovamos a proposta para desenvolver a política de preservação da memória institucional da SINASEFE IFBA/CMS.

11- Educação Inclusiva;

PROPOSTA: Quem é favorável à aprovação da tese, Inclusão da Defesa "Pela Educação Inclusiva" nos Princípios do Sindicato.

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

12- Inserção de novo artigo - pág 11 livro de tese;

PROPOSTA: Auxílio financeiro a ser disponibilizado pelo SINASEFE para movimentos sociais que solicitarem.

A proposta discutida trata de um auxílio financeiro a ser disponibilizado pelo SINASEFE para movimentos sociais que solicitarem. Houve uma discussão sobre a inclusão dessa proposta e a necessidade de garantir que as políticas internas fossem priorizadas antes de conceder o auxílio a movimentos externos. O texto da proposta foi debatido, modificado e discutido se deveria ser inserido em uma tese específica.

RESULTADO: Proposta aprovada por unanimidade.

13- Política da Coordenação Geral, tese 7;

PROPOSTA: Quem é favorável à supressão - Sobre a Função Política da Coordenação Geral: Outra proposta foi sobre a inclusão de um parágrafo no artigo vinte, relacionado à função política da Coordenação Geral. O texto da proposta foi lido e debatido, enfatizando o papel político da Coordenação Geral e sua relação com as demais coordenações e Diretoria do sindicato.

RESULTADO: Foi aprovado com 2 abstenção.

14- Novo texto sobre deveres de sindicalizados (as);

PROPOSTA: Quem é favorável à inclusão desse ponto nos deveres dos sindicalizados e sindicalizadas A votação se referiu à inclusão de um novo item no parágrafo único do artigo que trata dos deveres dos sindicalizados. O novo item proposto tratava da proibição de práticas preconceituosas que violem os direitos humanos, como comportamentos racistas, LGBTfóbicos, misóginos e xenófobos, além da questão do assédio em relação a outros filiados e funcionários da entidade.

RESULTADO: Aprovado por unanimidade.

15- Participação para delegado de base;

PROPOSTA: Rejeição da tese presente na sessão quatro, que corresponde a quatro pontos seis, sobre a participação como delegado de base. A proposta é a exclusão e rejeição dessa tese.

Discussões sobre a inclusão de novos critérios para candidatos a cargos sindicais, como prazos de filiação e questões financeiras, além de possíveis discussões sobre a participação como delegado de base.

RESULTADO: Por unanimidade, a tese foi rejeitada.

16- Proposta de alteração do artigo 26, sobre TAE;

PROPOSTA: Favoráveis a tese

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

II - TRANSCRIÇÕES

1. Quinta feira – 13 de julho.

MATEUS - Boa tarde, eu acho que em parte (inaudível) tem razão, isso acontece também no sindicato nacional, (inaudível) não há prejuízo em discussão simultânea, (inaudível) isso acontece com certa frequência no SINASEF Nacional. Porque o que vale mesmo George, o GT, ainda que você seja vencido, você sabe melhor do que cada um de nós, você pode trazer isso para cá, então assim, eu acho que não há prejuízos e não há um costume de fazer um (alergamento) por tema. No caderno de tese, às vezes um tema (inaudível), nem o GT discute tudo, tem vários GTs, então não há prejuízo porque a gente vai ter a plenária. Qual minha proposta, a gente discute o que está determinado para gente, sem prejuízo, inclusive voltar amanhã e abrir consenso, que vai ter a relatoria de lá e a relatoria de cá. Se a gente mudar o transcurso do processo, vai ser difícil porque a gente vai ter que parar tudo, entendeu, mas não deixa de ser verdadeiro, mas a realidade na Nacional, não é essa daí, é como a gente está fazendo aqui. Minha proposta é manter como está.

GEORGE - Eu entendo que organizar um congresso não é fácil, mas o argumento que o companheiro colocou aqui, que na Nacional faz isso e a Nacional faz aquilo, com todo respeito, mesmo com todas as divergências política que eu tenho, o que a Nacional faz hoje não é na minha modéstia compreensão nenhuma referência para mim, minha opinião, então o ideal, se a gente tivesse (inaudível), o ideal é que a gente se reagrupasse em grupo com temas similares. Porque? Qual é o propósito do GT, fazer a discussão (alguém da mesa falando junto... não dá para compreender). Se não tiver isso, sabe o que fazer eu vou discutir minha tese aqui correndo, vou para lá, eu me interesso por essa questão da reestruturação da direção, para mim isso é vital para o sindicato, que eu vislumbro. É uma coisa muito séria (inaudível), um pequeno problema que a gente precisa resolver.

LAIS - Eu achei essa divisão que os colegas fizeram, muito boa, porque ai da oportunidade do grupo daqui discutir a divisão da diretoria, o grupo de lá discute esse mesmo tema com uma outra tese, e quando a gente chegar na plenária, passou por essas discussões, então eu acho até mais rico, ficar com uma parte da tese aqui e uma parte lá.

SAULO - Gente assim, eu entendo Georges, e eu digo e não é para fazer mesurara não, ele sabe que é sobre isso. Porque eu sei que é com as melhores intenções de fazer o debate e a construção da melhor maneira, isso aí eu concordo com George isso, que eu sempre admirei. Mas embora isso faça todo sentido, naquele outro lado não faz sentido nenhum, mas o que você fala faz todo sentido também. Agrupar por tema faz sentido e dá para fazer e não foi feito. Agora chamar uma assembleia, todo mundo aqui dentro para rediscutir tudo, eu temo que isso gere, mas problema que benefício e tem outra coisa, e aí é uma coisa que é uma divergência, eu não posso estar todas as salas e discutir em todos os lugares e eu não sou necessário em todas as salas. Eu preciso confiar nos meus companheiros, porque eles também vão saber pensar, discutir e tomar decisões, sabe, porque senão fica parecendo seguinte, a tese me interessa, essa por exemplo me interessa profundamente, por razão oposta a você. Eu fico angustiada por não está lá, mas eu preciso confiar em que está lá, porque, perceba, fica parecendo que para eu resolver um negócio bem resolvido ou para ser bem debatido eu tenho que está presente. Essa é uma concepção que é contar tudo que nós defendemos o tempo todo. Que é o respeito ao outro, das divergências e tal. Vamos deixar acontecer. A plenária vai resolver isso.

MARGARETE - Vamos ver se eu consegui sintetizar as ideias em duas propostas aqui, já que a gente precisar dar continuidade, não dá para agrupar sem consultar o outro GT. Então não dá pra ser unilateral. Então na linha da proposta de Georges, vamos ter que consultar o GT2 para agrupar as teses. E a outra que é a antítese, é continuar o trabalho como está estruturado. Eu vou botar aqui, que em caso passe... (Georges interrompe). Eu acho que todo mundo já compreendeu isso Georges, e eu não vou falar de novo, eu acho bacana sua ênfase, sua defesa, é firme, mas eu quero chamar a atenção que a sua defesa firme, a gente já viu aqui 4 posições, chamando aqui, Camila mesmo tem uma outra. Camila quer falar da sua? A gente tem posições, a gente tem 4 posições, 3 competindo pela continuidade do trabalho como esta, que Saulo disse, na confiança do outro. Até porque a isonomia aqui dentro e tem uma posição que é a sua. Então vamos chamar para votação. Suspendendo a atividade... mais rápido (acatando sugestão de alguém). Vou começar pela questão de ordem que George falou. Então, pela modificação da estruturação do agrupamento das teses (George interrompe: não, do deslocamento da tese 2.2 para esse o GT 2). Para o deslocamento da tese 2.2 para o GT 2. Quem acompanha por favor se manifesta.

Pela continuidade do trabalho como eles está.

Abstenção: quem vai declarar o voto primeiro?

CAMILA - Não gente, assim, pensando nessa proposta de temas conjunto, a gente tinha visto como divisão na diretoria né, justamente dessa pluralidade. Vejo também que se tivéssemos separado as três primeiras teses, digo principais porque são as que mais impactar em números de delegados, delegados não de coordenadores, a gente não teria um prejuízo tão grande. Mas também entendo que mudaria todo fluxo do processo e aí conduziria todo uma nova organização, então por isso minha declaração.

MARGARETE - Dando continuidade aso trabalhos, agora nós vamos passar para a leitura das teses. Se alguém fizer algum e destaque pode fazer por escrito e depois vir aqui na frente para fazer a defesa, está bom?

CAMILA - Estamos lendo a pagina cinco. Tese 1. Forma de composição da Diretoria Executiva da Seção SINASEFE IFBA: texto atual: art. 48. A composição da diretoria dar se a aplicando o critério da proporcionalidade nos mesmos moldes matemáticos da eleição da direção nacional.

LEITURA DA PG CINCO e SEIS

GEORGES - Essa proposta é uma proposta que ela resgata uma proposta que foi defendida no primeiro congresso regimental e novamente, assinam uma tese em que defende (inaudível), que na próxima eleição (inaudível) filiados. Isso porque nós passamos por experiências muito ruins com a gestão colegiado, mas chegou a um ponto em 2010, alguns de vocês não estavam aqui na instituição, tão pouco no sindicato, nós tivemos um processo de degeneração da entidade, em razão da disputa entre duas pessoas, e nem era grupos políticos e que quase acabam com esse sindicato (inaudível, pessoas da mesa falando junto). Aquilo foi marcante e a gente viu que essa instituição (viva) tem um grau de maturidade e de respeito é (inaudível). Eu já vi expressões aqui (inaudível), de ofensa moral, eu acabei de presenciar uma aqui agora, as pessoas não têm cuidado com as palavras. A gente não tem maturidade, até é da natureza do sindicato, o nosso sindicato é diverso, então nós não temos a maturidade política para conviver com a direção entre uma gestão sindical, infelizmente, espero que um dia nos

tenhamos. E para minha surpresa, os grupos que, políticos, de pessoas de grupos políticos que estavam (inaudível), que estavam naquela época e que defenderam com vigor a proposta de proporcionalidade avançaram, compreenderam, no meu modo de ver, compreenderam, que esse modelo não é sustentável. Então compreenderam, veja que as propostas, pessoas que defenderam a proporcionalidade no primeiro congresso, você não ver mais nenhuma tese falando de proporcionalidade, ou seja, a prática se impôs, a realidade se impôs e agora aquele grupo, aquelas pessoas que ganharem a eleição, (inaudível) com tranquilidade interna para fazer o debate externo com as forças que se opuseram as propostas, e muito simples isso, eu quero registrar que mantenho a coerência política com o que eu defendia (inaudível) realidade, a experiência mostrou que a gente precisa modificar esse modelo de proporcionalidade, obrigado!

MARGARETE - Esclarecendo que o microfone está com dificuldade (George discute).

MATEUS - Eu, queria dizer que talvez seja minha opinião, mas eu tenho absoluta certeza que esse congresso só está saindo, ele pode ter várias leituras, várias variáveis, (inaudível), mas eu tenho certeza que esse congresso só está saindo porque é uma gestão de chapa única. Toda essa atividade está saindo, desse aparato, porque é uma chapa única. Porque sendo chapa única, já tem as divergências e vários processos, isso é a beleza da democracia, são as delícias do pau-Brasil, delícias da democracia (inaudível), mas se a gente não internamente organização mesmo com as divergências, a gente não consegue construir, a gente se torna sempre alvo de boicote deliberado de a pra b, e eu nem quero polemizar não, (Inaudível) agora pouco estava tendo um debate ali fora, o colega falou assim, mas o grupo foi colocado um contra outro. Na minha chapa tinha 8, 10 pessoas (Inaudível). Eu tenho plena consciência que eu jamais disse para qualquer funcionário, advogado, jornalista não faça isso porque é do grupo x, mas isso foi dito. Isso foi dito em assembleia, foi dito em espaços públicos, isso foi dito na justiça, deliberadamente diretores chegavam para o grupo que (inaudível) você não faz para o grupo b. Se partiu não foi de mim, eu tenho convicção disso, e mais, quando acontecer esse tipo de coisa, criasse esse tipo de coisa, está aqui Marcia (inaudível) e até cita lá, pedir desculpas, na pandemia eu ia na casa do tesoureiro, não era do meu grupo, pra assinar os cheques e deixava lá, a gente queria o bem da entidade, a gente não queria atravancar a entidade, mas sempre tinha essa suspeita. Então são histórias de bastidores, talvez (inaudível), como eu, como Gal, (inaudível), nossas dores. Mas o que está escrito nessa tese no plano político, é que nós estamos com um pequeno aparato, não funcionou esse modelo e nós estamos tendo a oportunidade (inaudível) da história, quem quer cercear a democracia, mas talvez seja o momento que a gente possa reestruturar a nossa entidade, para um pouco pra enxergar o que está ao nosso redor e daqui a algum tempo quem sabe avaliar (inaudível), mas nesse momento eu acho que imperioso (inaudível) a tese, pra a paz institucional, para que a gente possa ter um trabalho tranquilo, independente de quem possa ganhar as eleições. Eu preciso dizer aqui, que muitos de vocês iam para as assembleias, iam para as assembleias, (inaudível) estado de poesia que os próprios diretores e aquela crise instalada, o quanto isso dói, eu tenho divergências com a direção atual, talvez pontuais, mas eu sei que elas estão tendo muito mais êxito, mas tranquilidade de trabalhar, de atuar, do que um grupo que está em constante guerra dentro do aparato que é o próprio aparato, então eu queria aos delegados e delegadas presentes aqui no GT, que acompanhassem essa tese na aprovação integral dessa tese.

TERESA - Minha primeira participação como dirigente sindical foi numa gestão proporcional, não tive a experiência de viver numa gestão majoritária, e eu gostaria (inaudível), foi uma

experiência dolorosa, tanto que no mandato seguinte eu não **leis** me candidatar, poderia ter continuado, não porque eu não goste de estar na entidade, (inaudível) pelo desgaste. Foi muito, muito grande. Então hoje assim, com a gestão Maria Felipa, eu acredito que também tenha suas divergências internamente, a gente junta uma chapa com o colega, não quer dizer que a gente tem uma carta de aceite para tudo que ele pensa. A gente não faz isso no casamento, quando mais no sindicato. Então, eu venho defender para que a gente retorne essa experiência, caso a gente perceba, oh não foi interessante, a gente tem oportunidade de futuramente também experimentar. Foi muito danoso para a instituição, as pessoas falaram que só viam briga e baixaria, dentro dos integrantes do sindicato, eu acho que isso foi muito desgastante, teve processo de Fake News, processo... horrível, foi uma coisa horrível. Então assim, **pelo** encarecidamente, a gente percebe hoje como isso não tem, existe pessoa que criticam a gestão atual e estão no seu direito político de fazer, isso não é... eu não tô julgando quem faz isso. Mas a gente percebe que o tipo de comentário não é igual, como a gente estava na época da gestão proporcional, era muito diferente. Então a gente precisa salvaguarda a nossa instituição, salvaguardar a saúde mental das pessoas que se predispõe a esta no espaço de direção sindical, é isso, é um trabalho voluntário. Ninguém recebe a mais por isso, quando vai para a atividade sindical tem que repor suas horas, e agente está no espaço de disputa o tempo inteiro, enlouquecedor e isso não é bom para ninguém. Obrigada!
(aplausos)

SAULO - Que tarefa viu, que tarefa! Metade aqui da plateia assinou a tese, mas eu me sinto no dever. Pessoal que me conhece faz tempo, inclusive eu peço desculpas, porque eu nunca me apresento nem dou bom dia, esse é um dos meus problemas, não é que eu não ligue não. Eu sou Saulo, boa-tarde, gene, é, eu até confio na boa fé do que foi dito aqui, de que é dito com sinceridade e com boa intenção. Mas é assim, primeira coisa adorei... você fala que nós temos que ter experiência, nos só tivemos uma gestão proporcional. Porque, a gente instituiu isso em 2018 no congresso, o que eu existia antes era aquele chavão, que inclusive agente de fontes diferentes, participou da mesma chapa, é diferente. A institucionalização da gestão proporcional foi em 2018, naquele congresso e teve, tinha antes? Proporcional, nos moldes da Nacional? Quantidade de voto? Pronto, não sabia. Estava muito tempo então sem ter. Não sabia. Eu acho honestamente, que a gente errou muito. E digo isso da maioria e da minoria que a gente fazia parte, não falo por todos. Porque do mesmo modo que eu não agi como todos agiram, (inaudível). E como Mateus fez aqui, eu repito isso aqui também. Mas do que partiu de mim, a gente sempre teve profunda divergência. Eu quero deixar claro, tem projetos diferentes, tem visão diferentes, então o embate é inevitável. A relação pessoal se esgarçar as vezes é inevitável, é claro que deve desbordar em Fake News, acusações, denunciamentos. De mim jamais partiu e nunca crescera no meu polo esse tipo de coisa. Mas eu entendo que a gente só teve uma experiência. A maioria não soube ser maioria, não soube, porque nós estávamos no rescaldo de uma eleição de reitoria, havia um ranço. E maioria também não soube reconhecer que aqueles 40 por cento não eram dos perdedores da eleição, eram da metade da diretoria, quase, que respondiam por quarenta e cinco por cento da base. E não foram assim que nós fomos tratados, nos enquanto minoria, erramos muito também, não sei (inaudível) foi muita inexperiência também, que na situação local, pouco de fato, pouquíssimas seções têm gestão proporcional, é muito raro. Não vos lhes esconder isso aqui, mas eu jamais proporia, que por exemplo, a gente reduzisse a possibilidade de escolha do povo, quando o povo escolhe errado. Bolsonaro s e elegeu em 2018 e o que a gente fez, mas de lá para cá, foi lutar por mais democracia e não por menos. Eu acho estranho essa ideia, provavelmente eu vou perder nessa votação, mas eu quero que vocês pensem o seguinte: essa ideia de que nós não estamos maduros, que não sabemos nos tratar com civilidade, que

um dia a gente vai chegar, isso vai chegar quando? Nunca. Porque democracia se constrói na prática, com conduta. Isso se constrói na prática, com conduta. Nós teríamos que experienciar isso e melhorar as nossas ações no modo de tratar os companheiros. A pandemia trouxe uma coisa que precisa ser resgatado aqui por justiça histórica, nós ficamos mais de 100 dias sem assembleia, isso não tinha como não gerar uma situação de extrema adversidade internamente, eu entendo o argumento de Mateus, nunca concordei, mas sempre entendi o argumento de Mateus quando ele colocava sobre a insegurança jurídica de uma assembleia naquela situação. Na prática aquilo gerou um ambiente onde a minoria foi silenciada, propositalmente ou não, porque uma vez que (inaudível), onde é que nós temos espaço? Na assembleia. Então tem circunstâncias históricas que foram muito singulares que contribuíram desse período que a gente viveu e eu não acredito que isso se repetiria, não acredito! Por outro lado, essa ideia de se criar democracia por um ideal, para mim é uma tragédia. Democracia é prática cotidiana, abandonar a democracia e entregar ela como sonho do futuro, ela não vai chegar, a gente vai perder essa tese aqui, a gente vai voltar para a majoritária, e os grupos que tem o maior domínio local, de voto como Salvador e tal, vão continuar na gestão e nós do interior vamos continuar longe do poder dessa seção como sempre foi. E depois eu quero que vocês lembrem de mim quando vocês falarem: há mais está ruim! Boa tarde!

MARGARETE - Orientando sobre tempo.

CAMILA - Foi até bom eu ficar para falar depois dos companheiros, porque eu participei das duas gestões! Uma proporcional e essa majoritária. Aí eu vou falar do meu lugar de fala, da experiência que eu tive com a primeira gestão que eu participei, assim como Teresa, da dificuldade que foi para construir um sindicato. Talvez pela imaturidade, a visão enquanto sindicato, em relação a minha pessoa, mas não só isso, pela dificuldade de entendimento do sindicato que existia. A diferença de fato foi muito pequena, mas eu não vejo que a minoria, aqui meu ponto de vista, deixou de trabalhar porque a maioria não permita, eu acho que agente que naquele momento tinha mais enquanto direção, existia uma dinâmica constante de não construir a luta. E nós deixamos de fazer inúmeras coisas, se vocês relembram em 2020 a gente não teve agenda, agenda do sindicato que a gente entrega todos os anos ali. A gente não teve. Fizemos 2010, 2020 não tivemos. E o que é uma agenda, é a possibilidade de estar em contato com a base, de fazer uma apresentação do sindicato, eu digo, porque a gente faz isso no meu campus, em Simões Filhos e todos os anos quando inicia a jornada pedagógica o sindicato está ali. A gente tem um espaço para apresentação e nunca saímos desde 2019, nunca saímos desse espaço com menos de 3 filiações. Porque a gente acredita que é assim, a gente precisa se apresentar enquanto SINASEFE, e a gente teve uma dificuldade que foi constante. Estou dando exemplo em relação a agenda, porque inclusive a capa era de mulheres, porque é a pasta de mulheres? Talvez! Mas é por conta dessa dificuldade de fazer, deter o processo enquanto construção de luta. Então eu falo como alguém que estava nas duas gestões, proporcional e agora majoritária. E agora com todas as dificuldades, como foi dito, a gente tem dificuldade, cada um com uma visão diferente, mas isso é muito **suputável**. Construir no diferente e a gente constrói. E aí por isso que eu apoio, não assino a tese, não to assinando a tese mais eu apoio que mude a partir, que seja aprovado, fazendo minha defesa aqui.

MATEUS - Existe uma diferença entre garantir a participação democrática pluralidade e inviabilizar por inviabilizar. A gente sabe que as disputas, quem fez movimento estudantil, quem veio da UNE, quem veio dos CAs, sabe que uma gestão dessa forma, dificuldade que é

você fazer o trabalho. Isso havia abertamente, escancaradamente, de dizer: não, não vou fazer! Isso ta claro, tem em ATA, tem abandono de grupos (inaudível). Eu acho que a gente tem que fazer uma leitura não só teórica e idealista do plano que a gente quer construir enquanto grupo, mas da realidade. Qualquer realidade que se impôs, é realidade de não fazer avançar a realidade. E como Saulo disse aqui, se você pegar todas as seções do Brasil, não chega nem a 2 por cento de seções que adotam o modelo proporcional, então porque as seções geralmente são pequenas. E aqui atente os sindicalizados na ponta, ali perto, então se agente nos consegue ter paz interna, acordo, com bom senso, que é o que faz parte da construção. Porque aqui mesmo, mesmo gente ter assinado essa tese, muita gente pensa diferente, muita gente não tem a mesma visão, mas mesmo assim concordou, Camila não assinou a tese como ela disse, mas concordou com o teor com que estava escrito e agora com o debate. Esse é o trabalho de convencimento que tem que ser feito, muitas vezes para demarcar politicamente, só para demarcar, por mais que eu concorde Saulo aí vem aquelas, por mais que eu concorde no começo, a pessoa eu concordo, mas não posso votar porque meu grupo não deixa. Eu ouvi isso. Pessoas na reitoria por exemplo. Pessoas dizendo eu não aguento mais porque eu quero apoiar, mas meu grupo não quer que eu venha e vote. Então (inaudível, mesa falando junto) nós tivemos a maior pandemia que nos nem sabíamos como fazer (inaudível) foi decretado a pandemia. O ano letivo não tinha começado ainda, nós não sabíamos nem se estaríamos vivos e chegamos aqui hoje. Então é preciso também contextualizar as coisas. Porque nós estávamos no cenário de (inaudível). Inclusive teve o CONSULP dizer sobre a ameaça da SESAB fechar o IFBA, estávamos lá sem uma autorização sanitária. Então lembremos desse período, para que a gente faça uma justa reparação e uma (inaudível) das assembleias.

GEORGE - Primeiro eu quero pedir desculpas a uma galera, porque eu falei desligado (Margarete dialoga). Nós somos um sindicato de idosos. É verdade eu reparei isso ontem aqui, que são poucos jovens sindicalistas, que representam minha categoria. Não é possível a gente chegar com sessenta anos, eu, Ângela, Marlene, professora, meu querido companheiro, com sindicato que tem duzentos e tantos filiados aposentados, a gente chegar nesse nível de direcionamento. É inaceitável! (Inaudível) em 2010 quando Saulo ainda estava na faculdade de filosofia, a gente já militava aqui, nós tínhamos companheiro (inaudível) é testemunha, pessoas trocaram palavras de pequeno **escalão**, entre direção, depois viemos a experiência de chapa proporcionais e muitos abandonaram a direção, abandonaram coletivamente. Como é que você pode, é como se eu me desfilasse do sindicato porque eu não concordo com a atual direção. Coisa que eu jamais farei, eu estou aqui desde o início. É inaceitável, coisas aqui absurdas aqui que aconteceram, que não é compatível com a dignidade humana, com a minha dignidade, nem a de vocês. Eu não estou aqui com sessenta anos, um professor, uma senhora, um técnico administrativo, um pai de família, um avô, para ficar aqui submetidos a determinadas condutas, isso ninguém quer viver. Eu não quero mais viver isso. Então a gente precisa entender que o grupo que ganhar a eleição tenha responsabilidade com essa organização. Faz a sua política, vai fazer a construção no interior, porque com essa discussão só tem filiado na capital, na reitoria. Pessoal, a maior parte dos campis estão no interior, faça política no interior, (inaudível, mesa falando junto), eu rodei essa Bahia umas quatro, cinco vezes, conheci todos os campis, ninguém me recebia como Marlene relatou, não deixava nem a gente entrar no campus. Vá fazer política, vá filiar, vá construir a base no interior, que são maioria hoje. Então, esse papo que vocês são maioria vai ganhar a eleição, isso (inaudível). Eu queria dizer a vocês que vai ser um avanço, a gente precisa passar por essa experiência, de se pacificar, obrigada, desculpas!

MARGARTE - Veja se vocês concordam, claro que a fala do outro sempre suscita inquietações e possibilidades de replica, treplica e a gente está aqui para isso mesmo. Se vocês concordam com **maus** uma rescisão e a gente passa para a votação dessa tese?

SAULO - O modo como essa discussão esta acontecendo aqui não existia, nenhum de nós se comportava assim e eu estou jogando essa responsabilidade sobre mim também, quando eu disse que a a gente não soube ser minoria eu to colocando sobre mim também, embora eu não me lembre de ter orientado ninguém ter votado no outro por isso por aqui. Mas aí é coisa de grupo, cada um tem uma cabeça. Mas tem uma coisa, é as pessoas que compunham aquela gestão e essa fala é só pra isso, pra resgatar uma dignidade sobre elas. Essas pessoas eram de partidos políticos, essas pessoas, eu estou falando da gestão comigo, da minoria, essas pessoas eram de partidos políticos Georges, pessoas que eram do movimento estudantil, que já participaram de outros sindicatos. Não foram pessoas que apareceram ali e floresceram depende não. Pessoas que estavam acostumadas com o embate, com a disputa, e se nós chegamos naquele nível de animosidade, justiça seja feita, não foi só em nossa causa. Eu quando vi essa tese e assumi a suplência, que vagou por causa de Rosinha que não pode vir, eu me comprometi em não falar certas coisas, mas eu tenho certeza que é muito ruim a gente deixar a impressão que **nos** naquele momento como minoria abandonou o sindicato. Teve colegas que passou por adoecimento, não vou citar aqui, com respeito a pessoas que não me autorização a falar, porque a nossa convivência era horrível Mateus, você sabe. Mateus você sabe o quanto eu te respeito, inclusive em momentos que a gente chegou a trocar xingamento, eu sempre respeitei. Xingamento não, entre aspas, bate boca. Nós tivemos momentos de ofensas, nós tivemos momentos ruins, nós tivemos momentos que mesmo que não tenham sido à vontade, nós nos sentimos boicotados. Nós tivemos esses problemas das assembleias, que teve a pandemia claro, nós tivemos situações muito ruins. Muito ruins, tivemos adoecimento das pessoas. Essas pessoas muitas delas não saíram só da direção não, elas se afastaram do SINASEFE, do movimento sindical porque elas estavam apavoradas com o que conviveram. Então por gentileza para justiça histórica, reportem que a convivência conosco foi horrível, mas entendam que para a gente também foi horrível. E eu quero insistir numa coisa: nós erramos. Não quer dizer que a regra está errada, não quer dizer que o mecanismo de representação não é o melhor. Nós com a nossa experiência naquele momento erramos, muito! Mas isso não quer dizer que uma política que a gente luta para implementar no Brasil inteiro, que a gente considere que é um aprofundamento democrático, que garante que minoria possam participar de gestões, inclusive tem muito lugar que as pessoas só ficam sabendo que se organizam em sindicato se tiver uma minoria dentro. Sabem? Não é ideológico, isso acontece em vários partidos, em vários sindicatos, em várias organizações. A minoria participa da direção em condição de minoria. Então, assim, nós erramos, não quer dizer que a regra está errada, porque se não equivaleria dizer que o sufrágio universal foi uma merda porque o povo brasileiro não sabe votar e um dia eles vão amadurecer, e em 2018 eles votaram em Bolsonaro.

MARGARETE - Nós terminamos agora com a argumentação sobre essa tese e vamos chamar para a votação. Me parece que não houve nenhuma inclusão, destaque. Houve o debate, para ficar registrado, que houve o debate. Na verdade Saulo abriu uma divergência com tese.

Quem aprova a tese como qual ela foi apresentada

Pela reprovação da tese: 03 votos

Abstenções: 00

O resultado será levado a plenária para votação.

GEORGES - Essa tese 2.2 Reorganização das Pastas da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes. Pagina 7, emenda supressiva parcial com ajustes entre coordenações da diretoria executiva. Então, está propondo eu, professora Margarete, professor Reinaldo. (Repetiu o título). Só esclarecendo essa é uma emenda supressiva parcial, parcialmente suprimindo algumas das coordenações, certo, se chama emenda supressiva parcial e ajustes da atual diretoria executiva do SINASEFE. Eu não quis colocar aqui a gestão atual, porque todo mundo conhece o regimento, por causa de espaço, mas a nova redação ficaria leitura do art 17 na pg 7 e 8 Então pessoal eu estou aberto para debater essa tese.

GEORGES - Não é ansioso lembrar que o Conselho de Representantes pode até convocar uma Assembleia Geral Extraordinária da entidade, conforme o artigo quatorze, parágrafo primeiro, inciso um. Esse Conselho desempenha um papel estratégico de ligação entre as fases localizadas em uma cidade do estado da Bahia e a executiva do sindicato. Além disso, mantendo as atuais competências e estruturas previstas no regimento da pensão sindical, essa tese depende de o Conselho de Representantes ter a constituição deliberativa da entidade. Estamos defendendo hoje que a chapa é um grupo monolítico e, nesse sentido, a instância de poder é o Conselho de Representantes, responsável pelo poder deliberativo. Portanto, é tarefa da base sindical, da direção executiva e de toda a administração da entidade trabalhar para tornar efetivas as atividades dessas representações sindicais locais e de todos os conselhos de representantes. Isso depende do fortalecimento do nosso movimento e da nossa entidade como um todo. Por isso, entendemos que algumas coordenações podem ser fundidas com outras, visando à otimização. A: Propomos a extinção de todas as coordenações regionais. Apesar de o senhor ter mencionado que isso poderia criar um problema, defendemos o debate. B: Propomos a extinção da coordenação de atividades culturais e esportivas. C: Propomos a extinção da coordenação de combate à opressão. Aí entram as discussões. D: Propomos a fusão da paz e das atividades culturais e esportivas com a parte de políticas educacionais, que será denominada Coordenação de Políticas Educacionais, Atividades Culturais e de Esporte e Lazer. Outra fusão, a da formação política, consiste na união da parte da formação política com a pasta que passará a ser denominada Coordenação de Formação Política e Combate às Opressões. Com essas medidas de racionalização e aderência à situação política, financeira e estrutural do movimento sindical do INFRA e do Colégio Militar de Salvador, a mudança reorganizadora proposta para a Diretoria Executiva reduz o número de membros titulares de dezoito para onze e o número de suplentes de cinco para três. Caso essa tese seja aprovada pelos delegados e pelas delegadas presentes no segundo congresso do SINASEFE IFBA, serão necessários ajustes em alguns artigos do regimento da sessão sindical correlacionados a essa estrutura administrativa. Assino esta tese eu próprio, Prof. Ronaldo, que no momento não está aqui presente devido a compromissos particulares. O colega do campus de Salvador, que é delegado, já foi mencionado. Ele está atualmente realizando um doutorado e tem uma série de compromissos. Margarete Oliveira, ilustre membro da banca e docente aposentada do Colégio Militar de Salvador, também faz parte desta discussão. Portanto, pessoal, estou aberto para debater com todos vocês com sensatez. Aliás, não sou o único presente aqui, também está a Margarete daqui, né? Desculpe por isso, Margarete.

MARGARETE - E permitam-me nomear mais pessoas junto comigo, Margarete. Temos o inscrito Mateus e a inscrita Camila. Mais alguém se inscreveu? Camila está inscrita para daqui a um pouquinho. Até o momento, temos somente o Mateus.

MATEUS - Então, pessoal, é o seguinte... essa tese é meio que idêntica à tese da página vinte e três. A única diferença está no debate sobre as regionais. Vou pegar o modelo de Salvador, onde o professor já atua como representante. Isso aconteceu antes da nossa gestão. Já passaram dois anos da diretoria anterior, e agora estamos fechando dois anos sob a nossa gestão. Você foi eleito alguns meses antes do ano em que assumimos. Pois bem, parece que terminou, mas na verdade não, porque outro não foi eleito. Houve outra eleição, mas não elegemos um PR. Eu fui o último a ser eleito por **hereditariedade**, depois de acompanhar a Silvia. Houve uma assembleia recente, há quinze dias, na tentativa de eleger o CR do maior campus, que não nos elegeu. Eu acho que o que estamos fazendo aqui, tentando criar o CR, é algo que conhecemos a dificuldade de compor. Na minha opinião, é mais sensato. É uma questão de ler a realidade. Acredito que substituir uma coordenação - e aqui preciso discordar de forma veemente - ao dizer que a pessoa que foi empossada, gente, quem define a data de posse é a comissão eleitoral. Às vezes, eles definem uma data que tem um prazo de quarenta e oito horas logo após a eleição, o que faz com que as pessoas não possam se planejar. Usar esse tipo de argumento para tentar embasar uma tese, na minha opinião, é excessivo, é um pouco demais. Não é uma crítica política pessoal, na minha opinião, George. Acho que é um exagero. Eu quero defender que dialoguemos com uma tese. Nesse ponto, concordo com George. Você fala sobre irmos para a plenária amanhã, de mantermos talvez não as cinco (5) regionais exatas. Podemos redesenhar as regionais, mas acredito que existe um apelo simbólico, político, importante e necessário para que haja coordenadores. Inclusive, se for o caso, devemos tornar obrigatório que esses coordenadores sejam trabalhadores dessas regiões do estado. Isso garantiria visibilidade e nos ajudaria a alcançar cada vez mais o interior, evitando que fiquemos apenas com pessoas ligadas a Salvador e à região metropolitana. Então, acho que é um diálogo extremamente necessário. Sejamos honestos, quais dos nossos campi estão em pleno funcionamento? É uma dificuldade. Valença, por exemplo. Rebeca saiu, e depois disso brigamos para trazer Paulo, que concordou, mas agora ele também saiu, parece que não tem mais ninguém. Você foi eleito agora, certo? Parabéns, companheiro, por ter se disponibilizado. Porém, percebam que em círculos militantes já consolidados, não conseguimos atrair novas pessoas. Portanto, para problemas como esse, estamos inclusive propondo que seja preferencialmente, mas sem a obrigação, pois sabemos que é difícil. Concordo plenamente. Vamos ser realistas com essa proposta. Eu não apoio essa parte da tese, George. Quanto ao restante, eu concordo que devemos deixar, inclusive essa tese foi construída a partir de uma divisão nossa. Mas essa exclusão das regionais não é algo que possamos apoiar.

MARGARIDA – Saulo

SAULO - Posso falar? Posso. Então, pessoal, a mesma situação, estamos criando uma estrutura porque entendemos que essa estrutura é uma oportunidade para avançar em pautas que defendemos ao longo de toda a nossa vida, mas nunca tivemos um meio eficaz de executá-las. Na conversa, muitas ideias são levantadas, mas só em 2018 o mecanismo real para isso surgiu. Agora, estamos na mesma situação, porque não conseguimos fazer isso corretamente. Será que vamos tentar fazer de forma mais apropriada? Não, vamos simplesmente acabar com o mecanismo. É como o pessoal fez antes. Eu peço que vocês prestem atenção na direção que esse congresso está tomando. Está sendo proposto um enxugamento, reduzindo o quê? O interior, exatamente. Claro, não estou sugerindo que a pasta de opressões, pela qual lutamos por tanto tempo, seja eliminada. Vocês sabem... Vocês sabem... Pessoal, precisamos entender que esse sindicato não é apenas eu, não é apenas esse grupo aqui, não são somente vocês. Nós, coletivamente, estamos falhando. Em vez de aproveitar o instrumento, mudar a

estratégia, mudar a abordagem, aprender com os erros, fazer autocrítica e tentar uma abordagem diferente, estamos optando por eliminar o instrumento que temos para alcançar nossos objetivos. Sinceramente, não consigo compreender qual é o raciocínio por trás disso, com todo o respeito que tenho, e você sabe que esse respeito não é superficial, mas sim genuíno. No entanto, estamos atacando algo que, mais uma vez, é resultado de nossos erros, de não termos feito corretamente. E vejam onde isso está nos levando. Tudo o que criamos para melhorar, mas não conseguimos, ao invés de comprometermos e buscar fazer corretamente, estamos eliminando esses instrumentos. A proporcionalidade já foi, agora a abordagem é regional. Cuidado, daqui a pouco, as partes relacionadas às opressões, às mulheres, aos aposentados... Não, não deve ser assim. Porque, permita-me garantir o seguinte: desde o momento em que implementamos as pastas de combate às opressões até hoje, se fizermos uma avaliação, a tragédia permanece a mesma. Então, vamos dizer que a pasta de combate às opressões não teve sucesso e, por isso, devemos eliminá-la para economizar dinheiro. Pelo amor de Deus, pessoal. Somos nós que estamos fazendo algo errado. Vamos refletir profundamente e abordar essa questão corretamente.

MARGARETE - Jorge, há restrição, mas tem inscrições. Inclusive, a mesma. Camila, você gostaria de falar primeiro?

GEORGES - A questão fundamental desse absurdo é a compreensão de que estamos vivendo uma profunda crise de representação sindical. Quem não enxerga isso está simplesmente evitando analisar historicamente o que está ocorrendo. (inaudível) Profunda. A suplementação desta tese. A forma como me comportarei neste Congresso será registrada em documentos, o que é importante, porque estamos enfrentando uma crise de representação política profunda dentro desta instituição. Isso não é exclusivo do nosso movimento sindical. Diante dessa situação, precisamos reorganizar-nos para lidar com essa crise. Não acredito que a manutenção da estrutura atual seja capaz de enfrentar isso. Quero falar sobre as três teses que eu gostaria de analisar com vocês. Todas as três estão propondo alterações na estrutura da direção sindical. Minha tese e a do Matheus e outros companheiros falam sobre a redução do número de coordenações regionais. No entanto, as coordenações regionais existentes eram, em média, de cinco a três campi por cada região. Agora eles estão propondo três, o que resultará em nove ou dez campi por cada regional. Será possível administrar áreas do tamanho da Bélgica, Portugal e Suíça juntas com essa proposta. Essa é a ideia do companheiro, reduzir cinco vezes. E aqui está outra coisa que chama a atenção de vocês. De acordo com a nossa tese, estamos mexendo na estrutura de poder deste sindicato. Quando eu e o companheiro, certo? Nas azenhas, somos honestos e precisamos compartilhar essa ideia com ele. Quando colocamos que entre o CREB deliberativo e o CR, a maioria é composta por colegas do interior do estado, estamos criando outra estrutura paralela que concorre com o poder da diretoria executiva, independentemente de quem a compõe. Os membros do interior rejeitam a ideia de terminar suas representações regionais, que são uma ficção. Agora, com a nova proposta do companheiro Matheus, com todo respeito, essa ficção será elevada ao cubo, certo? Isso ocorre porque um coordenador regional agora será responsável por dez campi. Terá uma representação para dez campi. E nunca houve um momento em que uma coordenação regional funcionou. No meu caso, em Salvador, 11 de 26, você precisa prestar atenção. Principalmente, pessoal do interior, estamos dividindo o poder desta instituição, mas não com entidades fictícias que não funcionam. Precisamos construir o CR com colegas do interior em sua maioria para ser capaz de contestar qualquer política que emane do Barbalho. Isso é o que está em jogo.

MARGARETE - Não, É você mesmo, **acalorar** tá ficando um pouco mais tempo viu?

MATEUS - Se fosse fácil, como se eu estivesse chegando agora ao campus Salvador, falasse assim: "Agora eu quero um CR. Acho que tenho bom trânsito com meus colegas, então venceria uma assembleia." Mas será que é esse o projeto de sindicato que buscamos? Falamos tanto em renovação, em construção política. Vamos continuar com as mesmas pessoas ocupando os espaços? Ou vamos tentar agitar e trazer novas pessoas? Isso independe da gestão. Quando fui CR, tentei ser atuante. Tentei fazer o que acredito. Você é diretor, né? Eu era apenas um membro. Sempre estava tentando participar das discussões. Precisamos restabelecer a verdade dos fatos. A coordenação regional metropolitana sempre teve dez campi. Ela nem foi alterada. Nós alteramos as outras duas, com uma colega da atual diretoria, que é docente de geografia. Ela promoveu uma discussão sobre os territórios de identidade, visando facilitar a locomoção. Por exemplo, Chapada e Oeste se uniram. Norte e Nordeste se juntaram. Houve também uma divisão entre Juazeiro e Euclides. Embora estejam a cerca de quatrocentos quilômetros um do outro, são relativamente próximos em termos de diálogo econômico e cultural. Reorganizamos isso em 2015, quando tínhamos três regionais. Depois, aumentamos para cinco. Portanto, estamos dialogando entre Sul e Sudoeste, deixando o extremo sul. Foi um diálogo e essa colega conduziu essa discussão. Precisamos ser cuidadosos e não afirmar que reduzimos a regional metropolitana. Acredito que até a Margarete, por exemplo, a que você responde, permanece com dez campi, pois é onde temos uma base sólida de campi e o Colégio Militar. Portanto, devemos ser cautelosos ao realizar esse debate e não fazer acusações infundadas. Bem, já caminhando para o final, Saulo, existem sessões maiores que a nossa, como o Sinduscope, como (inaudível), que têm 2.500 fiscais. Mesmo reduzindo o número de diretorias, é complicado agregar e trazer 23 pessoas para uma reunião de reforma da diretoria, não é mesmo? Nós reclamamos da falta de recursos para a luta, imagine o custeio de reuniões mensais presenciais. Podemos estar fazendo reuniões virtuais, sem a necessidade de encerrar as reuniões virtuais. Tenho muito a dizer sobre a transversalidade da forma política. Muitas outras formas de formação política atualmente englobam debates sobre igualdade racial, gênero e combate a todas as formas de preconceito e discriminação. Porém, quando discutimos a formação política, isso é negligenciado. Não é apenas a formação política da década de 80 e 90, é também para combater as opressões. Isso é uma forma de contribuição política. Não existe, não existirá aqui se continuarmos com o modelo atual. Portanto, peço aos delegados que tenham o cuidado político com relação às mulheres, pois isso é estatutário. Se mudarmos isso aqui, será anulado (inaudível) o direito. Está no estatuto, e a sessão que não tiver isso ficará com você, que é secretário, você sabe disso. Você talvez até fique impedido de receber o repasse dos recursos da nacional.

MARGARETE – Como reinscrita Camila também.

CAMILA - Pessoal, dado o pouco tempo, vou falar do meu ponto de vista. Aproveito para trazer o que discutimos enquanto (inaudível). Tivemos cinco, quatro GTs e entre as deliberações, vou ler rapidamente. No GT antirracismo, o SINASEF deve colaborar na produção, divulgação e publicação de materiais antirracistas, para que possa disseminar conteúdo nas suas bases. A pasta de combate às opressões e de mulheres deve contribuir com eventos relacionados às temáticas antirracistas e de negros, indígenas e similares, como o Julho das Pretas, Novembro Negro, Abril Indígena, etc. Deve colaborar na organização desses eventos e na assistência financeira, respeitando os regulamentos e estatutos sindicais, assim como as decisões da plenária. Quero chamar a atenção para esses dois pontos que foram discutidos. Enquanto em novembro teremos o congresso regimental do SINASEF, muitas teses serão escritas nessa

direção para que não precisemos lutar aqui para que a pasta continue sem apoio nacional. Precisamos ter mais atividades voltadas para isso. Nossa sessão IFBA foi a que mais levou pessoas para esse encontro. Sabemos que, dependendo da diretoria que estiver no comando, se não estiver escrito que precisamos participar, não participaremos. A dificuldade é quando dizem que não há verba para assuntos raciais, LGBT ou para as mulheres, porque a verba é para a luta em geral. Mas a luta também é promovida quando realizamos um SINASEFINHO, que permite que pessoas do interior venham com seus filhos e possam participar tranquilamente, iniciando a formação política. Na minha opinião, precisamos fortalecer não apenas a sessão IFBA, mas todas as outras. Só conseguiremos lutar de verdade se conseguirmos conectar esses temas. Não podemos realizar política e formação política juntamente com o combate às opressões, porque na prática isso não funciona. Por isso, minha preocupação é com o artigo que fala sobre a junção dessas duas partes. A formação política está presente em todos os espaços. Se unirmos isso ao combate às opressões, estamos indicando que estamos reduzindo o foco da luta, não discriminando, mas diluindo o objetivo.

MARGARETE - Alguém mais está inscrito? Queria realizar uma consulta, acredito que estamos nos aproximando do final do debate sobre essa tese. Provavelmente, iremos votar e determinar como será a votação em breve. Eu gostaria de saber se já são dezesseis e sete, dezesseis e trinta. Após esta discussão, poderíamos fazer uma pausa para o café. Estará disponível, e quando voltarmos, continuaremos. É bom, não é? Ter um pouco de açúcar e cafeína para nos manter atentos. Então, como iremos proceder com a votação? Essa é a questão. Há propostas de votação. Mateus tem uma, e depois vou apresentar a proposta da Taís.

MATEUS - Eu queria sugerir a mesa.

MARGARETE - Não, pode falar daí mesma gente **ouvi.**

MATEUS - Eu gostaria de sugerir à mesa que primeiro abordássemos a questão das regionais e, em seguida, voltássemos à discussão sobre fusões. Pelo que percebi, as falas geraram debates sobre as regionais, e depois poderíamos avançar para as discussões sobre exclusões, extinções e afins. Acredito que começar com as regionais seria o mais apropriado e, em seguida, prosseguir para (inaudível).

GEORGES - Peço a palavra para uma questão de ordem. Até o momento, não adotamos esse tipo de desmembramento em nenhuma das teses aqui. Geralmente, voltamos à tese original. Se a tese for rejeitada, então outras propostas podem ser apresentadas. Devemos prestar atenção a isso, pois estamos alterando a ordem habitual.

MARGARETE - Se a gente aprova ou rejeita.

PLATEIA - Inaudível

GEORGES - Quando começamos este seminário, este congresso, foram aprovadas... foram aprovadas regras, você se lembra? Quais foram as regras? Vamos discutir e apresentar as teses, as pessoas vão debater, se houver acordo, ótimo, se não houver, o que faremos? Votamos. Por exemplo, ninguém aqui propôs a manutenção da coordenação regional para mim, e eu não vi ninguém se opor, mas se houvesse oposição, foi contra a mudança do status do CR para deliberativo, também não abriria mão disso. Ou seja, não concordo com as falas

aqui. Portanto, minha tese precisa ser votada. Foi assim que procedemos até agora. Agora, se minha tese for derrotada, podemos fazer o que quisermos, certo? Vou defender isso em qualquer fórum, inclusive ficará registrado, acho isso interessante, pois faz parte da história e da memória, marcando como será o resultado disso daqui a 2 ou 4 anos.

PLATEIA – inaudível

MARGARETE - É questão de ordem também ne? É questão de ordem... questão de ordem.

MATEUS - Bem, é uma questão de ordem muito prática. Não devemos jogar o bebê fora com a água do banho. Se ajustarmos a tese, quando rejeitarmos a tese, não encerramos a discussão. Isso nunca aconteceu, e digo isso mesmo que eu não tenha chegado aqui no momento. Se isso foi aprovado aqui, peço desculpas à plenária, pois a plenária é soberana. Se foi aprovado nestes termos, como George mencionou aqui, isso é ilegal e pode até ser motivo de mandado de segurança. No momento da deliberação, se eu construir minha tese, vários pontos são rejeitados integralmente. Você pode até propor destaques, esse é um procedimento. Se fosse assim, a mesa deveria reler a tese e perguntar, como se faz, "Você foi secretário? Há algum destaque?" Destaque de fulano, destaque de ciclano, entende? E os destaques são votados separadamente. É assim que o Congresso Nacional funciona, é assim que o SINASEP deixa claro. Vamos manter a coerência, e digo que se isso foi aprovado na forma que Georges mencionou aqui, isso é ilegal. A plenária 16 foi aprovada desde o início, quebrando o estatuto, o regimento e tudo o que construímos até hoje para o desenvolvimento de movimentos legais.

MARGARETE - Thaís, isso também é uma questão de ordem.

LAÍS - Como estou aqui para aprender, não sei se é uma questão de ordem ou se é uma questão de votação, mas vou dar minha opinião. O primeiro tema discutido de manhã foi o plano de lutas, e houve consenso geral, certo? Discutimos bastante, não houve divisão com um, dois ou três votos, não é? Então, depois discutimos a gestão da conjuntura, que também foi um único tópico e foi eleito o voto único. Agora, estamos discutindo o tema atual, que também era uma coisa única, não houve divisão em mais de um assunto, certo? No entanto, chegamos a essa questão da formação, das faixas da diretoria, que é um artigo dividido em vários tópicos. Portanto, sugiro que, nesse caso, seria mais apropriado realizar votações separadas para cada tópico.

MARGARETE - Assim como a Thais disse, todos nós estamos no processo de construção. Eu reitero o que o Mateus disse: não houve essa aprovação. Na verdade, seguimos um fluxo, mas não houve deliberação sobre se a tese seria aprovada na íntegra ou rejeitada. Peço perdão, Georges, só um minutinho, por favor. Só um minutinho. O que está acontecendo é que esta tese apresentada cria mais discussões, especialmente sobre as regionais e a pasta de combate às opressões. Sabemos que há outra tese sendo discutida com base semelhante no Grupo de Trabalho 2, o que inclusive foi um pleito atendido para agregar. Portanto, decidimos não juntar os grupos para tratar dessa única tese. Pronto. É apenas para esclarecer, só para deixar mais claro e eliminar qualquer dúvida sobre isso. O ponto agora é o seguinte: tanto o Mateus quanto o George apresentaram, para mim vou dizer, supostas questões de ordem divergentes, porque o Mateus diz que não tem base legal para fazer uma votação dessa forma, e o George diz que, na opinião dele, sua tese deve ser votada na íntegra ou rejeitada, e participou das discussões como estão sendo feitas. Eu, como membro da **FIESA**, consulto aqui

a Camila, eu não sei como conduzir isso, não tenho a orientação de como conduzir isso. A gente pode abrir, a Camila vai fazer a fala dela e depois vamos dar a palavra para as duas pessoas envolvidas para que possamos chegar a um encaminhamento para essa questão. Você sabe como conduzir isso? Não. Você sabe como conduzir?

CAMILA - Nas outras teses que colocamos para amanhã, não apenas as aprovamos ou rejeitamos, fizemos modificações. Isso porque, ao longo do processo, fizemos ajustes para chegar a um ponto que fosse aceitável para todos, não é? Não simplesmente votamos a aprovação ou não. Então, como podemos proceder nesse caso? Se há itens na tese que não agradam a todos, podemos discutir, tentar construir um consenso e, se não for possível, votamos. Não foi assim que fizemos de manhã? Portanto, acho que não há motivo para dúvidas sobre o que está ocorrendo. Discutimos, buscamos consenso, e a votação é o último recurso, certo? É isso.

MARGARETE - Vamos fazer mais uma consulta, uma consulta de uma questão de ordem, questão de ordem, Georges. Porque já tem segunda restrição.

GEORGES - Se me recordo corretamente, aprovamos o seguinte: as teses seriam lidas e as pessoas apresentariam possíveis destaques e adendos, não foi isso? Estou inventando algo aqui? Após a apresentação da minha tese, não houve nenhum destaque. Não, preste atenção, o que aconteceu foi que houve discordâncias, "eu discordo disso" ou "discordo daquilo", mas ninguém formulou nenhum adendo aqui. Não houve formulação de adendos, ou seja, seguimos o que foi estabelecido pela organização do evento. Simplesmente isso aconteceu, Lucas. Os companheiros expressaram a extinção de todas as coordenações regionais, a primeira é com direção, a coordenação de combate à opressão é assim, mas não houve, nós não respeitamos o que foi deliberado por esta mesa. O que foi deliberado por esta mesa? Eu estava aqui e depois da leitura dos textos, as pessoas fariam emendas, correções ou destaques, mas isso não foi feito. Portanto, agora vocês precisam resolver.

MARGARETE - Só para reler, só para reler o que o George está falando, na verdade talvez ninguém tenha expressado isso como destaque. Acho que foi isso. Ó Georges, também houve logo mais cedo uma consulta sobre o formalismo moderado aqui, não foi? Quero resgatar isso para gravar o formalismo moderado, nunca foi tão útil essa expressão. O formalismo moderado, lembrei que aprendi isso na CGU e salvo melhor juízo todos compreenderam dessa forma e a lei acatou, foi uma consulta, não foi? E nós adotaremos o formalismo moderado como metodologia. Todos entenderam isso, certo? (Plenária - Sim!). Então, seguindo o formalismo moderado, acordado por todos e que todos agora reiterem seja com a expressão corporal ou verbalmente, esta plenária do GP, uma mini plenária, compreende que os destaques foram apresentados. (Plenária - Sim!). (Inaudível – Plenária) Mateus tem uma questão de ordem e Camila tem um encaminhamento. Quem mais?

MATEUS - Infelizmente abandonamos o formalismo moderado, que eu também defendia. Veja só, exatamente tendo em vista o formalismo moderado e o formalismo tradicional, voltando para o tradicional, já passa aqui uma questão. Com todo respeito à mesa, para mim foi um equívoco permitir que alguém que não faz parte da mesa fizesse a leitura. Queria sugerir à plenária que, a partir de então, somente a mesa faça a leitura, pois é assim, não é o proponente que lê. Se tivéssemos acordado aqui em abrir cinco, dez minutos para defesa, como ocorre em outros congressos, mas não foi o caso. Então, cabe à mesa a leitura. Assim, como fui secretário, sei que o secretário pergunta se há algum destaque. No entanto, você

não fez essa pergunta, fez uma leitura rápida, tecendo alguns comentários. Volto a dizer, quero propor a questão de ordem pelo formalismo tradicional: que se releia somente a parte dispositiva de artigos e parágrafos, que é curta. Aí a mesa faz a leitura, e a gente destaca. Fazemos a discussão infelizmente pelo formalismo tradicional, como se deve fazer, e evitamos essa falsa polêmica.

PLATEIA – inaudível

MARGARETE - Mas olha só, com todo respeito, George. Com todo respeito, eu não vou ceder. Eu vou tentar fazer um antes. Antes, inclusive, desculpe, perdão, perdão. George, posso falar? Então, antes de Mateus falar, eu disse que Camila também tinha a fala, que era do movimento da mesa, né? E aí a gente segue para os encaminhamentos, fechou?

CAMILA - Não, primeiro, dizer à audiência a importância, né? Pra gente aprender, a importância de estar aqui nesse espaço em construção. Eu acho que está, enquanto mesa, é um desafio e que a gente esteja mais vezes, porque é assim que constrói, né? Exatamente. Esse é um desafio, mas que a gente precisa se colocar pra construir. Sim. E fazer diferente. Então, a gente vai se adaptando, a gente vai aprendendo sobre as formas, né, e aí, no meu ponto de vista, pelo que eu observei, nós tivemos divergências em dois pontos: um em relação à pasta de combate às opressões junto (inaudível) e que eu não falei que era destaque, poderia ter falado, gente, teria facilitado, né, numa possível discussão, mas não falei, tá! Certo ou errada, a metodologia como foi, né? E o outro ponto que eu vejo é em relação às regionais, né? A explosão e tudo mais, pensando na possibilidade, na possibilidade não, na questão prática que nós temos mais duas teses com esse mesmo conteúdo, eu penso que a gente pode encaminhar e levar esses dois tópicos pra discussão junto com as outras teses, uma vez que, no meu ponto de vista, foi o que divergiu, se eu tiver errada.

PLATEIA – inaudível

GEORGES - não ninguém falou aqui nada contra o CR ser deliberativa ou não? Então ninguém levantou essa voz (inaudível)

MATEUS - Eu falei se tiver gravado eu falei eu falei que eu era contra (Inaudível).

MARGARETE – Tá, aqui eu falei, olha só, é bom o embate porque a gente vai avançando, né? Fica cansativo, a certa altura fica redundante, a gente. Tem duas, só tem duas inscrições, perdão. (plateia – Inaudível). Eu gostaria, eu gostaria, mas as pessoas. Quem queria, quem queria ir para o café e queira ir pro café. Agora tem uma outra coisa só que eu queria fazer um lembrete, outras teses que têm conteúdo parecido, a sugestão, é uma sugestão. Aí a minha sugestão é, tem conteúdo parecido? A gente pode voltar pela aprovação ou reprovação dessa tese e levar essas discussões para análise como destaque das demais e teses que estão lá no GT. É uma sugestão.

GEORGES - Aí você está sendo incoerente com a sua própria argumentação anterior.

MARGARETE – Mas é como eu disse, a gente eh eu não sou só certezas, eu tenho muitas dúvidas. (Inaudível)

GEORGES - Me perdoem, mas temos uma missão, que é encerrar a discussão dessas teses. Essa foi a atribuição desse GT. Se estão cansados, podemos tomar café.

MARGARETE – Vamos suspender para o café? Vamos. Ó vamos suspender para o café, vamos suspender pro café agora.

INTERVALO

MARGARETE - Bom gente, a gente sempre sabe... Bom retorno aqui pra todos nós, Eh...os debates, eles são importantes, muitas vezes acalorados, mas faz parte... Eh na democracia, né, gente? Não é consenso, mas é sempre o acordado. A ideia é essa, né? Nem sempre o consenso integral, mas o que se tem como consenso é aceitar o acordado, no final das contas, como resultado. E a luta política é isso, não venceu essa, não foi essa a proposta acolhida, recolhe, repensa e relança a ideia, ou de uma nova forma ou, até um dia, né? Tem que ir persistir e é isso que nós fazemos aqui. Eh enfim, to aqui falando para dar o tempo de Camila chegar, Camila tá numa outra reunião, curiosamente, na página de combate às opressões, da Nacional, né? (plenária complementa dizendo: - coincidentemente, justamente debatendo,,,) justamente isso... Saímos daqui com um impasse e colhendo as informações do café da manhã (inaudível - pra pra gente propor alguma conduta). Vamos fazer, até para poder seguir, o formalismo material e formalismo moderado, vou dar um passo atrás para avançar Eu vou fazer uma uma releitura, não vou reler, mas não é uma releitura, vou ler de novo a tese não a íntegra porque eu não vou ler a justificativa, todos estamos com caderno de de de teses. eh foi amplamente discutido, só pra seguir o rito, eu vou reler, vou ler de novo a tese na proposta de mudança do regimento e vou abrir para destaques esses é destaques poderão ser entregues por escrito, já tem um aqui em minhas mãos e depois a gente volta, fechou? fechou? Enquanto estou lendo, vocês entregarão oportunamente, mas aproveitando esse tempo, que eu tô lendo, para escrever os destaques, tá bom? Teste 2.2 tese da reorganização das pastas da diretoria executiva e do conselho de representantes. Reorganização das diretorias executiva, proposta: Emenda supressiva parcial com ajustes entre coordenação da diretoria executiva da SINASEFE IFBA. Nova redação para o artigo 17. A diretoria executiva será composta por onze membros titulares e três suplentes eleitos, eleitas

Para os seguintes cargos: 1) Coordenação Geral; 2) Coordenação de Finanças; 3) Coordenação de Secretarias; 4) Coordenação de Comunicação; 5) Coordenação de Assuntos Jurídicos; 6) Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social, obrigatoriamente ocupada por filiados aposentados; 7) Coordenação de Assuntos Pessoal TAI, ocupado obrigatoriamente por pessoa do segmento que se destina a pasta; 8) Coordenação de Assuntos de Pessoas Docente, ocupada obrigatoriamente por pessoas no segmento que se destina a pasta. 9) Coordenação de Políticas Educacionais e Atividades Culturais, de Esporte e de Lazer; 10) Coordenação de Formação Política e de Combate às Opressões; 11) Coordenação de Políticas para as Mulheres; 12) Suplente um; 13) Suplente dois; 14) Suplente três;

Conselho de Representantes

Proposta: Nova redação para o artigo 16: O conselho de representantes, órgão deliberativo do SINASEFE IFBA, somente abaixo da assembleia e do congresso será composta pela diretoria executiva, mas dois ou duas representantes de cada campus do IFBA, de cada unidade do IFBA, da Reitoria do IFBA e do Colégio Militar de Salvador, CMS. Para um mandato

de dois anos, poderá ser reeleito para mais um ano, por mais um mandato. Bom, não vou ler a justificativa porque ela já foi amplamente debatida.
Pergunto eu, destaques? Eu vejo que já tenho um, dois, três, tá escrito aí? Já tá aqui?

MATEUS - Destaque...

PLENÁRIA - Tô escrevendo aqui...

MARGARETE - Enquanto tá escrevendo, a gente pode ler aqui? Quer ler **Adaise?**

ADAISE - É só entender a letra

PLENÁRIA - Posso falar o meu?

MARGARETE - Você consegue enquanto a gente tá...

PLENÁRIA - Ta ai!

MARGARETE - Não, vamos fazer a leitura, tá? A leitura aqui...

ADAISE - Permanência da pasta de combate às opressões, conforme o estatuto. Deixa eu ler, que eu não estou entendendo. Continuação da pasta de combate às opressões...

MARGARETE - Manter três regionais conforme tese da página 21. Outro destaque: CR não deliberativo, rejeição da proposta do artigo 16, da nova redação; Fusão de algumas pastas, como está na tese na página 21. Esse foi um destaque encaminhada por Mateus.

ADEISE - Proposta de inclusão, a pasta de mulheres, ocupada obrigatoriamente por mulher.

MARGARETE - ...De Tereza Bahia... (complementando a que **Adise** fala).
Manter a pasta de coordenação de esportes e lazer, manter a pasta de opressões. Chegando mais um destaque... Eh eu acho que aqui são das composições, né? Podemos manter, 12) Coordenação Regional: Chapada Norte e Oeste, Feira Oeste, Irecê, Jacobina, Barreiras, Euclides da Cunha, Juazeiro e Paulo Afonso. Coordenação Regional Metropolitana: Recôncavo do Sertão, Santo Amaro (inaudível 2''18') Santo Antônio de Jesus, Feira, Salvador, Reitoria, Colégio Militar, Lauro de Freitas, Camaçari, São Francisco do Conde, Simões Filhos. 14) Coordenação Regional Sudoeste Sul, Extremo Sul, Ilhéus, Valença...

MATEUS - É a mesma da tese

MARGARETE - Isso, é a mesma da tese. Nós temos um destaque, dois destaques, três destaques, quatro destaques, cinco destaques, seis destaques apresentados a essa tese.

PLENÁRIA - Eu não fiz o destaque, posso fazer, agora?

MARGARETE - Pode. Pode, você está escrevendo? Porque ficou os destaques por escrito.

PLENÁRIA - Vamos começar votando?

MARGARETE - Mas deixa eu ler, apresentar o destaque, né? Para oportunizar a todos. Só lembrando que essa tese aprovada ou rejeitada, conforme foi definido aqui na metodologia, amanhã na plenária vai voltar a visitar. Só pra dizer o resultado que saiu do GT. Destaque de Ari: Pasta de aposentados preferencialmente e não obrigatoriamente. É um destaque que a pasta de aposentados não seja obrigatoriamente conduzida por um aposentado.

(burburinhos)

MARGARETE - Vamos votar, vamos votar. Vamos votar. Aí a intenção é a seguinte: a gente rejeita ou aprova a tese, rejeita integralmente, rejeita ou aprova integralmente? Eu acho que tem três, né? Rejeita integralmente, aprova integralmente ou aprova com destaque, né isso? Não é isso?

PLENÁRIA - isso...

MARGARETE - Rejeita integralmente, aprova integralmente ou aprova com destaque. São essas três, é o que tem na mesa, são essas três, a cartada que está na mesa. É isso? Eu quero a assunção de vocês: rejeita integralmente, aprovo integralmente ou aprova com destaques.

MATEUS - A gente botaria os destaques, unificando os que são iguais e botamos os destaques a parte, que já é um debate de rejeição.

MARGARETE - Vocês não acham que esses destaques deveriam ser votados amanhã, e já sai com os destaques?

MATEUS - Não, porque os GTs têm que fechar uma proposta, mesmo quem perder pode levar para plenária amanhã

MARGARETE - Ah. A permanência das pastas de mulher... Ô tem três pastas aqui permanência de pasta, tem uma pasta de manutenção de mulher, de combate a opressão, conforme o estatuto. (conversa na plenária) Ah tem dois três destaques que é manutenção de pastas, tem dois destaques, que é a recomposição, reestruturação das pastas regionais, mas essa tá lá na outra, e tem um destaque que é sobre preferencialmente ou não de aposentados.

MATEUS - E a dos CRs também.

MARGARETE - Então, são três convergentes, quatro convergentes, e três diferentes... Preferencialmente. Então vamos voltar aos destaques primeiro? A gente volta aos destaques. Então tá, eh destacando pelos mais rápidos na redação, não é que sejam mais simples, eu acho que até vai ser bem polêmico. Eh o destaque da pasta de aposentado ser preferencialmente, não obrigatoriamente ocupada por aposentados.

MATEUS - Só vai votar ou vai fazer defesa?

MARGARETE - Só vai votar. Quer fazer a defesa? (discussão das pessoas que querem fazer defesa, pediram uma questão de ordem) Porque a gente não vai sair dessa... Eu entendo todos todos esses destaques, todos esses destaques precisam de defesa. Todos esses destaques merecem defesa, eu vou te passar a questão, Então eh se abrir a defesa, vai ter que abrir pra todas as defesas de destaques. Compreendendo que aí, é parte do jogo.

Ninguém veio aqui pra fazer discussão capenga. Eu acho que é isso também é importante. E outra coisa, se não acabarmos as outras aqui, se for importante consumir a tarde inteira nessa daqui, que assim seja. Fechou? Georges tem uma questão de ordem e depois a gente vai para as defesas nos destaques. Obrigado
(Georges fala baixo com outras pessoas)

MARGARETE - Georges, segue aí com a sua fala, por favor.

GEORGES - Eh pessoal, a gente novamente tá inovando aqui, nesta tese... porque nas outras teses nos ouvimos a leitura, em seguida foram feitos os destaques, e depois aqui com a companheira Marlene conduzindo os trabalhos (inaudível 2''24' e Margarete contesta) nós entregamos os destaques por escrito, eu apresentei os destaques por escrito, eu não vim aqui defender, você lembra disso?

MARGARETE - Você defendeu, defendeu mais de uma vez...

PLENÁRIA - Entregou a proposta por escrito...

GEORGES - Nós apresentamos a defesa na hora que apresentamos os destaques. Só que os destaques foram feitos aqui. Se nós formos abrir para as defesas, nós vamos sair daqui às dez horas da noite. Eu quero lembrar o seguinte, eu tenho um problema particular, vou aplicar uma prova em Salvador e às 18:40h eu tenho que sair daqui a pouco daqui, infelizmente. Eu não acho razoável abrir para a defesa, depois de todos esses destaques novamente...

MARGARETE - Ô Georges, você que tem defendido muita a memória **eh**, eu vou permitir usar um argumento seu, usando pra mim mesma, né? Compreendendo que eu estou amadurecendo cronologicamente, a minha memória curta, ela falha muito, mas de longo prazo ela às vezes me me ajuda, mas a minha memória é curta, então eu vou lembrar que você chamou a atenção que você quando apresentou o destaque não fez defesa... Eu quero dizer aqui, que salvo, eu esteja equivocada, mas a minha memória curta que não está falhando nesse momento, me lembra que você defendeu o seu destaque de manhã, inclusive teve várias divergências aqui com Marlene. (Georges tenta falar) Não, então foi só um adendo, não é um debate. Então assim, eh vamos fazer as defesas, porque tem destaques aqui que eles são realmente (longos?). Então, Mateus, passo para a questão de ordem de Mateus muito rapidamente, depois a gente passa para a defesa dos destaques e segue os trabalhos.

MATEUS - Eu acho que ficou escuro aqui de que nós mudamos a metodologia para voltar a ter destaque. A plenária decidiu isso. Então a gente não pode tá toda hora questionando a metodologia e a legitimidade da mesa. Então, se tem dúvida que não parem mais dúvidas, porque nós mudamos aqui, não vamos ficar inquirido "ah a metodologia" foi aprovado, foi aberto os trabalhos agora com a releitura dos textos. Então assim, vamos dar segurança para o debate pra gente não ficar voltando, nesse remereme, porque assim a gente não anda, beleza? Senão toda discussão vai ser assim. E agora vai ter que ler pra evitar o formalismo material, vai ter que se voltar

MARGARETE - Ó, usando a minha **distribucionalidade**, vou chamar o colega eh Ari pra fazer a leitura, a defesa da manutenção da parte dos aposentados ser preferencialmente, não

obrigatoriamente ocupada por aposentados. Rapidamente, por favor. Vamos um minuto? Um minuto e meio.

ARI - Boa tarde. (o microfone está com som abafado e com a fala da mesa contrapondo a voz de Ari) (as falas a seguir resume a ideia) Estive na na gestão anterior que inaugurou a proporcionalidade, né? E eu faço a defesa de não ser obrigatoriamente... se não me engano foi Patrícia não era aposentada e foi. Então a ideia não é de que a gente não tenha aposentados na pasta... até mesmo porque a pasta não trata só de aposentado, mas também da seguridade social, abrange a todos que estão aqui... se não me engano! Que a proposta seja preferencialmente... não é exclusivamente

MARGARETE - Camila, agora defendendo... Eu estou fazendo a seletiva pelo tamanho, entendeu?

MATEUS - Num vai voltar separado não?

MARGARETE - A proposta é votar em separado? Tá. Então vamos abrir logo a votação. A votação sobre a manutenção sobre esse destaque tal como ele quer. Quem aprova levanta a mão (plenária se manifesta e dá opinião) Não, a divergência, abrir a divergência? (plenária discutindo)

GEORGES - Não aprovaram a defesa? Então a tese é minha .

MATEUS - Isso é verdade!

MARGARETE - Agora eu vou convocar aqui, um aposentado aqui, para em meu nome, fazer a defesa pelos aposentados. Ou Rosa, ou uma professora ...

VILMA - Gente, boa tarde! Eu sou aposentada há 31 anos. (inaudível) Então, eu sou contra o “preferencialmente”, a pasta C de não aposentado obrigatoriamente, eu acho todos aqui mesmo que não são aposentados, nos falamos de cada, eu era da Escola Técnica, eu sou aposentada desde a época, na época não tinha SINASEFINHO, não tinha essas leis novas, nada disso. Estou aqui com setenta e oito anos e quero poder dizer que sou contra as pessoas presencialmente. Uma outra gestão anterior, foi uma pessoa que não era aposentada, entendeu? Que era dona da pasta dos aposentados. O que é que essa pessoa entendia de aposentado? Nada!

Então, quantas aposentados como eu e mais novas do que eu sabíamos o que já fomos no passado, no presente e o que aguardamos no futuro. Então, são essas as minhas palavras. Muito obrigada.

(aplausos)

MARGARETE - Eh o George cedeu a fala para Vilma, Vilma fez a exposição dela, mas alguém quer fazer? Vamos votar? (Plenária se manifesta, Tereza pede a fala) Olha, um minutinho só... já fizemos o ponto e o contraponto.

PLENÁRIA - Uma defesa e uma contra.

MARGARETE - Eh pronto! Eu percebo que há uma impressão de que a mesa é tolerante, mas eu penso que a gente tá no processo, tentando não cercear a voz de ninguém. Então, vamos lá! Eh tivemos a defesa, tivemos a a contraposição e agora a gente votar esse destaque,

fechou? Pega os crachás. Olha só, vamos lá... Para a pasta de aposentado, preferencialmente e não obrigatoriamente. Quem concorda, levanta a mão, quem aprova esse destaque? Que a pasta de aposentado seja preferencialmente e não obrigatoriamente composta por aposentados. Quem aprova esse destaque? 1 pessoa aprova. Quem rejeita? foi rejeitado o destaque.

DESTAQUE: Que a pasta de aposentado seja “preferencialmente” e não “obrigatoriamente” conduzida por aposentados.

RESULTADO: Destaque rejeitado.

MARGARETE - Próximo, o próximo destaque, permanência da pasta de Combate às Opressões, conforme está no estatuto. Camila apresenta esse destaque.

CAMILA - É isso gente eu acho até que eu já fiz a defesa né? Nas outras falas. Garantia da pasta, inclusive eu tô aqui na reunião da Nacional, LGBT onde a gente eh, onde a gente solicitou que no Congresso Regimental que vai ser novembro, tenha uma mesa LGBT. Então, tá sendo construído agora a metodologia de criação dessa mesa. Então, a gente precisa garantir mais espaço de formação. Se a gente deixa essa pasta junto com a outra pasta, ela não vai existir e a gente precisa avançar na luta. É isso.

MARGARETE - Georges faz a defesa aqui, que a tese é sua. Um minuto.

GEORGES - Obrigado, pessoal, não tenho nada contra manter a pasta de Combate às Opressões sozinha, mas não há espaço para isso, infelizmente, infelizmente não há. E quando nós colocamos a proposta de colocarmos a pasta de Combate às Opressões, com a de Formação Política, qual é o entendimento? Entendimento é que um dos elementos, se não a formação política do sindicalizado é que ele enquanto formação política... (inaudível) ou melhor reeducados e alguns educados, para não passarem daquela linha ética, pra não passar daquela linha ética que falta com respeito com o semelhante né? Com quem tem opções diferentes da sua, de todas as natureza, pra quem tem uma cor diferente, para quem tem uma origem de classe diferente, todas as diferenças que a gente eh convive na sociedade hoje, né? A diversidade...

MARLENE - Conclua

GEORGES - Então esse pra mim, isso não compromete o trabalho, não compromete o trabalho do Combate às Opressões, ao contrário, foca pra luta.

MARLENE - Bom. Ponto e contraponto feito, vamos votar o destaque: Permanência da Pasta de Combate às Opressões conforme está no estatuto. Quem aprova o destaque? Quem aprova destaque? O destaque é: Permanência da pasta de Combate às Opressões como está já no estatuto, tal como está lá. (Plenária sugere por contraste) Pode ser por contraste. Eh Para que fique tal como tá na tese apresentada por Georges que é a fusão da pasta de Combate às Opressões com a de Mulheres, ohh a de Formação Política né? Destaque aprovado. Abstenções?

DESTAQUE: Permanência da Pasta de Combate às Opressões conforme está no estatuto.

RESULTADO: Manutenção da pasta de Combate às Opressões conforme está no estatuto.

MATEUS - Declaração de voto.

MARGARETE - Declaração de voto

MATEUS - Fui direção quando nós éramos uma gestão pequena e não proporcional, fui direção em uma gestão grande e proporcional, e não tenho dúvida quando nos tornamos uma gestão grande proporcional, às críticas eram porque trazíamos todo mundo, porque não conseguia nos reunir e éramos atacados inclusive de má prestação dos recursos do sindicato, pra trazer vinte pessoas pra cá. A gestão hoje tá fazendo híbrida, mas pode ter um debate e, se possível, trazendo todo mundo presencial. Eu acho que a gente tem que assumir o ônus políticos, fazer esse debate também, porque quando chega na ponta, numa assembleia, acusam a direção de mau uso do recurso e aí todo mundo tira o braço da seringa e deixa o companheiro isolado, para serem acusados de um monte de coisas. Agora na Nacional está acontecendo isso, vai tá se falando agora de reduzir pastas, tá se falando agora de enviar as cláusulas de (inaudível) para as teses do próximo Congresso Regimental. Quem vive verá, mas é importante que a gente tenha sobriedade, os pés no chão para fazer esse debate, dialogando com a práxis política, para a gente não ficar aqui jogando a esmo. Ninguém propôs extinção da pasta, propôs a reorganização da pasta, se descobre com quase três mil filiados, tem oito pastas, nós estamos com dezoito pastas titulares e cinco suplências. Imagina trazer esse pessoal todo pra se reunir e o híbrido surgiu agora, né? Nós passamos um bom período tendo que trazer todo mundo quando assumimos essa gestão. Também tem essa responsabilidade com o nosso recurso e não aumenta, que fica na casa dos oitenta mil de olhe lá!

MARGARETE - Essa foi a declaração de voto, foi a declaração de Mateus, solicito aos colegas que na hora da retirada do microfone, daquela que vos fala, por favor, faça por gentileza, carinho, porque eu vou largar a mão, viu? Tá?. É Mateus, devagar, eu sei que você tá, envolvido no debate, (Mateus fala que estava empolgado) mas devagar com a mão de quem tá...

MATEUS - Perdão, querida! não vi...

MARGARETE - Tá. mas, eu senti... (ela menciona que percebeu que foi sem intenção) Olhe só, Bom mais um seguindo o princípio do tamanho do texto e, não a complexidade ou não, eu chamo o professor André Sarmiento pra defender o seu destaque. É manter a pasta de Coordenação de Esporte e Lazer e manter a pasta de Opressões, que eu acho que essa já foi aprovada.

ANDRÉ - Pode colocar o microfone na mesa, professora. A pasta de Opressão já foi dito, né? Já foi votado. A segunda parte dela. Muito foi falado ontem e hoje pela manhã sobre a questão de união, de conagraçamento, de concessão. E a principal pasta do sindicato que pode produzir isso, com afinco, é a pasta do Esporte e Lazer, se ela for muito bem conduzida Então, é por isso que eu proponho que ela seja mantida e que seja eh conduzida por uma pessoa que realmente tem a competência pra fazer isso, porque de fato aposentado faz eventos, né lindos, maravilhosos e a pasta de Esporte e Lazer pode contribuir muito com isso. É isso aí.

MARGARETE - Georges faz a defesa.

GEORGES - Um abraço, companheiro André, do Colégio Militar (inaudível)

MARGARETE - Tá contando o tempo, viu?

GEORGES - Um cara que eu gosto muito dele, muito. Acho que o esporte e lazer. (áudio prejudicado por outras vozes que criam ruídos) Aí volta aquela argumentação, André. Não dá, não dá pra manter uma estrutura tão particularizada como essa que nós vamos manter. Então, considerando que as atividades de esporte e lazer, elas podem ser incorporadas com a pasta que nós estamos propondo, eu não vejo prejuízo em que se faça isso, o que se tem que fazer é ter políticas efetivas pra esporte e lazer e é preciso colocar a pessoa certa, não né? Então eu sinto divergir de você, porque senão nós vamos de exceção em exceção nós vamos retornar às vinte e três pastas, o que quebra completamente a tese da simplificação da direção. Então, me desculpe, eu divergi de vocês dessa vez.

PLENÁRIA - Faça parte.

MARGARETE - Bom, votação, manter a pasta da Coordenação de Esporte e Lazer, tal como foi apresentado pelo André e contraposto aqui pelo George. Eh quem aprova esse destaque levanta a mão!

PLENÁRIA - De manter a pasta?

MARGARETE - De manter a pasta. Tá cortando...

PLENÁRIA - Isso dez, com você.

MARGARETE - Dez pela manutenção. Quem rejeita o destaque?

PLENÁRIA - Nove votos

MARGARETE - Nove, né? E abstenções? Um, dois, três, e uma declaração de voto, quatro abstenções.

DESTAQUE: Manutenção da pasta da Coordenação de Esporte e Lazer

RESULTADO: Foi aprovado o destaque da manutenção da pasta com 10 votos a favor, 9 rejeições e 3 abstenções.

PLENÁRIA - Chega até uma dor no coração, porque tanta coisa associada, mas minha declaração de voto é sobre a importância de ter essa pasta associada às demais inclusive em relação à saúde mental. (inaudível) Então, que essa prática a gente possa associar as novas pastas né? Mulheres, Opressões, Formação Política, Comunicação e por aí vai...

MATEUS - Eu não entendi o resultado da votação.

PLENÁRIA - Foi aprovado.

MARGARETE - A votação ficou o seguinte: Aprovado. Nove aprovam, dez aprovam, perdão! Nove rejeitam o destaque, uma declaração de voto e quatro se abstiveram.

(A plenária ficou sem entender e dialogam)

PLENÁRIA - Aprovado o destaque, a pasta permanece.

PLENÁRIA - Só pra entender, então, fica como?

MARGARETE - Eu sei que dá, que dá um... Matematicamente. (plenária falando ao mesmo tempo) A pasta permanece. Mantém a pasta de Coordenação de Esportes. Eu acho que eu fiz a leitura. Seguindo o princípio da leitura dos textos curtos e não menos importantes, seguimos para a proposta trazida por Teresa Bahia. A Proposta de inclusão, a pasta de Mulheres, ocupada obrigatoriamente por mulher. Tereza, por favor.

TERESA - Eu sei que em outras instâncias do SINASEFE, está escrito assim, isso foi um pedido de algumas colegas fizeram, elas estavam aqui pela primeira vez, me pediram que eu trouxesse essa proposta, não se sentiam confortáveis pra vir aqui na frente, eu acho que bom, a gente não perde nada reiterando o papel das mulheres, né? Eu acho que não tem porque... a gente sabe que é assim, mas vamos deixar desenhado, porque é sempre bom.

MARGARETE - Georges. Georges, senta aqui logo... (risos)

GEORGES - A minha descrição foi praticamente desculpa as mulheres do sindicato, porque foi uma omissão de nós, que elaboramos a tese... Eu, Margarete, (inaudível, porque a fala da mesa se contrapõe)...

(George reclama e diz que o comportamento da mesa está sendo desrespeitoso)

MARGARETE (se desculpa e diz que parou o tempo, para reiniciar) (continua) foi uma falha de quem elaborou a tese não detalhar e especificar que tem que ser uma mulher a conduzir, claro que tem que ser uma mulher. Então, eu faço aqui a minha **meia** culpa, Margarete assinou, professor Ronaldo assinou. Eh só para convergir com a proposta da companheira Tereza.

MARGARETE - Só para manter mesmo o rito, né? Vamos lá para a aprovação do destaque: A pasta das mulheres, ocupada obrigatoriamente por mulheres.
(confusão)

PLENÁRIA - Vamos seguir o protocolo, não é mesmo Rosa Mota?

MARGARETE - agora eu tenho mais dois destaques do tamanho considerável... , Então tem abstenção? Nessa aí não teve divergência, o próprio relator acolheu.

DESTAQUE: Neste destaque da inclusão do termo: "obrigatoriamente" conduzida por mulheres, na pasta de Mulheres, o redator da tese acolheu o destaque.

MARGARETE - Eh bom, tem destaques, cadê Mateus?

MATEUS - Sem microfone.

MARGARETE - Tá. Espera ai Mateus, deixa eu fazer a leitura. Eh ele representa na verdade três destaques: Manter três regionais, conforme tese da página 21. A gente vai se debruçar

agora sobre a **testa** da página 21. (ele diz que pode seguir); CR não deliberativo, rejeição da proposta do artigo 16 da nova redação; Fusão de algumas pastas como está na tese da página 21.

PLENÁRIA - Um voto já foi vencido, né Mateus?

MATEUS - Já ia dizer isso, eu acredito que três pontos aí que precisam ser votados, precisariam mas, já foram prejudicados. fica pra amanhã.

(conversa entre Mateus e plenária, inaudível)

O que eu ia dizer em relação ao primeiro ponto, eu não sei se a mesa assim vai fazer que a gente debate CR depois e vota nisso porque vai ter que abrir pra o autor da tese vim aqui, tese da página 21, que eu também falo isso lá e outras pessoas na tese da página 21. Não, não vou, não vou entrar no mérito de três, cinco regionais eu acho que não deve excluir as regionais, não difusão das regionais. A modulação dessa decisão, a remodelação das regionais, a gente deixa com debate depois. Desdobramento do debate. Mas o primeiro debate é: Não excluir as regionais. Então, eu defendo e quero sensibilizar os colegas aqui presentes, que a gente não exclua as regionais. Acho que nós já esgotamos o debate, respeitamos Georges, acho que aqui é o espaço da divergência mesmo. Não é nada pessoal, não é nada disso, eu não levo nada aqui pro pessoal. Tanto é que eu tento conversar com todo mundo. Mas eu acho que a gente precisa manter as Coordenações das Regionais. Seja em cinco, seja em três, dispenso lá na frente, mas defendo que a gente mantenha as regionais.

MARGARETE - Ô Mateus, só pra.. antes de George aqui. Então, nesse seu destaque você tá remodelada no seu destaque que não é da discussão sobre se são três, ou se são cinco regionais, ele se transformou em não excluir as regionais.

MATEUS - Não excluir as regionais.

MARGARETE - Não excluir as regionais, tá compreendido isso? Foi isso? Você lembra que mais cedo também, minha memória curta? Que mais cedo eu disse assim, você entendeu o que eu entendi, e eu não entendi o que você entendeu que achou que eu não tinha entendido, foi essa mais ou menos essa discussão pela manhã. (conversas paralelas). Então, está compreendido que o destaque de Mateus é de não excluir as regionais, é esse?

MATEUS - E o desdobramento vai ser depois.

MARGARETE - E o desdobramento vai ser depois na plenária, e sobre os CRs?

MATEUS - A gente volta e discute depois.

MARGARETE - Ele defende, não excluir as regionais.

GEORGES - Respeitosamente, companheiro Mateus eu vejo você o próprio Mateus está confuso com relação a manutenção dessas coordenações regionais, o comportamento do companheiro está variado conforme a reação da plateia que manifestou um posicionamento um pouco resistente a minha tese, eu também não tenho compreendido, né? Porque eu defendo a supressão das Coordenações Regionais, sabe por quê? Porque ela dispensa energia, ela dispensa recursos financeiros e ela não é efetiva e ela não tem poder, os CRs não

tem poder, se assume uma condenação executiva assim (inaudível, vezes se contrapõe na gravação)...seja uma base equivocada, uma direção que foi equivocada...(inaudível, vezes se contrapõe na gravação)... CR, seja em três, conhecido grupos, de uma faixa territorial é para que um representante...

MARGARETE - Conclua Georges...

GEORGES... Então, mantenho a tese da supressão das Coordenações Regionais.

MATEUS - Quero direito de resposta.

MARGARETE - Eh Mateus, Mateus peraí peraí ó eh eh...

GEORGES - Eu agredi Mateus?

MATEUS - Ele usou qualificadoras a meu respeito e eu não utilizei com ele... (burburinhos)
Eu me senti ofendido...

MARGARETE - Eh. Tá. Mateus tá, tá, gente ó! Consultando aqui, seguindo a Justiça Eleitoral. Mateus deliberamos que não abrimos o direito de resposta.

MATEUS - Tinha motivos.

MARGARETE - Agora você vai fazer o destaque sobre a exclusão...

MATEUS - Dos CRs?

MARGARETE - Dos CRS ainda não, porque vai se desdobrar em dois destaques. Georges fez a contraposição para excluir as regionais e você disse, não vamos excluir as regionais e o debate qualificador.

MATEUS - Exatamente.

MARGARETE - Lei complementar, lei complementar quando a gente for pra plenário, então pronto.

PLENÁRIA - As emendas.

MARGARETE - As emendas, às leis complementares. Nós assistimos... o Brasil obriga a gente ficar **adentrado**. Eh então vamos votar nesse destaque apresentado por Mateus sobre: Não exclusão das regionais. É esse, é esse o destaque apresentado, logo depois vai ser discutida a outra discussão. Não excluir as regionais, quem é a favor? Não excluir as regionais. Que inclusive eu que assinei... Eu disse que eu era só dúvida de poucas certezas.

PLENÁRIA - Quinze, dezesseis.

MARGARETE - Dezesseis. Quem não aprova o destaque? Embora. Dois.

PLENÁRIA - Dois votos.

MARGARETE - Dois votos. Abstenções?

PLENÁRIA - Declaração de voto

PLENÁRIA - Três, quatro, cinco. Cinco.

MARGARETE - Cinco abstenção, né? Camila tem uma declaração de voto

CAMILA - Dois segundos. É que eu fiquei na dúvida em relação a tese lá da (inaudível a voz da mesa se contrapõe no áudio) manhã. Se na tese tem redução de CRs?

MATEUS - Não

MARGARETE - Então a tese da não exclusão das regionais está aprovada

DESTAQUE: Não exclusão das regionais

RESULTADO: Aprovado por 17 votos a favor, 2 contra e 5 abstenções.

MARGARIDA - Mateus por favor apresente sobre o CRs.

PLENÁRIA - Desculpa, não é CRs não! É regionais.

PLENÁRIA - Tem regional?

MATEUS - Tem. Mas primeiro, discordando fraternalmente dessa mesa, a gente discorda de decisão de juiz, de decisão administrativa, né? Mas esse foi o momento que eu me senti aviltado aqui na plenária, dizer que eu estou, que eu fiz uma defesa confusa ao sabor do movimento da plenária. Então, estaria negando a tese que eu escrevi, que é a Camila acabou de falar da página 21, em que eu defendo a manutenção das regionais. Se teve alguém que desde o início que tava aqui companheiro... e aí eu lamento a sua fala insinuar que eu estaria querendo manipular a plenária ou a plenária me manipular para eu obter o endosso porque foi isso e várias pessoas que entenderam eu entendi. Eh eu fui muito claro aqui dizer que eu defendia desde o início da manutenção das regionais e como não havia concordância nesse momento sobre três ou cinco a gente leva pro debate posterior, quando chegar essa que trata disso. Então, feito essa explicação que era isso pra dizer do meu direito de resposta. Eu acho que é uma coisa sem precedentes nós anularmos...

MARGARETE - Mateus, você tem que fazer a defesa sobre o CR. Seu tempo está correndo.

MATEUS - Pronto, eu vou acabar agora o meu tempo, eu tenho 2 minutos.

MARGARETE - Você agora tem que fazer a defesa sobre o CR não seja deliberativo, rejeitando a proposta do artigo 16, por favor defenda isso.

(Georges interfere, sobre o tempo)

MATEUS - É impressionante. Tem gente que quer pautar a mesa e não é de agora. A mesa tá falando do meu tempo, pra mim e a pessoa quer se meter. Bem, é impressionante, ela quer

tutelar alguém (inaudível). Respeite o meu tempo, eu não digo a sua (inaudível)... Bem, ela não tem muito o que dizer, essa bizarrice que é querer que o CR seja deliberativo pra ofuscar a Diretoria Executiva ainda pra competir com a Diretoria Executiva e esvaziar a executiva. Mas hoje temos uma dificuldade imensa de convocar os CRs, vamos ser críveis, vamos ser realistas... Nós estamos buscando na base, nas (inaudível) o maior campus, onde não há pessoas, hoje, dispostas a serem CRs. Então, que seja pela rejeição total dessa proposta de artigo ser deliberativo pra competir na diretoria executiva e esvaziar a diretoria.

MARGARETE - Conclua.

MATEUS - Não não é o papel do CRS

MARGARIDA - Fazendo adendo, uma observação, Mateus não gastou seu tempo, usou um minuto e quarenta segundos.

MATEUS - Obrigado... nem os dois minutos foram...

GEORGES - Você sabe porque a minha tese, eu entendo porque que o CR não tem força? O pessoal não tem interesse de compor o CRs porque ele não tem força política, porque ele não é deliberativo ao contrário, porque no dia em que o CRs tiver força política Jacobina, Irecê, Paulo Afonso, eh Vitória da Conquista, as pessoas vão participar mais, sabe por quê? Porque eles vão vir para Salvador e dizer: Nós não concordamos com a distribuição de recursos, o sindicato aqui nessa nesse campus nós não concordamos com a distribuição de recursos, com a centralização, nós não concordamos com a realização de eventos só em Salvador, Congresso regimental só em Salvador, nós não concordamos com isso, com aquilo ou com aquilo outro. É assim que o CR vai se tornar efetivo, sabe como? Tornando ele deliberativo, aí sim, teremos uma democracia real e não essa democracia egoísta que nós estamos aqui eh tentando eh defender.

MARGARETE - Pronto a defesa, a contraposição foi de tornar o CR deliberativo. Vamos votar o destaque dos CRs. Atenção, que esse aí é muito importante que esse aí é de questão de distribuição de poder, né? pesos, contrapesos, né? CR não deliberativo a proposta é de rejeição da relação dada da tese de George do artigo 16, né? Pela nova redação. Mateus defende que o CR não seja deliberativo, quem aprova esse destaque?

PLENÁRIA - Cinco, seis, sete, oito, nove com você. Dez com ela lá pra trás.

MARGARIDA - Dez votos. Quem rejeita esse destaque?

PLENÁRIA - Seis.

MARGARETE - Seis. Abstenções?

GEORGES - Quantos votos?

MARGARETE Seis, agora. Temos dezesseis.

PLENÁRIA - Agora as abstenções. temos quatro pessoas.

MARGARETE - Alguma declaração de voto? Alguma declaração de voto? O Ministro do Supremo muda vota, quem somos nós vou dar voz porque quem somos nós que não vamos mudar, eu tô assinando a tese e rejeitando um monte de ponto da tese. Eu tô assim tranquila, durmo tranquila, aliás para tirar o meu sono só se...

DESTAQUE: CRs não deliberativos.

RESULTADO: A Favor 10 votos; contra 6 votos e 4 abstenções. Vence o CRs não deliberativo.

MARGARETE - Eh tem um outro eh tem um outro destaque aqui que foi apresentado por Laís, Laís.

LAÍS - Mas na verdade ele é similar ao que Mateus apresentou.

MARGARETE - Então esse destaque ele na verdade ficou com não rejeição das regionais, né? Não retiraria das regionais e a regulamentação delas a gente vai discutir a posterior.

MATEUS - Foi o que Camila estava explicando, esse destaque, Laís tirou da página 21

LAÍS - É.

MARGARETE - Bom, feito isso eu acho que a gente já está caminhando para a votação dessa tese, proposta 2.2 A tese de Reorganização das pastas da Diretora Executiva e do Conselho de Representantes com os destaques aprovados. Os destaques aprovados. Agora a votação vai ser pela aprovação ou pela rejeição da tese, considerando que ela aprovada, será aprovada com os devidos destaque (plenária se manifesta) Ahm? Ela aprovada, ela aprovada, ela será aprovada com os devidos destaques. Para não chamar.. Ou podemos chamar pra três votações: Aprovada como destaques, aprovada sem destaques ou rejeitada integralmente. (plenária discute) Com três chamadas? Com três chamadas. Aprovada então os destaques já foram debatidos. É. Os destaques já foram debatidos ou rejeitados. A aprovação dessa tese já inclui esses destaques ou rejeição dessa tese. Pronto? Vamos preparar

GEORGES - Não entendi a votação. Então por isso que pedi uma questão de ordem porque essa questão pra mim, desculpe a interferência, Todas as votações, quando a gente aprovou o destaque, incorporou na tese não precisou voltar...

MARGARETE - Não precisa votar? Enem tá!

PLENÁRIA - Repita aí... A tese original só pra entender.

PLENÁRIA - Sobrou tudo, exceto esse esses destaques que

PLENÁRIA - Exceto os CRs

PLENÁRIA - Na prática a tese não foi nem aprovada. Não, só passou obrigatoriamente aposentados.

PLENÁRIA - Isso. E combate às Opressões.

MARGARETE Isso. Como a gente tem **um plenário** amanhã. A tese de Reorganização das pastas da Diretora Executiva e do Conselho de Representantes converge com outras, ela está com destaques, ela tá aprovada com destaques. Pronto? A tese, a tese, reorganização das pastas da Diretora Executiva e do Conselho de Representantes, ela tá aprovada como destaque. Fechou? É isso?

GEORGES - Que eu vou ter que me ausentar do congresso, eu vou ter uma prova lá no campo de Salvador.

MARGARETE - Mas é isso, num é isso? A compreensão é essa, né isso? Aprovada. Aprovada com destaques.

GEORGES - Isso.

PLENÁRIA - Valeu, Georges Jorge.

PLENÁRIA - Tem mais alguma coisa?

MARGARETE - Tem, mais duas teses.

PLENÁRIA - Quanto tempo. Agora sim, a gente precisa ver que o teto (se referindo ao horário acordado com o hotel)

MARGARETE - Olha, são dezoito e um minuto. Como, inclusive, estava verbalizado se a gente não conseguisse concluir, a gente encerra os trabalhos e volta para as duas teses restante desse GT pra das início amanhã de manhã. Segue esse encaminhamento? Concordam

PLENÁRIA - Aí na plenária.

MARGARETE - Antes da plenária... não inclusive tá aqui, o que não for aprovado vai para o plenário. Tá aqui ó, ó, na metodologia, na metodologia tá aqui ó eh a gente tem tempo né? E nesse caso aqui literalmente tempo é dinheiro, a gente encaminhou essa metodologia e eu já encaminhei para todos os grupos... com fotos...

PLENÁRIA - É isso mesmo. O que não ficar discutido aqui vai para plenária, está no grupo.

MARGARETE - Só vou ler aqui metodologia para o GTs. Convidar pessoas da base para compor a mesa, a gente gastou um tempinho com o grilo fazendo cri cri e ninguém veio; Fazer a leitura de cada tese definida para os grupos e abrir para os destaques. Cada fala dura 3 minutos e a (inaudível) 2 minutos. Poderá ter fusão de tese, mas todas as propostas, inclusive a original, serão levadas pro plenário. Caso não seja avaliado alguma delas no GT a mesma irá na íntegra para a plenária onde todos serão votados.

Quero agradecer a atenção, a fraternidade, o respeito e as divergências, porque é só assim que a gente avança, amadurece. Encerramos os trabalhos. Camila quer falar alguma coisa? E nos veremos amanhã...

SAULO - É muito rápido. Eu só queria aqui, gente, queria registrar o trabalho magnífico da mesa! (todos concordam)

2. Sexta – Feira – 14 de julho.

CAMILA - É com muita alegria que a gestão traz como proposta o primeiro SINASEFINHO do IFBA, da sessão IFBA, do encaminhamento que foi do encontro de mulheres da internacional, que foi em agosto, com 70 mulheres, e aí estamos fazendo nosso dever de casa, para garantir que as crianças estejam aqui seguras e com atividades direcionadas para faixa etária e agradecer a confiança, temos crianças participando do SINASEFINHO de 3 a 12 anos. Que venham muitos mais SINASEFINHO, que esses que estão no SINASEFINHO, já que possam estar no sindicato como servidores para mudar essa sociedade construir a educação pública de qualidade como a gente acredita. Só para fazer o registro da alegria, de estar participando deles com a gente no SINASEFINHO.

ELIANA - Bom dia companheirada, sou Maria Eliana, do colégio militar, sou da coordenação com a pasta (inaudível). Ontem nós fizemos o GT (inaudível), a gente não conseguiu aprovar todas sem ressalva, e a gente vai trazer, e algumas a gente não chegou e trouxe para a plenária, no decorrer a gente vai mostrando.

MARLENE - Vamos fazer assim, manter a mesma metodologia de ontem 3 minutos para primeira fala, reinscrição de 2 minutos. A metodologia de hoje, já que vem resultado de GT, veja se vocês concordam, por exemplo, a primeira tese que será analisada, eu vou falar da primeira tese e em seguida passo para quem estava coordenando o GT, para falar o que aconteceu nessa tese, aí a gente já vai avançando, já faz a votação de cada tese, aí já vai pra segunda e vai pra votação, inclusive, porque a plenária, quem vai aprovar as teses não são os GT, que aprovam é a plenária, por exemplo se na hora tem alguém em dúvida, chama a pessoa, a pessoa vem e defende novamente pra todo mundo. Vamos dizer, lá no GT nós aprovamos isso, mas na plenária, não, eu prefiro isso, mas aí a pessoa tem o direito de 3 minutos para fazer a defesa, e a gente encaminha sempre para votação, uma a uma.

PLENÁRIA - De acordo (vozes da plenária)

MARLENE - Vamos começar o trabalho com a primeira tese, seção II, II.1, página, vamos fazer a projeção e o cronometro.

MARGARETE - Está todo mundo com o caderno? (Para todos acompanharem no caderno).

PLENÁRIA: - De acordo (vozes da plenária)

MARLENE - Na seção II, a gente já começa com as propostas, que eu acho fundamentais para gente debater aqui, que é a composição, está certo, da diretoria, da nossa seção. Só lembrando que nós temos uma das maiores seções com maiores números de diretorias, só perde para Nacional, eu acredito, de 23 para 27 (pede confirmação a Mateus), nessa faixa, assim como eu também assino, assim como outros companheiros, que mesmo estando na diretoria com essa mesma visão de revisar. Então a gente começa com a 3.1, que é na página 5, que fala da composição da Diretoria Executiva da Seção, tem aqui a argumentação. Então eu vou passar aqui para GT 1, para o que foi discutido e aprovado.

(Discussão na mesa sobre incluir mais de uma tese de uma única vez)

MARLENE - Então inclusive podemos até fazer essa dinâmica, fazemos um pacote das três para poder definir.

(Alguém na plateia interfere pedindo esclarecimento: essa tese aqui é da composição e a outra é dos cargos)

MARLENE - (concorda) é verdade, é da proporcionalidade, é diferente. Eu até estranhei, porque nós colocamos tudo que era de composição juntos.

PLENÁRIA - Na verdade Marlene o que é igual a está é da página 23.

MARGARETE - Por uma questão de encaminhamento, como (inaudível), estava no GT 1 e todos estão com o caderno eu sugiro **a mesa** e veja se vocês concordam, para até otimizar o tempo, que só façamos a leitura das propostas de tese, sem fazer novamente a leitura da justificativa, o que vocês acham (vozes concordam). Porque olhamos o **quite** e as propostas de teses. Porque as justificativas são longas, já debatemos ontem, elas estão nos cadernos, se a mesa concorda e se a plenária concorda.

(Vozes concordando / alguém interfere: acusando também se a tese foi aprovada ou reprovada)

MARGARETE - É acusando que a tese foi aprovada ou reprovada em cada GT.

MARLENE - Acho que é por aí mesmo, essa metodologia. Então a primeira é a Forma de Composição... (interrompida)

MATEUS - Sugestão. Bom dia pessoal, já que nós estamos falando de trazer o contexto da Nacional, que é importante, que é o que se tem como referência. Quando vem para plenária, agente abre por 3 min para que os autores façam a defesa, que é o momento de convencimento da tese. Ai volta, aí se tiver destaque aí fica depois da aprovação do texto. Porque ontem gerou uma grande celeuma, qual é o caráter, qual era na verdade a limitação do destaque, isso quase travou. Ainda bem que Margarete, a Camila, o pessoal da mesa conseguiu contornar e a plenária também. Precisa só definir isso, eu concordo que dispense a justificativa, a leitura, mas abrindo tempo para defesa, como é na plenária Nacional.

MARLENE - Inclusive podemos fazer assim, veja se vocês concordam... essa primeira mesmo é Forma de Composição da Diretoria Executiva da Seção, eu vou passar para quem coordenou, porque por exemplo se foi uma coisa **unanime**, eu posso perguntar: é necessária defesa, aí a gente abre, senão for necessário a gente vota. Pode ser Mateus, porque se alguma já foi aprovada por consenso, e aqui pode ser também, mas existindo uma dúvida, a gente abre, não é?

MATEUS - Eu estou partindo do pressuposto Marlene, que todo mundo tem o caderno de teses, que nem sempre dá para ler, porque a correria é grande, estou partindo do pressuposto que um GT debateu, vai trazer o que foi deliberado, se foi aprovado ou não, ou se houve destaque, quais foram esses destaques e se o GT não debateu. Então, só para lisura mesmo, 3 minutos com cronometro, é suficiente para quem escreveu sua tese oportuniza, é uma construção democrática, como Margarete disse ontem, faz parte do processo que as pessoas apresentem mesmo, a gente não está aqui de correria, eu até acho 3 minutos é razoável, para as pessoas falarem em linhas gerais, o que foi decidido na escrita da tese, se a plenária diz que é, a Nacional diz 10 minutos nos congressos. Eu acho que é muito, a gente e pode trabalhar com 3 ou no máximo, viu Marlene.

MARLENE - Para ser **pratico**, a gente aqui está na dúvida, então vamos ouvir a plenária. Se a gente pode fazer assim, todas as teses fazem a defesa de 3 minutos ou só quando fizer necessário. Então nós vamos fazer uma consulta rápida, porque a gente ficou na dúvida, então vamos fazer essa consulta para ficar melhor.

PROPOSTA 1: Só abrir quando for necessário para defesa.

PROPOSTA 2: Ter 3 minutos de defesa para todas as teses.

RESULTADO: Proposta 1 aprovada, com 19 votos favoráveis, 03 contra e 2 abstenções.

MARLENE - Então a proposta 1 ganhou e quando for necessário a gente abre para defesa. Agente já começa os trabalhos com a primeira que foi Formas de Composição (interrompida) (Plenária: só para ficar claro, só haverá defesa se houver divergências no GT).

MARLENE - Se houver divergência no GT, e qualquer pessoa na plenária dizer que não está entendendo a gente abre. Então, por exemplo, tese I: Formas de Composição da Diretoria Execução da Seção Sinasefe IFBA, eu passo para (interrompida). (Voz da plenária: proposta de Vini, página 23 / outra pessoa, na verdade não é composição é proporcionalidade....)

MATEUS - É Composição, porque no regimento está composição.
(Discussão de vozes na plenária)

MARLENE - Leitura da página 23: Proposta de Alteração do artigo 48: Mudar a redação do artigo 48 que traz a composição da diretoria dar se a aplicando o critério da proporcionalidade (...). pelo seguinte texto: A composição da diretoria dar se a de forma majoritária, ou seja, a chapa que conseguir maioria simples dos votos será a chapa que ocupará as diretorias.

Essa foi a tese apresentada, que está também colocada de alguma forma na tese I, você ver necessidade de falar já que foi debatido lá? Não precisa não né? Então não vou passar aqui pro que foi discutido e como foi a votação **la** sobre esses dois. Então quando a gente votar, agente vota essa e juntamente com a tese proposta por Vinicius.

PLENÁRIA - Marlene, a outra é exatamente igual a esta?
(Muitas vozes discutindo na plenária)

CAMILA - Conseguimos trabalhar com duas teses ontem e essa tese foi a mais tranquila, já teve todo o debate, foi votado e a grande maioria, tem aqui o número de votos.

MARGARTE - 17 votos favoráveis, 3 contra e 2 abstenções.
(Camila repetiu)

CAMILA - Foi feito o debate e aprovada a tese sem destaque.
(Alguém na plateia perguntou: sem destaque?)

MARLENE - Então nesse momento foi aprovado lá e vamos agora vamos fazer também nossa votação sobre essa composição. Em outras palavras, a gente retorna aos moldes anteriores. Em regime de votação: quem é favorável (interrompido)
(Plenária: pergunta se houve destaques e confirmação dos votos)

MARLENE - Nesse caso foram 17 votos e 3 contrários, se alguém quiser dos votos contrário quiser fazer uma defesa, está em aberto.

RUBENS - Pessoal, bom dia mais uma vez, essa tese de fato, vai ser uma tese que tenha o consenso da maioria, contudo eu queria chamar a gente para fazer uma reflexão, o IFBA é uma estrutura multi **camping**, tem espaço para vários grupos políticos, a tese cita dois, porque foi o caso na época, dois grupos políticos, mas imagino que gente tem capacidade que tenha até mais grupos políticos, esses grupos políticos ajudem na construção da nossa luta sindical. Entendo até que a luta sindical seja o lugar onde as ideias estão apesar das diferenças, mas próximas do mesmo objetivo, quando eu penso que a proporcionalidade não tenha sido exitosa nessa nossa primeira experiência, foi uma (alguém interrompe, foram 2), a primeira nem foi tão ruim... foi péssima. Mas eu entendo esse processo, como processo de aprendizagem, porque imagine, se a gente não consegue conviver entre nós, que somos da luta com pessoa que pensão um pouco diferente de nós, mas que o objetivo seja o mesmo, se a gente não consegue conviver com essa diferença, com esse contraditório, dentro da própria organização, imagina como a gente vai pensar uma democracia. Negociar com vários grupos políticos diferente, as vezes nem são da mesma corrente, que tenham o mesmo objetivo, então eu penso que essa tese é muito importante. Talvez tenha que pensar mais em como fazer um exercício para que isso der certo. Mateus pode falar como exemplo, como funciona na Nacional, ou talvez, a gente tenha errado aqui, ainda seria cedo a gente desistir dessa proposta pelas duas tentativas anteriores não ter sido tão exitosas assim, mas enfim é isso.

MARGARETE - (explica as regras do tempo)

MATEUS - Ontem eu falei algo no GT e vou falar aqui, esse congresso, assim como o primeiro, só está acontecendo porque nós estamos aqui em uma gestão chapa única, uma gestão majoritária, essa é a força do cenário, da contingência, porque só foi eles e elas que disputaram a chapa 1, a anterior mesmo com disputa com forças, também foi majoritário. Rubens, na Nacional a gente está falando de um aparato de milhares de filiados, 3 mil filiados, 30 mil filiados, aqui nós estamos falando de pouco mais de 1000, acho que todo mundo percebeu o quanto é difícil no aparato pequeno, essas pequenas disputas. Eu acho que a gente tem espaço e lugar para fazer o debate, as assembleias, o CR, a construção da participação da base, pelos outros mecanismos que já existem no nosso regimento. Então não há paz institucional para que a gestão faça o trabalho, há divergências, nós estamos em uma democracia, esse é o motivo desse congresso e democracia pressupõe diálogo, mas democracia é o jogo do eleito, nós suportamos um governo de extrema direita por 4 anos e não tivemos em nenhum momento algum (inaudível), nos do campo progressista jamais propusemos rompimento que não fosse para institucionalidade. Mas o que eles fizeram ideia 08 de janeiro, não reconheceram quem ganhou e levou a eleição e nem está tendo paz para executar as políticas públicas, mesmo com o congresso fazendo todo esse barulho conservador. Uso isso como analogia para nossa sessão, se nós estamos tendo esse belíssimo congresso, belíssimas atividades, e há divergências e oposição, é nos espaços corretos, nas assembleias, nos CRs, e tem que ter. A oposição, ela precisa existir, mas ela não pode boicotar e atrapancar o trabalho da sessão, infelizmente a práxis demonstrou isso, foi na época de 2010, 2013, que ali tem o companheiro Joilson, que disse que foi no passado, exatamente, foi no passado, tem essa experiência, Joilson pode falar, tem na nossa tese falando sobre o intra IFBA, sobre as disputas que já avisam. E Joilson pode falar como era angustiante para os companheiros da época que eram os que mais participavam, Martins, que não está mais aqui

entre nós. E eu posso dizer para vocês, eu não vou nem dizer da experiência que eu vivi, eu jamais ordenei que um funcionário não fizesse o trabalho, porque fulano não era da minha chapa. Mas eu acho que a gente precisa agora ter tranquilidade de conduzir essa seção, com essa experiência de chapa única e que a gente consiga retomar o modelo majoritário sim, por isso peço a aprovação dessa tese.

MARLENE - Regime de votação (Marlene ler as propostas e pede fotos)

PROPOSTA 1: favoráveis a aprovação das duas teses

PROPOSTA 2: contrários à proposta

RESULTADO: Proposta 1 aprovada por contraste, 2 votos contrários e 1 abstenção.

(Aplausos)

(Plenária discute sobre redação, ser por maioria, contraste e/ou quantidade de votos, Marlene esclarece que a redação estará por contraste, neste item)

MARLENE - Dando continuidade, a gente passa agora para a próxima tese que versa sobre a Reorganização das pastas da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes.

ELIANA - Nós temos outras duas teses, com as pastas da Diretoria Executiva, no total são 3 (verificando no livro).

VINÍCIUS - Sugestão de encaminhamento – eu acho que essa discussão vai demorar mais, então talvez a gente passar para outras e depois voltar para elas. (mesa acata).

MARLENE - Com isso a gente passa para o GT II, que começa na página 15, tese 9. Que é Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Assembleias Virtuais/Híbridas.

MATEUS - Questão de ordem – minha questão de ordem, que é nós não definimos o artigo que vai ficar com o da proporcionalidade, porque os artigos ainda que tenham pequenas divergências, seria bom a gente definir a redação do artigo, eu até queria dialogar com o companheiro Vinicius de a gente... eu acho que a redação que foi construída com mais pessoas é uma redação mais técnica, se contempla - ló e ele não tiver divergência, a gente mantém essa (voz: tranquilo / Marlene, então está bom).

MARLENE - Então na questão, na página 1, tese 9 que versa sobre Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Assembleias Virtuais/Híbridas, vou passar para a companheira que estava na coordenação.

MESA (inaudível) - Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Assembleias Virtuais/Híbridas. Nós dividimos em bloco, os que seriam as extraordinárias, as ordinárias e acrescentamos as assembleias quando for para a greve que elas sejam presenciais. Aí eu vou fazer a leitura de cada uma.

Leitura da página 1, artigo 14.

... 48 horas para as extraordinárias, aí foi aprovação unânime, quando chegou no outro momento do artigo 14 ainda: A Assembleia Geral ordinária deverá ser convocada por Edital, com ampla divulgação e antecedência mínima de 3 dias úteis. A gente colocou para manutenção continuar 7 dias, mas houve a inclusão. Na inclusão, a redação ficou, feita pelo nosso grupo:

7 dias úteis, que sejam em turnos alternados, porque...por exemplo, as reuniões só acontecem pela manhã, ou só acontecem pela tarde... então que as reuniões sejam em turnos alternados, conservando os 7 dias e acrescentou na redação... (estou com dificuldade porque nossa relatora não veio) (voz da plenária: o calendário, tinha que ser publicado o calendário). A Assembleia Geral reuni se a ordinariamente a cada 2 meses em turnos alternados por convocação da diretoria executivo e calendário feito e definido e publicado anualmente.

(Vozes: teve dois adendos)

Nós incluímos: turnos alternados e publicados.

VINICIUS - Porque no regimento já tinha que seria um calendário anual, só que não era publicado com antecedência esse calendário, é só isso. Só queremos que no início da gestão, tal e tal e tal data vai ter reunião ordinária.

PLENÁRIA - E turnos alternados considerando, que a gente pode fazer assembleia, eu como CR faço assembleia a noite também, considerando os ter os turnos, a depender do território.

MESA - Tivemos a seguinte inclusão. Se considerou que tem 48horas a reunião extraordinária de forma hibrida, mas Joilson e outros colegas, colocaram que para a assembleia e Alan, vou fazer o texto de Alan, Joilson concordou com o texto de Alan. Que as reuniões para a greve sejam presenciais e não hibridas. (Interrupção). Que sejam presenciais, mais não... Elas deveram ser presenciais, uma forma de fazer que todos... por exemplo, se você fizer uma reunião online, você poderá estar no banheiro, você poderá estar na cozinha, você pode estar na praia (interrupção... não não).

(Discussão na plenária)

O consenso (plenária: não houve consenso) que ficou é que realmente utilizasse as tecnologias, a gente faria... consenso entre Joilson e Alan e a gente trouxe para assembleia decifrar: ficaria, para esse texto

PLENÁRIA - Mesa, é melhor primeiro ler a proposta que foi escrita lá e depois explicar.

MESA - Está assim porque nossa relatora não veio e o texto ficou com ela.

(Discussão mesa e plenária)

MARLENE - Vejam se vocês concordam, eu vi que tivemos duas divergências ai, damos 2 minutos para cada pessoa e a gente vota (barulho da plenária). Deixa eu dizer uma coisa para vocês, o GT o tem uma função que é discutir, elaborar, trazer, mas uma proposta vencer no GT não significa que ela é a proposta que tem que ser aprovada, ela vai ter que vir aqui, se existir uma divergência e ela perdeu lá, eu quero que a plenária avalie, e a gente vai avaliar. Então independente disso, a agente vai abre e se for necessário na divergência, derrepente aqui, a plenária será soberana sobre o GT.

VINICIUS - Questão de ordem – essa foi a proposta que perdeu, eu sugeri que a proposta que perdeu, mesmo tendo menos voto, como a diferença de votos foi pequena, que viesse para o GT, então, começou pela proposta que perdeu, é só essa questão de ordem. Essa proposta perdeu, e por conta de diferença pequena de voto eu sugerir de ir para plenária. É só isso.

MARLENE - O debate não será prejudicado, porque a gente retoma. Joilson quer tirar uma dúvida.

JOILSON - Somente isso que Vinicius colocou, está correto a fala dele, certo. Houve uma disseção na discussão, apenas 1 voto de diferença, e aí a gente está querendo pôr para votar. (Discussão na plenária, Vinicius quer começar pela proposta que venceu, no caso a dele)

VINICIUS - Houve a discussão de como seria exclusivamente as assembleias para deflagração de greve, não é assembleia de greve, é assembleia que vai deflagrar a greve. A proposta vencedora, é que como qualquer outra assembleia, a assembleia de greve também poderá ser realizada de forma híbrida, presencial e virtual, sem qualquer limitação de localidade da sua vincularidade. Então você pode estar virtualmente onde você quiser, para participar da assembleia. Essa foi a proposta 1 que foi a proposta que teve a maioria de votos. Aí eu vou deixar o colega apresentar a segunda proposta que eu acho que também deve ser trazida para o grupo porque a diferença de voto foi pequena, foi só isso.

ALAN - Bom dia, a proposta vem com a preocupação da presença das pessoas nos espaços, inclusive como é para deflagração de greve, esse contato com os colegas já mobiliza de fato as pessoas, então a ideia é básica e essencialmente a seguinte, as assembleias para deflagração de greve, ocorreriam presencialmente nos campis, interconectadas com a assembleia que estaria ocorrendo na sede do sindicato ou em outro local, tudo isso ocorreria sincronamente, simultaneamente, mais em cada campus, as pessoas estariam presencialmente participando da assembleia como um todo, interagindo através das plataformas, poderia ser google meets, ou qualquer outra, então a essência da ideia era essa. Com direito a voz e voto, porque a outra preocupação também é a questão da proporcionalidade, então se deslocam um representante de Seabra, um, dois, e lá na assembleia tem direito a um voto e mobilizando dessa forma, cada pessoa que está presencialmente lá no campus teria direito a voto e isso teria impacto no resultado.

(Burburinho na plateia)

MARLENE - Depois das apresentações, depois das questões, a gente já pode abrir... ficou alguma dúvida? A companheira Tereza ali quer fazer, que mais, Tereza, Mateus, Gielson. A gente abre aqui para o pessoal falar, é bom que amadurece mais. Eu mesmo estou aqui, bem confusa.

TEREZA - Bom dia, eu sou Tereza, eu fiquei um pouco na dúvida, da proposta do companheiro, porque que assim, a proposta de Marcos Vinicius ela é mais abrangente, nada impede que o campus de organize em peso para participar, de uma assembleia virtual, mas isso ser uma obrigatoriedade é que é confuso. Porque nós temos colegas hoje que trabalham em regime de tele trabalho, 100 por cento a distância e essas pessoas, se forem sindicalizadas, elas têm os mesmos direitos, então a agente não pode restringir que só possa ser virtual no campus e no coletivo. A assembleia ela tem que ser híbrida, se um campus que ser organizar para participar junto, ok, eu acho que não há impedimento, mas você tornar isso obrigatório, você vai estar excluindo pessoas. Derrepente o campus não consegue se reorganizar para estar ali todo mundo junto. Existem muitas questões, tem campus que só tem atividade em determinados horários, por questão de transporte, então não tem como assegurar, tem campus que não funciona. Eu acho perigoso a agente criar amarras que inibam a participação das pessoas. Nós temos que pensar que tem servidores que trabalham 100 por cento a distância, se a gente está votando que tem assembleia híbrida, a gente não pode determinar de uma forma tão apertada de como vai ser essa participação, acho excelente essa ideia que tenha assembleias nos campis, que aconteça virtualmente m Salvador, aí o campus Seabra,

que está mais distante, que esteja ali todo mundo conectado, se conversando e se entendendo, mas talvez o campus Porto Seguro não, só tenha 2 pessoas e elas vão assistir nas suas casas, não há prejuízo, não há prejuízo. Obrigada.

(vozes na plenária, isso foi uma defesa)

MARLENE - Não, eu abri, eu abri né para o debate, eu mesma estava confusa, eu acho importante, aí eu vou passar para Mateus. Tem a inscrição de Mateus. Veja se vocês concordam de encerra as inscrições na fala de Mateus. Quem quiser se inscrever, se escreva por favor na fala de Mateus.

MATEUS - Obrigada Marlene. Seguindo a nosso menestrel, nossa oracula Margarete, eu estou com dúvidas do que certeza. Primeiro a dúvida aqui no caput, eu quero saber se o GT aprovou o cabeçario, o caput do parágrafo 4, pelo que eu entendi foi aprovado, das 48h e tal, porque o que diferencia uma assembleia extraordinária da ordinária é só a urgência, não é a pauta, inclusive mesas setoriais em fevereiro, foi chamado na segunda e assembleia foi marcada na terça pela Nacional, e a mesa já era na quarta-feira. Outra coisa, para dar segurança jurídica agente precisa votar as questões de virtuais e de hibrida, que veio para ficar, isso é um consenso. Hibrida e virtual veio para ficar. E a questão dos 7 dias uteis e 3 dias uteis, é que quando nós fizemos o regimento em 2018 já havia WhatsApp, mas ele não tinha lista de transmissão, ele não tinha o tanto de ferramentais que ele tem hoje. Hoje nós temos a facilidade de pulverizar, inclusive essas de reunião online. O cenário é outro, então a gente só tem que oficializar o que na pratica já acontece. Então também queria saber desse ponto. Mas a dúvida também deste ponto que está em debate da proposta de Alan, em contraponto com a proposta do pessoal do próprio GT, é sobre a obrigatoriedade do lugar. A gente está partindo da ideia de que lá no campus a gente vai ter essa estrutura. A estrutura não é do sindicato, a estrutura é do campus, então assim, tem que ter essa cautela também. Porque no campus Salvador a gente já tem dificuldade, e estamos conseguindo em Salvador, porque é uma ex chefe de departamento, uma companheira que tem a graça de todo o departamento de física que é nossa companheira Marlene, chega lá e marca, mas era um parto chegar lá e marcar o auditório de física, outra sala de convivência. Eu estou falando do meu campus. Então eu colocaria isso aqui para os proponentes Joilson e Alan, como a gente contornaria isso, é uma dúvida. Não tem nada fechado aqui. A princípio eu vejo como preocupante. E a outra coisa em relação a isso é porque, endossando o que Tereza falou, é como a gente trata, duvidas também, as pessoas que estão em trabalho remoto. E as pessoas que estão agora nas suas casas, as que trabalham em turnos alternados, não necessariamente, dá para partir da ideia, a quem tem espirito de luta, está na luta. Gente vamos ser crives. Quantas pessoas vão numa assembleia nossa, 20, 30 no nosso campus, até menos, e conseguimos botar 200, 300 pessoas, desde que conseguimos botar esse modelo hibrido, remoto, virtual. Ai eu também defendendo que a gente mantenha o virtual, porque, como eu disse a natureza é feroz, pode vir uma outra pandemia, quem sabe amanhã.

MARLENE - Antes de passar para próxima pessoa, eu vou ler aqui para ver que todo mundo que pediu estar aqui contemplado, é... Gerson, Joilson, Alan, Rubens, Vinicius, Givaldo, Camila, Nino e Rebeca. Nino não se inscreveu não, ele está em apoio a Rebeca. Por favor a palavra aqui Gerson, e o próximo vai adiantando aqui Joilson.

GERSON - Bom dia a todas as pessoas presentes, vou falar daqui. Eu gostaria de trazer a experiência da UNEB, e eu fiquei simpático a proposta de Alan por conta de que, quando você pode votar de qualquer lugar, tecnicamente, serão pessoas que depois não estarão presentes,

não faram parte de nenhum processo de luta, também poderão votar, às vezes, até pessoas não filiadas, porque esse controle é complicado, mas enfim... a gente tem a assembleia colocada no link, as vezes a pessoa entra, pelo menos a voz. Mas a gente está falando de uma assembleia de deflagração de greve, que é uma assembleia que vai precisar que as pessoas estejam comprometidas realmente. Então quando você leva a pessoa para o campus, aí Mateus falou da estrutura, eu não conheço as estruturas do IFBA como um todo, mas na UNEB a gente conseguia fazer um vídeo conferência simultânea com direito a voz e voto, garantido sempre que quem quisesse ir presencial fosse. Mas o que acontece, Barreiras, suponhamos que tenha 30 filiados, 900 quilômetros, eventualmente viria uma pessoa, como disse... representar 30. Ai você teria o voto de todos os filiados daquela seção. E do ponto de vista político, você estaria cara a cara com as pessoas que vocês estão votando contra ou a favor, porque do ponto de vista, que é muito importante, e ninguém está negando o virtual de forma nenhuma, mas estamos falando de uma assembleia de deflagração de greve. Eu concordo com o que Mateus falou, que aumenta o número de pessoas, nos espaços online, na Uneb também tem essa realidade. Mas para decidir pautas de outra natureza, de um evento que vai ter, de uma mobilização que vai ter, a de greve, imagine o professor que nunca aparece no campus, a não ser para dar suas aulas, aí ele vota do carro dele, e vota de onde ele quiser, inclusive vota contra, porque não quer todo aquele processo de mobilização. Então o que acontece, pensando principalmente no comprometimento das pessoas que vão votar. Porque eu também posso votar a favor da greve e eu concordo com muito do que você disse, eu posso votar a favor da greve e nunca mais aparece lá, e ninguém saber em que eu votei. Então não garante que todos vão participar, o fato de estarem lá, mas vai ter uma lista de presença, vai ter uma cobrança maior, vai ter... colega deflagrou a greve, cadê você agora nas mobilizações de greve. É importante que esteja pontuado que é só na assembleia de deflagração da greve. E a gente tem muito, eu não conheço aqui, mas pelego tem em todos os sindicatos. Gente que vai votar em massa, que nunca aparece em nenhuma assembleia, em nenhum movimento.
(Aplausos)

JOILSON - Já me dou por satisfeito com a fala do companheiro, eu estou colocando aqui o fortalecimento do movimento, nós já somos muito criticados de fazer parte do sindicato, imagina uma deflagração de greve e nós não estarmos pelo menos, no mínimo com uma assembleia no campus para deliberar e discutir, debater o assunto, cada um em sua casa, que movimento é esse, que fortalecimento de movimento é esse? A companheira Marlene está aqui, quantas vezes Marlene nos em assembleia garantimos a continuidade da greve mesmo o governo cortando os nossos salários. Porque nós estávamos ali de corpo e alma, certo? Junto com o movimento, convencendo. Imagina o cara na beira da praia... seu salário vai ser cortado... É o seguinte, no mínimo garantir as assembleias nos campis, nós estamos de tele trabalho, mas nós temos que saber diferenciar o que é tele trabalho de movimento sindical, nós estamos fazendo um movimento sindical, é diferente. Então as pessoas têm que ter esse compromisso de estar discutindo e fortalecendo a luta, ouvindo o companheiro, ouvindo as dores do companheiro, e muitas vezes, é naquela hora que o companheiro está apertado ali e a gente faz ali uma vaquinha, ajuda o companheiro ali, para está sustentando, então por isso que eu sou favorável para que gente tenha as assembleias, pelo menos presenciais, nem que seja transmitida, como foi colocada aqui pelo companheiro que me antecedeu.

MARLENE - O próximo era o companheiro Alan, mas ele se sentiu contemplado e retirou a fala, mas aí a companheira Rosa Mota pediu fora do tempo. Al eu quero pedir permissão a plenária para substituir pode ser? Alan por Rosa Mota, posso gente?
(Plenária concordou)

ROSA MOTA - Eu concordo com que o companheiro falou aqui, realmente para trazer uma greve de pijama não adianta, tem que ser presencial. Porque muita gente, as vezes está de férias, no seu bem-bom, e vai fazer uma greve, concordo com André, pode ser pelego também. Olha só, eu já presenciei greve de fome, Marlene, entendeu, isso que é movimento sindical, eu já acompanhei diversas greves, não é a primeira, que se vier outra greve agoira. Há muitos anos eu e meus colegas, sempre lá, os aposentados sempre estão lá, dando forças. Não é justo! Eu mesmo, eu condeno, tem que ser presencial. Tem que ser transmitido como Joilson disse. Muita gente faz greve de pijama gente. E está fazendo greve, não estão fazendo greve, estão passeando. Eu não concordo, se eu estiver nesse patamar, eu estarei aqui, se Deus permitir.

(Aplausos)

VINICIUS - Gente rapidinho, eu acho que a gente juntou a discussão do companheiro Mateus. Ele fez dois questionamentos e a gente juntou. Eu acho que a gente deveria separar. Primeiro a gente deveria discutir se serão 3 dias ou 7 dias para ordinária, certo. E a defesa dos 7 dias é pensando em toda essa dinâmica do tele trabalho, pensando na situação de aviso a chefia. No meu campus mesmo se eu avisar nos 3 dias é capaz de eu não conseguir participar, certo? Porque minha chefia pode não me liberar, infelizmente, existe diversas realidades em diversos campus. Se eu aviso com 7 dias e antecedência eu consigo liberação mais fácil para participar do movimento sindical, por isso eu fiz a defesa de 7 dias no grupo. E aí, voltando ao segundo ponto, é, eu me preocupo muito com a dinâmica de organização do mundo do trabalho, tem colegas que eu não vejo, a mesma fala que eu fiz no grupo, tem colega que eu não vejo mais durante a semana, porque eu estou um dia de tele trabalho e está outro dia, e fica difícil organizar a classe trabalhadora, contudo isso, é uma realidade da classe trabalhadora o tele trabalho também. Então agente precisa se renovar enquanto movimento sindical e por isso eu defendo que as assembleias sejam híbridas, sem qualquer restrição, porque eu entendo que um aposentado de casa ele não precisa se deslocar, ele pode participar das assembleias. Por mais que seja importante a presencialidade do corpo ali, pelego a gente tem no virtual e no presencial, no meu campus tem um grupo de pelegos que foi em bloco, votar contra greve. Eu disse: greve não se decide aqui no campus, se decide na Estadual. Ai a gente teve uma votação, ai a greve passou apertada, que foi o que os pelegos fizeram... furaram a greve. Quando eles ganham a votação, vale a votação no campus, quando eles perdem, eles furam greve. Então, pelego tem em todo lugar, no virtual no presencial, isso para mim não é desculpa. E eu faço organização de luta sindical pensando nos meus companheiros e companheiras de luta e não é nos pelegos, certo. Como eu posso facilitar a vida de quem está aqui entre agente, se eu puder facilitar fazendo assembleia para que ele apossa fazer de casa e vote pela greve, eu sei que aquela pessoa vai construir na medida do possível, eu quero facilitar essa vida. Dizer que há cobrança no presencial, eu acho que é mais cobrança no virtual, que fica gravado, e eu não quero minha carinha na tela votando contra a greve. Eu penso assim. Porque na última greve a gente teve um bloco de pelegos no nosso campus, inclusive de não sindicalizados que queriam votar pela greve e eu falei você não vota, e eu briguei na assembleia local. Vocês não votam, eles foram em blocos para assembleia, aí eu falei, se quiser votar, vai ter assembleia Estadual, você pede para sair da greve. Alguém apareceu na assembleia virtual para votar contra a greve? Não. Então assim, não vejo porque a gente dizer que o presencial garante mais a luta ultimamente. É outra realidade velho. Eu quero construir a luta e está difícil, então o que puder facilitar para mim melhor.

(Aplausos)

GIVALDO - Bom dia a todos e todas, minha proposta é sobre o parágrafo quinto, que estávamos discutindo a proposta do companheiro Alan com a proposta de Vini. E em relação as assembleias virtuais híbridas. Nós discutimos isso no GT e a preocupação nosso é justamente a estrutura. Nós chegamos à conclusão que a estrutura, para questão da transmissão, seria uma questão da gestão, de articular e contemplar isso em todos os campis. Eu quero me referir a fala da companheira Tereza, justamente, dizer assim, eu manifestei essa preocupação em relação a garantia de vir todas as pessoas pudesses ter o direito de votar seja o local que ela estivesse. Mas eu depois também pela indicação do grupo, nós chegamos à conclusão de que é todos os históricos das pessoas que não compõe a luta, que não faz a luta diariamente, nas palavras do companheiro Gerson ali. Acabam caindo de para que nas assembleias de greve e sabotando a luta daqueles que estão dispostos a lutar. O tele trabalho é uma realidade, assim como estamos discutindo hoje que as assembleias hibridas e virtuais é também uma realidade. O tele trabalho como um benefício reconhecido para todos nós como trabalhadores e trabalhadoras ele é uma ferramenta que tem sido deletéria para nossa luta coletiva. Então a gente não encontra mais os companheiros, a luta está altamente comprometida, porque a gente trabalha de casa no nosso computador, na nossa relação de trabalho, os grupos de WhatsApp são basicamente passam despercebidos, então eu acho que apesar da preocupação a proposta da gente ter assembleias tramitada nos termos da proposta do Alan, a gente deve seguir para esse encaminhamento, de modo que a gente garanta que os sabotadores não sabotem a nossa luta. E eu tenho certeza que os companheiros que estão 100 por cento em tele trabalho não abrem mão de uma discussão importantíssima como é as assembleias de greve, não abrem mão de participar. Obviamente que a dificuldade de se deslocar existe. Muito obrigado.
(Aplausos)

CAMILA - Bom dia novamente, eu acho que essa proposta surge pela necessidade de fortalecer a nossa base. E isso se dá de fato no contato. É muito diferente, nós que estamos aqui em inúmeras atividades, fazer e fato 100 por cento ali a luta não estando presencial, principalmente num momento de greve. Por outro lado, eu vejo que nossa realidade, que é estar nessas atividades online. Ontem mesmo no GT 2 eu estava aqui na mesa e na reunião da pasta Nacional. E isso infelizmente tem sido algo corriqueiro, a gente precisa estar em dois espaços e dar conta de tudo. Então assim, é mais uma reflexão, a importância de fato de estar presencial, e isso já casa com a proposta do GT, em relação aos CRs. A importância de conseguir estar mobilizado como base. Agora mesmo, para retirada de delegado, as dificuldades dos companheiros tiveram de garantir o número mínimo de pessoas, para garantir o número mínimo de delegados, por conta da dificuldade. Pense na importância de estar presencial. Passando a proposta de estar só virtual, mas que a gente leve isso como um compromisso para as nossas bases, para garantir essa maior participação. Eu concordo com Vinicius em relação a desmembrar em termos de assunto, em relação ao número de dias. Assim, tem sido uma pratica, nas gestões, mas no meu ponto de vista é uma pratica que não tem funcionado. Porque se a gente faz uma convocatória de 3 dias, o colega que tem aula naquele horário, que já se programou para estar em tele trabalho seja no campus, ele vai ter uma maior dificuldade. No meu ponto de vista garantindo esses 7 dias, temos maior possibilidade de divulgar, chamar os companheiros para estarem ali naquele momento e estarem em maior qualidade. Eu penso que tem sido uma realidade na nossa gestão, inclusive isso posto nas assembleias a eu não recebi um link, embora tenha essa facilidade, não sei a realidade de vocês, mas tem grupo que tem 600 mensagens que eu não consigo da conta. As vezes a facilidade nos atrapalha, então pense que essa votação pode ser em dois momentos para facilitar o debate.

REBECA - Bom dia gente, eu cheguei, mas deu tempo de pegar um pouco da discussão, vou tentar fazer uma reflexão, também estou seguindo a linha de Margaret, eu tenho mais dúvidas do que certeza. Pessoal eu compreendo que a gente está chegando nesse congresso regimental, que é meu primeiro inclusive, e estou tentando aprender muito nesse sentido, entendendo que os companheiros estão ocupando essa posição delicada de dirigente sindical, estou tentando trazer preocupações organizacional sobre a próprio processo de luta e eu sou muito sensível a isso e tenho muito respeito a isso, porque de fato não é fácil. Mas eu queria trazer alguns elementos aqui. Porque alguns elementos das teses têm me preocupado. Primeiro é assim, a luta que a gente precisa fazer é uma luta que precisa refletir as condições de trabalho do capitalismo, não se adaptar a essas condições de trabalho. Eu discordo veemente da primícia de que o híbrido veio para ficar, eu acho até que ele veio para ficar, e a precarização também veio para ficar, e a gente ainda aceita ela? Então a agente precisa refletir quais mas a organização também veio pra ficar. E a gente ainda aceita ela. Então a gente precisa refletir quais são as condições de trabalho do capitalismo e como as nossas estratégias de luta estão silenciosamente se adaptando a essa pressa, a essa lógica da precarização. Ok, nos entendemos que há uma desafiliação, um processo histórico de baixa participação nas assembleias, mas eu acho que nós precisamos modificar nossas estratégias e não fazer com que elas se tornem umas justificativas para que a gente está tentando fazer o novo. Evidentemente eu tenho sugestões mais o tempo não me cabe. Eu queira fazer uma alerta, nos ainda estamos fazendo uma luta dentro de uma perspectiva do capitalismo, como chama 4.0, precisamos discutir mais uberização, mas precarização, entender que o ambiente virtual não é ambiente de trabalho concreto e se a gente está partindo do pressuposto de que a gente tem que voltar a ir para as ruas, porque vamos esvaziar as assembleias de corpos que de fato precisa estar lá. Essa é a minha preocupação.

(Aplausos)

(Burburinho na plenária)

A primícia que eu estou tentando trazer aqui é por exemplo ontem né. Ontem a gente discutiu, a forma de organização e redução de coordenações, a partir da baixa participação. Pessoal, eu acho complicado, nós estamos dentro de um instituto que foi criado sobre a emenda constitucional 19, está todo mundo doido para fazer uma reforma administrativa dentro disso aqui que reduza pessoal. Como é que a gente vai começar implementar isso dentro da nossa prática sindical. A gente não está no momento de se recolher nesse aspecto, e eu tenho maior respeito por essas preocupações, eu entendo o drama que é ser dirigente sindical no Brasil hoje, mas ao mesmo tempo, comunidades e povos que estão sofrendo perseguição e morte estão decidindo radicalizar, porque nós que estamos aqui podendo para nosso espaço de trabalho com problemas ou não, a gente ta aqui, porque a gente não vai radicalizar esses espaços? É possível modificar a forma de aproximação com o público, é possível modificar a forma de formação política, é preciso fazer um trabalho mais efetivo com as comunidades dos campus, nós temos uma serie de estratégia e eu temo que a gente sai desse congresso sem explorar possibilidades e que a gente esteja efetivamente aceitando que o capitalismo decida como nós vamos nos organizar. E isso não pode ser possível porque não é essa a nossa tarefa histórica. Como historiadora eu fico muito angustiada em ver os processos de tempo acompanharem a norma do que ai está e não do que a nossa criatividade e nossa imaginação emancipatória pode fazer enquanto trabalhadores. Então eu tenho uma preocupação concreta. Peço desculpas por ter me estendido e por ter me desorganizado no raciocínio, mas eu estou a disposição para conversar e acho que nós temos que lutar mais nesse sentido.

MARLENE - Com o termino das falas a gente vai fazer uma proposta de encaminhamento, já pensando, que foram feitas durante as falas. E se a gente pode dividir a votação, primeiro pensando na proposta de 3 dias e outra de 7 dias, faz a primeira votação, nessa perspectiva, das assembleias ordinárias que foi conflitante. Depois a gente faz a segunda votação, levando as questões virtuais, híbrida, web conferência, pode ser assim?

MATEUS - Como eu aprendi na escola Margarth de filosofia, eu trouxe a dúvida e a dúvida trouxe a inquietação, que a gente não sabia se seriam dias úteis, etc. Quando nós tínhamos construído essa tese, nós tínhamos colocado cinco dias úteis, e aí, a companheira Marlene conversou conosco... e agora a realidade que se impõe é outra, tal e tal, a práxis. E aí tem um debate, dialogando com a companheira Rebeca, eu endosso o debate político, mas nós estamos falando da construção de um regimento. Você tem hoje uma norma do código civil que se a gente não regulamenta e nós fazemos essa exigência, a oposição seja lá quem for (inaudível) vai ser a primeira ir na justiça reclamar, não fizeram como está na Lei. E a Lei exige que conste no regimento a adequação virtual e híbrida, porque essa é uma alteração fruto da pandemia. E aí também tem o processo, não tem para onde corre, não quer dizer que eu concorde, mas é um processo que está posto e a gente acaba que tem q se sujeitar. A minha proposição e eu estive conversando com o pessoal do outro GT é que a gente pule de três para cinco dias úteis, porque aí dias úteis podem ser quebrados na semana, excluiu fim de semana, feriado, e na prática fica 7. Se eu não me engano, salvo melhor juízo, o regimento diz 7 dias, não usa a expressão úteis, e aí Vinicius que trouxe a divergência, diz que concorda com a proposta dos cinco dias úteis. Ai eu até perguntei a você reservadamente, pergunto aqui em público, se também há esse acordo de colocar cinco dias úteis para publicação do edital de convocatória, eu faço um adendo, o cronograma de assembleia a ser divulgado, prever a cada dois meses e tal, ele não pode vincular porque as circunstancias são outras, eu conversei isso com Vinicius, pode juntar, não é uma coisa distante. E aí tem outro debate, mas quando sai o edital é quando vai acontecer a assembleia, então, o edital é a previa da assembleia da convocatória. Então aí a gente tem uma margem para se organizar para as com as chefias e etc. No campus Salvador, sempre foi tranquilo, se eu dizer, seja Albertino, sei lá quem foi, criou problemas eu estaria sendo leviano. Mas aí, cinco dias úteis é a minha proposta.

MARLENE - Gente essa proposta que vamos encaminhar me dá até um alívio. Porque eu assinei a proposta de 3 dias e estava aqui num conflito, porque as pessoas já querem defender sete. Por isso é importante a plenária, a gente ouvir as pessoas. Eu estava em conflito. Parece assim, que estamos traindo os companheiros que assinaram com a gente. Mas, diante disso, é se as companheiras e companheiros que assinaram a tese concordar nos propomos essa mudança de três para cinco úteis, e a gente consegue com a proposta de sete dias e a gente pode encaminhar isso e fazer a votação. Podemos?

CAMILA - Saldar esse consenso e pensando no ajuste, com posso falar, presando essa comunicação com a base, eu fico pensando assim, em termos de divulgação. A gente é muito atacada por não fazer a luta, pelas pessoas que muitas vezes não estão na luta, eu penso que é louvável, que é uma proposta boa, pela prática serão sete dias, mas institucionalmente, no meu ponto de vista, pé diferente você avisar com sete dias para que o sindicalizado tenha possibilidade de se organizar sua agenda, ou cinco dias. O pessoal da comunicação pode me ajudar aí. Na pratica é a mesma coisa.

(Plenária discute, várias vezes)

CAMILA - Mas tem a questão do mínimo ne? Minha preocupação é nesse sentido.

REBECA - A luta das mulheres precisa de tempo.
(Plenária discute, várias vozes)

MARLENE - Fazemos assim, a gente mantém os sete dias e vota, quem é favorável a cinco dias úteis e quem é favorável a sete dias úteis também, não é isso?
(Plenária discute, várias vozes)

TERESA - Pessoal se cinco dias úteis é uma indicação legal, sinceramente, eu acho que não há o que se discutir, está na Lei. Lei, a gente gostando ou não gostando, se a Lei diz que são cinco dias úteis, me desculpe, eu acredito que não tem cabimento a gente votar de uma outra forma.
(Plenária discute, várias vozes)

GERSON - Aparentemente é a mesma coisa cinco ou sete dias úteis, se for deflagrado, se na segunda feira convoca para sexta, são cinco dias úteis, mas eu já estou na semana letiva. As vezes é mais difícil você trocar aulas, você conseguir um professor que possa assumir suas aulas, por exemplo. Eu estou colocando como você disse, Vinicius, pode ser que de até mais, feriados prolongados... porém quando é colocado na mesma semana, segunda feira eu abri meu e-mail tem uma assembleia sexta... cinco dias úteis. Porém, o tempo, a semana já está correndo (plenária interrompe)
(Plenária discute)

GERSON - No mínimo cinco dias úteis.
(Várias vozes na plenária)
(Margarete pede que não se repitam as falas, se preocupar com o tempo, otimizar o tempo)
(Rubens solicita que a mesa sempre pergunte qual tipo de intervenção é)

CAMILA - As propostas são no mínimo cinco dias úteis e a outra no mínimo sete dias úteis (plenária interrompe). Mas no regimento não estão no mínimo sete dias (plenária interrompe). Então são duas propostas de mudança? (Plenária não concorda)
Para nos ajudar Camila (leu o regimento). Então para ter no mínimo corrido também seria uma observação aqui (plenária interrompe).
(Paula traz um exemplo de direito do consumidor sobre dias corridos)

CAMILA - Só porque eu não sou do direito, eu estou lendo o que está aqui. Então assim, fazendo um registro, estou aqui como uma pessoa leiga que está lendo o estatuto. No meu ponto de vista o que está aqui é o que tem que ser replicado.

MARLENE - Então nós vamos ter, repetindo, para entrar no regime de votação

PROPOSTA 1: mínimo de cinco dias úteis

PROPOSTA 2: que se mantenha 7 dias

RESULTADO: proposta 1 aprovada por contraste, com 3 votos contrários e 1 abstenção

MARLENE - E agora a gente passa para a parte 2, que também tem 2 aspectos.
(Plateia interrompe e pede que os proponentes enviem para mesa a proposta por escrito, que se leia na íntegra e vá para votação, já que foram feitas as defesas).
(Marlene reforça que está proposta refere ao artigo 14, parágrafo 4, que trata as assembleias para deflagração de greve).

(Marlene tenta pôr em sistema de votação, mas plateia pede esclarecimento).

MATEUS - Pedido de esclarecimento – parece que a dúvida reside no seguinte fato, se é híbrida independente do lugar que a pessoa esteja para deflagrar ou se é híbrida, porque Alan disse isso e Joilson disse outra coisa, houve até um ruído aí, na sua contextualização ficou confuso... para mim... meu direito. Porque Alan explicou corretamente. Não desde que tenham no campus as pessoas podem se deslocar e faz a conferência no campus. De todo modo as duas são híbridas, a diferença é que uma é num lugar que todos têm que ir e a outra em um lugar de sua livre escolha.

(Plateia discute)

MARLENE - Gente, para gente organizar melhor, vocês acham que é melhor Alan fazer o esclarecimento da proposta 2, para que a gente voto consciente, está certo?

ALAN - Básica e essencialmente é garantir a presença das pessoas no processo de votação de deflagração de greve. Bom, a ideia é essa, fazendo isso de modo híbrido, só que presencialmente nos **campis**, não necessariamente nos **campis**, mas em espaços que os delegados, que o espaço se organizem para estar no momento sincronizadamente, ou seja, simultaneamente com a assembleia que está ocorrendo. Então assim, a assembleias está ocorrendo, o sindicato está aqui fazendo a assembleias, eu estou lá em Seabra, presente em um determinado espaço, como se fossem todos os sindicalizados participando virtualmente deste momento.

(Aplausos)

ALAN - Esta é a proposta 2.

(Plenária discute)

TERESA - Caso o campus não tenha um CR, porque tem localidades que não tem CR, como a gente controla isso, essa é minha dúvida.

(Plenária discute)

TERESA - Caso essa proposta passe temos que pensar em outros desdobramentos, não estou falando que eu sou contrária.

(Plenária: desdobramento)

IVANETE - Eu entendi completamente a proposta do colega aqui, mas eu acho que o texto não está dando conta da proposta, acho que precisa ser reescrita dentro dessa ideia. Porque a ideia perfeita, mas o texto com híbrido, com híbrido, com híbrido... eu não consigo entender. Dentro dessa perspectiva, eu acho que o texto precisa, para votar está claro.

(Plenária: nesse sentido, cabe defesa?)

MARLENE - Está praticamente em regime de votação, mas como a proposição de encaminhamento de Ivanete não precede. Poderia fazer, para gente saber gente, de fato a proposta, rapidamente, escreve. A gente aguarda um minutinho e aproveita aqui enquanto eles escrevem Camila quer tirar uma dúvida aqui.

(Rebeca conversa com a mesa)

MARLENE - Está surgindo aqui uma terceira proposta, que nesse momento... a companheira Rebeca, cogitou a possibilidade dela colocar uma terceira proposta, que fosse assembleia

apenas presencial para greve. Então eu gostaria de consultar vocês para que não seja uma decisão da mesa. Vocês concordam que a gente possa, quem concorda... vamos votar, quem concorda que seja incluída uma terceira proposta da companheira Rebeca de que essas assembleias, para definir deflagração de greve seja exclusivamente presencial.

(Marlene colocou em votação e por contraste – 4 votos contrários e/ou abstenções - foi permitido a inclusão da terceira proposta para votação em plenária)

MARLENE - Receba quer fazer a defesa dessa proposta. Então como a gente colocou e ela não tinha... a gente cede os três minutos para fazer a defesa, e logo depois vamos para votação. (Plateia discute). Mas gente está bem esclarecido, nesse momento em que a gente vai votar, as três propostas foram esclarecidas, quem não concordar vota, está certo. A gente vai passar para a companheira Rebeca fazer a defesa.

GERSON - Questão de ordem – lembrando que já estava em votação e a primeira proposta já havia sido votada.

RECEBA - A minha intenção não é em momento nenhum de obstar o debate e contribuir, porque eu tenho uma preocupação (Marlene, venha fazer sua defesa, você tem o direito, a plenária votou a favor).

RUBENS - Esclarecimento – eu consultei o nosso regimento aqui com a colega Camila e assim a gente esqueceu de falar sobre as assembleias regulares, as ordinárias e as extraordinárias, aprovar, o que não está escrito e aí é um pedido de esclarecimento. Não está escrito que há possibilidade, apenas de estarmos realizando, assembleia de modo virtual ou híbrida, as regulares, esse ponto que a gente está tratando aqui é exclusivo para deflagração de greve, não é isso? (Plenária: é isso!) Mas nós não votamos ainda, nós não aprovamos, e eu acho necessário aprovar para as regulares, é possível a realização de assembleias virtuais? Nos colocamos isso.

(Plenária: nós já aprovamos isso, agora é só a greve)

REBECA - Primeiro quero pedir desculpas aos companheiros, em momento nenhum eu quero abster o processo eu tenho maior respeito pelo processo de votação. Eu só queria colocar uma preocupação com relação a premissa. Nós estamos no ano de 2023, a pandemia tomou conta do mundo e foi oficialmente declarada em 2020, portanto, me permita falar enquanto historiadora, estudiosa de política do tempo, nós estamos ainda sob efeito de um estado que é muito similar de exceção. Toda a legislação, toda a regulamentação pensada nessa temporalidade, ela tem que ser pensada com muita calma e muito cuidado, porque nós estamos regulamentados em respeito a um estado jurídico, o estado da pandemia era um estado de emergência coletiva, portanto, o que se faz ali, e uma exceção, é uma exceção condicionada a uma situação de saúde coletiva mundial. A minha preocupação, é que nós estamos retornando aos poucos a esse novo normal. Que é uma grande falácia, que não existe, precisamos delimitar muito bem a fronteira de temporiedade para a gente pensar nessas questões jurídicas, isso não é pouco importante. Isso é demasiadamente importante. Porque que eu vou dizer isso as vocês, porque, nós precisamos ter segurança do ponto de vista de onde estamos da emergência sanitária para ir pensar em que momento é seguro para pensar novas formas de trabalho. E quando eu estou falando de capitalismo, eu não estou falando de coisas que estão soltas, eu estou falando de regulamentações que estão sendo apressadas hoje em 2023, em sentido de precarização por conta de aproveitar essa emergência, a gente não pode pensar no trabalho, dentro de condições de emergência e achar

que ele será pensado da mesma forma fora dessas condições de emergência, é uma forma de aplicabilidade de estado de exceção. Precisamos estar atentos a isso. Então um a assembleia de greve, não sei qual é a experiência de cada um de vocês, mas uma assembleia de greve é uma assembleia que geralmente mobiliza politicamente de uma forma muito particular. E eu acho que ela é uma assembleia com uma pauta muito sensível e é necessário que os companheiros se comprometam estar em corpo presente. Não podemos tornar a exceção em regra. E infelizmente por conta dessa premissa de pandemia, é isso que vem sendo feito, em muitos direitos dos trabalhadores brasileiros e a gente precisa estar atento assim. Então eu quero dizer que a minha proposta é manter as assembleias de greve como exclusivamente presenciais por conta dessa preocupação.

(Aplausos)

MARLENE - Gente está tudo muito esclarecido, me desculpe, mas a mesa vai precisar dizer. A gente aqui não precisa agora, todos estão esclarecidos, quem não concorda vote contra, vote em outra proposta ou se abstenha, senão a gente não vai acabar essa discussão. Já foram todas as propostas esclarecidas, caso seja questão de ordem eu vou acatar, mas se for para abrir... realmente não tem condições de abrir.

(Plenária parece concordar, aplausos)

GIVALDO - Questão de ordem – é assim eu perdi na votação em relação a inclusão, tudo bem, foi inclusa, a companheira fez a defesa da inclusão de defender o presencial, isso foi discutido no nosso grupo de GT, que teve uma proposta de presencial, nós discutimos e a proposta de incluir o presencial, perdeu lá, então eu quero assim defender o direito... a companheira ganhou o direito foi lá e defendeu, eu quero o direito de fazer a defesa contrária a proposta.

MARLENE - Mas se você falasse isso antes, a gente divide o tempo, aí você, me esclareça. A proposta foi feita, você gostaria de defender isso no grupo. Mas lembra no início dos trabalhos, eu falei assim, a plenária é soberana, a gente discute no GT, mas tudo vira para cá. Inclusive eu coloquei para a plenária se seria possível a inclusão. Nesse momento nenhuma pessoa a mais falou sobre isso, mas eu entendo que esse momento, mas olha só não é inclusão de proposta. Você quer incluir outra proposta?

(Plenária discute)

MARLENE - Eu não quero fazer como a gente faz na Nacional, termina discutindo e vocês já teriam falado. Só duas pessoas querem falar contraproposta que é Gerson e você. Vocês podem dividir o tempo de 3 minutos?

(Plenária discute)

GERSON - Respeito muito sua proposta, sei, eu sempre me desloquei de Barreiras para defender presencialmente, qualquer coisa que fosse pra defender na UNEB. Estou aqui para trazer essa experiência para mostra o seguinte. Presencial para você... ter quantos de Camaçari, quantos de Barreiras, quantos de Paulo Afonso, qual a condição que eu tenho em Barreiras para trazer 20 pessoas, qual a condição que Camaçari tem de trazer 20 pessoas, então a questão do presencial ela limita a participação num momento decisivo onde ... Barreiras vai ter 1, 2 votos? Camaçari 20, Salvador tem 40. Então não há isonomia isso. Eu estava pedindo para defender contra, não é implicância minha não, é porque foi feita uma defesa a favor então tem que ser feita uma defesa contra também. Se alguém que seja contra, gostei da inclusão, mas pense, que presencial prejudica algum campus.

GIVALDO - Eu citei isso no GT como uma questão democrática. Vini falou aqui e é verdade. A assembleia nos campis não define greve, o que define greve é assembleia estadual. Então quando eu vinha de Jacobina, trazer a posição do meu campus lá, eu venho com um voto, para votar com todo mundo que está aqui, onde está sendo a assembleia em Salvador, onde quer que seja. Por isso eu penso que a assembleia simultânea, presencial lá, presencial aqui, ela garante mais democracia, porque são todos os sindicalizados do campus que estão votando. Quando eu vier de lá, se eu vir com 3 ou 4, são 4 votos no universo de setenta e cinco pessoas que ficaram lá. Por isso eu defendo presencial simultânea nos campis.

(Plenária aplaude)

GERSON - Só uma coisa que foi garantido no GT, que inicialmente a direção tem que garantir a presencialidade daquela pessoa que puder, que quiser vir. Garante a presencialidade, caso não der, que tem aula, tem compromisso, que não de, que seja feita dentro da proposta e Alan, o que foi discutido no GT.

(Plenária aplaude)

MARLENE - Eu vou ler as três propostas para haver a possibilidade de entrar no regime de votação.

(Plenária discute)

PROPOSTA 1: assembleias para deflagração de greves híbridas

PROPOSTA 2: assembleias para deflagração de greve deverão ocorrer presencialmente, nos locais escolhidos pelos CRs de cada campus, conectadas por meio de web conferencias, simultaneamente com todos os campus.

PROPOSTA 3: assembleia para deflagração de greve exclusivamente presencial

RESULTADO: proposta 2 aprovada com 27 votos a favor, 06 votos para proposta 1, 01 voto para proposta 3 e 0 abstenções.

(Marlene ler o novo texto da proposta vencedora)

MARLENE - Agora a gente segue a diante, depois desse nosso debate. Então continuando, esse foi justamente a tese 9, agora a gente entra...

(Alguém interrompe...discussão sobre a garantia do sindicalizado conseguir estar nas assembleias)

MATEUS - Questão de ordem – nós não conseguiremos abarcar todo o regimento, se a gente, (inaudível 01:37), o regimento, você tem que trazer uma redação como uma proposta. Isso me parece muito mais uma proposta de escopo político de que uma escrita regimental. Então a gente tem que ter o texto não só a proposta mais o texto escrito. Para não confundir o que o regimento tem que dizer e o que é político.

MARLENE - Veja se vocês concordam... nós estamos a 11:41h minutos, então pelo GT 2 a gente já entraria nas diretorias. A minha proposta é a seguinte, que a gente poderia deixar justamente as questões das diretorias para o turno vespertino, para a plenária, inclusive foi pensado essa folga, porque só falta a seção 4, então está tranquilo para gente começar a seção 4. O GT amanhã... está tranquilo para gente fazer isso. Uma coisa fundamental para nosso sindicato que é a discussão de diretoria, de assembleias, a gente não tenha o debate prejudicado. Aí eu quero saber se a pessoa que fez essa proposta ela está aqui. Para colocar melhor. A proposta de garantir... porque eu posso falar enquanto diretoria nesse momento, mas eu acho que a pessoas poderia.... (Plenária afirma que a pessoa não está presente). Então

a gente, vamos fazer assim, veja se vocês concordam: nós podemos então suspender os trabalhos nesse momento, a gente vai para o almoço.

MATEUS - Eu não sei qual é a lógica, mas se foi discutido no GT, foi feita a leitura e ninguém fez destaque, a pessoa pode alegar que foi aprovado. Eu quero fazer o destaque pela rejeição, que é uma coisa rápida.

MARLENE - A gente vai fazer assim. Se a pessoa não está aqui, não teria a defesa da pessoa, mas a gente pode abrir para a companheira Camila fazer a defesa por garantia. Então a gente **agre**, faz uma defesa de garantia e uma defesa contrária e depois a gente vota.

CAMILA - Bom dia, eu fiz questão de fazer um registro, mesmo o companheiro não estando, porque a gente está aqui num debate pela ... após a fala da companheira Rebeca, que eu adorei, mas enfim, pensando nessa perspectiva de garantir uma maior união, digamos assim, de quem está na base, longe, Irecê, Porto Seguro, Ilhéus, quem está aqui, que a gente possa pensar nessa possibilidade. Eu to fazendo aqui o papel do advogado do diabo. Eu estou na secretaria, sei da dificuldade financeira, temos mil e poucos associados. E garantir 1000 pessoas aqui é complicado. Mas na questão política, que a gente pense em metodologias de como trazer. Que no meu ponto de vista, trago a proposta do companheiro que não está aqui. Mas que a gente possa pensar em números, por exemplo, regionais. As pessoas que está lá em Ilhéus e quer vir para assembleias, ele não pode ser podado de vir presencial. Porque a gente sabe que o presencial é diferente. É aqui que se constrói a política, o debate, conhece a sede. Quem aqui conhece a sede do sindicato. Fazer uma consulta aqui... ou seja, somos filiados e não sabemos nem como é a estrutura da sede. Então a importância de ter a base junto com a gente. Então que a gente pense em metodologias, seja quantitativa, por região, cada região vai ter um número de filiados aqui, mas que a gente garanta essa participação presencial. Essa é a minha defesa.

MARLENE - Ai Camila não seria bom escrever? Para ficar muito claro, por exemplo, a sua fala proposta, termina não sendo a mesma que ele colocou. Ele colocou uma, seria uma outra proposta. Então a gente poderia ter por escrito e a gente definir. Você escreve?

MATEUS - Então gente o espírito da proposta de **Elis Wagner** e o que Camila acabou de dizer, é o que gente sempre defende como práxis, nos costumamos trazer assim, ainda mais nesses momentos agudos de greve. Eu só não acho que a gente não pode está com uma regulamentação regimental, porque isso é uma discricionariedade, de dispêndio de recurso, não é por usar o recurso... o problema não é utilizar o recurso financeiro não. Acho que o debate nem é esse, a questão é, estamos numa conjuntura necessária para trazer e quantos trazer?. Quando a gente começar a criar inclusive uma figura, porque passa a ter um delegado regional ai, é a figura de um delegado regional. A região é desse, vai esse fulano lá. E o sindicalizado, mesmo que não seja o delegado, mesmo que seja minoria, que seja uma força de oposição, seja menor. Ele tem o direito de estar, ele pode reivindicar. Se não a gente começa a criar limitações e espaço mini deliberativos, espaços de micro poder de delegações regionais. A gente já tem os CRs para isso. Nós estamos criando um segundo CR, essa é uma proposta de segundo CR. Então eu não acato isso enquanto decisão regimental.

Eu acho que a gente tem que reprovar as duas propostas, porque eu acho que isso é contra o espírito. E se a gente criar essa figura desse delegado, isso é um delegado regional, porque ele passa a ser escolhido pela assembleia para ele ir para representar seja assembleia estadual em Salvador, ou seja, em qualquer lugar do Estado. Então meu voto é contra a proposta de

Wagner e os adendos que foram feitos, porque eu acho isso é uma discricionariedade da gestão e muda gestão, entra gestão e sempre foi oportunizado as pessoas participarem, sempre. As pessoas virem do interior, tem modelos de carona solidária, transporte, isso sempre foi uma preocupação de todas as gestões. Não é diferente com esta, e não acredito que seja diferente com as outras demais. Esse é um movimento político de debate. Se a gente começar por tudo no regimento nós vamos começar a engessar a vida e a construção política. Isso não dá para estar nessas minúcias do regimento, a gente deve ter um pouco de sobriedade. O regimento é um documento norteador com as balizas principais. Já está lá, princípio da solidariedade, construção democrática, financiamento da luta, isso já pressupõe trazer as pessoas para construir nesses espaços, sem essa figura... eu estou vendo com preocupação essa figura, que eu estou nomeando de delegado. Porque é um delegado eleito, que ele vem para capital ou para o local que vai ter a assembleia votar.

GENIVALDO - Nós acabamos de aprovar que nossas assembleias serão simultâneas, com as assembleias nos campis, com assembleia aqui. Então a gente garantir no regimento... na verdade o SINASEFE nunca negou o sindicalizado que quer vir ao local, a sede de uma assembleia estadual, então eu acho que a gente não deve garantir isso no regimento. Porque assim, já vai ocorrer as assembleias simultâneas nos campis, e aí talvez tenhamos que dar o direito do sindicalizado dizer: está tendo assembleia aqui, mas eu quero ir em Salvador, aí ele ter o direito, mas não de estar no regimento.

CAMILA - Foi deferido uma proposta que ainda nem foi feita. Foi interpretada (a plenária interrompe). Deixa eu terminar, pra garantir meu raciocínio. Foi defendido um ponto de vista que eu ainda nem apresentei como seria a proposta. Em momento nenhum eu disse que a proposta é ter um delegado. O que eu acho, é que a gente precisa garantir que quem está lá na base também participa, porque senão for assim, senão tiver no regimento não vem, isso é fato, se você ver que não tem recurso ou se tem pouco recurso e esse deve ser direcionado de outra forma, pode acreditar o sindicato vai dizer: não vai participar! Sempre teve participação, as gestões entendem que é importante, aí facilitam, facilitam não, garantem, mas se não estiver no documento não vem. Porque eu conheço companheiros que gostariam de estar aqui presencial, mas que pela dificuldade financeira não está, então isso também é questão política. Senão estiver aqui a gente vai ter muita dificuldade. Vai ficar à disposição de quem está à frente da gestão. Então qual é a proposta: que se tem um número, quantitativo. Que a diretoria organiza sua metodologia, enquanto quantidade. Eu falei regional, mas pode ser por campus. Que a gente garanta que o sindicalizado que queira participar, que conheça a sede. A gente não tem o plantão de pasta na Nacional, que pode ir lá pra Nacional passar uma semana fazendo atividade, a gente pode pensar nisso aí também. Uma mulher que está lá em Irecê, não poderia estar aqui fazendo uma atividade junto a pasta das mulheres no Agosto Lilás? Porque não? Mas senão tem essa possibilidade, senão está no estatuto, não está no documento, não está no papel. Esse é meu ponto de vista.

MARLENE - Então a proposta fica assim: que seja garantida a participação dos militantes do campus. Eu não entendi Camila, na sua fala complementar assim... sendo criada uma metodologia para que aconteça isso, não é isso?

MATEUS - Destaque – plantão de base da Nacional não consta no estatuto nem no regimento, foi uma tese aprovada em Barbacena, é uma tese de direção política. Nem tudo está no regimento e no estatuto. E até hoje é garantido há 20 anos o plantão de base, sem estar no estatuto e no regimento, que são teses do plano de lutas e teses políticas, que garante a

participação das pessoas. Eu estou nesse sindicato desde que eu entrei no IFBA, e aqui nunca se negou, por mais que tenham sido forças políticas diferentes a participação das pessoas do interior. Eu acho que a gente amarrar como limitação de assembleia ou não, é dizer que o plantão de base está no estatuto e querer por coisas que não cabem no estatuto, que são direções políticas. A assembleia é soberana, inclusive assembleia de greve. Se a assembleia de greve aprovar um fundo de greve de 300 mil e reais e o sindicato não tiver dinheiro, o sindicato é obrigado a tomar empréstimo. A fazer o que quiser, porque nós temos o poder para isso. E a direção se encurva diante da assembleia, do congresso, dos espaços deliberativos. E nós já temos deliberação nas assembleias que tem que financiar quem quer que venha. Ai a gente só otimiza, operacionalização como Rebeca já falou, na questão de carona solidaria, sem vem de avião ou de ônibus, porque as vezes sai mais barato... isso já é uma direção política, uma orientação política, não há boicote. Por isso que eu também peço que essa redação apresentada pela companheira seja rejeitada, assim como a do companheiro que não está aqui, que não pode apresentar a redação. E a gente tem essa baliza, a baliza para que a gente mantenha isso como direcionamento político, porquê aqui que é o espaço. Se a gente for colocar que vai vir um, ou dois ou ter por campus de região, a gente vai limitar até quem é minoria, que é contra ou a favor da greve, de ir expressar sua opinião. Todo filiado, isso está no estatuto, todo filiado tem direito a voz nos espaços do sindicato, e isso pressupõe financiamento. Se ele reclamar ele pode até alegar boicote com o conselho de ética e tudo mais. Então eu quero fazer essa suplica, respeitosamente aos autores, aos proponentes, ao proponente e a proponente, que a gente rejeite as duas propostas.

MARLENE - Entendendo que você veio fazer uma defesa contrária ... (Mateus interrompe e diz que não foi defesa e sim destaque). Vamos dar oportunidade para que a pessoa também faça isso. Porque nós estamos todos aqui para contribuir com a sessão sindical com tranquilidade. Para que aí a gente possa ir para votação e quem não concordar que vote em outra. Vou passar aqui para a companheira.

CAMILA - Acho que é essa a construção, a gente traz propostas diferentes para fazer pensar, e chegar num consenso ou ganhar na votação, tentar melhorar na votação. A questão pratica é essa dificuldade, eu tenho uma visão diferente do que foi apresentada, no meu ponto de vista, se qualquer colega apresentar hoje que gostaria de participar da semana de luta em Brasília, a gente teria dificuldade. Como essa dificuldade se aconteceu em vários outros momentos. O estatuto e o regimento é para dar um norte, para nos dar um norte. Mas a gente enquanto minoria, agente enquanto mulher a gente sabe qual é a dificuldade s vezes de escrever o obvio. Então muitas vezes quando não está escrito fica a cargo da diretoria, e eu estou dizendo aqui enquanto diretora. Fica a depender da possibilidade ou da visão do diretor que ali está. Então isso também é uma questão política. Em relação ao plantão de base, foi selecionado lá em uma tese foi, mas aqui a gente não tem possibilidade de teses, porque se tivesse, essa poderia ser uma. Então esse é o momento dá gente ser diferente e aprovar. Porque a minha dificuldade, eu estou aqui em Simões Filho, é próximo, a facilidade de estar aqui é muito diferente. Pode ser que o diretor diga, você vai ter o recurso aí reduzido, mas em questão de custo você pode vir, mas essa mesma isonomia será para quem vem lá de Porto Seguro. O companheiro que gostaria de participar será que ele vem, será que tem possibilidade. Paulo Afonso? Ilhéus? Eu acho que não. Por isso a importância, no meu ponto de vista, trazendo isso aqui, e a proposta nem foi traída por mim.

MARLENE - Camila só para esclarecer até para mim, a diferença da sua proposta para a de Wagner vai ser assim: porque Wagner diz assim, que seja garantida para qualquer um e na sua você defende que tenha uma metodologia para fazer isso, criar uma metodologia.

CAMILA - Seja regional, seja por número, cada regional vai ter uma porcentagem, cada regional vai ter possibilidade de ter 2 pessoas... a gente tem que pensar nisso...

MARLENE - Veja se vocês concordam, se caso vamos dizer, se a proposta de Camila for aprovada, vai ter que ter encaminhamentos, porque justamente se criaria uma metodologia. Porque a gente não poderia deixar isso sob a responsabilidade da gestão que entrar. Então caso seja aprovada a proposta de Camila, a gente tem desdobramentos, ok? Que a gente pode inclusive discutir agora ou no retorno. Então vou repetir como seria. A proposta 1, é composta pelo companheiro que não está presente, é que seja a garantida a vinda de qualquer um filiado ou filiada, para as assembleias aqui na sede, onde acontece... a proposta de greve e a proposta 2, apresenta pela companheira, é que seja garantida essa participação presencial do filiado ou filiada, após a criação de uma metodologia de critérios para trazer o filiado ou a filiada. Então, com desdobramentos.

(Marlene repete as propostas, como seria o texto)

MATEUS - Questão de ordem – nós estamos considerando a proposta desdobramento ou uma nova proposta? É até o que Givaldo questionou. Porque eu pedi destaque quando foi lida a nova redação. Tem a proposta 1 e a proposta 2. São duas propostas. Então a gente deveria aí, por questão de ordem, a gente vota a proposta 1, que é a proposta do companheiro que não está nem aqui. Vota se acolhe ou se rejeita. E depois vota a proposta 2 separado. Porque primeiro se apresentou como adendo, depois se apresentou como novas propostas. E aí tem que se reaver o debate.

MARLENE - E pode também ser a rejeição das duas, que foi o que você defendeu aqui. (Falatório). Veja se a mesa entendeu? Seria votar em separado, e não votar em 3 propostas. A primeira proposta, depois a gente votar a segunda proposta, é isso? (Concordam), sem problemas! Então vamos fazer em regime de votação.

PROPOSTA 1: colocar em regimento que garanta a vinda de um filiado ou filiada para as assembleias de declaração da greve sendo financiadas – independente dos critérios, vamos dizer assim.

(Plenária discutem, Vinicius pede esclarecimento)

MARLENE - Eu explico para que não fique dúvidas. Foi dividida a votação. A gente agora vai votar exclusivamente a proposta que foi feita pelo companheiro que não está aqui, que era justamente trazer as pessoas, filiados ou filiadas, para participar da assembleia de deflagração de greve presencialmente, na sede. E depois dessa votação, a gente vai para a proposta trazida pela companheira Camila, ok? Esclarecido? Podemos entrar em regime de votação? Quem é favorável a essa proposta, por favor levante o crachá.

PROPOSTA 1: colocar em regimento que garanta a vinda de um filiado ou filiada para as assembleias de declaração da greve sendo financiadas – independente dos critérios, vamos dizer assim.

FAVORAVEIS: 07 votos

CONTRÁRIO: 14 votos

ABSTENÇÃO: 8 votos

RESULTADO: a proposta foi rejeitada com maioria de votos

(Discussão sobre números de votos, mas confirmado os dados acima)

REBECA - Declaração de votos – é importante quando as propostas, as que se entendem que o regimento vai colocar diretrizes. E diretrizes elas podem abrir espaço para interpretações, inclusive conflitantes. Seria importante, apresentar a proposta redigida para apreciação da plenária. Porque as palavras importam na hora de conceber uma operacionalização. Elas podem inclusive, obstar a operacionalização. É importante contextualiza para que a gente tenha uma votação mais (palavra inaudível).

MARLENE - Eu solicitei que colocassem, não foi não gente? Mas vou ficar mais atenta. Pode ser que eu tenha falado mais falhei.

VINICIUS - Eu preciso de um minutinho, para esclarecer uma questão. Eu só preciso disser para o outro GT, que no nosso GT houve um problema com a sistematização da relatoria, porque quando deu seis horas falaram assim: acabou porque são seis horas, se não sair paga multa. Foi assim no nosso grupo. Quem estava lá viu. Foi tipo assim, acabou agora. Não deu tempo da gente se organizar, fazer a relatoria direito e por conta disso tem vários problemas que vão vir para cá mesmo, infelizmente.

MARLENE - Agora a próxima proposta eu vou passar para a companheira fazer a leitura, a gente faz agora a votação da outra proposta, como foi proposto. Certo? Gente, para ficar claro, vamos fazer a leitura da proposta: que seja garantida a participação presencial dos militantes por campus, criando uma metodologia. Ok? Pronto? (Marlene repete o texto da proposta).

(Plenária lembra que isso se refere as assembleias de greve e pergunta quem vai definir a metodologia)

Aí é que está, é desdobramento que vem depois, não é isso? Ok? Em regime de votação:

PROPOSTA 1: que seja garantida a participação presencial dos militantes por campus, criando uma metodologia.

FAVORAVEIS: 15 votos

CONTRÁRIO: 11 votos

ABSTENÇÃO: 07 votos

RESULTADO: a proposta foi aprovada com maioria de votos

(Plenária questiona que no texto estava militante e não filiado, Marlene diz que está escrito na proposta militante que ela que leu errado. Alguém afirma que é filiado e filiada).

TERESA - Declaração de votos – eu estou aqui preocupada com que a gente acabou de criar aqui. A gente criou uma estrutura de assembleia para deflagração de greve que tem que acontecer simultaneamente em todos os campis, todo mundo interconectados. Então a gente votou pelo evento híbrido e interconectado. E a gente ao mesmo tempo, isso é a dialética, a gente está votando que se garanta que a pessoa venha presencialmente aqui para salvador. A gente está votação uma coisa assim, que na minha opinião está meio aloprado. É uma alopração o que a gente da votando aqui. Na minha opinião. A gente vai ter que fazer uma estrutura nos campis e a gente vai ter muita dificuldade de operacionalizar, de garantir uma

segurança. E a gente aprova coisa ambíguas. A gente quer presencial ou a gente quer híbrido, o que a gente quer. Eu estou confusa.
(Aplausos).

MARLENE - Vamos respeitar a declaração de voto da companheira. Ela declarou o voto. Eu só quero esclarecer para facilitar e acalmar, que a as vezes a gente fica assim... mas quando a gente diz assim... que é uma assembleia de deflagração de greve, primeiro passo, não é toda assembleia, que quando acontece é de caju a caju, segundo terá uma metodologia. Essa metodologia não significa que serão todos que viram, aí é quem vem, nós vamos criar, para a gente se acalmar a gente vai para o almoço, a gente cria essa metodologia e apresenta essa metodologia no retorno.

MATEUS - Questão de ordem – o estatuto do SINASEF é maior que o regimento da seção, o estatuto diz que todo filiado tem o direito a voz e participação. Então a gente tem que brigar para que esse direito seja garantido e essa redação não limite direitos que está no estatuto. Se estiver em dissonância com o estatuto, a gente pode até levar para outros espaços (inaudível 02:09) desse debate.

MARLENE - O companheiro, se a gente aprovou uma metodologia, essa plenária é soberana. Ela aprovou uma metodologia. Outra coisa, nós vamos ter essa metodologia nesse regimento. Se acontecer qualquer coisa do tipo assim, olha nós precisamos de tantos campis, ou por campus, isso aí é um segundo estágio. Mas hoje nosso regimento, da forma que está aqui, a gente não está ferindo, em hipótese alguma, a gente fazer essa garantia, a gente não está ferindo. Inclusive, depois dessa sua fala, vou fazer uma consulta a nossa consultoria jurídica, porque nós não estamos ferindo, mas é bom que se conste isso. Eu faço a consulta na nossa assessoria jurídica e a gente retoma no retorno. Bom almoço a todos e todas.

MARLENE - (faz um resumo do que foi feito anteriormente) A tese 3.1, alteração de um artigo, pág. 09. Saulo está presente? Porque eu não sei como foi feita a discussão, mas deixa eu falar para vocês. Foi uma tese, que a gente que estava organizando o caderno. A agente teve muita dificuldade, porque ela não veio em formato de uma tese. Como foi proposto pela organização, do nosso congresso. Ela simplesmente tem várias páginas e falando de vários artigos. Então ela não está no formato da tese, mas nós avaliamos no dia, que eram companheiros e companheiras que queriam contribuir e nós não queríamos eliminar dizendo: olhe isto aqui não está nos moldes, isso fica muito acadêmico. Na academia a gente reprova os artigos... olha porque não está isso, e aqui a gente não está na academia, a gente está na briga, na luta sindical. E os companheiros, companheiras querem contribuir, de uma forma que dificulto, por isso que queria que Saulo estivesse presente, justamente para ajudar nesse processo. Eles fizeram, mas não foram os modelos da tese, não foi, com vários artigos e várias mudanças, mas nós optamos por conservar, manter e a gente aqui discutir. Mas agora o que eu quero propor, na mesma linha que Marcos falou. Como Saulo não chegou ainda, a gente pode passar para alteração da eleição do CR, mudança do nome da seção sindical e depois a gente volta, que aí Saulo pode estar aqui e nos ajudar. Então a gente vai para 3.2 que é a alteração da eleição do CR, que é na página 13. A companheira do colégio militar falou da mudança do nome da seção sindical pudesse ser antes, não vejo problemas, podemos fazer. Mudança do nome da seção sindical, pagina 14, a 3.3. A gente faz essa primeiro, que acho que vai ser mais consenso e depois a gente passa para a alteração da eleição do CR. OK?

MARGARETE - Boa tarde, voltando aqui os trabalhos, vou fazer aqui só uma consulta, já que estão todos com os cadernos, se precisa ler ou não a justificativa. Podemos fazer sem a leitura da justificativa, se bem que ela está pequena, dá para ler tudo, mas... sem a leitura da justificativa. Estão todos com ela na mão? Ela está curtinha eu vou ler toda. Que aí, até para seguir o rito, perguntar se tem destaque, e caso não tenha a gente vai para a votação, se tiver apresenta se o destaque, está certo? (leitura da pag 14 do livro de teses).

MARLENE - Tem algum destaque, podemos então ir para a votação? Então por favor... (pediu fotos).

PROPOSTA: mudança do nome da sessão sindical de SINASEFE IFBA para sessão sindical SINASEFE IFBA /CMS
RESULTADO: proposta aprovada por unanimidade.

MARGARETE - Mesmo que eu **acompanhe** meu presidente atual, pelo fim das escolas cívicos militares, eu acompanho porque... criança não é militar.
(Aplausos)

MARLENE - Nós passamos agora então para próxima que é justamente, a que nos pulamos que foi alteração da eleição dos CR.

MARGARETE - Mais uma vez a justificativa não é grande, o texto atual, a defesa é bem pequena e a justificativa... estou fazendo isso para ganhar tempo. A justificativa não é tão grande e como não foi lida eu vou fazer completa. (leitura da pag 13 do livro de teses)

MARLENE - Então podemos entrar em regime de votação.

GERSON - É interessante isso, mas tem processos, eu como docente, poderia falar, os docentes estão perdendo espaço. Não estão perdendo, eles já cedem esse espaço a anos. A gente vai pra assembleias de 8, 9 TAS e docente, 2 docentes, que não participa. É só para reafirmar que apensar de fazer parte da docência, eu devo admitir que tem que tirar o obrigatoriamente, porque as vezes a gente não consegue compor o CR com seu suplente. Porque não há participação dos docentes, aí fica travado. Nenhum docente quer e a vaga fica ociosa.

MARLENE - Em regime de votação:

PROPOSTA: quem é favorável a alteração de alteração de eleição do CR proposta pela tese. Com 3 abstenções.
RESULTADO: com larga maioria a proposta foi aprovada.
(Alguém na plenária questiona se está sendo anotado os votos, Marlene esclarece que nas anteriores foi feita contagem, mas quando é maioria, pode ser por contraste).

MARLENE - Saulo ainda não chegou, vocês acham que a gente pode começar essa que é justamente... os grupos fizeram a discussão sobre o que é essa proposta da página... que foi no GT 2. Eu vou passar aqui pra Nino representar o GT 2, chama Celiana também.
(Falas diversas)

Nós já aprovamos a 3.2, 3.3. Agora a 3.1 é do grupo 2, aí eu gostaria que a companheira Margarete retornasse. Na verdade essa tese que a gente colocou como alteração de vários

artigos, como eu falei anteriormente, ela foi uma tese que não seguiu os parâmetros orientados lá pelo nosso regimento do congresso que seriam, título, objetivo, artigo que quer modificar, alterar ou incluir, a justificativa, então foi encaminhado pra gente, vários artigos com correções, modificações, mas aquele momento nós optamos por deixar a tese na íntegra, só demos um nome pra facilitar no caso no sumário e trazer a contribuição. Como eu falei anteriormente, a gente não quis entrar no processo acadêmico, que lhe é, excluía artigos que não estavam no padrão. E como a gente entende que a contribuição que esses companheiros e companheiras querem dar, nos mantivemos. Só que existe, umas dificuldades, porque é assim... se vocês observarem, tem correções, correção mesmo, de alguns números. Aí eu queria saber do GT o que vocês avaliaram. Eu até pedi para deixar por último para ver, porque essa tese, está assinada pelo companheiro Arivaldo, Givaldo, Saulo, Rosangela, aí eu sei que quem está aqui é Givaldo. Givaldo se você puder fazer uma explanação. Porque assim, eu vi que ela... agente vai lendo todos, podemos usar essa metodologia, vamos lendo todos e quem tiver destaque, agente ler. A gente ler assim: ler o primeiro, aí tem destaque a gente já anota aqui, aí a gente vai lendo e por último a gente chama as pessoas para falarem o destaque e se necessário você pode fazer a defesa. Então, acatando a proposta, a gente faz a leitura, senão tiver destaque a gente já vai para a provação, a que tiver destaque a gente vai deixando, para gente acelerar o processo. Então eu vou passar aqui para companheira Margarete

MARGARETE - Tem um detalhe, tem que saber se o artigo vai espelhar, vai ler o artigo...
(Plenária discute)

MARLENE - Justamente por causa dessa tese nós tiramos cópia do regimento, para a gente consultar, caso seja necessário.
(Acompanhar o regimento pela reprodução em data show)

MARGARETE - Givaldo deu um encaminhamento

GIVALDO - Como eu estou como uma das pessoas que assinaram a tese. Marlene falou agora que seja feito a leitura dos itens, as propostas e a redação e poderia ser feita defesa. E eu acho, não vejo que seja necessário que seja feita a defesa, eu vou só contextualizar só um pouquinho porque a tese veio dessa forma. O representante do campus, no período que nós tínhamos para encaminhar as alterações, as teses. Ele colocou o regimento em formato de texto, e voltou para a base, para quem quisesse propor alteração. E aí foi feito, as pessoas que assinam foram lá e indicaram alterações. Como vocês podem ver, algumas com termos mais abrangentes e outros tem o caráter técnico político mesmos de mudar. Eu, logicamente, não contribuí com todas as alterações. Aí tem uma ou outra que foi proposta minha e ele remeteu obviamente, o texto como os companheiros e companheiras haviam feito proposta de contribuição. Foi por isso que ele não veio em formato de tese. Foi uma consulta aos pares e cada um contribuiu, e no final ele remeteu esse texto, onde tinha proposta de alteração. Então eu abro mão de fazer a defesa de todos os termos que a gente vai colocar. A gente pode fazer isso coletivamente e ver os termos que foram colocados e se eles podem ser ou não acatados. Obrigado.

MARGARETE - (leitura da pg 09, art 2) Art. 2 A seção Sindical não fará distinção de pessoas de qualquer natureza.

MARLENE - em regime de votação

PROPOSTA: acréscimo da sentença – de pessoas no artigo 2.

RESULTADO: aprovado por unanimidade.

MARGARETE - (leitura do artigo 6 pg 09). Art. 6 A seção sindical cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais das categorias diante de toda a sociedade, bem como, junto aos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

PROPOSTA: ampliou o texto e retirou a palavra jurisdição.

RESULTADO: aprovado por unanimidade.

MARGARETE - (leitura do artigo 8 pg 09), tem destaque (para letra e). e) lutar pela e pela qualidade de vida e preservação ambiental; f) lutar pela unificação internacional da classe trabalhadora, visando a construção de uma sociedade socialista; g) implementar a formação político sindical da categoria.

MARLENE - A metodologia provada no início, é que a gente vai lendo, e o que tiver destaque fica por último.

(Foi decidido fazer todos os destaques desse item uma única vez, passando então para o item 4)

MARGARETE - (leitura do art. 10 pg 09) Art. 10 O congresso é a instância máxima de deliberação da Seção Sindical, construída por delegados e delegadas feitas em seus respectivos campi, na Reitoria e no Colégio Militar de Salvador, de acordo com as regras de proporcionalidade de gênero, de acordo com resolução da Diretoria Nacional e de segmentos que compõem o corpo de filiadas da seção, isto é, docentes, técnicos (as) administrativos (as) e aposentados (as) obedecendo a proporção na qual estes segmentos componham a totalidade de filiadas da seção, na constituição de toda delegação. Serão inaptos/as para compor o delegação aqueles e aquelas que estejam em desacordo com as normas aqui estabelecidas e em outros instrumentos normativos relacionados ao SINASEFE-IFBA. O delegado e a delegada terão sua participação garantida com direito a voz e voto.

(Plenária sugere incluir a palavra reitoria do IFBA, após a palavra campi)

MARLENE - Concorda Givaldo em incluir reitoria do IFBA.

(Altair na plenária questiona a palavra filiadas, porque terá que mudar toda a redação).

MARGARTE - No primeiro dia foi pacificado isso.

PROPOSTA: alteração do artigo 10, inclusão das palavras Reitoria do IFBA

RESULTADO: aprovada a proposta por grande maioria e 5 abstenções.

MARGARETE - Supressão do inciso quinto (foi lido do regimento interno o inciso quinto)

(Plenária discute, isso é competência do conselho fiscal. Na verdade (inaudível 38:44) congresso fiscalizar a diretoria)

Repete a leitura do inciso V.

GEORGES - Questão de ordem – essa é uma competência explícita no regimento do conselho fiscal. Não cabe, portanto, não atender a essa supressão, não é possível alguém ser contra essa supressão.

(Plenária discute, inclusive falando que não era uma questão de ordem)

GEORGES - Questão de ordem – cabe quem for fazer uma revisão, desse regimento aprovado, pra não acontecer o que aconteceu da última vez, se lembram. Omissão de coisas que a gente apresentou, demora de entrega do relatório, aquela confusão toda, a gente precisa submeter a leitura jurídica. Se o jurídico lesse isso não teria passado esse absurdo, porque isso é competência do conselho fiscal. Logo essa supressão não é nem discutível, é obvio que ela procede.

(Plenária discute)

SAULO - Questão de ordem – apesar de Georges pedir a palavra para apoiar uma coisa que eu propus, a questão de ordem se coloca quando for de ordem, se não tem ordem quebrada. E o congresso pode tudo, a única instancia que pode tudo é o congresso, inclusive rejeitar essa tese e pegar uma atribuição do conselho fiscal e repetir. O congresso pode tudo, esse congresso pode tudo, inclusive dissolver esse sindicato. Nós podemos nos juntar aqui e encerrar o SINASEFE – IFBA. Eu estou com dor, não pude estar aqui de manhã, ninguém tem nada a ver com isso, mas já que eu estou, eu gostaria que respeitassem a mesa e só intervisse com questão de ordem quando for questão de ordem, e que a mesa não tivesse nenhum tipo de leniência. Por mais que a gente tenha afeto por muitos aqui, que a gente de andamento aos trabalhos com o maior tipo de seriedade possível e evitando esse tipo de coisa, questão de ordem toda hora.

GEORGES - Cabe a mesa julgar se é questão de ordem ou não.

MARLENE - A solicitação, essa questão de ordem de Saulo, é muito ruim sabe? As vezes a pessoa pede questão de ordem, mas por **dixer**, não da nem pra julgar. A gente vai ter que interromper a pessoa, então o Saulo fala, eu acho que é assim... a pessoa faz a avaliação se aquilo que ela vai falar é questão de ordem. Porque é muito complicado pra mesa a gente e interromper a pessoa, a pessoa já na fala. você veja, mesmo a gente não fazendo isso, ontem houve a insatisfação, por isso hoje a gente começou com esse cronometro enorme aqui justamente para tentar corrigir, porque ontem a gente teve colegas que falaram mais de 4 minutos, mas foi tudo aqui na mesa, e as pessoas não viram que foi 4 minutos. Então hoje a gente trouxe, para ficar melhor, ficar mais transparente e não ter problema. Eu só peço essa compreensão, porque a gente da mesa interromper: não é questão de ordem, aí fica horrível.

SAULO - Mas aí no final negar sumariamente.

MARLENE - Vamos fazer a votação.

TERESA - Com todo respeito, temos muitos colegas aqui, que estão na sua primeira atividade sindical. E as vezes a pessoa não sabe a diferença de questão de ordem, de esclarecimento, então vamos ter, os colegas que são mais experientes, que já em uma caminha maior. Quando a gente for pedir uma questão de ordem, se for uma pessoa nova, a gente não deve inibir quem está tentando se integrar. Mas a gente que já é mais descolado, vamos dar uma segurada.

CELIANA - Esclarecimento – primeiro o que Teresa, é o que penso, e em outra perspectiva, todos e todas e todes tem sim que se manifestar independente de questão de ordem, independentemente de questões outras qualquer. Porque esse é o espaço de soberania do sindicato. E a outra questão, é a questão de que o congresso tem suas competências, que

precisa executadas, independente de achismo ou não. O congresso tem competências sim! Soberania.

NINO - É questão de interpretação: compete ao congresso da seção IFBA, fiscalizar a diretoria executiva e execução dos programas aprovados. Quais são esses programas e os trabalhos aprovados? Esses trabalhos que estamos fazendo aqui é? E como vocês querem suprimir uma coisa que esse congresso faz. É uma questão de interpretação. Não tem como suprimir. Se acabou de falar que o congresso pode inclusive destituir... é fiscalização no que se refere ao que foi escrito aqui, olha só, a partir de agora, como foi discutido de manhã, em deliberação para greve vai acontecer assim e assim...esse congresso tem que falar assim, aconteceu isso, não aconteceu isso. O que essa plenária fiscaliza é isso, é o que foi decidido aqui. Não é outra coisa, entendeu?

MARLENE - Nino vamos fazer assim, porque de qualquer forma vai ter destaque. Já com essa fala de Nino, tem um destaque (anotou os destaques).

MARGARETE - Lembrando que o item 3 dessa tese, só para resgatar, o item três, o item cinco. Continuando a leitura dessa tese trazia por Saulo e outros colegas. (Leitura pg 09, item seis) No artigo 14, alteração do inciso II **do** parágrafo 1, nos seguintes termos: II - de maioria simples do conselho de representantes. Acrescentar ... de maioria simples de representante. (Leitura do parágrafo completo) ... sempre que o momento exigir a assembleia geral poderá ser convocada extraordinariamente por iniciativa do conselho de representante (texto original). E passa a ser... de maioria simples de conselho de representante.

MARLENE - Algum destaque? Podemos votar então?

PROPOSTA: alteração do artigo 14, onde o texto ficará: sempre que o momento exigir a assembleia geral poderá ser convocada extraordinariamente por iniciativa da maioria simples de conselho de representante.

RESULTADO: proposta aprovada com maioria de votos e 2 abstenções.

MARGARETE - Ainda no artigo 14, inserção de três parágrafos, o quarto, quinto e o sexto. (leitura da pg 9 item 7 e pg 10 item 5) No artigo 14 inserção de três (3) parágrafos: 4 A Assembleia Geral será dirigida por representantes da instância que a convocou; 5) A mesa dirigente da Assembleia Geral em sendo convocada pela diretoria executiva deve na sua composição deverá obedecer a proporcionalidade da composição da diretoria.

(Plenária, esse caiu) 6 As Assembleias Gerais Ordinárias serão precedidas por reuniões do Conselho de Representante.

(Anotações dos destaques)

(Leitura do item 8 pg 10) 8 No artigo 17, supressão dos incisos XIX, XX, XXI, XXII e XXIII.

MATEUS - Questão de ordem – tem três teses que vão tratar disso, que a gente já unificou. Acho que não deu tempo de debater isso, então isso aí deve ir para o somatório das outras teses.

(Plenária discute)

MARGARETE - Então a gente suprime esse número 8? Retira? (Mateus: nesse momento sim!) A gente retira. Transpor para discussão das teses.

(Leitura do item 9, pg 10) No artigo 20, a alteração do inciso II nos seguintes termos: II -presidir as reuniões de Diretoria Executiva e Assembleias Gerais convocadas pela Diretoria. (houveram destaques)

(Leitura do item 10, pg 10) No artigo 20, inserção do inciso IX nos seguintes termos: IX - Garantir as condições para a atuação plena, autônoma e harmoniosa de cada uma das coordenações que compõem a Diretoria Executiva a fim de serem cumpridas as normas deste Regimento e as decisões da instâncias superiores.

MATEUS - Questão de ordem – tem uma tese também que está versando dessa mesma temática, da coordenação geral. Que a gente sequer debateu na verdade. Então é o mesmo problema da anterior, da 8. Se você já tem uma tese que versa, deixa a discussão para a frente. É a tese da página 4.

MARGARETE - (leitura do item 11, artigo 20) inciso 10, parágrafo único, na ausência do coordenador geral a assembleia geral será dirigida por qualquer membro da diretoria executiva.

(Anotou os destaques).

No artigo 21, inserção do inciso X: garantir a transparência financeira da Seção Sindical em relação aos filiados (as)

PROPOSTA: inserir o inciso X no artigo 21, que diz: garantir a transparência financeira da seção sindical em relação aos filiados (as).

RESULTADO: proposta aprovada por unanimidade.

(Leitura do item 13, pg 10) No artigo 22, alteração do inciso II - organizar as reuniões de Diretoria Executiva, da Assembleia Geral e do Conselho de Representantes.

SAULO - Questão de ordem - porque teve uma proposta ai de supressão, que saiu do GT na verdade, não foi apresentada ainda, mas de supressão dessa secretaria.

MATEUS - Mas aqui são as atribuições primeiro.

VINICIUS - Mas se ela for suprimida, você vai...

MATEUS - Mas a função é uma coisa, lá na frente se suprimir, suprime a função.

(Plenária discute)

GEORGES - Qual é a diferença do texto original, para a tese?

SAULO -Provavelmente foi erro na digitação na hora de alterar, a gente mandou exatamente igual. Está idêntico. A gente estava realizando, tirando um e botando o outro.

MARGARETE - Retirada (Saulo concorda).

(Leitura do item 14, pg 10) No artigo 22, inserção do inciso V - zelar pela preservação do patrimônio da Seção Sindical.

(Destaques anotados)

Está vendo Saulo, que esta tese que não veio no formato e que não foi eliminada está dando bastante pano... está vendo que a gente não pode jogar a **agua** com a criança fora e que o formalismo moderado, ele tem o seu...

(Leitura do item quinze, pg 10)No artigo 30, inserção do inciso V - Garantir que todas as atividades culturais e esportivas estejam em harmonia com os princípios políticos da seção sindical, insculpidos neste regimento e derivados de deliberações de instâncias superiores.
(Plenária discute)

MARLENE - Em regime de votação.

PROPOSTA: inserção do inciso QUINTO AUDIO 01:03h, no artigo 21

RESULTADO: NÃO TEM NO AUDIO.

MATEUS - Declaração de voto – eu vim declarar para falar o que eu estava falando ali com Marcos, a gente acabou de aprovar um procedimento de afetar as atribuições para o final e eu alertei. E foi dito pela mesa: afeta, não é essa palavra. E agora a gente acabou de votar uma atribuição do que a gente tinha acordado do procedimento. Ou seja, não durou dois minutos a agente mudou a metodologia. Então eu queria pedir que a gente então decidisse, porque tem mais atribuições a frente, se a gente vai votar agora todas as atribuições ou se vamos deixar para o final. Porque não pode afetar de uma e da pasta que a gente quer, a agente deixar.

JOILSON - Declaração de votos – só vim complementar, a gente está discutindo as atribuições das coordenações, quando **nos** posteriormente vamos estar discutindo, se determinadas coordenações vão existir ou não, ou seja, a agente vai aprovar coisas que depois... essa coordenação não vai existir, estamos perdendo tempo. Ou seja, ai mesa, me desculpa, eu acho que deveria haver uma questão de encaminhamento da votação, já que não foi feito... complicado!

MARLENE - A gente está aqui discutindo aqui, mas no caso, como a gente aprovou e caso ano tenha, a gente altera, então a gente pode fazer assim... que a gente não vai anular a votação, porque é uma coisa muito estranha né. Essa coisa de anular votação. Então, o que a gente vai fazer, a gente, todas que vierem e tenham algo que a tese que vai acontecer pode alterar, a gente afeta. Ai vocês fiquem aí vigilantes, porque se a mesa falhar... vocês chamam atenção.
MATEUS - Pedido de esclarecimento – mas todas as atribuições de diretoria de certa forma, o que for de diretoria, não vai ser afetada?

MARLENE - Isso! ai todas que forem , ai vocês lembram, por exemplo, se a gente passar, olha essa foi afetada, ajude a gente aqui, ok?

GEORGES - Vai lhe ajudar se (inaudível 1:04) parar depois que acabar de ler a proposta, e verificar o que a gente aprovou, o que aprecio que não deveria ter apreciado.

MARLENE - Não, foi apreciado, mas caso, vamos dizer, a secretaria não esteja, perde o sentido. A gente poderia, vamos dizer assim, não ter avaliado, mas já que avaliou, ela perde a validade. Não vejo problemas enquanto a isso. Então, a gente vai seguir agora com a numero dezesseis.

MARGARTE - Eu penso que a gente pode fazer o seguinte, quando aparecer alguma coisa daqui que venha para, que esteja relacionada a composição da diretoria, a gente já faça uma afetação automática, pode ser? O que a gente não pode fazer, é deixar de ler a proposta que foi enviada, tem esse detalhe também. Tem esse detalhe, a gente não pode assumir, que o trabalho do outro, que se dispôs a fazer, não deva ser lido.

(Leitura do décimo sexto, pág 11) No artigo 31, alteração do inciso V - apoiar e orientar, em parceria com a coordenação e assessoria jurídica, as vítimas de todo tipo de opressão e assédios. Como trata de mais uma coordenação, esta, está afetada. Trata da... (plenária discute).

GEORGES - Se tratar da alteração da competência de alguma coordenação, que não existe tese nenhuma de modificação, nem de junção, nem de fusão, de nada, por exemplo, coordenação jurídica. Ninguém propôs fusão, extinção da coordenação jurídica. Porque a gente não vai apreciar isso aqui?

MARGARTE - Nós quando tratamos a pouco tempo, a poucos minutos, que quando fosse relacionado as coordenações, ainda que ela ainda não tenha sido contemplada aqui, não tenha sido proposta que ela tenha sido extinta, que esse ponto volte. (Voz de Georges) Não altera, porque quando for apreciado e definir as coordenações, agente resgata esse ponto e faz a apreciação

GEORGES - Nós vamos ler essa matéria aqui e vamos constatar que ela não faz parte de nenhuma alteração futura e vamos ter que ir lá, eu não sei nem onde eu vou ler esta matéria que está sendo debatida, já que ela não está em tese nenhuma.

MARGARETE - A mesa aqui, para a gente ter sempre aqui, para vocês terem sempre essa ideia e a gente também, é que a mesa tem uma descrissionalidade que a gente está sempre em discussões aqui. Marlene tem uma posição e eu vou acompanhar.

MARLENE - Na verdade eu estou entendendo o que Georges traz, porque essas duas coordenações continuam. Então a gente aprovando, de qualquer forma vai constar. Então a gente pode fazer, se a mesa concordar, com a aprovação, porque as duas coordenações continuam.

GEORGES - Porque não existe tese nenhuma versando sobre a coordenação jurídica. (Mateus, mas é sobre combate e opressão). Mas está trazendo uma competência (Mateus, mas é uma competência só dela, de combate e opressão).
(Plenária discute)

MARLENE - Só um minutinho, só para a gente organizar... para apoiar e orientar, em parceria com a correção e assessoria jurídica, então, com a coordenação. Então, eu acho inclusiva, que com isso, eu não vejo problemas.
(George e outros discutem na plenária)

VINICIUS- A metodologia já não tinha sido definida?

MARLENE - Mas ouça, esse aqui não está como competência de pastas, não está como competência. Esta dizendo assim, apoiar, inclusive com as coordenações. Apoiar, preocupados com as vítimas, as vítimas de assedio.
(Plenária discute)

MARLENE - Como esta polemico, não é melhor deixar destaque, para a gente não perder tempo? Vamos assim, a gente faz o destaque, deixa aqui para o finalzinho (escreve os destaques).

SAULO - Esclarecimento – lembrando que esclarecimento a gente pede viu gente? Pede a mesa. Tem alguma tese que está propondo a extinção de opressões ou jurídico? Eu preciso ouvir isso para saber como entender, como Georges falou.

MARGARTE - Tem tese de fusão, de junção.

(Leitura do item 17, pág 11) No artigo 53, alteração do paragrafo único: As sanções poderão ser aplicadas pela Assembleia Geral da Seção Sindical, por determinação da PLENA, após parecer do Conselho de Ética Nacional para cada caso, cabendo recurso nos termos do Estatuto e Regimento do SINASEFE Nacional.

MATEUS - Questão de ordem – na verdade já tem duas teses também no caderno que versão sobre esse mesmo tema, então acaba na mesma lógica que estamos seguindo (Margarete, afetar então, Georges retira o destaque).

(Leitura do item 18 pág 11) No artigo 54, alteração do paragrafo único - os eventuais investimentos ou convênios permitidos nos incisos III e IV deverão ser submetidos à aprovados de uma Assembleia Geral convocada para este fim.

MATEUS - Questão de ordem – na verdade minha questão de ordem poderia até fazer no 19, tanto essa questão que traz no ponto 18 e no ponto 19, também tem tese. Fala sobre atuação dos movimentos sociais e a receita do sindicato. Eu acho que pode ficar... eu não me lembro agora qual é o número dessa tese que fala sobre isso, mas fala.

CELIANA - Questão de ordem – uma questão de esclarecimento aqui. Quando a tese que esta proposta, alteração do parágrafo único, artigo 18 né (Margarete artigo 54). Um esclarecimento, os eventuais investimentos ou convênios permitidos no inciso III e IV, devem ser submetidos a aprovados... então aqui na verdade está pedindo, está propondo um parágrafo único (Saulo, só alteração). Só alteração ne?

MARGARETE - (Leitura do item 19 pág 11) Inserção do novo artigo, nos seguintes termos: Art X. O SINASEFE - IFBA disponibilizará dois por cento (2) de seu faturamento líquido mensal em forma de auxílio a Movimentos Sociais inequivocamente comprometidos com os mesmos princípios políticos da Seção Sindical nos seguintes termos: I os movimentos solicitantes deverão preencher um formulário específico, elaborado pela Diretoria Executiva, contendo os detalhes da utilização dos recursos solicitados. Esse formulário devem ser enviados para o email da Seção Sindical até o décimo (10) dia do mês para que seja apreciado, caso contrario será encaminhado para o mês subsequente. II - Os movimentos que recebem auxílio financeiro da Seção Sindical deverão comprometer se em enviar comprovantes de suas despesas, como notas fiscais, vídeos, fotos, matérias de jornais e assemelhados. III- Os movimentos contemplados por um auxílio, cada movimento só poderá receber um novo auxílio 3 (tres) meses depois.

(Inscrição e discussão sobre os destaques)

(Leitura do item 20, pg 11) Inserção de novo artigo, nos seguintes termos: Artigo X. Os membros da Diretoria Executiva não poderão acumular cargos de Representantes Sindicais de seus campi.

(Inscrição dos destaques)

(Leitura do item 21, pág 11 e 12) Inserção de novo artigo, nos seguintes termos: artigo X. Os membros da Diretoria Executiva em efetivo exercício não poderão se candidatar a vagas destinadas a representação da base em eventos de qualquer ordem, locais, regionais ou nacionais.

(Inscrição dos destaques)

(Leitura do item 22, pág 12) Inserção de novo artigo, nos seguintes termos: artigo x. Todo congresso regimental deveser precedido de pelo menos um (1) evento preparatório realizado em cada uma das regiões as quais correspondem as coordenações regionais de diretoria executiva. Tais eventos devem ser organizados pelos respectivos coordenadores regionais em parceria com os representantes sindicais de cada região.

(Plenária: Afeta)

Assinam as teses acima: Arivaldo Souza da Silva, Givaldo da Silva Visitação, Rosângela de Barros Castro, Saulo Daniel Campos de Oliveira. Só para lembrar, nós aprovamos alguns itens, é uma coisa para ser destacada.

MARLENE - Mas uma vez a gente quer agradecer aos colegas, porque na hora a gente ter realmente ficado realmente, poxa... não foi uma tese, mas vamos ver a contribuição, para não lembrar da academia. Porque foi uma briga, no último congresso que eu fui a organizadora, que foi o ENIQUE, eu falei muito isso. A gente do SINASEFE estava ficando muito academicista, a gente pensa que vai chegar lá e vai ser tudo tese, vai ter que ser igual a academia, e tem que ter referência e vamos falar de referencial e a base cada vez mais se afastando. Então a gente precisa, nesse momento, eu gostei muito de quando Givaldo falou da metodologia que aconteceu em Jacobina. Que é um campus muito ativo dentro do nosso sindicato. Que contribui, parou durante a greve. E trouxe, na verdade a gente avaliou tudo isso. A gente tem que reconhecer o tamanho do trabalho feito pelo campus Jacobina, pelas suas lideranças. Por isso mesmo nos decidimos por conservar, por manter, mesmo não estando, nos moldes. (Alguém agradece). É importante a gente registrar esse agradecimento ao campus de Jacobina, como campus de luta desse nosso sindicato. E aí agora a gente vai passar para os destaques. Quem já entregou aqui foi Mateus, o primeiro vai ser do item 3, que foi destacado por Georges e Joilson. Então pode chamar na ordem, primeiro Georges e depois Joilson, e aí a gente vai fazer assim, o cronometro está ali, 3 minutos, a gente tem uma plaquinha que eu não sei onde está. Com 2 minutos a gente levanta ali concluindo e quando estiver próximo conclua, está certo?

(Plenária discutindo)

GEORGES - A redação original está escrito assim, lutar pela sustentabilidade sócio ambiental e pela qualidade de vida. A proposição de mudança e lutar pela e pela qualidade da vida e preservação ambiental. Ai desculpe aqueles que vão dizer que é academicista que é isso que é aquilo, mas tem que preservar os conceitos científicos e acadêmicos, a gente tem que está envolvido na política sócio ambiental, a expressão adequada é essa aqui que consta hoje em nosso regimento que é: lutar pela sustentabilidade sócio ambiental e pela qualidade de vida. Não houve alteração nenhuma, a não ser, vamos dizer assim, simplificar e limitar o conceito, sócio ambiental, que é um conceito de uso generalizado e aceito por todos. Então pela manutenção do texto original.

JOILSON - Eu vou concordar com o Georges (aplausos e alegria na plenária, pedido de fotos). O destaque que eu ia fazer era esse. O texto original ele está excelente, não tem o que trocar e o anterior, o erro era pela e para a qualidade de vida, mas mesmo assim não atende o pré-requisito que já está ai no item e. Está bom? É pela manutenção.

(Aplausos)

MARLENE - Foram feitas as duas intervenções em relação a essa solicitação de alteração. Então, por exemplo, pela lógica que a gente fez daquela metodologia, é nesse momento que a gente fez isso, a gente já submeter a votação. Mas eu acredito que gente não precise, mas

eu vou consultar inclusive os autores, de defesa porque vai ser justamente a supressão dessa proposta, da aprovação ou não, ok? Pode ser assim?

SAULO - Eu só queria esclarecer que a gente escreve errado, não era para suprimir sustentada ambiental, era para acrescentar preservação ambiental.

MARGARETE - Não querendo ser chata e sendo, dezesseis e dezenove, a gente tem tuito trabalho prela frente sobre essas duas seções. Então é assim, se por ventura, o colega se encontrar algum elemento no destaque que já foi falado, retira por favor.

GEORGES - Uma sugestão, se quem for inscrito no destaque for contemplado (Margarete, foi o que eu acabei de falar). Não, ela falou outra coisa. Que a pessoa que apresentou a tese (falatório)

MARGARETE - Oh Georges, **denovo** para sua memória. Ontem você teve uma arguição com Marlene, sobre o que você entendeu, que o outro entendeu... o que eu disse foi exatamente isso, que se em algum destaque, se sentir contemplado com o que o outro colocou retire para nos podermos otimizar o nosso tempo.

GEORGES - Obrigado, eu entendi!

MARLENE - Vamos agora para o cinco, que tem 4 pessoas que pediram destaques. Nino, Mateus, George e Saulo.

SAULO - Esclarecimento – sobre a letra f e g não houve destaque?
(Plenária, foi aprovado)

CELIANA - Essa proposta que você perguntou, essa proposta ficou em consenso que vai ser retirada essa proposta ou só o item e.

SAULO - Só o item e, que foi o que teve polêmica eu retirei.

MARLENE - Só esse que foi retirado, o resto foi aprovado, não houve destaque.

MATEUS - Para otimizar, senão houve destaque e ninguém quis (inaudível), aprova. (mesa concorda)

APROVADO retirado a letra e.

MARLENE - Vamos para o artigo 12, que é a supressão do inciso V.

NINO - Pelo que eu entendi, porque vocês querem suprimir o artigo que verso sobre o que está acontecendo aqui, assuntos importantes que é fiscalizar a diretoria executiva e execução dos programas e trabalhos aprovados, assegurando aos sindicalizados e sindicalizadas os direitos e deveres definidos nesse regimento interno. Porque vocês sugerem a supressão de inciso, se só refere único e exclusivamente as atribuições deste congresso. Então, eu não entendo porque tirar.

MATEUS - Boa tarde pessoal, mas uma tarde de congresso ai, dialogando com os autores da tese, tenho **dias** divergências. Primeiro, o conselho fiscal, ele dá o parecer optativo, quem

delibera é a assembleia, que vai avaliar, pode ser o congresso, pode ser uma assembleia, pode ser onde for apresentado esse relatório. Não vincula, uma plenária, nos que vamos deliberar sobre. E aqui o congresso não tem só fiscalizar, por fiscalizar, tem uma inteligência nessa palavra. É que as vezes a gente quer muito detalhamento. Mas nós aqui temos poder deliberativo. Quando se fala fiscalizar pelo congresso, quer dizer, impor, também, se for o caso sancionamento, impor medidas. Que é na linha de que Nino falou. E tem uma outra coisa, que a gente tem que ver o congresso de outra forma. O congresso também é uma instancia recursal. Porque se eu tenho na diretoria, sei lá, uma coisa contraria, aqui é o lugar que eu posso recorrer e como o congresso, deva acontecer a cada dois anos, é o prazo de uma direção. De um mandato, ou seja, todo mandato te, que passar pelo clivo do congresso, pode até servir como letra morta, mas tem que ter isso aqui, porque é uma coisa que pode servir em algum momento. A gente ainda não precisou chegar nesse ponto, porque as contas foram aprovadas, as contas foram aprovadas, a política foi a provada. E outra coisa, aqui fala de programas de trabalho, conselho fiscal não avalia programa de trabalho, avalia tão somente as questões ligadas a recursos, ao financeiro, isso aqui é político. Então tem essa parte que a gente está esquecendo, se eu sou sancionado na base eu posso vir com recurso para cá. Porque assegura ao sindicalizado e sindicalizada os direitos e deveres, então eu posso apresentar o recurso em congresso sobre qualquer coisa que possa ter ocorrido dentro do sindicato, então nesse sentido eu queria dialogar com os companheiros da tese para gente manter isso aqui.

(Georges e Saulo retiram a inscrição)

GEORGES - Esclarecimento – o autor da tese apresenta essa tese, mesmo dessa forma que a gente aí. Chega na plenária, a gente avalia, eu avaliei como correta a tese do companheiro Saulo, aí ele retira, mas eu to querendo manter. (Confirmam se Saulo mantém a inscrição). Pessoal, boa tarde, quanto o ato de fiscalizar, não é um ato instantâneo, certo, não é um ato de um congresso. A cada congresso, que vocês forem fiscalizar programa por programa aprovado aqui, a esse congresso ia demorar um mês. Fiscalizar, sancionar, a gente já sabe que pode ter problemas de natureza financeira, política sempre tem. Então eu não vejo competência alguma desse congresso, atribuir, o regimento atribuir a fiscalização da diretoria executiva, fiscalizar aqui nesse congresso a diretoria executiva velho, dos programas de trabalho aprovados aqui.. aqui mesmo companheiros! Porque, imaginem você, da própria argumentação do companheiro Mateus. Esse congresso se reúne de dois em dois anos, o último foi realizado quando Marlene, uns 4 anos atrás né, cinco anos. Ai você veja, ai nós vamos daqui sei lá qual será a conjuntura que vai ser posta, 2, 3, 4 anos, vai voltar aqui o congresso pra fiscalizar os programas de trabalhos, aprovados nesse congresso. Eu pergunto aos ilustres colegas, delegados e delgadas, vai sentido isso? Portanto mantenho a tese do companheiro Saulo de supressão deste inciso.

SAULO - A avaliação é que havia uma redundância, de que essas atribuições poderiam ser feitas em outras, pelos conselhos, pelas assembleias, mas quando eu ouvi a fala de Mateus eu fiquei preocupado com o seguinte, pode parecer que nós estamos querendo tirar poderes do congresso. Então é isso, o entendimento é que isso pode ser feito durante todo o processo de gestão, ai se pode ser feito, enfim...mas isso ser feito dentro do congresso pode ser muito complicado, dentro da linha que Georges falou. Então assim, como Georges está mantendo eu vou votar, mas retiro porque a gente escreveu mal e não ficou claro. Mas eu vou votar com o professor Georges.

CELIANA - A questão de ordem – eu acho que é uma questão de ordem se eu estiver equivocada com a nomenclatura... mas nesse caso, que o autor com outros colegas que elaboraram essa tese, eu sugeriria, alteração no verbo fiscalizar por acompanhar. Porque isso é necessário, é situação sinequamon vamos ter que acompanhar. O congresso precisa acompanhar, ai não seria fiscalizar, mas acompanhar.
(Plenária discute)

PROPOSTA: a supressão no artigo 12, no inciso V

FAVORÁVEIS: 13

CONTRA: 11

ABSTENÇÃO: 11

RESULTADO: aprovação da proposta com 13 favoráveis, 11 contra e 11 abstenção.

GEORGES - Questão de ordem – queria fazer um apelo a mesa aqui, que a gente, para ficar mais tranquilo nas votações, que quando houver uma diferença evidente de proposta, vai acontecer outras vezes, que as pessoas levantem o braço e a pessoa que estiver contanto, vá lá, como a gente faz nos congressos (Margarete: Rosa estava fazendo isso) e abaixe o braço das pessoas. Não ocorreu, o companheiro, por exemplo, Joilson, já tinha passado tudo aqui e voltou para ele. Eu vi isso, se vocês acham que foi tudo normal, paciência!

MARLENE - Viu Georges, nós estamos em uma posição que a gente visualiza tudo aqui, muito melhor do que quem está sentado aí, no momento que Rosa veio fazer a gentileza de ajudar na contagem, muito importante (aplausos), Joilson não tinha levantado o braço, quando ele se deu que estava na votação que ele queria, ele levantou e ela veio contou e abaixou o braço. Então isso foi visível aqui. Na hora o colega não veio contar e ela veio. Então eu vi, visivelmente, que Rosa teve o cuidado de ir fazendo isso, ok. E agora nesse momento, a gente vai pedir, até para a gente respirar e ver o restante dos destaques, o intervalo, para quem não tomou café (discussão sobre o tempo).

MARLENE - Voltando, para quem está acompanhando o artigo 14, Saulo retirou o parágrafo V da proposta e o destaque foi para o parágrafo quarto e sexto.

MATEUS: uma coisa é convocar a assembleia, a outra coisa é coordenar os trabalhos, se a gente vai usar a mesma lógica, eu quero saber se na plenária nacional quem vai **coordenada** é a base que pode **convoca** lá. Aqui a gente está colocando em risco uma inversão de papel da diretoria. A diretoria, as chapas disputam o processo eleitoral. Será que nós vamos querer substituir a diretoria em tudo, esvaziar com a diretoria eleita. A diretoria é eleita. As vezes a gente quer o democratismo, mas aí quem é que vai coordenar os trabalhos, que está vivendo ali, que está contextualizado, que tem uma vivência, pode encaminhar e representa, e competência regimentais, por exemplo, a coordenação geral e até a própria coordenação executiva e a diretoria executiva. E eu não estou diretoria de base não, mas eu reconheço, por exemplo, perdeu uma votação, se couber apresente um recurso, vai para assembleia, o que não dá é a gente pegar todos que podem, que a própria assembleia, como a gente vai fazer se a própria assembleia convocar, vamos eleger. A assembleia tem 100 pessoas, vamos chegar aqui, fulano, cicrano e beltrano. Porque eles próprios estarão por ser condutores do debate na assembleia das organizações do trabalho. Então eu acho que não faz sentido algum, a gente exigir que seja dirigida por representantes da instância que convocou. Porque senão a gente vá ter que chamar, olha só o universo de pessoas, a própria assembleia geral, que em média, da umas cinquenta pessoas, um universo até reduzido. Agora pense, um terço dos sindicalizados em dia com suas obrigações regimentais. Temos 1080, 1040, né? Falaram aqui.

330 pessoas, nós vamos ter que escolha, qual vai ser a metodologia que a gente vai usar para escolher dentre essas pessoas que propusessem. Então, eu quero pedir, sensibilizar os delegados e delegadas presentes aqui. Isso aqui representa o esvaziamento da diretoria executiva. E eu quero propor que a gente rejeite a proposta que tem aí no parágrafo 4. Porque é totalmente uma inversão de papéis e a gente esvazia, anula a diretoria executiva com isso aqui. Que a diretoria pode coordenar os trabalhos, não há impedimento para quem convoca. Continuar podendo convocar, agora não pode exigir que a gente escolha o que vai ter que... se definir uma metodologia de quem a assembleia vai fazer e de quem um terço vai fazer, conselho são seis pessoas e o CR é um número que varia muito, então eu apoio a supressão dessa proposta.

MARLENE -Deixa só eu explicar, é que teve destaque de duas da quatro e do seis. Aí Mateus falou do quatro, quem quiser falar do quatro, Joilson e Georges que estão inscritos (alguém inscrito diz que está contemplado).

JOILSON - Bem pessoal nesse inciso 4 (alguém diz parágrafo), parágrafo quarto, foi colocado que a assembleia geral será dirigida por representantes da instancia que a convocou. Então, nesse sentido eu sou contrário, porque, quando eu coloquei me partes, foi porque, Mateus, quando ele coloca a questão da executiva, deve ser pela executiva, a um acordo, mas que também haja possibilidade que seja encaminhada por membros também de membros da plenária. Pode ser também é, encaminhada para assembleia por membros escolhidos na plenária.

MARLENE - Então gente, a gente já pode avançar para votar, justamente nesse item número 4, que é a supressão desse item na proposta.

MARGARTE - O que a gente pode chamar para a votação e se a gente aprova ou se rejeita a proposta apresentada por Saulo. Parece que a tendência é pela rejeição, mas para ficar bem claro. No item 7 que trata sobre o artigo 14, ele pede para inserir 3 parágrafos. Vamos votar a proposta da inserção desse paragrafo quarto. Aí nós vamos aprovar ou rejeitar a proposta trazida por Saulo e seus companheiros. Estamos votando o parágrafo quarto.

PROPOSTA: inserção do parágrafo quarto, no artigo 14.

ABSTENÇÃO: 04 votos

RESULTADO: proposta rejeitada pela grande maioria, não haverá inserção.

O quinto o próprio proponente retirou, caiu. E foi acordado.

MATEUS - Esclarecimento – sabe porque, a gente faz as coisas e fica indo e voltando e fica uma complicação danada. Joilson veio aqui fez uma proposta, que eu particularmente até descordo, porque é difícil chegar aqui e não trazer uma metodologia, não é nada pessoal. Fez a proposta e agente esta pulando, se pula fica parecendo que a gente concordou com essa proposta. Em tão eu queria saber da mesa, o que a gente vai fazer com essa proposta.

MARLENE - Olha só, o destaque, você mesmo quando veio eu perguntei, você quer falar o quarto e o sexto, ai você fez, não o quarto. Então, para ser fidedigno na metodologia, a gente vai abrir agora para o sexto.

(Plenária discute)

JOILSON - Uma coisa que nós já fazemos a muito tempo, e nós não vamos ensinar, inventar a roda. Nós já fazemos assim, a plenária escolhe, como foi feita ali...

(Plenária discute)

MARLENE - A gente **ode** fazer assim, porque no fundo eu acredito que já é final de tarde, cansaço. Mas na hora que a gente ia conduzir, a gente falou, que ia fazer a votação. Acho que naquele momento podia ter se pedido uma questão de ordem, e colocado uma outra proposta. Mas não foi feito isso, a gente seguiu. Poderia ter feito uma palavra de ordem e a gente mudaria a votação, como não foi feita nenhuma, nenhum pedido de ordem, de esclarecimento, agora a votação foi conduzida. Mas a gente cansou de dizer: vamos fazer a votação e não foi e ninguém fez. Com o cansaço também, a gente se passa. Com isso a gente segue com o parágrafo sexto. Que tem destaque de Mateus.

MATEUS - Vamos ser práticos? Nós passamos boa parte da manhã discutindo dias uteis dias corridos, ficamos quase a manha toda nesse lenga lenga. A gente está aqui agora assembleia geral ordinária serão precedidas por reunião de representantes, nós já temos a figura de assembleia, convocada pelo CR e feita um pouquinho antes quando tem reunião do CR. Agora com essa alteração passa a ser todas, não faz ressalva, tem ressalva aí Georges? As assembleias ordinárias gerias serão precedidas por reunião dos conselhos de representantes. Tem semanas que a gente faz, mas de duas assembleias, tem meses que são cinco, seis assembleias. Imagine, olha, vamos ser realistas, ordinárias, a gente sempre convoca ordinárias. Dois meses é o mínimo, mas há uma constância de ordinárias, tem meses que depender da demanda e da agitação política, da pauta, da conjuntura, se convoca bastante assembleia. Agora mesmo para a mesa salarial, não... to dizendo as ordinárias. As ordinárias, gente... é a aquela... to dizendo poderá, poderá, ai você apresenta aquele calendário de 2 em 2 meses. Não to dizendo que não possa ter ais convocação de ordinárias. Não há nada que impeça. Mas imagina, ainda assim que a gente siga o calendário e faça só de 2 em 2 meses, se você pegar essa gestão e a anterior, fizeram muito mais do que as que estavam em calendário, de 2 em 2 meses, ordinárias, não extraordinárias. Imagine se a gente vai ter que toda vez tiver que fazer reunião do CR, então eu acho que não é plausível isso aqui, não é humanamente possível. Então eu acho que não é razoável, queria sensibilizar para pensar na limitação mesmo, dessa proposta, que na minha opinião, ela é inexecutável. Eu acho que ela não deve ser para todas as assembleias gerais ordinárias.

GEORGES - Boa tarde mais uma vez queria registrar a presença da minha querida amiga Fátima (risos). Eu queria manter a minha coerência, a minha visão do congresso, que é descentralizar o poder, fortalecer o CR, é acabar com essa falácia de conselhos regionais. E nessa linha de coerência no congresso inteiro, perdendo, ganhando, mas mantendo a construção histórica. De congresso em congresso a visão do sindicato vai se impondo, eu tenho avançado nas minhas propostas de 4 anos atrás. Quero dialogar com Mateus, a gente quer ou não quer fortalecer o CR? Eu quero, o CR para mim na minha concepção, é aquele peso e contrapeso, a gente tem que ter além da diretoria executiva, uma força maior para fiscalizar, para ajudar na construção das políticas, para interiorizar e trazer o poder, deslocar o poder para o interior. E o CR tem essa missão, por isso que eu defendi lá, tornar o CR deliberativo. Então se a gente não coloca aqui que antes de uma assembleia ordinária, que até onde eu compreendo, a ordinária é diferente da extraordinária. A ordinária se realiza regimentalmente, a cada dois meses, acontece quando tem greve, quando tem situação excepcionais, aí são assembleias, vem greve, extraordinária. Ai a gente se mantém permanentemente reunidos. Agora, se você não coloca isso no regimento, quando é que a diretoria vai convocar o CR, ela própria vai se convocar. Ai não, eu preciso ser coerente com tudo aquilo que eu estou defendendo. Antes de cada assembleia geral ordinária deve sim ser realizado o CR.

MARLENE - No caso aqui... concluindo... vamos fazer assim, porque na fala inclusive, depois foi registrado aqui não teve o destaque de vc. Mas por via das dúvidas, a sua fala foi respeitada. Como é uma coisa importante a companheira Celiana quer trazer essa questão. Eu queria permitir a companheira Celiana que está na mesa, falar um pouco sobre isso. E ao mesmo tempo eu faria com os autores da proposta. Se a gente também poderia colocar, o preferencialmente, que a gente não teria a obrigatoriedade. Eu digo isso porque minha gente, no ano passado, uma luta contra PEC 32, a gestão da gente fez 23 assembleias, todas ordinárias, então 23. Não seria, estou falando aqui enquanto gestão, seria naquele momento inviável, naquele momento, muita luta contra a PEC 32. E aí, aconteceu de ser muitas ordinárias. Então eu gostaria de propor, se assim aceitarem, da gente colocar o termo preferencialmente, que essas assembleias ordinárias sejam realizadas preferencialmente antes, é uma proposta.

MATEUS - Questão de ordem – eu acho que houve um erro deles, agora que eu vi a tese. Vou pedir ao companheiro Cláudio, por favor, vá ao artigo dissésseis do regimento, Rosa, perdão companheira Rosa, que estava tão no automático. Artigo dezesseis, parágrafo segundo, inciso seis, é sobre o CR. Vamos ler esse inciso seis: as reuniões dos conselhos de representante dar se ao anteriormente das assembleias gerais ordinárias ou a qualquer tempo convocada por instância superior. Eles estão propondo aqui um parágrafo de algo aqui que já está no regimento. Então assim, me lembra, pode olhar, o que está aqui na tese, as assembleias gerais ordinárias serão precedidas por reuniões de conselho de representante. Olhe o que está aqui: as reuniões dos conselhos de representantes dar se ao anteriormente das assembleias gerais ordinárias. Então isso aí já está prejudicado.

MARLENE - Então está prejudicado. Ninguém pediu a retirada desse... concordam? Então a gente pode então ...

SAULO - Você acabou de dizer que é impossível, pois é esta lá, e não vai ter como tirar?

MATEUS - Foi denunciado, foi reclamado isso aí?
(Discussão)

MARLENE - Eu como diretoria vou até falar para vocês, que a gente quando estava no CR e sempre tentando colocar os campis nos CR, fortalecendo os CRs, praticamente são pouquíssimos campis. A gente vai sair da gestão com quase todos os campis com CR, mas a gente fez algumas convocações para fazer reuniões, inclusive, e mesmo sendo híbrida, a gente não conseguia. Mas isso não tira a importância, de ter realmente isso no nosso regimento. O negócio é a gente convencer um CR mas participativo, e esta nessas reuniões. Com isso a gente praticamente esta, né Saulo (Saulo diz contemplado).
(Plenária em discussão)

CELIANA - Gente olhe só, é claro que a gente tem que preservar toda essa conjuntura regimental, que é burocrático também. Mas eu queria pedir aqui também, fraternalmente, as vezes você Marlene como coordenadora, mesmo sem perceber, faz defesa da diretoria, talvez sem perceber, porque o tempo que eu estou esperando aqui, somente um minuto falar, olha o tempo que eu estou esperando. Na verdade, eu fui contemplada, mas eu queria fazer essa crítica aqui. Porque é preciso fazer essa distinção entre o que é composição no sentido do congresso, a composição dessa mesa e a diretoria (alguns poucos aplausos). Isso que eu queria trazer.

MARLENE - Peço desculpas viu Celiana, por não ter ouvido, porque realmente a gente no calor, fica assim.

SAULO - Gente, de fato, já passou batido, mas tem um detalhe. Quando a gente escreveu, a gente considerou que as ordinárias são essas dos dois meses. Porque, a ideia é garantir que pelo menos, a cada dois meses o CR se reúna. E aí, o que Marlene falou aqui foi verdade, teve muitas assembleias, porque houve necessidade. E aí o que pode convencionar aqui, é que se chama essas assembleias que são fora dessa periodicidade obrigatória de dois meses de extraordinária. Porque aí no consignado e pra que a gente passe a entender que pelo menos a cada dois meses, a gente possa chamar o CR. E nesse ponto é na linha é na argumentação que Georges fez. O CR vira uma fantasmagoria se ele existir, mas não participar (Georges discorda do final). O que está aqui hoje e que não tem tese para mudar, diz que a cada assembleia ordinária, vai ter que ter um CR, ou seja, a próxima gestão que não fizer ta infligindo o estatuto e eu vou cobrar. (Alguns aplausos). Então vai ter que chamar extraordinária em algum momento, se quiser fazer 3 assembleias no mês, que obviamente não dá para chamar o CR, eu entendo perfeitamente, mas então qualifique que é uma assembleia emergencial. Para garantir pelo menos quando for aquela ordinária, que a gente espera que tenha cinco no ano, que os CR reúna.

GENIVALDO - Esclarecimento – nós aprovamos ontem, que inclusive, a partir de uma tese, que é uma obrigatoriedade da diretoria, divulgar o calendário anual das assembleias que estão previstas a cada 2 meses. Então talvez, isso já está aprovado, essas ordinárias de a cada 2 meses já está convencionada aos CR.

MARLENE - Margarete falou aqui, que com isso Saulo, veja se concorda, na verdade a gente tem a supressão dessa proposta. Está certo então, foi suprimida a proposta número 7 e a gente passa agora para a próxima que é a número 9, que teve destaque de Georges e Mateus. A número 9 é no artigo 20, na alteração do inciso II nos seguintes termos (a 8 foi afetada por causa de uma tese).

GEORGE - (repetiu o texto) os colegas intuíram um complemento, como? Todas as reuniões da diretoria? Na minha opinião, na minha modesta e histórica compreensão, todas as reuniões de diretoria executiva e assembleias gerais, deveram ser presididas pelo coordenador feral? É isso? Pela diretoria? Não procede esse complemento, por tanto, o meu destaque é de supressão total da sugestão de alteração do inciso 2 do artigo 23. Ne possível, eu acho que Mateus já defendeu essa linha, cada reunião de diretoria, a gente vai fazer um debate para saber quem vai ter que presidir.

MATEUS - Meu destaque pela supressão também, eu vou para outra linha argumentativa, concordando com Georges, que no ponto 7, nos rejeitamos aquele parágrafo, quarto, que Joilson deu uma sugestão, que acabou passando que era assim: assembleia geral será dirigida por representantes da instancia que a convocou. Eu julgo que se nós rejeitamos esse parágrafo quarto, prejudica o de cá. Porque a hora a gente, não faz sentido, vai ter uma contradição dentro... então eu acho que esvaziou o sentido por motivo da outra. Mas por todo modo, já contemplou. A gente tem o princípio da simetria, se isso tivesse lá na Nacional, porque na Nacional não é facultado a base presidir. Ia se gastar um tempo enorme para dizer quem da base ia ser legitimado, imagine aí a disputa, para quem da base vai comandar na plena. Então a gente adota a simetria nessas coisas de diretoria, para justamente evitar esses ruídos, também. Porque a burocracia, às vezes, a gente crucifica, mas ela importa, inclusive para registro histórico.

MARLENE - Com isso veja se a compreensão da mesa de que ficou prejudica, então não precisa ia a votação, já que a votação anterior, conseqüentemente, prejudica essa. Por isso vai ser retirada a proposta número 9. Então a gente pode passar para o número 11, que tem destaque de Georges e de Mateus. Que versa sobre o que, no artigo 20, supressão do parágrafo único.

MATEUS - Na verdade é o mesmo efeito cascata da decisão que nós tomamos da primeira que foi derrubando varias. Porque se a gente limitou para o coordenador, é logico que a substituição natural aqui é ser alguém da diretoria executiva. Então também está prejudicada. (Georges foi contemplado).

MARLENE - Com isso a gente pode também suprimir, está certo, a proposta número 11. E vamos para o número 14, com destaque de Georges e Vinicius. A número 14 versa do capítulo 22, que é a inserção do inciso V, que é selar pela preservação do patrimônio da seção sindical.

GEORGES - (pede desculpas por se inscrever) Nesse sentido, por me preocupar com o zelar do sindicato, eu acho que é competência da secretaria não só, zelar pela preservação do patrimônio material e imaterial (aplausos)

VINICIUS -Gente, meu destaque nesse ponto foi, não era exclusivamente meu, mas em devesa do GT 2, porque no grupo foi discutido, uma junção de funções numa nova coordenação que seria a coordenação de administração, finanças e orçamento. E a secretaria seria integrada a essa nova coordenação. Foi por isso que eu pedi destaque, só por isso, porque como o GT 2 propôs uma supressão da coordenação de secretarias, se a gente for discutir quais são as atribuições, precisava ser nessa nova coordenação, caso seja aceita pela plenária.

MARLENE - Não sei se a mesa concorda, uma modificação não interfere da gente ir pra outra, pode ser? Com a observação que Georges fez. Em regime de votação.
(Plenária discutindo)

PROPOSTA: inserção das palavras material e imaterial no artigo 22, inciso V.
RESULTADO: aprovado por unanimidade

(Aplausos)

MARLENE - Vamos agora para o dezesseis, e nós tivemos aqui também, três destaques, de George, Celiana e Wagner. Fala sobre artigo 31, alteração no inciso V.

GEORGES - Veja, essa proposta que os colegas fizeram, a gente tem que ser honesto e observar o que é pertinente nessa quase tese de vocês. Essa proposta, é uma proposta que traz uma competência subsidiaria, o que é isso, é uma competência que traz de uma coordenação e aqui traz para uma outra. Mas o que está trazendo subdiariamente uma competência da coordenação de opressão e assédios, trazendo uma competência, para onde, também para onde, para coordenação de assuntos jurídicos. Pergunta se: tem alguma tese que discute eliminação da coordenação de assuntos jurídicos? Não. Tem alguma tese que defendeu a fusão da coordenação de assuntos jurídicos com coordenação de opressão? sim! Coordenação jurídica? (Plenária discute). Ainda bem que vocês leram as outras teses também, eu que não **to** louco. Então, quando nos trazemos uma competência subsidiaria a uma coordenação que não vai ser tratada mais doravante, logo, procede ser discutida isso aqui.

Então minha proposta é de manutenção, em concordância da alteração do inciso v, artigo 31 do regimento. Estou defendendo a proposta do companheiro Saulo e Thiago. Porque isso, alguém disse, não pode discutir esse ponto, porque esse ponto tem que se discutir não sei onde. E eu fiz toda essa argumentação oficial para dizer o que, não vai discutir em lugar nenhum. Sabe porquê? Porque nós não vamos mais tratar em lugar nenhum sobre coordenação de assuntos jurídicos, entende agora minha tese? Logo tem que ser discutido aqui e agora e eu defendo a manutenção da proposta (alguns aplausos)
(Plenária, discute)

WAGNER - Eu queria dizer o seguinte, eu estava no GT 2, discutindo lá a tese 9, se eu não me engano. E eu não tive é presente aqui no momento de discutir a proposta dos servidores de participarem presencialmente no período da greve. Que trouxe aqui, eu queria parabenizar Camila, por ter defendido essa minha proposta que foi acolhida, muito obrigada Camila e também, to de acordo com a tese. Agora aqui eu queria adicionar, porque veja bem, a gente sabe que quando a gente precisa aqui do sindicato, na medida do possível, o jurídico tem atendido. Mas, a gente sabe que devido as demandas o jurídico não tem condições de acompanhar individualmente os servidores. Então imagine os senhores, um de nós, por conta, principalmente, está na representação sindical, para ser diretor, receber um processo administrativo e o sindicato né, não tem a disponibilidade de acompanhar individualmente ali. Então, a minha sugestão é a seguinte: apoiar e ajudar de forma jurídica todas as vítimas de todo tipo de opressão e assédio. Minha proposta, eu colocaria um parágrafo e colocaria: em caso de impossibilidade de apoio jurídico, o sindicato deverá arcar com o honorário do advogado particular. Eu acho, eu tenho direito de propor não tenho? Eu acho que quando a gente se sindicaliza, a gente tem que ter uma segurança, condições de trabalho. Se a gente está com um processo, e a gente não é bem atendido, o sindicato não pode, dado a demanda de serviço. A gente tem que arcar com o nosso, e não é justo. Então que queria fazer essa proposta.

SAULO - O que está aqui uma atribuição da coordenação de opressões: apoiar e ajudar juridicamente. O caso é que para apoiar juridicamente, precisa necessariamente que passe pelo jurídico. O que está aqui no original, e a gente quer corrigir, é justamente isso, está subentendido no original, que a própria coordenação de opressão terá essa obrigação do apoio jurídico, e está errado. Existe uma coordenação para isso. Por isso a gente sugeriu: apoiar e orientar, em parceria com a coordenação e assessoria jurídica, as vítimas de todo tipo de opressão e assédio. A ideia era só corrigir essa coisa que estava meio dúbia. Garantir que nesse processo, o jurídico vai ter que estar obrigatoriamente ao lado do coordenador de opressões para dar esse amparo. No caso da sua, me permite comentar, isso tem dois aspectos: um, é uma tese nova que vai chegar aqui e agora, isso é um problema metodologia, eu concordo com vocês, mas tem um problema metodológico de inserir uma tese nova, durante o congresso. E a segunda, seria o seguinte, na pratica isso já existe e eu sou uma das pessoas que já tivesse apoio jurídico, de não poder manter o advogado indo para o interior e o sindicato contratar um advogado local. Isso já existe, é uma pratica, tanto do SINASEF IFBA, quanto do Nacional. Nós precisamos reconhecer isso. Esse trabalho tem sido feito, com muita qualidade. Eu gostaria de registrar porque é importante, o jurídico nunca, eu não tenho notícias, se houve eu gostaria que falassem para mim. Mas não lembro de alguém ter precisado de uma situação que alguém tenha precisado de advogado no interior e a seção não ofereceu, independente de quem estava na gestão.

MATEUS - Tem que olhar a natureza da ação (fala de vários tipos)

SAULO - Óbvio, concordo, nesse caso específico o advogado não dá conta.
(Plenária cita exemplo de divórcio, herança)

GEORGES - É importante que os sindicalizados novo, sindicalizados entenda que a advocacia sindical é uma advocacia trabalhista e como o trabalho da nossa relação com o Estado, toca o direito administrativo, torna se uma advocacia administrativa. Então fora desse escopo, não há advocacia que a gente possa dar conta.
(Plenária conversa)

SAULO - Tem um caso específico sim que pode ser penal. Quando a ação penal é recorrente de perseguição que é o meu caso. A ação penal que eu estou respondendo a justiça federal de Campo Formoso, colocada a denúncia por Renato, foi decorrência de um PAD, decorrência de um PAD, reconhecido nas instancias como persecutório e como eu estava na Nacional naquele momento, a gente levou a intervenção para lá. É possível penal também quando decorre de perseguição política decorrente da atuação política. Só para não aparecer que não existe, é possível. Como Mateus disse ai, quando não tem a ver com a militância, não pode atuar

MARLENE - Foi colocado aí a defesa de continuar, de colocar esse item, de incorporar a número cinco, então a gente vai entrar para fazer a votação.

WAGNER - Na fala de Georges, ele colocou da questão do jurídico do sindicato ser prefeito, eu também acho. Tenho procurado algumas vezes e tenho tido respostas. Mas eu disse, no caso de não ser atendido. O sindicalizado não pode ficar também, órfão, nesse contexto. Eu mantenho.

MARLENE - Na verdade é uma coisa tão delicada, se tivesse essa tese, nossa assessoria jurídica estaria presente, inclusive, porque é contrária a fazer casos como esses. E eu inclusive não tinha nenhuma tese, porque isso envolve a nossa coordenação jurídica. Porque, porque a gente tem discutido muito isso no âmbito de nossa diretoria, tanto Carolina quanto Joazeiro, eles tem sido... inclusive disse assim: eu espero que vocês não façam uma coisa dessas, que no âmbito de 1000 filiados, você fazer uma abertura dessa... essa é a fala da nossa assessoria jurídica, quando a gente tem reunião de diretoria. Então, para mim não fica comprometido apenas por não ter formalmente essa tese, mas também porque ela exigiria a presença da nossa assessoria. (Plenária discute). Vamos votar a proposta que é a inserção.

PROPOSTA: alteração do artigo 31, inciso V.

RESULTADO: proposta aprovada por unanimidade.

MARLENE - Restam 4 para destaque, a 18, 19, 20 e 21. Eu gostaria de submeter inclusive, porque se a gente entrar agora nessa sugestão, eu acho que a gente ai chegar no tempo e não vá dar conta de apreciar os destaques. Eu sugiro que a gente cumpra os 4 que falta, que está aqui formalmente e logo após a gente faça a avaliação, porque eu conhecendo como é vai abrir várias inscrições, várias coisas e a gente não fecha o dia com a nossa proposta que é fechar nossa tese, e tem atividade também 19:30h com a nossa Eliana Nargo. Teve destaque a número 18 de Georges e de Mateus. A 18 é assim: alteração do parágrafo único, no artigo cinquenta e quatro.

SAULO - A gente tem no artigo cinquenta e quatro coisas sobre o patrimônio e existe a possibilidade que a seção pegue parte desse dinheiro e invista em títulos bancários, rendimentos, enfim, essas coisas de banco. Ou faça convênio com entidades, a única coisa, que essa sugestão está acrescentando, é quando essa decisão for ser tomada, que esteja na pauta de uma assembleia, que seja aprovada em assembleia. Não tem nada, assim, é porque existe a previsão que se faça investimento, existe a previsão que exista poupança, mas fica só a critério da diretoria. Eu acho importante, que a plenária seja consultada. Que o dinheiro, a gente não fica o tempo em economizar dinheiro? Uma decisão desse porte consulta a assembleia, não muda a possibilidade de investimento ou não, de convênio ou não. E só consultar a assembleia.

GEORGES - Aqui eu vou tomar cuidado porque estou diante de uma autoridade do direito tributário. Cadê ele? Jovem Mateus, direito tributário pela USP. Tenho que ter cuidado com o que eu falar agora. E to plenamente de acordo que qualquer alteração de patrimônio, da instituição, do princípio da transparência. Quem me conhece sabe como eu trato o dinheiro público, precisa passar sim pela assembleia. Eu concordo com o complemento da sua proposta, porém quando se estende essa permissão para o item 3, isso é absolutamente improcedente. Porque a gente ta falando, volte para o 3 pra gente ver. Ai talvez se tivesse verificado com o Mateus teria explicado isso melhor. O que é o 3, título de fé que possui, ou que possa possuir. Título de fé pode ser uma poupança, uma aplicação. Toda vez que uma diretoria executiva a, pergunto aos colegas delegados. Toda vez que Marlene, Paulinha ou os sucessores delas, vierem aplicar uma sobra da conta corrente, numa poupança, não sei a onde, no RCA, precisará reunir uma assembleia para pedir uma autorização? Resposta: não! Então a sua proposta está adequada, exceto porque... tira o 3.

SAULO - **R**etira o 3. Realmente a gente não se tentou para esse detalhe técnico.
(Mateus contemplado)

MARLENE - Com isso, a gente pode colocar em regime de votação.

SAULO - Eu retirei e o 4, que é o que está na segunda parte da tese já existe, esta prejudica.
(Plenária discute)

MARLENE - Então com isso a gente resolve, sem precisar de votação. (ARTIGO 53)

SAULO - Mateus e Georges, para tirar uma dúvida aqui. Vocês falaram do ponto 3, isso vale para todos os investimentos? Como é que é isso?

MATEUS - Título crédito é um investimento móvel, é sobra de direito que vai direto para conta corrente. O que a gente tem que cobrar é balancete, divulgação, transparência. Título de credito a gente tem limitação. Não pode simplesmente um coordenador dar uma caneta ou a diretoria. Tem várias reservas ... (fala inaudível, sem microfone).

MARLENE - Vamos para o item 20, que é destaque de Mateus e Camila, que é a inserção de novo artigo, nos seguintes termos.

MATEUS - Com esse artigo, se na gestão passada fosse, Georges estaria destituído automaticamente. E nos ficaríamos sem representação no compus. To usando Georges porqe ele está aqui perto, estou usando ele como exemplo, mas tem vários casos. Isso aqui, bem

que natural a representação do campus ser sempre na Rebeca, a gente falava isso ainda ontem. As vezes as figurinhas carimbadas, é quem constrói também, quem constrói a diretoria e está nos espaços de luta. Por exemplo, Fabiano hoje é representante de vários campis já. Ele muda pra caramba, e é direção. E se vacilar ele ganha de André, Margarete e não sai do cargo. Eu queria que não fosse a gente. No campus Salvador mesmo, eu estou todo dia sendo assediado para assumir como coordenar TAI, e eu já falei que eu não vou assumir, não quero assumir mais, porque senão, fica sendo sempre as mesmas pessoas. A gente quer gente nova. Mas o problema não se resolve, você não mata o causador matando quem está sofrendo com o problema né. Você não mata o vírus matando o doente. Bolsonaro tentou. A situação ela é a grave. A gente te, que fazer formação política, a gente tem que convencer as pessoas comporem, para não serem a mesmas, que são super militantes, que acabam viram, porque não aparece quem queira. E quando a gente bate pé firme de que não vai ser, porque você não vem, porque você não assume ai. Leva ai você! Eu estou na direção Nacional, estão se por regra a diretoria Executiva (inaudível 01:00:18) de sessão também não poderia ser direção Nacional. Então tem que ter cuidado, porque eu to ocupando um cargo, não é o que está escrito aqui, não é uma direção do sindicato. Eu acho que a gente tem uma limitação, um quadro muito crítico. E uma acho que a gente construí muito o regimento pensando no ideal e não vislumbra o real. Tem que ser assim mesmo, uma problemática, é dirigente, mas nesse caso aqui muda uma situação de momento, porque ele impede as pessoas que já estão desenvolvendo o trabalho continue e entre ter alguém e não ter alguém, é melhor que tenha alguém, mesmo que seja a direção. Até que se eleja alguém. A gente sabe que quem fica na direção não quer estar acumulando. Sabe porque eu digo isso, Georges fez cinco assembleias (microfone falhou, o texto pode estar incorreto) com os docentes do campus Salvador, quando ele era representante, estou mentindo? Não é culpa sua obviamente.

CAMILA - Concordo com a fala de Mateus, a gente precisa ganhar (inaudível), a gente não pode ser podado por trabalhar demais. Eu vivo isso no meu campus, que eu ouvi assim sobre a carga horaria: não, como você é do sindicato... fui questionada da carga horaria. Mas você não é do sindicato? Então você não pode ser penalizado por que está fazendo. Se tem a disponibilidade para a luta, se o campus vai ficar sem CR, sem representação, sem a gente chegar lá, então é isso ai.

MARLENE - Podemos fazer a votação?

SAULO - Gente, vamos lá. Olha é rápido, eu entendo o argumento de vocês. Mas é assim, se a gente (inaudível). Não adianta a gente debater denovo. Mas se vocês assumirem, aí quando Georges assumiu, eu acho que ele está errado, ele não deveria ter sido CR quando ele era diretor não. Ia ficar sem? Sim! Porque também tem o elemento pedagógico, das pessoas procurarem aluguem para a função não encontrar e entender que elas têm que se implicar. Teve um período que eu estava na direção e estava sem nenhum representante de Jacobina. Eu disse, vai ficar sem. Porque vocês têm que entender que isso aqui não é vocação, e trabalho coletivo. Vocês vão ter que se implicar, e apareceu. Ficou vazio um tempo, a coisa apertou, no primeiro problema eu falei: procura o CR, depois chega na Estadual, depois na Nacional. E é assim, não tem que pular por que eu to aqui não. Derrepente apareceu! Tem o elemento pedagógico, que as pessoas têm que entender que as pessoas não podem transformar os militantes em burro de carga. Eu sei que dá vontade e sei que ele fez por boa vontade, que você faz, eu sei! Mas é preciso a gente interromper isso numa linha de conscientização dos nossos companheiros, de que esse nosso trabalho precisa de rotatividade, precisa de formação, precisa ter novas pessoas entrando. Georges pode complementar por favor.

GEORGES - Vamos pela linha da coerência, não é porque eu fui no passado, fui do CR de Salvador e fui da diretoria, numa determinada conjuntura que eu justifico a manutenção desse estagio de coisa não! Eu aprendi! Eu aprendi que um ser humano com quase sessenta anos, não pode ser representante de um CR do campus do tamanho daquele, com a complexidade que tem e ser diretor de uma direção executiva de um sindicato de um estado do tamanho da França. Então eu não concordo mais com essa tese Mateus, dialogando com você, porque nossa função na vida é aprender né? Então eu aprendi que o CR, lembra daquela minha tese? O CR tem que ter poder, o CR precisa ser empoderado, o CR precisa ter pessoas dedicadas exclusivamente, o CR precisa ser deliberativo para ter seu peso e contrapeso, então não concordo mais que alguém da diretoria executiva esteja representando o campus como CR.

GENIVALDO - Sou assinante da tese também e acho que tem uma questão importante também. O representante de campis, ele representa seus pares do campus para o sindicato, o diretor de sindicato ele representa, ele compõe toda a base, a diretoria (inaudível) toda base. Entao eu acho também que há um vinculo e a gente tem que quebrar o vinculo historioco que há de condusao entre a base por confundir o representante do Campus com direção sindical.

CAMILA - Minha dúvida é: qual o conflito de interesse nesse caso?. Porque se está a base um representante do CR do campus e também na direção, qual a diferença?

GEORGES - Pra mim nenhum, o problema é o excesso de carga.
(plenária discute)

MARLENE - Esclarecido, podemos entrar em regime de votação?

GENIVALDO - A companheira fez uma pergunta, e assim oh... o conflito de interesse, é o representante do campus, eu fui do campus Barreiras e esporadicamente eu era cobrado enquanto membro da diretoria, e as vezes eu não podia responder... tudo bem ele sendo diretor e sendo CR ele vai responder pelas duas questões.

MARLENE - Então podemos entrar em regime de votação? Pode a condução pode ser assim pra gente... a gente vai votar assim, pela inserção do novo artigo, não é, a favor da inserção e contrário a inserção.

PROPOSTA: inserção do novo artigo nos termos que foram colocados
FAVORAVEIS: 20 votos
CONTRARIOS: 10 votos
ABSTENÇÃO: 07 votos
RESULTADO: aprovada a proposta de inserção do novo artigo

MATEUS - Declaração de votos – estamos num espaço democrático, de construção, quero lamentar essa decisão. Não votei porque vi que **imos** perder por quantitativo. Porque as vezes eu vejo que nós temos um ideário de construção democrático excessivo e distante da realidade. E acaba atravancando a luta. Isso aqui é uma marca, que eu vejo que não tem necessidade alguma, porque é muito fácil chegar aqui e dizer: eu quero deixar morrendo mesmo, deixa o campus padecer sem ninguém, que uma hora eles vão ter um efeito pedagógico. Você está falando de onde? De quem? Estamos falando do Instituto federal da

Bahia que a gente não está conseguindo colocar gente na assembleia. E não é de agora. Desde que eu me filiei. Naquela velha história de assinar antes, porque o termo de posse. Já era difícil trazer as pessoas, então vamos ser um pouco francos no debate e realistas que ir simplesmente no calor das discussões de construir ideário. Lamento muito e isso vai ter um efeito muito ruim nos campis e nas bases, sobre tudo nos campis pequenos, onde é difícil... as pessoas temem a direção, muita gente não quer compor, até nos campis grandes... vai pra Mateus que ele é do sindicato, que o diretor não se mete muito a besta porque tem receio, entendeu. É difícil. Como Camila falou, tem costas ... que a gente fica meio como a pessoa do sindicato, então não querem mexer com a gente. A fica difícil para as pessoas serem acoçadas, ameaçadas, se envolverem, assumir responsabilidades, sobre tudo nos campis menores onde as opressões das gestões é maior.

MARLENE - Agora depois da declaração de voto eu vou anunciar como ficou o resultado, 20 pela inserção, 10 contra a inserção e 07 abstenções. Com isso a agente passa para o último item que teve destaque que foi o 21. O destaque foi feito por Mateus e Camila. (Mesa e plenária discute). Esse 21 é a inserção de novo artigo, nos seguintes termos, é um artigo X, é criação de novo artigo. Então eu vou passar para os destaques, na ordem Mateus, Camila e Joilson.

SAULO - Esclarecimento – eu ouvi uma voz: tem uma tese que fala sobre isso.

MARGARETE - Nós iríamos afetar, eu ate escrevi afetar, mas depois, naquele momento, foi desafetado (risos)

CAMILA - Eu vou muito na linha do que foi aprovado ainda pouco, eu acho que a gente esta penalizando quem está na luta, sinceramente. Como é que a gente vai estar podado de estar em outro espaço porque é diretor? Nós somos muitos, mãe, pai, irmão, tio, professor, docente, TAI. E porque agora a gente vai ser oprimido e ficar na caixinha dizendo que pode concorrer, com qual critério? A gente precisa ganhar gente para a luta e a gente vai ganhar gente pra luta estando na luta. E não sendo podado de participar dos espaços. A gente ta aqui mesmo no sindicato de servidor, técnico é isso mesmo? A gente vai propor, colocar, não possibilidade das pessoas participarem dos espaços? Quem vai me dizer que eu não dou conta? É quem? Vai ter um regimento que diz que você só vai até a página 2 eu quero ir até a 2000, isso não faz sentido. Fazendo assim um registro, para registrar, que a pasta que foi várias vezes citadas, é combate as opressões e não pasta de opressões, para que a gente possa... isso é educativo né gente... para que a gente possa combater. Imagina ter uma pasta de opressões no sindicato.

MATEUS - Se fossemos aplicar esse artigo, vários delegados não poderiam estar aqui: Marlene, Camila, Margarete, quem mais, Laís (André), pessoas que se elegeram nos campis. Representação da base em eventos de qualquer ordem, locais e regionais, Nacional com o SINASEFE Nacional. Nós vamos então criar aquela coisa... sabe o que isso me lembra... as pedadas de Dilma Russel, todo mundo pedalava, pedalava, pedalava, pedalava, quando chegou em Dilma o TCU aceitou a pedada do primeiro mandato, no segundo mandato falou, não pedale mais não. Vamos inocentar todo mundo e a gente pune ela só. Ai sabe o que aconteceu? Puniram Dilma, quando foi em 2017, o TCU disse, pedada pode denovo, (inaudível), Bolsonaro pedalou e Lula certamente, se não tiver superávit, que eu acho que vai ter, vai pedalar! Então vão ficar mudando, as regras do jogo, com o jogo jogado? Isso aqui se chegar na Nacional, a gente apresentar um recurso, isso aqui é dúbio do pleno direito. Todo sindicalizado, não fala se é todo sindicalizado delegado, diretor, sindicalizado seja o que for

CR, fiscal, o escambal, ele tem o direito de ser eleito, ele é sindicalizado, não pode está criando aqui limitação. Se tem não tem delgado, nas trabalhar no argumento, mas ele já tem mito poder... agora dizer que a pessoa não pode participar em evento Nacional, Regional, como esse aqui local. Que regra absurda é essa. Sabe? Isso aqui me lembra muito, e não só esse caso, esse outro caso também, as pedaladas de Dilma. Quer dizer, a gente fica mudando o entendimento para caçar quem a gente não gosta. Eu não mudo de convicção, eu disse isso para COP. Tem um cidadão agora que quer demitir o companheiro que nós lutamos para colocar com a companheira aqui, que é do grupo político dele. Falei eu não mudo de opinião, por que eu sou coerente e eu te defendi em dois mil e quinze vou defender em 2023, 2024, e tem que ter coerência para defender as coisas. George defendeu... a gente não pode ficar mudando de entendimento no meio do jogo. Tao pouso de se esperar, porque você sabe o que acontece, nesse minuto que me falta, a gente fica assim de se jogar, vamos aumentar a representação, convence a plateia e passa absurdos, no calor do debate, a gente tem que ter um pouquinho de sobriedade e colocar os pés no chão e lembrar... essa senhora aqui, hipertensa, saiu no jornal da band, a família brigou com ela, porque ela saiu de máscara, quando estava morrendo 2000 pessoas por dia. Eu me senti mal quando ela saiu na televisão la balançando a bandeira da SSP com luta, o bandeirão do povo lá, entendeu? Porque era ela que tinha que bater, escantear, correr para bater cabecear para jogar no gol, viu? Então as vezes a gente reclama e não vai fazer a luta. E são muitas vezes esses companheiros que estão la segurando a bandeirinha no 2 de julho. Então eu acho que a gente tem que suprimir isso aqui, e rejeitar essa proposta na inteireza.

VINICIUS - Esclarecimento – só para eu entender a proposta e para entender como se dá a votação. To lendo aqui que é, não se candidatar a vagas destinadas à representação da base, qual é a minha dúvida, eu já vi algumas vezes, aí eu não me recordo onde é, e como funciona, mas eu já vi algumas vezes, pra os CONSINASEFE, para os congressos, para as plenas, a gente eleger um delegado de base e também alguém da gestão. A minha dúvida é, se isso aqui está se referindo ao fato de que nessa vaga para base não poder ir alguém da gestão para não ir duas pessoas da gestão. Essa é minha dúvida. É esclarecimento.

JOILSON - Foi muito boa a sua fala Vinicius, porque Mateus com a eloquência do direito, muitas vezes convence, ne Mateus, só que a leitura que você está fazendo (Mateus: mas o trabalho aqui é de convencimento) é uma leitura equivocada, pelo que eu sei e vejo. Nós temos a representação da executiva nos eventos, e a executiva se reúne, tira seu representante e ali temos a escolha do representante da base, do delegado da base. O que aqui está se referindo, não é podendo o elemento da executiva de participar de um o outro evento. A redação que Saulo está dando, ele deu uma redação, mas o que nós estamos discutindo efetivamente, é que existe o delegado, o representante da base, que tem que ser escolhido pela base. E tem a representação da executiva que é escolhido entre os membros da executiva. Aqui ninguém esta tolino o companheiro que já está na executiva de participar, por exemplo, na plenária, nós estamos na plenária, na plenária nós temos, então nós temos um representante da executiva, um representante da base, o que acontece muitas vezes, é que inteligentemente, a executiva, eu já fiz isso, eu já fiz isso, a executiva tira sua representação e vai de novo pela base (mais isso é de plena, alguém na plenária), isso é de plena mas acontece em outros eventos. Então, fica clara o seguinte, a gente tem a representação da executiva, que tem seu pleno direito de participar e querendo, temos que garantir que a base tenha o direito também de escolher o seu representante, é simples, só isso! (Aplausos)
(Plenária discute)

MARLENE - Deixa a mesa conduzir por favor? Vocês deixam a mesa conduzir por favor? Então, como ele é o autor e é uma coisa polemica, a gente tem que ter muita tranquilidade. A gente está tentando fazer o melhor, para o sindicato, para nossa base, então a gente não pode agilizar as coisas então vamos ouvir o que Saulo propõe e Camila também está querendo falar. Se mais alguém quiser falar a gente faz, vamos ter paciência, porque é importante a gente entender e concluir. Porque basicamente a gente está concluindo, fechando essa parte. Ai a gente fecha com qualidade, vou passar aqui para Saulo.

SAULO - Se fosse o que Mateus disse eu também seria contra (Mateus, mas é o que está escrito), não, não é, essa é sua interpretação, que é bom que haja essa precaução, você está correto. É bom que você levante essa precaução, para que esclareça o que a tese quer. O que a tese quer, é o que está aqui... os membros da Diretoria Executiva em efetivo exercício não poderão se candidatar a vagas destinadas a representação da base em ventos de qualquer ordem, locais, regionais ou nacionais. Essa parte de eventos locais, regionais ou nacionais, causou essa impressão que você está falando, pode ser facilmente tirada e colocada para a plena (plenária...ahhhh), pera aí, porque, a ideia era manter, só que aqui faltou, e eu percebi que no texto, o exclusivamente, era para ter aqui, destinada exclusivamente para base. Foi um erro que causou essa interpretação. Sendo o que Mateus falou, eu também seria contra, mas não era a nossa intenção, estou esclarecendo. Então eu aqui coloco o que estava previsto inicialmente no texto, que é o exclusivamente, ou para evitar qualquer tipo de dúvidas, a gente deixa especificado para plena. Já tem uma tese sobre isso? (Plenária discute).

MARLENE - Como Camila e Teresa gostariam de falar, ai a gente passa para falar e a gente ver se com essa mudança, que você propõe (incluir o exclusivamente).

SAULO - Nos outros eventos você tem vaga, como Mateus falou, para base no sentido amplo, para todos os sindicalizados. O único lugar que tem essa segmentação **devagar** para a base e vaga para representação local é a plena. Então corrigiu, que fique claro isso, para não parecer que a gente quer dar golpe.

MARLENE - E aí você mantém?

CAMILA - Eu concordo com a coisa do exclusivamente, e tenho so uma dúvida. Uma dúvida não, fazer um registro, foi dito que geralmente e um candidato da diretoria se candidata a candidato de base, aí aqui eu quero fazer um registro que isso não acontece, na nossa gestão e na gestão passada, isso também não aconteceu. Pelo contrário, a gente fica chamando as pessoas para participar, e isso me preocupa também, porque pode ser que a base não queira ir, a gente já teve problema com isso também. Concordo que tem que ter incentivo para a participação, a plenária, mas dizer que a diretoria está indo no lugar da base, ai eu preciso fazer esse registro enquanto gestão. (Mas a gente fala na história da gestão), mas a gente faz parte da história também, a medida que o discurso é... que a gestão faz, a gente tem que ter cuidado com as palavras.

TERESA -Eu gostaria de aproveitar a polemica para trazer um esclarecimento público, eu não falo parte da diretoria executiva da seção, eu não sou delegada de seção, porque esta aqui nas manchetes, semana sim, semana não, outra também, me chamando de delegada de sessão, com ironias e piadas. Eu não sou diretora, eu participei da comissão eleitoral, eu nem posso, nem poderia, nem em caso de vacância eu poderia me inscrever como diretora. Eu estou aqui falando isso, porque tem ouvido por ai... lido, lido nos zaps da vida, que a delegada

na seção, delegada da diretoria, está sempre, sou eu! Não posso citar nomes porque senão eu sou processada, mas sou eu, eu não faço parte da diretoria eu nem consigo acompanhar tudo que essas mulheres fazem, então eu gostaria de fazer esse esclarecimento (aplausos)

GEORGES - Com a correção do companheiro Saulo, eu recordo, a gente tem que ter uma prática de em plenas, a gente tem que observar que tem duas delegados, uma da direção executiva e outra da base, não obstante houve casos, que não tinha pessoas da base que se dispusesse para ir para Brasília. Aconteceu, e aí? Acontece! Ai eu pergunto ao plenário, nos deixaríamos de enviar a plena o segundo delegado? Pense sobre isso. Na minha opinião, é que não. Na circunstância em que não houver representante da base disponível para se deslocar pra Brasília, passar lá dois, três dias, as vezes tem problema de logística. Nesse caso, excepcional, a gente ver como faz a redação, faculto se extraordinariamente que a base fosse representada por alguém da executiva, isso é óbvio! Você vai discutir uma posição de interesse no SINASEFE com a base do sindicato, você não vai levar 10 votos, não é possível isso, ninguém é burro né, ninguém é burro né! ... (Interrupção). Tem votos, são todas as seções que votam, então eu concordo com a tese do companheiro Saulo, reescrita com esse adendo, em caso de não haver membro da base disponível para representar a seção nas plenas, faculto se exclusivamente a ida de alguém da diretoria executiva. Ok? Neste caso específico. Mas tem uma coisa, queria fazer uma observação, que nós estamos discutindo no regimento, mas me parece, aí eu peço a coordenadora geral do sindicato, atenção! A secretária, quem é a secretária que cuida dos documentos? Que observe o estatuto da entidade, não é Joilson, não é Mateus? Se já prevê, se não me falha a memória, o Estatuto é outro documento maior, se já não prevê essa configuração. Salvo, diz lá são dois delegados por seção, temos que ratificar o regimento, a seção vai ratificar o documento maior que é o estatuto que é Nacional. E aí a gente colocaria essa peculiaridade, ok?

MATEUS - Primeiro o meu destaque inicial, e que aí o proponente da tese, o autor da tese concordou que havia problemas de construção, recuou, que bom, faz parte do processo, ganhar, perder. Porque estava muito vago, representação da base em eventos... então isso foi superado, a outra coisa aqui agora eu represento porque o Wagner, puxadinho do destaque, e eu fiz destaque e para não quebrar a ordem dos trabalhos, então eu estou apresentando aqui, já que mudou, é essa situação de Georges que eu já passei quando era base. De ter uma assembleia coordenada pelo companheiro Ronaldo Naziazedo e que ninguém se dispões. Quem se dispões na época, se eu não me engano, foi Vicente, que já tinha ido um da direção. Que Vicente era da direção na época, aí o que eu endosso, é o que a companheira estava questionando, a gente perde um voto lá se for só. Aí eu volto para aquele debate que a gente fez do CR, não o problema é pedagógico, aí tem uma votação que nos favorece, enquanto base que a gente deliberou, porque o que acontece, a gente discute a pauta da plena na assembleias, os delegados vão alinhados. Eu queria fazer esse trabalho de convencimento com Saulo, que eu apoio a redação nova dele, mas assim, em última hipótese, não havendo interessados, pode, a gente faz uma redação para não ir um voto só da seção (Saulo, eu concordo) (Aplausos)

CAMILA - Fazendo um registro, em 2020, no mês internacional da mulher, teve uma plenária em Brasília e só tinha um **homem** para participar, na época eu era diretora, então quero registra aqui, que eu me coloquei e que pedi a assembleias que abrisse uma exceção, uma vez que as companheiras não tinham disponibilidade. Foi uma assembleia inclusive na reitoria, então ali foram dois delegados em 2019, um **homem** apenas que já era da diretoria, aí eu me coloquei, uma vez que nenhuma das mulheres teriam possibilidade de ir, da base, eu me

coloquei pra ir, representando a diretoria. Semana da mulher, a gente ia ficar em Brasília até dia 7 dia 8 estava na rua (Saulo: então neste caso você foi na vaga da base?) Eu fui na base d vaga, é isso que me preocupa.

SAULO - Eu apoio o adendo de vocês, dá para a gente fazer isso.

JOILSON - Olha só, os delegados são tirados em assembleia, então não temos que amarrar tudo né, bonitinho e tranquilo. Nas assembleias esses casos que foram levantados por Georges, por você e agora por Camila, surgem. E a própria plenária da assembleia, pode decidir. Porque a gente está colocando, bem claro, essa questão de se respeitar a base, e a executiva em seu espaço. Ninguém está dizendo que vai ser ... se só tiver só vai um! Só isso!
VINICUS - Gente eu não quero criar cavalo de batalha não, porém, me preocupa também que sendo criados diversos artifícios para que a base não seja representada, então a minha preocupação é, que seja garantida sim a de base, e que se a gente vai flexibilizar, que a gente coloque algumas seguranças, quais seriam... minha sugestão, ter mais uma nova assembleia para tentar tirar o delegado de base, e se não segunda assembleia não for possível, aí sim agente abre a exceção. Para que a exceção não se torne regra, certo? Porque você pode ter problema de comunicação com essa assembleia, para puxar tirada de delegado, isso pode acontecer. O SINASEFE é isso, a gente viveu tudo isso, então assim, concordo que tenha que ser exclusivamente da base e depois de duas assembleias ninguém tiver interesse, aí sim abre exceção.

CAMILA - Hoje a gente votou a diminuição do prazo de divulgação das assembleias, passando de sete dias para no mínimo cinco (Vinicius: extraordinária são 48h). Certo, mas ai você faz uma, encaminhou, teve a votação não deu certo... ai como é que você vai ... (plenária discute)

MATEUS - Sugestão de ordem – edital de convocação de plena, não depende da diretoria da seção, ponto! Nós vivemos plena que foi convocada, para quarta ou quinta e a plenaria tinha que ser feita um dia antes. Porque a mesa era na mesma semana. Não foi sacanagem não. O governo chamou para negociar no final do carnaval, a gente teve só o final de semana para organizar porque a mesa era na quarta, foi sacanagem do governo... então greves, mesa d e negociação... agora nós temos uma mesa de negociação permanente que foi inaugura essa semana, então assim são... nós vamos ter PPA, nós vamos ter o LDO, então tem coisas que a seção recebe. Cadê Wesley, Wesley está ali.... Aí manda pra Wesley para ele fazer o card, as vezes acabou o expediente de Wesley, tem que apresar o carará, pagar hora extra ou banco de horas, para ele fazer e soltar. Então se a gente coloca, eu, eu confio muito na boa fé das pessoas viu Vini (Vinicius: eu não!) Confio, eu parto do pressuposto da boa-fé, porque a boa-fé é princípio. Porque se eu critico quando a GDP quer lezar o patrimônio público eu não vou mudar minha coerência com o sindicato. Eu sempre critiquei a gestão de pessoas, que acredita que a gente está sempre querendo dá o migue, eu parto do pressuposto da boa-fé. Nós temos órgãos de controle, qual o órgão de controle? A gravação, e quando diz assim, eu não quero que seja vocacionada a nossa época por exemplo, vocacionada a nossa época. A gente abria a assembleia nos horários, cadê Joilson que reclamou, a gente sempre em meio de semana. Cara nunca vai ter como agradar essa marcação de horário de assembleia, se fizer de manhã não presta... La em Salvador fez de manhã, um mucado de gente reclamou, aí fez de tarde reclamou, fez de noite reclamou, então não vai agradar. É fato, eu fui nas três, manhã, tarde e noite... mas porque marcou esse horário? Nunca vai agradar. Então, é se a gente não confiar nos poucos mecanismos que temos, de exceção em excesso, porque o regimento já prevê outros, exceção da exceção, como Saulo concordou que é o proponente. Que queria fazer

esse apelo gente, se não a gente vai querer criar ressalva de tudo, achando que todo mundo age querendo da uma de João sem braço ou de esperto (plenária: olha o capacitismo!), me perdoa pela Até se falar loucura... muita gente falou loucura e a companheira toda hora chamava a atenção, chamando de louco... isso é coisa de louco, isso também é errado e ninguém apontou, então é isso! Eu defendo que a gente coloque como exceção.

MARLENE - Então para a gente fazer a condução, a gente vai ouvir a autoria, que fez a modificação, no Saulo, teve sugestão também de Vinicius, então que quero saber se acatou, como ficou...

SAULO - Eu entendo o sentimento de Vinicius, mas para resolver esse problema a gente vai ter que ceder nesse caso. Ficaria: os membros da Diretoria Executiva em efetivo exercício não poderão se candidatar a vagas destinadas à representação da base, na plena, exceto (e aí é o que foi colocado aqui que a gente acolheu) exceto em situações que não haja ninguém da base disponível. Aí, se não há ninguém, aí por exemplo, está na assembleia, ninguém se candidata. (Mateus: após três chamadas na assembleia) pronto! Melhor ainda, após três chamadas para delegado base, aí abre se essa exceção. Contempla todo mundo, não fica perfeito, mas... (falas da plenária). Em plena, exceto nos casos que não haja qualquer candidato da base disponível! A redação a gente ajusta aí, mas a ideia tem que ser aprovada é essa: a exceção será quando nenhum candidato da base se apresentar.

CELIANA - Como é que ficaria o texto: os membros da diretoria executiva em efetivo não poderão se candidatar a vagas destinadas à representação da base na plena, exceto se não houver candidatura da base na assembleia. Pronto, perfeito! (Pediram pra acrescentar o exclusivamente, após o destinadas).

MARLENE - Depois você nos manda por escrito também para gente conferir.

SAULO - Mas é exatamente isso que ela falou.

MARLENE - Então vamos fazer, em regime de votação.

PROPOSTA: inclusão do novo texto, par ao novo artigo.
RESULTADO: proposta aprovada por unanimidade.

MARLENE - Eu ia conduzir, com isso a gente concluí essas sessões aprovadas 1, 2 e 3, e a gente tem um problema pra gente resolver que seriam... não, não são as afetações serão depois discutir-la as teses, o problema é a solicitação de inclusão de Wagner, ele fez essa proposta, aí eu queria ouvir a plenária, se a gente poderia definir isso aqui, ou pelo encaminhar do horário aqui... ou se a gente faz essa discussão no início da manhã. (Plenária: vamos concluir!)

MARLENE - Então para a gente concluir, teve uma proposta?

MATEUS - O texto de Wagner é legítimo, então nós, eu conversei com ele, ele concordou, se tiver alguma coisa aqui ele pode reparar, é a gente então propõe, que isso seja posto assim: nos casos em que seja necessário - ele pediu pagamento de honorários advocatícios, contratação de advogados, não pagamento de honorário, porque honorário é quem ganha quem perde, honorário é da decisão. Então, contratação... que casos específicos sejam avaliados, em princípio pela diretoria executiva, cabendo recurso do sindicalizado a

assembleia, porque se for delegado a preocupação dele era: se ficar, fica muito discricionário, se ficar só na diretoria, ai ele pode apresentar recurso e em mês na assembleia dizendo: olha, a diretoria negou meu pleito, que eu vou divorciar e a mulher está lá, e eu to numa briga danada (risos e falatório). Eu to brincando (risos e falatório). Mas a proposta é essa, que ele apresente a diretoria, ouvida a coordenação jurídica, sobre, não é aval, mas podemos incluir alguma coisa aqui, após consulta a coordenação jurídica, apresentar o pleito a diretoria executiva, e possibilidade de recurso a assembleia geral.

MARLENE - Enquanto mesa, deixa eu falar uma coisa a vocês. (fala sobre a gravação) Eu sei que está finalizando, todo mundo cansado, mas é uma situação que na verdade envolve investimento, envolve o jurídico, então eu peço que essa proposta esteja redigida, para que a gente possa votar, pra que não fique assim. Então se vocês concordarem, vocês poderão fazer por escrito essa proposta e logo no início da manhã a gente faz essa votação (plenária: oh mesa boa retada!) (Aplausos)

MATEUS - Se o teor, porque amanhã é um novo dia, se o teor for o mesmo.

MARLENE - Por isso mesmo, se a gente vota, porque já foi uma inclusão de algo que não foi escrito, é muito complicado. Então para a gente seguir, como foi com as teses escritas, viu gente... só para seguir o rito, que nós... (mesa pede atenção, falando da metodologia e transcrição.) Então gente, só falando pra gente seguir o rito, já que a gente passou aqui o dia todo analisando tese, que foram escritas, enviadas, previamente, então a gente seguindo a mesma lógica, o mesmo rito, ai eu peço que vocês façam a elaboração e logo no início dos trabalhos a gente traz a proposta por escrito e fazemos a votação.

GEORGES - Poderia dizer qual é a agenda de amanhã?

MARLENE - A agenda de amanhã é a continuidade da nossa plenária pelo ponto principal, que é agora a diretoria executiva. Então amanhã provavelmente, vai ser discutida as três propostas que foram encaminhadas da diretoria executiva e com certeza até o final da manhã, a gente vai precisar estar com isso. 09h em ponto, por favor gente, por favor. E olha eu quero convidar vocês pra participar da atividade da companheira Eliana Largoto que vai fazer um trabalho de relaxamento de respiração. Aqui no saguão. Então boa noite, bom descanso a todas...

JOILSON - Então amanhã nos vamos discutir três teses. (Marlene: pela manhã, a tarde a gente já vai ter o grupo de pesquisa do 4 e para fechar no domingo pela manhã). Não, porque tem teses que ficaram para discutir amanhã, inclusive a minha (Marlene: é isso, você está na sessão 4. A sessão 4, assim que a gente acabar com a da diretoria, a gente volta, se não for no fim da manhã, no início da tarde para os GTs da sessão 4 e logo depois a gente fazer plenária. Está certo?

3. Sábado – 15 de julho

MARLENE - Não sei se vocês lembram, foi a proposta colocada por Wagner e depois complementada por Mateus. Aí no final a gente combinou assim, olha como foi apresentada aqui, é bom que seja por escrito, pra gente avaliar, não é?

PLENÁRIA - (concordam) - Isso!

MARLENE - ... E votar, não é? Naquele momento, já existia um consenso que seria possível, mas como não tava formulada ... Aí hoje, Mateus me entregou, foi ótimo que Wagner chegou também, aí os autores, né? estão aqui presentes, Mateus e Eriswagner. E a proposta ficou assim, é uma proposta de apoio jurídico ao filiado a filiada/combate às opressões “nas situações elencadas no inciso 4 o sindicalizado ou sindicalizado, mediante justificativa, poderá apresentar pedido contratação de advogados externos, expensas da entidade, à diretoria executiva. Da decisão caberá recurso à assembleia geral”. Então, na verdade, a pessoa pode solicitar, existe uma avaliação da diretoria e a pessoa pode ter direito a esse recurso. Que o inciso 4... quer complementar?

MATEUS - Não, perdão, é isso eu ia pedir para corrigir, você corrige aqui, inciso 5.

MARLENE - Inciso 5?

MATEUS - É.

MARLENE - Ok? então...

PLENÁRIA:(comentários)

MARLENE - Depois de formulada... Ontem teve consenso mas é bom a gente registrar, né? depois de formulada, vamos votar?

PLENÁRIA: (concordam)

MARLENE - Que é essa aqui...Então, em regime de votação, quem é favorável que a gente encaminhe, né? coloque isso no nosso regimento, por favor levante o crachá. (tempo) Contrários? (tempo) Abstenção? (tempo) Então, por unanimidade, nos aprovamos a proposta encaminhada pelos companheiros Eriswagner e Mateus, ok? (aplausos)

PROPOSTA: Apoio jurídico ao filiado a filiada/combate às opressões nas situações elencadas no inciso 4 o sindicalizado ou sindicalizado, mediante justificativa, poderá apresentar pedido contratação de advogados externos, expensas da entidade, à diretoria executiva. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

MARLENE - Agora outra pendência que ficou ontem, não sei se vocês...certamente vocês lembram (interrupção por causa da porta travada). Viu gente? Outra pendência que aconteceu ontem... foi quando a gente fez a proposição que quando fosse assembleia, quem apresentou foi Camila, que já deve tá chegando, que quando tivesse assembleia de deflagração de greve, a gente pudesse trazer os companheiros e companheiras para essa

assembleia presencialmente, não é? Porque inicialmente Eriswagner colocou, aí todo mundo não concordou que fosse aberta, e aí a companheira Camila fez essa proposta e nós ficamos de trazer a metodologia, porque não adianta você dizer assim: “Olha, vamos trazer”... Mas trazer, como? Quais os critérios? Aí a gente ontem elaborou e vamos apresentar aqui para que vocês também ajudem, né? Nessa metodologia...quais seriam os critérios. O primeiro - a representação deverá ser eleita em assembleia local conduzida pela representação sindical do campus. (inaudível) na assembleia. Será necessário que a assembleia possua o quórum mínimo de 2% dos filiados. Como acontece na nossa sessão. A ata deverá ser encaminhada para a sessão. Terá direito o Campus que estiver a 50 km do local da realização da assembleia. E aí, o que foi que a gente pensou? Porque assim, oh, terá direito o Campus que estiver a 50 km do local da assembleia.

PLENÁRIA - “Ou mais” ... (burburinho da plenária sobre os 50 km e pedido de esclarecimento).

MARLENE - É, a partir de 50 km ...isso.
(comentários na plenária)

MATEUS - Posso pedir destaque?

MARLENE - Pode... a partir de 50 km. Porque a gente calculou assim, em geral as assembleias que deflagram greve são estaduais e acontece sempre, sempre aconteceu na reitoria presencialmente, na reitoria do IFBA central. Então por exemplo, por esta proposta aqui o primeiro Campus que teria direito seria Camaçari

PLENÁRIA - Simões Filho.

MARLENE - Simões Filho, não. Simões Filhos está a 30 Km...

PLENÁRIA: 34 km.

MARLENE - Mas a gente bota a partir de 50 Km, então seria a partir de Camaçari, Feira de Santana, e aí vai... Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro. Pela proposta, depois a gente vai discutir, não é?. E aí vem a proposta de como seria o critério para o número: do campus e filiados. Aí a gente botou assim, oh! Até 50 filiados - 1 representante. De 51 a 100 filiados - 2 representantes. De 101 a 200 - 3 representantes e assim acima de 200 - 4 representantes. Né? porque, justamente em relação ao número de filiados. Então, gente, eu vou abrir (burburinhos)... quer destaque, também? Quer um destaque?

PLENÁRIA: É esclarecimento

PLENÁRIA: 50 filiados e se no campo que não tiver nem isso?

MARLENE - Não, até...

PLENÁRIA - (comentam que é até...)

MARLENE - Sim Paulo, é uma dúvida? Ah! André, uma dúvida?

ANDRÉ - Com relação aos representantes, ele vem trazendo só o voto dele, ou a assembleia vai vincular, ou vai ter o voto tbm de lá...

MARLENE - Não, do campus, ele vai ser retirado do campus a representação e vai ter obviamente a decisão dos campus. (burburinho) Não, porque se for em assembleia... Normalmente, quando você tira uma representação na assembleia, ele vai representar a posição... olha gente, mas não significa que, por exemplo, você vai fazer assembleia... Equivocada, vou deflagrar, não vou deflagrar... não é o campus, quem deflagra a greve, é em assembleia estadual.

PLENÁRIA: Tirar indicativo

MARLENE - Então, por exemplo, se esse representante vier, ele pode até trazer e falar: Olha o campus decidiu isso, ele pode falar, mas o que vai valer vai ser o voto pessoal. Eu passei em todos os cantos durante a greve, viu? O campus pode dizer que não aceitou, que fez a assembleia de greve, mas é direito do servidor, lá escrito, nós temos esse direito... Teve um campus, gente, que teve só um professor que assumiu e fez greve. Vitória da Conquista, pouquíssimos, também. Mas deixa eu passar aqui... Diga Ivanete.

IVANETE - O meu era, pedido de esclarecimento, ontem ou anteontem...

MATEUS - O meu é destaque...

IVANETE - Não ficou decidido de que a gente teria essa reunião simultânea, então eu estava entendendo que essa decisões de voto e tal estariam acontecendo simultaneamente com todo mundo lá. Então, não estou entendendo, (burburinho) com o delegado na assembleia presencial, com esse voto, não entendi.

MARLENE - Não, na verdade a gente quis colocar aqui, a gente nem entrou no mérito, nós não entramos no mérito de que é uma assembleia para decidir se vai entrar em greve. Talvez a gente precise melhorar... A representação deverá ser eleita em assembleia local, conduzida pela representação sindical do campus. Talvez a gente possa melhorar assim, com esse ponto de pauta, que a retirada da representação do campus para vir presencialmente.

MATEUS - Porém, Camila tinha dito o seguinte: Que era nos casos da assembleia presencial, que eu lembro bem dessa cena, que eu fui contra, particularmente, depois muita gente se deu conta de que isso gerava confusão, o que ela estava questionando, só que na hora da votação ninguém se apercebeu disso (burburinho) Tereza fez uma abstenção e falou...

TEREZA - Não, não, não eu desfiz.
(burburinhos)

MATEUS - Deixa eu concluir. Aí ela falou assim: Quando tiver deflagração de greve que está as UEFS CONFS estabelecidas, todo mundo vota, quando tiver caso que houver necessidade que o debate seja feito aqui, aí vem um representante. Foi isso que foi dito, são duas situações diferentes. Porque como é que você faria duas assembleias de deflagração? entendeu? não tem como?
(burburinhos) não, não, não...

MATEUS - Mas eu pedi destaque...

MARLENE - Fale aqui por favor.

PLENÁRIA - É rapidinho , a gente pode esclarecer a proposta de novo?

MARLENE - Gente... deixa fazer uma correção, que Givanildo tinha falado e pediu... (burburinhos) Gente... um minutinho só... ohhhh gente eu esqueci de falar, mas lembrem da gravação, a gente está gravando... é importante que a gente fale, um de cada vez, sabe por quê? A gente vai ter uma qualidade nas transcrições e, conseqüentemente, na confecção do nosso regimento. Então vamos falar um de cada vez, tá bom? Aí primeiramente eu passo aqui, para Giva. Depois de Giva, passo para Vinícius e depois para Gerson... não foi? (Mateus reclama)

MARLENE (para Mateus) - Você falou já, não foi?

MATEUS - Não, não!

MARLENE (para Mateus) - Depois eu passo...

MATEUS - Não, não, vamos ser justos... Ivanete falou...

(Burburinhos)

Marlene passa a vez de fala para Giva

GIVA - É, eu pedi um destaque inicialmente... mas depois pela fala do companheiro André, porque quando dúvida dele surgiu... É esse critério que nós estamos aqui agora que foi justificado que estamos votando, esse critério pra mim, fere uma questão anterior que nós votamos, porque se nós decidimos anteriormente, com base na fala da colega, eu estava pensando, nós decidimos que nas assembleias para deflagração de greve serão simultâneas com as assembleias dos campus conectada ao mesmo tempo com (inaudível) (12'25''). E aí depois, nessa proposta que surgiu aqui na mesa, não foi lá no GT, essa proposta surgiu aqui na mesa que é... quem quisesse vir ao local da assembleia presencialmente, que fosse garantido esse direito. Agora, não é garantido o direito dele trazer a posição de um campus que já está reunido lá, decidindo simultaneamente, sobre a participação da greve Então, precisamente, ter cuidado com o critério para que não fira... a gente pode até garantir, eu fui contra, mas tudo bem, eu perdi! A gente pode até garantir que quem quiser vir, venha, mas que ele venha em nome dele... (burburinho e aplausos)

MARLENE - Gente, eu peço a compreensão de vocês pra gente ter uma "assembléia".. ohhh uma "plenária" tranquila, todos irão falar é só se inscrever... eu vou passar para Vini... (resolução de quem fala)

MATEUS - Na verdade é só um complemento, como Giva tocou no assunto, ele trouxe de fato o que aconteceu, só faltou a proposta do grupo, a proposta do grupo trazida pelo companheiro Wagner, é o que já acontece hoje. É que a sessão garanta, por exemplo, no caso de Eriswagner, né? Que estava sozinho, fazendo greve em Vitória da Conquista. Durante a greve, a gente tem reuniões em Salvador, tem assembleia, é que a sessão garanta a vinda do companheiro. Isso já acontece na prática. Ele só queria que isso constasse no regimento. Essa foi a proposta do grupo, garantir a vinda das companheiras e companheiros dos campus para

o comando de greve central, para as assembleias, pra tudo isso que a gente já faz, é só isso a proposta grupo, de fato houve uma confusão, uma cobrança... (inaudível 14'31'') a gente precisa separar as coisas, o que foi a proposta do GT, que é essa, botar no papel o que já acontece na prática, e essa nova proposta aí se for representar o campus ou não, que eu acho que não foi isso, concordo com o companheiro Gilson, é isso, valeu!

MARLENE - Agora vai ser Edinailda e logo depois eu passo para Gerson

GERSON - Tô contemplado, pode tirar minha fala.

MARLENE - Pronto, nós temos Camila que se escreveu também.

EDNAILDA - Gente, bom dia! Primeiro eu tenho duas questões de esclarecimento. Desde ontem que eu estou pensando no seguinte: para mim, não está claro o que que é um destaque. Eu gostaria que a mesa, o colega Mateus (inaudível 15'20'') você é mais experiente do que eu em movimento sindical, tem experiência em movimento estudantil... O que significa um destaque? Eu estou com dificuldade, que às vezes a pessoa pede um destaque e a fala, o conteúdo, da linguagem, não é? É uma defesa a favor ou contra.

PLENÁRIA - é golpe! (risos)

EDNAILDA - Então eu estou querendo entender o que é um destaque ... o segundo esclarecimento, Camila chegou, aí, eu quero pedir a Camila porque a proposta que nós estamos discutindo para aprovação foi escrita por Camila, que eu gostaria que ela esclarecesse a proposta, viu? Obrigado.

MARLENE - Deixa eu falar só uma coisinha, viu gente? Obrigada pela provocação, viu Ednailda?! E realmente quando a gente pede assim a questão de ordem é que a ordem do trabalho foi quebrada. Aí a mesa, certo...e aí a pessoa, a plenária percebe isso e vai, pede, poxa a gente decide uma coisa, quebrou tudo aqui, né? Isso é uma questão de ordem, né? Esclarecimento é quando você tem a dúvida mesmo, não é? e aí solicita o esclarecimento, não é? Infelizmente às vezes a gente usa desse artifício, de pedir uma questão de ordem, de esclarecimento e acaba refazendo a defesa, às vezes até a defesa da proposta que perdeu, tem isso, né? Infelizmente! A gente, né? Eu vou até... passar, vamos dizer assim, pedir essa compreensão... Quantas pessoas fizeram tanto questão de ordem ou de esclarecimento se atentem a isso, o que fica até mais fácil pra gente conduzir nossos trabalhos. Aí, como foi pedido uma questão de esclarecimento e Gerson retirou, não foi Gerson, a sua fala,? Então eu vou passar para a Camila, que foi quem escreveu...

PLENÁRIA - Faltou o destaque... (burburinho e a plenária explicou que estava faltando explicar o que era destaque) - Quando o Mateus pede destaque num ponto...

MARLENE - Ah sim, faltou explicar isso. Quando a gente pede destaque é pra gente justamente se ater a proposta. O que está escrito, lá...

MATEUS - Após a leitura do texto

MARLENE - Aí a gente leu, aí por exemplo, tem um ponto aqui, um destaque no ponto que será necessário uma assembleia. Aí a pessoa vai diz: Ah! Esse ponto aí eu não concordo!

Assembleia é um exemplo. O destaque se fala sobre aquele ponto, o conteúdo do ponto que foi feito o destaque. E aí a gente faz isso, viu, gente? Esse esclarecimento a gente tenta conduzir para os trabalhos de hoje, tanto da manhã como os da tarde. Ok? Aí eu vou passar aqui pra Camila para fazer um esclarecimento solicitado por Ednailda... Sim, pois não.

PLENÁRIA: Eu quero fazer uma sugestão para que sempre que a gente começar uma atividade sindical, que a gente tenha essa explicação, porque sempre tem pessoas novas chegando. Toda vez que a gente foi iniciar uma atividade sindical, que a gente faça esse esclarecimento.

PLENÁRIA - Eu tenho uma questão de ordem! eu acho que é de ordem (risos da plenária). A proposta da companheira Camila, ela já foi aprovada ontem, então eu queria pedir que a mesa ao invés de explicar lê-se a proposta, que já foi já aprovada, nós estamos disputando o critério, que é em função da aprovação da proposta. Não cabe mais esclarecimento. Cabe à mesa a ler a proposta da companheira, que foi aprovada.

MARLENE - Mas assim, oh! pra dizer que não cabe esclarecimento... eu acho que como a companheira pediu esclarecimento, eu acho melhor fazer a condução, entendeu? Porque às vezes a visão sua e de que não precisa, não é a mesma que a da companheira. Então como a companheira pediu esclarecimento a gente segue, não é? Mesmo pedindo a paciência de quem está esclarecido... Eu vou passar aqui pra Camila, é um minutinho só.

CAMILA - Oi gente, bom dia! Desculpem o atraso. Eu assim cheguei, já estava na discussão e fiquei com dúvidas sobre como está se dando, né? O ritmo... algo que eu vou comentar aqui muito claro, que me incomodou ontem, porque ontem o que a gente percebeu foram duas propostas, o companheiro Wagner fez a proposta... de garantir que todos os companheiros, os filiados que estavam na base que tivessem o direito de participar. O companheiro, não estava na hora da defesa e aí eu vim defendi, e aí a gente, diante do debate, foi refeita a proposta, justamente para garantir a participação de quem está no interior... Concordo que antes... e isso já foi votado, gente! É muito ruim quando a gente traz novamente um debate para legitimar... "foi sugerido que consultasse nacional?" Aí tem uma certa dificuldade, porque se cada ponto que a gente perde ou não concorda com a votação, a gente remete a uma consulta na nacional... e eu não to dizendo que sou contra não! Mas em termos de princípio, a cada momento a gente vai, imagina aí um estatuto, um regimento, que a gente tá aqui desde quinta-feira tentando debater e aí a medida que a gente não concorda, a gente vai remeter para conferir, consultar se pode ou não... Mas a gente não está fazendo isso desde quinta? Então essa é a minha primeira... é o meu primeiro Congresso, também. Mas e como é o fluxo? Porque isso senão a gente vai ficar voltando, eu acho que isso não é legal. Principalmente em termos, quando a gente fala de democracia. Então, com base na proposta do Wagner, a gente fez uma reformulação para garantir a participação dos companheiros e companheiras, que eu até falei militantes, né? Mas reforçando, são filiados e filiadas, porque assim, parece até que a gente não é militante, né? mas isso é importante colocar que somos filiados e filiadas. Tem que ter cuidado até no nome como escreve, e pelo fluxo, eu coloquei militantes, mas que os companheiros e companheiras que estão lá, tenham garantia de participação, porque a gente sabe que na prática isso é difícil, será que o companheiro Warner teve possibilidade de vir sempre que solicitou? Não! E se tá documentado, facilita para que não seja pessoal com Wagner ou pessoal com o colega de Paulo Afonso, Porto Seguro e por aí vai... Então a proposta foi, que ai agradeço ao companheiro, que já foi votada ontem, que a gente não está aqui para desaprová-la uma vez que já foi, né? Então a questão foi garantir a participação dos companheiros do interior nas reuniões nas assembleias de comando de

greve, a gente não viu em termos de se seria representando a posição do campus, se seria como... sei lá! delegado, a gente não viu isso.

MATEUS - Mas no início falou, mas ela no início leu a redação...

CAMILA - E aí o que ficou pra mesa? desculpe aí o atraso, é que a gente veria a metodologia... ai mais uma vez a gente tá se pegando ao nome... se foi pra delegado... mas ficou pra gente, enquanto mesa, fazer uma proposta de metodologia, o que nós vamos fazer aqui é só ver a metodologia que já foi apresentada, né?

MARLENE - Gente, antes de eu passar ali a palavra para Georges que pediu, só para quem chegou depois, a gente iniciou, tentou iniciar, mas já foi com com atraso, às 9:30h, a gente aprovou a proposta escrita, tá bom? Que foi trazida pelos companheiros Eriswagner e Mateus, e aí a gente antes de começar os cargos da diretoria. Eu trouxe aqui uma proposta de metodologia para a retirada dessa representação, que irá para a assembléia, quando presencial, OK? Então eu vou passar aqui... Pode vir, Georges.

GEORGES - Eu cheguei um pouquinho atrasado também, e vi que tava um pouco vazia ainda a sala, mas eu preciso de 3 esclarecimentos, para poder me inteirar, aqui. Primeiro, ("me perdoem aqui" - se referindo ao não uso do microfone) Primeiro, é o seguinte... Primeiro é saber se houve... eu não estava aqui tava chegando, cheguei na hora que estava... Saber se houve alguma mudança no conceito de destaque, queria que esclarecesse mais ou menos, desculpe, mas eu vou pedir que reforce esse conceito aí, pra ver se mudou o que eu tenho na minha cabeça, aqui. Segundo, qual foi, Marlene, só esclarecendo o que se trata essa proposta por escrito enviado por (inaudível 24''18') que tema aqui que eu não entendi? Terceiro que foi uma coisa mais séria para mim... é qual será a função da plenária geral, são duas, uma prevista para ontem, que já ocorreu e eu me perdi nesse processo e outra prevista para hoje de manhã, eu sei que houve atraso, que já mudou o calendário e tal, essa plenária geral vai ou não contemplar divergências, que não foram aprovadas nos grupos, porque é a minha preocupação, porque alguém, você mesma disse "não! na plenária geral você volta a apresentar" isso que eu quero saber, qual vai ser o caráter dessas plenárias gerais, e se elas já foram realizadas. Obrigada, por me responder.

MARLENE - É Georges, de forma até tranquila e vou pedir a você, só pra aqui oh! A proposta que foi proposta você leia, porque aí já facilita, tá certo? Porque se todo mundo que chegar um pouco atrasado, a gente for entregar pra ler e votar a gente não termina os trabalhos... Então, você faz a leitura do que foi aprovado, tá certo? Agora, outra coisa também importante, gente, outra coisa importante, a gente também falou, esclareceu o que era questão de ordem, o que era, sabe? A gente prestou para este debate aqui, solicitado aí pelo companheiro Vinícius, aí a gente fez tudo que era destaque, ai isso ai também, já passou. E a terceira coisa que é, eu escrevi inclusive no grupo hoje, que a gente vai... o ponto principal de hoje é a diretoria, inclusive se vocês acharem... todos os cargos, né? que são as três teses que foram discutidas e aí eu que quero passar logo para os GTs, mas o que acontece... Eu percebi assim, que a confusão aconteceu mais... como a gente tinha aprovado assembleia, ai oh, vem conferência tal, e aqui, eu acho que a fala de Camila foi excelente para a gente dizer assim, a decisão de trazer alguém não vai ser por diretoria, vai esta regimento agora, então o campus, e todo mundo vai ter conhecimento disso aqui, e nós vamos, na verdade, fazer o quê? Vê só o critério que foi apresentado, já foi lido, foi pedido um destaque para a leitura, que eu coloquei aqui, e vou repetir para reforçar, foi assim: A representação deverá ser eleita em

assembleia local, conduzida pela representação sindical. Será necessário que a assembleia possuir o quórum mínimo de 2% de filiados, seguindo o regimento, a ata deverá ser encaminhada para a sessão, terá direito todos que estiverem a partir de 50 km do local da realização da assembleia, a proposta de números com relação ao campus obedecerá ao seguinte critério, aí a proposta foi assim: até 50 filiados - 1 representante; de 51 a 100 delegados - 2 representantes; de 101 a 200 - 3 representantes; e acima de 200 - 4 representantes. Eu falo para financiamento, por exemplo, na hora que... a assembleia obviamente somos nós... todo mundo que estiver lá na webconferência, na presencial, aqui é só pra garantir. Inclusive a gente estava conversando após ter discutido aqui, uma dificuldade da última greve... quando a gente, eu e a companheira Margarete Mota, pegando a estrada aí, para tentar mobilizar, uma confusão, aquela coisa... poxa, se a gente faz uma coisa como essa, uma pessoa até que vem e se envolve, termina já até voltando com uma pessoa que vai ser do comando de greve, né? A gente já mobiliza aquele campus. Então a gente saiu nessa perspectiva, né? Porque a gente sabe que tem o impacto financeiro, mas a gente está aqui, o financeiro é para fazer luta, não é? E nesse momento que a gente vai para deflagrar uma greve é porque a situação tá crítica. Aí a gente traz esses companheiro e companheira lá do campus e de repente ele já volta, para não ficar, não é Margarete? como a gente ficou rodando e tentando mobilizar os campus. Essa pessoa, junto com a representação, já ajuda nesse trabalho. Muitos campus podem até não solicitar, mas vai saber que já está regimentado e que essa representação pode aparecer...

IVANETE - Só a respeito do termo, esse representante, ele não é delegado?

Plenária - (se manifesta) Não, não...

IVANETE - Representante é por livre...

MARLENE - Quando a gente bota... inclusive viu, Ivanete? Assim, na assembleia, quem se envolve, em geral viu gente? Quem se envolve e quer vir é quem está envolvido na luta, não é? Então, por exemplo, não me estranha que se quando chegar lá... Vitória da Conquista ter um nome de Eriswagner para participar, tá certo? Aí de lá de Jacobina, venha Saulo, venha Angela, que são pessoas que estão sempre envolvidas na luta, não é? Então, é só isso, para esclarecer, pra ficar tranquilo, entendeu? E a gente poder seguir adiante, eu não vejo assim problema... Quer falar Joilson?

JOILSON - Só um esclarecimento.

MARLENE - Esclarecimento?

JOILSON - Você colocou esse percentual aí... esse percentual é dos filiados da base... da base do...

MARLENE - Do campus, do campus... É esclarecimento Georges?

GEORGES - Eu pedi três esclarecimentos. Primeiro, você diz que não vai voltar atrás, que já explicou que não mudou o conceito. Segundo, você explicou que é a questão da diretoria. E o terceiro, por favor, responda aí, é a respeito do caráter dessas plenárias finais. Eu preciso que você me explicasse se a gente vai seguir...

MATEUS - deliberativo...

MARLENE - Hoje, a gente na sequência...

GEORGES - (inaudível 30''40')

Plenária (burburinho)

MARLENE - Georges, Eu vou esclarecer, pode ser?

GEORGES - Na programação, havia previsão para se fazer plenária gerais, para se discutir o final das (30''57')...

PLENÁRIA - (burburinho, todos falam ao mesmo tempo)

GEORGES - Ia trazer todas as teses discutidas lá... não é isso? Queria entender... Pessoal, eu estou pedindo um esclarecimento, é possível?

MARLENE - Talvez eu não me fiz esclarecer para você, olha Georges, a gente tá seguindo a sequência a gente não venceu, ontem o que seria para discutir as questões da diretoria, a gente trouxe para hoje, porque é importante a gente fechar o GT que foi discutido certo? das inserções 2 e 3, hoje a plenária, estava escrito lá no grupo, Porque talvez você não conseguiu ver, hoje no grupo, de manhã, eu escrevi, fiz questão de dizer antes de começar, gente, vamos começar às 9 horas, hoje a gente termina a discussão importantíssima. Tá escrito lá no grupo, até por chamado.

PLENÁRIA (burburinho) - para a plenária geral...

MARLENE - É, essa é a plenária. Isso mesmo!!! E agora a gente, eu inclusive escrevi lá, viu, gente? Que seria interessante. A gente fazer a reeinscrição para os GTS da tarde para discutir a seção 4, mas agora, passado isso aqui, e eu gostaria inclusive de ver com vocês, se a gente pode votar (32''36') essa metodologia para retomar a discussão do GTs em relação à diretoria, está certo? Pode ser? Então gente, é bom a gente votar, né? Então em regime de votação...

PLENÁRIA - (burburinho) Veja esta em regime de votação, depois não peça para parar

MARLENE - Gente...

MARGARTE (32''50') - Me perdoe, eu estou aqui tentando esclarecer para o companheiro, porque a gente tá pedindo quebra de ordem para quebra de ordem, eu to tentando ajudar.

MARLENE- (inaudível 33'') da metodologia... posso fazer... começar?

PLENÁRIA - (concordam) Pode!

MARLENE - Em regime de votação, quem é a favor da metodologia? quem é a favor da metodologia, levanta o crachá? pronto! Contrários? Abstenção? 1, 2, 3, 4... Então, com 4 abstenções, e a larga maioria, então, a gente aprova a metodologia para essa representação, para assembleia de retirada de greve, viu, gente? (burburinhos)

PLENÁRIA - Declaração de voto...

MARLENE - Ai gente, uma declaração? um minutinho...

PROPOSTA: Metodologia para essa representação, para assembleia de retirada de greve.
METODOLOGIA: A representação deverá ser eleita em assembleia local, conduzida pela representação sindical. Será necessário que a assembleia possuir o quórum mínimo de 2% de filiados, seguindo o regimento, a ata deverá ser encaminhada para a sessão, terá direito todos que estiverem a partir de 50 km do local da realização da assembleia, a proposta de números com relação ao campus obedecerá ao seguinte critério, aí a proposta foi assim: até 50 filiados - 1 representante; de 51 a 100 delegados - 2 representantes; de 101 a 200 - 3 representantes; e acima de 200 - 4 representantes.
RESULTADO: 4 abstenções, e a larga maioria foi aprovada a metodologia para representação, para assembleia de retirada de greve.

MATEUS - Deixa eu te dizer, teve o destaque aqui também, da metodologia

MARLENE - Mas você não falou?

PLENÁRIA - Não, não, eu pedi destaque.
(burburinhos)

MARLENE - Desculpa então, só um minutinho, deixa eu dar o da declaração de voto...

MATEUS - Não, não... Então, como é que a gente faz? eu pedi destaque, inclusive eu queria falar...
(burburinhos)

PLENÁRIA - já votou... (burburinhos)

MARLENE - mas a gente já votou...
(burburinhos da plenária)

MARLENE - (Psii!!!)... Ohhh gente, vamos organizar aqui, Eu vou passar pra você falar logo e eu passo para a declaração de voto, está bom?

MATEUS - Gente eu achei que a metodologia era a metodologia dos trabalhos, eu estava com dúvida, já que Georges suscitou tantos pontos, e eu pedi destaque. E aí eu dialogando com a companheira Ednailda, (para Edinailda) companheira, talvez você tenha perdido a primeira votação, que tinha pouca gente aqui, que foi a proposta minha e de Eriswagner e aí logo depois passou para outra proposta. Companheira, a proposta de redação, quando se lê a proposta de redação, a gente pode pedir destaque. Aí eu pedi um destaque da proposta de redação, não foi para revisitar a decisão, não! Só que quando Marlene acabou de ler, tinha tanta pouca gente que ela começou a conversar com algumas pessoas, essa companheira falou, esse companheiro falou, esse companheiro falou, essa companheira falou, eu falei sem o microfone. Porque nós ficamos tentando entender. Recapitular a decisão que tinha sido... Nós tentamos recapitular o que foi da decisão. Foi na hora que vocês entraram, que eu acredito, que pegaram o bonde andando da discussão, que até a gente estava tentando

entender, e aí foi quando ele veio e explicou, aquilo não era destaque, porque se fosse, o destaque, na minha pouca compreensão, é o seguinte, quando se faz a leitura do texto da proposta ganhadora, você vem aqui diz. Eu defendo a rejeição, ou a supressão, ou a alteração, por isso e isso! Então, se eu não me fiz compreender, talvez tenha tido um contexto aqui, e eu pedi destaque quando a leitura foi feita. Então, todas essas pessoas que eu falei, falaram... O meu destaque na leitura do texto foi o seguinte: Como André questionou, em pedido de esclarecimento, essa questão do peso do voto, que eu acho que foi superado, porque eu acho que ficou uma dúvida na redação do texto, né? Que aí depois, com a explicação de Givaldo, então isso se supera, que na verdade, é uma participação avulsa de quem queira. Então eu acho que deveria ficar claro, que é uma participação avulsa não é a participação do campus, no texto, porque foi isso que Marcos Vinícius falou aqui, Givaldo falou aqui... E outra coisa, porque o campus com menos de 50 km não podem... sendo sindicalizado de Camaçari, queira vir...né?

PLENÁRIA - Camaçari está dentro

MATEUS - Tá, aí eu quero saber se é liberado para qualquer um ou se não está na regra é liberado, não é? É liberado a vontade, né?

PLENÁRIA - é o subsidio...

MATEUS - Mas é em relação ao subsídio mesmo! Porque já que a gente está colocando, direito é igual a fusca de circo, você pode tirar tanta coisa de dentro de um fusca de circo, (risos) fusca de palhaço, pra uma pessoas que assumir a direção diga isso aqui é só... tem interpretações e interpretações... Então, né? Essas seriam as minhas dúvidas no destaque que eu fiz, Marlene, e não sei se Edinilda ficou contemplada com o conceito de destaque, ainda me faltam segundinhos, né? Que eu to olhando ali (se referindo ao cronômetro) Então, quero agradecer, espero que tenha esclarecido.

MARLENE - Então, deixa eu passar para a declaração de voto de Georges, que está aqui a espera

(Burburinhos) (Georges inicia sem microfone, mas depois retoma com microfone)

GEORGES - Eu me abstenho nessa votação da metodologia pelo seguinte. Eu acho. Eu penso que entendi que a gente está agora numa plenária geral. Ainda não estava muito claro. Numa finalização na plenária geral da primeira plenária geral que está terminando alguns dos pontos, especificamente esse da composição da diretoria, que não foram discutidos nos dias anteriores. Então, eu estou entendendo que agora estamos numa plenária geral, terminando os pontos definidos no GT 1 e 2 do período anterior (plenária corrige: - dois e três!) (GT) 2 e 3, depois faremos uma nova plenária geral para enfrentar os pontos que ainda não foram (plenária: - a pauta do dia). Por isso eu pedi, para deixar bem claro porque declarei voto.

MARLENE - Então, a gente retomando os trabalhos, quero esclarecer só rapidinho... Cadê Matheus que ele falou. Viu Mateus? Na verdade, a gente colocou esses critérios, como um critério para o campus, inclusive, como eu falei de início, que estão, que geralmente a assembleia geral acontece na reitoria, historicamente. Então, a gente pensou justamente a partir do campus de Camaçari. E pensando que isso por estar registrado, facilita, né? E só falando sobre a plenária ontem, no final da plenária, eu até disse pra gente: amanhã a gente

começa com as duas pendências. As duas pendências foram a proposta que foi apresentada e todos concordaram. Eu disse: Ô, gente, não vamos votar o que não está por escrito! Aí eu só pedi para ser por escrito hoje, para a gente fazer e faltou a metodologia, porque senão fica parecendo assim, a gente vai começar uma coisa sem terminar outra. Agora a gente concluiu (plenária pergunta: metodologia ou critério? e Marlene responde: os critérios!). E aí a gente agora, né? Começa finalmente o ponto principal desta manhã, que vai ser a discussão da nossa futura, vamos dizer assim, porque provavelmente vai ser modificação da estrutura da nossa diretoria aí eu vou pedir para passar foram três propostas, aí eu vou passar para o GT1, pra falar o que foi da discussão, e a gente retomar. Lembrando, gente, que a gente traz aqui, né? Obviamente, o que o GT discutiu, o que o GT aprovou, mas essa é a plenária soberana. Se alguém chegar e dizer assim: Olha, eu quero defender isso, eu quero apoiar aquilo, é importante que a gente faça, como nós fizemos para a seção 1, tá certo? Então, eu vou passar aqui para o GT 1, depois para o GT 2 e depois a gente abre, tá bom?

GT 1

REPRESENTANTE DO GT1 - Bom dia, novamente, gente! No GT 1, nós fizemos a discussão de duas teses, uma com relação à proporcionalidade, que foi mais simples, com um consenso maior, foi mais tranquilo de debater, no sentido de menos discussões e destaques, teve um encaminhamento mais fluido. Em relação a composição a gente, como posso dizer, o debate se direcionou em três tópicos principais. Um em relação aos CRs principalmente, a questão da autonomia, da própria representação dos CRs. Em relação também a junção da coordenação de combate às opressões e a formação política foi direcionada, né? Para esses principais tópicos e a gente viu nas teses, como temos mais duas teses com o mesmo link, interceccionalizar, né? Essas três.

MARGARETE - Bom dia a todos, antes eu vou fazer uma solicitação. Eu mesmo cheguei depois, e é de praxe que quem chega depois de uma questão discutida, todo mundo aqui é adulto, trabalha, todo mundo tem seus horários, então é o ônus de cada um chegar aqui um pouco depois, por motivos diversos, diversos que ninguém vai discutir. Então no geral, a gente quando chega depois, a gente tenta se integrar com colegas, sabe por quê? Porque se não, a gente perde minutos preciosos e fica repetindo algumas coisas. Isso é só mais uma solicitação, né? Que a gente faz? Então, nós passamos para a tese 2.2, que é a tese que talvez, tenha trazido mais discussões, porque além das questões que começa com a tese, Georges. E verificamos que lá, simultaneamente, no GT 2, haviam mais duas teses com o mesmo conteúdo que nós nem chegamos a discutir essa tese toda. Naquele momento, a gente aprovou sem dissenso. Parece que foi um consenso geral, em que nós faríamos a modificação do critério majoritário, saindo da proporcionalidade para o critério majoritário, uma tese de Georges foi aprovada por larga maioria, só três votos contrários. E na segunda tese que tratava, não só, do enxugamento que parece que foi um consenso, da necessidade de enxugamento no número de coordenações e no papel do CRs. Na questão do número de coordenações foi verificado que tinha muitas similaridades com teses que estavam sendo discutida no GT3 por isso que a gente deixou todas para trazer para a plenária e sobre o papel dos CRs houve um dissenso, bem grande, é.. e esse tema ficou para a plenária de hoje. Foram aprovados alguns destaques, eu não vou ler os que foram rejeitados, foram aprovados alguns destaques, eu vou relê-los aqui. Inclusive, eu me lembro que fiquei lendo os destaques, não pela importância ou desimportância, mas para otimizar o tempo e o tamanho da redação dos destaques e nós aprovamos alguns deles, que foi manter a pasta de coordenação de esportes e foi aprovada; a manutenção da pasta de combate às opressões, também foi aprovada;

manter três regionais e também foi aprovado que a gente não excluísse as regionais, a não exclusão das regionais tiveram 16 votos de aprovação, 1 não aprovou e foram 5 abstenções: no destaque sobre a fusão de alguma pastas que também seria necessário, que aí Mateus chamou a atenção que é comum a tese da página 21, 10 votos aprovaram, 6 votos rejeitaram e tivemos 4 abstenções. O ponto dos CRs, apontando que os CRs não seriam deliberativos tais como está preconizado aqui, proposto pela proposta de tese de GEORGES, esse foi um ponto que ficamos para debater, então, Marlene, esse foi a condução e o resultado do nosso GT, eu não sei se o GT 2, a Eliana está aqui se ela pode agora falar da teses que têm pontos comuns e a partir a gente começa a fazer... inclusive creio que algumas das afetações (46''55') que foram feitas ontem já serão discutidas, introduzidas e contempladas aqui nessa discussão. Eliana agora, acho que foi esse o relato, por favor me corrijam se a memória falhou, se a memória curta de dois dias falhou.

GEORGES - Perdão, eu só queria complementar ao seu relato, que está muito bom, dizendo o seguinte que eu fiz uma solicitação que a mesa não acatou a minha solicitação, que devido a similaridade das teses que tratavam da... deixa eu abrir aqui pra gente não falar bobagem... vou pegar o índice aqui... devido a similaridade das teses 2.2, na página 7; das teses 3.5, página 17; das teses 3.6, da página 21 todas as três tratando da reutilização das pastas da diretoria, eu fiz uma solicitação parecida que elas fossem reagrupadas em um grupo só, que eram temas similares. Ai o que aconteceu? Não passou, Ah isso ia da problema e etc... só que a mesma medida tomada, os mesmos argumentos, pra minha surpresa, não foram observados e logo depois, logo em seguida, dois temas que foram o tema 2.1 Forma de Composição da Diretoria Executiva da Seção SINASEFE, página 5 e a Composição da Diretoria Executiva, página 23 do outro grupo, esses sim foram reagrupados, dois pesos e duas medidas, eu acho que isso vai... no sentido que hoje a gente tem que aproveitar esse espaço, eu nao quero ficar nesse debate de quem foi certo ou errado, me parece que faltou um pouco de padronização nessas duas medidas, mas o que eu quero não é ficar julgando se foi certo ou errado, foi decisão que a mesa tomou e etc...mas a gente tem que hoje aproveitar esse espaço para analisar as três propostas que são propostas importantes, dentro desse tempo, para fazer um debate juntos, é essa é a minha preocupação.

MARLENE - Cada vez que a gente interfere para voltar numa coisa que já passou, a gente dificulta os trabalhos, então vamos fazer o possível, não é? Passou, passou, virou a página, tudo é dinâmico. Vamos agora para o GT2

MARGARETE - Marlene, só um pequeno, pequeníssimo, por favor, peguem... eu sei que tem muita informação que acaba entrando no grupo, mas ele tá aí, não apaguem o grupo antes de vocês...de terminarmos todos os trabalhos. A metodologia diz exatamente isso, caso não seja analisada alguma tese no GT, ela irá na íntegra para a plenária, onde todas serão votadas. Tá escrito lá e eu acho que todos acordaram. Então, sigamos

GT2

ELIANA - O Grupo 2 eu vou pedir a Vinícius que foi o relator

VINÍCIUS - Gente, primeiro eu queria pedir desculpas mais uma vez pela relatoria, porque como eu disse, o nosso trabalho foi encerrado às 18h, de forma abrupta que a gente não conseguiu sequer terminar uma frase disseram que a gente tinha que sair correndo da sala, porque senão ia pagar multa. Mas aí para acompanhar a proposta do GT, eu preciso que vocês

abram na tese da página eu acho que é 23, (plenária avisa que é página 17) 17 né? 21 na verdade, que a gente vai seguir como base, como se dá a composição da diretoria e qual é a proposta do GT2. A Coordenação Geral, ela fica; A Coordenação de Finanças e a Coordenação de Secretaria se tornaria uma nova Coordenação que se chamaria Coordenação de Administração, Finanças e Orçamento, essas atribuições desta duas coordenações iriam para uma só. Então a gente enxuga uma coordenação. Coordenação de Comunicação, fica; Assuntos Jurídicos, fica. Aposentadoria, fica; TAE, fica; Docente, fica; hum cadê o que mais... Política para as Mulheres a gente não pode mexer, apesar de ter uma tese pedindo para tirar, (penaria burburinhos dizendo: tirar, não!) (Vinicius ri e responde) é, pedindo para juntar (plenária: não é pedindo para tirar não!) eu acho que é a mesma coisa, mas enfim! E aí tem uma nova proposta que surgiu aqui no grupo que é a inclusão, da companheira Ednilda do campus de Porto Seguro, a inclusão da Coordenação de Etnias Negras e Indígenas e Políticas Afirmativas, porque a companheira entende que a Coordenação de Combate às Opressões não atende de forma completa essa demanda, então ela pede para que seja separada, porque é muita demanda para uma coordenação só e a gente precisa fazer um debate mais qualificado, essa é a defesa da colega, a gente aprovou no grupo, também, que trouxesse esta questão, até mesmo porque a gente no grupo não teve tempo de discutir muito sobre isso. As mudanças basicamente, tomando como ponto de partida essa página 21 aqui, seria: aglutinação da Secretaria de Finanças, ô a Coordenação de Finanças e de Secretaria, por outro lado a gente tem essa inclusão, dessa nova Coordenação de Etnia Negras e Indígenas e Políticas Afirmativas. Esta é a proposta do GT2 a partir das duas teses que foram apresentadas

(plenária elogia: parabéns pelo didatismo, professor! Sem brincadeira, sem ironia)
(aplausos)

MARILENE - Obrigada, concluindo aqui as apresentações dos GTs, (burburinhos) Viu gente? Concluindo aqui as apresentações dos GTs foi solicitada a inclusão de uma coordenação, aí eu gostaria que vocês ajudassem aqui para a gente conduzir isso. A gente pode usar o mesmo critério, que foi o que? Quando surgiu uma proposta de Eriswagner a gente pediu para escrever, votou na inclusão, que não estava na tese, ok? Então, pra gente seguir de forma isonômica, eu peço só que a gente escreva. Aí pra gente decidir, eu acho que cabe Ednilda vir aqui fazer a defesa, tá bom? E aí, depois se tiver outra pessoa que peça destaque que queira fazer outra também, aí a gente vota, já que não estava na tese. Então está assim: a inclusão da Coordenação de Etnias Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas e Políticas Afirmativas. Então, eu vou passar primeiro para a autora da proposta, ela faz a defesa, ok?

EDNAILDA (inaudível 55''25') mulher negra, pessoa preta...

MARILENE - Ohh GEORGES, por favor, vamos garantir a fala da companheira?

GEORGES - Pois não, desculpe...

EDNAILDA - Eu na verdade não sou, estou no EABIs, nos sabemos que no IFBA recentemente foi implementado os EABIs, eu já fui coordenadora do EABIs em outra instituição, na verdade esse núcleo existe há mais de 20 anos. Eu fui aluna do que hoje a gente chama CEFET, na verdade a gente chamava de Escola Técnica, no Barbalho, naquela época com 14/16 anos eu sabia e percebia como era difícil, o racismo estrutural e institucional, hoje como docente eu vejo que isso ainda é muito forte, que nós precisamos realmente assegurar as políticas afirmativas, negras. Nós temos políticas afirmativas no instituto, mas como as pessoas

compreendem isso e aceitam o implemento, são várias dificuldades, então colocar isso junto com pasta com um grande número de demandas, eu acho que complica ao invés de ajudar. Uma outra questão assim, é também que eu estou trabalhando numa licenciatura intercultural Indígena, em Porto Seguro, nós temos três etnias, só aí a gente tem uma demanda de resoluções, documentos, legislação muito grande para organizar e estruturar. Recentemente, eu fui convidada para participar do Plano de Implementação do Estudante Quilombola do IFBA e eu sei que por enquanto só tem no campus de Simões Filhos, mas é uma demanda que as pessoas também precisam também de leitura, estudo, organização, então a gente tem bastante trabalho a fazer. Foi nesse sentido que eu pedi que separasse a coordenação das demais opressões.

(aplausos)

MARILENE - Gente, eu vou passar aqui para Camila, que teve uma proposta no GT, também, nessa perspectiva, e aí a gente ver como alinha.

PLENÁRIA: Vai ter debate gente, aí no esquema?

MARGARETE - Vai sim, gente, vai ter destaque...

CAMILA - Oi gente, bom dia! Primeiro quero parabenizar a companheira, por trazer isso como proposta, Porque a cada dia a gente vê a dificuldade que é implementar e trabalhar com essas questões que não são prioridades no nosso sindicato. A gente escuta muitas vezes que o recurso que tá indo para os negros, o recurso que está indo para as mulheres... Não! É o recurso que está vindo para gente filiados, porque se a gente não parte deste pressuposto que precisa discutir gênero, raça, etnia no sindicato, a gente perde. A gente não está desligado disso. somos muitos, somos seres e somos os que estão aqui. Então, parabenizar a companheira, assim, a gente vem de um evento muito acalorado, muito importante que foi o ENIC, hoje eu vim até com a camisa do evento, eu até expliquei um pouquinho lá no GT que a gente inclusive, 2018/2019, nós tivemos o primeiro encontro de negras e negros do SINASEF, foi o primeiro, e nos tínhamos ali 30 anos de SINASEF, então olha o atraso, tivemos o primeiro em média com 30 pessoas, o segundo já tivemos 420, isso é um numero importante? É, mas ainda somos poucos, ainda muito poucos, e a importância de se ter uma linha direcionada para o tema é essencial no meu ponto de vista. Compartilhando com as três teses, uma vez que a gente traz como proposta criar uma pasta que é mais direcionada, nós temos a outra duas teses de fundir duas pastas que é Combate às Opressões e Formação Política. Então, a gente tem que ver quanto a metodologia, se seria, primeiro separarmos as duas pastas, que aí temos duas teses: uma Combate às Opressões e a segunda Formação Política e aí associar Combate às Opressões e uma outra pasta com a proposta da companheira. Ai a gente precisa assim, ver enquanto macro, porque ontem a gente veio ontem de um discurso muito caloroso no sentido da importância de se reduzir pastas, no sentido de recursos, de como trabalhar... Aí companheira como é que a gente sistematiza, porque além da questão racial, ainda tem a questão do assédio, por exemplo, onde é que trabalharíamos a questão do assédio que é tão forte aqui na nossa instituição? Ontem na hora do almoço a gente estava conversando... (plenária: em combate as Opressões as Opressões) Seria em Combate às Opressões, porque aí cresce o número de páginas. A gente viu que na época de Renato bateu todos os record e quem tá a mais tempo no IFBA, eu estou desde 2009, mas nunca se viu na história de uma gestão que tanto inibiu PAD, processos e esses processos muitas vezes não findaram (plenária: alguns tiveram corte de salário) justamente, quantos cortes de salário. O PAD tem

consequências, muitos nem foram finalizados e por conta que você sofreu um PAD antes, no segundo você já é recorrente, assim só pra gente dialogar, porque as três teses têm o mesmo ponto. Se a gente separa Combate às Opressões, e reafirma esses pontos, enfim, é nesse sentido...

MARILENE - Gente como vai precisar, que é um ponto importante, a companheira Tereza se inscreveu aqui eu vou passar a palavra pra ela, ta bom? Depois vem Ivanete.

TEREZA - Bom dia a todas, todos e todes. eu quero parabenizar a colega pela proposta de Porto Seguro, quando ela diz assim: "vim de outras instituições que tem NEAB é um absurdo que o Instituto Federal, que é a África negra, a Bahia África-negra, é um Instituto que por último implementou um NEAB na rede Federal, a gente não tinha nessa instituição essa política consolidada. Isso é uma vergonha, uma vergonha. Eu estava conversando com um colega de outros Institutos em que a população negra do seu Estado, não era similar a Bahia, as pessoas ficaram chocadas. Que não ultrapasse essa questão e nossa instituição aqui a gente não ultrapassa essa questão na instituição. Acho que vislumbrando esse cenário real do IFBA e a gente vê a importância do permanente combate ao racismo e opressões, eu gostaria de me manifestar favorável à proposta da companheira. Eu acho que na nossa instituição SINASEFE tem que discutir racismo de uma forma muito mais forte. A gente traz em si isso, o nosso cotidiano, da nossa instituição. Eu sou uma mulher branca, que me autodeclarava como parda, mas como houve uma mudança no IBGE, hoje me declaro como branca em respeito à comunidade negra. Eu fiz um curso das bancas de heteroidentificação e hoje na instituição não tem pessoas para fazer avaliação do estudante todos os campos vem me pedir pra ir, porque essa instituição não encarou como deveria a questão racial, a uma vontade da gestão central, mas não acontece, no campus não acontece, não acontece nas salas de aula, não acontece nas outras instituições. Então, eu venho aqui defender essa proposta, fiquei muito feliz com essa proposta aparecer aqui, acho que depois do ENIC, como a companheira Camila falou aqui, trouxe muitas questões importantes para este sindicato, a gente de fato precisa combater essas questões, então me coloco aqui favorável, peço então aos colega também que reflitam, eu sei que importante também a gente avaliar as questões das pastas da diretoria, mas eu acredito que a questão racial, essa, não pode ficar de fora. Obrigada

(aplausos)

IVANETE - Oi, gente. bom dia! Algumas coisas me fazem pensar na importância dessa pasta, não é? Eu já tinha conversado com Ednaildes antes, no meu GT saiu a discussão da junção de 2 pastas, justamente de Combate a Opressão com a de Formação Política, algumas coisas desde o início do nosso Congresso me fazem pensar da importância da criação dessa coordenação. A primeira delas diz respeito à tese de planos de lutas que foi a minha primeira fala aqui, imagine um sindicato, sindical, em que a tese do plano de lutas, não aparece nada sobre promoção da igualdade racial? Então, isso pra mim é um dos primeiros pontos. Depois, a colega Rebeca, um desses dias, trouxe uma fala muito interessante sobre essa questão dessa redução, redução... Vamos reduzir, vamos reduzir, o quanto? Então, enquanto essa redução não é prejudicial para a gente? (plenária corrigiu: fica parecendo que você falou que é prejudicial?) O quanto isso não seria prejudicial, dentro desse contexto. Depois eu vou juntando algumas coisas aqui para poder refletir. Eu ouvi o colega Mateus falando sobre o ENIC e tive a curiosidade de olhar a carta. A carta final do ENIC, A carta final do... teve 4 GTs E esse GTs eu estou vendo aqui, que cada um deles tem mais ou menos uns 30 a 37 pontos (plenária: são 87) de encaminhamentos... o SINASEFE deve... o SINASEFE deve... o SINASEFE

deve...87 coisas que já saíram de um encontro de pessoas negras, aí eu fico pensando como não existir uma pasta para dar conta no que já é pautado pela comunidade negra em um congresso, então é mais uma ideia de fortalecer essa proposta de que nos precisamos de uma coordenação específica de promoção da igualdade racial, Eu tinha alguns títulos que dariam conta, mas aí a gente pode discutir depois, essa questão das propostas. Obrigada

(aplausos)

MARILENE - Eu queria sugerir, não sei se vocês concordam, se depois da fala de Camila, que são só dois minutos, porque já é reinscrição, aí a gente encerra. Pode ser?

CAMILA - Bem gente, eu estou muito feliz, a medida que a gente sai de um encontro com essa magnitude, a gente chega na nossa seção com algo mais específico, uma vez está escrito no papel a gente tem que seguir, deve seguir. Tenho total apoio, acho que é muito importante a Bahia como primeiro, o SINASEFE nasceu aqui, a gente enquanto espaço de debate já ter essa proposta como encaminhamento, estando a frente para que outras seções também possam seguir, uma que a gente tem isso regimentado, que a gente leve isso como proposta para Nacional para que seja criado, porque não? Só diálogo sobre a Combate às Opressões e aí me esclareçam se a proposta que eu tenho é, criar uma nova ação da igualdade racial e esse tema seria específico dessa nova coordenação e aí em relação aos outros GTs a de Combate às Opressões ficaria separado de Políticas Educacionais, é isso?

PLENÁRIA - Eu acho que são coisas diferentes, vamos votar por parte. Agora é a criação da criação da Coordenação de... vamos votar pasta por pasta a inserção.

MARILENE - Pronto, viu gente, a inscrição agora segue, Giva, depois de Giva se inscreveu, pra ver se não esqueceu de alguém... Ednailson, Rebeca e Mateus.

GEORGES - Eu pedi inscrição aí, pedi um destaque.

MARILENE - um destaque da proposta?

GEORGES - Eu não sei se me inscrevo se é destaque... eu não sei...
(comentário: - ele quer falar!)

GIVA - Bom dia, gente! Mesmo sendo repetitivo eu gostaria parabenizar a proposta da colega que surgiu lá no grupo, Parabéns, e endossar, com todo respeito, porque vocês não precisam da minha confirmação, parabenizar pelas falas e respeitosamente fazer uma sugestão de acréscimo. No Brasil, nós temos visto, sobretudo nos últimos anos, algumas aberrações, como ter um madeireiro a frente do Ministério do Meio Ambiente e ter um antiético a frente do Conselho de Ética, e nós fizemos algumas demarcações aqui em relação a pasta do pessoal TAI, em relação a pasta de pessoal Docente que elas fossem ocupadas exatamente por pessoas do segmento. Então, minha sugestão é que pela coordenação sugerida de Etnia também seja feita essa demarcação, porque quem melhor entende das questões das mulheres, são as mulheres, quem melhor entende das questões da etnia, são as pessoas que fazem parte dessas etnias. Então, a minha sugestão é de fazer também essas demarcações.
(aplausos)

MARILENE - Vini? (Mateus retira a inscrição) Mateus retira a inscrição, Vinl e prepara Joilson...

VINI - Gente, eu vou ser um pouco mais repetitivo porque as mulheres que me antecederam já falaram sobre isso, não é? Então eu vou sugerir que a gente traga para plenária a mesma metodologia que a gente fez no nosso grupo. Que foi a seguinte: é importante sim, a gente enxugar as estruturas (ajuste do microfone) eu acho que é importante sim enxugar as diretorias. Mas qual foi a metodologia que a gente utilizou no nosso grupo? A gente discutiu que é importante. O que é importante? A gente vai elencando e depois a gente decide o número de diretorias, a partir do número que a gente tem de diretoria, de coordenações que são importantes. E nesse momento eu acho que é muito importante essa inclusão, que a companheira propõe, Eu, inclusive, foi convencido no grupo, por que eu antes estava com essa ideia que a gente precisava enxugar cada vez mais e juntar coordenações, mas às vezes a gente precisa sim demarcar alguns pontos, e esse é um ponto importante, eu acho que ninguém aqui vai ter coragem de defender contrário, algumas pessoas aqui querem que fique em outra coordenação essas atribuições... e a gente só precisa definir o seguinte:Essas atribuições farão parte de uma outra coordenação? Ou criará uma coordenação nova, certo? E eu proponho o seguinte, vamos elencar o que é mais importante para a luta sindical nesse momento, Depois a gente descobre qual vai ser o número, se vão ser 10, 14, 20, 50... Pode ser, certo?

(aplausos)

MARILENE - (para a plenária) retirou? Então, Rebeca...

(Mateus diz que tem um pedido de esclarecimento e é dito que pedido de esclarecimento passa na frente)

MATEUS - Meu pedido de esclarecimento é porque eu não sei se a redação, viu Ednaildes, Também louvá-la, parabenizá-la, também acho que é importante, vou na fala de Vinícius, porque a redução deve ser feita com um olhar atento a nossas lutas e não reduzir por reduzir, por números e questões financeiras, não se pode abandonar lutas sérias e importantes. Se nós já vimos as atribuições Porque assim, se você olhar o regimento, Compete a Inciso 1, inciso 2, inciso 3, se compete a... se já trouxe isso e se vai ser votado ainda hoje, se já está tudo isso delineado ou ainda vai ser em outro GT, nao sei?

MARILENE - Não! A gente hoje faz tudo isso, meu bem, a gente vai conseguir fazer tudo isso. Vou passar ai pra Rebeca e depois para Joilson.

REBECA - Eu também estou super contemplada na fala de Ivonete, não tem mais o que retocar, mas é importante a gente fazer um assinalar algum aspecto, inclusive partindo desse lugar de pessoa que se declarou, por muito tempo, parda, e hoje, entende o lugar da branquitude. Muitas vezes... A gente tem enfrentado, nesses últimos anos, a necessidade da afirmação da representatividade e quando a gente estuda o racismo a fundo, a gente começa a entender que não é só a injúria ou a falta de representatividade, é o Estado utilizar o discurso dos princípios da administração pública em nome do enxugamento, para atingir justamente as áreas das política pública que atendem a essas populações. Então, não há nenhum conflito entre a pauta administrativa e a pauta racial, não há nenhum conflito, não há e eu vou dizer porquê, confira como estão os índices de desempregos na Bahia hoje, a Bahia é o Estado campeão em desemprego e eu te digo quem é atingido por esses 22%, são os jovens negros

principalmente mulheres negras. Então, quando nós temos processos persecutórios dentro dessa instituição, em que por exemplo, num passado recente, cortes de salários foram feitos de maneira arbitrária. Como é que esse corte de salário arbitrário incide sobre uma renda familiar negra? Diferente de uma renda familiar branca? Quando esses cortes de coordenações, que nós estamos refletindo aqui também, atingem os departamentos de políticas internas? Como elas interferem nas licenciaturas indígenas? Então, a gente precisa começar a compreender, é uma pena que eu procurei ali, mas esqueci a referência. Nós temos pessoas dentro desses estudos, promovendo debates para acabar com esse discurso que quando a gente fala em política pública para as minorias é um desperdício de dinheiro público, não com esses termos, né? Mas falam em desvio do propósito, não é não! A função do serviço público é corrigir e reparar erros históricos e políticas feitas de maneira a promover desigualdade racial. Então, a gente precisa cobrar do Estado e para cobrar do Estado, temos que começar, na minha leitura, dentro da própria casa. E aí reconheceu os nossos lugares e ter essa delicadeza, vou concluir, de se perguntar a partir do momento em que eu estou propondo uma redução ou uma aglutinação, de que lugar eu estou falando. Essa pergunta é fundamental para todos nós

(aplausos)

(GEORGES pergunta o tempo e a mesa responde que são 3 minutos)

GEORGES - Antes de começar a contar o meu tempo, eu quero fazer uma ressalva rápida. Eu entendo todas as propostas que foram apresentadas aqui, as pessoas que vieram aqui merecem respeito... A gente não pode fazer chicana, nem gozação com ninguém ou qualquer proposta, quero alertar aqui que eu estou de olho, com quem está fazendo isso aqui nesta plenária. Não vou aceitar isso. Eu espero que a mesa também fique vigilante a isso. Brincadeiras, risadinhas. Isso não é respeitoso, isso é assédio. Bom. Tá contando o tempo? (estavam contando o tempo) Eu pedi para não contar, Poxa, eu tinha pedido. É porque é uma coisa grave que está acontecendo aqui, eu pedi para não contar... Eu estou me sentindo assediado, aqui! Eu pedi a mesa...

(Plenária se manifesta e pergunta: Existe essa possibilidade de pedir para não contar o tempo?) Eu pedi a mesa...

MARILENE - só pra gente não polemizar e perder mais tempo do que sua fala, a gente coloca os seus 3 minutos, mas a gente pede assim, a decisão de falar mais ou menos, tem que passar pela mesa.

(GEORGES diz: Ok, pois não!)

MARGARETE - E você me perguntou: "Quantos minutos eu tenho?" E eu disse 3 minutos. Não foi que você tenha pedido...

GEORGES - (ainda sobre o tempo) Ok já está compreendido, da próxima vez vou mandar por escrito para a mesa, se insistirem com essa prática aqui. (vai para o ponto) O IFBA hoje tem uma mulher que se declara parda. Nós temos uma reitoria composta, em sua maioria, por mulheres negras. O sindicato hoje tem uma composição majoritária de mulheres. O CONSUP tem uma composição majoritária de mulheres, a atual administração fez mudanças radicais em relação às políticas raciais, foi criada uma metodologia dentro do IFBA pela especialista Marcileni Garcia. E o que que acontece nos campus? Nada! Porque os campus são governados

por homens brancos e a gente vem aqui defender a tese do fortalecimento dos CRs do empoderamento porque a política sindical, se não for fortalecida nos campus, para quem está no embate com os diretores brancos racistas, isso aqui vai virar uma falácia, é por isso que eu defendo primeiro tornar (conversa na mesa) Por favor, desculpe, para o tempo aí porque está me atrapalhando... (a gente repõe seu tempo... 30 segundos) tá vendo... Primeiro tornar o CR deliberativo isso é fundamental. Porque se um grupo político assume a diretoria executiva, porque agora vai ser homogênea, a oposição toda vai ficar à mercê da política imposta pela atual direção é por isso que o CR no princípio peso e contrapeso, tem que ser deliberativo, seja lá quem for quem tiver nessa direção, é a minha tese, que eu defendo. E outra coisa, a gente precisa... Eu concordo com a tese da companheira de Porto Seguro, é importante, como a de André de Esporte, todas são teses importantes, mas é possível manter uma estrutura de 23 coordenações e 5 suplentes, se na prática, hoje nessa direção composta de mulheres, têm quatro ou cinco pessoas, que pegam na alça do caixão, procure saber cadê o coordenador do jurídico. o que foi ele fez, apresentou, ele não está aqui... Pô, então quer dizer, essa tese da racionalização é porque a gente vai ter dificuldade, Joilson, até pra gente montar a chapa. A gente fica mendigando, a gente fica fazendo uma fraude, a gente fica pedindo às pessoas por favor, bote seu nome aqui pra gente compor a chapa. São 3 minutos, por favor! (se referindo ao tempo) A outra coisa, por isso companheira de Porto Seguro compreendo, acho importante, mas se a gente não tiver, não colocar o pé no chão, não tiver uma racionalidade no número de coordenações esse sindicato vai continuar tal qual, porque as próprias coordenações regionais, o esforço que fica mantendo mantendo ficticiamente essas coordenações regionais a gente podia jogar peso para fortalecer os CRs para colocar a oposição para fazer a luta, eventualmente quando uma direção executiva que ele não concorde, nos campus para fortalecer o movimento estudantil, pense no que eu estou falando e pense também no que eu estou dizendo a chapa que vai eleger a nova diretoria vai ser predominantemente de votos de aposentados, pense você no (inaudível 1''20'37') o que vai dizer

(aplausos)

MARLENE - Gente, eu quero fazer uma consulta porque tinha terminado a inscrição e acabou a fala. Mas a coordenadora de comunicação, ela gostaria de falar, e ela não se pronunciou ainda em nenhum momento, e eu queria pedir aqui se pode se é possível que a companheira Fátima aqui possa falar
(plenária concorda)

FÁTIMA - Obrigada, parabéns a todos as pessoas que estão aqui participando da luta sindical, eu só quero assim... ratificar o que disse Georges. Como Georges já esteve em várias e várias composições de gestão, ele sempre me perguntava se eu queria ser suplente, eu colocava meu nome lá para completar a chapa. Só nessa gestão agora, sob influência, sobretudo de Roberta, que é um colega de departamento, que eu participei mais ativamente, queria ter participado mais dessa luta. É mais para reafirmar isso, o que Georges falou

MARLENE - Depois dessa discussão e pra gente fechar, então nós podemos ir para a votação, tá certo? Da inclusão da proposta da companheira Ednail, da inclusão da Coordenação de Etnias: Negros, Negras, Indígenas e Quilombololas e Ações Afirmativas, ok? podemos então ir para a votação?

PLENÁRIA: - Além da proposta de criação da pasta nós já temos as competências, a gente conseguiu rascunhar ali algumas competências da pasta, porque assim já facilita.

PLENÁRIA: Mas pera ai eu não sabia, porque na minha tese também tem competências, então se é já para colocar as competências.

PLENÁRIA: Então vota a criação e depois vota as competências.
(burburinhos)

MARILENE - Gente, só uma duvida aqui... (burburinhos) Gente, então a gente vota primeiro a inclusão e logo depois a gente faz as competências

PLENÁRIA: Uma questão de ordem, Eu queria dar uma sugestão. A colega Camila poderia fazer a leitura, se for consenso geral, a gente já votava junto. Se não for consenso, deixa para depois.
(burburinhos)

PLENÁRIA: Uma questão de ordem, se ela lê e apresentar a proposta dela, eu vou solicitar tempo a mesa... (burburinhos)

MARILENE - Aí a gente pode usar o mesmo critério... De qualquer forma, depois a gente vai olhar as competências, certo? Independente da tese. Então vamos pra gente adiantar...
(burburinhos)

MARGARETE - Gente, estamos gravando, por favor! Eu sei que os micro debates são importantes porque amadurece, avança e já vi que Camila colou ali com Joilson, mas estamos gravando, muito ruído, nosso trabalhos vai ficar com vários trechos escritos inaudível, se a gente não tiver um pouco mais de disciplina até para fazer esses pequenos debates, cola ali um com o outro, fala baixinho, porque se não vai ficar inaudível, não é isso?

PLENÁRIA: e a sugestão que eu fiz, não se acabou se perdendo ou se a plenária tomou como não importante, assim como a inserção da coordenação, que também conste que assim como (inaudível) obrigatoriamente seja ocupada por pessoas, prioritariamente por pessoas (inaudível)

PLENÁRIA- Aqui é proposta nossa, já tem isso!

MARILENE - Então, em regime de votação quem é favorável a inclusão da nossa pasta, proposta por Ednilda, da Promoção da Igualdade Racial, levanta o crachá (plenária - vou votar de pé! eu também vou votar de pé), (Marlene dá continuidade) Tá fazendo o registro ali Wesley (plenária - momento histórico) Ah!!! É verdade! momento histórico. (a mesa chama Marlene) deixa só eu cumpri a votação... Contrários? abstenções? Por ampla maioria, por apenas uma abstenção, foi aprovada a nossa pasta de Ações afirmativas e Etnias.
(aplausos)

PROPOSTA: Incluir a pasta de Ações afirmativas e Etnias.

RESULTADO: Por ampla maioria, por apenas uma abstenção, foi aprovada a nossa pasta de Ações afirmativas e Etnias.

MARGARETE - Um minutinho só para mostrar que isso é tão importante e mexe tão profundamente em todos nós e de várias maneiras a nossa transcritora se emocionou aqui porque ela trabalha com Quilombolas sabe da importância, como todos nós. (aplausos) Não somos máquinas, somos pessoas.

(Avisa a Georges o tempo dele)

GEORGES - Primeiro quero parabenizar aqui pela aprovação, porém eu não votei na aprovação da proposta, porque eu considero que essa coordenação não será suficiente para enfrentar esse problema estrutural... (burburinhos) para aí por favor, para o tempo! (Marlene pede para garantir a fala do colega, mas os burburinhos aumentam)... Eu parei de falar já tem 15 segundos.

MARLENE - Calma Georges! Oh Gente, (muita confusão Georges retruca dizendo que não intervém na fala de ninguém e que todos podem observar a conduta dele) Me desculpe, gente!!! Georges está fazendo a declaração de voto, que foi a abstenção e pelas nossas convenções ele tem o direito, mesmo que a gente não concorde com a fala do companheiro (Georges retruca: Poxa, pera ai!), a gente tem que respeitar o minuto dele, tá bom? E em outro momento, em outro debate, a gente fala... mas vamos respeitar a fala do companheiro, mesmo que a gente não concorde.

GEORGES - Quando alguém interrompe, atrapalha o raciocínio...

MARILENE - Pronto Georges, 1 minuto, tá bom!

GEORGES - O que é que a colega está rindo daquele jeito ali, olha pra isso...

REBECA - Eu explico, eu vou adorar explicar

GEORGES - Que compostura é essa, companheira? Companheira, que postura é essa? (Marlene tenta contemporizar o clima tenso dizendo que ainda se tem muito trabalho)

REBECA - Companheira marlene eu gostaria de lembrar ao professor Georges que ele não está qualificado para avaliar minha compostura ou descompostura...

GEORGES - eu estou qualificado...

REBECA - Eu sou uma mulher... cuidado com o que o senhor diz... porque eu estou aqui silenciosa...

GEORGES - Eu sou um homem

REBECA - E eu sou uma mulher, o senhor vai discutir questão de gênero?

GEORGES - Sou um homem idoso, militante histórico e estou aqui sendo desrespeitado

REBECA - nós dois estamos sendo desrespeitados nesse momento

GEORGES - Você não pode ficar rindo no meio da minha fala

REBECA - Eu vou rir, eu vou rir. (inaudível)
(tumulto nas falas)

MARLENE - Companheira Rebeca, companheiro Georges, Gente!!! Lembra de ontem, respira ai...
(tumulto nas falas)

GEORGES - Sinto muito por esse tipo de comportamento.

VINÍCIUS - Tenha respeito Georges.

GEORGES - O que foi que eu disse?

VINÍCIUS - Você não tem que sentir muito pelo comportamento dela, não!
(tumulto nas falas)

MARILENE - Gente tem uma mesa aqui, por favor, tem uma mesa aqui conduzindo os trabalhos... (plenária se manifesta pedindo para respeitar a mesa) Gente tem uma mesa aqui conduzindo os trabalhos, inclusive é muito incoerente a gente aprovar uma coordenação dessa, quando a mulher que coordena negra, que está aqui coordenando na frente e vocês desrespeitam (plenária se solidarizou e aplaudiu), é incoerente. Eu estou aqui conduzindo como coordenadora e gostaria de respeitada na minha condução (burburinhos).

IVANETE - Margarete consegue falar numa tranquilidade, e várias vezes você é interrompida... isso é claro! Esse é mais um motivo para a gente ter essa coordenação. Margarete conduziu o trabalho com ele inclusive, de forma magnífica, e você toda hora é interrompida e não é respeitada, isso é claro gente!

REBECA - Eu quero meu direito de resposta, viu?

PLENÁRIA: A gente não pode respeitar somente quem é igual, quem pensa igual, né gente?

MARLENE - Isso, obrigada companheiras, obrigada companheiros, e o que Ivanete tras aqui eu... (se emociona) sofro isso (é aplaudida)
(burburinhos)

PLENÁRIA - Rebeca com todo respeito e carinho, Georges com todo respeito e carinho eu peço parcimônia, eu peço compaixão, eu peço que a gente se respeite tudo que construímos até aqui, nós somos tão capazes não podemos fazer de nossos egos o parâmetro para conduzir esse trabalho, não estou falando em particular de você ou de Georges, mas neste momento são os protagonistas dessa cena. Marlene me perdoa tudo isso, eu falo em nome de todos nós que estamos aqui e que isso não aconteça mais até terminarmos esse congresso. Que a gente tenha paciência com o contraditório e com o semelhante também, porque essa é nossa marca. Georges, por favor, depois você briga comigo, mas não fica retrucando

GEORGES - Eu vou fazer a minha declaração de voto

CELIANA - Georges! com todo respeito...

(aplausos para a solicitação de parcimônia)

CELIANA - A gente pode falar o que a gente quiser de diversas formas, com respeito e com calma com o colega, a gente não precisa falar gritando nós estamos aqui numa sala pequena, precisamos falar com respeito e com calma .

MARLENE - Olha gente, eu vou só conduzir, mas eu não falo só por este sindicato, já fui diretora geral e já fui desrespeitada como diretora geral por um homem branco que me chamou de ignorante, no corredor, mas ele não faria isso se fosse outro homem branco ou uma mulher branca que tivesse naquela posição (aplausos). (inaudível 1''33'21') A pessoa não sabe, porque não está afim de saber. Eu estou conduzindo uma votação aí a pessoa vem e pede questão de ordem, se fosse uma mulher ou homem branco que estivesse aqui, não faria isso, então são coisas que as pessoas precisam refletir. Quando nós estamos ocupando um espaço de poder, nós precisamos ter o mesmo respeito com as pessoas. Eu vou passar seu minuto de palavra.

GEORGES - Por que eu me absteve nessa votação? É simples, porque eu não acredito que o simples fato de criar uma coordenação como essa, de importante atribuição, Com essa importante competência vai ter condições de enfrentar questões estruturais que esse sindicato tem, um dos problemas estruturais é o excessivo número de coordenações, é a falta de divisões de poder entre os CRs e a direção executiva é a forma de interiorização da luta. Quando a gente fala que é importante empoderar os campus, nós estamos falando de empoderamento, mulheres, negros, indígenas. Eu dirigi um campus, que uma parte importante da população era índio descendentes. Eram eles que passavam fome muito mais do que os negros em Porto Seguro. Então, é isso que eu quero dizer, não é suficiente isso. A gente precisa pensar na estrutura macro. É nesse sentido, mas eu acho fundamental a gente ter uma área específica para tratar disso.

MARLENE - Para conduzir os trabalhos. Eu vi, com a fala de Vinícius, que fez uma proposta que eu achei até interessante. Para a gente ir debatendo e definir a diretoria aquelas que realmente são importantes. Fazer a definição sem essa preocupação inicial do número a gente faz a defesa. Porque inclusive, eu acho que isso vai funcionar melhor. Porque inicialmente, eu pensei assim da gente ir por coordenação, por exemplo, a Coordenação Geral, ninguém foi contrário. Então, a gente pode ir por coordenações dentro das propostas e a gente vai avançando mais. Dependendo da perspectiva do grupo, não é? E aí a gente vai avançando e cada um que quiser defender vem aqui e faz a defesa, não é? Vocês não acham que essa metodologia a gente avança? A gente avança mais. Entenderam como é? eu vou repetir, por coordenação.

REBECA - Eu pedi o direito de resposta

MARLENE - Eu não ouvi, não. (burburinhos) Gente como é um minuto, Pode falar companheira...

(burburinhos e confusão, Georges pergunta baseado em que ela pediu isso) Ela se sentiu a necessidade e pediu direito de resposta. (Georges se manifesta dizendo que também quer o direito de resposta, também) De que? De que? Georges se manifesta dizendo que do comportamento que ela teve com ele) Gente assim vai ficar difícil, viu? Fica difícil! Fica difícil! Fica difícil! Gente, eu vou dar o direito de resposta da companheira e aí, para avaliar o seu

direito de resposta, eu gostaria de saber aonde você se ofendeu. Eu vou passar a palavra para a companheira

REBECA - Quando a gente fala de formação política, eu não estou aqui só como membro da base de valença, estou assim como uma pessoa que está sendo formada pela campanha Reaja ou será morta. E nós entendemos que no processo de opressão, o falar, o registro da fala foi é um mecanismo de força, portanto, é muito sintomático que quando as mulheres choram, elas são abraçadas. Quando as mulheres gritam, elas são rechaçadas e isso é um indicativo do estado de coisas que a gente tem visto aqui. Professor Georges, com todo o respeito que eu posso lhe ter aos seus anos de luta e aos seus anos de atuação. Mas desde o momento que eu sentei aqui na quarta-feira de noite, eu tenho visto o senhor viver uma espécie de comportamento em que parecia um controle da sua parte, do que pode ou do que não pode ser falado aqui e com todo o respeito que eu possa lhe ter, a gente não pode continuar consentindo com isso. Meu comportamento foi deslocado, descomposturado. não me importa, mas ele é político. Às vezes, a única forma da gente colocar algumas pautas é colocar o bode na sala. Eu estou fazendo isso muito tranquilamente. Eu não preciso ser acalmada, inclusive já fui, muitas vezes, é meu extinto, mas esse é um ato político, esse é um ato político, quando a gente reconhece alguns lugares de luta a gente precisa entender, entender que uma falsa ideia de urbanidade ela não está servindo, se não ao próprio poder. Eu falo com muita tranquilidade. Eu estou disposta a conversar com o senhor dentro e fora dessa plenária, mas eu quero lembrar a todos que estão aqui, e a todos que ao estando aqui nem sempre podem falar o que pensam que tomemos muito cuidado com as falsas urbanidade. Porque ela tem sido responsável por vários casos de violência, de assédio moral dentro dessa instituição. Dito assim, com esse registro de voz maravilhoso, que eu estou usando agora, nós estamos atentos e atentas e isso vai acabar.

(aplausos)

MARLENE - Antes de você, Georges, Georges...

MARGARETE - Georges, Marlene está encaminhando.

MARLENE - Gente

(plenária pede respeito a mesa)

GEORGES - Diferente da companheira eu fui citado aqui.

MARLENE - Você espera, eu falar, por favor? (burburinhos) Pra gente conduzir os trabalhos, você terá os seus 2 minutos de resposta estou sendo bem isonômica, por favor são 2 minutos, ela usou esse tempo o senhor também usará 2 minutos, pra gente continuar os nossos trabalhos, ok? E vamos encerrar. Acho importante mas a gente depois pode fazer, continuar esse diálogo.

GEORGES - Eu acho isso absolutamente desnecessário a gente perder 5 ou 10 minutos desse Congresso para tratar de uma questão dessa. Uma companheira militante, uma moça preparada. A gente viu nas falas. Eu queria começar até parabenizá-la no intervalo, pela maneira que ela entrevistou aqui. Achei muito qualificada, fala da companheira. A gente vê um comportamento que não foi exclusivo da professora, tem outros companheiros, inclusive com outros colegas que depreciou a fala. Que se comportou de uma maneira chamosa e isso não é aceitável. Eu não entendo porque a pessoa tem que aceitar esse comportamento, seja de

quem sou, seja um homem para com a mulher de uma mulher para com o homem, seja quem for, isso não aceitava. Nós estamos aqui. Nós estamos aqui, nós somos uma elite política que quer transformar o IFBA, quer transformar a sociedade. É assim que você quer transformar? Então o colega, vem aqui, diz alguma coisa que eu não concordo, eu vou ficar rindo da cara deles? Eu nunca me esqueço que um dirigente sindical tomou um copo de água na cara em Santo Amaro se naquela época tivesse do comitê de ética, essa pessoa teria sido banida da luta sindical, ele tá aí, até hoje. A gente tem no sindicato um idoso que foi agredido com murros dentro da sede. Se o SINASEFE nacional esse é o tipo de sindicato que a gente quer construir? Eu não acredito. Eu divirjo de vários colegas aqui e convirjo com ideias, com propostas e não com o comportamento acintoso como eu me senti agora. Eu não aceito isso e não permitirei que ninguém sofra o que eu passei aqui. Então eu peço compreensão da colega, se ela tá querendo conversar comigo lá fora, eu estou aberto para um diálogo construtivo, respeitoso para gente continuar na luta porque nós vamos nos encontrar aqui nessa luta nós precisamos de todos e todas.

MARLENE - Então, gente! O companheiro Rubens sugeriu aqui a mesa para a gente fazer um intervalo, mas eu estou entendendo que a gente vai quebrar e é melhor a gente seguir direto. Então, gente, vamos fazer assim, ó, a gente pode ir por coordenações. Inclusive, parece que as teses estão de acordo em algumas delas. Veja se vocês concordam, eu falo da coordenação e logo se alguém achar que precisa ter destaque naquela coordenação, a gente vai anotando e aquela que não tiver, a gente aprova. Pode ser?

PLENÁRIA - Só uma questão de ordem... Para ficar bem claro, que a aprovação neste momento só é da coordenação. Não vamos discutir o que a coordenação vai fazer.

MARLENE - Certo ok, ok, então por exemplo vamos começar pela mais simples que é a Coordenação Geral. Tem algum destaque? Não, né? Então, aprovado! A segunda coordenação, aí vem, que eu acredito que tenha algum destaque, que é a Coordenação de Administração, Finanças e Orçamento.

MATEUS - Destaque em meu!

MARLENE - Você anota?

MARGARETE - Anoto, vai mandar por escrito?

MARLENE - Destaque de Mateus, Joilson e Tereza, destaque na Coordenação de Administração, Finanças e Orçamento.

RUBENS - Põe meu nome também

MARLENE - Seu nome também? Rubens e Camila, também. Georges, também?

CELIANA - Por favor, mesa escreva Celiane

MARLENE - Camila e Celiana

MARGARETE - Já botei aqui

MARLENE - A Coordenação de Comunicação e Imprensa? Então, aprovada.

PLENÁRIA - Só incluiu Imprensa

MARLENE - Comunicação e Imprensa

PLENÁRIA - Mudou o nome, então?

MARLENE - Isso é uma inclusão. acrescentou Coordenação de Comunicação e Imprensa e que antes só teria Comunicação, então aqui tá Coordenação de Comunicação e Imprensa? ok? É Coordenação de Assuntos Jurídicos e Institucionais (plenária se inscreve para os destaques)

MARGARETE - Mateus, Joilson...Georges

MARLENE - Coordenação de Assuntos de Aposentadoria

MATEUS - Seguridade, Marlene.

MARLENE - Seguridade, a gente poderia fazer assim... porque na verdade, as três tem, mas tem a leitura... porque eu peguei essa, mas por exemplo...Existem outras, então, por exemplo, ao final a gente pode colocar a configuração melhor, Assunto, de Aposentadoria.

MARGARETE - Me permita, no GT ontem, nós aprovamos porque havia saído um destaque... Eu acho que vai contemplar Rosa, me permita... Havia saído destaque, dizendo que não necessariamente, mas preferencialmente para aposentados, aí nós, do GT, aprovamos que fosse necessariamente, obrigatoriamente, representada por aposentados, aí pode verificar se aprovam com obrigatoriamente...

MATEUS - Tem a redação da página 21. Marlene

MARLENE - A companheira aqui, Eliana, me chamou a atenção e estou de acordo, que eu cometi uma falha, porque a gente tem que olhar na original e a partir daí a gente vai aprovando e eu estava olhando ao invés da original a tese, a gente tem que olhar da original e a partir daí vai ver as mudanças que foram propostas. Na tese, tem um texto atual. Aí eu vou até fazer a leitura para a gente ver. A diretoria executiva será composta de 18 tal tal tal Coordenação Geral, sem destaque. Aqui está escrito Coordenação de Finanças que já tem destaque. Depois Coordenação de Secretaria. Ninguém tem destaque?

Plenária - Tem? tem tem tem destaque, sim! A proposta deles é aglutinar .

MARLENE - Então é porque assim, ó gente, é porque como eu estou lendo os originais e tem mudança nessa, é bom que peça destaque. Então a Coordenação de Secretaria tem destaque de... Teresa, Georges, Matheus, Joilson e Rubens.

Plenária - É porque essa é aquela de administração...

MARGARETE - Estamos trabalhando espelhando...A tese nova configuração a tese de joilson e também a tese que fica na página 21.Eu sei, está considerando o texto original, mas só para vocês que estão manuseando.

MARLENE: Então, coordenação de comunicação. Essa também teve mudança. Então, destaque Joílson.

PLENÁRIA: Essa foi aquela que aprovou que ficou Comunicação e Imprensa

MARLENE - Foi, essa aprovou, Coordenação de Comunicação e Imprensa. Então não precisa mais OK?

MARGARETE - Então, é por isso que a gente está espelhando, eu to marcando aqui...

MARLENE - O próximo, Coordenação de Assuntos Jurídicos

PLENÁRIA (confirmando) - Essa daí teve destaque...

MARGARETE - Essa ai teve destaque... Mateus, Georges, Joilson

MARLENE - Essa teve destaque... Destaque de Mateus e Georges e Joilson, também? Coordenação de assuntos de aposentadoria e seguridade social destaque. Destaque de Rosa Mota de Mateus, certo? Destaque de Georges, ok? Coordenação de Assuntos de Pessoal, TAI. Ocupada obrigatoriamente por pessoas do segmento que se destina a pasta. Georges - Marlene, só um esclarecimento e essa pasta não tiver polêmica, a gente já pode aprovar ela?

MARLENE - Isso que não tiver destaque está sendo aprovado. Alguém tem destaque? Não. Então continua, a pasta foi aprovada. Coordenação de Assunto de Pessoal Docente, ocupado obrigatoriamente por pessoa do segmento que se destina a pasta. Ok também, né? A Coordenação de Políticas Educacionais. Destaque? Destaque de Georges e de Joílson. Coordenação de Formação Política. Destaque? Destaque de Teresa e Georges. Destaque de Mateus também. Joílson também.

MARGARETE - Misericórdia...

MARLENE - Mas também, se alguém foi contemplado, retira.

MARGARETE - Não, é só para anotar aqui...

MARLENE - Coordenação de Assuntos Culturais e Esportivos. Destaque? Destaque de André, GEORGES, Matheus e Joílson. Mailson também? Coordenação de Combate à Opressão. Destaque de Teresa. Alguém mais no Combate à Opressão? Só Teresa. Coordenação de Política para as Mulheres.

PLENÁRIA: Deixa, eu pedi um destaque, porque a gente já colocou que teria que ter aquele texto: obrigatoriamente, por pessoa do segmento, foi aprovado no GT é melhor pedir destaque?

PLENÁRIA - E essa coordenação é obrigatória...

MARLENE - Então, o destaque foi de Tereza

PLENÁRIA - Marlene, essa de Mulheres com obrigatoriamente, eu acho que não é uma coisa tão polêmica, poderia votar ao invés de pedir destaque?

PLENÁRIA - O destaque foi feito ontem.

MARLENE - É melhor pedir destaque, porque fica formalizado.

PLENÁRIA - É melhor por causa da metodologia.

MARLENE - Coordenação Regional de Chapada e Oeste, abrangendo Irecê, Jacobina, Seabra e Livramento. (burburinhos) Aí a gente coloca as regionais, não é? Então, quem destaca as regionais? Georges, Matheus, Joílson, Eriswagner, Rubens e me inclui também, Marlene, se eu for contemplada, eu saio. Tereza, também? Aí vem, suplências aqui tem 1, 2, 3, 4 e 5 suplências também destaque de Matheus Georges e Teresa. OK? Então, com isso, a gente agora já passa para os destaques, tá certo? O primeiro destaque, a gente vai aqui chamando, se a gente falhar, eu peço a compreensão de vocês, vocês avisam. Se a pessoa foi contemplada, a gente retira pra poder adiantar, tá bom? Quem se inscreveu aí, tá Ok? Então, eu vou passar aqui para Margarete conduzir essa parte.

MARGARETE - Um passo atrás para dar três na frente, que eu penso, viu Georges, por favor, um passo atrás para dar três na frente. Nós somos pessoas. Nesse instante a gente falou aqui, né? Numa emoção muito grande, depois uma violenta emoção. E todas são legítimas, porque legitimidade ou ilegitimidade, não sou eu quem vou dizer. Cadê a camisa de Vine? A camisa de Vine é sensacional. Porque não só a fina assim, não nós. Viu Elaine? Nós somos vários corpos, viu, Georges? Às vezes a gente expressa até mesmo cruzando a linha da falta do respeito, a gente ri. A gente é irônica, faz intervenções violentas. Eu mesmo vi você fazendo isso várias vezes. Nós somos pessoas, temos expressões, não somos uma tela de computador com uma cara assim branca, ô branca, não! Sem expressão. Nós não temos protetor de tela, somos pessoas e horas a gente vai expressar com ironia, expressar nosso descontentamento, vai enfatizar coisas... Vocês tiraram o microfone da minha mão no primeiro dia, e eu sei que não foi necessariamente para me agredir, mas foi pela violenta emoção da defesa, então assim, eu vou dar esse passo atrás para que a gente possa dar vários passos à frente. Que a gente consiga, inclusive, compreender que o outro tem expressões, tem tons de voz diferentes. Meu sonho de vida, seria se virasse Eliana. Sabe por quê? Porque eu estou aqui fraturando meus dentes de tanta tensão. Eu estou fraturando meus dentes de tanta tensão! Adorei a nossa atividade de ontem exatamente por isso. Eu realmente, eu talvez tenha essa condução, mas Marlene, até não sei se é por conta do contato mais direto com Georges, Eu fui lá buscar uma água, ela já estava com água aqui. Ela é muitas vezes interrompida. E ela abre mão de entrar no embate, ela renuncia, em nome, até a própria auto estima, em nome de um bem maior que é conduzir esse negócio aqui. Eu estou aqui anotando, eu tenho certeza que perdi metade dos inscritos para o destaques, porque isso aqui é pau viola. (mencionou a camisa de Vine, mais uma vez). Somos pessoas, temos expressões, tons de voz necessários, às vezes em nome de um, da coletividade a gente até abre mão da nossa individualidade... Milton Santos, cara! E Milton Santos. Ele é perfeito, cara. Chega me emociona. Aquela antológica entrevista dele no Roda Viva, diz assim: Quando a pessoa é negra, o indivíduo desaparece. A pessoa tem a cidadania, num país de cidadania incompleta, a individualidade, tudo que ele é, desapareça pela corporeidade, o que chega em qualquer lugar primeiro é o homem negro retinto, para ser barrado em portaria de universidades em onde ele era banca, entendeu,

gente? Então, assim, todos nós estamos em processo de amadurecimento. Adorei aquele negócio de ontem, dos vários corpos. Meu corpo, ele ria, ele chora. Me emocionei demais com nossa colega técnica, tentando ser imparcial, ela chorou. Depois, Marlene chorou. E eu virei na porra aqui, desculpa o palavrão, quando eu vi tudo isso que aconteceu logo na sequência. E eu sou dessas que diz: - Eu vou-me embora! Várias vezes eu digo assim: Vou me picar desta zona porque eu não tô aqui pra isso. Bem, meu desabafo, desculpem. Os destaques, vamos aos destaques... (uma mulher da plenária faz uma pergunta reservada a MARGARETE. Marlene retoma a condução da mesa)

MARLENE - Viu gente, seguindo... a primeira, veja se tá correto...Falando sobre a Coordenação de Finanças , tem Mateus, Joilson

MARGARETE - Joilson, Rubens, Georges, Camila e Celiana

MARLENE - E quem ficar contemplado, por favor, retire a fala. A gente colocou 3 minutos, tá bom? Quem puder ser sucinto vou passar aqui a palavra para Mateus e logo depois vem Joilson

MARGARETE - Joilson, Rubens, Georges, Camila e Celiana

MATEUS - Bom dia mais uma vez, está chegando mais gente nova aqui,

PLENÁRIA - Gente, eu pedi destaque aí...

MARGARETE - Você pediu? Perdão...

MATEUS - Eu sei que às vezes as conversas atrapalha as pessoas que estão aqui falando, não só a mesa.

MARLENE - Vamos garantir, gente, a fala do companheiro

MATEUS - Já que a gente tá nessa onda de desabafo, olha lá, o companheiro que reclamou, tá lá... tá vendo como é difícil. Eu estou apontando para dizer que a contradição faz parte do processo. No primeiro dia também, já que falaram de ironia, eu vou falar como desabafo, foi o momento em que eu me senti mais afetado aqui, porque eu fui chamado de confuso e desequilibrado, várias pessoas concordaram que aquilo foi super desagradável e ofensivo, eu pedi direito de resposta a mesa, não fiquei gritando, não foi concedido meu direito de resposta, hoje foi concedido só porque citou o nome, a fala da colega por exemplo, não desabonou em nada, ela fez uma crítica de demarcação política, mas só porque citou o nome, na minha opinião esse não é o critério para direito de resposta, direito de resposta é quando você cita e desabona a pessoa, colocando adjetivação que muda o caráter, como quando você é chamado de confuso e desequilibrado, querer sabotar e...

PLENÁRIA - descompostura.

MATEUS - Exatamente, como muita gente ficou aqui chocado com essa afirmação, mas sigamos, bola pra frente não fiquei fazendo disso cavalo de batalha. Eu acho que a proposta da tese de Joilson traz a CAF da Nacional, que a CAF da Nacional, Joilson, tem três pessoas compondo a CAF, aqui nós estamos falando de um diretor para três funções: Secretaria,

Administração e Finanças. Neste sentido eu queria propor que a gente mantivesse o texto original, Coordenação de Finanças e Coordenação de Secretarias, porque elas têm funções diferentes, elas têm organizações diferentes. A Secretaria ela trata da vida cotidiana do sindicato e dos funcionários, as questões legais, trabalhistas. O Financeiro, o nome já é bem sugestivo: financeiro. Então, quando a gente traz esse paralelo de enxugar, acho que a gente também não pode... acho que foi o Vini que falou isso aqui... a gente não pode fazer isso de uma forma desarrazada, de uma forma sem enxergar a realidade, só para enxugar por enxugar. E na nacional que ele usa como parâmetro porque esse é o nome lá, são três diretores uma tesoureira, uma secretária e um segundo tesoureiro, não é nem suplente, é segundo tesoureiro, participa. E acho que a gente deve manter o texto original Secretaria de Finanças que faz uma coisa, Coordenação de Secretaria que faz outra, totalmente diferente. Já tivemos alguns momentos que se juntou foi muita confusão interna, porque sobrecarrega. Quem já viveu a direção do sindicato sabe, não é Paulo? Ele deve está dormindo, financeiro não tem descanso, e depois que inventaram esse negócio de internet bank ai que é o cacete, porque voce fica, cade Margarete com os palavões, ai que fica essa porra mesmo tem vezes que você fica madrugada a dentro, o sistema cai, tem gente que precisa pagar o cartao na segunda, ai voce tem que pagar domingo... entao assim, vamos discutir a realidade e funcionalidade, então eu defendo a manutenção do texto original.

MARLENE - O próximo é Rubens, não é Joilson, não?

JOILSON - Pode passar Rubens...

RUBENS - Bom dia, mais uma vez pessoal! Falarei bem breve, estou fazendo uma fala de alguém que acompanha a rotina de um sindicato, conhece a rotina dos trabalhadores do sindicato, que reconhece também as dificuldades de composição de uma diretoria, como Georges falou, apesar de considerar que de fato o número de atribuições é grande. O sindicato, os funcionários do sindicato, já tem atribuições segregadas nesse respeito. O coordenador vai fazer o que o nome determina, vai coordenar as ações das pessoas, Márcia trabalha nas finanças, Rosa trabalha na secretaria, Cláudio trabalha na recepção, dentre tantas outras atribuições a gente tem uma estrutura dentro do nosso sindicato que já comporta talvez a indicação de mais pessoas. Então, assim, o coordenador será aquela pessoa que vai supervisionar e dar orientações gerais para que esses funcionários, que já atuam segregadamente nas suas atribuições, executem as coisas. Porque aqui a gente não vai aqui assumir achando que Marlene (usou como exemplo) seja capaz de executar pessoalmente cada uma delas, mas ela vai na medida do possível delegando, observando, administrando as coisas dentro do sindicato. Bom seria se tivessem mais pessoas para ajudar, mas a gente sente que não tem. É necessário segregar as funções para a organização da forma como esta proposta é possível tá bom.

MARLENE - Agora, Joilson

JOILSON - Estou contempladissimo com a fala de Rubens, retiro.

MARLENE - Depois de Joilson vem Georges.

GEORGES - Bom dia, pessoal! Eu não pensei na fusão das duas coordenações originais, não tenho nem ideia sobre isso, mas diante da necessidade que está se impondo neste congresso da criação de coordenações específicas que vai rebater o crescimento das coordenações de

natureza política, eu prefiro abrir mão da burocracia. A fala do companheiro Rubens que é contador, tem noção de administração, foi meu colega no CONSUP, deu muita contribuição naquelas homéricas jornadas de resistência ao renascimento, eu acho que a ideia é essa mesmo: Coordenação de Finanças e Secretarias, porque nós temos, porque nós temos as finanças hoje com a companheira Márcia e a secretaria com a Rosa Virginia, aí precisa dar mais atenção às condições de trabalho delas. Eu defendo também essa proposta.

(aplausos)

MARLENE - Camila, sua vez, sobre a pasta de Finanças, a sugestão que você se inscreveu ou retira?

Plenária - retira...

MARLENE - Foi da Coordenação de finanças foi porque agora teve a proposta de juntar finanças e secretaria, aí você pediu pra se inscrever

CAMILA - Eu não acompanhei o debate como todo, mas eu acredito que precisa ser separada mesmo, a dinâmica é muito grande. Paulinha tá aí com o financeiro, daí tem um absurdo enorme, tem pagamento de funcionário e todo fluxo financeiro e secretaria todo o restante. Para pagar a (inaudível 2''08'34') O Henrique, precisou da secretaria para providenciar orçamento organizar tudo, imagina um evento desse sem a secretaria. Marcia, Rosa e Paula, não sairia... É importante continuar separado, porque não se dá conta, pela questão prática mesmo.

(aplausos)

MARLENE - Celiane

CELIANE - Eu me sinto contemplada... e retiro

MARLENE - Tereza

TEREZA - Fui contemplada, retiro

PLENÁRIA - Contemplado por quem?

TEREZA - Pela fala de Camila e de Mateus da manutenção

MARLENE - Então gente, vamos ver se concorda para a gente ir para a votação. nós temos aqui duas propostas para votação: a manutenção da Coordenação de Finanças e a colocação da proposta defendida aqui por Joilson e Rubens, que é...

MARLENE - E Georges agora, que é a Coordenação de Administração, Finanças e Orçamento, Ok?

MATEUS - Mateus Tereza e Camila

PLENÁRIA - Vocês foram a manutenção

MARLENE - Então, foram duas defesas, praticamente nas falas: a da manutenção de apenas Finanças separadas e a outra que traz a junção de Finanças, Secretaria e Orçamento. Tá certo, as duas propostas? Posso entrar em regime de votação?
(Plenária responde que pode)

MARLENE - Então, gente, proposta 1: a manutenção da Coordenação de Finanças, apenas finanças... Levanta o crachá. Apenas Finanças... Gente, vamos contar? Alguém ajuda a contar?

PLENÁRIA - Foi defendido numa ordem e vai votar em outra, só para não ter confusão.
(burburinhos)

MARLENE - Um minutinho gente, estamos em regime de votação. Proposta 1: a manutenção da Coordenação de Finanças, apenas. Quem for contado abaixa o braço, não que começar pela mesa, não?
(contagem dos votos 29)

MARLENE - Proposta 2: Que a Coordenação de Finanças, Administração, né? Secretaria e Orçamento. Quem é favorável a essa, por favor, levanta o braço para que a gente possa contar.
(contagem dos votos 09)

MARLENE - Abstencões? 2 abstencões. Então, repetindo, a proposta 1 foi vencedora com (aplausos) 29 votos, tá bom?

PROPOSTA 1: A manutenção da Coordenação de Finanças, apenas.

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 29 Votos e 1 Abstencão

PROPOSTA 2: A Coordenação de Finanças, Administração e Orçamento

RESULTADO DA PROPOSTA 2: 09 Votos e 2 Abstencões

RESULTADO: Vence a proposta 1 de manutenção da Coordenação de Finanças, com 29 Votos e 1 Abstencão.

MARLENE - Agora, vamos seguir aqui para o próximo destaque, que já tem aqui, as pessoas que são Mateus, Joilson e Georges, que é sobre a Coordenação Jurídica que é só o texto, não foi isso?

(Plenária concorda) Que é só o texto. Primeira pessoa Mateus.

MATEUS - Como a companheira Marlene orientou a gente a pedir destaque ao invés de esclarecimento, acho que é mais um pedido de esclarecimento, mas antes, eu não tô na direção da sessão e eu sei que se esse regimento for alterado agora... imagine o caos que seria tudo isso que foi dito aqui até agora por Camila e por outros companheiros do financeiro ficar na secretaria, humanamente, eu sei que até Georges falou aqui de um sacrifício aqui, mas não adianta pagar o almoço para não ter a janta, vender o almoço para comer a janta. E vender é bem do financeiro. Mas, voltando aqui... Eu não entendi esse institucional, institucionais de que? Porque quando se trata de assunto jurídico institucional é papel da Coordenação Geral, isso já está lá delineado. Institucional é com relação ao poder público? A Administração pública, porque aí só que aí, eu acho que a gente fica muito, me perdoe a expressão: Governista? adesista? Essa expressão institucional na minha opinião eu acho que não cabe aqui, talvez possam me convencer do contrário, mas eu manteria Assuntos Jurídicos, Coordenação de Assuntos Jurídicos, acho que institucional, Joilson, dialogando de uma forma fraternal, pode dá margem com esse debate, porque nós já fazemos acompanhamento de

processo administrativo e tal. Como a Margarete diz aqui é um processo dialético, de construção, se eu me convencer do contrário, obviamente, que eu mudo de opinião, é só para saber mesmo, eu acho que deveria se manter Coordenação de Assuntos Jurídicos.

MARLENE - A próxima pessoa é Joilson e logo depois Georges.

JOILSON - Bem, Mateus, a questão de ser institucional é que nem sempre é necessário você tá, entrando com uma ação, ou está realizando uma certa defesa perante determinadas questões da instituição. Então, seria do ponto de vista a questão da assessoria, de você estar presente em determinados momentos, certo, enquanto setor jurídico e também em relação, viu Mateus, a própria questão do governo e nesse ponto aí não é ser governista, quando você tem uma atuação frequente, não é porque você está participando é que você está sendo governo. Então, a questão da institucionalidade vem dentro desse ponto.

MARGARETE - Marlene o próximo é Georges.

VINI - Uma questão de esclarecimento, porque eu ainda não entendi. Eu queria entender aqui bem rápido se colocar a proposta de institucionais é para que o jurídico do sindicato atenda só as demandas que tem a ver com o trabalho Senão o cara pega lá a pensão alimentícia e botar para o advogado do sindicato resolver. É isso, então eu só queria entender

MARGARETE- Entao nao seria “e” me ajude ai o povo de português

MATEUS - Eu também tenho essa compreensão

VINI - É só para compreender...

MARLENE - Deixa eu passar aqui ó para Georges e a gente depois a gente esclarece o objetivo...

GEORGES - Gente, eu vou falar aqui, onde eu estive algum tempo, **foi** na Coordenação de Assuntos Jurídicos essa coordenação é uma coordenação estratégica, para vocês terem ideia tem Tem dezenas de feriados que se refugiaram ou se filiaram em decorrência de problemas jurídicos portanto nós temos que ter muito cuidado na organização dessa Coordenação a gente tentou na gestão passada montar um banco com todas as ações num programa, onde o cara desce o nome o ano estaria lá acontece que isso parou com o tempo e foi perdido o cara entrava com seu nome o ano e tava lá então eu preciso tomar muito cuidado se mexer com essa estrutura da coordenação de assunto jurídico porque ela ela diz é feita a sindicalização a manutenção do sindicalizado Então quando você coloca institucional, eu acho que é inadequada a institucionalização, porque instituição abre um leque enorme de possibilidades e até ambiguidades no sentido técnico jurídico então a gente não pode abrir essa janela de Pandora essa caixa de pandora eu mantenho E aí eu concordo com a exposição do Companheiro Mateus que não podemos mexer com essa coordenação essa coordenação é o cobre desse sindicato, Eu vou dizer mais claramente

MARLENE - Gente a gente agora finalizou a inscrição para esse Assunto Jurídico, eu quero perguntar se o autor da proposta mantém o termo institucionais ou podemos fazer a votação?

PLENÁRIA - Olha só, foram duas pessoas na área do direito, eu sou geógrafo... se fosse dentro da minha área da geografia eu iria rebater, mas com toda humildade eu retiro.

(aplausos)

MARLENE - Então você retira pronto Então continua mantido coordenação de assunto jurídicos o próximo ponto é a pasta de aposentados e pensionistas que destaque feito por Rosa Mateus e Georges vou passar aqui para companheira Rosa

ROSA - Ó gente a minha é inclusão de pensionistas

MATEUS Boa, Rosa! Aposentados e pensionistas

MARGARETE - Não, porque o CMS já está no nome, aposentados

ROSA - Então é a inclusão de pensionistas.

MARLENE - Mateus e depois Georges.

MATEUS - Eu achei que... eu queria chamar Rosa, se ela não se incomodar, para a gente fazer essa proposta juntos... "Obrigatoriamente ocupada por pessoas filiadas aposentadas... (plenaria falando que j[a tinha votado) não, não chegamos a votar não! Não, não foi votado. Foi votado no GT, mas agora estamos na plenária. E eu quero chamar Rosa para gente corrige essa distorção, no nosso GT nós demos um recado para todo mundo, foram 18 ou 17 votos favoráveis e, a proposta que ficou "preferencialmente" foi 1 voto só. Nada de nós, sem nós! Não é esse o debate? Ah mas eu nem tenho seguridade social efetiva, Rosa já tem mais de 20 anos, então, a gente tem que defender quem já tá vivendo essa realidade, e é que tem, Margarete também!, é quem tem que deve dar a direção e nós que temos a expectativa de viver, eu espero que seja como pensionista aqui, mas como aposentados, a gente tenha a direção de quem já está vivendo e sabe as rugas e eu fiquei muito triste, quero fazer um adendo que nós na gestão passada, a gente brigava por isso. Como professor Georges falou, muitas pessoas são aposentadas 40% são aposentados e a gente precisa respeitar esse grupo e ouvir esse grupo. É um desrespeito a gente não ouvir e não ter pessoas aposentadas falando sobre suas dores e mais ainda eu fico muito triste quando tem colegas dizendo, eu sou TAI vai fazer 10 anos na rede que eu tô, mas eu fico triste quando escuto colegas falando "não eu não quero ir para esse sindicato, porque só defende aposentado, para levar para votar" Isso é um desrespeito eu vou falar para as pessoas que dizem esse respeito se oriente se põe no seu lugar. Esses companheiros passaram a vida toda lutando e fundaram esse sindicato. Então, a gente pede respeito aos aposentados, deve defender e nunca mais que a pasta de aposentado não tenha um aposentado. E termina dizendo se for para mudar a carreira do PCC TAI tem que incluir inativos, aposentados e pensionistas, sim! Não podemos aceitar uma galera que chegou agora e quer sentar na janela e dizer que a gente tem que excluir o aposentado do debate, o aposentado precisa ser incluído na malha de correção, porque ele já não recebe auxílio alimentação e auxílio transporte. Vamos depender porque um dia a gente também vai querer nos aposentar.

MARLENE - Gente gente Georges foi contemplado já não?

GEORGES - Eu gente eu vou falar novamente de um, do meu lugar de fala. Eu já atingi a situação de aposentação, idade e tempo de contribuição, eu estou no abono de permanência, então todo mês meu contracheque volta ao INSS, acontece que são cinco gerações de aposentados, quem entrou recentemente não vai ter sequer a integralidade e a qualidade, os

mais velhos sabem que é isso. Integralidade é aquele salário que o servidor leva inteiro para aposentadoria e a qualidade é quando o servidor aposentado recebe o mesmo percentual de aumento que o pessoal da ativa. Houve sucessivas reformas previdenciárias inconstitucionais, como foi a última de 2019, que praticamente extinguiu os direitos desse pessoal, Então, os mais jovens, hoje, vão se aposentar com o teto da Previdência que, se eu não me engano são cinco mil reais, (plenária) sete? Sete mil, se ele quiser manter o salário dele ele vai ter que ir para o FUNPREST isso ou aquilo. Nós temos cada vez mais nesse sindicato um público com essa precariedade vocês estão me entendendo? A gente tem que olhar para um futuro, e aí eu não vou entrar nem nesse mérito de entrar aposentado ou não na coordenação, porque eu acho até uma indecência, colocar uma pessoa que não é aposentado numa pasta dessa. Isso é um absurdo, desculpa ser veemente, mas eu preciso ser veemente como Mateus é, absurdo alguém pensar ao contrário, mas quando se fala de pensionista, Rosa, olha como é o texto: Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social. o que é Seguridade Social? Tecnicamente o que é ... Compreende o conjunto integrado de ações e iniciativas dos poderes públicos da sociedade destinado Assegurar o direito trabalhista de saúde a Previdência e assistência social ora a pensão em tese estaria incluído mas eu vou reforçar, por uma questão política eu vou reforçar, com Rosa que bote aí pensionista, porque nós estamos com uma série de pessoas que perderam o marido, perderam esposa, a gente sabe de situação de gente, conhece colegas da gente que estão ainda contribuindo, são contribuintes. São pessoas que criaram esse sindicato SINASEFE. São pessoas que colaboram com R\$30,00 a gente tem que aprender a respeitar o dinheiro desse sindicato. São pessoas que ganham R\$1.000,00 e que todo mês contribuem com R\$30,00 para esse sindicato. Essas pessoas, Cláudio tá aqui sabe disso, são as pessoas mais fiéis a este sindicatos, aconteça o que acontecer... Eu tô vendo aqui o companheiro Walter, essas pessoas não se abalam, eles estão ali até a morte, ainda algumas ainda deixam por escrito que a mulher o marido, o companheiro ou companheira vai manter, até porque... concluindo, tem ações na justiça, com as dos 28% que o cara já morreu e é o pensionista que tem direito e cem mil, cento e cinquenta mil... (aplausos)

MARLENE - Gente, então vou ler um texto aqui, viu Rosa, veja se está contemplado Coordenação de Assuntos de Aposentadoria, Pensionistas e Seguridade Social ocupado obrigatoriamente por pessoas do segmento a que se destina a pasta. Tá certo aí o texto? Então...

MATEUS - Eu tenho uma questão de ordem. Infelizmente se a gente colocar Seguridade eu sou segurado social, vários são segurados sociais, inclusive foi esse o argumento que se utilizou, na Nacional, isso aqui nós não estamos inovando, na Nacional tem essa pasta e tá lá "ocupado obrigatoriamente por aposentado ou pensionista. Eu colocaria: obrigatoriamente ocupada por filiado ou filiada, aposentado ou aposentada e pensionista. Porque seguridade social todos nós somos assegurado pela previdência social, por causa desse detalhe inclusive, foi esse o argumento utilizado, mas não estamos usufruindo a seguridade, mas somos a Seguridade Social

MARLENE - Rosa você está contemplada tira então a Seguridade Social

PLENÁRIA: não, não...

MATEUS - Ao invés de ser ocupado obrigatoriamente por pessoas do segmento a que se destina a pasta. Obrigatoriamente ocupado por filiado aposentado ou pensionista.

MARGARETE - Questão de ordem?

PLENÁRIA - Uma questão de texto também, e aí se eu estiver errado as pessoas das línguas que me corrijam Coordenação de Aposentadoria... não combinava mais com e pensão, do que pensionista, ao invés de pensionista colocar pensão?

(Plenária e MARGARETE) - Não, não! pensionista, pensionista mesmo

MARLENE - Eu vou ler novamente, calma vai votar, vai votar, agora. Ficou assim, então: Coordenação de Assuntos de Aposentadoria, não é isso? Pensionistas e Seguridade Social ocupado obrigatoriamente por filiado ou filiada, aposentado ou aposentada e pensionista.

MATEUS - E/OU

Marlene concorda e acrescenta o E/OU.

MARLENE - Lida a proposta, vamos para votação, que é favorável à modificação proposta, por favor levante o crachá? Isso pode baixar. Contrários? Abstenção? Então, por unanimidade (aplausos) Ficou ocupada obrigatoriamente por filiados filiados aposentados aposentados e pensionistas.

PROPOSTA: Coordenação de Assuntos de Aposentadoria, Pensionistas e Seguridade Social ocupado obrigatoriamente por filiado ou filiada, aposentado ou aposentada e pensionista.
RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

MARLENE - Agora a gente vai para o destaque pedido para o Joilson e Georges para a pasta de Políticas Educacionais, oi gente... Joilson e Georges? Ah trocou Georges vem primeiro, por favor gente pra gente continuar. Quando falou da Pasta de Políticas Educacionais pediu destaque Georges e Joilson

GEORGES - (baixo) Mas, é três minutos para cada, né?

MARLENE - Então eu vou passar aqui você já entenderam para a gente poder adiantar

GEORGES - A Coordenação de Políticas Educacionais é altamente estratégica para sindicato, para trabalhadores e trabalhadores da educação, um projeto de uma nova nação democrática, inclusiva e etc... passa pela educação. Eu sou de uma geração que viveu a ditadura militar que eu acreditava na luta armada, eu cheguei a participar de organização clandestinas (plenária falou: terrorista!) Você que entende como terrorista, eu chamava isso de revolucionário. A gente lutou contra a ditadura, tem coisas que vocês hoje usufrui que foi fruto da perseguição e da morte de alguns companheiros, é cômodo falar isso. Mas eu acredito é na educação, veja em outros países. A educação tem uma força fundamental, como é que o sindicato com trabalhadores e trabalhadoras tem tão pouca importância com a formação da educação. Hoje tô no mestrado de educação profissional onde o tema fundamental é a luta contra a dualidade da educação no Brasil tem escola para rico e tem escola para pobre, essa dualidade é estrutural e a gente se quer nesse sindicato faz um debate adequado sobre isso. Uma escola com a tradição como a nossa, que começou como uma escola para pessoas desprovidas de posses, ou algo semelhante em 1909, Uma escola para pobre, escola dominical. Hoje a gente fala IFBA, a gente se sente um rei, professor do IFBA

ganhando 20 mil para dar 8 horas de aula, (responde a plenária) Não é possível? Professor com doutorado ganha 20 mil! Por isso que a gente tem hoje a tarefa de trazer o debate da educação. Olha aí a reforma do ensino médio... O que é isso? É urgente por isso que eu digo é educação... 3 minutos né? A Coordenação de Políticas Educacionais está intimamente ligado com a Formação Política, por isso que eu defendo toda essa discussão que eu tô fazendo da racionalidade é que a gente coloque a Formação Política junto com a Educação Coordenação de Educação é fundamental a gente só vai transformar esse sindicato quando cada um, cada uma, tiver consciência do papel da educação e particularmente da educação profissional nesse quadro de justiça e de uma correlação de força extremamente complicada que a gente vive hoje, inclusive com a democracia ameaçada, Quem acho que a ameaça acabou ledo engano.

(aplausos)

MARLENE - Joilson foi contemplado?

(Joilson inicia a fala da plenária e Marlene e MARGARETE dizem que está inscrito em que vá a frente e use o microfone)

JOILSON - Concordo com Georges, só não na questão da integração a pasta de Políticas Educacionais com a Formação Política, certo? Inclusive em relação à pasta de Formação Educacionais, eu creio que o sindicato deve constituir um meio de atuação efetiva dentro do Instituto, nós não criamos um mecanismo que possa intervir em determinadas questões relacionadas a ensino, inclusive até porque a participação hoje do sindicato... Na minha época quando eu era Coordenador Geral, se hoje nós temos a representação dentro do CONSIP, foi praticamente um dos primeiros Institutos Federais a ter a participação efetiva, isso foi fruto da luta. Agora é necessário que essa participação também consiga interferir na Política Educacional da Instituição, o que hoje nas gestões, em todas as gestões, não foi permitido ao sindicato fazer essa intervenção. Então, a minha fala Georges é com relação a isso.

MARLENE - Então, gente, na verdade a votação será assim: A manutenção do texto original Coordenação de Educação e Políticas Educacionais e a proposta trazida: Coordenações de Assuntos Educacionais e Formação Política. Aí a companheira Fátima, mais uma vez, ela pediu para falar, é rapidamente. Ela não tinha feito a inscrição na hora do destaque, aí eu vou passar rapidinho... É rápido né, Fátima?

FÁTIMA - Eu quero defender a importância de se unir essas duas pastas, inclusive já tô até preocupada porque foram criadas novas pastas e se não vai terminar ficando no número grande de pastas. Mas, por que gente, geralmente quem defende que não deve falar de política, é bolsonarista! (exemplificou com a frase: nós não vamos falar de política neste grupo). Muitas vezes a gente viu a necessidade da educação política nesse momento aqui como reforçou né? A perseguição à escola sem partido é porque não há uma formação política dentro da própria educação. Lógico que política está ligada também à filosofia, mas a gente não tem esse aspecto filosófico dentro do sindicato. Então, eu acho que essas coisas tem que andar juntas, justíssimas, é isso obrigada.

MARLENE - Gente a proposta é coordenação de Formação Políticas e Assuntos Educacionais (burburinhos) vou anotar aqui...

JOILSON - só um esclarecimento: nós estamos aqui discutindo a pasta de Coordenação Política de Políticas Educacionais ou de Formação de Assunto Educacional?

MARLENE de Assuntos Educacionais, na hora o destaque, Olha só, licença! O destaque foi para Assuntos Educacionais, e aí a fala foi que ao invés de Assuntos Educacionais, a proposta unisse a Política também, entendeu? Para justamente tratar as duas coisas, o entendimento foi esse

VINE - Marlene eu quero esclarecimento, aqui, unir você tá falando na palavra?

MARLENE - eu vou escrever aqui Coordenação...

VINE - Até porque muda o nome da pasta para Assunto Educacionais é uma coisa, fundir as duas pastas de Formação Política é outra COISA

MARLENE - isso isso a proposta foi **difusão** e a outra de manutenção, Pelo que eu entendi. O Joilson mantém a coordenação...

PLENÁRIA - Só esclarecimento... Eu tenho uma proposta na Coordenação Política de uma outra nomenclatura, trazendo para ela também uma outra atividade, aí se a gente começar a votar essa praticamente a gente vai ter que rever, eu poderia apresentar?

MARLENE - Apresente, é melhor porque aí a gente tira as dúvidas. Qual é a proposta? Porque veja só, o destaque foi em Assuntos Educacionais, aí você fez essa proposta e Georges trouxe a outra, tá bom? Nessa proposta a dele tem uma junção e a sua não...

JOILSON - a minha não, porque pessoal o que acontece? nós vamos discutir, logo após ai, a Coordenação de Formação Política, e aí eu proponho Formação Política e Intersindical, porque aí eu acredito que a questão da formação política vai estar diretamente relacionada com a relação que nós temos com os sindicatos e com também as nossas, como é que se chama Mateus, a CUT? (plenária responde: Centrais Sindicais) As Centrais Sindicais, aí também é uma questão de formação política, tá bom? Então, se a gente votar agora, vai prejudicar a discussão posterior.

MATEUS - Como é um ponto novo aí, porque isso não estava na redação, essa tese de Joilson

MARLENE - Na tese dele está escrito: Formação Política e Intersindical,

MATEUS - Na tese.

MARLENE - Na tese. Rebeca e Vinícius, também?

MATEUS - Quero pedir destaque desse intersindical

REBECA - Acabou sendo um destaque, mas enfim, eu vou construir como se fosse um esclarecimento. Os companheiros não acham, que dependendo da maneira como está sendo nomeado aí: Assuntos Educacionais ou Políticas Educacionais, encaminha essa aglutinação para caminhos diferentes? Porque a palavra, ela importa, quando você fala de política e quando você fala de assuntos, e para mim ficou um pouco confuso, tá? Então, é até uma questão de esclarecimento, mesmo, porque eu acredito dependendo da palavra que se use

Seria importante a gente entender o que a gente tá compreendendo porque a organização a operacionalização daquilo que a pasta irá fazer pode acabar sendo modificada talvez fosse importante a gente estabelecer um consenso fazer um debate sobre o que será, parcialmente, para que essa dúvida seja dissipada.

(comentários)

VINI - Gente na verdade eu podia falar de novo para falar sobre a discussão do nosso grupo certo a gente entendeu no grupo pelo menos eu acho que a gente entendeu que são coisas diferentes políticas educacionais são as políticas voltadas para educação do Instituto Pererê Paraná formação política é outra coisa completamente diferente a gente entende que não dá para juntar as pastas porque a gente tem uma discussão muito grande em políticas educacionais e que às vezes tem uma discussão política muito técnica e a gente também percebe que existe uma necessidade de formação política da base por isso entende que mantém desmembrado a formação política é uma coisa e a discussão da política educacional é outra.

(plenária resolvendo se quem vai falar primeiro será Celiana ou Mateus)

(plenária, uma pessoa pedindo esclarecimento)

CELIANE - Gente bom dia, mais uma vez. Eu quero começar com a fala de Rebeca, contemplando de certa forma o que Rebeca traz. Então, reitero que é importante nesse momento a gente fazer uma discussão conceitual de coordenação de políticas ou de assuntos de educação, educacionais é uma questão primeira que eu trago, que é muito importante para a gente poder dar continuidade a nossa discussão, até a votação. A outra questão, é que eu não defenderia a fusão das duas pastas, porque a Coordenação de Políticas Educacionais teria uma abrangência muito maior e complexa, a formação política ainda tem os (inaudível) mais direcionados, inclusive para não perder de vista a minha dimensão do recorte aqui, eu quero lembrar que a formação política por exemplo, é uma questão que a gente pode amadurecer, depois ou não, pois contemplaria práticas reacionárias dentro do próprio movimento, dentro da instituição dentro do IF e dentro do movimento sindical, a gente tem que ter coragem de abordar nossos colegas que tem concepções e práticas fundamentalistas que isso compromete, via de regra, a nossa luta. Como é que uma pessoa que é nosso colega, um colega um profissional, seja docente ou TAI é contra a própria ação sindical, as conquistas que a gente tem implementado ao longo da vida. Eu pude, para fechar, ver pessoas com discurso autoritários, adesistas a extrema-direita e eu tive que dizer, aí eu não tenho nenhum receio de falar: Fulano você tá aqui concursado e você tá a favor de quem quer a nossa cabeça como instituição pública? (menciona a voz a rinite alergia ao ar condicionado) Sintetizando é importante a gente discernir, se for o caso, entre concepções e formas, entre concepção e metodologia, entre Coordenação de Políticas Educacionais e Assuntos Educacionais.

MATEUS - Esse debate é bem sensível, eu acho que a gente não pode, só porque o nome se reproduz, juntar. Política ali tem um sentido, a política no outro inciso, tem outro sentido. Mas o que eu ia falar da redação de Joilson, eu quero até dialogar com companheiro Joilson, é a gente tem que ter cautela. E aí a gente até apresentou um recurso de votação. Porque nomear, e eu não tô dizendo que foi nomeada a esmo, nomear precisa dialogar com o sentido da pasta. Eu dirijo do Intersindical porque nós já temos quem faça esse debate, eu entendo que você fala no contexto formação, mas quando você escreve Intersindical, primeiro que já é o nome de duas centrais. (risos) Calma Joilson! É o nome de duas centrais, mas você esvazia

a competência que é da Coordenação Geral, porque quem faz a ponte com as entidades, inclusive para a formação política, e aqui eu falo também porque participei como Coordenador Geral, é a Coordenador Geral. Mas esse debate de centralizar poder, esvaziar poder... Então, nós vamos ter uma Coordenação Geral figurativa, porque quem faz essa representação política. Uma coisa é você falar DIEESE, que pode entrar como encaminhamento, até porque é Departamento de Estudo Intersindical... a gente utiliza muito o DIEESE mas o que a gente tá falando de Formação Política se você atrela Intersindical, você pode restringir ou pode ampliar demais e até esvaziar alinhar a política do sindicato. Nós não temos a mesma linha política da FASUBRA, nós não temos a mesma linha política da UNEB, nós temos a nossa linha política tirar dos nossos fóruns, nós temos divergências do FONASEFE, faz parte. Eu defendo, com todas os argumentos que eu falei, politicamente inadequado o uso do Intersindical. Eu acho que não cabe aqui o Intersindical, o problema semântico de ter duas centrais com o nome é o que menos importa, mas de qualquer forma gera um desconforto, não é esse meu ponto, meu ponto é que esvazia, tira o papel que já é da Coordenação Geral, mesmo que se trata de como formação política.

MARLENE - Pronto gente foram concluídas as falas... Ah tem um esclarecimento?

IVANETE - Essa tese, não é a junção da Formação Política e a de Políticas Educacionais, ela é nova pelo que eu estou entendendo! Porque a tese que tem aqui assinada pelo Georges era a junção de Coordenação de Políticas Educacionais e Atividades Culturais de Esporte e Lazer, então essa aqui é novo? isso que eu não entendi?

MARLENE - Isso seria novo.

IVANETE - Então essa daqui não seria mais essa proposta

MARILENE - Na original, houve um pedido de destaque, e eles vieram defender, justamente essa, entendeu? Mas eu antes de passar...

MARGARETE - Não, eu abro mão. Depois que forem as falas... Eu que sou só dúvida, fiquei ainda com mais dúvidas e não quero compartilhar minhas dúvidas não!

MARLENE - Agora eu quero chamar atenção para uma coisa, esse momento aqui foi tirado, para a gente discutir o destaque de Assuntos Educacionais (burburinhos da plenária) Eu li o original, o original é assim: Coordenação de Políticas Educacionais aí quando a gente fez o destaque, às pessoas que tinham tese, modificando essa pasta, seja juntando outra, seja mudando, se pronunciou nos destaque para apresentar sua nova proposta correto? Inclusive tem a defesa da manutenção unicamente da pasta de Políticas Educacionais, como a própria Celiane acabou de dar defesa, e vocês também fizeram a defesa, e existiu a defesa de unir Políticas Educacionais com a Formação Política. Aí o companheiro Joilson se sentiu prejudicado, pela próxima proposta e que seria de Formação, mas aí eu vou entender assim, veja se vocês concordam comigo, a partir do momento que a gente passa votação e as pessoas, vamos dizer que a proposta de unir Políticas Educacionais e Formação Política for a vencedora, não temos, Não iremos discutir a outra proposta de Formação Política. Então, veja se você concorda, Joilson, se a gente fizer agora o encaminhamento de manutenção da pasta apenas de Políticas Educacionais, ou coloca Políticas Educacionais e Formação Política, a gente decidindo isso aqui, agora, inclusive já manteria não teria mais sentido a gente discutir até outra Formação Política.

IVANETE - É porque tem outra proposta aqui na tese,

MARLENE - Mas a gente já não fez isso nos grupos de trabalho? Eu acho que quando você vem para cá foi para defender as propostas que estavam lá no grupo e, também, até a famosa que você defendeu, mas estavam na tese, porque aqui cabe, não é? A pessoa pode chegar no grupo falar: Eu perdi, mas eu quero defender na plenária. Então, veja se está correta essa condução da gente colocar essas duas em votação, para resolver a situação, tá correto?

PLENÁRIA - Ótimo

MATEUS - Eu estou pedindo esclarecimento na linha de Ivanete. Porque pra mim não está claro!

IVANETE - Eu preciso só saber se Georges retirou essa tese.

PLENÁRIA - Então quem precisa de esclarecimento sou eu...

MATEUS - Mas eu estou pedindo, sabe porque eu estou pedindo? Porque essa tese também é minha, e aí eu vou ter que concordar com Georges nesse ponto, porque eu acho que a gente deveria estar debatendo, ainda as alterações propostas pelas teses, porque tem teses que diversas na proposta de alteração, aí a minha dúvida vem, porque eu por exemplo (plenária conversando muito) Tá difícil mesmo. Eu pedi um destaque aqui, Marlene, para a Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas, porque eu tenho uma proposta na tese que ela vai dialogar com uma outra pasta que é... posso trocar? (se referindo ao microfone). Toda hora ali, a gente tá debatendo isso... já são meio dia está todo mundo com fome... As Atividades Culturais e Esportivas toda hora tem destaque e ela vai e volta, vai volta, vai volta... é isso que ela está perguntando, se a gente vai abrir mão do que está escrito ali, porque eu não vou abrir desse ponto, mas esse ponto de destaque a gente acaba voltando. O que Marlene tá falando, que eu tô compreendendo aí faço uma indagação a mesa é que no caso de Formação Política que tá ali colada a gente tá fazendo debate casado, é isso?

PLENÁRIA: Ainda não!

MATEUS - Aí tá vendo, Eu quero saber se o meu destaque, quero saber da mesa, se o meu destaque baseado na tese que eu também subscrevo de Atividades Culturais e Esportivas, para dialogar com a pasta que a gente tá acabando de votar, se vai poder se apresentar, porque se a gente bate o martelo, a pessoa não pode mais apresentar...

MARLENE - Gente, deixa esclarecer a metodologia que eu apresentei e todos concordaram, foi que eu fizesse a leitura da original e a partir (ouça aí, por exemplo Mateus)... partir da original se tivesse qualquer mudança a pessoa pedia destaque. Eu por exemplo, estou em algumas teses, mas por estar conduzindo a mesa, não estou lá fazendo a Defesa, mas veja se os companheiros e companheiros que fizeram a tese concordam? Se a partir do momento você pede a união de Assuntos Educacionais, junto com uma fusão de Esporte e Lazer é obrigação de quem quer defender isso na hora que votou em Assuntos Educacionais falar o seu... Gente, o entendimento é esse! Eu não estou aqui defendendo, não me inscrevi, mas se eu tenho assinado que é Assuntos Educacionais de Esporte Lazer, quando eu fiz o destaque, vem aqui e defenda a sua modificação... Pronto, acabou! Ai por exemplo Ivaneide, Mateus,

Georges se na sua tese você junta ou separa, tem que pedir destaque, por exemplo, Opressão, Teresa pediu, aí o que acontece? Só que antes vamos dizer que foi defendido lá atrás, aquela que não era a pasta da Opressão, aí a gente faz o debate. Pra justamente avançar gente, se a gente for ficar tese, por tese a gente não fecha essa diretoria (plenária concorda), sejamos estratégicos! Agente abriu Políticas Educacionais, tem aqui: Joilson, Georges, depois Fátima vieram fizeram a defesa da sua proposta que está na sua tese. Se alguém não fez ou não se inscreveu, a gente não pode prejudicar, por isso que eu pergunto até a Ivaneide se você quer falar alguma coisa da sua tese nessa de Políticas Educacionais.

IVANEIDE - Não é a minha tese Meu pedido de esclarecimento foi assim de acordo com a metodologia definida pela mesa de poder fazer apresentar esse destaque o que eu estava questionando era o fato de que começou a dizer que apenas sobre duas pastas, a junção de duas pastas, mas começou a dizer aqui de uma outra tese dizendo da junção Políticas Educacionais e Atividades Culturais e Esportivas e já que tem a mesma pasta envolvendo Políticas Educacionais e se as opções do debate e das votações não seria, por exemplo, Políticas Educacionais sozinha, Políticas Educacionais e Formação Política e Políticas Educacionais e Atividades Culturais e Esportivas

MARLENE - O que eu estou querendo dizer aqui é que no momento que a pessoa se inscreveu ela tem que ir lá e falar a proposta da tese que ela está defendendo Aí sabe qual é a compreensão minha, enquanto mesa, se a pessoa que não fez a defesa é porque ela desistiu da sua proposta, ela desistiu, porque essa abertura aqui é justamente para isso. a pessoa chegar e dizer assim oh... se não fez isso comeu mosca, porque o correto era pra ela chegasse para dizer assim> Eu to propondo isso, isso e isso...(plenária se manifesta positivamente) Eu fui tão Clara quando eu disse isso, que viesse a proposta para cá e a pessoa que fiz o destaque falasse quais são as suas proposta, certo? Foi muito claro isso para a gente poder avançar, porque vocês vejam, eu tô aqui anotando a gente já tem Coordenações definidas. Se a gente for pela ordem, daqui das pasta, então cada pessoa deve chegar e falar das pastas

TEREZA - Marlene, Esclarecimento.

MARGARETE - Só por quem levantou...

MATEUS - Encaminhamento.

MARGARETE - Gerson, Georges depois Tereza, Você depois Georges. Tá na ordem? um, dois, três, só pela sequência de quem se manifestou solicitando fala...

GERSON - Vai muito na linha que Ivonete colocou, o encaminhamento é que nesse momento, realmente Mateus atrasou em trazer o seu destaque.

MATEUS - Não não eu pedi destaque em Atividades Culturais

GERSON - isso, que é a terceira lá na discussão, como você queria unir com a primeira, digamos que você deveria ter pedido, mas enfim...

MATEUS - Mas eu tava na minha tese

GERSON - só para levar o encaminhamento é o que Ivanete disse, então nós agora temos três propostas: A primeira ela sozinho, ou junto com o segundo ou junto com o terceiro

MATEUS - Eu discordo.

GERSON - Discorda? Tudo bem...

MATEUS - Sabe porque, porque tanto eu, quanto Andre Sarmiento pedimos o destaque, então numa outra tese, o ideal era ter a sistematização

MARGARETE - Georges...

MARLENE - Gente, vamos finalizar aqui com Georges?

MARGARETE - Não, tem Tereza, também.

GEORGES - (se dirige à mesa falando sem microfone e é orientado a usar o seu tempo) Ivaneide eu queria dialogar com você viu? Quando uma pessoa vem alterar a sua proposta original tem algumas razões, principalmente a dinâmica da questão do Regimento, o Regimento vai sendo moldado conforme as votações. Então, vai se alterando. Então, tem coisas que começam a ficar comprometida, por exemplo, eu tô preocupadíssimo com a criação de importantes coordenações, minha preocupação sempre tenho dito, não podemos criar um excessivo de número de coordenação, com a própria experiência minha ao longo de mais de 10 anos de atividade sindical e 30 anos como filiado e quando a gente muda essa propostas, eu concordo com Marlene que quando a gente mudar deve informar que está mudando, eu informei mas a gente tem que ter liberdade para fazer o justo, porque estão votando coisas que tá criando uma dinâmica própria do Regimento, é isso.

MARGARETE - Teresa, agora!

TEREZA - Bom dia eu sou uma das signatários da proposta da página 21 Mas acontece que aqui no debate eu mudei de ideia, eu tinha uma proposição, mas quando eu vim aqui eu não vim aqui fechada para simplesmente aprovar o que eu penso, eu vim aqui para dialogar com os colegas e encontrarmos os melhores caminhos. Então, quando a gente não pediu destaque é porque a gente repensou e quando a colega fez a proposta da pasta de discussões Étnicas, eu também não tinha pensado nisso, mas no mesmo momento eu acatei, porque eu percebi que a proposta dela me convenceu Então acho que também a gente tem que tá aqui ciente de que a gente tem uma metodologia e que a gente não vai mais aprovar tese por tese. porque a gente tinha um pensamento, mas no diálogo a gente entendeu que o encaminhamento deveria ser outro, desde o primeiro dia, esta é a função deste congresso que a gente venha pra cá para dialogar aprender, conversar com os diferentes e com os divergentes, é isso.
(aplausos)

MARLENE - Obrigada, Teresa, sua fala foi perfeita, nem vou falar nada... então, quando a gente pede para o destaque é justamente isso. eu entendi assim, se a pessoa não veio, não colocou sua proposta é porque ela desistiu, ou foi convencida e tal mais...

PLENÁRIA: Posso pedir esclarecimento, eu vim aqui beber água e me perdi

É rapidinho, no momento é que a gente tá discutindo coordenação de políticas educacionais, não é isso? Os destaques estão sendo analisados mais à frente a gente vai discutir Atividades Culturais e Esportivas

MARLENE - A ordem aqui tá assim ó logo depois de Políticas Educacionais, Tem a parte de Opressões... Combate às Opressões. Então a gente vem seguindo o pedido de destaque a partir do original. Nesse momento veja se tá claro? Nesse momento existem as propostas: A primeira é de manutenção da pasta de Políticas Educacionais como está originalmente;; a segunda é de que tenha Políticas Educacionais juntamente com Formação Política

GEORGES - Você pode, Marlene, por favor, ler o nome

MARLENE - (procurando na tese) só um minutinho proposta de Coordenação de Formação Política e Educacional, então nós temos essas duas propostas a proposta Inicial que é a Formação Política e a outra proposta é a Coordenação de Formação Política e Educacional

GERSON - E a minha? Que é a de Formação Política e Intersindical

MARGARETE - Página 17

MARLENE - Será que a gente já pode ir para o regime de votação das três propostas: manutenção de Formação Política; Coordenação de Formação Política e Educacional e a terceira Formação Política e Intersindical

GERSON - Não, eu vou fazer uma alteração: Formação Política e Assuntos Sindicais

MATEUS - Pronto, agora eu retiro o meu destaque do Intersindical
(Para Gilson: colocou a cachola para funcionar hein. Gilson responde: sempre!)

MARLENE - Gente eu vou repetir aqui: A manutenção da Coordenação de Políticas Educacionais proposta 1; Proposta 2 é a Coordenação de Formação Política e Educacional e proposta 3 é a Formação Política e Assuntos Sindicais. Então, com isso a gente vai para o regime de votação. Quem propõe, ô, quem vota a número 1 que a manutenção que está no texto original, Coordenação de Políticas Educacionais, por favor levanta o crachá Políticas Educacionais.

(Mateus conta) 15 votos para a manutenção. A proposta 2 é proposta pela Coordenação de Formação Política e Educacional, quem vota na proposta 2 por favor levanta o crachá (Mateus conta) 13 votos. A proposta 3 é Formação Política e Assuntos Sindicais... (Mateus pergunta se pode repetir voto. O maior burburinho, porque tinham pessoas que queriam repetir. Marlene explica que regime de votação só pode votar uma vez). E a proposta 3 é Formação Política e Assuntos Sindicais (Mateus conta)

MATEUS - Um voto
(burburinhos porque em regime de votação não se fala e as pessoas estavam falando)

MARLENE - Calma gente! A mesa está aqui ó, a mesa está aqui na frente! A mesa não está aí na plenária está aqui ó...Aqui a gente regime de votação a gente não costuma fazer intervenção, Mesmo que tenha falha a gente Infelizmente vai ter que a falha continuar. Então

a gente tá em regime de votação: A Proposta 3 é Formação Política e Assuntos Sindicais, Quem levantou a mão? Dois votos,

MATEUS - Foi Joilson e a companheira ali. Eu até queria votar nesses

PLENÁRIA - Alan votou, nessa

MATEUS - três votos

MARLENE - E agora abstenção? Então a proposta vencedora foi a proposta um que é a manutenção. Com 15 votos a manutenção da Coordenação de Formação Política e Educacional Ok?

PROPOSTA 1: Coordenação de Políticas Educacionais
RESULTADO DA PROPOSTA 1: 15 votos para a manutenção
PROPOSTA 2: Coordenação de Formação Política e Educacional
RESULTADO DA PROPOSTA 2: 13 votos.
PROPOSTA 3: Formação Política e Assuntos Sindicais.
RESULTADO DA PROPOSTA 3: 03 votos.
RESULTADO FINAL: 15 votos para a manutenção da Coordenação de Políticas Educacionais.

MARLENE - E aí a gente passa para o próximo destaque que foi pedido por Tereza (plenária, discorda) na hora que foi lido Combate às Opressões, foi Teresa (plenária, discorda) a gente foi lendo uma a uma (plenária, discorda, fala das Atividades Culturais e acrescentam que se falou de juntar com política, mas que não foi lido) leu sim!

MARGARETE - Teve destaque aqui de André, aqui anotado, Marlene teve destaque, eu anotei antes, teve destaque de Mateus, André e Laís.

MARLENE - Mas qual?

MARGARETE - De atividades culturais esportivas

MARLENE - Então teve uma falha aqui da mesa porque tem dois papéis

MARGARETE - Não, não tem falha não, Marlene! Lembre-se que eu disse isso daqui tá uma loucura para fazer na memória a gente tem que fazer um esforço coletivo que são muitas vezes eu tava anotando aqui. Quando eu disse, por favor me ajude, eu tô fazendo anotações! E foi dito assim bem rápido, eu anotei logo aqui: André, na Coordenação de Atividades Culturais e depois foi Laíse e Mateus também! É porque na hora que eu fui lá fora eu dei meu caderno para Eliana e o papelzinho, pronto! Feito essa correção histórica micro-histórica, o recorte temporal bem pequenininho, mas o tempo ele é uma dimensão para ser considerada

MARLENE - Então, viu gente, seguindo a ordem, vai ser André na Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas, que foi defendida por André e Mateus.

ANDRÉ - Eu fui convidado para subscrever essa tese, da redução das pastas, eu concordo em parte e discordo da parte da supressão dessa pasta, eu trabalho na área, sou professor de educação física do Colégio Militar há mais de 25 anos e eu vejo a necessidade dessa pasta, e

a gente viu a necessidade dessa pasta aqui, hoje! A mesa falou uma frase aqui, que foi: Não somos máquinas, somos pessoas! Essa pasta trabalha exatamente com essa questão, com a questão de auxiliar o crescimento das pessoas. Então, essa pasta é que vai fazer com que, lógico, se ela for muito bem conduzida, vai fazer com que a gente tenha todo o processo de congregação, de socialização e de união que foi trazido aqui desde o primeiro dia. Então, eu peço a plenária que mantenha essa pasta, dado a nível de importância dela para que a gente possa de fato ter um sindicato unido e um sindicato atuante, porque a gente precisa também ter o nosso lazer para que a gente possa manter a nossa luta. Tivemos aqui exemplos nesse sindicato, nesse congresso, tivemos aqui uma atividade na quarta-feira com a recepção com voz de violão, tivemos uma atividade com a companheira, com o nosso jornalista de música, teremos uma atividade hoje. Então é válido que ela seja mantida exatamente para aquelas a gente possa ter essas atividades sendo gerenciada pelo próprio sindicato.

(Margarete se justifica sobre a anotação que fez no caderno e no papel, quando precisou se ausentar para ir ao banheiro)

MATEUS - Primeiro eu quero, assim, me solidarizar com o companheiro Joilson, Dialogar até com a plenária para que a gente poderia rever um detalhe de forma só, acho que é importante ter assuntos sindicais, se não for prejuízo, não vejo prejuízo. A gente ainda faria uma votação, porque era um ponto destacado e não haveria prejuízo, queria sensibilizar a nós, aqui, já que o processo é dialético e democrático. André concordo com tudo que você diz, mas eu vou primeiro... Eu acho que Camila falou aqui, e Margarete, quem tocou isso aqui foi a Secretaria eu posso tocar minha mão no fogo que foi a Secretaria e a Coordenação Geral que correram atrás para organizar as atividades que teve aqui, eu posso botar minha mão no fogo, não foi uma atividade específica da pasta de Atividades culturais e Esportivas E nós na tese não estamos propondo, primeiro que a Atividade Cultural e Esportiva não é de um evento é de prática contínua de esporte, de sociabilidade. Mas não é deste evento... vou pedir cooperação com o silêncio! O que nós estamos propondo, André, dialogando contigo, não é a extinção da pasta, não! Nós avaliamos, que ela funcionaria muito melhor se nós transpusermos as atribuições dela e o nome para a pasta de Políticas Educacionais, e aí não teria outra votação só faria a fusão. Então, pegaria tudo dela e não extingiria ela não! Seria a integração de Políticas Educacionais, Atividades culturais e Esportivas e ainda tá faltando Lazer, ainda colocaria Esporte e Lazer. Nós aqui estamos falando de julgamento, não é cifra, não é dinheiro, nós estamos falando de efetividade. Eu lamento, André, me divergir de você aqui. Essa pasta, ela não se tornou efetiva a atividade que você falou de voz e violão tudo foi o pessoal da organização, não foi a pasta em si, eu nem tô na direção e tenho certeza que foi isso, porque a gente pensa que o nome por si só só, vai resolver problemas, a gente acha que criando pastas, isso funciona na política pública, nós aqui não temos a política pública, apesar das diretrizes das políticas públicas nos nortear, mas nós temos que fazer a luta também, porque se não a gente cria muitas estruturas. Aí eu quero a sensibilidade dos companheiros, nós não estamos pedindo a extinção da baixa, mas seu replanejamento para a pasta de Política Educacional, isso otimizaria. Eu vou ter que começar a concordar com Georges, no ponto que eu divergir dele, o fim das regionais, porque senão a gente tá criando superestruturas e nós não estamos dialogando quando com a realidade, eu sei que tudo é importante todas as pastas são importantes, que tudo é válido, que todos merecem um lugar ao sol, mas nós não podemos criar uma super estrutura, porque não funciona é emperrar a carroça, precisamos aqui, não de racionalidade, mas de um debate muito franco, André, estamos defendendo o remanejamento.

MARLENE - Ô Laís um minuto só para a gente poder organizar, mas como a gente já provou que a pasta que ficasse somente Políticas Educacionais, se passou apenas para Políticas Educacionais, na hora Mateus, era para ser dito nesse destaque que teria esse novo texto. Perceberam? (plenária se manifesta) Eu falei mas as pessoas não fizeram. Gente, eu só não quero que a gente fique igual a caranguejo voltando para trás. Laís eu vou passar para a questão de ordem que primeiro você pediu e depois para Georges

IVANETE - Marlene

MARGARETE - Tem Laís ainda...

LAÍS - Pode falar, pode falar

IVONETE - O meu pedido de esclarecimento foi justamente porque havia uma confusão nessa condução. Então o que aconteceu: você explicou que os destaques seriam a partir desse acontecimento, porque quando começou a aparecer a proposta do companheiro aqui, já estava sendo falando de junções, mas as pessoas que foram defender: Teresa, Georges... ainda assim tinha a proposta da junção de Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas, então eu tô querendo dizer que aquela votação, era dentro de um contexto específico, que não contemplaria uma discussão que viria depois, meu pedido de esclarecimento foi justamente por isso, mas aí seguiu dizendo que poderia ser destaque, mas já existe outra proposta de outra junção. Então o que está sendo proposto pelo encaminhamento é que agora a gente vai ter que voltar à Políticas Educacionais sozinha ou a junção. (plenária se manifesta dizendo que a mesa garantiria o destaque)

GEORGES - Nós aprovamos salvo o melhor juízo, a manutenção da Coordenação da Formação Política...

MARGARETE - Não não não não foi políticas educacionais, nós aprovamos por 15 votos, estou aqui na relatoria tínhamos três propostas, três propostas, a de manutenção de Políticas Educacionais; a Formação Políticas Educacionais e a Formação Política e Assuntos Intersindicais, ô Assuntos sindicais que foi eleita por 15 votos, só para todo mundo ouvir, foram 15 votos - 13 votos - 3 votos..

GEORGES - Então minha questão de ordem, não procede...

MARLENE - Laís esta escrita no destaque

GERSON - Meu amor o encaminhamento que eu fiz a minha hora se você tivesse votado não estaria nessa polêmica, eu fiz a proposta vocês não quiseram nem levar nem a sério

MARLENE - Companheiro, me desculpe, mas um minutinho... Eu não sei se sou eu, se há um problema, porque nós tivemos três propostas, quando falou em Políticas Educacionais se alguém não veio aqui e não colocou uma proposta que envolvia Políticas Educacionais é porque a pessoa desistiu, é isso, infelizmente (platéia se manifesta), mas eu fui clara, gente a mesa foi clara em dizer assim: Na hora do destaque a pessoa tinha uma proposta, que era mudança, que incluía a política educacional ela teria que apresentar. Então tinham três propostas inclusive com formação, mas eu vou passar para Laís que está pacientemente aguardando...

MARGARETE - Marlene... deixa eu te fazer uma memória e eu tô tentando fazer aquele papel de memorialista, com todo o respeito Marlene, e olha não é fogo amigo, talvez pelos ritos como não foi chamado como destaque, não inscreveu, mas foi pedido de esclarecimento de três pessoas: Ivanete, de Gerson e de Mateus que chamou atenção antes da votação. Inclusive a colega ficou confusa e interrompeu o regime de votação e foi chamada atenção. A mesa tá de olho, Georges, a mesa não tá aqui somente para ter um pouco mais de formalismo, não! E nem formalismo é mais moderado, para não ter truculência, se você entendeu que em determinado momento eu fui truculenta com você, eu peço desculpa aqui em nome da mesa, por isso que a gente não fez regime de votação do tipo baixa a mão cala a boca... Vamos lá, houve sim, três pedidos antes de chamar para o regime de votação. É só fazer essa memória e aí a decisão a gente toma aqui, com todo respeito Marlene, minha orientadora, no sentido de me orientar mas é muito geopolítico né? chamar oriente...

LAÍS - Primeiro eu gostaria de agradecer o trabalho magnífico que a mesa tá fazendo aqui. Eu queria defender assim como colega, André falou da manutenção da pasta da Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas, eu gostaria de fazer um adendo que seria a inclusão de práticas integrativas. A gente viu ontem a importância do trabalho que a colega Elaine fez aqui depois do debate. Então ficaria a Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas e Práticas Integrativas. Essa é a minha sugestão seria uma pasta que além das atividades culturais esportivas promoveria também as práticas integrativas amparado pelo sistema único de saúde. Esse texto que estou aqui lendo, eu escrevi juntamente com a colega Elaine: Promover práticas integrativas amparadas pelo sistema único de saúde - SUS, de modo a garantir a saúde física, mental e emocional para as sindicalizadas, sindicalizados e sindicalizados. Essa pasta contrataria profissionais habilitados, habilidades, habilitados para desenvolver com o sindicalizados sindicalizadas sindicalizadas vivências presenciais e remota com as práticas integrativas, fazer yoga, terapia ayurveda Reiki e outros. Uma pasta que contemplasse também essas atividades vai ser muito importante para a manutenção da saúde mental. A gente sabe que a gente tem uma sobrecarga de trabalho grande e a gente precisa ter esses momentos de conversar com os colegas, realizar atividades tanto presenciais quanto remota para a gente trocar essas vivências falar das nossas dificuldades e tentar diminuir esse cansaço mental que a gente vive, muita gente com crise de ansiedade e depressão a gente vê isso, acompanha esse clima hostil que muitas vezes a gente trabalha. A gente precisa que inclua Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas e Práticas Integrativas. Essa é a minha proposta que já entrego aqui também a redação. Obrigada

MARLENE - André dialogou, você concorda também que poderia ser essa proposta seria uma Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas e Integrativas (plenária corrigiu e Prática Integrativas), aí veja se vocês concordam com o regime de votação... Se a gente em concordar que seja exclusivamente essa pasta, caso ela seja vencedora, obviamente, quem pede a junção dessa pasta com outra, ficou prejudicado, se a gente aprova aqui que ela continue apenas com a defesa de André e agora a inclusão de Laís. A defesa de André é que continue uma pasta específica, então ele defendeu, Laís defendeu, não é isso? E aí eu quero perguntar para a plenária precisa defesa contrária...

MATEUS - Eu tenho uma questão de ordem

MARLENE - Pois, não!

MATEUS - Creio que aqui é um processo de concordâncias e discordâncias. Eu discordo da decisão da mesa....

MARLENE - Não é proposta agora?

MATEUS - Eu discordo dessa posição da leitura dos destaques, inclusive ficou confuso a própria Formação Política e Assunto Sindicais, que inclusive eu teria votado, porque eu entendi que não era junção, causou dúvidas e isso acontece. A gente também não só certa. Vocês estão com 99% de acerto e eu, Talvez, com 99% de erro, mas meu 1% de acerto, eu quero lamentar, porque eu fiz um destaque na pasta que eu acho que deva ser remanejada, por mais que a dinâmica tenha sido essa, porque ele perguntou porque estava tendo esse movimento no outro debate, a minha questão de ordem nesse sentido, eu apresentei aqui o destaque de remanejamento, nesse caso está se votando supressão, então muda totalmente o debate que agora é: o mantém a pasta ou suprime a pasta, é isso que tá se propondo

PLENÁRIA - não, não foi isso que falou

MATEUS - É Isso, gente

ANDRÉ - O regime que ela queria colocar é se teria a pasta (inaudível)

MATEUS - Eu pedi destaque, mas foi dito que o meu destaque não tem validade, foi dito porque passou do tempo, foi a dúvida que ficou companheira Ivanete, o companheiro Gerson, eu, a companheira Ana Kezia, Confesso fiquei com dúvida Talvez se sentido pedido uma questão de ordem seria para apresentar um destaque... lamento de pesar, de supressão e lamento por você André, mas a mesa

MARILENE - veja só, você está solicitando a supressão da proposta?

MATEUS - Da pasta, porque você deu somente duas opções, você disse que meu destaque que era de remanejamento como está na tese, entre o debate de manter ou somente pegar o adendo de Laís, ou a supressão, já que não pode de forma alguma voltar, eu peço a supressão da pasta

MARLENE - supressão da pasta

MATEUS E MARGARETE - A junção já houve um acordo

MARLENE - Só para deixar claro, as duas propostas: Uma é da criação, Criação não, a manutenção com o novo nome: Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas e Prática Integrativas. E a proposta trazida por Mateus agora seria a supressão da pasta, Ok?... Calma, calma! Inicialmente seriam essas duas propostas. Tem duas pessoas aqui pedindo a palavra: Gerson e Ivanete. (fala baixo, deixa ele falar que ele está angustiado)

GERSON - Eu tô mesmo, porque eu vim aqui fiz um encaminhamento que poderia ter simplificado e objetivado a questão. Respeitosamente, quando eu te disse que você atrasou no destaque, foi porque, mesmo que seu destaque seja da Coordenação cultural ela vai modificar a 9, Política... e teria que entrar na primeira, o destaque é que essa pasta contempla essa outra também, foi mais ou menos isso que eu disse agora. Eu acho assim, estamos numa plenária que é soberana, nós não podemos voltar, e a proposta que vem é de supressão!

Quando poderia vir uma proposta mais amena que é de junção, nós estaríamos contradizendo a nós mesmos, porque estaríamos jogando fora toda a discussão que fizemos anteriormente... que não consiga ser uma pasta independente, mas também que não seja extirpada, extinta. Então, minha proposta que a gente reconsidere se a gente pode fazer ou não a junção, ou a pasta ficar autônoma e não supressão mesmo que signifique voltar para o ponto 9.

IVANETE - Eu vou pegar o minuto dele correndo... Assim, quando eu fiz a pergunta, da dúvida...Era com dúvida, mas entendendo que havia também um encaminhamento uma vez que existia mais de uma proposta envolvia educacionais. Mas você disse na mesa que ia para os destaque. A sugestão que eu dou, como o colega falou, temos duas opções de voto: Manutenção da pasta de Coordenação de Atividades Culturais e Esportivas e Prática Integrativas e a junção dessa pasta com Políticas Educacionais, que não vai ter prejuízo, ou mantém ou junta, não há possibilidade da exclusão.

MARGARETE - Mateus retira a proposta dele.
(aplausos)

MATEUS - Óbvio que eu retiro.

MARGARETE - Mateus é só para verbalizar, porque está gravando.

MARLENE - A gente deixa eu passar, porque só aqui só para... Inclusive, eu voltei numa proposta que não foi vencedora; mas aí eu gostaria de submeter à plenária, viu gente? (concordância) Porque, por exemplo, se eu tivesse (pedido de silêncio para plenária) ganho, tivesse na proposta que foram 15 votos a 13, então uma coisa apertada, inclusive eu votei nesses 13. Então, para ser fidedigna a essas pessoas que votaram os 15 votos, eu quero submeter essa proposta em que, particularmente, eu acho que é uma solução para esse problema que surgiu, mas antes Laís quer dar uma sugestão também né?

LAIS - Já que a gente tá votando na hora que a gente for votar nas questões das políticas educacionais, eu senti falta de uma um texto que fosse assim: Coordenação de Políticas Educacionais e Formação Política... (questionamentos e burburinhos), era a formação política e educacional era essa, a outra era Só a política de educacionais e a terceira formação política e intersindicais, não tinha opção de políticas educacionais e formação política eu até defendo já que a gente tá voltando se tivesse até eu até deixaria políticas educacionais primeiro porque para mim faz mais sentido juntar política educacional com a formação política do que juntar atividades culturais esportivas com políticas educacionais Até conversei com o pessoal ali e não foi assim uma uma votação com assim... acho que foi 15 e 13 as pessoas votaram uma quantidade grande que voltar tanto na primeira que era a manutenção de políticas educacionais quanto na de formação política educacional. (burburinhos) Já que a gente vai voltar eu gostaria de sugerir essa opção também Coordenação de Política Educacionais e Formação Política já que estamos votando é uma sugestão e a gente ficaria com duas pastas só, ao invés de juntar a pasta de atividades esportivas e práticas integrativas com política educacionais a gente podia fazer em duas partes políticas educacionais e formação política e a outra seria formação educacional, culturais e esportivas e práticas Integrativas.

MATEUS - Questão de ordem.

MARLENE - Gente um minutinho só eu vou passar para a questão de ordem depois a gente organiza a mesa.

MATEUS - A mesa deve avaliar o que eu vou dizer aqui, o que a companheira apresentou aqui, por exemplo, é um recurso de votação. (ela falou que estava aprendendo) todos nós estamos! Porque pede para reabrir uma votação de um nome que já foi votado, não é isso? Então, é um recurso, eu vou dizer porque eu também encaminhei um recurso de votação à mesa. E aí quando você falou ficou parecendo defesa, aí já gera todo o imbróglio. Esse ponto de atividades culturais a mesa já estava superando no sentido de como ele é um destaque novo, estava se abrindo uma exceção e por segurança jurídica, a mesa ia jogar para plenária, entendeu? Eu quero saber da mesa se o que ela falou aqui é recurso de votação? Porque senão a gente abre um precedente, aí tem que fazer defesa, porque, com todo respeito, o que você fez aqui foi uma defesa

MARLENE - É na verdade, é isso que eu ia falar, quando ele pediu questão de ordem, eu entreguei pra ele. Láis a compreensão é assim: se fizesse isso, é como se você retomasse e refizesse toda a votação, isso é recurso de votação, realmente é uma coisa mais complicada, mas se julga também, tudo aqui é para melhorar nosso Sindicato tem outro recurso aqui que a gente pode votar a gente pode fazer, mas a gente tem que submeter à plenária, inicialmente teve uma proposta e tem esse recurso também que não deixa de ser um recurso, mas aí inclusive as pessoas, espero que estejam aqui, as que votaram, apesar de dificuldade de ser de 15 para 13 e a gente retoma Ok? Vamos fazer assim, eu acho que a gente segue mais rápido, a primeira para avaliar foi o que Ivanete propôs que é que a gente coloque uma segunda proposta de votação, ao invés da supressão tá certo? Coloque assim atividades culturais esportivas e práticas integrativas e a segunda seria junção da pasta, essa aqui, (Ivanete fala junto) políticas educacionais uma terceira proposta, ohhh segunda proposta...

MARGARETE - Dois, porque sai a supressão.

MARLENE - Podemos voltar, é consenso a gente votar nessas duas propostas? Pois não, André!

ANDRÉ - Essa segunda proposta não vai alterar uma votação que já aconteceu...

PLENÁRIA: Nao!

MATEUS - Mas ela tá pedindo autorização, exatamente para isso.

MARLENE - Eu estou pedindo autorização se eu posso, se a gente pode fazer essa mudança, que interfere. Não vai voltar, não, nas proposta! Seria votar sim a gente pode acatar a proposta feita por Ivonete que é justamente junção da pasta de atividades culturais, esportiva e práticas integrativas com políticas educacional. Então, quem concorda com essa proposta?

MARGARETE - Uma memória rápida..., me ajudem se a memória estiver errada... A votação seria quando Mateus até chegou ao extremo de pedir a supressão a renomeação manutenção da coordenação de práticas esportivas, de práticas culturais e esportivas acrescentando o nome práticas integrativas e práticas integrativas. Mateus lançou a supressão mas foi convencido por Ivonete em fazer a fusão da outra página Então essas essas duas que estaremos voltando pela manutenção da coordenação renomeada com práticas integrativas e a proposta difusão. Não são três, são duas.

MARLENE - Mas o que eu gostaria, para ficar claro que a gente pode, se concordar que a gente faça essa inclusão dessa proposta que de alguma forma interfere numa votação anterior, por isso que eu gostaria de pedir que a plenária se manifestar quem concorda que a gente faça essa votação.

MATEUS - Mas a decisão não é afetada.

MARLENE - Não é afetada.

MARGARETE - Calma que ainda não chamou a votação.

MARLENE - A votação é para Incluir essa proposta de Ivanete, quem for favorável, levanta a mão

MARGARETE - Estão me chamaram de pró de 5 série, aqui..

MARLENE - Contrários? Abstenção?

GERSON - Eu quero justificar meu voto...

MARLENE - Com declaração de voto!

GERSON - (para a plenária) Fica na sua que eu nunca tinha feito declaração de voto...

MARLENE - Foi aprovada que a gente incluía a proposta feita pela companheira Ivonete, com larga maioria, nenhum voto contrário e quarta abstenções, com uma declaração de voto.

GERSON - Eu quero declarar a voto e insisto em dizer que nada dessa confusão teria acontecido, se tivesse dado ousadia ao meu encaminhamento. Me senti inclusive, muitíssimo mal porque encaminhei e é como se eu não tivesse feito absolutamente nada! Quando a gente poderia ter exatamente ter votado no seguinte: essa junta com essa e depois renomeava como disse Laís... agora, ficamos aqui com fome, porque gente, por favor, eu tô novo aqui nesse sindicato mas eu militei em (inaudível) em movimento estudantil, militei no Mato Grosso do Sul militei na (inaudível) e milito até hoje, e assim... a gente poderia ter objetivado muito mais e foi por isso que respeitosamente eu falei para ele, quando falou o nove ele já deveria ter feito destaque para jogar o onze para junto com o nove, mas enfim, por isso eu me absteve e peço para ter mais cuidado também, apesar de ser um homem branco, respeito todas as etnias e identidades.

MARLENE - Olha gente, quando a gente veio inclusive para esse congresso, a organização que somos nós já discutimos isso... que certamente nós teremos um percentual de erros e isso inclui condições que são naturais, aliás no nosso SINASEFE se a gente não acaba as plenária meia noite, onze horas, não é o SENASEFE, espero que a gente não faça isso aqui! Então na verdade a gente pede desculpa enquanto mesa se houve falha em algum encaminhamento, tá certo? E tentar melhorar e corrigir as possíveis, ok? Em regime de votação duas propostas: A proposta 1 com o nome da pasta de Coordenação de Atividades Culturais e Práticas Integrativas, proposta 1 e a proposta 2 a junção dessa pasta aqui, com essa pasta de Políticas

Educacionais. Quem está de acordo com a proposta 1 defendida pelo companheiro André, por favor levante o crachá. (mateus conta)
(plenária interfere pedindo esclarecimento)

MARGARETE - Está votando...regime de votação!!!

MARLENE - Desculpe, mas a gente está em regime de votação!!! A proposta 1, defendida por André, que a pasta de Atividades Culturais Esportivas e Práticas Integrativas, quem é favorável que apenas seja essa pasta, por favor, levanta o crachá. (Mateus conta) 7 votos. Quem é favorável a proposta 2 que é a juntar a pasta de Atividades Culturais e Práticas Integrativas com a pasta de Políticas Educacionais por favor levanta o crachá (Mateus conta - 20 com Rosa, 21) 21 votos. Então, a proposta 2 foi vencedora com 21 votos.

PROPOSTA 1: A pasta de Atividades Culturais Esportivas e Práticas Integrativas sozinha

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 07 votos

PROPOSTA 2: Juntar a pasta de Atividades Culturais e Práticas Integrativas com a pasta de Políticas Educacionais.

RESULTADO DA PROPOSTA 2: 21 votos.

RESULTADO FINAL: Vence a proposta 2 com 21 votos.

Gente só para consultar a plenária nós temos aqui duas pastas com destaque, vocês acham melhor a gente fazer um intervalo ou a gente termina... (plenária se manifesta favorável ao intervalo)

MATEUS - Pessoal é coisa rápida só pra gente endossar o que a gente já concordou de ter uma votação, do assunto sindicais e formação política, que é só é um detalhe, não leva um minuto isso aqui...

GERSON - Vamos votar, vamos votar.

MARLENE - Pode ser, Gente...

(Georges se manifesta, mas a fala está inaudível)

MARGARETE - É um adendo de Joilson.

(plenária dialoga de forma inaudível)

MARLENE - Porque quanto está assim...

MATEUS - Oh Georges, quando foi assim, todo mundo aqui para defender ninguém se opôs a assuntos sindicais, Marlene perguntou: Há divergências? não há, nós só estamos mudando uma detalhe do nome, de Formação Política e Assuntos Sindicais.

MARLENE - É somente a inclusão do termo: Assuntos Sindicais. Então, eu acredito que é uma coisa tranquila, quem é favorável a esse nome, dessa continuação... e Assuntos Sindicais, por favor levanta o crachá, eu acho que por contraste, né? Contrário, alguém? Abstenção? 1 Voto contrário e 1 abstenção.

PROPOSTA: Inclusão do termo: Assuntos Sindicais, na pasta de Formação Política

RESULTADO: Por contraste, 1 Voto contrário e 1 abstenção. vence a proposta de incluir o termo Assuntos Sindicais, na pasta de Formação Política, ou seja, a pasta será nomeada de: Formação Política Assuntos Sindicais.

MARLENE - Gente vamos só marcar aqui, são 1h e 27 minutos, vamos fazer o possível para voltarmos aqui as 14:30, pode ser?

MARLENE - Antes de retomarmos os trabalhos, estava conversando com algumas pessoas lá fora, e eu gostaria de submeter à plenária para saber se estão de acordo. Agora que estamos prestes a concluir a estrutura da diretoria, algo fundamental, e temos os dois Grupos de Trabalho (GTs) programados para estudar a seção 4 e depois prosseguir com frequência. Então, a proposta que gostaria de apresentar é a seguinte: em vez de realizar novamente os GPs, depois de concluirmos a estrutura da diretoria, poderíamos seguir com a análise das teses. Algumas das teses que estão por vir não devem ser tão complexas de discutir, ao contrário da seção 4, que trata de questões de comitê de ética e política para as mulheres. Portanto, gostaria de submeter essa ideia à plenária: em vez de dividir em GPs, seguiríamos com a avaliação das teses, já que algumas delas podem ser mais simples de discutir. Vocês acham que isso seria viável? (vozes afirmativas da plenária). Porque assim, com essa abordagem, podemos inclusive utilizar essa metodologia e, portanto, poderíamos concluir os trabalhos até o máximo das 18:30, considerando que temos nossa confraternização, e amanhã, na última plenária, continuaríamos com os trabalhos. Tudo bem, para todos? (vozes da plenária). Certo, então vou reforçar essa proposta: a mesa sugere que, diante dos atrasos, em vez de realizar GPs para discutir a seção 4, após terminarmos a discussão sobre a diretoria, sigamos diretamente com as teses dessa seção aqui na plenária, para conseguirmos concluir até amanhã. Concordam? (vozes afirmativas da plenária). Ótimo! Agora, vamos prosseguir com os nossos destaques, que envolvem as coordenações da diretoria. Neste momento, estamos passando para a coordenação de combate às opressões, a qual tem como proponentes Tereza e Camila. No entanto, gostaria de justificar que Tereza enfrentou uma tragédia familiar, com um caso de suicídio em sua família, o que a deixou profundamente abalada. Ela provavelmente não conseguirá voltar agora, pois recebeu essa notícia no final da sessão. Gostaria de pedir um minuto de silêncio em respeito à situação da família da Tereza. (Minuto de silêncio)

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Adotar a metodologia de discutir as teses da seção 4 durante a plenária, logo após a discussão sobre a diretoria, visando concluir as teses até o dia seguinte.

RESULTADO: aprovado por unanimidade.

MARLENE: Abriu um minuto de silêncio em condolências a prima de Tereza que se suicidou.

MARLENE - Então, que Deus dê conforto para a família de Tereza diante dessa fatalidade, né? Desejamos conforto para a família. E agora pode vir, viu Camila, porque inclusive eu já estava justificando a ausência de Tereza. E aí eu vou passar pra Camila pra falar sobre, é a gente ia entrando aqui na pasta de coordenações de contra opressões, aí estava escrito Tereza, Camila (inaudível) aí coloca, né? A gente retira no caso de Tereza (inaudível). O quê? Só estava Tereza e Camila, aí Tereza não está presente, aí Camila fará sua intervenção.

CAMILA - Olá a todos, boa tarde. Primeiramente, gostaria de expressar meus sentimentos e desejar conforto à nossa companheira Tereza nesse momento difícil para ela e sua família. Em relação ao tema que estamos discutindo desde ontem, sobre a possibilidade de junção, separação, manutenção e ajustes nas pastas, quero abordar especificamente a pasta de combate às opressões. Tenho observado que existem duas teses que propõem a junção da pasta de combate às opressões com a formação política. No entanto, meu entendimento é de que é crucial manter a pasta de combate às opressões de forma independente, devido à alta demanda e às complexidades que enfrentamos. Se observarmos o estatuto e as competências dessa área, veremos a importância de manter essa pasta separada. Durante a gestão anterior no IFBA, houve um grande número de Processos Administrativos Simplificados (PAS) abertos na instituição. Alguns colegas sinalizaram casos de perseguição e dificuldades enfrentadas por docentes envolvidos em atividades políticas, especialmente por não termos uma redução de carga horária que nos permita conciliar o trabalho sindical com as atividades docentes e a orientação aos alunos. Essas dificuldades são agravadas quando não há uma postura favorável da gestão. Colegas também relataram que, para estar presente em reuniões sindicais, muitas vezes é necessário enviar ofícios, o que está sujeito à aprovação da chefia e envolve questões como reposição de aulas. Assim, vejo uma necessidade política em manter a pasta de combate às opressões separada, pois ela abrange uma série de questões importantes e complexas. Entendo a preocupação em limitar o número de pastas, mas acredito que a quantidade também é uma questão política. No meu ponto de vista, é crucial que as novas diretorias do SINASEFE tenham uma coordenação forte de políticas educacionais, visto que isso impacta todas e todos, levando em conta a necessidade de maior debate com relação ao Conselho Nacional de Diversidade e Combate à Discriminação (CND/CNS), além de temas como aposentadoria e o Sistema Único de Saúde (SUS). Tanto a pasta de combate às opressões quanto a de formação política são áreas de grande relevância que, em minha perspectiva, precisam permanecer separadas. Observo que existem duas teses que sugerem a junção dessas pastas com outras áreas. Portanto, desde já, defendo que mantenhamos a pasta de combate às opressões de forma independente. Vale ressaltar que, no último Encontro Nacional do INIK, foi encaminhada uma carta indicando a formação de pastas de combate às opressões em todas as seções. Essa realidade é importante a ser considerada, já que muitas seções ainda não possuem essas pastas. A própria secretaria nacional está realizando um levantamento desse cenário.

MARLENE - Obrigada, Camila. Com a ausência de Tereza, eu penso assim, que é uma pasta muito importante, a gente precisa falar, conversar um pouco, debater e acompanhar. A Fátima pediu até em substituição, mas a importância da pasta e eu acho que a gente tem que abrir, inclusive a defesa, não é, Camila? Defende que fique só a pasta sozinha, mas eu sei que existe defesa de juntar toda pasta. A gente abre uma inscrição para poder. Então eu passo pra Fátima, George e logo depois Celiana e Mateus. Ok? Vou colocar aqui anotado na sequência.

FÁTIMA - Então, eu acho que a mulher na questão da misoginia, ela vem de longe, esse pavor da mulher, esse ódio da mulher, que foi constituído lá no século XII, dentro da igreja católica, tempos de bruxas. Os feminicídios que acontecem hoje são todas consequências né, dessas opressões, desse ódio das mulheres. Então, eu pensando aqui, acho que tem tudo a ver recolocar uma pasta em que você combate a opressão. Para combater a opressão, você tem que ter políticas em defesa das mulheres. Eu li um livrinho recentemente que chama "Feminicídio de Estado". O que aconteceu na pandemia, durante o tempo de Bolsonaro, esses 4 anos, o feminicídio duplicou porque foram cortadas as verbas do combate à violência, à opressão das mulheres com essa Damares. Então, eu acho que combater opressão, para

combater a opressão, política em defesa da mulher, o fazer pela mulher, andam juntos. Eu acho que tinha que ser feito isso aqui agora. Então, eu defendo que seja uma pasta né, a pasta de combate à opressão e política em defesa das mulheres, ou para as mulheres. Obrigado.

GEORGES - Boa tarde a todos, estava tomando um café aqui para acordar. As opressões, elas incidem nas mulheres demasiadamente. As opressões, elas incidem de forma horizontal e transversal. Temos a opressão chefe com subordinado, temos a opressão contra as pessoas que têm orientações sexuais diferentes, um conceito de opressões. Portanto, opressão não é só contra a mulher. Por isso, Fátima, é por isso que estamos dialogando com você, porque não é possível dirigir a opressão exclusivamente para questões de mulheres. Ainda entendendo que o que está acontecendo no Brasil é um problema gravíssimo, a cada 3 horas mata-se uma mulher, é isso mesmo? Uma mulher a cada 3 horas é morta no Brasil, é um absurdo. Temos também chacinas contra jovens negros na Bahia, jovens negros são mortos dezenas em Salvador, no Rio de Janeiro e grandes cidades. Portanto, temos opressões em vários níveis. Agora, eu tenho que ser coerente com o que estou defendendo aqui. Nós chegamos aqui com a intenção de diminuir o número de coordenações. O que aconteceu até agora, ora, não posso ficar tranquilo com isso. Vão falar que sou arrogante, mas eu conheço um pouquinho da realidade. Entendeu, Celiana? Investi várias vezes tentando fazer chapa, administrando o sindicato e isso é inviável com essa quantidade de coordenações. Portanto, é por isso que quero dialogar com a companheira Camila, que ela compreenda que essa divergência política não vai nos impedir de ser amigos e de viver nosso relacionamento. Eu não concordo com a proposta da companheira. Acho que a formação política está na base do combate às opressões. Se você previne o nome sobre os termos e a forma de se relacionar com a mulher, você ajuda em relação a outras pessoas de orientações sexuais diferentes. Apenas terminologias diferentes, é educação. Nós somos homens frutos de uma estrutura estruturalmente machista. Portanto, precisamos aprender como lidar com esse contexto, visando o empoderamento das mulheres. Agora, vocês estão comigo, é para colocar a política de coordenações de política para as mulheres, o público LGBTQIA+, porque o assassinato de homossexuais nesse país é uma vergonha, é uma desumanidade, é uma perversidade. Eu gostaria de falar mais, mas vou respeitar outras pessoas. (Inaudível)

MARLENE - Agora, deixa eu esclarecer uma coisa, porque como você ainda tem ali uns dois minutos, a gente vai discutindo mais a coordenação de combate às opressões. Como você falou muito da política para as mulheres fazendo essa inclusão, você defende que essa pasta de combate às opressões fique sozinha ou tenha junção como foi proposto? Porque a gente está falando da pasta ali. (Inaudível) Porque eu acho que quando você falou de política para as mulheres e a pasta das opressões, e no caso Celiana defende que seja "políticas para as mulheres", certo, e teve a proposta de fusão de ser "combate às opressões e formação política". Aí, se você tem um minuto, se você pudesse falar melhor.

CELIANE - Então, seriam dois momentos de standy, a coordenação de combate às opressões junto com formação política. Não, a inviabilidade, não penso mais na inviabilidade. Eu mantenho a defesa em relação à coordenação, certo, gente? (Aplausos).

MARLENE - É, Mateus! Gente, verifiquem se vocês concordam. No final da fala de Mateus, podemos encerrar as inscrições desse ponto? Pode ser? Pronto, eu vou estar atenta aqui.

MATEUS - Primeiro, gostaria de agradecer a **Serviana** pela defesa dessa proposta, pois estamos falando sobre opressões e são várias, como já mencionado. Enquanto você falava, eu conversei rapidamente com Fátima e Margarete, e verifiquei que em nosso Instagram hoje há uma tese da companheira da Bahia, Paula, que colocou a indicação de que deveria haver uma política para as mulheres. Eu estava presente nesse congresso, que ocorreu no hotel Fiesta. Na ocasião, aprovamos essa tese, que traz a sugestão de ter uma política voltada para as mulheres, embora eu não me lembre do texto exato, havia referências estatutárias. Em relação às opressões, são muitas e variadas. Atravessam vários aspectos, como opressão de chefia, opressão racial, de gênero e também a opressão contra opções sexuais, como LGBTQI+. Temos uma série de debates importantes, todos eles têm relevância e necessidade. No entanto, precisamos lembrar que temos recursos limitados. Nesse sentido, defendo a proposta de fusão das pastas, pois se optarmos por abordar cada opressão de forma específica, teríamos que criar pastas segmentadas para todas elas. Embora todos os debates sejam necessários, nosso aparato é limitado. Em relação à formação política, ela é realizada de forma a combater as opressões, convidando pessoas para debater de maneira transversal e interseccional. Estamos em uma nova era do sindicalismo, onde o debate não é mais isolado como nos anos 80 e 90. Levando isso em consideração, e a necessidade de mudanças por parte de homens e mulheres na luta, eu também defendo a fusão da pasta de combate às opressões com a formação política, como muitos companheiros e companheiras já defenderam. Acredito que essa fusão fortaleceria a pasta e equilibraria o número de pastas já existentes.

MARLENE - Mateus concluiu, alguém mais que tenha se inscrito e que eu não tenha percebido? Giva e alguém mais? Eu também me inscrevi, Camila, e agora vou acrescentar **Civas** e Jessica. Vou começar a falar agora, pessoal, então fiquem atentos ao tempo. Na verdade, gostaria de fazer uma correção. Não aumentamos o número de pastas, e sim neutralizamos a situação, pois após a última votação que uniu a pasta de assuntos educacionais com outra, reduzimos uma pasta e criamos outra. Portanto, não houve um aumento líquido no número de pastas. Gostaria de abordar algumas situações para que tenhamos uma visão mais clara. Por isso, me inscrevi para falar. Hoje, temos 5 suplentes em nossa chapa. Devo mencionar que houve uma busca intensa para preencher esses lugares, e é importante saber que tínhamos pessoas aposentadas dispostas a compor a chapa. Entre as suplentes aposentadas estão Carmelita, Rosa Motta, Margareth, Eliana e Vilma. Todas essas pessoas estavam dispostas a contribuir, mas, por diversas razões, não foi possível juntá-las em uma única chapa. É uma tarefa desafiadora. Quanto ao número de membros na chapa, é importante lembrar que nossa preocupação não é apenas a quantidade, mas também a qualidade e a capacidade de contribuir. Quero destacar que, apesar de estarmos debatendo aqui, muitos de nós estão envolvidos em múltiplos compromissos, como doutorado, mestrado e outras responsabilidades. A qualidade do debate não pode ser comprometida. Por exemplo, ao criarmos a pasta de combate às opressões em nosso estado, a Bahia, que é o estado mais negro do país, fizemos um movimento acertado, que permite a promoção do debate sobre questões como NEADOS e NEABIS. Portanto, ao discutir a redução de suplências, devemos pensar cuidadosamente e considerar a prática real. Vale ressaltar que a demanda por ações contra as opressões é alta, e muitas vezes as pessoas que sofrem buscam alguém com quem possam conversar e compartilhar suas experiências. A pasta de combate às opressões está recebendo essa demanda e tem um papel essencial a desempenhar em nossa gestão. Quero registrar isso para que possamos tomar decisões com tranquilidade e priorizar a qualidade e eficácia de nossa atuação. (Aplausos).

CAMILA - Gente, eu acredito que quando pensamos em reduzir, visando a praticidade na formação de uma chapa, isso reflete muito em nossa postura. Eu concordo em reduzir o número para que funcione, mas é importante que entendamos o significado do diálogo, da complementação e da redução, para que não haja mal-entendidos. Na verdade, estou certa de que hoje, dois coordenadores que atuam de forma separada, um na formação política e outro na base, é justamente porque temos tão poucos sindicalizados. Por quê? Porque precisamos de formação política, e não apenas para mulheres, negros ou LGBTQIA+, mas para todos. Precisamos de todos para fortalecer a luta, que será coletiva, porém sem esquecer as especificidades que são um marco, que são minorias que, na verdade, representam a maioria. Na minha perspectiva, se juntarmos as pastas pensando unicamente em reduzir, corremos o risco de enfraquecer a luta. Se já está difícil lidar com a luta sindical, imagina assumir duas frentes? Fazer o debate político e a formação política somente para mulheres requer um fortalecimento da pasta, assim como na formação política para mulheres. Da mesma forma, essas novas pastas que vão trabalhar com etnias também vão trabalhar para o fortalecimento. No meu ponto de vista, se hoje já temos dificuldades em lidar com tantas demandas, juntar duas questões tão abrangentes não será viável. Isso é o que eu penso. E Marlene trouxe algo importante: temos 5 suplentes, mas qual é o papel do suplente? Se muitas vezes mal conseguimos dar conta do nosso trabalho, ter 5 pessoas assinando como suplentes que dificilmente vão atuar não parece eficaz. Estamos pensando em reduzir a pasta para ter menos números, mas também estamos reduzindo a representatividade política. Então, vamos pensar realmente se queremos reduzir. Por que não reduzir os suplentes, talvez 1 ou 5, em vez de unir duas pastas com âmbitos tão amplos? Pelo menos é o que acredito, considerando tudo o que tenho acompanhado. Hoje, o coordenador de combate às opressões é Roberto, e ele possui mais experiência para lidar com o tema. Ele conhece os números de casos de assédio que vivemos no IFBA e não apenas no IFBA. O assédio é velado, discreto, estamos constantemente sendo assediadas, muitas vezes nem percebemos, achamos que é normal, é o fluxo. Por exemplo, ontem recebi um e-mail sobre um aluno que defendeu o TCC, e agora a coordenadora quer que eu mande um e-mail confirmando que ele corrigiu tudo. Isso é opressão também, e luto e avanço com a visão de que a pasta de combate às opressões é para todos, na minha perspectiva.

MARLENE - Ok, Giva e depois Jessica.

GIVA: Boa tarde novamente. Primeiramente, peço desculpas pela interrupção durante a fala do Mateus e gostaria de explicar por que foi anunciado que as inscrições seriam nesta sala. Eu estava com as mãos levantadas e à frente da mesa, o que causou essa confusão. Assim, peço desculpas por isso. Quanto à proposta de fusão, gostaria de expressar que sou a favor. Entendo que algumas coordenações são de extrema importância, tanto devido ao seu histórico quanto à demarcação política que representam. Já discutimos aqui a nova coordenação de etnias, que foi aprovada, embora tenha faltado complemento nas classes raciais, bem como a coordenação de política para as mulheres (coordenação de política racial). Isso é uma marca histórica e política, e é necessário que seja feito. Agora, em relação à redução, também acredito que possa ter vantagens, mas também pode acarretar perdas. A pergunta que deveríamos fazer não é se há prejuízo em separar, mas sim se há prejuízo em unir. No meu entendimento, o combate à opressão não ocorre por si só. Não é apenas parar o companheiro(a) que sofreu assédio no campo e processar a pessoa que cometeu o assédio. Para mim, isso não ocorre dessa forma. O princípio do combate à opressão, para mim, deriva da formação política, entendeu? Aplausos. Portanto, talvez não seja um prejuízo estar separado, mas também não seja um prejuízo estar junto. Colocar o combate à opressão sob

o guarda-chuva da formação política evita que tratemos o combate à opressão simplesmente como uma reação e não como uma ação preventiva. Por isso, não vejo isso como um prejuízo. Além disso, dialogando com o companheiro Georges, podemos enxugar um pouco, embora nem seja questão de enxugar, mas sim de tornar a coordenação executiva mais efetiva. Obrigado.

MARLENE – Gerson... Certo, quer esclarecimento?

PLENÁRIA – Não identificado - Na esteira desse raciocínio mesmo. Então nesse caso construiríamos uma base (inaudível) criaremos uma pasta de coordenação de combate às opressões e formação política ou visse e versa?

PLENÁRIA – Não identificado: Não, não “Coordenação de Formação Política Assuntos Sindicais e Combate a Opressões”.

MARLENE - Vou passar para Gerson aqui.

GERSON - Vou tentar ser breve porque parte da minha fala já foi contemplada pelo Giva. Quando partimos para uma formação política sólida nos campos, naturalmente entramos na discussão das opressões e das coordenações, e sabemos que as opressões em relação às chefias são discretas e disfarçadas. Elas realmente afetam os sindicalistas e as pessoas que atuam no sindicato de maneira diferenciada. Minha preocupação é que, se queremos reduzir, agora parece que estamos lidando com as regionais, e essas regionais têm uma tendência de diminuição também. Elas abrangem várias cidades e será uma discussão desafiadora. Talvez seja necessário recorrer a geógrafos para reconfigurar essas coordenações de modo que possamos funcionar de forma eficaz. Não sei se existe algo semelhante além de São Francisco, mas só para concluir, se precisamos fazer um enxugamento sensato, provavelmente será nessas pastas agora, pois não será possível reduzir muito nas regionais. Colocar municípios geograficamente distantes e de realidades muito diversas juntos é um desafio, apesar de a tecnologia ajudar nesse aspecto, facilitando a interação. De qualquer forma, são realidades muito diversas. Para concluir, como mencionei que não tomaria muito tempo, só peço que reflitamos um pouco mais. Estamos chegando ao fim desse processo, e a redução está se tornando mais difícil à medida que avançamos. Obrigado.

MARLENE: Encerradas as falas sobre este ponto, temos duas propostas em discussão. A Proposta 1 é a manutenção da pasta de Coordenação de Combate às Opressões. A Proposta 2 é a Coordenação de Formação Política, Assuntos Sindicais e Combate às Opressões.

PLENÁRIA - Não identificada - Não. Coordenação de Formação Política, Assuntos Sindicais e Combate às Opressões.

MARLENE - Então retiramos o "e". Portanto, Coordenações de Formação Política, Assuntos Sindicais e Combate às Opressões. Alguma dúvida? Alguma questão? Precisa de esclarecimento?

CELIANA – Não identificada – Eu tenho uma... não sei se é esclarecimento ou destaque. (inaudível) (37:00/37:20) assuntos sindicais intermediando essas duas perspectivas, para mim eu não me sinto segura para fazer essa (inaudível)

MARLENE - Correção, não foi o nome da pasta desde o início, surgiu no finalzinho da manhã. A proposta foi feita e corrigida porque tinha "intersindical" incluído, Joílson fez a sugestão de retirar esse termo "intersindical" que estava gerando algumas complicações, e substituiu por "assuntos". Foi aprovada essa alteração. Portanto, a pasta, em vez de ser apenas "formação política", foi aprovada como "formação política e assuntos sindicais". Certo? E essa proposta, Celiana, foi aprovada de manhã, em vez de ser apenas "formação política", ficou "formação política e assuntos sindicais".

GERSON - Eu tento uma proposta, eu quero tentar melhorar o mal estar dela, eu também sinto um pouco disso (inaudível)

CELIANA - Quando a votação só para ficar claro, eu só não tinha entendido essa vinculação de assuntos sindicais, combate às opressões e qual foi a outra? E formação política.

GERSON – É isso que eu queria falar, se colocar assuntos sindicais antes de formação política muda o conceito? Porque assuntos sindicais, seria a formação política e combate às opressões que talvez a forma (inaudível)

MARLENE - Vocês querem reformular? Vocês querem reformular a proposta dois?

MATEUS – Questão de ordem. Nós não podemos quebrar a ordem dos trabalhos. Nós votamos o nome formação política e assuntos sindicais, muitos se questionou aqui, eu acho que foi isso que (inaudível) a dificuldade da nossa experiência no meio sindical, destaque, questão de ordem, isso faz parte também da formação política, foi nesse sentido que a tese dele foi escrita, entendeu? aí ele pediu só esse atender, e isso já está pacificado, se a gente abre isso aqui agora, quebra a ordem dos trabalhos na minha opinião de avaliar. O que nós estamos voltando agora é trazer o combate à opressão, acho que não há prejuízo e se a gente achar que tem prejuízo quebra a ordem dos trabalhos.

GERSON - Sem querer ser chato pode fazer esse contra, é que quando viu Mateus, viu Mateus quando eu trago assuntos sindicais antes de formação política eu não associo como se a opressão fosse só ligada a assuntos sindicais me parece que quando vem assuntos sindicais e combates as opressões muitos próxima gente, semântica, o quer que acontece? Parece que eu só vou combater a opressão referente a assuntos sindicais.

MATEUS - Mais isso tem que ser apresentado como recurso.

GERSON - Isso como recurso de votação ou mudança de redação como Joílson que propôs.

MARLENE – vou passar aqui para a companheira Camila. 1 minutinho.

CAMILA - Eu acredito que houve uma inversão na nossa votação, porque inicialmente mudamos o nome da pasta e agora, por coincidência, as opressões estão sendo mencionadas no final. Desde o começo, estamos discutindo aqui sobre a formação política, e mesmo quando pedimos questões de ordem, isso também faz parte da formação política, porque as opressões ocorrem aqui. Portanto, estou registrando que é necessário fazer uma modificação. Eu sou a favor disso, porque já fizemos uma modificação antes, mas agora o combate às opressões está aparecendo no final, e isso não é por acaso. É para que não enfrentemos as opressões que ocorrem aqui, porque não temos a formação política adequada. Então, vamos

manter a menção às opressões no lugar certo, porque se não fizermos isso, continuaremos sendo oprimidos, e isso é a verdade.

MARLENE - Agora, antes de finalizarmos essa discussão, temos duas propostas em consideração. A proposta número 1 é a manutenção da pasta de coordenação de combate às opressões. E a proposta número 2 é a junção da pasta de combate às opressões com a formação política e assuntos sindicais.

CELIANE - Vou compartilhar minha opinião daqui mesmo. Minha inquietação se baseia no fato de que, me perdoe Joilson, quando você propôs aquela mudança conceitual, que foi inclusive uma mudança importante, eu não tinha percebido que ela estava associada ao combate às opressões. Por exemplo, quando se fala em "assuntos sindicais", parece muito genérico. "Assuntos sindicais" e agora estamos prestes a votar sobre a fusão ou manutenção. Eu não tenho certeza se "assuntos sindicais" contradiz o propósito de combate às opressões.

MARLENE - Certo. Vamos fazer assim: nesta etapa, primeiro debatemos se a pasta de combate às opressões permanece sozinha ou se é unida à formação política. Caso essa proposta seja aprovada, abriremos uma discussão adicional sobre a questão. Então, vamos proceder à votação. A proposta 1 é a manutenção da pasta de coordenação de combate às opressões, e a proposta 2 é a junção da pasta de combate às opressões com a formação política e assuntos sindicais. Vamos votar: Quem é a favor da proposta 1, ou seja, da manutenção da pasta de combate às opressões, por favor, levante a mão para que possamos contar.

MATHEUS - Eu conto os votos? 1, 2, 3... 24...

MARLENE - Agora, quem é a favor da proposta 2, que é a junção da pasta de combate às opressões com a formação política, por favor, levante o crachá.

MATHEUS - Eu conto: 1, 2, 3, 4... Seu Antônio ali, 5, 6, 7, 8, 9.

MARLENE - Alguma abstenção?

MATHEUS - Tem uma declaração de voto.

MARLENE - Com 3 abstenções, a proposta de manutenção da pasta de combate às opressões vence. Por favor, faça a declaração de voto completa, Borges.

MARLENE: Regime de votação:

PROPOSTA 1: Manutenção da pasta de coordenação de combate às opressões.

PROPOSTA 2: Junção da pasta de combate às opressões com a formação política e assuntos sindicais.

RESULTADO: Venceu a proposta 1 – manutenção da pasta de coordenação de combate às opressões com 24 votos a favor, 9 votos contrários e 3 abstenções.

MATHEUS - Mas eu acho que a gente tem que contar narrativas aqui, uma companheira à frente que defendeu que a pasta fosse política para as mulheres e combate às opressões também colocou isso tudo, a questão da nomenclatura ainda que venha antes ou depois a gente, o valor simbólico não pode deixar refletir nas nossas coisas e a gente estar fazendo

debate aqui de um sindicato que mesmo com as muitas dificuldades sempre pronunciou debates formativos e lutas combatendo as opressões, assim como Marlene meu telefone muito mais na pandemia não parava, de colega sendo assediado, de colega que se suicidaram e tivemos que ajudar, colega que estava recebendo todos os tipos de racismo institucional, racismo estrutural então eu acho que quando a gente faz esse debate não é um debate só de números, é um debate de efetividade, às vezes chega aqui só para constar, outra pasta não combate as opressões, mas muitas outras é somente para ter belo de marcação política e a gente peca em não ter efetividade, é uma coisa de quem sabe essa nova parte de formação política e assuntos sindicais nos ajude de fato a destravar isso e a gente fazer formação política e qualificar as pessoas pro debate e não ficar somente em marcação, demarcação, congresso, congresso é muito discurso bonito e zero prática.

MARLENE - Agora, pessoal, vamos avançar para o próximo ponto, que é a coordenação de política para as mulheres. Houve um destaque aqui mencionando a Tereza, que infelizmente não pode estar conosco. Alguém também falou sobre uma proposta que incluísse a temática LGBTQIA+, acho que foi Celiana. Então, vou incluir essa proposta. (inaudível) Ah, sim, entendi. Então, vou passar a palavra para a Camila.

CAMILA - Oi gente boa tarde novamente, é sempre importante a demarcação da companheira Teresa, a pasta não deve seguir da mesma forma que temos feito com a pasta de aposentados. Ela deve ser ocupada por alguém da área, mas também é importante que seja ocupada por uma mulher, porque isso está bem claro. Estamos aqui para garantir que todos evoluam o suficiente para que a luta seja fluída, mas nem sempre isso ocorre. É fundamental que a pasta seja ocupada necessariamente por uma mulher.

MARLENE - Celiana, você gostaria de fazer sua proposta de mudança? Eu acho que é corretíssimo, pode falar.

CELIANA - Como eu já havia antecipado na minha argumentação anterior, gostaria de retomar essa discussão e também propor a inclusão, que neste caso seria uma extensão, para abranger a bandeira da comunidade LGBTQIA+. Essa inclusão é importante, pois historicamente atendemos mais essa comunidade que, neste momento da nossa sociedade, está enfrentando situações de extrema violência. Estamos vivenciando uma gestão que busca ser territorialidade, mas também nacionalizada, e os assassinatos de pessoas pertencentes a esses grupos sociais marginalizados e criminalizados são uma triste realidade. Por isso, sugiro que não percamos de vista essa história e que conversemos sobre a possibilidade de estender e incluir essa bandeira em nossa atuação.

MARLENE - Ok, Joílson, você quer falar? E você também, Paula? Está pronto.

JOÍLSON - Na fala da **Serviana**, já que a gente está tratando da parte política, ela traz uma questão relacionada à bandeira LGBTQIA+. Eu entendo que essa relação que você faz estaria mais relacionada à pasta de continuar com as questões de opressão. Não é apenas um ponto de vista do meu entendimento que estou analisando aqui. Por quê? Nós já discutimos anteriormente a questão da etnia, e aí vamos muito na questão da presencialidade. O LGBTQIA+ não está inserido apenas na questão de gênero, ele tem também a questão de gênero. Por isso, na minha proposta tão criticada pelos amigos, eu coloquei apenas gênero. E eu vi que as pessoas não têm muita atenção no conceito de gênero, então se temos a pasta

de coordenação para as mulheres, eu acho que quando vamos para LGBTQIA+ isso prejudica um pouco essa discussão.

MARLENE - Deixe-me passar para Mateus também para dar esse esclarecimento.

MATHEUS - Joilson já comentou um pouco sobre isso, esse debate aqui é uma transversão. Eu na verdade não queria falar sobre isso, mas sabe o que me comoveu? Uma companheira que não está construindo, com conceito é autora dessa tese, e eu estava no debate, sabe, estava no estatuto de encontros regionais. E eu lembro que na época, também se debateu incluir. Na época, não tinha tantas letras, não, calma, estou dizendo que na época todo o período mencionando que no estatuto estava até QIA+, então na época a companheira Paula fez o debate, e foi aprovado por ampla maioria que não incluiria no debate de política para as mulheres. Se olharmos o estatuto, da condição Nacional LGBTQIA+ entra em outra pasta, está na pasta de opressão. Está no estatuto. Então, acho que, claro, somos soberanos, nós não somos, mas a sessão deve respeitar porque cada sessão que é eleita, a gente que está na DN recebe um e-mail que, se a sessão não cumprir qualidade, não promover política de inclusão da mulher, ela pode ter o repasse suspenso e não ser credenciada delegado. Então ela pede esse esclarecimento desse formalismo da tese de uma companheira que é da Bahia. Vamos prestigiar a luta com suor digno, a companheira Paula. Então o assunto que eu queria saber da mesa, qual é a solução a ser dada.

MARLENE - Para mim, a solução a ser dada é que a gente respeite e apoie o que o congresso decidir, e não que qualquer pessoa que tenha feito tese, com todo respeito à companheira, eu acho que a plenária é soberana. A gente analisa, vê inclusive a consideração. Está aí essa consideração, e até entender. Porque, por exemplo, eu não queria até falar sobre isso, mas eu passo para você, porque inclusive quando a gente fala assim, olha, coordenação de política para as mulheres e comunidades LGBTQIAPNA+, todas, nós estamos, nós estamos todas, eu estou me incluindo aí, gente, na questão de gênero, todos estamos juntos e misturados. Por isso, que eu defendo que realmente a gente reveja isso, porque quando a gente fez um debate no encontro de mulheres, a gente discutiu muito isso. A orientação, inclusive, era assim que a gente gostaria que estivesse, uma pasta específica para. E se existe hoje, e é triste dizer isso, mas as pessoas que fazem parte da comunidade têm uma mentalidade de longevidade menor que a nossa, que somos expectativas, é tipo assim, eu convivo com algumas pessoas, né? Eu não posso sair nesse horário sozinho, eu não posso fazer isso. Então essa é a realidade da comunidade. Então, quando a gente coloca aqui, eu acho que a questão mesmo é discutir gênero. Por isso mesmo, eu acredito que esse é o lugar, gênero e sexualidade. Obrigada, Margarete. Esse é o lugar porque, por exemplo, às vezes eu ouço George falando assim: "E aí, é a opção, não sei o quê, e tal." Aí eu fico pensando assim, que ouvi de uma fala já muito guerreira, que eu faço parte do coletivo dela, que alguns conhecem aqui, que é Aldemira. O que ela falou, eu fico pensando, refletindo, "Se fosse escolha, eu preferia gostar de mulher." Aí ela falou isso, e a gente refletiu, poxa, eu acho que seria assim, mas é justamente quando a gente pensa, agora, em escolha. Então, a gente pode fazer assim, ver se vocês concordam. Depois de todo esse debate, alguém quer falar sobre a proposta? Alguém quer falar?

PLENÁRIA – Não identificada - Sobre o esclarecimento, a partir da solicitação do colega Mateus que fez uma provocação, quais seriam os prejuízos de colocar a Coordenação de Políticas para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, se existe prejuízo em adicionar, acrescentar né?

PLENÁRIA – Não identificado (Não audível)

MARLENE - Não há prejuízo! Alguém aqui para defender o contrário? Não, não, não. O pessoal, só para eu esclarecer, eu estava aqui escrevendo. A proposta seria Coordenação de Políticas para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, obrigatoriamente ocupada por pessoas do segmento ao qual a pasta se destina. Então, com isso pode ser, né? Pode ser uma mulher, pode ser uma lésbica, travesti e assim por diante. Ok?

PLENÁRIA – Barulho - Pode ser um homem gay também.

MARLENE - Pode ser um gay, (vozes). Gente espera, gente olha só eu já entendi agora que a pessoa quer fazer que por exemplo ao invés quando você coloca outra toda comunidade pode ser ocupada por um homem, travestir, homem gay né isso?

MARGARIDA - Uma reposição de memória, posso? Essa memória não é nem recente, é uma memória recente, mas não é deste congresso. Temos que ter muito cuidado politicamente às vezes ao dizer quem pode ocupar uma determinada pasta apenas com base no gênero ou na raça. Nossa história mais recente neste país mostrou que isso foi uma falácia e, na verdade, uma sabotagem dos movimentos. Nada como minar um movimento por dentro, Damares e Sérgio **Amado** (aplausos). Portanto, se colocarmos apenas uma pessoa do segmento, poderíamos ter uma mulher homofóbica. Minha família, minha irmã é gay e casada há 30 anos, meu irmão é gay e tenho uma tia próxima que diz nos amar a todos, mas é muito homofóbica e nos desrespeita na primeira oportunidade. Ela é terrível. Portanto, não basta ser mulher, não basta ser gay para ser progressista. Portanto, muito cuidado ao amarrar a história recente deste país. Houve um enorme processo de sabotar os movimentos sociais a partir de dentro. Portanto, muito cuidado. Eu não sei como fazer isso, como eu disse no início, aqui eu só tenho dúvidas.

CELIANA - Eu queria dizer que Marlene, o seu discurso me contemplou, e Margarete consagrou. Eu iria falar sobre gênero e sexualidade, por isso que eu propus que a gente incluísse nessa categorização, para ser bem abrangente. Essas são outras maneiras pelas quais gênero e sexualidade são questões basilares, mas também as mais vulneráveis em relações sociais de discriminação, ódio e assassinatos.

MARGARETE - Nesse caso, eu acho que realmente ele congrega, porque a pessoa tem que estar atrelada, tem que ser alguém que compreenda gênero e sexualidade para que a pessoa que assuma possivelmente uma pasta dessa saiba que é necessário tratar de gênero e de sexualidade de uma forma emancipatória, igualitária e isonômica.

MARLENE - Inclusive viu gente Nadine, pode falar Nadine

NADINE: Já que houve um consenso de que praticamente todas as pastas dependerão de serem ocupadas pelas pessoas às quais as pastas se destinam, não seria melhor adicionar um parágrafo final que estabeleça que as coordenações devem ser ocupadas por indivíduos que representam os segmentos relacionados a essas pastas?

MARLENE - Viu gente, você quer falar, aproveite logo.

NÃO IDENTIFICADO - Eu me inscrevi, mas acho que a proposta da Nadine supera a minha, é verdade. A razão é que eu iria sugerir que, em vez de colocarmos essa especificidade, como

houve essa confusão, em vez de alguém do gênero ou alguém com história de luta nessa causa, era uma proposta para sairmos da situação restritiva em que estávamos, mas considero que a da Nadine é mais inteligente também.

MARLENE - Eu, particularmente, quero dar um depoimento. Não tenho nenhum problema com isso, porque se essa pasta está sendo coordenada por uma mulher, por alguma conclusão dela, uma pessoa travesti, um homem bissexual, uma mulher trans, o que importa é nos preocuparmos com as competências que estão nessa pasta. As competências presentes nessa pasta são o que importa, e se isso for realizado adequadamente, eu pessoalmente não vejo problema se for coordenado em conjunto com a comunidade. Então, acredito que é uma luta que realizamos em conjunto com a comunidade, já que as mulheres são vítimas de feminicídio em alta escala e a comunidade LGBTQIAPN+ também enfrenta desafios semelhantes. Portanto, não vejo problema algum nisso.

PLENÁRIA - Barulho da plateia – inaudível

MARLENE - Margarete, então podemos considerar a proposta que a companheira Nadine apresentou, que achei muito boa, de incluir no final um parágrafo único que determine que as pastas devem ser pelo menos... (vozes) Aguarde um momento, por favor, Vini... Espera, deixa a Ivanete falar.

IVANETE - Quando ela trouxe essa proposta, achei interessante. No entanto, comecei a pensar nas outras pastas, e percebi que talvez não seja necessário. Ela trouxe uma proposta que achei interessante, mas acho que seria importante especificar quais pastas estão incluídas nisso.

MATEUS - Em relação à proposta da colega Nadine, gostaria de dialogar um pouco sobre isso. Nós apenas amarramos as pastas do pessoal, ou seja, pessoal, pessoal, que inclui os segmentos de pais, docentes e aposentados, e também a nova pasta de etnia. Agora estamos discutindo a pasta de mulheres, que é uma exceção. São poucas pastas que estão dentro da regra de 18, e acredito que se adicionarmos um parágrafo que valha para todas as pastas, isso poderia acabar espalhando a validade desse parágrafo para as outras, mesmo que especifiquemos em "sindical do local" no debate. Isso pode trazer um pouco de insegurança, uma vez que já estamos amarrando muito pouco.

MATEUS - Falando em relação à proposta da colega Nadine, acho interessante dialogar sobre isso. Até o momento, as únicas pastas que foram amarradas são as relacionadas ao pessoal, ou seja, as pastas de pais, docentes, aposentados e a nova pasta de etnia. Agora, estamos discutindo a pasta de mulheres, que é uma exceção. Essas pastas estão bem à parte da regra de 18. Eu acredito que, se adicionarmos um parágrafo que valha para todas as pastas, isso poderia estender a validade dele para as outras, mesmo que especifiquemos "sindical do local" durante o debate. Isso pode gerar um pouco de insegurança, já que estamos amarrando pouco até agora.

MARGARETE - Que tal fazer o seguinte para evitar divergências? A proposta da Nadine poderia ser colocada em observação, com os pontos indicativos, e vocês poderiam manter o restante.

MATEUS - Deixe-me abordar também um ponto do George. Pela manhã, no debate sobre a imunidade social, por exemplo, a pasta que se destacou foi a de comunicação social. Nós fizemos um debate específico sobre comunicação social, onde foi assegurado que não seria

alguém aposentado que ocuparia essa pasta. Você está entendendo? Há muitas considerações que ainda precisamos levar em conta, como a comunicação social, que é algo específico e não foi comunicado até o momento.

MARLENE - Você se retira? Podemos retirar então e deixar como está mesmo, ok. Então, vamos fazer assim, vamos esclarecer para que possamos finalizar aqui as discussões e realizar a votação. A proposta é que na coordenação de política para as mulheres, tenhamos um texto que diga: "Coordenação de Política para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, obrigatoriamente ocupada por pessoas do segmento a que se destina a pasta." Então, em regime de votação, peço a todos que se manifestem levantando o crachá. Vamos fazer por contraste: quem é favorável à nova redação, por favor, levante o crachá.

PLENÁRIA – Participante não identificado - Repete o nome.

MARLENE - Coordenação de Política para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, obrigatoriamente ocupada por pessoas do segmento a que se destina a pasta. Agora, vamos fazer por contraste: quem é contrário à nova redação? (Vozes)... Então, vamos contar as abstenções. Um, dois... Com nove abstenções, a nova proposta foi aprovada. Fico muito feliz com essa aprovação. (Aplausos).

MARLENE: Regime de votação: Votação por Contraste.

PROPOSTA: A proposta da votação era a seguinte: "Coordenação de Política para as Mulheres e Comunidade LGBTQIAPN+, obrigatoriamente ocupada por pessoas do segmento a que se destina a pasta."

A votação tinha como objetivo decidir se essa nova redação seria adotada para a coordenação de política para as mulheres, tornando obrigatória a ocupação da pasta por pessoas do segmento a que ela se destina.

RESULTADO: Com 9 abstenções a proposta foi aprovada pela maioria.

MARLENE - E agora vamos para outro ponto que é uma discussão sobre a coordenação regional. Olha só, teve um destaque aqui, a gente aqui adotou não só para as coordenações regionais, mas também para as de suplentes. Está bom? Sobre as coordenações regionais, eu sei que tem um monte de gente inscrita. Eu vou ler aqui para ver se está tudo certinho. Em relação às coordenações regionais em destaque, vou ler, por favor. Os que pediram destaque primeiro foram Georges, Mateus, Joílson, Rubens, Elisvagner, Teresa (que não pode participar) e Marlene. No destaque sobre as regionais, vamos começar com o companheiro Georges, tá bom?

GEORGES - A nossa tese original tinha duas folhas e tratava sobre a apuração da diretoria. Ela coagiu para uma técnica de inclusão e níveis de coordenação. Tem uma avaliação muito clara, cada um tem uma maneira diferente. É inviável ter uma diretoria com 23 coordenadores, 5 suplentes e ainda incluir 5 coordenações regionais. Isso é um absurdo. Na prática, você tem 4 ou 5 pessoas trabalhando, e depois para montar uma chapa dessa é impossível. A pessoa bota o nome lá na base, bota seu nome aqui só para contar. É assim que ocorre na prática, é fraude. O nome disso é fraude e humilhação. É uma vergonha para o cara ali, que é sindical, chamar o colega para dizer assim, "fulano, pelo amor de Deus, coloque o nome aqui para fechar uma chapa", e depois o cara nem aparece. Então é isso que acontece. Sem entrar no mérito da desprezabilidade, se a palavra é essa, ou da importância das coordenações que foram criadas

aqui, o fato é que a gente parou no número de 18 coordenações. Então, se a gente mantiver 5 suplências e 5 coordenações gerais, a gente muda o número de coordenações. Vamos sair, o congresso estacionou no tempo. Quer dizer, isso não é possível. Então eu peço para dizer que não tem esse sentido de ter suplência. Não vem aquele "Ah, mas como a gente faz para sair?". Primeiro, quando alguém sai, hoje não faz nenhuma falta e a situação continua igual. Estou mentindo? Se houver a necessidade absurda, o que a gente faz normalmente, vai para a assembleia, recompor, e etc. Então, a primeira proposta é 0 suplente, zero. Você não precisa correr atrás de pessoas para se ajoelhar, para beijar nos pés dele, pelo amor de Deus, bote seu nome aqui. E em relação às coordenações regionais e aquela função que eu tenho travado aqui ao longo do congresso inteiro, as coordenações regionais, elas tiram o sangue, tiram energia da instância mais importante, que são os representantes de sindicatos de Barreiras, Irecê, Valença, etc. Esse sim, que é importante. E mais, quando eles se reunirem e se formarem, o conceito de representante, que delegasse a ele a capacidade de deliberar. Nós estamos vivendo no mundo da democracia. Aí, as forças políticas vão jogar pesado para fortalecer, primeiro para implantar e fortalecer as orientações locais. Aí vai sair do papel, aí vai existir. O sangue vai irrigar o tecido sindical. O que nós queremos? Nós queremos tomar todas as direções. Queremos eleger nossos colegas, nossos amigos, parceiros de eleição sindical de Salvador. E o resto, deixa como está. Eu não concordo mais com isso. Eu quero mudança nesse sindicato. Obrigado.

MARLENE - E vamos passar agora Mateus logo depois Joilson.

MATEUS - Mais uma vez, boa tarde. Eu citei uma tese propondo a criação de regionais de três tipos, nós fizemos um debate, o companheiro George, docente, explicou para a gente que são os territórios de identidade, etc. Eu vi essa proposta, ela faz sentido, tanto é que o único prejuízo que houve foi a uma regional que na prática foi dificultado, certamente. Mas, analisando o cenário de agora, está meio estranho, mas eu vou me apegar ao que a gente estava falando desde o início, a mudança, a dinâmica, construção dinâmica e dialética propositiva. Eu acho que a gente chegou aqui, pelo menos as pessoas que eu ouvi, as pessoas que eu já conhecia há algum tempo, às vezes uns constroem, às vezes temos alianças pontuais em algumas coisas, dependendo. Não dessa palavra de julgamento que eu acho que às vezes ela é mal utilizada, mas é uma reformulação, uma reapropriação na atualidade. Eu acho que quando foi feita a primeira forma, foi com boa intenção, criar um espaço. Mas agora, Margarete, como eu te abracei no 2 de julho, falando de manter as regionais pelo menos em 3, eu agora mudo e defendo a extinção das regionais.

MARGARETE - E se eu te disser que eu estava super confusa.

MATEUS - Super confuso, e com o fortalecimento do CR não, como deu liberativo, talvez a gente precise dialogar sobre. Mas esse é o processo, naquele houve funcionamento dos GPs e tal, mas a gente não está conseguindo fazer o debate da forma que nos propusemos. Muitos de se falar, eu chamo a reflexão, não só montar a chapa e tal. Quanto aos suplentes, desde o início eu respondo que se suprimir teve companheiros que defenderam reduzir. Para mim, se suprimir, eu não faço também e tem teses que defendem a supressão dos suplentes e é bom. E a gente tem uma racionalização que não é montar chapa, é quem vai levar a chapa, quem vai disputar e continuar aderindo o aparato e a gerência, é difícil. Então, nesse sentido, eu defendo a supressão das regionais, o fortalecimento dos CR em caso, perdendo a minha proposta que muitos companheiros aqui não têm a mesma ideia que a minha. Eu também

defendo que a gente faça uma reformulação das regionais, porque senão, a gente não sai do número que nós estamos hoje e saímos daqui da mesma forma que a gente entrou.

MARLENE - O próximo agora é Joílson.

JOÍLSON - Como diz o Mateus, é importante, é excelente. Independente, eu acho que o que nós estamos procurando aqui é o melhor para o sindicato, né? E a minha tese está escrita e vai estender que era realmente a extinção das regionais e criando, no lugar dessas representações regionais, criar a coordenação de representação. Um coordenador vai estar coordenando as atividades juntas ou as representações dos trâmites, né? Então, a proposta é colocar o George, o Mateus, que é a extinção dessas coordenações. Eu penso, independente nós sabermos o tamanho do nosso estatuto, mas tendo essa coordenação da representação, dá para fazer o trabalho tranquilo, coordenando todas as atividades, encaminhando a luta justa. A proposta é essa, criação da coordenação, uma coordenação regional e extinção, né, das coordenações, o fortalecimento dos representantes. Os suplentes, não. Aí eu concordo com vocês. Eu acho que as próprias assembleias, no fato da ausência, podem ser chamadas assembleias para a recomposição da executiva.

MATEUS - Poderia ser regionalização de interiorização você colocando no texto, se colocar a palavra interiorização.

MARLENE - Aí vem Rubens, Elisvagner, que deve ter saído, é Rubens cadê Rubens não estar aí não, eu passo pra Elisvaldo e depois eu passo para ele.

ELISVAGUINER - Pronto, eu estava observando aqui as falas de Mateus e George, os dois, mas Joilson falou aqui e eu concordei com ele, porque eu não acho que o sindicato é informado que a maioria é do pessoal do interior, certo? Nós somos aí uma dimensão imensa e hoje justo incluir todas as coordenações, então eu concordo com Joilson, deixa uma coordenação regional que vai promover atividades para todos os cantos, né? Isso.

MARLENE - Pronto agora é Rubens, então eu vou eu vou aqui para a frente. Gente, eu estou nessa com o que Mateus escreveu, a gente junto aqui de colocar 3 regionais, aí Mateus, eu acho que deu. Agora, não concordo com George, mas estou aqui para manter e defender a continuidade de como a gente propõe, todas as regionais. Até a, sabe, gente, eu me sinto na obrigação de compactuar. Quando a gente assumiu, em novembro, quem eram as suplentes? Se a gente fez, ajudou nossos municípios, nossa gestão, agradece aos nossos coordenadores. Inclusive, eu falo em nome, falando sobre o Felipe que está aqui, que ajudou muito, e a Ana. Aí eu vou dizer os nomes: Felipe, Ana, Rodrigo, Cornélio. Então, na verdade, eu me sentiria traindo a importância desses companheiros. Por que eu digo isso? Porque quando você diz assim, olhe, é um receio de representantes que fortalece. A gente estar com a maior dificuldade de compor, de tirar a representação do conceito nos campos. A gente fez a roda e a trajetória que poucos agora estão. Fizemos dois chamados, uma diretoria que nada, vamos chamar os CR no dia, só vieram 2. Então, eu trabalho assim, olhe, as dificuldades de participar. A gente faz várias coisas, né? Não vou aqui justificar nisso. Mas o que eu falo dos CR é que a regionais a gente dá o poder, gente. Porque para os nossos colegas das regionais fazerem parte da diretoria, eles têm direito a voz e voto, que nem a gente. Então, quando a gente trabalha nas regionais, talvez a gente precise ver qual metodologia a gente está trabalhando pra esse congresso aqui. E aí, Felipe, se quiser, pode me ajudar quantos, qual ajuda. Eu ficava aterrando os nomes, toda atrapalhada, e os pessoais da regional me ajudando a fazer as

assembleias híbridas. Então, pra mim, eu defendo a manutenção de 3 coordenações, como está na nossa tese, certo, das regionais. E falou de número, se a gente hoje reduz para 3 e tira a suplência, são 7 pastas a menos. Com isso, a gente passa de 7 e a gente deixa 3 na proposta e tira a suplência. Então, tirando duas e a suplência, significa que a gente desce de 23 para 16. Então, veja que é uma coisa super tranquila. Já concluí, viu, gente? Terminei a minha fala. Tenho aqui, Margarete. Depois, viu, **Serviana**? A gente abre uma pequena importante pro debate, e eu vou colocar Serviana aqui na lista. Já botou? Ok.

MARGARETE - Gente, eu também sou muito conhecida como **Prolixa**. Bom, gente, eu comecei minha atividade neste congresso dizendo que eu era só dúvidas, e pela certezas e incertezas que ele trazia. Mas eu vi que as dúvidas foram voltadas logo pra sala, aqui, onde a gente vai montar, no interior. Se essa proposta, o interior está lá sozinho. Mas eu disse aqui também, no início, que a gente tinha uma frase. Eu não consigo aqui uma postura, não, mas eu sei que a gente está fazendo para o que eu me candidatei, que era pra ser uma coordenadora regional. E, sinceramente, eu fui uma coordenadora regional zero. Eu me sentia muito mais uma conselheira, uma alimentadora, uma executora de alguma coisa do que uma coordenadora regional. Porque eu fui compor uma chapa, Marlene me convidou e fui concorrendo a uma chapa. E quando eu li para que eu estava sendo empossada eu cai para traz e disse para Marlene, e para Camila me incluía fora dessa porque eu não vou fazer isso, eu sou muito sincera eu não estou coach de mulher de ninguém e nem home de ninguém, estou sendo muito sincera aqui. Eu fui uma impostora, igual a novela mexicana. certo? E aí, eu me juntei à tese de Georges, saindo das inscrições da de Mateus, logo no início. Mas no ir e vir das discussões e na minha compreensão, percebi que precisamos enxugar as informações que os colegas trazem. Aqui, a gente vai construindo. No meu caso, fui construindo novas compreensões pra entender até sair do pingo um pratinho de sopa. A minha convicção era do pingo, agora está no pratinho de sopa. Não era tão profundo, mas já dá um caldinho mais. Agora, o que é que acontece? Saindo daqui, eu vou acompanhar Mateus e me juntar de novo a Georges. Eu estou saindo e voltei para George pelas extinção das regionais, mas com uma proposta me assegurando, quando tiver uma discussão do CR. Eu não quero a questão do CR como **liberativo**. Às vezes, umas coisas que a gente pode, sem deixar o interior, porque professor de geografia, viu Joilson, é poder, né? A região é um **porte** geográfico de poder, relação de poder. Então, o que a gente faz? Eu proponho que, assim, talvez uma coordenação, uma coordenação de interiorização e articulação dos CRs. (Aplausos).

MARLENE – Estão escritas aqui, Edinailda e **Seliana**. Então, se alguém quiser se inscrever até a fala de **Seliana**, a segunda, pode ser até a fala de **Serviana**. Restrição é de dois minutos. (Discussão)...

PLENÁRIA – Não identificado – é só uma questão de esclarecimento (inaudível) existe até então duas propostas que são as teses eu quero saber se existe alguma defesa de manter o que está até hoje.

PLENÁRIA – Vozes

MARLENE - Não, assim, porque na verdade estão modificando a proposta que está na tese de Joilson e querem colocar na linha o que Margarete acabou de propor. Então, a gente vai ter duas posições. Passar aqui para **Serviana** agora, e quem mais? Restrição: Mateus, Aline, restrição, e Mateus e George, restrição. Givas, restrição também.

CELIANA - Eu quero fazer a defesa do princípio de regionalização. Eu penso que esse espaço é inegociável. Duas coisas que eu vi e que eu fiquei pensando em trazer aqui para vocês. Primeiro, a manutenção do princípio de regionalização ou também interiorização, que são espaços próximos. Porque a gente precisa, no momento nem formado está, toda uma concepção de desconstrução da soteropolização, tudo em Salvador, não pode ser esse espaço de congelamento dos movimentos sindicais, não pode. A outra questão, estou sendo bem didática, o SINASEFE precisa de vocês, construir George, construir Roger, todos nós, uma verdadeira campanha de adesão. Gente, precisamos, você gritar, discursar, principalmente a tática social em relação ao social. Eu vi que hoje nós temos 5%, que não foi falado, hoje foi. Que 5% é um percentual de quase diante da grande capacidade que nós temos institucional. Então, duas questões, para sintetizar e reforçar, ou reconstruir uma campanha passiva de adesão financeira, fiscalização e principalmente, manter o caráter realista de uma legislação. Não podemos abrir mão disso. Venham, irmãos e irmãs, venham de lá dos cantos, venham pra cá pra somar, que a gente também aprenda, reaprenda, sair de Salvador fortalecido. Mantenho a proposta, eu sou 3.

MARLENE - Gente, eu vou olhar aqui nos inscritos, tá bom, para ver se alguém quer se inscrever também. Pronto, então aqui, olhe, Serviana falou, Aline, Givas, Saulo, e a reinscrição Mateus e George. Tá bom, então pode vir aqui, Aline.

ALINE - Pessoal, boa tarde. Eu estive pensando aqui enquanto a gente valoriza aquilo que ficou muito tempo esquecido ou descartado. Sabemos que a Bahia tem 417 cidades, e tem cidades em que o governo precisa ter uma lógica para compreender todas elas. Temos os territórios e as entidades, que são poucas, e que precisam melhorar. O problema da regionalização é sério e grave, porque nós somos uma rede, e depender de haver ou não eleições é um ato de formação política. Parece que estamos pensando em administrar juntamente com outra gestão e transformar isso em um sindicato. Vamos tentar pensar, apenas pensar. Pensando nos territórios e nas regionalizações, vamos para a Região Norte. A Região Norte compreende Juazeiro e Paulo Afonso. Não sei se tem alguém aqui de alguma dessas três cidades. Atualmente, estou com a regionalização chamada Região Norte, que inclui Juazeiro e Paulo Afonso. São três cidades, e parece que é possível pensar na regionalização assim. Agora, vamos para a próxima regionalização, a Região Sudeste, que inclui Vitória da Conquista, Jequié e Brumado. Parece que é fácil utilizar essas três cidades do jeito que estão aqui. E vem a quarta regionalização, que é o Extremo Sul, que inclui Ilhéus, Valença, Ubaitaba, Salinas, Porto Seguro e Anápolis. Eu acho que essa proposta é sobre interiorização, e quem tem que tomar a frente e falar sobre isso são vocês, do interior. É um território de identidade que é muito mais de vocês do que nosso, aqui em Salvador. Estou dizendo isso porque precisamos que vocês assumam o protagonismo regional, e venham lutar por esse território sem estar debilitado. Se não funcionar, aí sim é a vez da gente, inclusive, pensar em um sindicato de interiorização. Por que sempre centralizar? É uma disputa territorial, política e também uma necessidade de repensar como isso pode sair de dentro de Salvador. Não estou trazendo nenhuma proposta, só compartilhando isso.

MARLENE - Agora é a vez de Givas, seguido por Saulo. Lembrando da memória de hoje e de ontem: quando aparecer "concluído" é porque a pessoa ainda tem 1 minuto. Hoje são dois minutos, e ela ainda tem 1 minuto. Quando aparecer "conclusão", é porque o tempo dela acabou, e você só finaliza o raciocínio, tudo bem? Já explicamos isso pela quarta vez.

GIVA - Eu confesso para meus companheiros e companheiras que quando eu vinha e aí, eu conversei com meu companheiro Saulo. Eu realmente, com relação ao quanto eu tinha de argumento para defender a questão da manutenção das regionais, cheguei permanecendo com essa dúvida. Mas a partir do certo e aí, muito angustiado, no congresso anterior, só lembrando, quando foi aprovado isso, nós avaliamos como uma evolução muito grande, tanto no ponto de vista democrático na divisão das responsabilidades da executiva, quanto na aproximação dos sindicatos nas suas vagas. Então, angustiado porque eu não queria regredir ao plano de acabar com as regionais e eu também estava meio certo tempo para defender que fosse uma guia. Porque na prática, eu acho que minha pasta lá distante e em seguida as atividades das opressões, mas o momento aqui agora sobre a fala da nossa coordenadora Marlene. Sabe por quê? Porque eu penso e aí eu comecei a pensar há poucos instantes que a questão da regionalização é puxada, primeiramente, pelo debate de distribuição do poder e da aproximação do sindicato com a **inaudível** (01:40:33/01:40:35). E aí ela me falou uma coisa muito clara e é o seguinte: a gente no processo, a gente divide para conquistar. E se ela, na posição de coordenadora geral, acabou de dizer pra gente aqui que a regionalização para ela foi muito importante, eu agora tenho argumentos para defender. Ainda que eu não consiga defender as 5 regionais, eu defendo a tese da coordenadora de a gente manter 3 coordenações regionais. Certo, entendendo assim, não para os males ao redor, mas com a visão que a gente consegue pelo menos manter um instrumento dentro da função. É uma questão que ajuda muito a executiva a se relacionar. Então, eu faço a defesa das 3 coordenações e faço mais uma pressão, que parece que a gente talvez ainda não tenha sindicalizado, mas já temos mais um campo aprovado na estrutura do IFBA. Então tem que acrescentar, eu não sei se é Campo Formoso ou mais alguma coisa, né.

MARLENE - Saulo, depois Ana.

SAULO - Vou dar uma levantadinha, estou só mancando. Oi gente, boa tarde. Então, eu vim já que todo mundo está relatando essa experiência e transformação, eu também vou dar meu testemunho. Não, eu vim pronto para defender a manutenção das 5, né? Por quê? Porque isso é algo que quem acompanha por mais tempo sabe que a gente sempre colocou como foco a interiorização. E o que eu estou entendendo é que há um diagnóstico de que a forma como a gente tentou resolver o problema de interiorização não deu certo. Então, também se é uma fonte de diagnóstico geral, eu não posso achar na minha cabeça, pela minha opinião, que estou certo. Então, eu vou ser prejudicado. Ao mesmo tempo, eu me pergunto: se mudar de 5 para 3 faz diferença? Não faz, não faz, gente. Com todo respeito, com todo carinho, pensem nisso. Por que? Porque se a gente mantiver o caráter dessas coordenações, as tônicas dessas coordenações como elas são hoje, de puxar para 3 ou aumentar para 8, o efeito vai ser o mesmo. O que eu acho que resolve, na proposta de consenso que eu gostei muito, é uma coordenação de interiorização. Alguém que vai ser cobrado diretamente para implementar uma política que vai ser tirada das instâncias. É muito mais objetivo, funcional e fácil identificar as pessoas e cobrar as tarefas. Agora, eu tenho um argumento, aí eu não sei em que medida, porque aí eu quero pedir coerência. Se nós estamos retirando por uma questão de melhoramento, enxugamento, etc., do aparato, e vamos colocar isso em uma política muito mais organizada e centralizada em uma única organização, que eu acho que é a melhor ideia, eu acho que é razoável que a gente também qualifique isso no sentido de ser ocupado por alguém que é lotado no interior. Porque a coordenação de interiorização vai ser ocupada por alguém da capital? É mesmo, eu não sei nem se é possível argumentar sobre isso, sabe? Eu acho a ideia absolutamente brilhante. Ser uma coordenação só, confesso aqui que não tinha pensado nisso, até elogio Mateus, ou Margarete, o grupo todo, uma excelente ideia.

Mas, concluindo, eu faço um apelo à sensibilidade da assembleia: se vamos dar esse passo de melhoramento, vamos garantir o princípio, vamos garantir interiorização por gente lotada do interior. (Aplausos).

ANA - Gente, boa tarde. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar participando aqui no congresso. Esse momento é cheio de emoções, indo de 0 a 100 em segundos, querendo poder experimentar. Então, eu fiquei um pouco com a fala do Saulo e com a fala da Aline, né? Quando a gente fala da preocupação com o interior. Então, passo pra vocês que sou iniciante, não assinei filiação ao sindicato antes de assumir a posse, Mateus. Mas, assim que cheguei lá, me sindicalizei. Porém, fui chamada de bandida, sempre fui chamada de bandida, porque a gente não sabia para onde recorrer, a gente não sabia dos direitos que a gente tinha. No cartório, com medo, acuados. Então, assim, ao mesmo tempo que fico com muito receio de que a gente não consiga chegar com as pessoas que estão mais distantes, acho que a gente precisa efetivar de fato a continuação desse trabalho. Porque eu não tinha representante. A distância de Juazeiro, de Seabra, de Barreiras para Salvador. Então, é um apelo que eu faço. Agora, estou mais pertinho, vocês vão me ver mais frequentemente também. Ontem, um colega mandou uma mensagem pra mim, perguntando como está o congresso. Eu disse: "Estamos aqui para lutar pelos direitos". Mas ele respondeu dizendo que eles estão sendo silenciados. Então, quem vai assumir esse papel e qual trabalho que vai ser feito? Não concordo com as 3 regionais, porque pra mim é inviável. Você pensar que Barreiras é o menos, por conta da realidade. Ou mantém 5 ou 1, mas com trabalho. (Aplausos).

PLENÁRIA - Gente, boa tarde. Eu ainda estou tentando entender, né? Começou a contemplação e já estou cheia de dúvidas. Eu vou ver se vocês me esclarecem. Primeiro, eu estou lá em Porto Seguro, sou da região sul, do extremo sul. Gente, eu entendi. Existe um coordenador regional que atua como gestor. Ele mora lá, ele tem que morar lá ou aqui em Salvador? Quem é essa pessoa? Eu posso saber? Porque eu fico preocupada, no sentido de que penso assim: se só a coordenação para as 5, vou fazer um ano mês que vem e ainda não conheço meu coordenador regional. E reduzir para 3, isso é uma dúvida. E ainda tem a proposta de 1, mesmo esse 1 sendo interiorizado, sendo do interior e articulado. Ele vai dar conta de organizar todas essas regiões como os 5 conseguem? Sinceramente, eu estava pensando até em ampliar, mas aí a gente já discutiu a quantidade de pessoas. Eu acho que, no mínimo, eu sugeriria que a gente mantivesse os 5, como todos falaram.

MARLENE - Gente agora nós vamos para as restrições, aí tá Mateus, George, Elisvalda, Joilson e Marlene, dois minutos

MATEUS - Primeiro, tirando a proposta de supressão, mantenho a tese de 3 regionais. A primeira, que é uma só, foi a que o Saulo e a Margarete deram uma excelente contribuição, Joilson também. Em relação ao que a companheira trouxe aqui agora, eu iria dizer que o ideal seria saber primeiro o que é consequente para o campus, né? Porque o coordenador regional, imaginem aí, se tivesse um coordenador regional para cada campus, seriam 24 coordenadores. Então assim, é uma questão também geográfica. Ilhéus não é mais perto que Porto Seguro, mas é mais perto que Vitória da Conquista. Aí seria local. Então, nesse sentido, a importância dessa nova coordenação fortaleceu esse ego, esse ego de articular. Esse ego porque o novo vai ser uma coordenação de interiorização e articulação das representações de campus. Foi o que você falou: coordenação de interiorização e de articulação da representação de campus. Então, vai articular. O CR vai ter folga. Cachorro de dois donos morre de fome, cachorro de 5 donos nem existe, ele vai morrer, ninguém vai dar comida, não

vinga. Então, vamos focar em uma pessoa que faça a articulação completa. Sabendo que seja em campus, vamos batalhar para eleger. Nem que eu fique uma semana lá em Porto Seguro para eleger só ele para ser coordenador geral, mas a gente joga força nesse trabalho. Não adianta ter 5 pessoas, 10, 24, e não vão fazer o trabalho. Então, minha proposta, incluindo retirar a supressão, é fazer o coordenador de interiorização e articulação. E, se não passar essa, a gente defende a tese.

MARLENE - O próximo é o George e, logo depois, a Elisvalda.

GEORGE - Boa tarde. A questão da interiorização das atividades sindicais ela acompanha passo a passo a expansão do IFBA no interior do estado. Em uma época, os quatro cantos do interior foram retomados e fizemos isso, é histórico, coisas do tipo que a gente foi percebendo. Em 2010, até a primeira fase da expansão do IFBA, a necessidade de mudança no lado sindical. Então, nós começamos - eu sou uma das pessoas que são mais antigas no sindicato - em 2010 e começamos a distribuir dinheiro para os representantes dos interiores. Eles eram fretados por nós, recursos para fazer as comemorações. Começamos a visitar os campi com advogados, começamos a participar. E aí evoluímos para os CRs, e depois apareceu a ideia das formações regionais e as críticas. Porque a gente tem uma concentração muito grande de pessoas, enquanto Salvador tem saído da participação relativa. Até hoje, 30% dos servidores. Isso é um processo dinâmico de desconcentração, então é um processo que a gente vai aprendendo. A experiência dos campi regionais, a Serviana... O ideal era ter coordenações regionais funcionando e a realidade é outra, a gente sabe quantas pessoas vêm para Salvador, e você conhece a realidade. Então, acho que a gente tem que falar como delinquente, né? Se tem que dar um passo para trás, tem que dar dois para frente. A questão da coordenação regional tem que acabar mesmo. Eu vou lhe dizer, a questão eu vou contestar com a proposta de um coordenador regional, mesmo não acreditando e com medo. A depender do coordenador geral, isso pode ocorrer. Então, eu vou retirar a minha proposta para contestar, apesar de ser uma visão política. Eu não sei se uma pessoa só vai dar conta disso.

MARLENE - Gente, eu estou pedindo por favor, a gente está com lanche ali, e a gente tem que concluir. Elisvaldo, Joilson e eu.

ELISVALDO - A maturidade, muitas vezes, faz com que a gente fuja ou finja, finja que existe, mas as coisas não funcionam. Não adianta essa pessoa que está bonitinha no papel, atendendo tudo, e na prática não funciona. Sinceramente, tem determinado momento que me estressa, e é preciso ter a coragem efetiva de chegar aqui e colocar o que está se passando. Por exemplo, foi mencionado aqui o território imediato. Nós temos 27 territórios de retirada. Se nós fôssemos fazer o que teria que ser feito, ou seja, se nós seguíssimos o que já estava no nosso regime anterior, não seriam 5, não seriam 3, seriam muito mais. Então, quando a gente propõe aqui uma única coordenação, é justamente para tentar organizar, junto com o Mateus e o George, essas atividades e dar peso efetivamente para um representante. É essa pessoa que tem que trabalhar, não é o coordenador. A realidade é essa. Não adianta querer fazer bonitinho e fingir. É isso. (Aplausos).

MARLENE - É para finalizar, né? Viu, gente? Alguém perguntou o nome, mas eu quero justificar, até por questão da agenda. A agenda que foi entregue esse ano tem os nomes de todos os coordenadores, e eu mantenho, inclusive, assim porque eu sou aqui de Salvador e sei que os problemas têm que viajar. Inclui-se a assessoria jurídica. Na última assembleia, prometi duas vezes, e estou faltando Brumado, Santo Antônio de Jesus. E agora tem uma

coisa, eu acho que essa questão de regionalidade a gente tem que ouvir, principalmente quem está lá no interior. E aí, a gente confunde muito aqui o cargo, que são coisas diferentes. Porque quando a gente bota para funcionar regional, eu, dependendo das pessoas, a gente também dá a população. Aí eu assumo que, pelo menos, fico muito satisfeita com o trabalho que fiz junto com esses colegas. Porque, às vezes, a gente fica esperando o cara que está na regional, mas a gente tem que fazer a prorrogação, a gente tem número, a gente conversa, a gente dialoga. Então, eu acho que a questão não é a pessoa só, é sim a responsabilidade. A liderança é quem tem a responsabilidade de fazer a política. E por isso que eu vou defender as regionais, as 3, porque eu acho que, na gestão nossa, a gente fez essa política de futucar. Por isso estou falando logo do Felipe, de ficar mandando mensagem, de "vamos fazer", "vamos ajudar", como eles ajudaram. Então, por isso que sou digna a essa manutenção das 3 regionais, proposta na tese. Mas sei que vou ficar tranquila se vencer. Inclusive, as pessoas que vieram aqui para tirar, não sei, não vou falar, mas vou continuar defendendo as 3 regionais.

PLENÁRIA - Eu fiz uma consulta aqui a Marlene e acho necessário fazer uma correção de termo, porque tem muitas palavras sem maneira sendo usadas e aí a gente às vezes fica defendendo uma coisa porque palavra é continente. Eu não sou de infligir, porque palavra é continente. A fala de Marlene me suscitou isso quando ela fala assim: "as regionais pensando no interior e regiões metropolitanas esquecem que Salvador é uma região". Então, gente, a gente tem que ter muito cuidado. Eu sou professora de geografia, estou com mais dois professores de geografia ali, então assim, se for para atender às demandas das cidades fora da região metropolitana, fora da região de Salvador, eu acho que a palavra então não é regionais, porque Salvador também é uma região. Então, assim, ornamentação, né? Falar as coisas, falar do continente, região é um conceito. O conceito de região é forte e diário para fins de ação de controle. Temos ali a professora Maria de Sousa, dela tem um pavor quando a gente pega o conceito de uma área e fica se globalizando. Então, assim, até para fins jurídicos, inclusive a região metropolitana, Salvador, que é uma coisa que eu percebi que é a capital, que é Salvador x Diretoria x as demais cidades. Então, assim, a palavra então não é região. A palavra não é região, porque todos esses recortes fazem parte de uma região. Se é para articular interiorização e articulação, vai ser muito mais adequado teoricamente do que usar a expressão região. É um vício da profissão onde o conceito da gente tem que ter um cuidado muito grande com o conceito.

MARLENE - Gente, as teses que foram apresentadas que têm regionais, eu gostaria de propor um encaminhamento. O que seria? A gente resolveria a parte, na minha visão, a gente evitaria se permanecer regionais ou não. Permanecendo quantas, não permanecendo. A gente pode fazer a outra proposta, que é uma, porque estou vendo que está caminhando para uma outra proposta. Tem 3 regionais, a das 5 e teve uma proposta que foi uma, unindo com a interiorização.

MATEUS - Veja só, as opções de regionais eram só para regionais. Minha opinião e sugestão são as mesmas. Voltaríamos a manter as regionais, ou criar a coordenação de interiorização. Se passar de regionais, aí a gente bota 5 ou 3.

MARLENE - A gente pode inclusive fazer duas propostas. Proposta 1: manter as regionais. E a proposta 2: criar a coordenação de interiorização e articulação de campus. Ok? Pode ser assim. Fico tranquila. Entendeu? Se passar a manutenção das regionais, a gente abre para definir o campus.

PLENÁRIA – Gente, só para ficar registrado e claro, eu fiz um adendo na proposta de consenso. Então, quando a mesa anunciar, por favor, coloquem um alerta para ver se algo, de fato, passou despercebido e não vai causar problemas para nós.

PLENÁRIA – As dificuldades de chegar nesse lugar distante, então essa competência dessa nova coordenação que está sendo pensada, influenciaria também nessa votação, por quê? Porque se, por exemplo, uma das competências é fazer esse guiar e chegar junto, não sei o quê, ser cinco não consegue dar conta? É para fazer essa conferência das cinco? É isso que eu não estou conseguindo entender, sabe? Não sei se alguém quiser me ajudar nisso.

PLENÁRIA - Posso pegar, acho que de uma maneira muito concisa, até pela questão do tempo e da observação. Muda a competência, por quê? Porque o poder que essa coordenadora ou esse coordenador regional vai ter, nenhum dos representantes das coordenações locais teria. Essa capacidade advém da centralização do tempo, do recurso humano, do recurso financeiro e da cobrança da base. Porque não vai existir mais essa situação de Jacobina não saber quem é o coordenador regional. Tem um coordenador regional e ele é fulano ou fulana, e a gente vai cobrar dele, percebe? É atribuição acumulada, mas com caráter diferente e com ampliação de poderes e com centralização de recursos.

MATEUS - Questão de ordem, questão de ordem. Eu vou fazer uma questão de ordem que permite à mesa. Questão de ordem. Nós temos uma tese, viu Saulo? Respeitosamente, eu entendo. Aí ela perguntou das competências, que a gente precisa ter a coisa por escrito. Amém. Ele traz aqui, e a gente pode reformular. O que eu queria propor, questão de ordem, votaríamos a criação, como nós fizemos em outras, e depois delinearíamos as competências, usando como base o que muita gente falou, que pode se juntar e escrever, que eu vi que Camila fez isso, ficou indo até as pessoas, pegando como referência a tese do companheiro que trouxe. E a competência influenciaria. Sim, na votação. Ela vai ter que ser remodelada, porque o nome dela está abarcando o que a regional tem. Porque a regional hoje, cadê as competências da regional? Não tem. Ela só não tem. É muito genérico, se você achar no regimento. Mas o que eu quero frisar é que a tese, a questão de órgão, já traz novas competências, até melhores e maiores. E quero louvar aqui o Joílson mais uma vez por ter feito na época das mulheres. É página vinte. No final. Eh. Artigo vinte e nove.

MARLENE - Ivanete, foi como foi o esclarecimento? Então, olha só gente, a gente pode tocar assim a votação. Proposta um: a manutenção, viu gente? Proposta um, a manutenção das regionais, né? Das regionais que eu digo, depois o desdobramento antes. E a segunda proposta é a criação da coordenação, eu coloquei aqui de interiorização, ocupada exclusivamente por alguém que seja, né? Isso lotado no interior, OK? Então, do regime de votação, quem é favorável à manutenção das coordenações regionais, por favor, levante o crachá... Muito melhor das coordenações. Desculpe o nervosismo, mas eu falei no início que, se essa for aprovada, a gente debate quantas. Não sei, mas eu falei já, compreendido. Já compreendido? Já são, porque estaremos singularmente conversando. Eu falei no início assim: "Ó, vamos votar proposta um, que é manutenção das..." Eu falei das coordenações regionais. Se aprovada, a gente vai ver quantas. Falei isso e a segunda... Então, quem é favorável à proposta um, que é a manutenção das coordenações regionais, por favor, levante o crachá. Muito bem. Quem é favorável à inclusão da coordenação de interiorização, ocupada por alguém lotado no interior? Abstenção. Abstenção. Uma. Duas. Quantas vezes? Seis. Seis. Então, com seis abstenções, a gente...

PLENÁRIA – Não Identificado – Declaração de voto - declaração é rapidamente só porque eu fiz a defesa aqui e, inclusive, em respeito à coordenadora, defesa da proposta das três coordenações, certo?

MARLENE: Regime de votação: Votação por Contraste.

PROPOSTA 1: Quem é favorável à manutenção de coordenação regionais.

PROPOSTA 2: Quem é favorável a inclusão da coordenação da Interiorização ocupada por alguém lotado no interior.

RESULTADO: Com 6 abstenções a proposta 2 foi a ganhadora – com a proposta 1, tendo apenas 3 votos.

INTERVALO PARA O LANCHE

MARLENE - Vamos precisar agora para concluir essa parte da diretoria, de duas coisas. Uma é o último ponto de destaque, que são os suplentes, e temos um recurso de votação para decidir, tá bom? Então, a gente vai apresentar por Mateus. Pode. É, estou aqui olhando, são 17:45. É, é uma ter uma proposta assim. A gente ficar no teto até às 18:30. O teto. Porque hoje nós temos a confraternização marcada das 20h às 22h, que é o rodízio de pizza e massas, e a gente sabe que temos crianças. Tem um momento de confraternizar, então o que é que a gente pode fazer? Existem, é a seção 4 que a gente decidiu hoje, no início da plenária, que a gente vai continuar com as teses, correto? Na ontem. Então, se a gente pode, é um compromisso que a gente precisa fazer, começar amanhã às 9 horas em ponto, porque as teses, próximas teses que a gente vai discutir. Não tem tantas, conflituosas? Mas a gente tem alguns problemas. E aí, o que é que a gente pode fazer é usar a estratégia. Aquelas que, por exemplo, vou dar um exemplo. Comitê de ética. Nós temos duas propostas que podem ser fundidas, a gente pode fazer de manhã. Uma seleção daquelas que não tem problemas, que mais menos confiante, decidimos logo. E fazemos avaliação daquelas que precisam de maior debate, pode ser assim, a gente faz isso amanhã e hoje a gente finaliza como. É discutir agora a suplência, que é um ponto de destaque, que tem algumas pessoas aqui, ó. Em destaque de suplência, né? A gente tem alguém mais daí? Eu lembro que até votei no nome. Estivemos hoje, a gente já até voltou isso e, ao invés de grupo, a gente vai seguindo, não é? E aí a gente só tem um ponto de suplência e um recurso de votação, que é de Mateus, pra fechar a questão da diretoria. OK, passar adiante, então eu vou começar pela parte que é. Isso. Isso, ó, é. Agora eu tenho, Camila, eu acho importante, né, Camila? Colocar aqui que eu acho que está pronto, né? As competências das pastas aprovadas ne? Desses que é importante, né? Principalmente das ações afirmativas.

CAMILA - Oi, gente, boa, boa tarde. a gente reuniu basicamente para ouvir (inaldivel) né? Que damos assim. Atribuições de cada faixa cada, hoje coordenação que é que? Então, o que ficou, né? Como encaminhamento, vejam se tem acordo e, enfim, se tem algo adicional. “É competência apoiar a luta de pessoas negras, indígenas e quilombolas. Que seja obrigatoriamente dirigida por pessoas negras, indígenas e quilombolas, que também que combatam racismo institucional e estrutural, que garanta a implementação de políticas afirmativas a setores, setores. Que promova campanhas educativas de combate ao racismo estrutural institucional através de real realização, realização de cursos, palestras e seminários a cada 2 anos. Que oriente o juridicamente que servidores que sofrem racismo, que promovam a formação de liderança de pessoas negras, indígenas e quilombolas na bacia do grau que crie, que fortaleça os me avisou. É exige o cumprimento do decreto 11443/2023, e

que ele invista, que garanta o investimento de 2% dos recursos da cessão SINASEP, para a produção de ações envolvendo abaixo.

MARLENE - Pode falar Saulo

SAULO - Falar que na parte da orientação jurídica faça como aquela outra. De opressões a gente botou “em parceria com a assessoria jurídica”, para que não recaia somente sobre a coordenação de etnias, dar um apoio jurídico, mas sim coordenar o jurídico.

MARLENE - Escrito é, criação, criar. Não, eu acho que é fortalecer daqui é, mas tem criação mesmo. Então, na verdade, é só fortalecimento. Essas são de fortalecimento.

CAMILA - É complementado, é atribuição dos 2%, então a parte. Instituir quer dizer. Isso é meio, né? Homem? Ela só passa a história. Eu. A parte de acesso, outras gatas é uma parte. Corações gostou aparecendo, a pessoa tem que ser negra, indígena ainda. Isso pronto, é só uma observação aqui, uma colega fez. A leitura é boa para que todo mundo ouça que deve ser obrigatoriamente dirigida por pessoas negras, indígenas ou quilombolas... não precisa ser, garantem que seja cheio.

PLATEIA - Você não acha difícil para conseguir alguém que seja, né? E alguém que tenha que atenda, né? O critério às vezes é fechado, tem que ser uma coisa é outra. Outra coisa que eu levantei é, é, né? Mas não está aquilombados, não é quilombola, entendeu? Aí, não, não habilitaria é não é justamente o cuidado é para que a redação não faça isso.

MARLENE - Gente, podemos votar esse conteúdo? Podemos? Então, quem é favorável a esse texto apresentado como competência da pasta criada, por favor... levanta o crachá. Contrários? Pode baixar, certo. Abstencões. Uma abstenção, duas? Então, por ampla maioria, fica aprovado as competências. E agora vamos dar procedimento que vai ser... o que, gente? Primeiro, a gente pode decidir o ponto de quem é de suplência. Eu vou olhar aqui primeiro.. Quem se inscreveu no ponto de suplente? Mateus, inicialmente, e George. Presentes? Agora à tarde. E aí? Se precisar, a gente abre para outras pessoas agora à tarde, ok? Então, Mateus, Plateia... se a pessoa se sentir contemplada... E é isso aí. Obrigada por lembrar. Quem se sentir contemplado não precisa se manifestar.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste. PROPOSTA: Quem é favorável ao texto final apresentado como competência da pasta. RESULTADO: Por ampla maioria foi aprovada as competências com sua redação, com 2 abstenções.

MATEUS - É uma supressão. E eu queria fazer um destaque nessa proposta de supressão de todos os suplentes. Primeiro, na minha tese, eu subscrevi outros companheiros e companheiras e não defendi a supressão para três. Porém, depois dos debates aqui, eu me convenci e fui convencido de que reduzimos a nada. E só para fazer um paralelo com essa proposta: quando estávamos debatendo sobre se o suplente ia descontar ou não, percebemos que o suplente já não participa das votações. Quem participa são os titulares. A dificuldade que estávamos debatendo era sobre a participação efetiva dos titulares. Suplente, na prática, não participa mesmo, apenas na nacional, o que, na minha opinião, tem essa excrescência. Para mim, isso é uma total deformação, pois o sentido da palavra "suplência" é suprir a ausência do titular. É uma coisa da nacional. Deixar isso aqui de uma forma mais clara.

Aproveitando o ensejo da aprovação da última fase, que antecedeu o debate, de que nós queremos suprimir todos os suplentes e que suplente já não participa mesmo. Aí, a gente pode até criar um artigo. Pode criar um artigo que coloque assim sobre a recomposição, a possibilidade em havendo a vacância de qualquer cargo, facear a assembleia com pauta única e específica convocada para a eleição, para a recomposição, para composição de cargos. Colocaria essa orientação, instiga. A supressão é, eu peço desculpas, na linha de quem mais assinou a tese, Margarete, tal tal. A gente defende os três, mas acho que é mais coerente não ter suplente.

MARLENE - É agora Georges.

GEORGES - Eu também só quero pedir desculpas a quem assinou a tese comigo, então eu acho que foi Margarete e o professor Ronaldo Naziazeno, que não pôde estar presente. E é porque eu também não vejo condição de termos mais nenhum suplente antes da devolução do número de coordenadores aprovado no Congresso. Então, qual a bola? A proposta do companheiro Mateus aí, de zero suplente, se precisar, teria uma posição na assembleia que está aqui. Em mais um passado?

PLENÁRIA - Eu tenho uma tese sobre isso, estou contemplado, então não vou falar nada.

MARLENE - Ótimo. Muito obrigada. Então, gente, após as falas, o que que a gente percebe? Alguém precisa de alguma fala sobre a supressão dessas suplências e quanto ao que o companheiro Mateus está escrevendo? A gente lê e vota, tá certo? Alguém tem algo a complementar? Sim, pode dizer.

GIVA - Como ninguém se inscreveu, eu queria fazer um registro aqui. É, enquanto o companheiro escreve... nós vimos um relato aqui nesse instante que ficou me incomodando. Eu vou aproveitar o tempo para isso. Eu sugiro, só fora do Congresso, que após o final desse Congresso, a executiva avalie a possibilidade de ajudar a organizar uma assembleia geral no campus Euclides da Cunha, para que a gente possa apoiar os companheiros e companheiras que relataram sofrer diversos assédios lá no campo. Aplausos!

MARLENE - Ótimo, Giva - A gente pode conversar. Porque assim, a gente pode conversar com Ana, como foi uma situação específica para a gente, consulta, né? Porque ela tá conversando sobre das situações, consulta... inclusive, né? Um colega meu, Vicente, é suplente e ele é representante a gente conversou. Se esse momento... Representante lá do... isso. É, estou pronto, porque aqui existe uma apresentação e a gente vê, né, nessa, né? Vicente quer falar era isso.

VICENTE - Eu queria, na verdade, eu só queria informar com plena, né? Já pra fala com se for porque eu estou com um representante do campo junto com o **Tai**, que nós fizemos assembleia. Isso, nós fizemos assembleia recentemente no campus. É? Marlene fez a visita presencial no ano passado, no final do ano passado. Esse ano, já fizemos 2 assembleias lá, entendeu? Então assim, é não é por ausência do sindicato dentro do campo de Euclides da Cunha e fizemos assembleia para eleição do delegado aqui, da representação que elegemos 3 pessoas que, infelizmente, 2 não vão poder vir. E tiveram tiramos 2 representantes, que é um docente que sou eu e um técnico administrativo que foi Luciano. Exceto essas situações.

MARLENE - Eu já falei com Ana e com vocês também. Se precisar da nossa mediação, nossa assessoria jurídica e a gente vai dialogando, ok? Então, a proposta é, não é só pra gente inventar, ficar na hora. Olha só, entendeu? É, mas aqui você já está botando um Parágrafo único, né? Porque aí a gente pode fazer assim... Eu entendi agora, parágrafo único. Mas aí a gente pode colocar em votação a retirada das do instantes e, logo após aí com o parágrafo único aqui sugerido, que eu até mudei pra gente ter ciência antes da votação, né, que o parágrafo único “é em caso de vacância de qualquer dos casos acima, face à assembleia geral de pauta única para recomposição dos cargos válidos. Então, a gente retirando a suplência a gente coloca esse parágrafo único. Ok? Então em regime de votação quem é favorável a retirada das suplências, né? Por favor levanta chá, contrários? Contrários... abstenção. Então por unidade foi aprovada a retirada das suplências, incluído esse parágrafo único. Agora, para a gente é definir o que a gente conclui, né? Eu acho que era de. A proposta é quando a gente chegar amanhã pela manhã. Ser, tentar ser o máximo possível de começar às 9:00 e já eu posso. Teses que não? Discussão em relação ao comitê de ética é o sinais. Tem algum problema de de provavelmente esperar? A gente faz uma proposta. I. Que eu não sei. Mas que. Certo, bem, hoje, entendeu? É então, gente, agora o recurso, eu gostaria que Mateus que fez o recurso porque foi assim, a gente voltou com o nome a pasta de comunicação, foi comunicação de peça não foi isso. Aí Mateus está aqui juntamente com Leandro e apoio de Wesley para pedir um recurso, aí eu vou passar a palavra para ele, para ele explicar melhor.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem é favorável a retirada das suplências.

RESULTADO: Por unidade foi aprovada a retirada das suplências, incluído o parágrafo único.

MATEUS - Na verdade, o perfil do contador, na verdade, é o primeiro. Quero agradecer pela apresentação do recurso. Não sei se leram certinho, que atende, porque ele é da área de comunicação e Wesley também seriam as pessoas mais adequadas para falarem, mas seria uma coisa simples, correção de nome. Eu passo aqui para Leandro e Wesley assim que é bom você falar também. Eu acho que não veio pra mim, não pra você. Tá, você falava. Não, mas ele é uma explicação de nomenclatura como técnico, né?

WESLEY - Eu acho que, como opinião pessoal, não vejo. Sempre foi um problema de nomenclatura, é uma consultoria ad hoc. Adoro, pronto, vamos botar o nome nas coisas pra fazer com g. Hoje, os autores, o Irã, andem com apoio dele. Ele é fala assim com uma consultoria, Dr e ad hoc de algum especialista.

LEANDRO - Começa, ó, a gente tem que, na verdade, o que eu tinha comentado com Mateus é o seguinte, eu acho que colocar a coordenação de comunicação, comunicação de Angola, tudo de um modo geral. Um serviço que na verdade eu faço, presta vocês é de assessoria de comunicação, então tem a comunicação interna. Né? Que é tudo o que eu faço que é para poder comunicar vocês que vocês saibam. A assembleia um pouco mais e ter a comunicação externa. Que é notícia, greve, enfim. Tudo isso de assessoria de comunicação eu, inclusive, consultei com um colega meu, que é o Murilo Bereta, AGRUMEC e ele é Coordenador do CINJORBA, que é o sindicato dos jornalistas. Lá eles, AGU, tinham a base, então é comunicação, cultura, lazer. Tem várias pastas, mas o termo é também comunicação. A questão social que eles não estendem para mais alguma coisa. E aí eu acho que se colocar comunicação social nem essa fica meio redundante. É, já sei, é uma questão que aí eu acho, aí tem uma coisa também, a técnica do meu trabalho. Na hora que eu preciso escrever uma

matéria para poder falar dos coordenadores de base, na qual a pasta deles. Essas participam de jogos muito grandes, fica muito difícil de ficar muito pesado também não deixo. Então acho que também tem esse outro lado ali que. Não tem que para ele que ele tem 11 questão mais do da comunicação social. Carreiras de gestão também é acrescentar o social o nome pra poder ficar. Comunicação social, de comunicação social, porque não traz um dessa social, é porque é traz um peso maior para para um peso e 1 e 1 objetividade também para a comunicação que está citando, né? Porque a comunicação social ela vai de acordo com, é o objetivo mesmo do do que se trata a pasta, então, mas seria melhor que fosse coordenação de comunicação social.

MATEUS - Nesses últimos segundos aqui, lá eu estou com o coordenador de comunicação da nacional e a gente não utiliza essa expressão, evita uma impressão, né? A tal começar de s é e também dá uma conotação da mídia burguesa e tal, e o ideal o melhor seria comunicação social e assim sendo de que apresentou.

MARLENE - Então, gente, a gente vai se colocar em regime de votação, né? Se a gente está de acordo com o recurso e passando a Coordenação e Imprensa para Coordenação de Comunicação Social. OK, é um recurso, então é por favor. Quem concorda? Certo? Com o recurso, a mudança, levanto o crachá. Contrários? Abstenção, então por unanimidade a gente aprovou a mudança para Comunicação Social.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem está de acordo com o recurso e passando a Coordenação e Imprensa para Coordenação de Comunicação Social.

RESULTADO: por unidade foi aprovada mudança para Comunicação Social.

PLENÁRIA - Adotou, Celiana, ó Pequeno Príncipe, vai ter que resolver.

MARLENE - Gente, olha só, a gente cumpriu com isso, né? A gente não sofreu uma briga da nossa diretoria, eu tinha colocado aqui um teto até 18:30. Nós temos tempo, vocês têm força para a gente pegar, já a próxima tese. Para a gente fazer logo hoje, vai adiantando, pode ser? Então com isso a gente passa, né, à quarta, a gente olha na sequência se for complicado a gente pula é simples, né.

PLENÁRIA - É é fazer o Enem aqui, você vai pulando as questões para voltar, vai para.

MARLENE - É uma tese trazida pela companheira Camila que é: "Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser", ok? Então, na página 24, sim, é, nós vamos dar, né, por minutos.

CAMILA - A justificativa é que são quase do Minas. Leia tudo. Pode ser, pode ser, vamos lá, então, que bom, né? Que eu ligo. Tendemos a fechar a noite com essa tese significativa, mas muito importante. É lugar de mulher, é onde ela quiser. Objetivos: garantir e fortalecer a participação das mulheres da seção IFBA e agora do CMS, nos espaços sindicais, ou seja, nas coordenações da seção, no Conselho de Representantes da Assembleia, plenárias, congressos, atos, manifestações, atividades do SINASEP e da nacional, entre outras. Intensificar a campanha contra o assédio e outras formas de opressão contra as mulheres do IFBA. Promover a formação política permanente sobre a mulher sindicalista e os espaços de poder, garantir a autonomia da pasta de mulheres agora, né, modificada referente a essa ação de

gênero, garantir a paridade de gênero nos Conselhos de Representantes (CRS) e realizar a cada 2 anos o Encontro Estadual de Mulheres E SINASEP na seção IFBA. Realizar encontros de mulheres em diferentes municípios em seus respectivos campi, respeitando, assim, a diversidade geográfica e promovendo a inclusão. Garantir a qualidade de mulheres e a participação de mulheres em seus escritos nos encontros de mulheres do SINASEP, fortalecer a divulgação de obras, livros de sindicalizadas no site da seção IFBA. Fortalecer a biblioteca na seção IFBA, adquirindo e recebendo ações de obras sindicalizadas e não sindicalizadas e de outras autoras. Já a rede federal de educação, promover encontros de autocuidado e autoconhecimento mediante práticas e técnicas ativas para mulheres, assegurar acompanhamento psicoemocional com profissionais de saúde mental para as mulheres que sofreram violência. Eu queria pedir ao pleno que na construção. Não, eu acho que eu vou ler tudo depois eu. Justificativa: A história da participação das mulheres na política e na sociedade ainda está associada ao patriarcado, à escravidão e à subvalorização. Desvalorização das mulheres, assim como a natureza intercultural da família e o seu papel na vida social. Nesse sentido, a seção IFBA e o CMS têm o desafio de romper as barreiras do patriarcado, da exploração das mulheres, do racismo, do sexismo. Garantindo a participação e permanência delas no espaço sindical na luta. O SINASEP, que a seção IFBA faz parte, o CMS, em que atua? Com mais de 30 anos de história, já nasceu com importante representação feminista. As mulheres estiveram à frente das organizações dos sindicatos, nos atos, manifestações de rua, ocupações de campus e reitoria em greves. Até hoje, a luta constrói um espaço e muita resistência na Bahia, e aqui eu faço regime, chamar-me fundadora nesse sindicato. E Rosinha? Somos muitas, mas ainda somos poucas.

PLENÁRIA - É, viu? Wilma..

MARLENE - Essa frase do nosso sindicato.

PLENÁRIA - Essa frase é muito. É justo?

MARLENE - Justo isso mesmo, essa é, mas repita, é favor. Ela deu hoje luz.

CAMILA - Passamos muito, somos muitas, mas ainda somos poucas. Essa frase é muito significativa quando pensamos nas mulheres ocupando os espaços de poder. Segundo dados da PNAD Contínua, pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua, em 2021, o número de mulheres no Brasil era superior ao dos homens. Elas compõem 48,9% da população e as mulheres 51,1%. Somos a maioria da população, mas ainda temos dificuldade de adentrar e permanecer nos sindicatos, nas direções de campo, nas reitorias, nos governos dos estados, nas câmaras, senados, presidências do país, etc. E só conseguiremos transformar essa realidade com muita disposição e luta por uma prática emancipadora. Isso ainda acontece em pleno século 21, mas o que nos cabe é a luta para mudar essa realidade em um país tão marcado pelas desigualdades como o nosso. É importante, é. É comum ver essas desigualdades pautadas pelas questões de gênero e, por isso, os lugares de poder são definidos dentro dessa lógica patriarcal. É imperioso, imperativo que, no espaço sindical, lutemos pela supressão dessas desigualdades. O SINASEP, seção IFBA/CMS, tem o desafio de garantir um espaço justo, atuante, combatente contra o machismo, o assédio, o racismo, a homofobia, a misoginia e todas as formas de opressão. E isso acontecerá com a maior participação das mulheres no sindicato. Fruto de uma luta de muitas, a seção avançou. Garantiu a maior delegação de mulheres no segundo Encontro de Mulheres do SINASEP, em Brasília, em novembro de 2019, com cerca de 30 participantes. No terceiro encontro, em

Fortaleza, em agosto de 2022, tivemos 47 participantes de 12 municípios diferentes. Ainda foi garantida a participação de trabalhadoras e trabalhadores trans nos dois eventos, tornando assim a nossa seção a única a cumprir a deliberação de 2019, possibilitando a participação de filhos e filhas de sindicalizadas. Em 2020, foi criado o primeiro edital de mulheres do SINASEP, com aprovação de 5 projetos voltados a atividades culturais. E essa ação já era uma realidade em nossa seção e hoje está na terceira edição, com um total de 40 projetos contemplados. Essas ações, bem como a edição de novembro negro e a participação nos encontros nacionais, como o segundo Encontro de Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas do SINASEP, têm aproximado as mulheres sindicalistas, mostrando que é possível ocuparmos um espaço historicamente masculinizado. Mas com muito cuidado, porque, ao falar em espaços de homens, a gestão Maria Filipa marca sua história. Uma diretoria com coordenadora geral mulher, composta na sua grande maioria por mulheres que lutam, trabalham, constroem e são felizes por fazerem o que acreditam de forma alegre, acolhedora e muito responsável, respeitosa e dedicada. Tá bom? Eu já vou adicionar. Queremos um sindicato sem assédios, sem agressões, opressões, tentativas de boicotes, desqualificação e desrespeito às mulheres em assembleias e nas redes sociais, nas ligações para as funcionárias, em qualquer espaço. Vamos avançar na luta de classes e conquistar uma sociedade justa. Igualdade é a barra da balança, não a misoginia. Aplausos! Assim não há tese. Aline de Araújo, Amanda Ferreira Mendes, Ana Maria Guias Galvão, Ana Rita, Kiara, Ângela Maria Santana, Camila Felix, Carmelita Osório, Serviana Santos, Cláudia Cunha. Dai, Moitinho. Dai Menezes, ela nadou, ele. Wagner Soares é limarí. Fabiana Freitas corte, para Fabrício Motta, faz uma Santiago Georges Mota, de Neide Dias, Hely Rodrigues e Ana Cerqueira. Vale, vale em si? Jackson Lessa dos Santos, Cátia Rocha, Laís Andrade, Luciano Almeida da Silva, Luiz Augusto Lopes, Maria Eliana dos Santos, Maria Eunice de Santana, Margarete Oliveira, Maria de Socorro, Mari Klay Horta, Nadine Lucy Barbosa Dantas, Paula Mari, Paulo Roberto dos Santos, Priscila Uzeda do Vale, Do Railda, Maria de Jesus, Rosa Mota, Rita de Cássia, em Santos, Rui Motta, Samuel Santos, Solange Dias de Santana Alves, Teresa Bahia e vi o Morro. E aí, companheiros, é, eu queria só fazer uma, é, na verdade uma solicitação que, junto aos objetivos da tese, isso faltou uma parte. Uma parte do texto que falava do mesmo jeito, Aí é que foi sinalizado agora, para a parte de etnias, que seja destinado o recurso financeiro para realização das atividades. E aí, eu queria pedir ao plenário como foi um erro ao enviar o arquivo final, que possa vir a ser contemplado e adicionado na tese.

MARLENE - É, gente, tem um esclarecimento de Paulinha. Depois, Mateus e George podem vir. Paulinha, eu vou ao microfone por conta da gravação e a Cátia também.

CAMILA - Eu queria só se me permitem, como foi o George que contribuiu, se ele poderia falar. A proposta não é que eu esqueci, depois pode ser, Paulinha.

PAULINHA - Meu esclarecimento é quando fala em assegurar o apoio psicológico. Aí, que seja, que fique bem claro para as filiadas. Porque se deixa assim, apoio psicológico para as mulheres aí. Inspiradas é mulheres filiadas.

MARLENE - Deixa eu anotar porque tem mulheres filiadas, mãos levantadas. Aqui, olhe, eu vou pedir pra levantar-se. Aqui foi George, então já pode ir falando, Mateus, Aline, Rubens. Tá bom, então eu vou botar aqui por via das dúvidas. Vamos, George, com sua palavra.

GEORGE - Pessoal, eu queria fazer esse apelo aqui. Eu me senti muito honrado em ser convidado pela colega Camila para assinar essa tese, e peço para todos e todas lerem a tese.

Claro que eu, como homem cisgênero, tinha muito pouco a contribuir, carregando em mim uma formação estruturalmente machista. Tinha pouca coisa a oferecer, mas lembrando sempre a ela uma coisa: política sem ação é letra morta. Então, eu sugeri que fosse colocado na tese que uma parcela do orçamento do IFBA fosse destinada à política de empoderamento das mulheres na sessão SINASEP, IFBA/CMS. Sugeri um valor também. A princípio, ela reagiu dizendo que não acreditava que isso passaria. Eu disse a ela que deveria passar, porque senão, isso ficaria apenas como algo escrito nos registros, bonito e retórico, mas com poucos avanços na prática. É claro que estamos vendo avanços na composição da diretoria e em outros movimentos que temos acompanhado nos últimos anos. Isso é reflexo disso, mas precisamos acelerar esse processo. Por isso, me inscrevi para reiterar o meu pedido à Camila, mesmo com as hesitações e receios que ela teve. Entendo por que ela teve esse receio. Queria fazer um apelo a esta plenária: destinar uma pequena parte do orçamento para essa política tão importante. Porque vejam, estamos aprovando 2% do orçamento para movimentos sociais. E eu pergunto, o que é mais importante hoje? Corrigir um problema estrutural histórico como esse ou destinar recursos para movimentos sociais? Não estou dizendo que isso não é importante, mas se colocarmos na balança, a política de empoderamento das mulheres é tão ou mais importante que o apoio aos movimentos sociais. Portanto, deixo aqui registrado esse apelo, na esperança de que possamos aprovar essa proposta.

MATEUS - Acho que vou discordar um pouco, George. A questão das teses é importante, mas dizer que olhando 10 anos atrás até hoje, houve avanços, embora ainda falta muito a ser feito. A própria tese de 2019 contou com 30 participantes, em 2022 foram 47. Isso é um investimento. Os encontros de mulheres não se limitaram a Salvador, mas trouxeram delegações de várias localidades. Então, assim, é claro que precisamos avançar mais, como proposto. Porém, quero trazer um debate que também é um pedido de esclarecimento. Notei que algumas teses falam de um percentual para auxiliar movimentos sociais. Agora, estamos aprovando algo relacionado à luta racial, e também falamos de 2% da receita corrente líquida. Como resolvemos isso nas teses que propõem 2% da receita para movimentos sociais? Precisamos equalizar essas propostas. Pode ser que em uma gestão as demandas se acumulem e a cobrança seja intensa. Assim, criamos mecanismos de segurança. A Marlene gosta de dizer: o SINASEP é sempre o SINASEP. Sabemos disso. Nacionalmente, são 3% inclusive. Então, quero trazer essa reflexão. Isso não diminui a importância, mas todas as lutas têm relevância, pois já aprovamos a redução para 2% e recebemos essa cobrança de vários movimentos sociais e lutas populares pedindo auxílio. Assim, esse é o debate. Temos que modular isso. Se chegarmos a 6%, por exemplo, isso é relevante, mas precisamos entender como isso será viável. Sugiro que deixemos isso para o debate específico sobre a receita corrente líquida, para entender qual será o patamar viável.

MARLENE - A próxima é Aline. Vamos encerrar nesse momento incrível com a fala de Aline.

ALINE - Peço desculpas, o meu microfone estava desligado. Gostaria de fazer uma alteração no item 6 da tese, para sinalizar a diversidade de gênero em relação às mulheres do SINASEP. A proposta é substituir "realizar simpósio de gênero de diversidade" por "realizar simpósio de gêneros de diversidade". Quanto ao teto de amanhã, peço desculpas pelo erro, mas podemos aprovar a tese hoje mesmo, considerando a nova proposta de alocar 2% e possivelmente 30% para movimentos sociais.

RUBENS - Boa tarde. Primeiramente, gostaria de parabenizar todos os envolvidos na produção deste material incrível, essa tese fantástica. No entanto, tenho uma dúvida e gostaria de trazer

uma questão para esclarecimento. Não entendi como isso será encaixado dentro do nosso regimento. Gostaria de entender se se trata de um plano de lutas, se será inserido como um plano de ação para todas as pastas, se teremos uma sessão específica para discutir isso. Como exatamente incorporaremos isso no nosso regimento?

PLENÁRIA - Boa tarde e saudações a todos. Tenho uma dúvida e gostaria de esclarecer. Na parte que fala sobre "Fortalecer a divulgação de obras, livros de sindicalizadas no site", como bibliotecária, considero que fortalecer a ligação é insuficiente. Acredito que deveríamos focar na circulação das obras, não apenas na divulgação. Além disso, na parte que diz "Fortalecer a biblioteca da sessão IFBA, adquirindo e recebendo doações de obras de sindicalizadas e não sindicalizadas", sugiro uma modificação. Poderíamos dizer "Fortalecer a biblioteca da sessão IFBA por meio de aquisições e doações", sem especificar se as obras são de sindicalizadas ou não. Quanto ao ponto 12, "Assegurar acompanhamento psicoemocional com profissionais de saúde mental para as mulheres que sofreram violência", sugiro alterar para "Assegurar acompanhamento psicoemocional com profissionais de saúde mental para mulheres filiadas que sofreram violência", já que há diversos tipos de violência e é importante especificar. Muito obrigado.

MATEUS - Não vou prolongar muito, já foi suficientemente falado. Quero começar parabenizando todos que contribuíram para essa maravilhosa tese. Porém, estou preocupado com um ponto específico, que é o número 12. Trata-se do acompanhamento emocional com profissionais de saúde mental para mulheres filiadas que sofrem violência. É importante qualificar como filiadas, mas a minha observação é a seguinte: nós temos um setor jurídico que cobre situações relacionadas à vida sindical, ou seja, questões que acontecem dentro da militância ou relação com a instituição. A minha preocupação é que isso possa ser extrapolado para abranger todas as situações de violência que uma mulher possa enfrentar, o que seria ótimo, mas também insustentável em termos de recursos. Assim como no setor jurídico, eu sugiro que possamos qualificar violências que ocorram em decorrência da militância, das relações internas do sindicato ou violências em geral, para que seja viável de atender o máximo de pessoas possível. Eu sei que todos gostariam de poder oferecer apoio psicológico para todas as mulheres, mas é algo que precisamos ponderar devido aos recursos limitados e à discussão em andamento sobre orçamento. Quanto à tese em si, vale ressaltar que ela é um documento político, não entrará no regimento interno, mas ficará disponível como uma diretriz que deverá ser seguida. Assim como as teses de conjuntura apresentadas no início, essa tese norteará as ações nos próximos anos, até que seja revista no próximo Congresso ou que o mesmo assunto seja debatido e um novo caminho seja traçado. Portanto, será um guia a ser seguido por todos na seção sindical. Obrigado.

MARLENE - Escrito só para retirar. É eu, Leandro. E finaliza, viu? É importante quando construímos uma tese, sempre pensarmos no impacto financeiro. E aqui quero falar como alguém que participou de duas situações semelhantes. Quando trazemos uma tese que busca 2% ou um valor em torno de 1600 reais, é essencial falar em números, pois isso já foi aprovado em outras instâncias, como nas políticas afirmativas que também têm 2%. Isso significa que a pasta terá mensalmente um montante, o que não necessariamente implica que será gasto integralmente todos os meses. No entanto, existe a garantia de que para implementar essa política na prática, haverá esse apoio mensal, podendo ser usado ou não. Isso acontece da mesma forma na pasta das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+, não estamos criando algo novo, mas sim fortalecendo, inclusive seguindo o exemplo da Nacional, que já destina 11% para as pastas desenvolverem suas ações e seminários. Portanto, ao adotar esse valor de

2%, estamos seguindo uma prática que já funciona em outras instâncias e que, na minha opinião, é fundamental para a organização. É importante destacar que essa porcentagem se refere a uma receita mensal de 83000 reais, considerando encargos e despesas diversas. Ao concluir, defendo fortemente a aprovação dos 2% para a pasta das mulheres e da comunidade, assim como fizemos em outras situações. Que esses 2% sejam destinados e utilizados para fortalecer nossa atuação. Agora, passo a palavra para Camila e Leandra, e em seguida a reinscrição de George.

CAMILA - Boa tarde a todos. Quero começar agradecendo a todos os 43 companheiros e companheiras que assinaram essa tese. Cada um de vocês contribuiu com ideias, sugestões e enriqueceu o debate. Agora, chegamos a um ponto importante que é o financeiro. Ao discutirmos teses políticas, também estamos discutindo questões financeiras. O que estamos propondo aqui é destinar um recurso, que pode parecer pequeno, mas é significativo. Isso porque na primeira vez que assumi uma coordenação composta majoritariamente por mulheres, me deparei com a dificuldade de levar adiante a participação feminina. Tínhamos mulheres inscritas, mas a falta de recursos era a justificativa para não permitir sua participação. Isso vai contra o que está registrado em documentos, como a carta do primeiro encontro, que afirma a importância de sindicalizadas estarem presentes em todos os espaços. Quanto à inclusão da tese no regimento, sugiro que seja adicionado como um anexo ou arquivo complementar para divulgação, pois este é um Congresso regimental, e podemos criar artigos específicos para isso. Um dos pontos mais importantes levantados por George é a necessidade de garantir um segundo custo. Enquanto 2% pode parecer insignificante, é uma porcentagem que assegura que atividades e ações para as mulheres aconteçam, e sem recursos, essas ações não saem do papel. Precisamos sensibilizar para a importância disso. Hoje, uma coordenação majoritariamente feminina está aqui discutindo se deve aprovar junto com outras pastas. Porém, já foi aprovado um aumento para 12%, então por que não aprovar também os 2% para a pasta das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+? Devemos lembrar que no próximo Congresso regimental, podemos até mesmo aumentar essa porcentagem de 2% por 1600 reais. Não se trata de um custo elevado. Olhem para as atividades realizadas, para as 45 mulheres indo para Fortaleza, para as inúmeras ações que promovemos. Quanto vale empoderar essas mulheres e possibilitar sua participação? É um investimento necessário para quebrar barreiras e garantir que as mulheres estejam presentes em todos os espaços.

MARLENE - É, pessoal, agora Leandro também tem algo a acrescentar. Temos alguma restrição, é? E temos George e Saulo também pedindo a palavra. Você pediu, certo? Vou incluir aqui então. Ah, e Edna Hilda também pediu para falar, podemos escrever depois, tudo bem? Pode ser.

LEANDRO - Eu só queria fazer uma sugestão aqui no texto dos objetivos, nessa parte, inclusive do encontro estadual de mulheres, de juntar o Objetivo 6 com o objetivo 8. Aí ficaria "Realizar a cada 2 anos o encontro estadual de mulheres SINASEFE sessão IFBA/CMS, garantindo a participação de mulheres sindicalizadas e seus filhos nesse encontro." Isso reforçaria, né? E entra com uma proposta de texto.

EDNAILDA - Para tentar entender, essa questão das mulheres de capital. O que é nexa? É o que os outros fazem? Escolar seria encaixar a petição que a gente faz, mas não tenho certeza. Aproveitando o tempo que sobrou do colega, a minha sugestão é que esses objetivos, se for possível, né? Sejam incluídos nas competências da coordenação de mulheres. Onde incluiriam esses objetivos, adicionando às competências, né?

MARLENE - Excelente, Edinailda, muito bom, muito bom. Agora, vamos seguir para as considerações finais, com a rodada de falas restritas a 2 minutos. Certo? Então, George, Saulo e Mateus.

GEORGES - Queria lembrar as companheiras, companheiros que essa política de empoderamento das mulheres, né? Ela faz parte de uma agenda global. Hoje você pega qualquer entidade multilateral, qualquer uma, e elas falam que as mulheres precisam se tornar atores e atrizes, né? Participativos em todas as esferas. Os dados mostram que quando as mulheres participam, a situação da família se transforma, não é? E tem implicações em políticas públicas imensas. Então eu, é, presumo por falar agora, sem uma certeza, eu vou investigar. Presumo que a maior parte dos servidores e servidoras, dos estudantes no IFBA, sejam mulheres, tenho quase certeza. Se você olhar o campus Salvador, fica impressionado. Você tem uma população acadêmica que predominantemente você vê, o sindicato está vacilando com isso. Não podemos vacilar. Não peguei aqui que foi estimado qual desses objetivos envolve dinheiro. Sabe o que aconteceu? Eu coloquei \$ ao lado de tudo aqui quando tinha, eu via dinheiro, eu coloquei \$. Eu não vou parar aqui para, não tem tempo. E isso pessoal, esse documento, ele não é a simples tese de Congresso, é regimental, é o primeiro. É público. É em relação ao empoderamento de mulheres dessa instituição, é o primeiro. Você é histórico. Então, precisamos olhar isso com cuidado. Tem 2 conceitos sobre receita: receita corrente líquida, que é receita menos despesa. E o número cai de 86 para menos de 40. E aí a gente tem que trabalhar. O número real, então nós estamos falando de 40000 mil 2%, de 40800 BRL por mês. Porque nós temos que pagar as contas primeiro para depois tirar os 2%. Então, nós estamos falando em 2%/40000 porque eu me bem me lembro das contas do SINASEP. Quando a gente arrecadava muito, arrecadava 80080 em uma, não me lembro de 90000. Quando pagava a despesa toda, sobrava 40000. O que é que nós estamos querendo? Então, eu quero confirmar essa tese e fazer um apelo aos companheiros, 800 BRL, que nós vamos passar para as mulheres mensalmente e são as mola. Isso. Contemplada.

SAULO - Falar para poder insistir mesmo agora, o básico do que quero falar era o que o Jorge falou. A gente tem que ter clareza, quem está falando de receita líquida, tá? Todo mundo tem que ter, né? Isso, e aí não é infelizmente nem está ao dispor do nosso desejo aqui, porque o sindicato não pode parar de pagar funcionários, água, luz, internet para gastar com o que quer que seja, senão ele acaba. Então, todas as vezes que se mencionar a receita, sim, sim, todas as despesas que são obrigatórias, todas as despesas ordinárias obrigatórias vão contar dentro dessa, dessa, perdão, receita total, falou? A gente corrente líquida, não. A líquida é essa que sobra depois de todos esses gastos. Então, que fique claro, não é a receita bruta, porque é obrigatório fazer esses gastos e a receita líquida, e aí a coisa, quando a gente esclarece isso, toma um tom ainda muito mais dramático que eu, que o George acabou de dizer, na prática, vai gerar em torno de 800 BRL mensalmente. Que política se implementa com 800 BRL? Nada. Então eu acho que o mínimo, gente, o mínimo que a gente deve fazer é estabelecer esses 2%, é o mínimo. Caso alguém tenha coisas que resolvam lá e levem entre discutir, mas que passou a significar aqui que 2% é uma coisa mínima da dignidade da nossa base. E repetindo, quando eu falei do ponto 12, não é que eu sou contra. Eu só vejo uma impossibilidade material de realizar, tá, gente? É óbvio que a gente gostaria de dar suporte psicológico a todas as mulheres da nossa base, mas como vai resolver isso? Eu não estou propondo um texto. Espero que a gente qualifique, se deixar do jeito que está. Vou insistir, se deixar de quitar a seção sindical, vai ter um problema gigantesco, porque a quantidade de demanda por atendimento

psicológico vai ser maior do que a nossa capacidade de oferecer, e aí não vai ter como resolver. Obrigado.

MATEUS - Eu considero nacionalmente um coletivo que é liderado por uma companheira mulher. Na última plenária, insinuaram piadas e ofensas de cunho sexual com essa companheira, porque pessoas, grupos, forças políticas que estão. Eu sempre, quando muitas vezes esse debate também pode ser instrumentalizado a favor de quem acorda. Eu acho que quando nós falarmos de solidariedade, será que é só para as mulheres? Se encontrou comigo? Eu chegarei em arenas e disputarei espaços com essas outras mulheres. Tenho orgulho de ser liberada. Ela falou aqui por uma companheira mulher, a companheira Lenira, a companheira que está na luta há bastante tempo, né? Uma companheira que se coloca e ainda assim, na última plenária, ouviu piadas de cunho sexista publicamente, quando fez uma defesa e sofreu ataques pessoais. Lá, sabe para o que eu acho que essas narrativas? E aí eu vou. Pelo que George e Saulo disseram, salvo pelo cego, o que eu disse sobre as teses de receita corrente líquida. Exatamente isso, porque nós tivemos um debate sobre isso e não ficou claro para mim. Eu até falei para esclarecimento, porque nós temos que debater se vai ser receita corrente líquida ou receita bruta, né? Que eu sei. Lamento, era uma coisa sistemática dos sindicatos, e os companheiros que me antecederam falaram, né? Mas eu acho que a gente tem que ter em mente que o simbólico também é muito importante e isso não exclui as iniciativas de financiamento de outras atividades. Eventos como está na proposta, então eu acho que a gente precisa ter comprometimento, seriedade é defender essa pauta, olhar essa pauta. Se olhasse no meu coletivo, não é do meu coletivo. Como eu disse aqui a companheira Paula Viel, não é do meu coletivo, não construí com ela, mas sei que ela é uma companheira importante na luta. Só quando defendia alguma, algum momento aqui e continuo defendendo que a gente, então, não é esse debate para, até porque foi explicado por George o debate da receita corrente líquida e a quebra do. Concordo, porque foi o meu pedido, foi para esclarecimento sobre isso. Se nós apertáramos com a tese, qual era? Porque foi dito 2%, eu falei corrente e é corrente. Lituanos entram bruta. Né?

MARLENE - É, gente, olha só, de Camila, Edinailda e Aline, mas Vinícius pediu para fazer uma proposta, né? Uma proposta e então a gente ouviu as inscrições e depois a gente. E depois a gente. Sim, então. Garantiu logo aquelas restrições de Camila, Edinailda e Aline, 2 minutos.

CAMILA - Porque assim? Mudança, né? Entendi. Porque de fato você ser contra quer, né? Um apoio de 2%, eu acho até que eu faço até ao turismo. Deveria ter proposto 10%, porque isso é um absurdo, né? 800 BRL. Porque assim a gente faz questão de delimitar que é ajeitar ali, dizer que tipo? Assim, eu voto. Porque é 2% e dele em cima de um valor que sobra, mais uma vez a gente tem essa dificuldade de ter a política para as mulheres causada pelos homens, ela sobra é o saldo, né? É o valor que sobra depois de pagar. Gente não dá, né? Para que a gente consiga de fato, a passagem, precisa garantir que tenha recursos. Queria demarcar essa aqui por inteiramente pedir o apoio aos companheiros que aqui na estão para a gente deixar de. Precisa, de fato garantir, porque seria muito interessante que ela imaginou uma pessoa chegar aqui para avaliar se é de 2% e assim, concorda em dizer não, porque não aumentar para 100%, porque a luta das mulheres de fato precisa ser fortalecida? Porque são 800 BRL ou num total de 1600. E de fato, por aí vocês imaginam a dificuldade que foi levar muitas 30 mulheres lá em 2019? E aqui cooperou, vou fazer o registro, eu vou ser contra a companheira, batemos o pé e quando não foi negado o direito de levar terceirizados, a gente já a gente paga porque eu mentir. Para garantir que a mulher e 2 mulheres que eram negras pudessem participar do evento. Então vamos por aqui pela postura, vocês identificam a dificuldade que é de fato fazer

a luta. Né? Estamos falando de 2 e porque não tem? Porque outra, documentado ou não, sai, independente de quem chega à frente da coordenação geral. Quem entenda fraco ditar as regras para as mulheres. Por isso que o nome da tese o gato, mulher, mulher, ela quiser e a gente vai achar. Aí?

MARLENE - Edinailda e depois Aline.

EDINAILDA - Eu gostaria de fazer uma proposta de salvaguarda. Então, no ponto 12, para assegurar esse acompanhamento, está, questionando aqui se ele colocado em discussão, eu proponho aqui o seguinte, então alternativa, né? A minha proposta é que a gente complemente aí no final assim, ó, por exemplo. Por meio de execução de projetos, convênios e parcerias e afins.

PLENÁRIA - Isso. Emprresta aqui ela, ela escreve.

MARLENE - ela vai encaminhar ela, porque ela coloca o termo, né? De convênios, parcerias, né, não só para receitas, mas essa rede. É pra fortalecer agora, Aline.

ALINE - É, na verdade, um articulador de redes de apoio. De atendimento psicossocial, num contexto político e social do ciclo Bolsonaro, mas se for social. Dessa mulher que sofre. Olha, ela precisa muito mais do que apenas um campo de 25. Emocional, né? Por que ele proteção? Cita de outras condições que eu acho que os que é eu fiz uma redação aqui seria articular as redes de apoio de atendimento psicossocial, o acompanhamento integral, a mulher sindicalizada que sofreu. Aí eu aí eu acho que deve ser para qualquer tipo de violência mesmo. Não só porque qualquer tipo de violência vai afetar o exercício da atuação dessa mulher sindicalizada. Acho que é nossa. Pronto. É para o regime. Obrigado.

MARLENE - Aí passa pra gente e passei um registro aqui pra ligar e nós fizemos, é, é, participamos, é de um coletivo que é chamado de Girassol é importante juntamente trazer esse movimento pra gente implementar né junto com a base? Importante registrar. Então gente, com esses adendos, vejam se vocês concordam, já são 18 horas e 15. É esquecendo, é, tem a proposta. R. A net?

PLENÁRIA - É gente, eu estava pensando em algo, junto com o que o Saulo mencionou. É impossível a gente fazer isso. E aí eu comecei a pensar que eu faço a minha terapia e é muito caro e realmente não dá pra pagar por todo mundo, aí eu estava conversando com Rubens e a gente teve uma ideia para tentar resolver esse problema. Que seria o sindicato fazer um contrato, mesmo que com uma psicóloga que estivesse disponível em um dia da semana para fazer os atendimentos que fossem agendados. Assim como a gente tem um advogado para atender as pessoas, a gente também poderia ter um contrato com um psicólogo. Eu acho que isso pode ser mais barato do que cada um fazer sua terapia separadamente. E com relação aos 2%, a proposta é que a redação fique com "no mínimo 2%"? Essa seria a proposta de redação, "no mínimo 2%", certo? É só isso. Eu acho que assim dá pra gente fazer isso.

ALINE - Já foram mencionadas várias vezes. Agora eu vou entender a questão da receita. É outra coisa, 800 BRL, eu realmente acho. A gente já viu se a gente deveria mudar para 100% e digo mais, a gente estava dizendo 600 reais, então eu colocaria 5%. E para além disso, desses 2%, o colega falou do... não sei, estou preocupada com uma questão e se... seguinte, e eu fiquei fixada em uma questão. Se apareceu já tem os 2%, não vai precisar de mais nada, com

800 reais se vire. Então eu acho que deveria ter algum dispositivo aí dizendo assim, que o valor não exclui a necessidade, tanto que me admira ter muita preocupação desse limitador. E aí, esses 2% acabaram virando um discurso de... Já tem os 800 reais. Agora a proposta de Aline agora é 5%, certo? Porque se trata de 800 R\$ e não tem como, como o próprio professor aqui fez a lista.

MARLENE - É, gente, o George quer fazer um alívio rápido. Aí quando ele concluir, a gente encaminha com a redação. Tá bom, o percentual.

GEORGES - É, eu mesmo fiquei surpreso quando fiz a conta com a receita corrente líquida. Eu fiz a conta aqui agora, né? R\$800. Parece uma esmola, não é? É uma verba de formalização, não. Eu fiz a conta, empatam R\$400 reais, minha conta. Agora para o almoço. Então, por exemplo, tem isso, cara. A minha preocupação é... E o quê? Eu acho que tem que deixar claro qual é o percentual mínimo, é mensal. Isso não quer dizer tentar no texto, enquanto houver evento. É do tipo aí que tem eventos aí, pô, vamos, não tem evento praticamente o ano todo? Está escrito aí, não tem evento estadual e local. São 22 campos. Se for fazer, vai ter 2 encontros por mês. No evento todo é ter 2 eventos. Eu acho até um pouco de exagero para a realidade da do sindicato, da capacidade da gente, não é? Então eu acho que tem muito desse tem que estar assim, um percentual mínimo, mensal, mas isso não exclui os investimentos em determinados eventos, OK? Então eu quero deixar bem claro isso sobre a contratação da psicóloga, do psicólogo. Nada contra, mas eu queria que o Altair dissesse qual é o salário-mínimo profissional do profissional, e qual é o salário-mínimo do profissional?

MARLENE - Gente, vamos fazer assim. Bom, é.

PLENÁRIA - Sabe o que a gente entende? Pagar o salário não é só pagar o salário, é de outro mundo.

MARLENE - É gente, deixa eu falar aqui uma coisa. Praticamente a gente está aqui há 19 horas, tá marcado, nunca é... a nós. Então, olha só, o que é que vocês... o que é que vocês... Se a gente deixar aqui, até não, não... Final... fazer assim... Eu vi que existiu um consenso, todos... aprovaram a tese... Todos concordam com a tese, os ajustes estão sendo feitos aqui na mesa... O problema foi na hora do percentual então a gente pode, inclusive, assim, tem uma proposta agora de 2% e...

PLENÁRIA - E o décimo, 0,2% é questionado. Se cola. E a rede... Isso... Pronto, eu estou dizendo.

Aí, o que é que a gente assiste? Isso pode? Pronto... O que pode fazer se vocês concordam? Pode resolver pelo menos esses dois pontos... Hoje...

SAULO - Agora até um ponto, bota a tese hoje que tinha 9, passar uma coisa perigosa, eu não vou. A ideia do Vini, eu, eu não estou convencido. Quem tem conta da psicóloga? Eu acho que a rede que a gente vai criar pode dar certo. Adiciona-se mais uma psicóloga. Caso a tese do psicólogo passe, é bom lembrar que temos uma psicóloga aqui em Salvador que não resolve o problema, pode ser que ela atenda ao interior. Pessoal, tá, eu faço terapia, é isso, não fazendo assim, porque fica a consequência do João. Que seja virtual para garantir que o interior tenha as mesmas condições.

MARLENE - Então a gente faz esses 2 e faz logo a votação, né? Pela aprovação da tese e discute logo esses. Ao menos é hoje, né? Com essa. Aprovada. Primeira tese, primeira tese. Lá, só 10. É, então assim, vamos trocar um pelo outro na tese. Né? Quem é favorável à tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser"? Por favor levante o crachá. Contrários, abstenção? Então por unanimidade aprovamos a tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser". Quanto aos pontos, né? O percentual de 2 foram proposta que todas as duas é no mínimo 2% e no mínimo 5% OK da receita líquida. OK, então vamos colocar em regime de votação. Quem é favorável à proposta que seria a receita, no mínimo, receita líquida 2%? Por favor levante o crachá, 2% da receita líquida? Agora, quem é favorável a no mínimo 5%? Abstenção? Então, pela maioria, fica aprovado que seja incluído inclusive com a proposta da companheira Edinailda para LGBT no mínimo 5%. Isso, isso. Gente, olha só. A gente só para concluir, vamos fazer agora a descrição que a gente ia fazer, ponto onde se falou com acompanhamento psicológico. Não é de contratação e outro na rede, ok? Gente pode fazer agora, inclusive assim, vê se você diz, concorda, a gente pode fazer uma defesa. Quem é favorável à contratação? A defesa de quem for para a rede, o que é que vocês acham?

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem é favorável à tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser"?

RESULTADO: Então por unanimidade aprovamos a tese "Lugar de Mulher é onde ela quiser".

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem é favorável à proposta que seria a receita, no mínimo, receita líquida 2%?

Por favor levante o crachá, 2% da receita líquida? Agora, quem é favorável a no mínimo 5%?

RESULTADO: Então, pela maioria, fica aprovado que seja incluído inclusive com a proposta da companheira Edinailda para LGBT no mínimo 5%.

MARLENE - A preocupação, viu Vinícius? A preocupação, inclusive o outro colega perguntou assim, o Altair, né? Quanto seria o valor? Porque, pensando na receita, né? Do nosso sindicato, da média atuação de tudo isso, a gente vai aprovar e a gente, inclusive, aprovando, a gente registrando no cartório, a nossa gestão até já teria que encaminhar. Obviamente, OK. Não é esperar pra próxima. Não há preocupação. É assim, em termos mesmo de contratação, Altair, e se ele puder dar um esclarecimento que ele é psicólogo, né?

VINÍCIUS - Rápido, eu não vou fazer defesa, é só para exemplificar a ideia, não é contratação mensal para o cara ficar lá. A proposta foi que um dia na semana tenha atendimento psicológico. Aí um colega vai explicar não é um dia fixo, é através de agendamento. Vai ter um dia, pode ser online ou presencial, aí o colega explica agora.

ALTAIR - Eu acho que precisamos considerar as condições do sindicato, e isso é algo que deve ser tratado mais adiante. Não acredito que seja responsabilidade do sindicato arcar com isso. Além disso, acredito que dar esse poder para uma única questão é arriscado. Quando eu falei anteriormente, não estava me referindo apenas ao atendimento psicológico, mas sim a algo muito mais amplo. A necessidade vai além de apenas isso. Acredito que uma rede de apoio psicossocial é crucial para atender às diversas condições que enfrentamos, e essa rede é muito mais ampla do que somente um atendimento individual.

MARLENE - Claro, vamos ouvir as falas de Gerson e George. Cada um terá 2 minutos para se manifestar. Por favor, Gerson, pode começar.

PLENÁRIA - George antes de você começar, por favor, olha, estamos cansados, estamos beirando, já vamos botar bem. Então assim. É um exercício, mais uma vez, a exercício de paciência para que a gente, inclusive. Começamos mais uma vez a nos agredir. É, vamos respirar, vamos. Para que a gente termine. 2 questões de ordem, que a gente respire, agência, por favor, é. Lave, tá bem? Obrigado, Jean.

GERSON - Olha, esse é um assunto complexo e eu gostei muito da fala da companheira. É pouco dinheiro. Quem por? A questão de ordem que ele está produzindo, mas aqui eu estou com a alma alisando. Aí a questão de ordem, mas cara, eu vou chamando pensamentos, calma, vamos lá, olha aí, povo, porque eu nem comecei a falar. Rose volta, espera aí, por favor, estou interrompido. Que coisa, zera aí, por favor, eu também comecei a falar. O rapaz me interrompeu aqui. Olha, essa tensão é muito complexa, então vamos resolver isso aqui no final de uma assembleia como essa, todos cansados, uma situação delicadíssima como essa. Vamos votar? Contrata ou não contrata um psicólogo profissional e leva com a rede, não leva, não. Faço uma proposta aqui que a gente encerre o debate agora e que amanhã nós retornemos para pensar melhor sobre este tema, até porque a solução de contratar um profissional, ela é irrealista. Estou dizendo isso porque, para mim, essa defesa não está clara. Então, dessa defesa para mim, faça uma questão de ordem. Nós, devido à complexidade do tema, não temos condições.

SAULO - Mas quando a situação está encaminhando de forma que, por exemplo, parte da plenária não concorda, pode ser uma questão de ordem para mudá-lo. Para minha vida? É exatamente o que também. Você sempre bem direto, sem marcar tempo, é isso. Deixa essa discussão para amanhã, porque já se percebeu que ela é complexa. Não é tão simples. É só isso. Desculpe pela colega, não tive tempo. Eu peguei lá, ela deu uma pausa, eu achei que tinha terminado a fala. Tá bom que não é do meu feitio interromper a fala de ninguém.

MARLENE - Gente, no início, até eu consultei se a gente faria hoje ou não, e as pessoas concordaram, mas a coisa é dinâmica, então super acatamos. Vamos agora. A tese ganha aprovada. E a gente retoma aí agora, vamos nos arrumar para confraternizar.

4. Domingo – 16 de julho.

MARLENE - Alô! Bom dia, mais uma vez! Então eu tô chamando o pessoal para a gente começar nossos trabalhos hoje, é, que inicia, é, com uma discussão. Antes disso eu quero muito assim, agradecer desde já, a presença de vocês aqui, pelo dia de ontem, um dia de relaxamento à noite, uma confraternização que terminou muito alegre muito, é, tivemos muitas surpresas. Cadê Walter, gente? (risos e murmúrios) Eu não poderia deixar aqui, de fazer um registro do companheiro Walter. O companheiro Walter deixou os novinhos tudo com inveja, gente, os novinhos tudo com inveja....

PLENÁRIA - E o companheiro Georges quebrando até o chão...

MARLENE - Ave Maria essa parte eu não vi, eu não vi não.

PLENÁRIA - Georges sambando até o chão! (murmúrios)

MARLENE - Pois é! Olha pra isso! (murmúrios) E aí, gente. E aí, gente, seguindo os trabalhos de ontem a gente finalizou, com uma discussão um tanto polêmica que era a questão do acompanhamento, tá certo?! psicológico. Mas aí hoje conversando com Vinicius, é... ele quer fazer uma proposta, né? e aí eu quero já passar a palavra para ele que eu acho que essa proposta, é, sendo aceita, eu acho que a polêmica nesse momento se desfaz.

VINICIUS - Bom gente, a cerveja é bom para a gente pensar também, né?! Não mas, quando eu fiz a proposta da contratação foi muito mais preocupado em resolver a questão que antes estava muito ampla, de pagar todos os acompanhamentos, mas assim, eu ainda acho que a gente precisa garantir algum dispositivo pra que tenha o primeiro acolhimento para as mulheres que sofrem violência. Então, para que ela saiba que existe um lugar seguro, para que ela possa procurar, dentro da estrutura sindical no caso de sofrer alguma violência. Retiro a proposta de contratação acho que a gente pode dialogar com a proposta do companheiro que eu não lembro o nome, mas...

VINICIUS - Aldair! Isso! da proposta das redes, mas eu acho que a gente precisa buscar algum mecanismo que garanta esse primeiro acolhimento. É isso.

MARLENE - Ok! Então, gente, ontem também né? Registrando a companheira Ana, que é psicóloga, também se colocou à disposição para citar vários projetos, né, que não só aqui, mas que já tenha em alguns municípios. E para a gente fazer esse, esse primeiro vamos dizer assim, encaminhamento de acolhimento, porque tá escrito acolhimento, mas por exemplo, como a gente tava conversando aqui antes, a gente acolhe, mas como é que depois a gente encaminha?

GERSON - (inaudível 4'06') É que ontem parece que teve uma proposta aqui, acho até que foi do Altair, de inclui também a assistência social, porque aí teria como dentro da rede encontrar esse apoio, teria essa questão pra onde que vai levar a pessoa que tá em perigo, né? Às vezes que tá em risco... que tá vulnerável, né? Então o acolhimento seria mais no sentido da multidisciplinaridade.

MARLENE - Isso mesmo. E lembrando viu, gente, que dentro do nosso quadro de filiados e filiadas nós temos, né, psicólogos, psicólogas, assistentes sociais que estão aí também para

nos dar esse suporte. Então, quando uma tese que faz essa proposta, agora é a gente também agregar. Eu penso assim: fazer uma comissão, não é?! uma comissão que integre a assistente social, psicóloga que possa nos ajudar, inclusive dentro dos filiados e filiadas. E aí eu acho quem pode pensar em fazer a criação de uma comissão como essa? Nós podemos não só na pasta de Combate de Opressões, como também na pasta de Mulheres e Comunidade LGBTQIAPI+ Então, a gente pode fazer uma comissão nessas duas eu acredito que é importante... quer falar de novo?

GERSON - Quero. Desculpa! (risos) É porque você tá citando coisas interessantes e a gente tem uma pessoa que trabalha com yoga, e a yoga, porque assim as práticas integrativas também auxiliam muito. Eu quando fui embora daqui para Barreiras, eu estava terminando a minha formação em biodança. Não sei se todo mundo, se todos conhecem, a prática de biodança, já vi pessoas que já chegaram lá tomando remédio controlado e saírem, e saírem não! Depois de algum tempo as pessoas terem superado essa fase, digamos. Então, a biodança para os colegas que tem aí o complexo Alfa, é a dança da vida. Então, ela proporciona só para resumir vivências extremamente positivas que vão nos trazer para a identidade um reforço muito grande, por conta disso a gente sabe hoje. Viu queridos? É, eu sei que parece não ser importante, mas a rede de acolhimento é mais ampla do que pensamos e aqui. Vinícius... desisto, vem querido, eu te ouvir, eu te ouvir, talvez seja tão interessante quando o que você propôs. Mas, assim, é porque essa rede, ela é ampla. Eu conheço diversos facilitadores de biodança, tem a Escola Baiana de biodança com a qual pode ser feito convênio, é, eu não tenho nenhum problema com isso por que assim, às vezes a gente fala, as pessoas dá um riso irônico, né?! Eu fui criado por quatro mulheres, minhas irmãs, sempre convivi muito bem com as mulheres, tenho muitas amigas mulheres e isso me desbloqueou em muita coisa. Então, quando a gente fala, assim, biodança, como é isso? Então, quem conhecer vai perceber que tá dentro das práticas integrativas, tudo aquilo que a gente medita, yoga, tudo que nos integra e não nos fragmentam, porque a gente sabe, eu sei que você não vai, eu vou terminar a gente tá?! Desculpa. A nossa forma de vida é muito racional e fragmentada então, é, são práticas que trazem pra gente um reforço de identidade, então eu tô falando de algo que vive durante muito tempo fiz parte do grupo e depois entrei na formação quando faltava assim uns cinco meses para formar eu passei no concurso de Barreiras, aí passei na UNEB também, passei também no Anhembi, tudo em primeiro lugar, tava inteligente esse ano. (risos)

MARLENE - Ô gente, ó?! Tem gente que tem uma questão de ordem, o professor Georges, antes de eu passar para ele por questão de ordem, nós podemos então, é, finalizar esse ponto. Todos concordam com essa discussão? De que não é a contratação mas sim a gente buscar essas redes e faço o depoimento que já fiz biodança, inclusive o facilitador era um homem, e é fantástico! Concordo plenamente com você com essa... Muito bom! Eu vou passar, pode ser?! Vou passar por questão de ordem para Georges.

GEORGES - Obrigado. Bom dia a todos e a todas, sobrevivemos, né? Ontem, a dancinha da garrafa. (Risos) É, pessoal, eu vou pedir para o pessoal aí do fundo Marcos e todos prestarem atenção.

PLENÁRIA - Eu não posso pegar água?

GEORGES - Pode. Olha, você está um pouco excitado ainda devido ao momento lindo e maravilhoso que houve ontem à noite, né. Bom, deixa eu falar aqui para vocês o seguinte ó eu tava conversando com a professora Margarete, um pouco antes do início do trabalho, que

a gente discutiu e até mostrei isso aqui a ela, nós conversamos quinta e sexta, ela até me corrigiu eu pensei que o congresso tivesse começado sexta. Mas estamos aqui quinta sexta e sábado, três dias de trabalho, nós discutimos e aprovamos entre uma e outra pendência, 11 teses, avançamos bastante, porém Gerson eu estou impressionado com a tarefa que nós temos hoje pela manhã eu contei aqui, faltam 13 teses para serem apreciados pode ser que eu esteja equivocado, tenha uma ou outra que já foi contemplada e tem por exemplo, duas teses a tese 4.3 e 4.4 que tratarão do mesmo tema que é comissão ética, podem ter outros temas agregados, não é? Mas qual é a perspectiva? Não concluiremos os trabalhos, hoje. Então, para descomplicar, eu já estou cansado de participar de congresso que a gente vai ser vencido pelo cansaço, sem fazer um planejamento prévio, eu peço a mesa que a gente se planeje, que a gente diga o que vai fazer. O que é que a gente pode fazer nessa manhã, até porque já são 10 horas, a gente previu começar às 9 horas e começamos às 10 horas e, eu não sei, se a administração do Hotel Fiesta... eu não sei como foi o acordo, se vai permitir que a gente fique aqui à tarde. Então, nesse sentido, eu peço a colaboração e a sensibilidade dessa plenária para a gente abrir uma discussão sobre o planejamento do que vamos fazer, do que é possível fazer hoje pela manhã

PLENÁRIA - É, eu não sei (inaudível: 11''20') Tem que falar. Ó, gente, ó.

MARLENE - Georges, eu agradeço e vou chamar sim sua questão de ordem, agradeço sim, a sua provocação, porque a gente iniciou todos os dias falando da metodologia, inclusive, ontem foi votado, logo no início, para que a gente mudasse para que a gente continuasse e não abrisse para GT e já continuasse com as teses. Então, todas as manhãs, mas infelizmente nem todos estão aqui no horário, presencialmente, e também às vezes existe dificuldade de escuta né? Porque às vezes a pessoa, é isso é natural, né? Mas infelizmente a gente tem isso né? Às vezes a gente tá pensando, elaborando outra coisa ou pensando e às vezes não se atentou, mas é agradeço a provocação e justamente no início antes de colocar a música de relaxamento, eu disse assim: "Olha gente vamos começar pela polêmica de ontem", e Vinícius já veio trazendo essa proposta, meu Deus que maravilha, porque se ninguém mantivesse a gente já avança. Inclusive, a gente já avançou e eu avalio assim... sabe eu tava conversando com a companheira Margarete aqui, antes de começar os trabalhos, eu digo: gente, que satisfação! A gente tinha questões que estavam nos adoecendo, inclusive. Que eram as questões em relação à composição, que era as questões das dificuldades, da gente deixar (inaudível: 12''50') nosso sindicato por conta de um erro enorme de cargos e a gente já chega hoje com as questões que eu acho assim que gerariam maior polêmica... a mesa, inclusive, está sendo digitado, viu gente?! Vou registrar aqui e por favor ouçam está sendo digitado todas as coordenações aprovadas para que a gente projete aqui, certo? Para que a gente projete aqui e já veja se tem alguma falha né? Danúbia a gente copiou, porque pra mim é um dos pontos né? É uma das teses principais. E aí o que que a gente vai fazer hoje? Nós vamos seguir com essas teses que algumas delas inclusive tem a minha contribuição e são inclusões né? Que eu acredito que não tenha, que eu falo assim que eu acredito, né gente? Porque, a gente sempre pensa que não vai ter problema, mas às vezes tem, mas por exemplo, dessas hoje que nós temos aqui muitas, muitas, a maioria delas são realmente mais tranquilas, sem muitas polêmicas, mas a gente vai precisar ajudar nesse processo, naquele mesmo esquema de ontem, a gente faz a inscrição, né? A pessoa pode inclusive. e aí foi a proposta aqui de Margarete, todos leram as teses têm tese impressa não precisa ler toda tese gente, as teses foram encaminhadas virtualmente foram impressas, então a gente pode ler a justificativa dizer a mudança né? E logo depois abrir, não é? Para alguém que queira debater ou queira fazer alguma mudança ou inclusão, respeitando os três minutos sendo contemplado ou

contemplada retira, né isso?! Eu inclusive já conversei com a coordenação aqui de eventos do hotel dizendo que a gente se atrasar um pouco, eles disseram que não tem problema, Eu digo, mesmo, se for até 13 horas, mas espero não precisar, ok?!

PLENÁRIA (murmúrios) - a gente continua com as coisas lá (inaudível:15:28). O check out.

MARLENE - O Check out, aí eu peço, eu tiro a dúvida com Márcia, é melhor.

PLENÁRIA - Tá depois você avisa para a gente.

MARLENE - Ótimo, ótimo. Bem lembrado, eu vou pedir, viu? E agora tem também algumas teses que serão aglutinadas.

PLENÁRIA - O checkout eles falaram que só dá pra ficar até no máximo uma hora.

MARLENE - Pronto OK sim, Georges.

GEORGES - Eu achei interessante o encaminhamento que Marlene está dando, mas eu acho que a gente deve parar aqui senão vai acontecer o seguinte, a ordem das teses, foi a ordem das teses, foi colocada de maneira, talvez pelo momento que apresentaram e tal olha é deve ter acontecido isso que foi arrumada no caderno de acordo com a data de recebimento.

MESA - Não

GEORGES - Eu não sei! Algum critério se adotou para tomar essa ordem aí. O que acontece, nós estamos é com mais riscos de não seguimos, essa metodologia nós vamos ter mais risco de não apreciarmos as últimas teses. Então, eu acho que a proposta de Marlene de pegar aqui agora e ver o que pode ser aglutinado acho que é a primeira medida, está correta. Qual é a tese que pode ser vista conjuntamente? Isso é um bom, bom encaminhamento. Não ler as teses, também concordo com ela. Eu acho que a gente deveria procurar a compreensão dos trabalhos e limitar um pouco mais o número de falas (risos) é uma proposta! Pode rir companheiro, pode rir, mas é minha proposta de limitar um pouco o número de intervenções, senão não vai dar tempo de contemplar todas as teses, nós temos uma questões assim estruturais que, por exemplo, tem pendências de teses que já foram vencidas como reestruturação do número de reitorias e que, por exemplo, tem pessoas que defende que o CR seja deliberativo. Sabe o que vai acontecer quando enfrentarmos esse problema como enfrentamos problemas de contratação psicólogos, essa questão que é de fundo do congresso, nós não vamos tratar. Então eu peço, por exemplo, que dê prioridade a esta teses que são estruturantes.

GEORGES - Então eu acho que a primeira coisa antes de tudo é vencer esses obstáculos, questões estruturantes para o congresso e aí eu concordo com a com o planejamento de trabalhos hoje.

MARLENE - Gente, pode até utilizar o tempo de dois minutos ou até permanecer 3, mas que a gente, objetive as coisas porque às vezes a gente repete a mesma coisa que o colega falou, essas coisas, e eu não quero perder tempo, não viu, gente?! Vamos adiantar é...

PLENÁRIA - Sem a justificativa.

MARLENE - Isso sem justificativa, por exemplo, a próxima tese, inclusive se os colegas que assinaram permitir, eu já, começo, porque é a inclusão de um texto, é um texto, um parágrafo. Então a gente, logo depois tem duas teses que serão unidas, criação de Comitê de Ética. Então, vamos adiantar o barco, pra gente não demorar muito para começar, ok?! Então a próxima nós temos assim, ó, atribuição da assembleia geral que é na página 26. E aí eu peço aos colegas... Oi?

GEORGES - É, eu tenho uma questão de ordem, eu tenho uma questão de ordem.

PLENÁRIA - Em regime de votação a alteração (inaudível 19:19) da tese anterior. A gente não entrou em votação.

MARLENE - Qual?

PLENÁRIA - A criação do grupo...

MARLENE - Ah, ótimo. Obrigada, viu. Aí é uma questão de ordem. Ô gente, deixa eu, é, realmente, (inaudível 19:33) é uma falha, porque eu falei, mas não votei.

PLENÁRIA - Exato

MARLENE - Não é verdade?! É bom a gente registrar o voto. (empresa oxe, demonstra preocupação com a falha do microfone)

GEORGES - Marlene por favor uma questão de ordem, me desculpe.

MARLENE - Gente,ó, eu preciso começar os trabalhos, eu preciso começar os trabalhos, Georges.

GEORGES - Eu tenho uma questão de ordem.

MARLENE - Eu preciso começar os trabalhos.

GEORGES - Eu preciso que você, a mesa, tome uma posição sobre a minha questão de ordem.

MARLENE - Olha eu vou ser sincera, você quer fazer a proposta de alguma tese vir primeiro?

PLENÁRIA - É a do CR!

MARLENE - Então, a gente vota. Vamos fazer, você quer fazer alguma proposta de alguma tese? não, mas seja objetivo a proposta. Você vem criticar a mesa agora vou te pedir uma coisa Georges, a sua questão de ordem você primeiro vem criticar a condução dos trabalhos, eu quero que você apresente a proposta dizendo assim, ó, por favor quero agora que seja a tese tal e tal e a gente vai para votação

GEORGES - Tá bem. Nós superamos uma tese de reestruturação das diretorias, da diretoria sem enfrentar um tema, nós já dissemos, já resolvemos isso. Qual foi o tema que está pendente? Três propostas que discute a reestruturação da direção. Sabe qual é o tema

pendente, se o CR vai ser deliberativo ou não. Tão passando por cima, então vai chegar uma hora da tarde e esse tema não vai ser debatido, não vai ser enfrentado. É uma pendência de um tema que já tá dito que já passamos. Então, eu proponho que a gente enfrente não só essa, mas do companheiro aí que está pendente de tese que a gente não vai voltar mais a discutir.

MARGARETE - Eu entendi o que Georges está pedindo, para a gente fazer a deliberação sobre papel de CR, não é isso?

PLENÁRIA - A apreciação

MARGARETE - A apreciação da tese do CR, da deliberação.

MARLENE - Então, gente! para a gente não... inclusive uma posição de uma mesa autoritária, apesar de não concordar, então, eu vou submeter a uma proposta, porque assim a gente segue, ok?! Então, a gente segue como a gente vinha antes, ou se a gente aceita, aceita... (se dirigindo a Georges que retrucou) Não você não vai impor a sua tese, não! (se corrige por falar tese) Não a tese não... Essa discussão, quem vai decidir... Olha só, quem vai decidir é a plenária, não sou eu. Até para depois não dizer que sou eu que estou aqui definindo tudo, na condução da mesa. Então, existem duas propostas: A proposta de continuar os trabalhos, a proposta de continuar na sequência ou a gente diretamente ir para o debate sobre o CR. É questão de ordem? Pois não?!

VINI - Desculpa, Marlene, mas infelizmente, é, mas a questão de ordem de Rubens precede, ontem a gente tirou que o primeiro ponto a ser discutido foi a questão do psicólogo. A gente fecha isso primeiro e depois volta a questão de Georges. É só isso.

MARLENE - É, é. Acatado, realmente. Então a gente vai fazer assim: a gente vai só formalizar, tá certo?! Sobre a questão da contratação da psicóloga, da rede e logo depois a gente defini, se vamos continuar na sequência como iria começando ou se paramos para retomar só a discussão da finalidade do CR. Tá bom?! Então vamos em regime de votação, né. Nós tivemos uma discussão ontem e parece que ninguém manteve, o companheiro Vinícius veio aqui e propôs: retirou a contratação, né, de um profissional de psicologia e sugeriram uma sugestão aqui de que a gente inclusive agora trabalhe o acolhimento através das redes e não apenas com psicólogo/psicóloga mas também com assistente social. Ok?! Quem concorda com a proposta por favor levanta o crachá.

PLENÁRIA - Agora para esclarecimento é a assistente social do IFBA ou de qualquer lugar?

PLENÁRIA - Qualquer lugar da rede

PLENÁRIA - Da rede de apoio proposta por (inaudível)

MARLENE - É, por contraste: contrários? abstenção? Então, por unanimidade foi aprovado que nós teremos o acolhimento, inclusive para pessoas vítimas de opressão, a gente fazer e dá encaminhando, vamos dizer assim, disponibilizando e trabalhando essa rede de apoio Ok?

PROPOSTA: Acolhimento e encaminhamento para rede de apoio, pessoas filiadas e vítimas de opressões.

RESULTADO: Por unanimidade aprovada a proposta.

MARLENE - agora a gente vai para outra votação que é o encaminhamento ou se a gente segue como iria iniciar, né? que é a próxima tese a proposta 1 e a proposta 2 trazida é pelo companheiro George que seria da gente abrir os trabalhos com a discussão da finalidade do CR se deliberativo é se construtivo Ok? Então, em regime de votação, quem aprova a proposta 1 da gente seguir, por favor, levanta o crachá.

PLENÁRIA - Não entendi.

MARLENE - Não entendeu, não? É seguir a ordem dos trabalhos que tinha começado. Ó, deixa eu explicar, eu tinha começado e ia para 4.2, que é o parágrafo, não é?. Mas aí o companheiro Georges veio aqui com uma questão de ordem. (plenária pede esclarecimento) É questão de ordem?

PLENÁRIA - Não é pedido de esclarecimento. É, eu só queria saber se dentro dessa sequência de projetos há ainda discussão do CR e de outras ainda, porque essa discussão do CR está dentro de uma tese que já discuti, mas a gente acabou fazendo aquela metodologia de aprovar todas as...

MARLENE - Isso.

PLENÁRIA - E aí, eu queria só saber pra votar na sequência da proposta pela mesa ou na proposta dele, que aparece nas outras teses me parece que não, eu dei uma olhada aqui, essa discussão do CR, Porque de fato foi de uma tese que a gente pela metodologia da mesa decidimos por definir as coordenações e não fomos exatamente para a discussão da tese, então era só para entender em que o lugar ficaria a discussão da CR, pra poder votar, entende?

MARGARETE - É seguindo a metodologia do que foi discutido nos GTS, é senão contemplado nos GTs será trazido para a plenária. A questão do CR no GT1, ela foi vencida porque o GT1 rejeitou o CR deliberativo, mas pela metodologia ela voltaria para a plenária, então assim nesse sentido, pelas teses a serem vencidas e como está na sequência, apesar de já ter até manifestado na sequência, essa antecede só na sequência, é, da suposta linearidade do caderno de teses, e da organização das teses, que houve um planejamento, não foi aleatório, não foi segundo data, há um planejamento sabendo-se que planejamento é um instrumento de condução, ele não é engessado e às vezes alcança-se, outras não, e está tudo bem, porque é assim que as coisas seguem.

MARLENE - Na verdade, assim essa mesmo sendo reprovado no GT a gente falou que pode retornar, inclusive, a defesa que Georges quer trazer. Inclusive a gente não sai daqui sem, que é uma deliberação importantíssima, né, a gente não pode sair daqui sem fazer o debate pela plenária já que ele quer manter, mas eu particularmente quero continuar defendendo que a gente continue, porque isso vai ser uma coisa polêmica, por isso que quero fazer a votação. Não estou convencida de que a gente nesse momento pare para tratar uma coisa que pode ter dificuldade, a gente pode vencer as teses e o compromisso de assim que eu acredito que a gente concluir a gente fazer, mas...

PLENÁRIA - Marlene, então eu to entendendo que você tá colocando uma proposta de continuar com a sua proposta de sequência de trabalho e ele tá colocando a proposta discutir primeiro o CR

GEORGES - Como Marlene defendeu a proposta dela, eu quero defender.

PLENÁRIA - Você defendeu já.

MARLENE - Mas gente, ó, tá tranquilo, tá tranquilo, tá na paz. E assim ó, a gente só faz assim, a gente define primeiro se a gente faz a sequência ou se a gente para e vê sobre a questão deliberativa ou não do CR, tá certo?! Então, a gente em regime de votação, é, quem é, quem apoia a proposta 1 da gente continuar os trabalhos, e depois fazer, obviamente, a questão da discussão de deliberação do CR, por favor levanta o crachá. É a proposta 1. Vamos votar, né, gente? A gente conta.

(Georges ia contar mas a plenária (para George) ressaltou que ele é o proponente).

MARLENE - É, outra pessoa, Georges. Georges, a gente conta aqui, que é melhor, viu?

PLENÁRIA: 12 votos.

MARLENE - 12 votos, Ok? A proposta 2 para a gente parar para discutir o CR agora? 13 Então, por um voto né? Um voto de diferença (murmúrios).

PLENÁRIA - Abstenção.

MARLENE - Ô, desculpa. Abstenção? 1 abstenção, 2 abstenções, 3 abstenções... é isso viu gente, então com isso para de caminhar (aplausos) e a gente abre agora para discutir se é deliberativo ou não o CR. Eu proponho a metodologia que já foi discutida no GT, ver se vocês concordam, com essa metodologia, né? Já que foi discutido no GT a gente abriu uma proposta uma fala para defesa de continuidade e uma fala contrária e depois disso a gente pode abrir para quem quiser.

PROPOSTA 1: Continuar os trabalhos, e depois fazer, obviamente, a questão da discussão de deliberação do CR

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 12 votos

PROPOSTA 2: Resolver a questão deliberativa ou não do CR, antes das outras.

RESULTADO DA PROPOSTA 1: 13 votos

RESULTADO FINAL: com diferença de 1 voto e 3 abstenções, vence a proposta 2 de resolver a questão deliberativa ou não do CR antes das outras.

PLENÁRIA - Seguindo a metodologia de que a relatora dos GT1, né, faça essa introdução, porque já foi discutido lá, inclusive vencido. Então, eu acho importante que se faça esse processo.

MARLENE - Tá bom, ok! Acatado!

MARGARETE - Bom, é, essa foi a tese 2.2 em que ela dava uma nova, olha vamos galera, é, foi de reorganização das partes da diretoria executiva com a tese, é, assinada aí pelo professor

Georges Rocha, Ronaldo Naziazeno, e eu Margarete de Oliveira docente da Escola Militar de Salvador, é, e depois durante a discussão do GT para essa especificidade eu inclusive retirei o meu apoio lá. É só questão de rememorar, ela dava a nova redação proposta de emenda supressiva parcial com ajuste entre coordenação da diretoria executiva SINASEFE IFBA, nova redação para o artigo 17. A Diretoria executiva será composta de 11 membros titulares, 3 suplentes eleitos e eleitas, para seguintes cargos: Coordenação Geral, Coordenação de Finanças, Coordenação de Secretarias, Coordenação de Comunicação, Coordenação de Assuntos Jurídico, Coordenação de Assunto de Aposentadoria e Seguridade Social (obrigatoriamente ocupado por filiado aposentado), Coordenação de Assuntos Pessoal TAI, (ocupado obrigatoriamente por pessoas do segmento que se destina a pasta), Coordenação de Assunto Docente (ocupado obrigatoriamente por pessoas do segmento a que se destina a pasta), 9: Coordenação de Políticas Educacionais e Atividades Culturais Esportes e Lazer, 10: Coordenação de Formação Política e Combate às Opressões, com a Coordenação Política para as Mulheres, 12 suplente 1, 13 suplente 2, 14 suplente 3. Conselho de representante: Proposta nova redação para artigo 16 do Conselho representante órgão deliberativo do SINASEFE- IFBA somente abaixo da Assembleia do congresso será composto pela diretoria executiva mais duas ou dois representantes de cada Campus do IFBA, de cada unidade do IFBA, da reitoria, do Colégio Militar de Salvador para o mandato de dois anos, podendo ser reeleito para mais um ano, mais um mandato. O que é enfatizado, é, é negrito é que o órgão que seria um órgão deliberativo do SINASEFE - IFBA. Essa é a proposta que ficou pendente da tese é, 2.2 apresentada, é, no na quinta-feira ainda Que dia é hoje? Dia 16? (a plenária avisa que é domingo, dia 16)

MARGARETE - Quinta-feira, 13 do 07, e o GT ele recusou a ideia, e a tese, né, de um CR deliberativo, o CR como um órgão deliberativo. Eu acho que essa foi a única pendência, porque os demais inclusive tem uma aqui tem, é, um, destaque apresentado por Mateus em que CR não deliberativo, rejeição da proposta do artigo 16 da nova redação, foi um destaque aprovado no GT por Mateus que tá aqui compondo os demais destaques foram pacificados e já foram superados. Aqui o único que ficou, inclusive tinha marcado em vermelho, dos que já vinham sido, é, acolhidos e discutidos, e, o único pendente realmente, é da proposta de Mateus que não está aqui, mas o destaque dele é: CR não deliberativo ele apresentava o destaque e conclamava o GT pela rejeição da proposta do artigo 16 em sua nova redação

MARLENE - Então, gente depois da leitura podemos fazer assim: uma defesa à favor e uma defesa ao contrário, não é, e logo depois se alguém mais quiser se pronunciar, ok? Então, defesa, Georges, né?! Então, 3 minutos tá bom gente (murmúrios) (inaudível 35:41) mas a gente tem o concluindo... Oi, gente, concluindo é assim, com dois minutos a gente avisa com a plaquinha, ainda tem um minuto, certo?! Quando falar conclua é porque já tá acabando mesmo.

MARGARETE - Aí só fecha o raciocínio.

GEORGES - Bom dia mais uma vez. É, eu não gostei como, da maneira como a mesa, é natural a pessoa gosta ou não gosta, da maneira que a mesa procedeu no início dos trabalhos dessas teses. Eu já falei aqui, pegaram três teses que tratavam do mesmo assunto e foi separada as teses, a única tese que está claro de organização e direção é a que eu escrevi com Margarete e o professor Ronaldo foi discutido no grupo 1, enquanto isso, no grupo 2 estavam discutindo duas teses que tratavam de reorganização da diretoria. O argumento foi que não podia separar, porque ia dar uma confusão, não sei o quê! Quando chegou de tarde, companheira,

pegaram duas teses, dois grupos diferentes se juntaram, sob alegação de que era mais fácil e tal, eu não gostei disso, então, quer dizer já começou ruim esse procedimento e depois é o seguinte, é, a questão **full grau** dessa defesa, nesse aspecto é o que vai acontecer, vai ter um impacto no futuro dessa instituição nós chegamos à conclusão, já aprovamos aqui que os Conselhos Regionais não faz sentido, então o que faz sentido para interiorizar e continuar nossa tentativa e fortalecer o interior e as políticas sindicais, já que Salvador os aposentados e reitoria, vão ter sempre maior possibilidade de eleger direções sindicais e sempre vai ter problemas para interiorizar, porque são R\$ 40.000 líquidos para fazer a política sindical no estado da Bahia. Então, o que é que pode criar um mecanismo de pesos e contrapesos: o Conselho de Representantes. Este sim, com os representantes eleitos, as forças políticas vão encarar com mais seriedade o fortalecer da eleição, a eleição e fortalecimento dos representantes dos campus, Porto Seguro, Paulo Afonso, não sei aonde, porque vão encarar com mais seriedade e você vai ter, maior, um dinamismo maior na escolha e na atuação dos representantes. Sabe porque? Porque eles serão, poder, eles vão deliberar, eles serão uma instância só abaixo da Assembleia, do sindicato e do congresso. Então, a tese interessa a todos. Não é porque eu sou da capital que isso não me interessa Não, eu quero que meu sindicato seja forte no lugar mais distante da capital. É, isso está em jogo, é, isso mexe com interesse de outras pessoas no sindicato, tem pessoas aqui nesse sindicato que não querem sair de cima dessa situação cômoda. E eu to fazendo um apelo para aqueles companheiros que querem que o sindicato se sindicalize, se interiorize, se fortaleça, que a gente aumente as filiações, que a gente vote sim, para o CR deliberativo.

PLENÁRIA - Tirar minha dúvida, (inaudível 39:00) esclarecimento...

MARLENE - É após a fala a gente...tem um esclarecimento? Porque agora vai ser a contrária, né?

GERSON - É, Não Vou defender o contrário eu queria tirar só uma dúvida se alguém tiver inscrito não tem problema. (Murmúrios 39:15)

É, desculpa até minha ignorância, e a leiguice lhe desse sindicato, mas é circunstância deliberativa, abaixo da assembleia, quais seriam as deliberações que poderiam ter, por exemplo estamos em uma greve, obviamente, eles não têm poder de deliberar o fim de uma greve, naquele departamento, naquele campus, isso não né?! Então, assim, eu queria saber, é, o limite disso, desculpa realmente a minha falta de informação, mas até pra eu me sentir mais à vontade para fazer meu voto. Era só tirar uma dúvida. (murmúrios)

MARLENE - Tem outra dúvida? Pode vir Aline. Outra dúvida. Se bem que, minha gente, não seria melhor a gente ter a defesa contrária depois a gente abrir pro debate? (burburinhos)

ALINE - É porque assim, eu acho que talvez.

PLENÁRIA - Tem que abrir pro debate também.

ALINE - É isso, o destaque foi de Mateus da posição contrária, e eu acho que as coisas ficaram um pouco comprometidas e a gente está sobretudo na dúvida dessa potência. Eu, por exemplo, se fosse fazer uma defesa contrária. Eu não conseguiria trazer os argumentos de Mateus, eu só diria que o GT1, se debruçou muito sobre essa discussão e chegamos a conclusão de que seria uma disputa de poder que provavelmente caracterizaria aquilo, da, da,

gestão proporcional e tal. Então assim, eu não teria como fazer a defesa contra, no entanto, na discussão no grupo que eu teria isso, pra, pra plenária aí pra dizer assim: o GT1, diante de todos os argumentos, sobretudo apresentado pelo destaque de Mateus, definiu por não fazer a alteração.

MARLENE - Certo. Mas se vocês me permitirem, eu gostaria de fazer a defesa contrária e aí porque a gente discute, e aí não fica...

PLENÁRIA - (organizaram quem faria o esclarecimento)

TERESA - Um pedido de esclarecimento, Marlene (murmúrios) (inaudível 41:20).

MARLENE - Não levante não que eu vou...

MARGARETE - Aline pediu um esclarecimento antes de Teresa.

MARLENE - Aí eu faço a defesa da plenária e vejo já o pedido aqui, viu, Teresa?

ALINE - Eu vou ser rápida aqui, infelizmente, o GT, o GT2 não pode fazer essa discussão do CR, então a gente tá fazendo agora, e queria que você tivesse um pouco de paciência, porque enquanto um GT já fez o outro não. E aí, nós temos um segundo momento que é o seguinte: a gente tá pra decidir, aquela questão que não foi resolvida da Interiorização, que são os núcleos de identidade nas regionalizações, e a CR também trás a questão de unificar e repensar o poder da interiorização, me parece que é uma convergência de pontos aí, já que a gente não resolveu, nem lá, nem cá. Então, assim, Georges, é...

MARGARETE - No GT1 resolveu, no GT1 resolveu.

ALINE - Mas no GT2, não resolveu, não.

MARGARETE - Pra não ficar nem lá, nem cá...

ALINE - Mas não estão unânime, não tá unânime, então, o que eu quero dizer, viu, George...

GEORGES - Oi.

ALINE - Se você, que tem a intencionalidade de fortalecer e é necessário porque, e aí eu tô pensando em uma nova proposta aqui, porque que a gente não dialoga o CR, a partir dessa necessidade dos territórios de identidade? Já que a gente tá com um probleminha lá, de integrar a interiorização?

GEORGES - Isso já foi vencido.

ALINE - Não, não foi não. Mas Temos ainda uma pendência, a gente não disse como vai fazer, então se puder dialogar o CR e a questão dos território de identidade que tá aberto, seria um acréscimo que ia enriquecer o processo de diálogo entendeu? Para não ficar nessa luta de sim ou não e como a gente fortalece o total, mas eu só queria dizer só isso mesmo, muito obrigada. (aplausos)

MARLENE - Gente, deixa eu passar aqui pra Teresa.

TERESA - Gente bom dia, é. Eu só fiquei com algumas dúvidas é o seguinte, caso CR a ganhará instância deliberativa (inaudível 43:19) silêncio, iríamos ter um mandato igual à diretoria executiva? Porque tem pessoas que são CR a 2 3 4 5 anos, porque não tem outra pessoa a gente teria que discutir isso de uma forma muito clara, porque não tem sentido sendo o cargo deliberativo a gente teria que fazer uma eleição séria, né isso? Outra questão a manutenção dos critérios de paridade de gênero a gente também teria que ter isso é escrito na questão do CRS e vou além e também paridade de categorias porque também não é justo que a gente tenha no CRS apenas uma categoria, então a gente teria que pensar essa proposta de uma forma muito mais robusta do que apenas dá ao CR a questão da deliberação. Não estou falando aqui que isso não seja possível, mas para que isso aconteça a gente precisa pensar nesse mecanismo de formas conectadas porque senão a gente pode causar um desequilíbrio na nossa diretoria executiva e a gente não tenha como equalizar.

GEORGES - Questão de ordem.

MARGARETE - Nós já ouvimos, Georges

GEORGES - Questão de ordem, questão de ordem... Bem, questão de ordem, Marlene. Com todo respeito aos colegas e às colegas, os colegas estão se escrevendo para fazer defesa, a gente tinha acertado, e, fazer um mecanismo aqui de uma defesa e de um lado e do outro (inaudível 44:50) pedindo esclarecimento e continuar fazendo defesa.

TERESA - Georges, ó, não me manifestei contrária a proposição.

MARGARETE - Ó, nós já estamos com dois microfones, que já não estão funcionando muito bem, desde o primeiro dia, nós solicitamos aqui que as pessoas recolham e devolvam o microfone com cuidado, porque nós vamos ficar sem microfone e prejudicar a transcrição.

GEORGES - Desculpe

MARGARETE - Não desculpo, não! depois que inventaram desculpa o diabo bate na mãe todo dia. (risos)

MARLENE - Pode contar o tempo. Gente, é, pode voltar o tempo, é. Gente, ó, inicialmente, inicialmente queria dizer assim, é essa defesa inclusive de tornar um CR... (muitos comentários Inaudíveis 45:36) (risos)

MARGARETE - Dá licença aí, mas assim, eu acho uma hipocrisia do caralho, você quebrar o pau o dia todo aqui e depois ir tomar cerveja junto, eu não faço isso não (risos e aplausos).

MARLENE (fazendo a defesa) - Zerando agora viu?! Viu, gente? Posso começar? Então gente, assim ó, é, na verdade eu coloco o que eu posso enquanto o congresso tá aqui até defendendo um caráter deliberativo do CR e eu quero dizer isso, porque a gente tem que ter tranquilidade no debate, porque por exemplo, isso é uma proposta que pode daqui a no próximo congresso a gente está fazendo esse debate, e estar aqui defendendo, gente é coisa dinâmica e fluida. Agora, eu defendo, inclusive, sabe, Georges, a, esse caráter que não seja deliberativo nesse

momento, porque as coisas são fluidas, nesse momento, porque nesse momento, quando a gente fala assim, ó, fortalecer o CR, eu tô uma posição, representando aqui a gestão e a gente viu o quanto a gente teve que trabalhar para tentar ter CR e o grande exemplo é o campus que nós fazemos parte, o maior campus com mais de 300 filiados e nós não conseguimos agora desde o ano passado eu faço assembleia dupla, assembleia dupla e o pessoal não vai, o pessoal não vai. Minha gente, então você veja então a gente vai ter que ter um trabalho nesse momento, nesse momento, a gente vai ter que ter um trabalho de convencimento de trazer esse CR, quando a gente chama assim ó lá no grupo reunião ampliada com o CR aí a gente tem dificuldades também, então eu acho que a gente precisa inicialmente reestruturar o CR. Fortalecer ele, inclusive, trazendo as suas representações, né, de forma como a gente tá agora, um Campus, é, só tem TAI, não têm docente, o outro só têm docente, não tem TAI, o outro tem um e não tem outro. Então, na verdade, a gente precisa ter esse cuidado de fazer essa reestruturação para pensar, até futuramente, em um CR deliberativo. Não quero nem entrar no âmbito de que é deliberativo, se é poder, se vai acabar a assembleia, se não vai acabar. Eu não quero entrar nesse âmbito. Eu quero entrar no âmbito de você aprovar um conselho né, hoje que está com sérios problemas para funcionamento. Então, essa é minha dúvida, eu não tô nem entrando no mérito, né do poder! mas sim, a gente não pode nesse momento em que se encontra o CR com muitos problemas, gente muito problemas a gente coloca ele aprovar aqui como deliberativo. Então essa é a minha defesa.

MARLENE - Então, gente, olha, só eu gostaria de saber se alguém quer se pronunciar antes da gente abrir uma listinha, né? A gente faz assim, ó, na segunda fala, vocês concordam? A gente encerra? A gente é, né, a primeira fala, na segunda a gente encerra para poder a gente ir para votação. É, então a primeira pessoa aqui vai ser Rubens e na próxima fala, vão se inscrevendo viu gente.

RUBENS - Pessoal, é, inicialmente e também, pedir desculpa a Gerson, enquanto ele tava falando ali, a gente tava tentando organizar a forma que a gente ia propor e não foi uma desatenção na sua fala, me perdoe. Em segundo lugar, a gente, eu gostaria de dizer que eu tenho um problema em casa com minha família, a gente tem problema na direção do nosso Instituto, a gente tem problemas na direção da nossa empresa, a gente tem problema em todos os lugares, mas eu não me separar porque eu tenho problema em casa, eu não saio do IFBA porque tem problema no IFBA e você não sai da diretoria porque tem problema na diretoria. A gente tenta resolver os problemas e assim quando tô no instituto há um tempo que a gente enquanto base tentava contratar um assessoria jurídica para fazer uma campanha em favor da nossa greve e a gente não conseguia, mesmo sendo a maioria da base, a gente não conseguiu aprovar uma campanha que falasse sobre a nossa greve, simplesmente porque a diretoria, simplesmente, não queria tirar a empresa que estava contratada, mas que não fazia. Eu quero entender que medo é esse que a gente tem em democratizar as coisas, de nós mesmos decidimos por nós. Nós somos incompetentes a esse ponto? Eu entendo todas as dificuldades que a diretora proporcional teve, né, eu entendo as dificuldades que a gente tem em estabelecer uma estrutura gigantesca para a diretoria executiva que seja incapaz de nos apresentar enquanto um todos os territórios de identidade, eu entendo que a gente precisa julgar isso e eu votei em todas as propostas que de enxugar, a, a diretoria, mas eu entendo que é fundamental que a gente nos responsabilize, eu quero ser responsabilizado. Rubens, porque você não construiu a luta, você é do campus de Camaçari, porque você não está aqui conosco? Porque hoje não é, é, eu fui representante sindical por seis mais seis, acho que uns 12 anos, nós somos os únicos representantes sindicais do campus de Camaçari - técnico administrativo. Nós cansamos porque cansamos de estar lá e não conseguir fazer nada, as

peessoas vierem até a gente, imagina uma mulher vem me procurar porque ela está sendo assediada e precisa de apoio e que eu chegue na diretoria e eu não consiga fazer nada, as pessoas vão dizer que eu tô lá para que porra? Então, isso é mínimo, e o conselho de representantes, é, o negócio de greve, repare Gerson, quem impera sobre a greve é o comando de greve e o comando de greve, quem é o comando de greve? Quem é o comando de greve? É a base, é a diretoria. Então se a gente dar poder ao comando de greve de definir uma greve, acima da diretoria, porque o CR no qual a diretoria está inserida, o CR não é sozinho, a diretoria está dentro do CR, a gente está dizendo que essa diretoria conosco não são capazes de encontrar as saídas dos nossos problemas, aí eu vejo de fato. vejo dificuldade... Isso não é capaz de fazer mais isso juntos com quem a gente vai fazer por nós? Chapolin Colorado? (risos)

MARLENE - É Fabiano, gente, ó, na fala do Fabiano a gente encerra as inscrições tá bom? eu mesmo vou me inscrever aqui viu, vai ser na fala dele e aí eu posso, você também, né?! Pronto vou colocar aqui.

FABIANO - Olá, bom dia, a todos, todas, todes. Eu vou na linha de Marlene, eu acho que a gente, eu fui na direção do sindicato de 2015 a 2019 e nesse período, a gente vê que assim, quando a gente fala de CR a gente está falando do Conselho de Representantes. O que é isso? O que é um Conselho de Representante? É, você vai lá na letra tá dizendo é que é um representante, e um representante TAI, um representante docente um representante de cada campus, aí você vai ver tem 10 campus que tem CR, e que participa e que tem participado, nesse período? Esse CR vale? Diante da letra para a gente considerar como CR? Ou seja, existe uma série de questões que são de fundo, e que a gente precisa resolver pra depois dar um poder para um grupo que pode ser de 5 campus que se resume, e esse campus vai fazer quantos? E esse CR vai ter mais poder do que a diretoria? Ou a diretoria pode inclusive jogar pra capturar a depender da atitude do campus e fazer tudo que quiser também? Então, assim, existem elementos de fundo, que a gente precisa resolver e não vai resolver só pelo poder, é, precisa de vontade dos associados e do filiado e participar disso, e hoje a gente não tem. Ou seja, a gente nunca teve no CR estruturado de fato e quando a gente convoca um CR, isso tem sido uma tradição, embora seja um elemento consultivo, a gente tem que seguir as recomendações do CR, é mais um ouvido, mais um lugar de fala, não tem essa coisa de: ah! Eu coloco minhas coisas, porque assim, não sou eu, é um grupo, eu não vou, eu não posso dizer ao pessoal assim a eu posso deliberar, eu posso resolver, sim eu posso influenciar sim à partir do conhecimento, da argumentação, eu sozinho, não é eu sozinho, representante lá ele sabe que vou decidir as coisas, eu no grupo do CR, então que CR é esse? A gente não pode pensar no CR abstrato, quando na verdade a gente tem uma definição de que é CR. E hoje, nós não temos esse CR que poderia fazer isso. Era isso, obrigado.

MARLENE - Na fala de Fabiano se inscreveu, Marlene, Georges e Ivanete, Margarete, Tem alguém que eu não vi, é, Vinícius, Então, passando agora para mim mesma.

MARLENE - E, gente, talvez, a gente, eu nem use os três minutos assim, né, mas é, é, minha fala é, agora porque quando a gente fala em conselho, em conselho de representantes, deliberativo, construtivo, não é? A gente não tem como a não se reportar, há uns conselhos institucionais, o conselho de dirigentes e o conselho superior o CONSUBE, né?! Que são dois conselhos que tem funções diferentes e aí, quando é o conselho de dirigentes ele foi usado pela gestão de Renato, né, numa, praticamente, não consultivo, mas deliberativo porque ele não chamava muito, nem o CONSUBE, a verdade foi essa. Então, quando a gente vem aqui

defender, quando a gente vem aqui, quando eu digo isso gente, sempre projetando, porque tudo é dinâmico, não é? Então, a gente pode tá em outro momento, outro congresso, né, defendendo até, gente. Tá bom, gente, vamos fazer isso, é, esse conselho, é, é, seja deliberativo, mas o que eu quero defender, e defendo mais uma vez, é que a questão é, não é dar poder ficar a A, não é dar poder a B, mas é justamente como é que a gente vai dar um poder de deliberação a um conselho que nem estruturado está. Eu chamo aqui inclusive, eu chamo aqui inclusive assim porque eu, eu, poxa, eu acho fantástico quando a gente vai e como eu vim defender as regionais, sabe, gente. E até hoje eu penso assim, pow, eu estou tão tranquila porque eu sou do campus Salvador e venho pra cá defender o poder pras regionais. Que eu acho que pra mim, as regionais ela trazia um poder, que não tava sendo exercido, aí era uma outra história, mas a gente tinha um poder dentro das regionais que não foi, que tava lá, mas não foi né?! E então, o mesmo pode acontecer em relação ao CR, se a gente nesse momento se a gente faz uma aprovação dessa e vê as dificuldades que a gente tá, e aí eu trago o meu Campus como exemplo, né, meu campus, aqui que a galera aqui vai comprovar, inclusive aqui, nossa, nossas, é, Rosa, Virginia e Márcia, a pressão que a gente sofreu agora no São João, ligando assim né, Paulinha: Ah, Marlene cadê o dinheiro para a gente fazer a festa, pra eu aqui organizar do campus Salvador porque eu sou campus Salvador. Eu mandei dizer que sou Coordenadora Geral do Sindicato, se eu fizer no campus Salvador, eu vou ter que sair em todos os campus, que não tem CR pra poder fazer. Então na verdade, o CR ele tem uma função importantíssima, mas a gente precisa primeiro reestruturar ele, né.

MARGARETE - É, Professor Georges.

GEORGES - Bem, quem é contra a tornar o CR deliberativo argumento em duas linhas básicas. Primeiramente linha, o CR vai invadir competências da diretoria executiva, vai criar uma confusão. Segunda linha se opõe a dar o poder deliberativo ao CR, o CR é uma temialidade passar por esse CR, que tá aí, o poder deliberativo. Vamos tentar essas duas argumentações, a primeira, a primeira argumentação, uma diretoria executiva hoje, ó de forma analítica, né?! Não vai ter mais proporcionalidade, o palco das bandeiras eleitas pela base tem princípios que têm de ser respeitados. Existem limites para atuação do CR O cara defende isso, o que foi votado lá tem que ser respeitado. Segundo ponto, existe limites para atuação do CR, existe limites para atuação da diretoria. Então, precisamos verificar isso, claramente! A outra linha, é de que o CR como tá, não pode ser, é, tornado deliberativo. Ora, o CR tá como tá por várias razões uma delas, talvez seja essa, não é uma instância, é, que tem, é, poder. Então dá poder significa, como já falei aqui, ter condição das forças políticas trabalharem para poder eleger e dar importância a suas representações sindicais. Então, são dois argumentos que podem levar, na minha tese, a gente ter nas disposições transitórias, porque eu vou eu posso colocar, na acrescentar, na minha tese, é que o CR deliberativo lá nas disposições dá um prazo seis meses para que a assembleia organize a forma de transição da passagem para poder ser um órgão deliberativo. Então, em seis meses a assembleia deveria trabalhar para eleger os representantes, trabalhar para normatizar certos aspectos que são decorrentes dessa importante decisão estrutural. Por que, eu estou dizendo isso? Porque não estou preocupado apenas com CR, não! Várias decisões que nós tomamos agora e precisam de normatização, nós criamos hoje, coordenações aqui que a gente não tem claramente definido quais as finalidades. Então, para mim, vai precisar de disposições transitórias para poder regulamentar isso, este é o prazo do CR então isso destrói radicalmente estas duas teses e a gente inventa para já não para o futuro, daqui a Deus sabe quando vai ser realizado novo congresso regimental.

MARLENE - Ivonete, por favor. Georges, Georges, Georges? Quando você devolver entregue para gente por causa daquele problema do microfone, para mesa, me dá viu?

GEORGES - Se entregar na mão, tem violência, se coloca devagarzinho na mesa tem violência...

IVONETE - Gente, bom dia. O meu é mais uma reflexão a partir, né, do que foi colhido aí, a fala de Teresa me ajudou muito a refletir e eu lembro de algumas coisas no GT. Eu vou usar o didatismo do professor Georges que utilizou, né, que tinham duas correntes principais, é, de argumentação. Eu vejo que a proposta apresentada na tese tem uma linha principal de argumentação que é essa questão do poder, nesse sentido eu acho que com todo respeito a quem escreveu a tese, que ela, é, ela foi falha a apresentar a tese dando poder a algo que a gente não sabe muito bem como vai funcionar. Então eu, por exemplo, neste momento, apesar da argumentação do poder ser realmente interessante, quase me convenço, não teria condições agora de votar dando poder a algo que daqui a 60 dias, sei lá quanto... seis meses, eu diria como seria essa distribuição. Então, assim eu acho que a tese ela foi comprometida no sentido de... vamos dar poder depois a gente define mais ou menos, o que que é esse poder mesmo. Então, quando a colega, Teresa trouxe os argumentos, né, sobre essa composição, como é eleita a questão da diretoria e tal eu fiquei pensando. Poxa, não, é no meu campus não tem um técnico esse técnico seu Zé, que tá por aí, ou já precisou sair, eu não sei até que ponto isso de fato essa distribuição de poder, sem essas atribuições, sem essas competências, seria possível defini. Tudo bem que foram criadas algumas configurações que depois a gente vai ver um pouco da fidelidade, no entanto eu não vejo o que que impacta tão fortemente as discussões contra uma decisão de distribuição do poder, usando o argumento do professor, nesse sentido. Então agora, eu não teria condições, apesar de achar que é importante, para definir essa distribuição de poder, por isso eu vou votar contrária à tese de deliberativo, né? Diante dessas condições, para o amadurecimento da proposta.

PLENÁRIA - Quem é agora?

MARLENE - Agora é Margarete. Agora a gente deixa eu fazer uma consulta, o companheiro Vicente pediu um esclarecimento, certo? Você quer fazer logo agora pelas falas, ou quer deixar para último.

PLENÁRIA - Esclarecimento a quem?

MARLENE - Você quer pedir esclarecimento à mesa ou a quem?

PLENÁRIA - ... a plenária na verdade se (inaudível 1:06:08).

MARGARETE - É, né. Por causa da gravação.

MARLENE - É melhor porque como ele pediu um pedido de esclarecimento de repente tem outras falas e a gente já vai esclarecendo, né, ajuda.

VICENTE - Pessoal só tirar uma dúvida, Eu fiquei na dúvida só (inaudível 1:06:27) tá debatendo poder, se dentro dessa lógica, se está discutindo também a questão de paridade de filiados por campus, é só isso.

MARGARETE - Teresa já falou. Teresa já falou. E nessa tocada peço um tempo, primeiro eu vou fazer um esclarecimento, eu não vou pedir desculpa, não peço desculpas, eu não peço desculpas. Eu disse aqui no primeiro dia, no segundo dia, que nós muitas vezes em nome do bom andamento do trabalho, a gente inclusive sacrifica nossa própria autoestima, porque é um exercício constante de disciplina intelectual, uma vez que não dispusemos a fazer um trabalho e o próprio Professor Georges, to citando ele, mas se ele achar errôneo, vou tentar de uma forma mais elegante possível para não gerar o direito de respostas, ele disse aqui que tava faltando uma organização e comentou sobre a execução dos trabalhos no tempo, eu concordo. Possivelmente a gente não consiga vencer todas as demandas e como eu disse tá tudo bem, é, e voltando ao fato de ser uma pessoa eu vou tentando sacrificar minha autoestima em nome do bom trabalho, mas a certa altura, eu realmente não consigo deixar passar, e reitero eu acho muito difícil para mim, é, respeitosamente discordando de quem pensa o contrário, ambos como confraternizar após de debates, até porque 25 anos praticamente, né, porque antes de efetivar a contratação, convivendo com militares, me ensinou muito tá. Então, eu, é uma opção minha, eu prefiro socializar fraternalmente de outra forma dito isso eu vou reiterar, e, já anunciar meu voto, apesar de subscrever a tese, e no GT1, eu disse que nesse aspecto eu retirava meu nome da tese, porque eram dois pontos específicos que eu tinha me juntado a tese, que era, é, a redução das regionais ou a extinção delas, e nós chegamos, vencemos isso aqui ontem inclusive compreendendo a discussão teórica sobre regionalidade que me parecia mais inclusive eu falei isso ai pra Saulo, que era mais uma questão de assimetria entre interior e capital e região metropolitana. Então, nesse aspecto da tese, eu continuava me somando ao subscreventes, mas na composição, na transformação do CR em instância deliberativa eu retirava e continuo retirando meu nome e votando e declarando meu voto e votando ao contrário, porque tal como já foi apresentado aqui no Campus, dificilmente a gente teve, sequer como manter a ideia de mandados, o Colégio Militar de Salvador ficaria sem CR em dois três anos, porque essas três pessoas que vocês estão vendo aqui, são elas mesmas que continuam sem substituir, inclusive técnico a gente não consegue técnico que se some a luta.

MARLENE - É, agora vem Vinícius e encerram-se, né, para a gente ir para votação.

VINICIUS - Bom dia gente, é, tô me inscrevendo aqui na escola Margarete de filosofia, mas dúvidas do que certeza, é.. Rubens como amigo, companheiro, a gente sabe e lá no campus a gente tem muitas dificuldades, né? De fato eu sinto a necessidade que o CR tenha um pouco mais de poder, por outro lado e fico pensando que: Como se faz uma eleição de um representante sindical no campus? às vezes, numa assembleia de cinco pessoas? Como é eleita a direção de um sindicato? Com quantos votos, em todo o estado? Então, a direção, por mais que eu não concorde às vezes, com quem está na gestão, ela tem uma representatividade muito maior do que o conselho de representantes, ela foi eleita por uma base, muito maior, do que o conselho de representantes. Mesmo representando a base certo? Então o CR às vezes é tirado na assembleia extremamente esvaziada, eu acho que mais do que nunca a gente precisa respeitar o voto das pessoas, eles foram eleitos, por mais que eu discorde da gestão, por mais que eu tenha embates com a gestão, que eu dispute com essa gestão, porque oposição também disputa a gestão muitas vezes, nas assembleias, nos espaços que a gente pode escutar, sim, porque a gente pode escutar muito essa gestão. Eu fico com medo da gente criar um monstro, de fato a gente, são 11 horas a gente não vai ter tempo, eu acho que CR ele precisa ser deliberativo em alguns pontos, não sei em quais, e eu acho que não tem tempo da gente definir quais serão esses pontos a companheira falou isso muito bem. Eu tô só reforçando né? Não tô inventando, ela já falou tudo isso aqui só tô reforçando

a fala que a gente não tem tempo para discutir quais vão ser esses pontos que serão deliberativos, dito isso, eu acho que a gente precisa ficar como está. Levar essa proposta para o próximo congresso regimental, que vai acontecer daqui a dois anos, se a gente não tiver uma pandemia, eu espero que a gente não tenha, a cada dois anos. Então, daqui a dois anos a gente tem um prazo novo e pode amadurecer essa proposta, até lá. No momento, eu acho que a gente não tem nem tempo nem disposição pra disputar, ô, pra discutir isso agora e amadurecer esse debate, por mais que eu discorde de quem vai ser eleito eu acho que essa pessoa precisa ter o mínimo de paz, para fazer uma gestão, e às vezes o CR vai poder atrapalhar muito mais, sendo menos representativo, porque no meu campo já tivemos, está sem CR técnico hoje, porque como a gente falou seis anos de cada, a gente vai deixar vazio? Acaba que a gente está fazendo o que o representante sindical faz, mas sem se colocar no lugar é a gente que vai buscar as agendas é a gente que entrega os brindes, é a gente que entra em contato com o sindicatos, mas a gente deixou lá vazio para sempre, é pedagógico mesmo, para que outro colega ou outra colega assuma esse posto.

MARLENE - É, gente, encerradas as falas nós vamos falar a condução da votação vou falar como será né então proposta 1 continuidade do CR como deliberativo ô, como consultivo e proposta 2 é o CR passar a ser deliberativo. Que é uma sugestão?

GEORGES - É eu fiz na minha fala Marlene eu fiz uma complementação (inaudível 1:13:50)

MARGARETE - Isso é o que? É uma questão de ordem?

GEORGES - A Minha tese foi...

PLENÁRIA - Ele fez uma adendo...

GEORGES - Para acrescentar.

PLENÁRIA - Para ela ser regulamentada daqui a 6 meses.

GEORGES - Nas disposições transitórias, mostrasse que a transição para o caráter deliberativo fosse feito mediante a alguns prerrogativos que serão definidos em Assembleia.

MARLENE - Pronto, então é esse adendo né? Que o companheiro George colocou pra gente antes de poder votar, tá bom? Então, a proposta 1 que é, vou repetir né, a proposta 1 o conselho de representantes continuar consultivo e a proposta 2 o conselho de representante se tornar deliberativo, Então em regime...

PLENÁRIA - Com o, com o adendo.

MARLENE - Com o adendo de Georges que, terá uma regulamentação, né, em Assembleia prazo de 6 meses, né?

GEORGES - Prevista nas disposições transitórias deste regimento.

MARLENE - Isso! Então em regime de votação, quem vota na proposta 1 de manutenção do Conselho de representantes ser consultivo, por favor levante o crachá.

PLENÁRIA - Quem conta?

PROPOSTA 1: CR consultivo - 28 votos

PROPOSTA 2: CR deliberativo - 24 votos

ABSTENÇÃO: 1

RESULTADO: Proposta 1 aprovada, por 4 votos de diferença.

MARLENE - No item vinte e seis, que trata das atribuições da Assembleia Geral, existe um texto atual que todos podem consultar. Vou apresentar a proposta de emenda aditiva nas atribuições da Assembleia Geral. Essa proposta sugere eleger um comitê de ética com mandato de dois anos, responsável por deliberar sobre pareceres e propostas em assembleia. Essa deliberação requer a aprovação de dois terços dos filiados presentes nos casos de sanção convocada com quinze dias úteis de antecedência, excluindo-se o dia da publicação da convocatória e contando a partir do vencimento. Parágrafo único: No que diz respeito ao inciso um, a assembleia convocada para esse fim terá pauta única e exclusiva. Essa convocação poderá ser feita por qualquer um dos legitimados, conforme os artigos quatorze, parágrafo primeiro, com quinze dias úteis de antecedência, excluindo-se o dia da publicação da convocatória e incluindo-se o dia do vencimento. A decisão será tomada mediante a aprovação de dois terços dos presentes. Vale ressaltar que essa decisão não se aplica aos casos de renúncia e abandono do cargo, conforme consta em nosso regimento. Dessa forma, ao estabelecer esse ponto, estamos efetivamente regulamentando a criação de um comitê de ética. Espero que essa proposta possa ser aceita de forma consensual. O comitê de ética é algo que se conecta com as próximas duas teses, então, se a plenária concordar, teríamos essas emendas aditivas nas atribuições da Assembleia Geral. Isso preenche uma lacuna, uma vez que nosso regimento atual não menciona explicitamente o comitê de ética. Alguém gostaria de destacar algum ponto específico? Se não houver destaque, podemos proceder à votação. Vamos ao regime de votação. Quem está a favor da inclusão dessa emenda aditiva, que trata da eleição do Comitê de Ética, por favor, levante o crachá. Muito bem, podem abaixar. Alguém é contrário? Alguma abstenção? Resultado - Por unanimidade, a proposta de emenda aditiva é aprovada. As duas inserções propostas foram aceitas.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem está a favor da inclusão dessa emenda aditiva, que trata da eleição do Comitê de Ética

RESULTADO: Por unanimidade, a proposta de emenda aditiva é aprovada. As duas inserções propostas foram aceitas.

MARLENE - E aí a gente entra agora para falar de duas teses que que na verdade elas se casam, que é sobre a criação do comitê de ética, OK? Aí nessas duas teses, uma foi eu tô encaminhada pelo companheiro Vinicius e outra essa tese eu também assino onde fala do Comitê de Ética, OK? Então, cadê Vinicius? (Vozes da plenária). Porque ele já começou com a gente anteriormente que ele estava de acordo, M inclusive porque como a gente colocou é justificativa tal, então ele disse que se vê contemplado com a nova tese, pode falar Mateus. Que ele dialogou com Mateus, né.

MATEUS - Foi, Bom dia pessoal, bom dia a todos, bom dia a mesa. É a gente propõe o comitê de ética Marcos Vinicius que é o proponente porque é o comitê? Porque na nacional nós já temos o conselho de ética para também não ter confusão. Só que a gente propõe o modelo

de funcionamento, as regras na verdade não é eleição e a quantidade seja que só isso seja diferente, mas tudo seja igual ao que já era nacional, né Marlene? Nossa tese porque já tem pronto lá já quais são as sanções, a gente não pode inventar outras sanções, não pode desbordar daquilo que já tá ali do Estatuto do Regime Internacional, entendeu? Até porque as decisões aqui sempre caberão recurso pras instâncias nacionais caso elas sejam definidas, né? O que nós temos se eu não me engano, suspensão, advertência, se eu não me engano tem também a exclusão, né? Ou não, né? Eu tô na dúvida agora, mas até lá tem as sanções. E aí eu queria fazer o desligamento aí o, eu queria então sensibilizar as delegadas e delegados que a gente acolhesse essa proposta porque infelizmente em tempos de pós-modernidade os ataques em outras áreas têm se tornado frequentes e a gente precisa que isso seja apurado em termos de direito nós.

MARLENE - Viu gente é como o Vinícius concordou eu quero até falar que na justificativa a gente coloca que esse comitê de ética é ele será criado em assembleia para atuar por um período de dois anos, convocada para esse fim composto de três titulares e dois suplentes como moda de funcionamento e sanções. E que as atribuições estão escritas aqui, as atribuições do comitê de ética deverão ser idênticas aos conselhos de ética do Sindicato Nacional. Então a gente fecha com isso, viu Vinícius? Você chegou agora, eu falei que você acordou, que a gente, essa tese é contempla também, né? A defesa da sua, da criação, não foi isso? Ou você quer fazer alguma complementação falando da sua tese.
(Vozes da plenária): página vinte e oito.

VINICIUS - Na verdade, é assim, eu e os proponentes da outra parte não tínhamos exatamente um acordo. Há pontos que se complementam, mas também existem algumas diferenças. Quando eu conheci o Mateus e ouvi a outra tese que fala sobre seguir os modelos da Nacional, eu apresentei uma proposta diferente. Peguei o modelo nacional, o modelo da UFBA e até de outras comissões de ética de diferentes lugares. Eu dei uma olhada em várias estruturas de comissão de ética de outras instituições e criei uma nova proposta. No entanto, ao contrário da outra tese, não abordei questões como sanções. Não cheguei a falar sobre sanções ou sobre outros aspectos. Havia uma ideia que complementava, algo que poderíamos tentar usar para chegar a um acordo nessas propostas.

PLENÁRIA – Ou Vine, posso contar um acordo contigo? Claro.

MARLENE- Eu ia até fazer uma proposta assim, primeiro a gente poderia até para otimizar os trabalhos, a gente primeiro fazer logo a votação para aprovação do comitê de ética, que eu acho que é uma coisa que iam concordar, gente, a prova e logo depois a gente fala sobre os ajustes.

PLENÁRIA - A proposta da assembleia que cria do conselho de ética é já estar já não foi aprovada?

MARLENE - Não. Tem que referendar, tem que referendar.

PLENÁRIA - Não foi não proposta da assembleia que você leu, tá dizendo que uma das atribuições da assembleia tem algo do conselho de ética. Então não se refere a isso. (Vozes plenária).

MARLENE - Regime de votação - Como é melhor então gente vamos em regime de votação aqueles favoráveis a criação do nosso comitê de ética por favor levante o crachá. Pode baixar contrários, abstenção. MARLENE- Resultado - Então por unanimidade né? A sessão SINASEP/IFBA-CMS aprova a criação do seu comitê de ética, OK? (Aplausos).

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Aqueles favoráveis a criação do nosso comitê de ética por favor levante o crachá
RESULTADO: Por unanimidade, A sessão SINASEF/IFBA-CMS, aprova a criação do seu comitê de ética.

MARLENE- E agora vocês é agora vem aqui Mateus para a gente falar uma coisa aqui também.

MATEUS - Nossa maior preocupação ao explicar essa tese, Marlene, é evitar que o que for decidido aqui possa ser questionado de forma diferente na esfera nacional. Se temos algo que difere do que está estabelecido nacionalmente, alguém pode argumentar que a decisão foi tomada com base em competências distintas e solicitar a anulação do processo. Como alguém já mencionou, o direito é como uma linguagem; é como aquele carro engraçado de circo que você pode retirar diversas peças. Portanto, quanto menos limitarmos o alcance da norma, melhor. Por isso, decidimos criar o nosso comitê de ética com uma configuração e nome diferentes, mas mantendo as mesmas atribuições, funções, modelos de operação e sanções idênticas ao conselho de ética. Estava pensando nesse sentido, porque, infelizmente, uma falha formal pode ser usada por alguém para questionar toda a base da comunidade, e tal argumento pode ser aceito, não é? Não seguir algo já estabelecido pelo sindicato maior pode ser problemático.

MARLENE - Então, pessoal, diante do que foi dito, vejam se vocês estão de acordo, inclusive com a ideia que o Mateus trouxe sobre a possibilidade de ser questionado perante a esfera nacional. Isso envolve uma questão jurídica importante. E vocês, Vini, o que acham? Vocês acham que as propostas que temos podem ser trabalhadas de forma a evitar discordâncias? A minha sugestão é que possamos criar algo que não cause desacordo e, então, submeter essa ideia à nossa assessoria jurídica para que eles nos orientem. Eles podem dizer o que está em desacordo e o que não está. Isso é importante, porque às vezes criamos algo que, mais tarde, um membro insatisfeito pode questionar e recorrer, entendem? Vini, qual é a sua opinião sobre isso?

VINICIUS - Minha preocupação é principalmente com o aspecto jurídico, não quero afetar a questão política, entende? Às vezes, ao nos preocuparmos com a esfera nacional, podemos perder a política local. Se vocês analisarem a proposta da comissão de ética nacional e a minha, verão que detalhei algumas competências de forma distinta. Esses pontos de diferenciação em relação à Comissão de Ética Nacional não vejo como possibilitadores de questionar a validade do processo ou a forma como a comissão de ética vai operar no estado. Não estou propondo uma estrutura tão diferente a ponto de criar conflitos. Para isso, seria necessário comparar detalhadamente as diretrizes nacionais e as minhas propostas. A sugestão do jurídico é consultar se essas alterações que estou propondo são viáveis. Não estou sugerindo uma mudança drástica, senão ficaríamos obrigados a replicar toda a estrutura nacional aqui no âmbito estadual.

MARLENE - É, pelo menos eu não sei se vocês viram, pessoal. Nós que assinamos, né? Vou falar, quem assinou essa tese, né: Mateus, Marlene, Margarete, Rosa Mota, André Sarmiento, Teresa, Eris Wagner e Laís. Não sei se vocês viram, mas a ideia que eu tenho é que podemos alinhar nossa regra, independentemente do que a nacional faz. Não acredito que isso vá de encontro a nada, é só uma questão de organização e consulta, entendem? Ontem mesmo, esqueci de mencionar aqui, mas consultei o departamento jurídico quando tivemos uma aprovação e eu tinha dúvidas. Levantaram essa questão e eu pedi esclarecimentos; tanto Carolina quanto Juazeiro responderam que não há problema, inclusive me enviaram o artigo e estava tudo certo. Portanto, vocês estão de acordo que podemos nos unir, consultar, não necessariamente alterar, apenas consultar. Acredito que não precisamos levar isso para votação, mas sim construir dessa maneira, o que acham? Concordam?

PLENÁRIA - Acho que podemos fechar isso para a próxima assembleia, uma assembleia com um único tópico na pauta.

MARLENE - Ótimo, então pessoal, podemos fazer esse exercício, certo?

PLENÁRIA - Concordo. Acho que estamos caminhando para um entendimento. É bom ver isso acontecendo, né? Muito bom mesmo. Ah, Marlene, tem uma outra tese, de uma amiga, que eu gostaria de destacar também, assinada por ela. É sobre a forma de sanção, ou melhor, sobre a votação, não sei se já foi aprovada, né? Isso mesmo, já foi? Foi o que pensei. Eu estava pensando, porque tem uma que diz que é necessário ter dois terços dos votos, não é a que se refere à assembleia? Não, é aquela que trata do modelo, aquela que foi votada, aquela que menciona que o parecer só será acatado com dois terços dos presentes. Ótimo, então já temos um procedimento estabelecido.

MARLENE - Isso mesmo, está pronto. Temos um procedimento definido e já estamos usando essa abordagem, certo? Então, pessoal, agora vamos prosseguir na ordem aqui, estamos na sessão quatro, não é? Na sessão quatro. Deixa eu checar na ordem aqui... É isso, estamos na sessão quatro. Vamos à página trinta, que é onde começa a "Formação Política". Ok? Agora passo a palavra para a companheira Kika Lima, que está assinando essa tese, para falar sobre essa proposta. (Vozes da plenária).

CAMILA - Certo. Bom dia, companheiros e companheiras. Essa tese, na verdade, surgiu como um desenvolvimento, né? Acho que é a única décima formação política que trata da defesa do SINASEFINHO. Então, vamos lá.

CAMILA - Objetivos - O objetivo é garantir condições para a participação das mulheres nas atividades sindicais na sessão (CMS). Propomos promover o SINASEFINHO para crianças e adolescentes de até dezessete anos, nas atividades do SINASEP da sessão IFBA/CMS, seguindo a recomendação do terceiro encontro de mulheres nos sinais nacionais de agosto de 2022. Além disso, propomos assegurar a hospedagem de crianças e adolescentes nos quartos das mães durante as atividades sindicais da sessão livre, e também proporcionar repasses de sessenta por cento para os municípios nas atividades. Vivemos em uma sociedade em que as mulheres ainda são responsáveis, em sua grande maioria, pelo cuidado dos filhos, afazeres domésticos e pela tripla jornada de trabalho.

CAMILA - Como conciliar essas demandas e ainda participar da luta sindical? A resposta é simples. Se considerarmos um sindicato que ofereça condições mínimas e ideais para a

participação das mulheres nas atividades. O foco central dessa inclusão das mulheres está na ideia de que a inclusão deve ser central. No entanto, esta tese também é direcionada aos homens e cuidadores que participam das atividades sindicais e precisam de apoio logístico.

MARLENE - Quem assinou a tese? Todos nós precisamos, não é mesmo? Ótimo.

PLENÁRIA - Participante não identificado - Eu tenho uma questão para destacar.

MARLENE - Pessoal, só um minutinho, rapidinho para anotar os nomes dos destaques, certo? Mas já está impresso também, então talvez não seja necessário, né? Teremos a defesa também, certo? Vou anotar aqui, tá bom? Quem pediu destaque, por favor, levante a mão, tá bom? Ótimo. Kátia, Ana, Kátia, Ana, Paula, Paulo, Tereza, Tereza. Certo, pronto. Então, Kátia, Ana, Paula, Teresa, ok. Se alguém sentir que está sendo esquecido na fala, por favor, me lembrem, tá? Começando por Kátia.

KATIA - Primeiramente, bom dia a todos e todas. Eu parabeno essa luta da nossa tese e gostaria de destacar um ponto relacionado às mulheres. Vivemos em uma sociedade que também inclui casais homoafetivos, certo? E há também pais que desempenham o papel de mãe, assim como mães que desempenham o papel de pai, e eles também participam do SINASEP. Portanto, sugiro que seja feita uma alteração no texto para que em vez de mencionar "mães responsáveis", seja mencionado "responsáveis", eliminando a questão de quem seria considerado pai ou mãe. Obrigada.

MARLENE - Um abraço. A próxima é a Ana, depois a Paula.

ANA - Bom dia, a todos. Também tinha pensado nessa questão e gostaria de fazer uma sugestão. Talvez possamos juntar esse tópico com o primeiro, para que fique mais claro. Podemos garantir condições para que todos, independente da orientação sexual, possam participar das atividades sindicais. Assim, estaremos promovendo a inclusão e a igualdade. Quanto à questão da idade, acho que poderíamos especificar a partir de qual idade as crianças são consideradas responsáveis. Seria interessante que as pessoas contratadas para cuidar dessas crianças também se responsabilizassem por elas. O que acham?

MARLENE - Certo. Agora a próxima é a Paula. Vamos fazer o seguinte, após a fala da Paula, encerraremos as inscrições. Então, neste momento, temos Paula, Tereza, Camila, Margarete, Marlene, Gerson e Eliana.

PAULA - Bom dia a todos. Bom dia. Olha, eu queria falar sobre as observações que as colegas já mencionaram, mas especialmente em relação à faixa etária. Acho que dezessete anos é demais. Não acredito que o sindicato precise custear as atividades para um adolescente de dezessete anos. Acho que essa idade deveria ser menor. Além disso, em termos de programação, é complicado conciliar as atividades para uma criança de dois ou três anos com um adolescente de dezessete anos, é uma variação muito grande.

MARLENE - Entendido. Agradeço a fala da Paula. Agora temos Tereza, Camila, Margarete e Marlene, além de Gerson e Eliana. Com isso, encerramos as inscrições para o debate.

TERESA - Eu sou uma grande entusiasta, assim como muitos colegas do nosso coletivo. Estou muito envolvida na formulação das diretrizes pedagógicas públicas. Acho que é importante

lembrarmos que a experiência do SINASEFINHO foi inspirada na experiência educativa do MST, especialmente nas atividades das crianças do MST. Isso nos permitiu trabalhar a questão do pertencimento à luta de classes desde a infância. Além disso, precisamos lembrar que o espaço do SINASEFINHO não é apenas um lugar para deixar as crianças enquanto seus pais estão em atividades sindicais. Enxergamos esse espaço como uma oportunidade de formação política para essas crianças. Pensando nas diretrizes pedagógicas que guiam esse programa, acredito que precisamos estabelecer alguns limites, especialmente para garantir a qualidade da experiência. Embora haja muitos benefícios nas discussões multisseriadas, visto que as crianças terão diversas idades, é necessário ter um entendimento sobre até que ponto podemos abranger essa diversidade, a fim de não prejudicar a organização pedagógica do espaço. No último encontro do SINASEFE, fiquei bastante sensibilizada, já que o evento terminou com uma carta de mulheres, principalmente mães, que criticaram a experiência de creche que foi oferecida naquele contexto. Para algumas delas, foi uma experiência danosa. Portanto, acredito que também devemos nos preocupar em fazer do espaço do SINASEFINHO um ambiente genuinamente pedagógico, em vez de apenas um lugar para depositar as pessoas. Considerando esse entendimento, talvez possamos pensar em limites de capacidade para garantir que não haja uma disparidade excessiva e para que possamos realmente cumprir a característica pedagógica desse espaço. Muito obrigada.

CAMILA - Oi pessoal, tudo bem? Queria fazer uma contextualização sobre como surgiu essa proposta. A Tereza trouxe um ponto muito importante, lembrando como isso tudo começou. No último encontro do SINASEFE, que foi em 2019, houve inclusive uma nota de repúdio no final do congresso. Nessa nota, foram apontados vários questionamentos devido à falta de suporte e organização. Naquele momento, as crianças eram alocadas em um espaço sem nenhuma estrutura adequada. Elas ficavam todas juntas, sem um banheiro específico, e tudo era bastante desorganizado. Isso também foi um reflexo do próprio congresso, que envolveu mais de um milhão de reais. A partir dessa situação, no ano seguinte, no terceiro encontro de mulheres, houve uma mudança significativa. Com base nessa carta de repúdio e nos apontamentos feitos, uma estrutura mais organizada foi criada para o SINASEFINHO. Aqui, eu gostaria de abordar uma pergunta que surgiu nas discussões: "Com quantos anos a criança pode participar?". Atualmente, há um limite de quatro meses, e eu estava pensando em fazer uma consulta nacional sobre essa idade mínima. De acordo com o estatuto e regulamento, a idade mínima para participação é de doze anos. Ou seja, os pais têm o direito de levar seus filhos até essa idade para que eles também possam participar das atividades. No entanto, houve uma proposta, sobretudo pelas mães, para ampliar essa idade, já que muitas delas não têm a possibilidade de deixar seus filhos em casa. Nem sempre têm alguém para cuidar deles, um parceiro ou parceira, que possa assumir essa responsabilidade. Muitas vezes, se não houver uma alternativa para levar os filhos, essas mães simplesmente não poderão participar. Essa é a nossa realidade. Quanto à faixa etária, precisamos encontrar um equilíbrio. Devemos considerar se vamos excluir um filho de treze anos, por exemplo, apenas porque ele pode não ter uma atividade específica para ele nesse espaço. Tive uma conversa muito esclarecedora com minha companheira Camilinha, que é de Brasília. Ela levantou um ponto importante, dizendo que brincar é uma forma de aprender, e isso precisa ser levado em conta. As atividades devem ser planejadas de forma adequada. Além disso, a questão da faixa etária foi discutida no encontro de mulheres, e houve a proposta de estender a idade para dezessete anos, devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A ideia é que os pais não se sintam obrigados a deixar seus filhos sozinhos por conta de uma atividade sindical, seja em Salvador ou Brasília. Deixar um filho menor sozinho poderia ser considerado abandono de incapaz, o que pode acarretar em penalidades legais. Portanto, é uma reflexão importante sobre o nosso

papel como pais e mães, e também sobre a estrutura que o SINASEFE deve oferecer aos responsáveis para que possam participar ativamente da luta sindical.

MARLENE - Antes de passar a palavra para Margarete e encerrar as inscrições, a companheira Aline pediu para falar fora do prazo. Aline, você quer falar? Está se sentindo contemplada? Se sim, vou te dar a palavra. Ok, então, Aline, Eliana e agora passo para Margarete. Temos na fila: Margarete, Marlene, Gerson, Eliane e Aline.

MARGARETE - Eu acho sobre a importância e louvo ter investido verbas no SINASEFINHO, vi experiências maravilhosas ali no Henrique a minha dúvida e controvérsia e acho que é controvérsia ainda e eu discordo respeitosamente de Camila que a nova geração, (inaudível) até os doze anos e adolescente até os doze e dezoito anos. Porém não é uma única uma única legislação, eu acho que inclusive conflitos de legislação e aí só pessoal do jurídico que pode dizer qual é a que precede, né? A paz, A hierarquia das leis para efeitos cíveis dezesseis anos a pessoa já é considerada capaz, no penal entre dezoito. Eu estava olhando aqui, tá? Uma consulta rápida, solucionada, então assim, nem a legislação consensual esses tetos, mas para dezesseis anos absolutamente incapaz, é menor de dezesseis. É. Entendeu? Então assim, aí vamos passar para outra questão, né? Sensibilidades irá e dá é efetiva introdução do que é como Tereza disse, né? Começando a introduzir a formação política. Mas aí já não talvez não seria chamado com aquele outro objetivo, né? Escola, jovem, de juventude, de formação, seria outra coisa, mas SENASEFINHO inclusive para proporcionar ao responsável legal, independente da configuração de família, família solo, Família hétero, homo né? Afetiva é e as diversas configurações de família para que tanto sindicalizarmos, sindicalizar, sindicalizarem participar da atividade quanto informação. Aí já de formação já da minha compreensão já não seria assim uma sessão porque para fins de é na legislação Criança e adolescente, é questão assim do argumento de abandono incapaz, acho que ele cai por terra, mas se a gente for levar essa legislação.

MARLENE - Agora sou eu. Teve uma restrição ali, né? Da companheira Tereza. Depois vem Gerson. Pode começar agora? Certo. Eu estou aqui só consultando, viu? Sobre a questão do checkout, para a gente não tem problema, viu? E aí ela vai confirmar, né Rosa? (vozes plenária). Eu vou ter que pegar, mas inicialmente é meio-dia. Mas eu pensei que alguém falou que conversavam que eles não conseguiriam a permanência daqui da sala. Isso. Mas a melhor parte é, é melhor então pode tocar o cronômetro, é eu venho aqui é lembrar porque eu participei, né? Do encontro de mulheres e realmente debate, sabe? Muito grande de colocar o limite de dezessete anos. Então, eu não quero entrar assim, é do capaz, do incapaz, eu quero falar é sobre uma perspectiva assim, uma aprovação como essa não significa que todo pai ou a mãe um luto menor, um adolescente de dezessete anos irá. Mas eu penso, não é na questão legal, mas é na possibilidade de um adolescente que tem dezessete anos, exemplo nós temos pessoas aqui, na nossa base, que não têm família no Estado. Nós temos pessoas da nossa base que são mães solo e que têm crianças especiais nessa faixa etária. Então, nós temos várias situações, né? Que fogem às vezes à legalidade. E aí eu falo assim, com uma pessoa que no período é minha filha, por exemplo, quando tinha dezessete anos precisei assinar para ela entrar na faculdade, né? Porque mesmo aos dezessete anos, nós somos responsáveis pelos atos que venham a cometer. E aí eu vou me situar, não vou citar nomes, mas um compositor de Santo Amaro, eu conversando com ele numa viagem, ele contando a história que um filho fez dezoito anos e ele entregou o cartão do advogado para ele. Por quê? Ele já estava envolvido com algumas situações relacionadas a drogas e ele disse que não iria mais atender o telefone, que o filho deveria ligar para o advogado. Eu fiquei assim, olhando, né? Eu estou

falando isso porque, às vezes, eu não posso fazer uma defesa baseada no meu referencial, que é da minha filha na época. Então, eu tenho que pensar nas falhas, nas nuances que temos em nossa base. Nas várias nuances que temos responsabilidade sim sobre esses adolescentes que são menores de idade. E para mim, dezessete anos, é menor de idade sim. E às vezes a gente, infelizmente, nossa sociedade acelera tudo e aí a gente está aí colocando assim ó, o adolescente pode ficar sozinho, ele pode ficar aqui, ele pode estar ali, mas eu vejo muito deixado minha filha sozinha, principalmente nós mulheres, aí eu quero fazer esse registro, mães de filhas nessa faixa, gente, vocês não têm ideia, aliás não têm ideia, da preocupação que é na adolescência. A gente que cria mulheres, meninas, é praticamente como se fosse um alvo. Então, por isso mesmo eu defendo a idade de dezessete anos. Vou passar aqui para Gerson.

PLENÁRIA - É, aí é uma questão bem pontual. A gente tá discutindo uma questão que é bastante pontual e aí a gente tem que avaliar é esse impacto. Se a gente tem um filho, é como você tá falando, tem necessidades especiais, não tem autonomia, realmente a gente tem que considerar essas situações, mas aí a gente tá falando de uma exceção, né? A gente tá discutindo a regra geral. A regra geral é o seguinte, se a gente pensa assim, a formação política, a escola da juventude é isso, a gente tá aprovando, a gente tá pensando assim que tem pais que querem, né? Eu não tenho filhos, mas eu acredito que tem pais que gostariam que os filhos tivessem esse tipo de formação política. Agora, não é só porque a gente tem uma exceção, a gente vai mudar toda a regra. A regra é que a gente tá discutindo aqui. Então assim, a gente precisa pensar é se a gente coloca alguma exceção ou a gente mantém a regra geral, mas é importante considerar essas situações, é verdade.

GERSON- Exato. Eu só queria registrar isso aí porque nesses casos é bem específico, né?

PLENÁRIA- Não identificado- É verdade, é importante registrar.

MARLENE- Boa, então, é sobre isso, né? Sobre essa exceção, sobre isso que a gente tá discutindo. Eu queria também ouvir a companheira Aline, que tá aqui.

ALINE- Bom dia a todos, bom dia. Na verdade eu pedi pra falar, eu estava analisando toda a situação, de tudo que vocês falaram, eu estava analisando essa questão, só que tem, só que tipo, vamos supor que a gente só quisesse que tivesse até doze anos, então não teria a tese, é, né? A partir do momento que a gente pensou que isso pode, essa questão até os dezessete anos, claro que a gente está pensando em uma questão de exceção, o que é bom, acho que é importante estar bem esclarecido, que a gente vai pensar numa questão de exceção, porque assim, cada caso é um caso, mas aí isso pode ser discutido por um conselho, por uma assembleia, a gente pode pensar em algo para uma exceção, mas eu acho que a gente pensar só nos doze anos não faria sentido pra gente pensar isso. Então acho que isso é importante estar claro pra gente, tá? Porque eu acho que assim a gente tira o foco do que a gente está pensando na tese.

MARLENE- Muito bem colocado, eu acho que Aline você conseguiu de fato colocar de uma maneira bem clara que o que a gente tá discutindo é uma questão de exceção, né? E a proposta da tese é abranger essa faixa até dezessete anos porque a gente está pensando em situações excepcionais, que podem ocorrer. Isso é muito importante de se esclarecer.

MARLENE- Duas retiradas de restrição, Eliana, só falta Aline aqui, (Vozes plenária). Ai você quer fazer o que aconteceu Paula entendi agora escreva um parágrafo algo assim pra trazer pra cá ela ela veio aqui falar comigo porque ela veio tirar, ela vem aqui Aline mas se ela quiser perguntar perdão perdão tá? Marcela alô alô venha logo tarde.

ALINE- Ó então gente, bom dia, ó é eu tive a felicidade de ficar um tempo (MST) e com Vivi trabalhei lá com as crianças chamadas sem terrinha. No (MST) a gente dá formação infantil pra criar crianças, valorize a luta da formação da juventude pra ela não ir embora pra cidade, abandonar o campo, e dar pro adulto que precisa integrar todo mundo. Então, a formação vai mais do que a idade, é um processo formativo permanente de luta isso a gente tem que agradecer ao a nossa história de militante que tem espaço para criança e as crianças são excluídas permanentemente no processo de luta tanto sindical quanto de cidadania porque a escola passa a ser uma reprodução de conteúdo. Então eu tava ali conversando com o Henrique, eu quero dizer que eu só estou no hoje, pelo SINASEFEZINHO, que está apresentando a meu filho uma luta política, pedagógica e lúdica (inaudível). Então, só estou aqui por causa do SINASEFEZINHO. E aí eu trago o seguinte pro Henrique, a gente tava pensando que a gente não pode perder as oportunidades, não é porque uma pessoa tem dezessete, dezoito que ela não vai sair, ela tem cada vez mais ser militante pra voltar aqui como técnico, como professor, pra dizer eu tenho uma identidade de família cidadania e de profissional, porque você sabe que essa escola aqui é constituída por egressos e temos muito aqui nessa história. Então, a gente pensou assim, o Henrique aqui conversando, é uma proposta nova que a gente vai encaminhar pra mesa, pra analisar, né realizar ciclo formativos pedagógicos na articulação do SINASEFEZINHO integrando o currículo, lutas sindicais e cidadania, porque não é só deixar a criança ali não, porque se for isso é o castigo, é um sofrimento, porque deixamos na televisão em casa um celular é um movimento político de articulação, de formação do mundo do trabalho com a educação. (Aplausos), Se for isso aí, eu não venho mais pra cá. Eu já fui lá em casa, muito bem ou mal, feito. A gente pensou em três ciclos, o ciclo 1 SINASEFEZINHO ABC, que essas crianças estão aprendendo, ciclo 2 , SINASEFEZINHO GOSTA DE SABER, que aqui já sabem fazer e se puder, e ciclo 3 JUVENTUDE SINASEFE INCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICA. Então vamos ampliar nossa luta porque a gente tá falando do intercâmbio educativo. Se o (MST) sem-terra, sem escola, a gente faz com o mesmo campo, sem um tostão de recurso porque vocês aqui, desculpe a palavra, são felicíssimos por ter risa, dizem que não é possível, eu não sei mais, viu?

MARLENE - Muito obrigada Brigada Aline. Agradeço a grande colaboração aí e participação na construção do nosso SINASEFEZINHO é encerradas, viu?

PLENÁRIA - Não identificado- Encerradas as inscrições, né? E assim, gente, ó, a gente tá aqui, Lorenzo, para receber o certificado do monitor, né? Que é o filho dela de seis anos. Ela tá ali contribuindo com o SINASEFEZINHO.

MARLENE- Então, olha só, vê se vocês concordam, existiu um destaque. Ô desculpa, Tereza. Tereza pediu a restrição, viu gente? Foi uma falha. É isso aí.

TEREZA- Eu fiquei muito feliz com essa proposta aí de Henrique, Aline, né? Porque assim, o SINASEFEZINHO, ele tem um conceito pedagógico. Então, eu acho que a gente deveria pensar em outro espaço para a juventude, não deveria se chamar SINASEFEZINHO, né? É isso aí. Eu resgatei esse princípio pedagógico porque a colega Camila Tenório, que é do Instituto Federal de Brasília, ela tem uma discussão muito qualificada sobre o que é esse espaço. Então, eu não me sinto confortável de dizer que acima de doze anos é SINASEFEZINHO, porque não é. Eu

acho que a gente tem que pensar assim, um espaço para jovens, a gente consegue trabalhar com jovens, OK? Mas que a gente, né? E assim, eu acredito também, eu acho que o colega falou dos casos especiais, que a gente também tem que avaliar, porque existem pessoas que têm excepcionalidades. A gente pode colocar isso e a gente consegue delimitar essas questões. Eu acho assim, para crianças até doze anos, é um tipo de suporte. Para crianças acima de doze anos, é outro tipo de suporte. Crianças pequenas, vulneráveis, e eu acho que a gente tem que ter um cuidado e uma responsabilidade maior. E gostaria de parabenizar aqui os companheiros do SINASEFE Bahia/CMS, tá aí IFBA/CMS, porque muitos homens da nossa sessão levam seus filhos para os espaços sindicais. E eu acho isso muito interessante, porque isso tá aí, uma paternidade responsável. Parabenizo aqui os colegas homens, né? É que trouxeram seus filhos pra cá. Obrigada.

MARLENE- É finalizando a re-inscrição Camila.

CAMILA- Gente eu peço licença pra ler o trecho da carta de um encontro de mulheres que foi assinada tivemos os quinhentas e setenta mulheres assim ó, onde houver um servidor, servidor haverá um foi encaminhamento unânime a necessidade de mantermos um espaço de cuidado para crianças com um modelo e a qualidade apresentada pelo SINASEFEZINHO 2022, em todos os eventos sindicais, inclusive nos IBASE. Então a gente tá fazendo o nosso papel de casa, primeiro evento, primeiro evento que tem o SINASEFEZINHO aqui na na sessão, né Logo, um avanço nessa proposta seria viabilização de participação das mães com filhos com necessidades específicas e estas caso necessitem de apoio especializado pode contar com o financiamento de cuidadoras e cuidadoras da sessão. Então já contempla o que já se faz. Este grupo e também pede o aumento de idade de limite dos filhos e filhas de idoso para dezessete anos Que nem todas as mães possuem condições financeiras ou uma rede de apoio para deixá-los em segurança em casa. E puderem participar de eventos sindicais. Não queremos nenhum direito a menos, e nenhum retrocesso em relação aos cuidados das crianças na garantia da participação de mais mães. Esse foi o encaminhamento do PC do Conto de Mulheres e o SINASEFEZINHO com um aumento de **doze** para dezessete. Então, eu acho que é importante fazer o registro pra que assim, a gente, inclusive, vai ter o congresso em novembro e esse vai ser um umas um encaminhamento, uma de uma tese que já está em construção nacionalmente pra que seja aprovado isso aqui só fazendo o registro e vejo também que é um retrocesso a gente diminui a idade onde a gente ter que sair do encontro de mulheres com a maior delegação da do evento, a Bahia levou, foi a Pelo segundo ano tivemos a maior delegação de mulheres.

MARLENE - É gente é eu já. É só lembrando que ele foi conversado lá embaixo um checkout o prazo máximo vai ser às treze horas, aí na hora que tiver um lembrete mais tarde tá bom? Pras pessoas fazerem, né? Pegarem as coisas no quarto. E aí eu vou, ó gente, só passando aqui é Gerson é colocou aqui uma proposta que escrita que a gente pediu, né? A proposta de Gerson, que foi assim, é idade máxima de dezessete anos, exceto em casos em que o filho ou a filha não possua autonomia para estar sozinho ou sozinha no período, né? Então, eles tende as pessoas, né? Né isso Jeferson? E aí embaixo é outra? É uma de reformulação dessa vez. Minha mãe de novo? É uma outra redação, mas aí pronto. Então, na verdade assim, deixa eu ver se polêmica não, né? Mas os destaques, os destaques foram todos em cima a do limite de idade, correto? Que foi no teto de é dezessete anos. Então a gente.

PLENÁRIA - Não identificado- foi destaque de Aline que foi pra eh voltar Aline, Aline, Teresa e eu, né? Que a gente falou de juventude. Fragmentar o ciclo.

MARLENE - É. Agora, viu gente? Só pra retornar, vamos fazer direitinho assim, ó? Porque nós vamos ter esse encontro de mulheres onde isso será defendido. Eu acho complicado a gente enquanto base mudar o que está lá criado, que é o SINASEFEZINHO. Então, o que nós mulheres, principalmente, que estaremos nesse congresso, a gente aprova o mesmo nome por enquanto, e lá no congresso a gente sugere a notificação. Porque lá, eu digo isso, tudo eu digo isso porque a gente que está lá no congresso, e eu que votei nessa proposta, é muito ruim a gente chegar aqui e mudar, entendeu? E quando chegar lá, é a gente que foi com a maioria lá, que a maioria, mais de quinhentas mulheres, modificar isso. É realizar...

PLENÁRIA- Não identificado- Quer dizer que vai ser sempre, né? Realizar ciclo formativos pedagógicos. Na articulação desse ciclo formativo, a gente vai tentar integrar o currículo, as lutas sindicais e essa... e para tanto.

MARLENE- Eu achei que não tem temas, eu achei que tem concordância aqui, né? Com essa proposta. A única coisa, gente, que eu questionei assim, é a mudança do nome de uma coisa, cê entendeu? Mas aí tá tranquilo, OK. Então, vê se vocês concordam com a condução dessa finalização. Eu gostaria de propor assim que a gente usasse a proposta feita por Gerson. Aí quem é favorável vota, quem não é favorável, e tem um destaque pronto. (Vozes plenária).

MATEUS - Primeiro eu me sensibilizei muito com a história de Gerson aqui, acho que todos nós, né? Sim. Isso toca, eu tenho uma tia que tá com quarenta, quase cinquenta anos, tem paralisia cerebral e é cuidada até hoje como uma criança e isso dói na gente, né? Quem tem alguém na família que passa por essas e situações, mas são muitos casos, então eu acho que a gente deveria colocar assim casos específicos, né? Exatamente. Ou excepcionais e deverão ser observados e analisados de forma apartada, particularmente, total, que melhora a relação . Enquanto a gente coloca essa autonomia, dá muita né? E a autonomia sofre, a PSDB quer saber até de olhar Gerson chegou agora. Estava dizendo aqui que sua história toca todos nós, todos nós e se você acha que pode melhorar a redação pra ao invés de ser autonomia a gente colocasse salvo os casos específicos as situações excepcionais, né? Pessoas que dependem exclusivamente do do responsável, colocar algo assim que a autonomia é um termo de muita madeza, né? Muito genérico, se não for. Não Mas assim de total solidariedade a você inclusive se eu acho que se essa direção sensível como é pra muitas coisas é se vocês colocassem esse certamente seria atendido. Salvo os quadros excepcionais a serem apreciados, casos específicos de que dependam única e exclusivamente do sindicalizado responsável, não possua autonomia para estar sozinho ou sozinha no período, né? Então, eles tendem as pessoas, né? Né isso Jeferson? E aí embaixo é outra? Eh eh uma reformulação dessa vez. Minha mãe de novo? É uma outra redação, mas aí pronto. Então, na verdade assim, deixa eu ver se polêmica não, né?

PLENÁRIA- Não identificado- Mas os destaques, os destaques foram todos em cima do limite Por que eu posso ter uma guarda compartilhada? Ele não depende do caminho. Porém, como é que ela é tratada? Esse (inaudível) É meu, né? Está ali comigo. Sim.

MATEUS- Não precisa sentar aí não. Semana de evento, sua quadra você traz não.

MARLENE-Vou ler aqui é a proposta reformulada, tá bom a proposta reformulada. Proposta- A idade máxima é de dezessete anos, exceto em casos excepcionais. É excepcional a serem

apreciadas para a serem apreciados para aqueles que dependem do ou da santidade ou sindicalizada, OK? Que são esses casos especiais.

PLENÁRIA- Não identificado- Deveria ser exceto ou deveria ser híbrido casos especiais de finanças. Salvo, salvo casos, porque aí eu salvo já deixa, não deixa. É porque até dezessete anos, salvo dados, salvo, né?

MARLENE- Regime de votação- Então, gente, sou esclarecido, posso colocar em regime de votação? Então, os favoráveis a essa nova redação, por favor, levanta o crachá. Os contrários, abstenção. Resultado- então com 1 abstenção a maioria aprovamos. é essa nova tese, é e aí a gente foi.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Aqueles favoráveis os favoráveis a essa nova redação
Não é possível identificar na transcrição a redação final sobre a tese. A construção do texto está sobre o SINASEFEZINHO, sobre seu nome, idade dos beneficiários e inclusão de PDC acima de 18 anos.

RESULTADO: Com 1 abstenção a maioria aprovaram essa nova tese

PLENÁRIA - Sugerindo que aprofunde essa discussão porque muitas vezes não podem ir pra reuniões e assembleias.

MARLENE- E agora gente na sequência a gente passa a página é formação não, participação como delegado de base que está na página trinta e dois e aí eu chamo o companheiro André, né? Marli Pois não?

PLENÁRIA- Nós aprovamos a conclusão de princípios proposto por Henrique e Aline, Isso, se o meu filho. Isso é você então a gente pode fazer assim só queria fazer participação como delegado de base aqui ela quer dar uma sugestão.

MARGARIDA - Não identificado- Vou dar uma sugestão de que não dá e de maneira alguma fazer a minha hierarquia de décimo. Uma vez que Joilson nem dava a unção aqui e o André, Sarney está aqui, ele sugeriria solicitaria plenário se aceitar que a gente aprecie agora a do colega da sessão. a plenária concorda. a gente aprecia agora a apresentar para que até para otimizar o tempo página 33.

MARLENE- A plenária concorda? Sim. Chama pra na página trinta e três. Então, a página trinta e três, o companheiro André passa até falar. Pronto.

MARGARIDA - Não identificado- Proposta de alteração regimental da proposta, representação da base do colégio militar de Salvador. Não há texto atual. Proposta de inclusão de artigo, relação artigo X, a base do Colégio Militar de Salvador, no que couber e respeitando com a eficiente representatividade. Por favor, deverá ter ao menos um representante nos eventos locais e regionais e nacionais promovidos pela seção sindical SINASEFE/CMS e ou pelo SINASEFE nacional. Parágrafo único - a base do CNS deverá tirar seu representante para o evento considerado através da assembleia local, respeitando os princípios e compromissos regimentais. Caso a base do ICMS não se pronuncie sobre a barra no prazo de até sete dias úteis por mês do evento considerado, a vaga será redirecionada e destinada a base IFBA.

Objetivo de garantir a representatividade do colégio militar de Salvador nos eventos regionais e nacionais. Fomentar e estimular e fortalecer a atividade sindical no colégio militar de Salvador.

MARLENE - algum destaque gente? Tem um destaque? Dois? Fazer a defesa. Tá bom

ANDRÉ - Bom dia, gente. Eu tô assim de preto, não é nenhuma manifestação em outro, graças a Deus. Eu tô acordado desde às quatro e meia da manhã, sou árbitro da Federação Baiana de Atletismo, e a gente teve uma competição agora na orla. Foi às cinco e meia a largada, é uma partida impensável. Então é assim, eu vou tentar fazer meu convite não a partir da questão da minoria, porque a base do Colégio Militar de Salvador representa vinte e cinco sindicalizados diante dos mais de mil, né? Então, o meu convencimento vai ser com base nas nossas demandas, no surrealismo das nossas emendas. Então, é isso que vai chamar a atenção aqui pra gente. É por isso que eu considero, né? Nossas demandas são tão surrealistas que eu considero que a base do sindicato são duas bases, a base IFBA e a base do Colégio Militar. Apesar de muitos considerarem como uma só, eu considero como duas porque é fora realmente do normal. Então eu começo aqui só pra tentar sensibilizar a todos com relação ao nosso projeto político pedagógico, que ele nem é político e nem é pedagógico. Ele não é político porque ele não faz formação política, ele não é permitido dentro das instituições militares, das escolas militares. Aqui eu falo Marinha, Exército e Aeronáutica. Não é permitido dentro dessas instituições fazer o debate político, e não é pedagógico porque o professor civil não participa da construção desse documento. Quem faz a construção disso são os militares, assessorados pelos militares que descem de goela a abaixo com a gente. Isso é uma demanda nossa que a gente tem feito a luta em cima disso. Nossos PAIS, eles não são PAIS, eles são apenas PA, são técnicos administrativos. Eles não são técnicos administrativos em educação, não pertencem ao PCCPAI, pertencem ao PGBL, que é um carreirão, entendeu? Então isso é outra luta que a gente faz pra fazer essa transposição dos PAIS do estado, dos PAIS, entendeu? É a questão da atividade sindical dentro do âmbito das instituições militares. Não existe, a gente não faz, é proibido. É proibido inclusive colocar mensagens sindicais dentro de grupos de WhatsApp de servidores civis. Eu tenho um grupo de WhatsApp só dos servidores civis, e dentro desse grupo, que é o WhatsApp, que é um aplicativo qualquer, a gente não pode nem colocar formas sindicais dentro desse grupo do WhatsApp. Eleições internas para cargos de chefia não existem. Todos os cargos de chefia dentro das instituições militares são preenchidos por militares. Já vem indicado a cada dois anos, muita chefia. Então, a cada dois anos nós temos um chefe novo que cai de paraquedas. Às vezes tem conhecimento da área, às vezes não tem conhecimento da área. Então é outra luta que a gente enfrenta diariamente. CTPD, nós não temos CTPD, temos uma comissão permanente lá, os magistérios chefiados pelo diretor de ensino, que é militar, coordenado por militar e tal. O servidor civil é convidado. Eu só queria um pouquinho mais de tempo, se for possível. Só pra gente finalizar aqui. Então, a gente não tem CTPD, tá? Análise de contracheque, companheiro Margarete já fez análise de contracheque, é também. Análise de contracheque, gente, só pra deixar vocês assim, um servidor civil ser convocado pra olhar o contracheque do colega, pra analisar, pra ver se o contracheque do colega tá certo, tá recebendo aquilo, se todas aquelas rubricas tão certas, ver se tá errado. Então isso é desvio de função, entendeu? Eu não tenho essa função. É o que eu já falei, auxílio alimentação, é aqueles seiscentos e cinquenta e oito reais que a gente recebe de auxílio alimentação. Os nossos companheiros das escolas da Marinha, eles não recebem. Esse dinheiro vai pros cofres da Marinha, porque a Marinha fornece o almoço dentro das escolas. Então o servidor ele é obrigado a almoçar ali, e pode passar fome, ele não pode escolher o local onde ele vai comer e gastar esse dinheiro. Então isso é outra luta que a

gente enfrenta, pra que os servidores, nossos companheiros da Marinha, recebam esse auxílio alimentação e escolham onde querem almoçar, e o que querem comer, entendeu? Só para concluir, companheiro? Só pra concluir aqui. Então assim, pela desvalorização do ensino da educação básica dentro dessas instituições, a gente tá brigando pela desmilitarização estética dos nossos alunos. Inclusive tem uma ação do Ministério Público agora essa semana, lutando por isso, brigando, cara. Desmilitarização estética, tá? Então, tá? Então é isso, gente, é esse surrealismo que a gente vive. Vocês reclamam do IFBA, mas vocês trabalham com o paraíso, entendeu? É isso aí.

MARLENE - Então vamos aos destaques, tá bom? Tamo aqui nos destaques. Primeiro Mateus e depois Saulo.

MATEUS - Quero parabenizar o companheiro André e a companheira Eliana pela tese. Acho que é uma articulação importante e um movimento necessário para dar visibilidade à luta dos companheiros do Colégio Militar. Saí o nome de Margarete, mas ela tá aqui reclamando também, há cumprimento. Louvar André e acho que hoje a gente já deu um grande passo que é simbólico, corrigir a questão do nome da sessão. Né? Isso foi uma coisa que agora nos traz também a responsabilidade de ter um olhar mais atento. Eu acho que nós, no Brasil, somos a única sessão que agrega servidores de uma instituição militar e de uma instituição civil, né? Isso também é algo muito importante e relevante pra nossa vida. Acho que esse artigo só muda o que já acontece na prática. Então, acho que o artigo não tem problema, porque ele fala assim - "A base do Colégio Militar couber, respeitando o coeficiente de representatividade". Então, já coloca aqui uma ressalva, ficou "deverá ter ao menos", deverá, né? É uma possibilidade, um representante dos eventos locais, regionais e nacionais. Os eventos são definidos, isso já acontece na prática. Plenária, por exemplo, é uma só, então seria usando a plenária como exemplo, naturalmente. Se fosse usar uma regra que amarrasse, não é meu caso aqui, seria do IFBA, mas não impede que estando o companheiro do Colégio Militar na assembleia ele seja eleito, né? Então, assim, isso aqui é só pra ampliar na minha opinião e acho que é positivo. Defendo a manutenção do (CAPT) e do parágrafo único, talvez ele venha em destaque. Eu concordo com o início que fala, "A base do ICMS deverá tirar". Ah, e lembrando que eles têm o (ESIM) também, encontro dos colégios militares, eu não sei o nome da sigla todo, mas os servidores dos colégios militares e escolas militares, o ensino é exclusivo dos companheiros, não vai companheiro do IFBA participar do, né? Tem que ser um companheiro escolhido pelo Colégio Militar. E aí vindo pro parágrafo único, "A base do ICMS deverá eleger seu representante para o evento, considerando o evento considerado através da assembleia local, corretíssimo, respeitando os princípios e compromissos regimentais." Até aqui tá ótimo porque só tá reafirmando o que nós já fazemos na prática. Agora, pra mim, vem a minha ressalva - "Não se pronuncie sobre a vaga no prazo de até sete dias úteis antes do evento considerável a vaga será redirecionada e destinada à base do IFBA." Eu acho que essa amarração aqui ela complica o funcionamento da instituição do sindicato. A gente teria que convocar uma assembleia, teria que fazer, cria mais procedimentos, prazos. Então, assim, é até ruim pro próprio Colégio Militar. Minha única sugestão aqui seria tirar esse caso a base até o IFBA e manter essa parte inicial do parágrafo único, onde se os companheiros concordam, parabenizar, e vamos votar a favor dessa PEC.

MARLENE - É Saulo.

SAULO - Bom dia gente, quase que boa tarde, né? Boa tarde. O da perna toda. Gente, então, ó, é muito ruim quando a gente tem que se contrapor a uma coisa desse jeito. Porque eu sei

como é a luta no colégio militar e não é só aqui. E não é que a gente tá no paraíso não, a gente sabe que os colégios militares em geral, o exército, uma linha dura, vivem com um verdadeiro inferno. A democracia nunca chegou. A gente oscila, né? De vez em quando estamos avançando, mas assim lá nunca chegou. Meu problema é o seguinte, na linha que o Mateus falou, mas eu acho até que mesmo no caso em que quando tem lá "deverá" tá vinculando gente, a gente não pode vincular. Por mais que a gente tenha esse desejo de ver resolvidas suas questões, não pode vincular uma das bases. Entre o que eu imagino, tem um colégio militar e tem vinte e quatro unidades do IFBA, como é que eu vou amarrar aqui necessariamente vai ter gente do colégio militar nos eventos e se vierem duas vagas, cê percebe? Uma vaga em disputa para uma unidade e outra vaga em disputa para vinte e quatro. Tem aqui coeficiente. Você faz um cálculo. Eu estou dizendo o seguinte, se tiver uma vinculação de necessidade, você diz que não tem, mas pra mim quando está escrito "deverá", tem o que couber e respeitando. Pronto. No último ponto que você falou que deu uma amarração, aí, por favor gente, vamos ter consenso, não, não estou reprecendo, reforço, concordo, acho que a gente tem que lutar. Isso aqui é importante porque dá visibilidade à coisa que muitos de nós não sabemos. A maioria de nós não tem noção do que é o inferno que se vive nos colégios militares do Brasil inteiro, mas não é a causa justa no nome que se resolve com a solução errada. Ponto é esse. E eu acho que assim, vinculado num evento que tenha duas participações, uma de uma mãe da base, se for pra vincular, a gente não pode. Esse é um destaque pra ficar claro. É uma vinculação de obrigação. Passando isso fica vinculado e deverá ir ou é uma possibilidade? Porque se é uma possibilidade, Mateus, me perdoe, a tese também num apesar do conteúdo político verdadeiro, a proposição é absolutamente desnecessária porque ela já existe. Como você mesmo disse, em todas as possibilidades que tem e que o pessoal de estudo, o pessoal vai. Então, com todo respeito, politicamente não tem acordo. Agora a solução está sendo apontada dessa reserva de vaga. Vai resolver? Não. E pode criar um problema.

MATEUS - Pessoal, eu tô defendendo esse cabeçalho no cabo de um artigo. Está escrito assim "e respeitando com a eficiente representatividade", coloca o condicionante. Vamos ser realistas? Temos mil e quarenta filiados. Vinte e cinco são do colégio militar. Quando sobram aí mil e dez, mil e quinze, né? Quase as contas aí que eu tô, mil e quinze. Aí você pega aqui, coeficiente representatividade e define sua eficiência da diretoria, cê pega o torno de mil, que é só IFBA pra três vagas, corre o risco dessas três vagas nem ir pro colégio militar. É "no que couber". Então essa é igual chamada de partido político na eleição, partido que tem pouco voto, ele só é chamado no final da lista. Se faz um congresso que tem dez, trinta vagas, cê só vai chamar ali ó, tá vendo? Mil e quarenta e cinco, aí tinha uns vinte e cinco. Não. Já era. Era mil e setenta. Ah, mil e setenta. Oi, mil e quarenta e cinco. Então, eu acho que aqui só está reafirmando um cálculo que já é feito e nesse caso ele coloca o condicionante "deverá ter ao menos", coloca ainda, não vejo prejuízo. Prejuízo seria se ela dissesse assim, "todo evento tem que ter". Aí eu não concordo da guia. Mas aqui botaram, tiveram esse cuidado. "No que couber". E respeitando o coeficiente, coeficiente? Cadê Georges da matemática, ali dos cálculos faz o cálculo, você joga o todo e vai chamar, se vacilar um evento como o de mulheres, sei lá, qualquer evento só a cinco pessoas, Colégio Militar nem mande ninguém, porque se você somar a primeira chamada, a segunda chamada da proporcionalidade, só vai chamar IFBA, entendeu? Então, eu acho que aqui os companheiros estão pedindo e não custa nada, porque só tá reafirmando o cálculo, não tem representatividade. Então, eu peço que a gente vote só discutindo esse pedacinho caso a base tenha um parágrafo em mim.

MARLENE - Tem uma história diabética, o ocupar as companheiras mantenha ou a gente entrou aqui na turma, o que que cês acham? A articulação Tá pronto? Acordo. Pronto, sem é sem problemas, viu Mateus? Acordar aqui. E lembrando assim, que quando a gente só uma coisa a gente, a prova a gente sai foi num congresso que agora somos o SINASEF- IFBA e ICNS traz uma, uma importância muito grande que vai até além, viu Mateus? Eu falo assim, até além de número de filiados, sabe? Por que eu falo isso? Porque a gente tem feito hoje na atual diretoria Eliana tem ido em algumas plenárias tanto virtuais como presenciais porque a gente acordou que a representação é do Colégio Militar de Salvador ela tem que se fazer mais presente então, a gente quando tem um de base, a gente sempre tem participado de algumas nacionais. Então, é importante pra gente reafirmar, não é? E fortalecer a base de um colégio que é muito relacionado. Demais tá reacionário, né? E com isso a gente possa submeter a aprovação, né? Então, da primeira à última parte.

PLENÁRIA - Suprimido a última vez onde tem coeficiente de representatividade incluindo a palavra da Base , ou de filiado coeficiente de filiados que resolve.

MARLENE- Regime de votação- Então fez esses ajustes quem é favorável à aprovação da tese encaminhada pelas companheiras e o companheiro do colégio militar por favor levanta a crachá. Por contraste contrários, abstenção, eu queria tanto, eu queria você também. Não foi possível. Resultado- É, por ampla maioria, com uma abstenção, a gente aprova a tese das companheiras e companheiros.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Quem é favorável à aprovação da tese encaminhada pelas companheiras e o companheiro do colégio militar por favor levanta a chapa. Página 33. Sobre representação do CMS.

RESULTADO - Com a grande maioria, com uma abstenção, a tese foi aprovada.

MARLENE- Gente olha se por favor alguém for fazer um checkout é jogar pegando, né? Se organizando pra ir lá pegar, agradeço a companheira Aline que já pegou ali as coisas que tava lá em cima, OK? E aí a gente vai é passar para a próxima que é e aprender Opa. É isso. Não, não, só pode ser aprovada. Nada vai se não for aprovada em nada. OK, gente? Olha aqui, um minutinho.

PLENÁRIA - Eu queria é manter o mesmo princípio segue o barco até a próxima tese vá sendo discutida.

MARLENE - Dá uma olhadinha na minha proposta, mas era assim, se ela não for apreciada, ela não tá aprovada. Pronto, não OK. Então, a gente vai seguindo e no final a gente pode, né? Mesmo dando pra gente aí, fazer a leitura, fazer, eu acho que também, né? Então, a gente vai agora fazer uma proposta e agora a gente vai pra uma proposta de alteração regimental na página trinta e cinco. Quem assina a tese? Assina o Georges, Margarete. Então, por exemplo, ó, gente, eu vou pedir então quem é pronto, eu vou passar aqui pra companheira que vai fazer a leitura num é? Na história. Na página trinta e cinco, proposta de alteração regimental.

MARGARETE- proposta de alteração regimental. Proposta. Estabelecimento de uma política de preservação de documentação de preservação de documentação histórica e institucional e produção de memória institucional da sessão sindical. Nova geração para o artigo vinte e nove do regimento da política do IFBA. Artigo vinte e nove - 1• compete a coordenação de

formação política, elaborar, desenvolver e coordenar uma política geral de formação sindical de acordo com o objetivo desse regimento interno e quais liberações da assembleia geral. 2• elaborar e contribuir para estudos e projetos relativos nas questões de formação sindical e política. 3• preparar cursos seminários e debates sobre assuntos relevantes para a formação sindical e política. 4• Estabelecer uma política de preservação de documentação histórica institucional e produção de memória institucional da sessão sindical. E 5• estabelecer intercâmbio pra entidades sindicais, instituições acadêmicas e outros centros especializados para desenvolver a formação sindical dos sindicalizados e sindicalizados. Proposta- Emenda de substituição do inciso quarto do artigo vinte e nove do regimento SINASEF IFBA CNAS doravante visando o estabelecimento de uma política de preservação e documentação histórica e institucional produção de memória institucional da sessão sindical e definição de disposições transitórias relacionadas a essa medida. Incluir como competência da coordenação de formação política, o estabelecimento de uma política de preservação de produção institucional da sessão sindical dando nova relação para o inciso quatro do artigo vinte e nove do regimento da entidade.

MARGARETE - Objetivo- Incluindo as disposições transitórias do respeito da entidade, artigo X, né com o período de vinte e quatro meses, contratar um profissional especialista na gestão de memória de instituições para com auxílio de estagiários a catalogar todo o acervo impresso e máquina, fotos digitais, mídias etc. relacionada a memória SINASEF - IFBA propor um projeto de memória institucional para a entidade. C - Elaborar e executar um projeto de coleta guarda e divulgação e depoimentos orais com antigos dirigentes sindicais e filiados pertencentes a base do SINASEFE/IFBA. D- Executar o projeto, executar o projeto e no ano de 2024 realizar um evento de finalização dessa etapa de implementação da política de produção de memória da sessão do sindicato. Artigo XX para execução das atividades acima mencionadas deve ser destinado 3% receita corrente líquida mensal diferente entre todas as receitas e diferença entre todas as receitas e despesas de cada vez da retirada para o período de planejamento e execução do projeto. Artigo XXX, o coordenador da parte de formação política deverá acompanhar e supervisionar o trabalho do do profissional e equipe disponibilizando a cada dois meses na internet o endereço dado aqui, um relatório de desenvolvimento das atividades da equipe responsável pelo trabalho. Artigo XXXX, a o prazo estabelecido para a finalização dos trabalhos do item T poderá ser realizado mediante comprovação e motivação.

MARLENE- É gente alguém tem algum destaque? Eu tenho, É tem então destaques a defesa. É, é temos... você quer defender? (Vozes plenária) E também tivesse esperado os destaques? Não, verdade. Já tem muita ó gente e tem menos uma invasão. Eita. Coisa linda sejam bem-vindas e bem-vindos.

As crianças e professoras do SINASEFZINHO entraram na plenária. cantando...

PLENÁRIA- Eu já vim aqui Boa tarde, eu vim apresentar aqui os nossos que participaram todos esses dias da oficina SINASEFEZINHO , tá bom? Foram várias dinâmicas e aqui eu vou desrespeitando o trabalho deles. Vamos bater palmas? Um por um, tá bom Vai legal, olha só gente que lindo Eu a palhaço é cachimbó, hein? Ó que legal. Muito bom. Agora aqui, bem-feitinho, mostra seu trabalho, só o trabalho do Wendel gente. Agora o trabalho da Mel. Foi tudo gostaram? Gente, muito obrigada. Oito cinco Aê. Pronto Vamos lá? Deixa eu tirar uma foto sua? Aê Francisco vem cá vamos lá quem você dá certinho.

MARLENE- Gente, é a quebra da ordem mais linda, né? Quebramos a ordem, né eu já tava preocupada a palavra pra geral a gente fazer defesa e já tem duas pessoas em cima de destaque. É Paula e Ana. Deixa eu passar aqui pra Georges. É três minutos na rua.

GEORGES - Boa tarde, já a motivação desta tese é que a gente, eu, Marlene e outras pessoas mais antigas nessa instituição, né? A gente percebeu, né? A gente percebe que a história e a memória do sindicato é um instrumento formador antes de qualquer coisa. A base que conhece sua história e sua memória, ela se fortalece. Então, assim, cada vez mais com pessoas jovens que não conhecem a história do sindicato, eles não ajudam na filiação e na continuidade como filiado. Quero dizer pra vocês que encontrei em determinado momento, não foi agora, cuidar pra não dizer que foi nesse momento. Um dia eu entrei na sede do sindicato, não pude evitar de ver uma ficha de filiação da ex-reitora Aurina Santana no chão, como se fosse um papel qualquer. Pô, não é possível isso, certo? A gente tá perdendo pessoas, elas estão morrendo, só. A nossa história oral está indo embora. Nós somos um dos, se não o primeiro sindicato dos servidores públicos criado depois do advento da Constituição de 1988, que até antes da promulgação era proibido, né, sindicalizar. Isso foi a Constituição de 1988 que permitiu isso e por acaso o SINASEFE foi criado no Campo Salvador, quando nós chamávamos de Campo Salvador, que era a Escola Técnica Federal em 1989 e 1990, né? Noventa. Então, essa política, essa proposta, ela é uma proposta de organização que tem data de início pra começar e a gente precisa agir antes que seja tarde demais. A gente, por exemplo, perdeu um professor nosso, já sei, já morreu um professor nosso que toda vez que a gente passava no Dois de Julho, ele assim, ó, velhinho, aí a gente parava na porta dele, como é o nome dele? Josias. Josias. A gente não conseguiu gravar a história desse homem. Ele era professor desde a época de mil novecentos e quarenta e quatro, nós perdemos a história oral desse homem. Então eu queria fazer um apelo a vocês que estão ouvindo isso aqui, é minha Fátima que fez um trabalho importante na reconstrução histórica no jornalzinho, ela estudou na tese de doutorado, né? Eu quero fazer um apelo, a estratégia unificada. Nós precisamos, eu até pensei em três por cento, pode até ser um pouquinho mais, será um negócio destinado a vinte e quatro meses que eu estou colocando aqui e que vai haver prestação de contas. Então, eu penso que isso me irrita. Eu espero que não haja divergência sobre isso. Muito obrigado.

MARLENE - tiveram aqui dois destaques, mas aí se for contemplado aí primeiro Paula, depois Ana e por último (inaudível).

PAULA - Nunca vou ser contra uma tese como essa, porque sou historiadora e sonhadora, não só por formação, mas por paixão. Então, e eu sou uma das pessoas dentro da história que mais defende a história oral e a construção da memória. Isso para mim é muito caro. Mas a gente é muito caro, é um absurdo caro, mas eu acho que a gente deve redefinir como vai ser feita essa memorial, essa história. É a gente, assim, porque a Lipotto tem vinte e quatro meses com um profissional contratado e estagiário, porque uma pessoa só não faz isso, precisa ter estagiários, estudantes de história, como estagiários, precisa ser um historiador para fazer isso e 24 vezes contratando um profissional desse não é um serviço barato por vinte e quatro meses. Além disso, mais 3% a gente até o que está aprovado atualmente, já temos 9% da receita comprometida, cinco para a pasta de mulheres, dois para os movimentos sociais que já existem e mais dois para a pasta de combate às opressões. Então, não é isso? Já são nove, já temos nove, nove já comprometidos. Mais 3%, aí vai virar 12%, e eu, assim, me preocupo com, eu me preocupo mesmo, eu não vou ser mais. Coordenadora financeira, não quero ser vista como o Tio Patinhas não, mas é porque penso na saúde financeira do sindicato mesmo.

E minha proposta é que seja feito um orçamento para fazer esse serviço. Esse serviço pode ser feito em um pacote fechado. Contrata e faz uma pesquisa de quais historiadores na Bahia, em Salvador, tenham esse perfil, porque não é qualquer historiador que sabe fazer isso, não é, tem que ver o currículo de um historiador que já saiba fazer e fazer três, quatro, cinco orçamentos para ele entregar o trabalho pronto, um pacote fechado. Olha, qual o seu orçamento para empreender, a gente quer, a gente quer ter o físico, que é um livro que seja escrito, teremos as imagens, aí vai ter que contratar também o melhor preço, para poder organizar essas imagens, arquivologista, é uma equipe complexa, uma pessoa só não faz isso, por melhor que seja o profissional, tem que ser uma equipe multidisciplinar. Então, faz o nosso, a gente faz o que a gente quer, ah queremos que estejam no site, teremos fisicamente dentro do sindicato um espaço lá para essa memória e faz um pacote e os profissionais dão o valor do serviço e a gente diz em X prazo pega um serviço pronto, mas em vinte e quatro meses uma equipe de profissionais e ainda 3%.

MARLENE - Viram, pessoal? Escrevendo aqui para falar é a Fátima que deu até aquela palavrinha e a Rita, certo? Então, eu vou passar para a Ana, senti contemplada com o Paulo que me incomodou com essa questão dos vinte e quatro meses e a ideia, ao invés de contratar um, seria uma empresa especialista nisso que já tenha todos os profissionais. Então, eu e Fátima também retiro porque eu também queria falar sobre a questão do formato fechado, né? E aí, com a historiadora Paula, fui perfeita e eu não preciso falar mais nada. Então, retiro também e passo para a Fátima.

FÁTIMA - A memória se constrói cotidianamente, não é? Então, acho que essa organização é necessária, mas tem que se pensar em deixar uma certa estrutura, né? E que você possa preservar como essa memória é registrada. Sobretudo, né, os jornais, informativos, eles são as fontes, digamos assim, mais próximas, mais reais do que aconteceu de fato, né, em todo o evento, porque você, você divulga os acontecimentos, não é? Então, acho que tem que ter lá no sindicato, mesmo na sede, né, um local onde coloque, né, pastas, né, os informativos que foram e tudo, todos os folhetos, tudo que foi produzido, né, durante as jornadas, os eventos do sindicato. Por exemplo, aqui vai surgir um documento, né, concreto. Então, a gente tem esses empréstimos também e ter essa memória também que está sendo veiculada agora nos sites, né, no próprio site do sindicato, nas redes sociais, não é? Não é só essa preservação da memória, não tem que ser só uma coisa, só um ano, só assim, tem que ser essa preocupação, tem que ser constante para que se registre isso. O sindicato tinha um informativo, né, a proposta também, né, entende, que continua, mas a gente sente um foco que me prende. Eu coloquei, né, que eu queria ter feito isso ter retomado esse jornal, mas não, não, o jornal feito por jornalistas, até por jornalistas do sindicato, o jornal feito por pessoas do sindicato, sindicalizados, que gostam de escrever, com artigos de opinião, para debater ideias, não é? Isso acho que está faltando retomar, o sindicato está faltando retomar. Vamos tentar ver se a gente retoma isso, porque tinha um informativo agora escrito pelo jornalista, né, eu acho que a gente tem que ter um jornal com espaço para os próprios também sindicalizados escreverem, tanta produção que acontece, né? Um espaço dentro da publicação desse jornal, que pode ser online, né, pode ser online, pode ter algumas versões impressas também. Brigada.

MARLENE - Gente, antes da gente passar eu gostaria de saber de Georges, né? O que ele achou dessa nova proposta, né? Encaminhada por Paula, mas Kincom e em concordância diante Marlene e aqui do lado é Margarete, OK? Você pode falar, tá bom? Se você comprou. Acrescentar há uma desculpa

LÍVIA - Olá, pessoal! Paulo, bom dia! Meu nome é Livia, sou bibliotecária. Então, eu queria propor aqui uma sugestão, né, que tenha uma articulação do projeto com a Escola de Arquivologia da UFBA. Eles têm estudantes que precisam de projetos para supervisão e orientação, também. Poderia ser uma comissão conjunta, talvez. Aí, saiu uma ideia que poderia dar a vocês a oportunidade de não gastar tanto, né, com recursos. E você já se coloca à disposição como pode ajudar. Também me coloco à disposição para aprender com ela. E a Ana...

GEORGES - Olha, achei interessante as propostas e acho que se sairmos daqui do congresso com qualquer definição sobre isso, para mim, já é uma vitória, porque o tempo não espera. Assim como temos coisas urgentes aqui que foram aprovadas, a memória amanhã está desaparecendo, coisas que aconteceram aqui hoje, compreendem? Imagine daqui a dez anos, quinze anos. Isso é urgente, pois é um acervo, inclusive para pesquisas sobre o sindicalismo na Bahia. É uma agenda enorme, nós poderíamos ser referência para novos pesquisadores, para teses de doutorado, mestrado, etc. Portanto, qualquer coisa que saia daqui hoje aprovada nesse regimento, estou de acordo. Agora, só quero dialogar com os colegas que talvez não tenham compreendido que o que estou propondo aqui, e do que não abro mão, é a definição do estabelecimento de uma política de preservação de documentação histórica e produção da memória institucional. Isso que está sendo proposto, e o que se pode negociar são as etapas para construir isso de fato, isso não quer dizer que depois de vinte e quatro meses acaba, isso é a base, está aqui, precisamos ter cuidado com o que está escrito. Portanto, sou especialista em memória, mas quem assina essa tese são dois historiadores, o professor Felipe e o professor Alex Grilo, um do campo de Camaçari e o outro atualmente na reitoria. São dois profissionais que leram e contribuíram. Então, quero deixar claro para vocês que tudo o que contribuir para essa tese, estou de acordo. Agora, em relação à minha coerência com a questão da política de mulheres, lembrem-se, fui eu quem chegou aqui em primeiro lugar e disse que é maravilhoso, mas se não houver dinheiro, não sairá do papel. Lembrem disso? É a mesma coisa em relação a isso. E o que estou pedindo aqui é um investimento temporário, aqui tem uma data de início e fim. E, reitero, a memória está se perdendo diariamente, está se perdendo, todos os dias morre alguém que poderia contribuir com o estado, pois preciso, os mais jovens não conhecem, mas é só olhar o histórico com hífen e verão pessoas que poderiam dar continuidade, e agora, morreu, um companheiro que era do conselho fiscal em pleno exercício do conselho, social, no meio da COVID, o grande amigo da gráfica, o Marlene que está aqui agora, menino. É o Rui. Rui? Morreu em pleno exercício da função sindical, o cara que está aí, Rosa, Cláudio, que você mencionou, precisamos ter um destaque nesse processo. Peço a vocês que qualquer coisa que chegue à mesa por escrito que não seja apenas retórica, mas que garanta recursos para que isso não fique apenas no discurso. Estou de acordo e aberto a qualquer negociação.

MARLENE - Para organizarmos melhor, podemos primeiro aprovar o conteúdo geral da tese, pois acredito que todos concordam com sua essência. Após isso, poderemos fazer os ajustes necessários, caso haja adendos. Concordam com essa abordagem? Vamos para a votação. Quem é a favor da tese que propõe a criação de uma política de preservação de documentação histórica e institucional, bem como a produção da memória institucional da seção sindical, por favor, levante o crachá. Ótimo, podem abaixar. Alguém é contrário? Alguma abstenção? Com a maioria favorável e uma abstenção, a tese é aprovada. Agora, vamos abordar a segunda parte da tese, que parece um pouco confusa. Temos duas propostas - manter a proposta atual e considerar a proposta trazida por Paula, que está sendo escrita

ali. Acredito que precisamos definir qual abordagem seguir. Eu gostaria de ler a proposta para entender melhor. (Lê o conteúdo da proposta) Pelo que entendi, Paula propõe que se façam, no mínimo, três orçamentos de empresas. Correto? Precisamos votar para decidir qual abordagem seguir.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Quem é a favor da tese que propõe a criação de uma política de preservação de documentação histórica e institucional, bem como a produção da memória institucional da seção sindical.

RESULTADO - Com a maioria favorável e uma abstenção, a tese é aprovada.

RUBENS - Que realizem a memória, também. Se for para ajudar aqui, vejam só, eu estou sensível ao que Georges e o Jorge estão propondo, acho que de fato é importante que a gente preserve a memória. Paula, você circulou e apresentou de forma clara e a forma como, enfim. Nós já estabelecemos o comprometimento de parte da nossa receita líquida com percentuais, inclusive, que são singelos para a importância que cada pasta tem, não é? Se eu não me engano, cinco por cento para as mulheres, dois por cento para os homens, no mínimo, e dois por cento para os movimentos sociais. Eu quero propor aqui, talvez para dialogar com o que as meninas estão apresentando ali, que a gente coloque também a condição de, no mínimo, um por cento. Reduzindo para um por cento, no mínimo um por cento da receita mensal. Não é para excluir o trabalho que elas estão colocando ali, que eles estão trabalhando, é um acréscimo ao orçamento da empresa para fazer o resgate, e a gente vai manter essa preservação com no mínimo um por cento da nossa mesa. Ou seja, o trabalho vai ser realizado para juntar tudo isso, através desse orçamento, dessa empresa, desses profissionais, das entidades que elas estão colocando, e para a continuidade deste trabalho ao longo dos meses. Nós já estamos determinando que haverá, no mínimo, um por cento. Pode ser dois, pode ser três, pode ser quatro, pode ser mais, se precisar, mas a gente não cria um compromisso ali que poderia comprometer outras políticas. Enfim, foi isso, obrigado.

MARLENE - Eu gostaria de saber se a Paula e a Rita concordam com esse apelo do Rubens de votar na proposta. O mínimo é um por cento de fazer ou. Isso, a gente já comprometeu dez, com essa proposta a gente está com dez fechado. Colocar o mínimo de um por cento, conforme também incluir. Então você chega ali e inclui porque a gente ainda tem as duas propostas - Gerson e Saulo. Jefferson, me deixa passar o remédio bem rápido.

RUBENS - Oi. A sua proposta desse um por cento ser permanente no caso. Permanente, Jorge da PROCON, um orçamento e temporário para executar um trabalho específico. O governo está falando de manter uma rubrica ali permanente de um por cento para a pasta fazer isso o tempo todo. Imagina, tá claro isso para todo mundo? Ah, beleza.

JEFFERSON - É, eu tenho uma sugestão que talvez até dialogue com as duas propostas. Eu sou da área de história, eu sou da área de história e você coloca é fundamental. Inclusive, é a primeira coisa que eu queria dizer. Tá acabando o nosso evento, foi uma satisfação enorme participar, aprendi muito com vocês, muito mesmo. Trouxe alguma experiência, mas aprendi demais no debate sindical, no ouvir e todas as que existem em qualquer reunião com pessoas que estão, né? Representando, enfim, uma ideia, um propósito e um objetivo aqui. Então, agora eu vou tentar falar da proposta que dialoga. Ô meu Deus. Pega o. Só um pouquinho, gente. Eh, quando eu terminei meu curso de história, eu entrei numa monitoria que foi para montar o Museu Sacro que é da PUC e a gente começou a catalogar, montar uma memória,

como vê, o sacro. Aí, a minha proposta vai, será que cursos de história ou de comunicação, jornalismo, algo do gênero, não poderiam nos trazer monitores, orientados por professores que, pelo menos num segundo momento, já que foi, desculpa, eu não estava aqui, buscava gaze, foi proposto por uma empresa, né? Seria contratado, mas que depois que esse acervo tiver, digamos, né? Encaminhado e isso possa ser feito com um custo menor, uma monitoria que é bom pro curso, quer dizer, quem vai fazer a monitoria aproveita aquele momento e o sindicato sim beneficia esses monitores. Eu, por exemplo, fiz também no Museu de Imagens do Som, lá em Campinas, onde a gente pesquisou, a gente da fotografia, que é sempre vista como francesa, mas tem uma fotografia no Brasil antes dos franceses. Ele inventou a fotografia lá em Campinas, ele pegou um papel sensível e colocou no sol e fim. Aí, eu quero chegar, a gente pode diminuir custo fazendo isso. Desculpem, dialogar, gente, foi muito bom estar com vocês, mesmo. Aprendi demais, vou levar essa experiência e lembrando que aqui eu estou como suplente da Paulinha Biel, né?

MARLENE - OK. Então, a proposta tá pronta pra gente pra gente ler aqui até pra é pode ser? Deixa eu passar aqui então.

GEORGES - Pessoal, o problema é que isso se resume ao seguinte: é uma proposta de contratação de uma empresa para fazer esse serviço em um pacote ideal, ou se é uma coisa maravilhosa, ele tem uma missão, ser contratado para implementar essa política de acordo com o que depois continua mediante ajustes, administração, gestão, convênios, etc. Gente, não tenho interesse nisso. Eu pessoalmente tenho, sou engenheiro, mas não vim aqui sem história nem memória do Para na educação, hoje estou concorrendo com a memória da educação, mas o que quero dizer é o seguinte: o problema é o que eu gostaria que todos prestassem atenção no que estou falando, que é algo sério. Sindicatos hoje dispõem de cinquenta mil reais, quarenta, trinta mil, que seja, para contratar essa empresa mediante uma consulta licitatória, uma sabe a minha intenção e sentimento. Não, gente. E o que eu queria até ouvir é a coordenadora de finanças, porque nós fomos antes, eu, Felipe, todos vereadores, teve um que me indicou até um site de empresa especializada, nós fizemos um trabalho de pesquisa, por isso que era bom e esse atendimento foi cuidadoso. Fomos ao mercado virtual e vimos que tem empresa que cobra cem mil reais para fazer isso. Ora, então isso aqui vai ficar letra morta, aprovamos uma política linda, maravilhosa. A licitação de três empresas. Vai aparecer lá uma séria cobrando as cinquenta, sessenta mil, vai aparecer lá cobrando cinco mil, que vai ser uma porcaria. E vai ser uma droga, é isso que nós queremos. Então, estou preocupado com essa proposta de contratar essa empresa, porque o sindicato, tanto entendi da fala da companheira Marlene outro dia, não está agora, eu acho, né? Até quem ouviu vocês, esse serviço técnico especializado não é barato, enquanto que a gente está propondo três por cento por mês, nós falamos aqui que é a receita líquida de quarenta mil líquida, estamos falando de mil e duzentos reais durante quarenta e oito meses, um por cento, Rubens, é quatrocentos reais. É, se faz a vida toda, ótimo, eu concordo, aprovo. Mas para a implantação da política, é pequena, mas eu gosto da proposta. Então, não dá. Nós estamos falando em três por cento, que pelo menos daria para articular e pessoas para procurar as instituições que a colega falou que achei interessante, teve outras, a própria Paula falou coisas interessantes. Esse dinheiro básico de três por cento do que estou falando é mil e duzentos reais por mês, vai ficar para reconstituir a memória da nossa instituição. Pergunta. A pergunta que quero que vocês pensem: qual é o valor da reconstrução histórica e da memória que o nosso sindicato tem em relação a tudo que discutimos aqui? Reflitam sobre isso.

MARLENE - Pessoal, vamos seguir assim, certo? Agora, concluindo o debate sobre a proposta, poderíamos então proceder com a leitura da mesma antes de iniciar a votação. Essa proposta trata da preservação da memória institucional SINASEFE/CMS. Seria a contratação de uma equipe especializada para elaborar um orçamento que permita viabilizar e efetivar a entrega do produto, em colaboração com a Escola de Biblioteconomia, Arquivologia e História. Alocar, no mínimo, 1% da receita líquida mensal para o desenvolvimento desse projeto. É assim que a proposta se apresenta. Alguma questão até aqui? Agora, em relação à segunda proposta, teríamos um ajuste a fazer, certo? O termo "via orçamento" precisa ser substituído por "via seleção do orçamento". Ou seja, a redação correta seria - "Contratar equipe especializada para fazer via seleção do orçamento viabilizar a entrega do produto que articule com a Escola de Biblioteconomia, Arquivologia e História. Destinar no mínimo 1% da receita líquida mensal para desenvolver o projeto." Então, pessoal, considerando essas informações, podemos prosseguir para a votação das duas propostas. Vamos seguir da seguinte forma - vou ler a primeira proposta, e após a leitura, vamos realizar a votação. Em seguida, faço a leitura da segunda proposta ajustada, e também realizamos a votação. Agradeço a todos por sua atenção e colaboração. Estamos caminhando bem rumo à conclusão dos nossos pontos de pauta. Vamos seguir, por favor.

GEORGES - Vou concordar com a proposta, desde que seja feito um pequeno ajuste. Pode ser? Um ajuste? Quero sugerir um ajuste. Não é bom falar sobre o ajuste? O que acham? A caneta aqui, deixem-me ver. A questão é a seguinte - estamos reduzindo, e o produto aqui é claro, o produto é a política. Na verdade, o produto é a construção da política. E outra coisa, o um por cento no final não é para a concepção deste projeto, é, originalmente, como o companheiro Emerson mencionou, para a manutenção desta política. Com essas duas correções, retiro minha proposta e deixo isso para a vontade do destino, na esperança de que nosso sindicato consiga os recursos para contratar essa empresa e sigamos em frente. Proponho a mudança do termo "produto" para "política" e ao final, de acordo com a proposta original do companheiro Rubens, o 1% não é para a concepção do projeto, mas sim para a manutenção.

MARLENE - Gratidão, Geraldinho, uma gratidão enorme nesse momento por esse aceite, e vamos fazer essa memória. Inclusive, quero deixar registrado, Rosa aqui, eu disse assim, Rosa, já pensamos nessa tese que foi Rosário, já fizemos uma pasta da construção desse congresso para deixar lá. Ele disse assim, vamos fazer logo a nossa pasta justamente pensando nessa memória que é fundamental.

PLENÁRIA - Georges não é pessoal, ó, realizar contratação de empresa especializada via processo seletivo técnica e preço e articulada com as escolas da UFBA, instituições especializadas. Isso, instituições especializadas onde vai entrar instituições especializadas e instituições é porque tem arquivologia, biblioteconomia, história, etc. Isso, pode descrever depois, certo, para desenvolver a política e aí a gente coloca o termo como está no parágrafo que nós aprovamos, destinando no mínimo 1% da receita líquida da sessão para desenvolver permanentemente a política tal tal. Evidentemente é a mesma coisa. É. É só mais uma coisa que a gente esqueceu de botar também os profissionais do próprio IFBA que pode ouvir e nos valorizando, né? Que já tá contemplado aqui.

MARLENE - Então, então aqui ó, Georges teve acordo e aí a gente tá à disposição transitória entra essa.

GEORGES - Entra, aí eu não sei o que que é a discussão era era num caso de 48 horas. É, porque caiu. Isso, caiu a disposição da nossa história. Entra na linha, pronto. Beleza? Informação política, (vozes da plenária).

MARLENE - Então vamos a essa proposta, proposta única, não é? Que é realizar a contratação de empresa especializada via processo seletivo, técnica e preço, articulada com escolas, está bom, desenvolver a política, né? Instituições de cada área podem ter um museu, né? Instituições da área para desenvolver a política. É destinando no mínimo 1% da receita líquida da sessão para, eh, desenvolver e manter, desenvolver permanentemente a política, determinado que vai fazer o orçamento. (vozes da plenária). Ótimo, agora vamos prosseguir com o regime de votação. Quem concorda com a proposta, por favor, levante o crachá. Muito bem, podem baixar. E quem é contrário à proposta? Alguma abstenção? Resultado - Por unanimidade, aprovamos a proposta para desenvolver a política de preservação da memória institucional da SINASEFE IFBA/CMS. Parabéns a todos por essa conquista! Se houver mais algum ponto que precisem discutir ou votar, por favor, me informem para que possamos prosseguir de maneira organizada.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Quem concorda com a proposta para desenvolver a política de preservação da memória da SINASEFE, por favor, levante o crachá
Foram várias discussões na tese que não é possível definir nas transcrições seu resultado final, estabelecer uma política de preservação da memória institucional SINASEFE/CMS, contratando equipe especializada para elaborar um orçamento e viabilizar a entrega do produto em colaboração com a escola de biblioteconomia, arquivologia e história. Além disso, destinar no mínimo 1% da receita líquida mensal para o desenvolvimento desse projeto.
RESULTADO - Por unanimidade, aprovamos a proposta para desenvolver a política de preservação da memória institucional da SINASEFE IFBA/CMS.

PLENÁRIA - Ó a próxima. Inclusive a colega Elaine que é escritora se comprometeu, vai articular com a diretoria para escrever um livro de memórias sobre a sessão.

MARLENE - Gente, que notícia boa. A companheira Nina está aqui, não é? E eu, eu aí me coloco como uma das fundadoras no apoio aí da criação desse livro. Quero fazer isso com todos os colegas.

GEORGES - Agora, é verdade. Me perdoe, madrinha. Agora, com a aprovação dessa política, eu vou transferir todo o meu acervo pessoal, com várias caixas da história do SINASEFE, com documentos meus, da identidade, que eu cataloguei, que eu organizei e que vou doar à instituição. Agora tô me sentindo seguro porque maravilha.

MARLENE - Gente, continuando os trabalhos, a gente agora vai falar sobre uma tese que é muito importante, sobre a contribuição para os movimentos sociais. E aí, eu quero dizer uma coisa que eu estou cansada, mas estou ligada que tem foi uma... Teve uma das propostas que foi afetada que na tese que trazida do campus de Jacobina, e tal, que a gente botou afetar e eu fui até lá olhar porque quando os itens... Depende da aprovação dessa. Lembram que, tipo assim, vai, vamos ouvir aquela tese enorme com várias correções. Então, a gente vê aqui, né? A gente olha lá depois que foi no... no seu olhar de saúde e a gente vê pode dizer.

VILMA - Olha, que eu tô cansada. Engraçada e preciso sentar, dona Maria. Forte, emocional, feliz, mas chateada de me deixar bem aqui até o final. E, ah, houve uma...

MARLENE - Se todos tiverem a compreensão, ah, aqui ó, porque a tese na sequência, eu vi, seria essa flor, mas eu acho que a compreensão, né? Da plenária. E aí a tese é da companheira Vilma. Você é a Vilma. A justificativa é uma parte pra você. Página quarenta e três. Página quarenta e três.

VILMA - Oi, gente. Boa tarde. Microfones. Microfone. Brigada, viu? Escuta, todo mundo sai daqui, que eu tenho setenta e oito anos, mais de cinquenta anos de show e uma história louca. Vamos fazer e nada, luta sempre fiquei sabendo, né? Desculpa aí, viu? Então, desde o nosso aplaudido, aprendendo por causa de vocês, eu nem sabia, estou aprendendo e até morreu, eu vou aprender porque a gente adquiriu conhecimento a vida toda. Então, eu fiquei muito chateada porque a minha a minha tese é muito simples. Eu não quero nenhum adendo, não quero nenhum nada disso, eu só quero ler e depois vocês aprovem, não, mas eu não poderia sair daqui sem ler o que eu fiz, com o sacrifício, porque eu li todas, vi que eu tinha que fazer uma coisa simples, porque eu não tenho, não tenho mais memória, até uma coisa que nos admita, OK? Eu falei aqui - recomendado, é verdade, educação inclusiva entre os princípios da SINASEP. Objetivos - acrescentar aos princípios da SINASEP o compromisso com a educação inclusiva, conscientizar as instituições de ensino de educação básica, tecnológica, profissionalizante para a necessidade de possuírem estrutura física, gestão administrativa e de pessoas compatíveis com os parâmetros legais relativos à educação inclusiva. Todo mundo sabe o que é que eu quero dizer aí, acho que não precisa, então vamos continuar. Promover junto às instâncias governamentais iniciativas que facilitem a adoção de medidas para implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, especialmente nas instituições de ensino de educação básica, tecnológica e profissionalizante. Justificativa - a busca constante pela humanização das organizações, especialmente na área educacional, revela-se fundamental. Essa preocupação vai me nortear, as instituições representativas da sociedade civil. Portanto, cabe a este sindicato mobilizar-se nessa virtuosa... Percebe-se a imperiosa necessidade de pacificação social. Notadamente, vivemos tempos conflituosos de radicalização ideológica, a ser... De anjos em todos os níveis externos da sociedade. Tudo aí compreendido, né? A contemporaneidade indigna, o mundo desigual, perverso. Sobretudo, para aqueles que possuem deficiências físicas e mentais. De qualquer natureza e etnia. Promover ações que diminuam essas desigualdades, contribuam para oportunizar pessoas menores chances de êxito educacional e profissional em decorrência de limitações físicas e mentais. Devem ser princípios dessa entidade sindical defender, valorizar as pessoas com deficiência, viabilizar medidas efetivas que as incluam nas instituições de ensino de educação básica... Hum. Daqui a pouco acaba... Tecnológica, profissionalizante. Deve se tornar um parâmetro na atuação. A minha defesa, considerando a legislação vigente, como a diretriz institucional de estar em plena sintonia com os interesses sociais. Demonstra-se imprescindível considerar a educação inclusiva um princípio, em que a organização contemporânea contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes e da sociedade em geral. A Constituição Federal prevê no artigo 208, que trata da educação básica, que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Já no artigo 205 e 206, respectivamente, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Tão me compreendendo, as pessoas com portadores de deficiência física, psicológica, de de coisa e libras e e acessos, tudo isso tá incluso aí na minha

coisa, na minha casa. Desculpa aí... A lei federal número 9.394 para a nova ideia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tem um capítulo específico para a educação especial. Afirma-se nele que haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, para atender as férias dela da educação especial. Ademais, o Ministério da Educação possui política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. Além do do estatuto, do estatuto da pessoa com deficiência, do PNE e do depois, vocês sabem o que é isso. Muito bem, dentre outras normas indicativas, regimentais, administrativas, que apontam para com o tempo decisivo e crucial na contemporaneidade. Assim, diante das evidências supracitadas, submeto a esse congresso aos meus pares tese, acréscimo em princípio da letra C, defender a educação inclusiva. Eh, companheiros Edson quer dar, né? Depois eu dou a. Tá bom. OK, tá certo. Eu quero dizer agora aqui os vinte e cinco anos que eu passei na Escola Técnica. Mas quero dizer que não existia sindicato. Eu era uma pessoa que eu mesmo fazia as minhas coisas e lutar, botei o diretor pra fora. Você vê que corrupto, entendeu? Muita gente não sabe disso, foi pra aranha lá no papai. Já deu o balanço geral e esculhambei ele. Ele era legal comigo antes, mas depois eu soube o sonho dele e ele queria permanecer com o senhor Renato que foi meu aluno. Esculhambou o IFBA, eu, Vilma, fui suspensa e minha ficha era limpa. Fui suspensa porque eu chamei de corrupto e provei. E depois o diretor que veio, que foi eleito, que eu não fiz campanha pra ele, não disse nada, porque aqui ele, quando tomou posse, perguntou assim: "Que cargo você quer?" Eu quero continuar sendo professora de Teologia, de Programa de Saúde, de Organização do Meu Trabalho e não quero nada disso. Me aposentei com a minha cabeça erguida e até hoje eu estou. É isso que eu queria dizer a vocês que não me conhecem. A minha história é louca, mas devido às oitenta horas, eu paro por aí. Muito obrigada, desculpem a emoção.

MARLENE - Mas quem quiser dizer aqui a palavra pra Gerson em nome da nossa gestão, a gente tem que agradecer a Vilma, que tem sido uma guerreira junto conosco, contribuindo na pasta justamente de assuntos culturais, né? Por todas as dificuldades, lutas e desafios que ela enfrentou no ano passado pra cá. E ao mesmo tempo, quero pedir desculpas, Vilma, porque no âmbito de muitas coisas, a gente poderia ter defendido, ter feito isso até no início da manhã, não é? E aí peço desculpas por não ter me atentado, não nos atentar, não é, para isso registrado aí. Tinha perguntado qual o momento, eu não me esqueci de dizer, de dizer assim, poxa, o que eu vou fazer hoje e aí eu vejo. O perdão? Não, não, de jeito nenhum, de jeito nenhum. Eu vou passar aqui pra Gerson, depois Georges.

GERSON - É porque eh tema na UNEB a gente dá uma discussão porque intérpretes e intérpretes não não há concurso, não há vagas pra concurso, eu não sei como é no IFA, então já pode ser uma bandeira de luta porque geralmente essas pessoas ficam três até quatro anos às vezes se prolonga, né? E e tem o digamos assim o contratado termina o contrato e ele fica descoberto nisso. Então além daquela sensibilidade física tal, material, tem esse problema sério de pessoal que é preciso superar e esqueci de falar outra coisa, mas tá bom. Ah, sim, em Barreiras nós temos uma experiência muito interessante do Napoli, né que é o núcleo de de de pessoas com necessidade específicas. Hoje os termos mudam, né? Hoje acredita? E perceberem a pessoa com deficiência Obrigado.

GEORGES - Queria fazer um registro aqui. Eu fico muito emocionado, começou chorar e ele vai passando e a gente vai ver que estamos próximo do fim, né? A vida é um ciclo, né? E quando você olha pra essa entidade e vê uma pessoa como a professora Vilma é um exemplo, né? Sou uma mulher com idosa, assim como eu também tenho sessenta e três anos, né? Está aqui, é um intelectual, né? Você veja a articulação dessa criatura nesse texto, né? Tomara que

todos nós chegemos à idade da professora Vilma e com certeza essa é essa condição que ela tem que ela tem aqui. Quando a minha mãe, por exemplo, hoje não conheço mais ninguém, não fala com mais ninguém e ele precisa de uma pessoa dessa, chegar aqui e defender uma tese dessa que é absolutamente necessária, né? E aí e aí tem gente conclama o jovem sindicalizado pra conhecer quem é o SINASEP de São José e por que que essas pessoas quando é professora Vilma Continue eh sindicalizadas, são quase trezentos eh sindicalizados, como o doutor e eu simplesmente quero dizer professor, que a sua tese deverá ser aprovada na íntegra.

VILMA - Eu quero agradecer eu quero agradecer mais uma vez a esse ex-aluno hoje Domingo e tanta coisa a mais aí outros também Valter meu colega Litor disse que casaram na luta Rosa Rosa e vocês maravilhosas aí que me apoiam me dão atenção se não fosse vocês eu não estaria aqui pra gente também a gente que agradece a sua parceria, a sua companhia.

GERSON - É porque o tema na UNEB dá discussão, porque intérpretes e intérpretes não há concurso, não há vagas pra concurso. Eu não sei como é no IFBA, então já pode ser uma bandeira de luta, porque geralmente essas pessoas ficam três até quatro anos, às vezes se prolonga, né? E tem o, digamos assim, o contratado termina o contrato e ele fica descoberto nisso. Então, além daquela sensibilidade física, tal material, tem esse problema sério de pessoal que é preciso superar. E esqueci de falar outra coisa, mas tá bom. Ah, sim, em Barreiras nós temos uma experiência muito interessante do NAPI, né, que é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas. Hoje os termos mudam, né? Hoje é "pessoa com deficiência". Obrigado.

GEORGES - Quería fazer um registro aqui. Eu fico muito emocionado, começo a chorar, e ele vai passando e a gente vai ver que estamos próximos do fim, né? A vida é um ciclo, né? E quando você olha pra essa entidade e vê uma pessoa como a professora Vilma, é um exemplo, né? Uma mulher idosa, assim como eu, também tenho sessenta e três anos, né? Está aqui, é uma intelectual, né? Você vê a articulação dessa criatura nesse texto. Tomara que todos nós chegemos à idade da professora Vilma e com certeza essa é essa condição que ela tem, que ela tem aqui. Quando a minha mãe, por exemplo, hoje não conheço mais ninguém, não fala mais com ninguém, e ela precisa de uma pessoa dessa, chegar aqui e defender uma tese dessa que é absolutamente necessária, né? E aí tem gente que conclama o jovem sindicalizado pra conhecer quem é o SINASEP de São José, e porque essas pessoas quando é a professora Vilma continuam sindicalizadas, são quase trezentos, são sindicalizados. Como o doutor e eu simplesmente quero dizer, professor, que a sua tese deverá ser aprovada na íntegra.

VILMA - Eu quero agradecer, eu quero agradecer mais uma vez a esse ex-aluno, hoje Domingos, e tanta coisa a mais aí, outros também, Valter, meu colega Litor, disseram que casaram na luta, Rosa, Rosa, e vocês maravilhosas aí que me apoiam, me dão atenção. Se não fossem vocês, eu não estaria aqui. Pra gente também, a gente que agradece a sua parceria, a sua companhia.

MARLENE - Chama a Vilma, né? Chama a Vilma. Chama a Vilma. É uma brincadeira que a gente faz, viu gente? Estamos brincando com a Vilma aqui. É uma brincadeira que temos. E com isso, vamos seguir para o nosso regime de votação. Quem é favorável à aprovação da tese, por favor, levante seu crachá. Ótimo, podem baixar. Contrários? Abstenção? Então, por unanimidade, a tese que propõe a inclusão dessa defesa "Pela Educação" foi aprovada. Ela coloca que deve ser nos nossos princípios, e Margarete inclusive ressaltou que devemos

incluir essa defesa também em nosso plano de lutas. Além de inserir essa defesa, vamos incluí-la no plano de lutas, OK? A próxima tese fala sobre o auxílio aos movimentos sociais. Mas me deixa esclarecer, porque eu também estou assinando essa tese. Na verdade, já havíamos discutido isso antes.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA: Quem é favorável à aprovação da tese, Inclusão da Defesa "Pela Educação Inclusiva" nos Princípios do Sindicato.

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

MARLENE - Parou, para, pode falar. Lucas, por questão de ordem, eu quero tirar uma foto de grupo aqui, porque o pessoal tá saindo. Ele deve ficar meio triste com essa questão de ordem, né? É? É? Não, já foram? Por quê? Porque, se for pensar nisso, gente, eu entendo, concordo, mas sim, a gente tem que atentar com o técnico, porque se não tiver gente pra votar, é pior do que não ter gente pra fora. Pronto. Porque tem um monte de tese. Eu chamei isso pra logo no início dos trabalhos. Minha voz não foi acolhida. Olha, realmente, fechar e fechar com as peças, e a gente sabe, a gente a gente fica até sem ouvir mesmo, sem escutar. Não, pra você eu digo. Essa hora, peço desculpas e comprometida por não ter ouvido ou escutado a companheira aqui do... Então, gente, ó, essa proposta não vai mudar pra te dar, ela acontece, mas eu acho que foi uma falha, ela não está contemplada no regimento, mas a gente lembra que no congresso, no primeiro congresso, ela foi aprovada. Mas, por questão de falha, ela não foi incluída por escrito. A gente já faz ela. Então, a gente tá querendo formalizar e quando a gente formaliza, tem justamente lá as teses que a gente colocou afetada foi trazida de lá de Seabra que utiliza tem essa preocupação em corrigir também, né, isso? Tem essa minha preocupação que foi a número nove que eu anotei aqui que foi afetada.

LEANDRO - Eu queria mandar um resto, sim, pois não, a gente vai atrás de horas. É, eu penso que foi gente assim, ó. O que que acontece? A gente do interior, a gente vai embora, já vai ficar povo em Salvador. Não, não, não. Já tá acontecendo?

MARLENE - Deixa eu dizer pra vocês, hoje, eh, hoje aqui a proposta é a gente fazer, não é? Mas, por exemplo, se se acasou. A é. É só a posição. É deixa eu repetir. Pra gente. Na verdade, olha só, Leandro, a gente vai falar dessa importantíssima, que cês puderem ver de algum movimento, que é a leitura, é só colocar. É. Que é pra regular, tá certo? Aí, depois, vem só, tanto o cargo, é pra candidatura na sessão sindical, é regulamentar, certo? Também o texto, tudo agora é texto, é educação inclusiva já foi, é atribuições da faixa cai, né? E é tudo assim, é a função política da coordenação é tudo texto pequeno, só pra melhorar a redação, não tem nada do tipo assim, ó, criar uma nova política, né? Nada. É só mesmo fazer a correção com a inclusão do que deixou de fazer. Qual a última? A última, que é da atribuição e coordenador geral então de Assis. É quem vê, fê, então. Depois a gente pode então fazer assim, ver se eles concordam, a gente vê logo esse auxílio que é só mesmo pra. Isso. Formalizar o que a gente já faz, a gente passa pra função política da coordenação geral e ele, depois, a gente faz as outras que estão textos mais. Pode ser?

Leandro - Pode. A participação a casa de base também o que tá proposto aí comigo. Mas essa foi a notamos autores. É. Como além dos autores não tão aqui diz né isso assim, eu vou fazer uma proposta aí, mas eu vou fazer. Tem algumas questões que são muito polêmicas e a

plenária tá muito esvaziada e eu não sei sequer se a gente tem ora pra deliberar essas questões.

MARLENE - Tem, tem, é a gente inclusive assim, nosso fórum geralmente é editar é regimentalmente falando, sempre é do do a partir é, é colocar isso de acordo com o com o regimento. Eu acho que se vocês concordarem, eu acho que essa discussão, como a gente pensa ou em fazer em outro momento, a gente pede até o calor disso, né? E todos os congressos que a gente vai, tanto aqui, eh, eh, como na nacional, sempre tem algumas extensões previstas e vai até muitas outras depois do que tão previsto a gente. Eu mesmo cálculo, quer dizer, na minha concepção, né? Que a gente pode chegar até às quatorze horas e vinte com tudo concluído. É a minha visão. Não chega mais. É a minha visão, sabe, gente? Tomara. Mas pelo menos eu acho que esses dois pontos a gente pode fazer eh a discussão OK? Então a gente pode falar só desse aqui ó, já logo é sobre a inclusão, regulamentação eh na página, deixa eu falar aqui dos movimentos sociais, página trinta. Trinta e sete. E sete, né? Então na página trinta e sete é a redação. Na verdade, é dezenove que a gente disse assim que ficou afetada porque, né? Então a gente discute junto, pra quem esqueceu, cê lembra aí Saulo aqui? É o que tá e eu quando apertado eu passo pra você, OK? Então eu posso ler aqui, é já que tô assinando a tese, a proposta de inclusão é capítulo nova redação, capítulo seis, artigo vinte. A sessão sindical SINASEFE/IFBA poderá contribuir com a luta dos movimentos sociais e demais entidades que solicitarem, mediante justificativa plausível a ser apreciada, é a ser apreciada por assembleia geral e na falta desta, por sua diretoria executiva, em até 2% da sua receita corrente líquida mensal. Observando o saldo financeiro mensal após o pagamento das despesas regulares, mediante balanço apresentado pela coordenação de finanças. As entidades e movimentos solicitantes, ao terem um pleito deferido, deverão entregar posteriormente a devida prestação de contas em até cento e vinte dias. O parágrafo primeiro, a entidade que for beneficiada com o repasse só poderá realizar nova solicitação após sessenta dias, contados do pagamento, desde que apresente a prestação de contas do repasse anterior e sem qualquer garantia de que será pago novamente em caso de nova solicitação. Parágrafo único, se as compras da sessão sindical apresentarem restrição e ou haver necessidade de contingenciamento, frente às despesas de custeio, mediante parecer fundamentado da coordenação de finanças, assinado por esta e pela coordenação geral, a sessão se desincumbirá ao repasse pelo tempo que for necessário em nome de sua saúde financeira como por determinação ou orientação do conselho fiscal. Então, essa foi a proposta feita, Georges é um autor também, mas eu vou passar aqui pra. Primeiramente pra é Saulo, que Saulo essa aqui gente foi que foi afetada, tava na tese é que o companheiro assinou.

SAULO - Oi gente, então, são duas **festas** no mesmo tema, então vou ler essa segunda que é a que eu fiz com o pessoal. Então agora, essa eu recortei um pedacinho aqui, mas posso. Nota dez, página dez, item dezenove. É, foi chamado isso. Eu já não aguento mais isso. Muito bem. É onze, é o número, a número dezenove. Isso, dezenove, item dezenove. Pode acertar. Lembrando que, como Marlene falou, essa coisa dos movimentos sociais, dois por cento, foi aprovado no congresso anterior e nós tivemos problemas de organização muito graves e só percebemos a dimensão depois, na coleta. Inclusive, eu acho que dessa vez isso não vai acontecer, o cuidado foi maior, parabéns por isso. A gestão teve muitos problemas para coletar as informações que foram produzidas no congresso e isso trouxe grandes problemas políticos, inclusive. Que bom que isso não vai acontecer mais. Mas olha, o ponto aqui é o seguinte, sessão de um novo artigo, seguinte termos, artigo X agora felizmente. O SINASEFE disponibilizará dois por cento do seu faturamento líquido mensal, já tô qualificando que é líquido, tá? Pra não ter dúvida. Em forma de auxílio a movimentos sociais, inequivocamente

comprometidos com os mesmos princípios políticos da seção sindical, nos seguintes termos: Item um: os movimentos **solicitantes** deverão preencher o formulário específico elaborado pela diretoria executiva, contendo os detalhes da utilização dos recursos solicitados. O formulário deve ser enviado para o email da seção sindical até o décimo dia do mês, somente para que seja apreciado, caso contrário, será encaminhado para o mês subsequente, por quê? Porque o indivíduo não pode chegar no final do mês, mandar um pedido de dinheiro, não faz sentido, né? Dois: os movimentos que receberam auxílio financeiro da seção sindical deverão comprometer-se a enviar comprovantes de suas despesas, como notas fiscais, recibos, fotos, matérias de jornais e assemelhados. Três: os movimentos contemplados devem, na execução de suas atividades, registrar publicamente o recebimento do auxílio, bem como divulgar a política de auxílio a movimentos sociais na seção sindical, estabelecida no artigo setenta e dois. Quatro: uma vez contemplado por um auxílio, cada movimento só poderá receber um novo auxílio três meses depois. Eu pus três meses, mas um amigo tinha sugerido seis meses em outras teses. Acho que também não tem problema se for logo já assumo que dá pra ser seis meses sem problema, tá? Eu sei, eu só tô registrando, registrar. Está OK.

PLENÁRIA - Está bom, plenamente de acordo com a readequação professor Saulo fez essa proposta. Eu assino embaixo agora diante da importância desta política, mas diante da urgência que nós temos em salvaguardar a memória institucional dessa entidade sindical, eu quero submeter essa plenária a seguinte disposição transitória, previdenciária, atenção. A implementação do auxílio aos movimentos sociais deverá ser implementada no mês subsequente à contratação da empresa especializada para implementar a política de preservação da documentação histórica e produção da memória nacional da seção SINASEFE/CMS.

MATEUS - Eu acho que a gente poderia tentar fazer uma amálgama, né? Uma junção das propostas, eu gostei muito das questões de publicidade do recurso trazido pelo Geraldo na tese do colega que me defendeu e essa questão também, ele detalhou mais os pormenores, é um formulário próprio, explicando como deve ser utilizado. Eu acho que isso não pode ser perdido, essa metodologia, né? De ter um formulário próprio, de que a gente tem até o dia dez, depois do dia dez é pro outro mês, pras meninas da secretaria das finanças não terem que providenciar esse auxílio da noite pro dia. Porque eu acho que isso não é um benefício, não tem que ser uma camisa de força pra gente. Então eu gostaria aqui de tentar pactuar isso com o Saulo. Acho que a única diferença que a gente tem é no caso de contingência. Não sei se vocês são contrários, mas não estava previsto que em caso de contingência financeira do sindicato, evidentemente, o auxílio a movimentos sociais ele ficará suspenso, né? Não precisa nem explicar o porquê, né? Eu acredito que seria possível, Saulo, a gente consensuar isso?

SAULO- Eu só, pra meu entendimento, gente, é que era uma coisa meio pressuposta, porque obviamente se eu tenho uma política aprovada, como o caso da do Georges, enfim, agora pra não se referir a preocupação de dar o desvio de dinheiro, não sobrar pra política porque foi aprovado agora há pouco, mas vejam só, eh se você tem toda uma política interna aprovada, ela é obviamente, é prioritária em relação a política externa. Então eu achei que não era necessário, mais uma vez que há essa qualificação aí eu não tenho nada contra. Pronto. E acho que aí vence isso, PGO, a questão de que ele não vai, a gente não vai, por exemplo, arriscar um auxílio ao movimento social no momento em que haja uma contingência tal e se der o auxílio fica sem a política interna, isso é um absurdo. Eu acho que isso é um pressuposto que todo mundo perdeu. Então todo mundo. Pode juntar as duas aí, não tem problema não.

MARLENE - Junta, então vamos juntar as duas propostas e a tenda de Georges. Isso aí, os proponentes não, ele gostaria que fosse explícito ao pedido dele, né? Brigado.

SAULO - Como está no regimento, vai valer no próximo congresso. Isso não pode ser considerado como nenhuma disposição transitória. Quando acontece nas normas da constituição, nas leis, etc. Então, pra não ficar especificamente relacionado a isso, por que a gente não coloca um adendo, uma frase que explique que o auxílio se dará somente quando o orçamento já tiver feito jus à política interna, às demandas internas, enfim, entendeu? Isso sempre gerou muito debate. Então, pra resolver de uma vez, e é pra isso que o Congresso existe, a gente pode colocar uma disposição que garanta que toda a política pré-estabelecida seja cumprida e, nas palavras, desculpa gente, não é desmoralizado, mas na sobra, use pra auxiliar movimentos externos. Pode ser assim? Todas as políticas e as demandas internas forem atendidas, das outras, inclusive aquelas aprovadas neste congresso. Isso é pressuposto, faça aí, bota uma linha aí. Que sejam priorizadas. Sejam priorizadas. E sejam todas organizadas. É uma condicionante. Tô sem papel. Aqui ó. Prioridade de uma política e a priorizar, condicionante auxilia os movimentos sociais. Mas este que não prejudica a saúde financeira de nossa instituição, vamos salvaguardar o nosso, não é isso, gente? Além da implementação das políticas. A gente consenso e então, gente, com isso, todos se sentem. Ah, deixa não, já tá claro.

MARLENE- Regime de votação - Então, depois dessa, vamos dizer assim, união de impor sua tarefa para que a gente munize a tese que foi lida juntamente com a tese que foi afetada por essa tese e terminou se unindo. Colocar em votação, todos estão de acordo com a aprovação dessa, por favor, quem aprova levantar o crachá. Por contraste, quem é contrário? Abstenção? Resultado - Então, por unanimidade, a gente aprova essa inclusão.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Auxílio financeiro a ser disponibilizado pelo SINASEFE para movimentos sociais que solicitarem.

A proposta discutida trata de um auxílio financeiro a ser disponibilizado pelo SINASEFE para movimentos sociais que solicitarem. Houve uma discussão sobre a inclusão dessa proposta e a necessidade de garantir que as políticas internas fossem priorizadas antes de conceder o auxílio a movimentos externos. O texto da proposta foi debatido, modificado e discutido se deveria ser inserido em uma tese específica.

RESULTADO - Por unanimidade, aprovamos a proposta.

MARLENE - E aí, pra gente, eh, nós vamos dar um pulinho e vamos para uma tesezinha que, é só não achar que eu não tinha como não, mas vamos lá. Eu até vou. Mas aí que é a função política da coordenação geral, a gente deu um pulo, né? Pra justamente poderia ser polêmica na carga quarenta e seis a finalizando tudo. Então, eu vou abrir fazendo é a leitura, né? Eh, tá bem claro aí, ele não tem texto, tá gente? Não existe esse texto aí pra gente dizer assim, ó, é corrigindo, nada disso, é uma inclusão, num é? É então a defesa da proposta de inclusão de um parágrafo no artigo vinte, né? Então nova redação, parágrafo X ou único. O coordenador, a coordenadora geral, sendo um cargo político por excelência, deve ter ciência e estar a par dos assuntos de todas as demais coordenações, mantendo diálogo permanente com as faixas e, quando necessário, apoiar a política e democraticamente as atividades a serem desenvolvidas pelas demais coordenações, respeitando e fazendo cumprir as decisões na direção executiva. A justificativa da emenda é preciso definir a natureza eminentemente

política da coordenação geral, que tem por excelência um trânsito político e de diálogo com as demais faixas e entidades irmãs. E que está na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Que faz cumprir as decisões colegiadas da direção executiva e no prazo determinado. Essa faixa já tem a capacidade de deflagrar ações políticas conjuntamente, quando é mais fácil, provocando, tomando a iniciativa para que as ações do sindicato possam se realizar de maneira plena, OK? Então, a gente está aqui escrito, não tem político, a gente tem esse projeto vinte do atual, é? É, o artigo vinte do atual, ele, na verdade, ele aqui, o é o artigo vinte do atual, é compete à coordenação geral, aí tem um, é oito, oito itens, né? E aí a proposta pede para excluir esse item. Veja eh eu acho que esse. Cê tá ligado senhor.

GEORGES - Eu acho que essa proposta ela é desnecessária e eu vou dizer porquê. E até arriscado. A gente a gente não pode eh eh tornar um coordenador geral uma uma um convidado especial pra esse povo. Por quê? Eu eu sou de uma geração que o construía movimento estudantil depois do movimento sindical, na escola técnica, fui no grito, fui no nas minha época era sensível a ditadura, depois fui no diretório acadêmico, fui no teatro, fui colega de vários desses políticos aí pra meus contemporâneos, não é a gente veio com uma construção do PSOL e saímos de Presidente pra coordenador geral, depois é eu lembro que fui coordenador geral do diretório acadêmico de Engenharia Química e tal, depois a gente saiu de coordenação geral para é rumo com a coordena conselhos, mais de um coordenador geral. Sempre na perspectiva de uma despersonalizar a a a entidade do movimento sindical, certo? Perfeito. Pra não ter uma marca é aquele que é o presidente, essa foi minha vivência histórica, entendeu? Então a a gente chega hoje no SINASEFE encontra o o a coordenação geral do SINASEFE nacional três coordenadores gerais, aí vamos dizer, não é porque eles são grandes que é maior, é não sei o que, tem mais corrente político. Como é que chega no tem três coordenadores fui pesquisar várias coordenações é das nossas sessões, tem três coordenadores gerais, aqui a gente vem e reforça esse papel, olha o que tá escrito nessa redação, o coordenador geral sendo um cargo político por excelência, eu pergunto qual não é, como é, qual é que não é papai? Ouro, desculpa qual que não é a coordenadora de mulheres não é um cargo político, que isso. Então quer dizer, ele tem que tá ciente de todos os assuntos tratados nas páginas. Ora, da coordenação já conquistar a direção, a direção do executivo, todo mundo tem que tratar de tudo ou não é uma coordenação é de um clube, agora monolítico, né? Agora um grupo monolítico, não é mais é comê que chama? Proporcional. Proporcional. Então eu minto, vocês vão ver que eu não assinei essa tese, eu não assinei e até originalmente essa tese ela num era assim, ela tinha característica mais é, é que eu cheguei fiquei arrepiado a proposta original. Então pela Supressão dessa tese, pela sua absoluta desnecessidade .

MARLENE - É gente, eu cometi uma falha, passei para vocês antes mesmo de fazer uma defesa. Geralmente, a defesa deve ser feita antes, mas como estamos neste âmbito, espero que isso não seja um problema. Eu deveria ter feito, porque olha só, com muita tranquilidade, vou explicar o que me motivou a propor algo assim. O motivo é que, em algumas composições, onde estamos alinhados, pode ocorrer situações problemáticas, inclusive na gestão anterior. Por exemplo, situações em que a Coordenação Geral solicita esclarecimentos sobre algo e a pessoa da pasta se recusa a fornecer informações, dizendo que não precisa dar satisfações. Na verdade, acredito que essa proposta talvez não seja necessária se todos compreendessem que a coordenação é colegiada e que aqueles na coordenação geral são responsáveis por tudo que ocorre. Isso é crucial, pois quando lidamos com questões judiciais ou processos, somos nós que representamos. Houve um caso, inclusive, com o saudoso Luiz Emílio, em que ele fez um documento que foi facilmente atribuído a outra pessoa, negando a autoria. Isso ocorreu

com o Luiz Emílio e causou confusão na época. Portanto, quando menciono isso, não estou tentando criar polêmica ou apontar nomes, mas sim ressaltar a importância do respeito e da responsabilidade dos coordenadores gerais ao solicitar informações de outras pastas.

SAULO - Existe uma solução maravilhosa para isso: a Assembleia. Lembrem-se de que, naquela gestão, passamos cento e vinte dias sem realizar uma assembleia. Se tivesse sido submetido à assembleia, o problema teria sido resolvido. Não é necessário conferir poderes especiais ao coordenador. Basta que o coordenador convoque uma assembleia em menos de cem dias, como aconteceu anteriormente. No entanto, não estou tentando defender isso, levando em conta a experiência passada. Por quê? Porque já está claro que o congresso reconheceu que a experiência com a proporcionalidade não foi positiva. Portanto, houve uma reversão nesse aspecto. Agora, teremos eleições majoritárias. Obrigado. São eleições majoritárias. Assim, o nível de acirramento que está presente poderá não mais existir. Esse é um ponto importante. Reforço também que, sempre que uma gestão enfrentou um conflito desse nível, a solução foi a assembleia. Assembleia. Assembleia. Nunca mais quero me deparar com uma situação sindical na qual passemos cento e vinte dias sem realizar uma assembleia e sem dar voz à minoria. É nossa responsabilidade assegurar que isso não aconteça novamente. Falar sobre a gestão que passou cento e vinte dias sem assembleia nos faz questionar se fomos responsáveis ou se agimos de forma confusa, em meio a um ambiente de pressão, sem ter a quem recorrer. A verdade é que algumas pessoas ainda não superaram isso. Portanto, peço que não mexam com essa questão, pois isso poderá trazer problemas em várias direções. O que quero expressar é que a tese atual propõe uma estrutura para resolver um problema que, na realidade, não existirá mais. No entanto, há a preocupação de que essa proposta possa ter uma conotação autoritária, mesmo que essa não seja a intenção. Devemos considerar que nossas regras não devem ser formuladas apenas para tempos de tranquilidade. Precisamos considerar que qualquer tipo de pessoa pode assumir o cargo de coordenador geral, incluindo aquelas com inclinações democráticas, como a Marlene, por exemplo. Embora nunca tenha liderado isso, é crucial que estabeleçamos limites para os poderes desse cargo, para que respeitem a autonomia dos diversos setores e atuem de forma colegiada, conforme mencionou Jorge de maneira brilhante. Portanto, essa proposta visa resolver um problema que não terá mais relevância, evitando que alguém com tendências autoritárias exerça tal comportamento no cargo de coordenador geral. Isso protegerá contra situações como o que Marlene está fazendo e o que aconteceu anteriormente, onde a intervenção nas coordenações ocorreu. Embora eu nunca tenha testemunhado algo assim na história do SINASEFE. Qualquer ação é baseada em uma instância superior, mesmo que isso tenha ocorrido anteriormente. No entanto, isso não significa que devemos aumentar o poder de alguém. Ao manter todos com o mesmo nível de poder, podemos resolver as questões de forma fraterna e democrática em nossas instâncias superiores. Em resumo, minha proposta é eliminar essa tese.

CAMILA - Olá a todos. Gostaria de compartilhar minha visão sobre a proposta. Minha preocupação está alinhada com o que Marli mencionou, ou seja, a importância do diálogo entre as pastas e também a Coordenação Geral. A pessoa que responde verdadeiramente pela instituição é o coordenador geral. No entanto, às vezes isso não se reflete na prática, incluindo a autonomia das pastas. A experiência com a proporcionalidade foi desafiadora, com ações que não progrediram como desejávamos. Por isso, vejo que essa proposta pode trazer uma definição mais clara e limitar o poder autoritário, beneficiando as ações da entidade.

MARLENE - Mais alguém gostaria de se manifestar? Podemos seguir para a votação? Então, vamos proceder à votação sobre a supressão, manutenção ou alteração da tese. Quem é favorável à supressão, levante o crachá. Agora, pode baixar o crachá. E quem é contrário à supressão, levante o crachá. Alguma abstenção?

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Quem é favorável à supressão - Sobre a Função Política da Coordenação Geral - Outra proposta foi sobre a inclusão de um parágrafo no artigo vinte, relacionado à função política da Coordenação Geral. O texto da proposta foi lido e debatido, enfatizando o papel político da Coordenação Geral e sua relação com as demais coordenações e Diretoria do sindicato.

RESULTADO - Foi aprovado com 2 abstenção.

MARLENE - Abstenção não é algo que eu geralmente apoio, mas quero fazer um uso desta vez, para uma declaração de voto. Peço um minuto. Gostaria de declarar meu voto de abstenção. Isso ocorre porque, apesar de os colegas achar que essa medida é uma forma de prevenir a autoridade excessiva, eu gostaria de chamar atenção para um ponto. Tudo o que estamos aprovando aqui depende de nossa ação como diretoria e membros sindicalizados. No entanto, tenho algumas dúvidas quanto a colocar uma tese em votação e ela ser rejeitada devido a discordâncias de colegas, especialmente quando se trata de liderança. Por isso, apresentei essa tese, como uma forma de chamar a atenção para a necessidade de cooperação, evitando conflitos e prezando pela unidade. Continuando, vamos agora aos deveres do sindicalizado, no ponto trinta e nove. Gostaria inclusive de citar a advogada Carolina, que chamou minha atenção para um ponto interessante. Ela mencionou que o regimento não aborda explicitamente os deveres dos filiados no que se refere a práticas de assédio, discriminação e outras condutas inaceitáveis. Portanto, estamos propondo a inclusão de um parágrafo único que proíba sindicalizados de utilizar práticas preconceituosas que violem os direitos humanos, tais como comportamentos racistas, LGBTfóbicos, misóginos e xenófobos, além de incluir a questão do assédio em relação a outros filiados e funcionários da entidade. Isso reflete nossa preocupação com um ambiente saudável e respeitoso.

GEORGES – Destaque, Nós estamos convivendo neste momento com pessoas que estão agora publicando nas mídias sociais. Retratos da gente com a nossa imagem, é, é falando mal pessoas que foram escolhidas para serem delegadas das mulheres estão neste momento com o seu vou visitar algumas é linstagram, né? Que eu nem uso isso, eu já usei umas duas, três vezes porque fui obrigado, é, é colocando fotos de colegas nossos sentando em vasos sanitários dizendo "você tem que pedir pra cagar e sair", desculpe a expressão. Colegas sindicalizados. Coisa do tipo, "você é o marido da fulana", "você é isso", mulheres líderes. Pessoas sindicalizadas, colegas estão filiados nesse sindicato, Hein? Trinta e nove na justiça que tinha. Quer dizer isso? Não devolvemos, nós não podemos conviver com isso mais, não podemos. É inaceitável essa pessoa, esse indivíduo, essa criatura humana afiliada frontalmente com os nossos princípios. Não é possível, eu não quero mais conviver com uma pessoa dessa afiliada à minha entidade sindical. Então eu queria fazer um adendo aqui, em consonância com a proposta inclusive com a complementação do companheiro, e depois colocar uma vírgula aqui é podendo responder civil e criminalmente, além do conselho de ética da entidade, porque não precisamos afastar essas pessoas, é banir, afastar não, banir definitivamente, como nós dizemos, "funcionados". Civil. Que hoje tem uma placa lá que ele

é uma pessoa tão grata, está lotado lá. De lado. É perfeito. De nada fez aquilo? Consegue. Muito bem. É.

MARLENE - Mas eu penso que sim, essa informação dada, ela é muito importante. Seria bom se a gente tivesse conhecimento agora, qual é a página para a gente fazer os e. Quem viu Fábio, manda no grupo.

PLENÁRIA - É, eu queria falar aqui, alô gente. É isso aqui, em função do assédio aos funcionários do sindicato. Eu já presenciei algumas situações que pra mim foram extremamente difíceis como mulher, né? Eu não tô falando do que me contaram não, estou falando do que eu vi né? E além do que chega de conversa eu acho que a gente tem que se respeitar e ser respeitado, a gente precisa agir com ética e em consonância com os princípios de nossa instituição sindical. Eu acho que isso é o mínimo pra gente aceitar numa pessoa continue, né? No nosso convívio do sindicato. Muito obrigada.

SAULO - Pessoal, então, Jorge, essa inclusão é em relação aos princípios, certo? Isso significa que qualquer infração já presume uma violação ética, sem descartar, obviamente, a questão da justiça antes da justiça comum. E, na verdade, eu acredito que aqueles que foram prejudicados por situações desse tipo têm mais a acrescentar aqui, caso você queira saber mais detalhes. Enfim, o assédio é de fato uma forma de autoritarismo personificado, concorda? Na prática. E há algo curioso que gostaria de destacar aqui. Quando chego à Secretaria Nacional, uma situação que está muito próxima dos trabalhadores do sindicato, algo que eu nunca havia vivenciado na secretaria. No entanto, na Secretaria Nacional, vocês são comissionados para lidar diretamente com isso, o que mantém a secretaria sempre envolvida. Nesse contexto, havia uma situação absurda que, na minha opinião, exigia que estabelecêssemos uma nova norma. A norma é simples: vocês só devem atender solicitações registradas. Se alguém ligar para pedir algo, devem ser orientados a enviar um e-mail. No entanto, quando compartilhei essa ideia com os funcionários, eles imediatamente disseram: "Por favor, não faça isso." A razão é que, se negarmos o atendimento, eles vão intensificar ainda mais o assédio. E adivinhe o que aconteceu? Tive que instituir uma norma, sob a ameaça de sanções trabalhistas, incluindo suspensão, advertência e até mesmo demissão, proibindo os trabalhadores da Secretaria Nacional de atender a solicitações não registradas. Essa medida foi necessária por diversos motivos. Primeiro, ao receber uma solicitação por e-mail, podemos identificar quem a fez, quando e, além disso, ao registrar o pedido por escrito, a situação é diferente. Isso nos leva a uma reflexão interessante. Às vezes, precisamos criar essas normas para proteger nossos trabalhadores e colegas que estão sob nossa responsabilidade. Nesse caso específico, a medida funcionou muito bem e obtivemos uma resposta muito positiva. Vocês acham que teríamos oposição na direção nacional? Algumas pessoas me ligaram e disseram: "Isso é um absurdo! Agora não podemos mais ligar para os funcionários e pedir ajuda." Minha resposta é sempre a mesma: "Exatamente como você ouviu. Vamos manter a paz, seguindo as orientações do coordenador geral. Se você não cumprir, eu não lembrarei, e é isso." Isso se deve ao fato de que os funcionários estavam passando por um verdadeiro caos, recebendo mensagens de WhatsApp na madrugada, ligações constantes, conversas em particular, você entende. E esse cenário só muda quando exigimos que as pessoas registrem o que estamos solicitando. Pensem nisso: se algo não pode ser colocado por escrito, então não deveria ser solicitado aos trabalhadores do sindicato. Se é algo que não pode ser registrado, então não deveria ser requisitado. A lógica é bastante simples, não é? Quanto ao ponto que você mencionou, Jorge, acredito que não seja necessário acrescentar a questão da punição, pois essa questão já está implícita. O estatuto já estabelece

que aqueles que não cumprem com os princípios devem ser denunciados e podem sofrer sanções, tudo dentro do âmbito jurídico, é claro. Nem tudo o que você mencionou foi explicitado, mas eu me solidarizo. Acho isso um absurdo. Aqueles que estiveram tão próximos e mesmo os que não estiveram não deveriam se comportar dessa maneira. Embora possa parecer que estão agindo com proximidade, os que ouvem minha orientação não adotam essas atitudes. Acho isso completamente inaceitável. Testemunhei muitas situações absurdas durante as eleições do IFBA e nas eleições do sindicato após aquilo. Dediquei muito esforço para tentar desencorajar esse tipo de comportamento, mas infelizmente nem sempre é possível educar aqueles que deveriam estar educando. Portanto, concordo plenamente com a decisão de buscar reparos iniciais, uma vez que o tempo de tolerância já passou.

CAMILA - É, eu gostaria de sugerir a inclusão de um trecho falando assim que cabe ao sindicato elaborar material informativo sobre esse tema, no caso a questão do preconceito e tal que foi debatido, e inclusive citando as sanções a serem disponibilizadas aos sindicalizados por e-mail e no site do sindicato. Imagine. Não, é pra reforçar a importância dessa tese, né? Parece que a gente tá falando sobre o ódio, mas que não é bom. Hoje mesmo no café da manhã uma colega comentou que um dos filiados que aqui estava participando do evento comentou com outro e com outro e com outro que uma não deveria tá lá, como assim? Então esse é um exemplo, né? De pessoas que se focam mesmo não estando na diretoria, não entendendo o fluxo e aqui a divisão quanto à organização, a secretaria que ainda acha que é certamente, né? Coordenador, diretor e que define, quer definir a função de cada funcionário. Então, fazer o registro porque isso é constante. Liga pra falar que a diretoria deveria ser assim assado, fazer dessa forma, deixar de fazer, gastar com aquilo, que tá gastando muito, é e aí quem recebe quem é assediado? O funcionário. Então, até com o registro aqui queria que vai ficar registrado lá porque a gente registra. É que quem tem alguma sugestão, opinião, contribuição, faça por isso que a gente encaminha pra coordenação. Eu acho que isso é muito importante. Deixa de disse me disse corredor e de forma prática objetiva contribui pra luta sindical. Então queria fazer esse apelo, né? Fazendo esse pedido que contribuam, solicitem, nos provoquem no sentido de contribuir e não assediar os funcionários, né? Posturas.

MARLENE - Aqui é o artigo cinquenta e dois, né?

MARLENE - Mas tem também o Jorge também disse, ele pediu pra cumprimentar sobre as sanções e aí ele vence ele vai é pequeno, o artigo cinquenta e dois é sanções, cê quer? As sanções, ó vou ler o artigo cinquenta e dois e as sanções, continua em dever dos sindicalizados, como cumpriu e fazer cumprir o presente regimento em débito, certo? Dois, fazer cumprir as determinações das instâncias democraticamente, treze, manter-se rigorosamente em dia com as alterações regimentais. Capítulo quatro, das sanções, artigo cinquenta e três, todos os sindicalizados do SINASEFE que deixarem de cumprir o regimento interno na sessão sindical e as deliberações das diversas instâncias, Congresso Plenário Nacional da Assembleia Geral, poderão sofrer sanções de advertência por escrito, suspensão e destituição, com contraditório, parágrafo único. As sanções poderão ser aplicadas pela Assembleia Geral na sessão sindical, com a comissão de ética constituída para cada caso, cabendo recurso às instâncias superiores. Relacionadas ao que o Georges sugeriu, que é podendo responder a cível e criminalmente e ao Conselho de Ética. Não, não, não era "manter", não precisa, só podendo responder agora a outras. Isso é muito importante. E Laís fizeram a outra contribuição, é que cabe ao sindicato elaborar material informativo sobre esse tema, a ser disponibilizado aos sindicalizados por e-mail, periódicos e no site do sindicato.

PRENÁRIA - Falta uma observação, gente, não sei se é só pra entender. Isso pode ser um plano de luta melhor?

MARLENE- Regime de votação- Isso, plano de lutas. Então, gente, depois dessa leitura, podemos ir para a votação? Sim. Então, deixa só um exemplo. Em regime de votação, quem é favorável à inclusão desse ponto nos deveres dos sindicalizados e sindicalizadas, por favor, levante o crachá. Sim. Muito satisfação. E quem é contrário? Abstenção. Resultado- então, por unanimidade, foi aprovado, certo? Aprovada a inclusão de mais um item, né? No parágrafo único no artigo que trata dos deveres dos sindicalizantes.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Quem é favorável à inclusão desse ponto nos deveres dos sindicalizados e sindicalizadas

A votação se referiu à inclusão de um novo item no parágrafo único do artigo que trata dos deveres dos sindicalizados. O novo item proposto tratava da proibição de práticas preconceituosas que violem os direitos humanos, como comportamentos racistas, LGBTfóbicos, misóginos e xenófobos, além da questão do assédio em relação a outros filiados e funcionários da entidade.

RESULTADO - O resultado da votação foi que a proposta de inclusão desse novo item no parágrafo único dos deveres dos sindicalizados foi aprovada por unanimidade. Todos os presentes na votação foram favoráveis à inclusão desse novo item no regimento interno.

MARLENE - E aí, gente, é nessa mesma sequência que a gente tem uma proposta também que vem na página quarenta. Essa proposta é relacionada aos candidatos e candidatas aos cargos da sessão sindical. Eu acredito que terá leitura, e está na página quarenta. Isso ocorre porque não havia nenhuma regulamentação ou menção sobre esse assunto no texto atual, ou seja, no artigo quarenta e dois. O texto atual trata das eleições para a diretoria executiva e o conselho fiscal. Portanto, estamos pedindo a inclusão de um novo parágrafo no artigo quarenta e dois e a alteração do inciso terceiro do artigo quarenta e quatro. A nova redação ficaria assim - No artigo quarenta e dois, parágrafo X, a inclusão seria a seguinte - somente poderão se candidatar pessoas que estejam sindicalizadas há noventa dias, no mínimo, antes da data limite estabelecida para a inscrição das chapas. E no artigo quarenta e quatro, inciso três, a redação será ajustada da seguinte maneira - somente poderão fazer parte da chapa os ou as sindicalizados ou sindicalizadas que estiverem em dia com suas obrigações regimentais, incluindo a contribuição sindical, e não possuam pendências ou débitos com a sessão ou com a direção nacional, de qualquer natureza, conforme conferências da secretaria. Tudo certo? Sobre os destaques, há os nomes de Saulo, Gerson e Camila para comentar sobre isso. Apenas três pessoas? Isso mesmo?

SAULO: Só para garantir que não cometamos erros, precisamos verificar. Veja bem, somente quando as pessoas sindicalizadas não estejam no quadro de dirigentes de chapas, nem tenham pendências em contribuições regimentais, e estejam em dia com as contribuições sindicais. Até aqui, não há nenhum problema com pendências. No entanto, as situações de débitos precisam ser examinadas mais detalhadamente. Por quê? Vou explicar. Eu devo quinze mil reais à sessão IFBA. Isso ocorreu porque, ao abordar essa situação, houve uma deliberação da direção em assembleia que estabeleceu que eu deveria receber um auxílio relacionado ao meu trabalho no IFBA, o qual também foi reconhecido como devido pela direção e assembleia. Em teoria, posso parecer em débito com a sessão. Alguém pode

questionar isso e dizer que eu não deveria estar em débito, porque recebi o auxílio. No entanto, na aprovação do meu auxílio, foi acordado que eu reembolsaria o valor quando recebesse o devido, o que eu espero que aconteça em breve, pois o processo judicial está em sua fase final. Portanto, é isso. Quando estamos colocando algo assim, é importante qualificar adequadamente, pois não podemos elaborar uma regra pensando apenas na boa vontade. A realidade é que há diversas interpretações por trás das coisas. Portanto, é necessário fornecer uma qualificação. Eu acredito que, após ter regularizado suas contribuições sindicais e não ter pendências com a sessão, poderia ser incluída a condição de eliminar os débitos. Isso é como tirar uma foto, você sabe? Se alguém questionar isso, eles podem procurar a secretaria e verificar o documento que foi aprovado e as condições que estão presentes. Deixar os débitos mencionados assim, como está, pode ser um pouco arriscado. Estou pensando que a palavra "débito" precisa ser qualificada de alguma maneira, ou talvez até removida. Do jeito que está, pode ser perigoso. Antônio Gomes está na mesma situação, e não tenho certeza se ele está presente ou se já saiu. Vou verificar. Acredito que ele também enfrenta a mesma questão. Todos os auxílios que recebemos sempre foram condicionados e estão respaldados por documentos. Portanto, precisamos ter cautela nesse aspecto.

MARLENE - Próximo é Gerson. Depois, Camila, vejam.

GERSON - Só uma dúvida novamente. Se tiver uma dúvida, se o comitê de ética já prevê, por exemplo, que alguém que tenha sofrido alguma sanção por essas áreas e pelo procedimento que adotamos, se ele tem restrições, a forma como isso está sendo aplicado, também já não se aplica. Já está incluído, não é?

MARLENE - Pronto, é uma dúvida. Vou passar isso para Camila e depois para Wesley e Margarete.

CAMILA - Pensando nessa possibilidade de trazer, a gente poderia reduzir o número de cargos, reorganizando-os, exatamente pensando em tornar isso mais viável, dada a nossa experiência e a dificuldade em montar a chapa. Então, eu penso que se a gente reduzir para sessenta dias no mínimo, poderia ser uma opção. Isso porque a possibilidade de ir ao campus é algo que a gente não sabe quando acontecerá, e os candidatos são diferentes. Além disso, a gente aprovou também o acolhimento e a campanha de filiação permanente. O SAMP também tem horários para diferentes idades. Então, se a gente reduzir para sessenta dias, pelo menos, eu acho que a gente ganha, até para garantir que seja efetivo.

MARLENE - A sugestão é mudar de noventa para sessenta dias. Aqui, onde está escrito noventa, passaria a ser sessenta. Não tem problema, certo? Mudar para sessenta. Agora, vamos passar para Georges e depois para Margarete. A gente pode encerrar as inscrições na fala de Georges?

GEORGES - Olha, eu concordo com a Camila. Noventa dias para sindicalizar pessoas antes das eleições é, sim, é provocar e citar pessoas. Assim, sessenta dias também é razoável. Concordo com a Camila. Agora, em relação ao que você mencionou, eu sou muito cuidadoso com o dinheiro dos outros, sabem? No condomínio onde eu moro, eu sou muito atento a isso. Eu acho que isso vem da minha mãe, que me criou com a mentalidade de que não devo gastar o que não é meu, sou de origem humilde. Sempre fui criado assim, sabem? Então, eu sou muito rigoroso com o dinheiro, sendo professor aposentado do estado, que teve uma vida muito difícil. Quero dizer a vocês o seguinte - tivemos uma experiência aqui nesse sindicato em que

pegamos dinheiro público. O sindicato é financiado com dinheiro público, não é meu, é público, não é? E usamos esse dinheiro para pagar salários de professores que tiveram cortes salariais, e pagamos advogados, advogados de fora da instituição, para defender esses colegas. A condição era que, quando esses professores recebessem o dinheiro de volta, Valéria, o que eles deveriam fazer? Devolver o dinheiro aos filiados, não apenas a eles. Sabe o que aconteceu? Nenhum deles devolveu o dinheiro, apenas um professor o fez. Um professor. E aí ficou por isso mesmo. Ficou por isso mesmo. Até hoje. Eu olho para essas pessoas de maneira diferente, sabe? Por quê? Primeiro, não posso olhar para alguém que faz algo assim com simpatia. Isso é como assédio, é como homofobia, é tudo isso. É um comportamento de caráter. Entende? Portanto, em relação ao que Saulo está propondo, eu tenho preocupações, Saulo, em relação a isso. E aí, tenho uma nova preocupação, não sei se você vai concordar, mas se eu deixar apenas "sem pendências", pode piorar sua situação. Você continuará a dar a desculpa de pendência. Então, para mim, a redação poderia ser a seguinte - "que não haja pendência de débitos em descumprimento de prazos e compensações devidas". Ou seja, se você tem uma compensação a ser feita, está tudo certo. Isso se aplica ao seu caso. Eu estou sugerindo essa redação, o resto permanece o mesmo. Você acha que resolve? Obrigado.

ROSA - Ah sim, quero fazer um esclarecimento. Um esclarecimento, por favor. É só por conta disso. Com relação aos noventa dias que Marlene mencionou, por quê? No AVISA Web, aceita a condição de ser sindicalizado com até sessenta dias. Isso, desde que não haja problema com a autorização da sindicalização junto ao SEUGOV Isso vai realmente para noventa dias.

MARLENE - É, noventa dias eu lembro que quando eu coloquei você falou isso por isso que eu lembro. Quando eu estava fazendo, eu coloquei noventa dias porque ela me deu essa informação, mas houve um problema técnico e o número desceu.

MARGARETE - Até a primeira parte, que eu ia acompanhar nos sessenta dias até hoje. Até para ser coerente, uma vez que, pode contar meu tempo aí, por favor, moça. Georges, mas eu pergunto - você não fez. É, até porque para ser coerente com o que a gente tem debatido aqui o tempo todo, eu sofro tentando trazer os recém cem ingressos e a nossa colega de Porto Seguro, ela é recente, já é sindicalizada e está aqui como representante. É a história que o Mateus conta, a cada oportunidade que ele tem, e a Sinop já antes de, enfim, por isso que eu ia acompanhar, mas esse dado técnico de voz, então, mas eu quero fazer por analogia a questão das pendências e débitos. Eu acho sim que tem que amarrar de alguma forma, mas olha só, cada vez que você renegocia, por analogia à legislação, se você, e é perfeita ainda no mercado financeiro, é o Governo Federal que em época até com programa de colocar as pessoas de volta quando faz uma renegociação de dívidas. Então, assim, se fica amarrado aqui, a pessoa tá com renegociação ou tá com um acordo. Tá pagando. Tá pagando, mas ela fica impedida. Então, assim, eu peço que realmente a sugestão de Georges traz, ela talvez faça uma contribuição no sentido de deixar dessa forma, a gente vai até é contrário ao que é feito fora, mas em diversas instituições, que é a possibilidade de regresso da pessoa à atividade, uma vez que ela renegocia suas dívidas. Dizer que ela com débito ela não vai, eu acho uma incoerência e até meio incongruente porque a gente descola o sindicato da realidade.

LAIS - Se essa pessoa fizer uma renegociação da dívida, isso vai ter que ser aprovado por assembleia, e eu acho que se for aprovado pela assembleia, a pessoa volta a ficar, né? Sem nenhum debito. Isso seria isso? Tem que amarrar. A outra é realmente uma dúvida, né? Eu

trouxe essa dúvida. Outra coisa é que esse é o prazo para as pessoas se candidatarem a participar da chapa, não é para as pessoas votarem, né? Isso.

MARLENE - Perfeito, perfeito mesmo, Laís. Então, gente, a gente pode encaminhar a aprovação com esses adendos e fazer a revisão do evento. Aí eu vou pedir uma ajuda aqui para a Margarete que anotou para fazer, eu só fiz um sorteio a noventa dias é com né é. Há sim, mas o teste vai ter uma nova multa que vai ser feita, né, venha Gorgens fazer a leitura. Venha aqui para fazer a leitura gravação

GEORGES - será no artigo quarenta e quatro, inciso terceiro - "Só poderão fazer parte da chapa os sindicalizados e sindicalizadas em dia com suas obrigações digitais, que estejam quites com sua contribuição sindical que não haja pendências e débitos em descumprimento de prazos e compensações devidas", né? Já contém, né? Em descumprimento de prazos e compensações indevidas, com a sessão e com a direção nacional de qualquer natureza. Devidas com? É que não haja repetição aqui. Não haja tendências e débitos em descumprimento de prazos. Em compensações e compensações devidas com a sessão e com a direção nacional. Aí tem um problema em português. É de qualquer natureza que eu vou travado aqui. Não consigo. Eu acho que podia dar ponto aqui porque, de qualquer natureza. Aí seria junto à direção nacional, junto à sessão e à direção nacional. Aqui, através de conferência da secretaria. Pronto.

PLENÁRIA - Já tem um caso inclusive desse acontecendo. Que houve um plano de pagamento e a pessoa tá pagando parcelado e não tá sendo considerado. Passou dez anos devendo, recebeu o dinheiro, não pagou, e agora resolveu renegociar. Tem que valer. Se o acordo for fechado, tem que ser realmente garantido. Eu posso não gostar, mas pode.

MARLENE - Regime de votação - Então, gente, posso conduzir a votação após a leitura? Pronto? Então, em regime de votação, depois da leitura, quem é favorável, né? A essa inclusão e correção, por favor, levante o crachá. O contraste, né? Vamos tentar o contraste, é o contrário, abstenção. Resultado - Então, por unanimidade, foi aprovada essa nova inclusão, regulamentação, né? Desse artigo. Além disso, uma questão de ordem - a gente combinou até às catorze horas. Já são quatorze horas e quarenta e quatorze minutos e trinta segundos, mas só faltam algumas pessoas, assim, ó, uma anestesio, uma velha já praticamente aprovada, porque é a próxima, aposentados, representam aposentados que na verdade foi aprovada lá atrás, não é? E aí, que foi justamente a leitura. Vocês acham que precisa colocar para a votação?"

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste. Proposta - depois da leitura, quem é favorável, né? A essa inclusão e correção, Foi sobre a inclusão e correção do texto em questão relacionado a prazos, compensações e débitos.

Resultado da proposta - A inclusão e correção foram votadas em regime de votação, e o resultado foi que a nova inclusão e regulamentação foram aprovadas por unanimidade.

PLENÁRIA - Uma dúvida uma dúvida porque eu não tava no momento, foi aprovado nas atribuições da da da diretoria positivamente prejudicada. É, então consideramos já aprovadas, né?

MARLENE - E aí é que essa aposentadoria foi... E aí só resta assim ó, que é, olha, restam algumas questões, atribuições da coordenação, o assunto de pessoal da proposta e uma que

eu gostaria também de discutir, que ficou lá atrás, que é uma proposta de alteração regimental, onde os autores não estão presentes. A gente não fez avaliação, a gente não pulou, mas, eu acho que cabe a gente fazer uma votação do tipo assim ó, se não teve apresentação, ninguém defendeu a tese, então ela será excluída. Eu acho que a gente precisa fazer esse registro. Tem uma só na página aqui ó, é da página trinta e dois. Participação como delegado de base. Aí os autores não estão presentes e teria problema também, acho, eh, mas então, eu acho importante, gente, a gente aqui votar nesse momento pela ausência, pelos problemas. Vocês estão registrando e eu, legalmente, nada que não é votado. Não tem valor, não é inserido. Então, você acha que não precisa. Eu acho que vale a pena registrar isso para que fique gravado, mas que não precisa votar, que não foi votado, não tem valor porque vai registrar até justamente, né? Que essa tese que propõe é justamente a participação como delegado de base, ela não foi avaliada inclusive por ausências, né? Dos autores, né? Questão de ordem. Um minutinho para o senhor. Um minutinho, gente. É. Isso, é isso que eu ia falar, viu gente, o Saulo pediu aqui uma questão de ordem, vou passar aqui, gente.

SAULO - Eu só percebi agora o seguinte - há um dispositivo no estatuto que diz que qualquer sindicalizado do dia pode exercer a representação de base. Portanto, nós não podemos rejeitar uma tese que limite isso além do que está no estatuto, entende? Mesmo que nós aprovássemos, seria complicado. Então, acho que não temos outra alternativa a não ser suprimir.

GEORGES - Olha, a preocupação é só em relação ao horário avançado, nós passamos por aqui, a emenda passou, dispensamos o pessoal, vejam quanto ele falou sobre dispensar a defesa. quem fará a defesa é a minha ministra, que está aqui presente. Nós não podemos deixar de apreciar uma tese por um delegado, uma audiência dele aqui. Concordo, pode ser apreciado. No entanto, não haverá a defesa deles, rapaz. Se alguém aqui concordar com isso, até poderia defendê-la, né? Mas como não estamos defendendo, pois entendemos que pode agilizar, faremos o debate, usaremos menos tempo e aprovamos, ou não aprovamos, etc..

MARLENE- Eu mencionei que os autores não estavam presentes e ninguém se prontificou a defender a tese. Por isso mesmo, entendemos assim, ó - qualquer pessoa pode defendê-la, mas quando disse que os autores não estavam presentes e ninguém se manifestou para defendê-la, deduzimos que não será defendida. Agora, diante do que Saulo trouxe, acho que podemos conduzir da seguinte forma - por questões, inclusive, regimentais e estatutárias, essa tese deve ser rejeitada. Então, podemos realizar uma votação na qual rejeitamos a tese. Acredito que seja melhor para registrar, está certo? Concordam? Nesse caso, na verdade, sim. E, Paulo, você não poderia fazer assim, não é? Mas é bom. Vamos ver, pessoal. Vamos rejeitar. Vamos realizar uma votação de rejeição. Vamos fazer um registro. Será até mais rápido rejeitar, certo? Talvez até seja. Regime de votação- Então, pessoal, em regime de votação, a proposta é a rejeição da tese presente na sessão quatro, que corresponde a quatro ponto seis, sobre a participação como delegado de base. A proposta é a exclusão e rejeição dessa tese. Quem é favorável, por favor, levante o crachá. Podem baixar. Quem é contrário? Alguma abstenção? Resultado- Então, por unanimidade, a tese foi rejeitada. Com isso, resta apenas discutir as atribuições da coordenação de pessoal TAE, que está na página quarenta e cinco. Quem gostaria de fazer a defesa? Alguém quer que eu faça a leitura? Ou a leitura...

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.

PROPOSTA - Rejeição da tese presente na sessão quatro, que corresponde a quatro pontos seis, sobre a participação como delegado de base. A proposta é a exclusão e rejeição dessa tese.

Discussões sobre a inclusão de novos critérios para candidatos a cargos sindicais, como prazos de filiação e questões financeiras, além de possíveis discussões sobre a participação como delegado de base.

RESULTADO - por unanimidade, a tese foi rejeitada.

PLENÁRIA – Eu sou proponente da tese, eu sou proponente da tese. Eu vim aqui à frente justamente porque sou um dos proponentes da tese, certo?

MARGARETE – Questão de ordem questão de ordem... Agora, sobre a questão de ordem, já nos deparamos com essa situação logo no início dos trabalhos, quando permiti que a tese fosse lida, lembrando, não é? Ivanete, poderia me ajudar aqui? Quando a tese foi lida, talvez tenha sido a segunda tese, trouxeram a questão de ordem de que o proponente, ao ler a tese, acabou realizando uma defesa implícita, entrosando-a com a sua fala. Tudo bem? Boa. Isso gerou bastante discussão e, geralmente, em situações como essa, acaba gerando comoção. Foi assim que ocorreu, por exemplo, na página quarenta e cinco, com a proposta de alteração do artigo vigésimo sexto. Agora, para a proposta de alteração do artigo vigésimo sexto, trata-se da inclusão de incisos cinco e seis. Está certo? Correto. No artigo vigésimo sexto, que aborda a pasta de assuntos, gostaria de parabenizar a todos nós pela resiliência, embora estejamos demorando ainda para a seleção. Por favor, no artigo vigésimo sexto, que também lida com assuntos semelhantes, estamos incluindo os incisos cinco e seis, conforme descrito abaixo - Inciso 5 - Implantação do junto à instituição de ensino. Defender arduamente uma política de afastamento para estudos, a fim de garantir melhores condições para os servidores. Inciso 6 - Consideramos importante que essas atribuições da parte etária também se estendam à busca por uma política de equiparação entre docentes e servidores técnicos, no que se refere ao afastamento para estudos. Assino, Marcos Vinicius Ribeiro de Oliveira, Clécia dos Santos, Daniela Morosini, Fernanda Fábio Marques, servidores e servidoras do campus de Camaçari.

MARLENE - E agora, vamos ver se alguém tem algum destaque a ser feito.

LAIS - se aprovado o destaque de inclusão do "junto com o apartamento" na política de afastamento de bolsas para estudo. Certo? Além da instituição.

MARLENE - Ainda vou passar a palavra aqui. Vinicius veio à frente para defender, e depois disso, passarei a palavra para Vinicius, e logo depois para o regime de votação.

VINÍCIUS - Gente, vou fazer uma defesa um pouco mais detalhada. Vamos lá. Sete, quatro horas, por favor, Rita." Vamos lá, pessoal. Eu e o Rubens vamos dividir o tempo aqui. Deixo a parte mais política da defesa para ele. Quero lembrar o seguinte - quem implementa o Siso CTP TAI é a instituição. A pasta deve brigar para que a instituição funcione corretamente. A pasta TAI precisa lutar para que a instituição cumpra sua função. Sobre a questão do afastamento, a mesma coisa se aplica. Quem define a política de afastamento não é o sindicato, mas sim a instituição. No entanto, nós vamos brigar para que os técnicos tenham o direito de se afastar quando necessário. Em relação aos técnicos substitutos, isso exigiria uma mudança em nível nacional, correto? No plano de carreira, o que buscamos é garantir que, mesmo sem técnicos substitutos disponíveis, exista uma política que permita que os

servidores se afastem para estudos. Muitas vezes, afastamentos são concedidos apenas em casos específicos, nos setores que contam com dois ou três servidores. No meu caso, como técnico de audiovisual, sou o único na minha área. Isso significa que nunca poderei me afastar para estudar. Por isso, é fundamental criar uma política de afastamento. O sindicato precisa lutar por essa causa.

RUBENS - Hoje, sou filho do Narcis. Antes da pandemia, estava negociando com a reitoria a implementação de uma sala, que já foi concretizada. Entretanto, estávamos buscando a essência de um setor no qual os técnicos pudessem buscar apoio. Infelizmente, a pandemia mudou tudo isso, não é mesmo? Essa negociação deixou de existir e, pelo que se desenha, não ocorrerá mais. Ainda assim, é crucial que essa seja uma bandeira política do nosso sindicato. Sabemos que há dificuldades, e eu sinceramente vou compartilhar com vocês. Eu escutei constantemente, inclusive ontem, áudios de colegas meus enfrentando dificuldades para obter afastamento para qualificação e, claro, para capacitação. Até mesmo para a licença de capacitação, que está prevista na lei, encontramos obstáculos. Temos dificuldade genuína, pois alegam que não há quem possa substituir nossa presença. "Não tenho um substituto para cobrir minha ausência no setor. Sou o único." Eu perdi uma licença de capacitação por não poder me afastar, devido à falta de um substituto. Isso, além da precariedade já presente em nosso trabalho, constitui uma barreira. Nossos direitos são embasados na legalidade, porque estão amparados por lei. No entanto, o que Camila trouxe é que a institucionalidade é utilizada para nos negar esses direitos. Assim, é vital que nosso sindicato esteja atento a essa situação e faça dessa causa uma bandeira constante. Laís trouxe

GEORGES - Eu estudei na UNICAMP, fiz meu doutorado lá, e me lembro de quando saía das aulas com nomes como Celso Furtado e Jorge Sintoma. Era sensacional. O professor mandava eu pegar um livro e ir à biblioteca. Lá, encontrava uma bibliotecária que conhecia outros livros que ele não mencionava – em inglês, francês, não importava. Ela tinha doutorado. Havia mais alunos de pós-graduação que possuíam graduação, e os técnicos eram altamente qualificados. Vejam como uma instituição cuida de seu conhecimento. Tenham em mente que a qualificação de um professor não é o único caminho para a excelência. Não é o caso. Vocês conhecem as batalhas que enfrentamos em relação à qualificação, especialmente nós, técnicos administrativos. Lembro o primeiro plano de qualificação que chegou ao nosso conselho, o do nosso irmão Henrique, que incluía apenas professores. Enviado pela professora Núbia Ribeiro. Eu disse - "Olha, não vou relatar isso. Não vou fazer um relatório sobre algo em que um plano de qualificação da escola inclui apenas professores." Não faz sentido, algo está errado. Questionamos isso, sabe? Agora, há algo que quero incluir aqui - a definição de técnico substituto. Entendi que, enquanto há professores substitutos, não há técnicos substitutos. Estamos compreendendo isso? Isso é uma demanda a ser levada ao Governo Federal, ao NET. Portanto, desejo incluir aqui a luta pela institucionalização do cargo ou função, no artigo 6, 7, sei lá. Vou incluir isso aqui, a luta pela institucionalização do cargo ou função do técnico substituto. Entre outras coisas, posso verificar não só a qualificação do técnico, mas também a possibilidade de, por exemplo, uma técnica grávida ou alguém com problemas de saúde ter um substituto. Quero dizer, isso é uma alteração no regimento, é uma proteção da paisagem e pode ser inserido no plano de lutas.

LAÍS - Agora é Laís, desculpa pelo esclarecimento. Olhe só pessoal, essa questão da taxa do instituto já foi aprovada nas nossas plenárias do SINASEFE Nacional. Já faz parte do nosso plano de luta. Tem também, estou explicando porque assim, não é a professora Luzia ou qualquer outra pessoa que vai sentar na cadeira de reitor que vai decidir se vai ou não aprovar

tal substituto ou se serei tratada. Isso é uma negociação feita com o Congresso Nacional, é para a gente entender as dimensões, as dimensões que precisamos brigar. Não ficamos aqui reclamando que o SINASEFE Bahia não está lutando pelo LSC [?] para [?] e para substituto da nossa competência. Competência é outra, né? Só para a gente entender quais são as lutas que precisamos, né? Eu também defendo, como princípio, a carreira única. A gente defende pai substituto, igualdade de vencimento, tudo isso já está contemplado, mas não compete a gente fazer essa disputa com a instituição. Não, não, não, não, não, não.

MARLENE - Tem pessoas inscritas aqui. Então, Margarete, depois Laís.

MARGARETE - Olha, meu vai ser superado. Na verdade, é uma solidarização cem por cento com o pleito dessa tese, porque eu fiz mestrado, fiz doutorado na base do heroísmo. Então, vamos deixar de banalizar o sacrifício que, na verdade, acaba contribuindo para a instituição. Porque depois ela coloca, né, no seu quadro humano e técnico que tem uma quantidade XY de profissionais com mestrado, doutorado, e consegue inclusive elevar notas e conseguir recursos. Então, assim, acho que tem que mesmo é isso, tentar no plano de lutas o profissional substituir tudo, porque de substituir o novo cemitério está cheio. Se você morre, tem que substituir, né? E pelo fim da banalização da qualificação e da época de formação continuada na base do heroísmo. O que aconteceu é, tenho muito orgulho de dizer que nessa geração após a abertura, fui a primeira a começar o processo de complementação de titularidade. Não recebi meia hora de liberação de carga horária. Depois de muita briga, aqui para a luta, os demais colegas começaram a ter flexibilização de carga pedagógica e de licença, inclusive com estímulos, podendo se afastar do país. Isso para mim é muito caro, e dou cem por cento de apoio. Se precisar de mim, estou aqui.

LAÍS - Quando eu passei e fui fazer meu mestrado, tive a sorte que a Urina assinou uma licença parcial para mim no último dia dela de trabalho. E depois, quando o Renato assumiu, ele começou a negar, agravar. As pessoas tinham que ficar pagando horas no final de semana, sem nada lá, para ficar por toda hora. Isso era um absurdo, gente. Eu vim aqui procurar para perguntar sobre bolsa de estudos, e ela veio me perguntar por que queria fazer mestrado, para a gente pedir a bolsa. Isso é um absurdo, gente. A gente está sempre querendo garantir capacitação, então tenta machucar em outra cidade, tendo que ficar fazendo deslocamentos para lá e para cá, trabalhando na época seis horas. Consegui uma redução de carga horária, mas mesmo assim foi bem difícil, entendeu? Essa é uma luta muito importante que precisa ser aprovada para todo mundo na educação entrar nesses trabalhos. Aplausos!

MARLENE - Lembrando que a gente aprovou nosso plano de lutas e um dos pontos quando a gente elaborou a tese do plano de lutas, a gente pegou o que foi aprovado no GT Barreiras e lá na plenária. E lá dentro tem a defesa do RSC, está aqui aprovado no nosso plano de luta. Logo no primeiro dia, hein, é bom deixar esse registro, né? Outra coisa também, a gente pode colocar o que não tiver lá também no plano de lutas, não é? Pra gente colocar, não é isso? E aí, bolsas, essa nova inclusão, a gente pode entrar em regime de votação? Podemos?

MARLENE - Regime de votação - Então, quem é favorável à tese e traz a proposta sobre a pasta TAI, por favor levante o crachá. Vai botar, Fábio. Podem baixar. Contrários? Abstenção. Então, com isso, última tese que a gente está trabalhando.

MARLENE - Regime de votação - pede para que levantem o crachá para votação. Por contraste.
PROPOSTA:- Quem é favorável à tese e traz a proposta sobre a pasta TAI,

RESULTADO: Aprovada por unanimidade.

MARLENE - Gente, eu quero chamar a atenção para o fato de que hoje avaliamos a importância de projetar a nossa nova executiva. Então está aqui na tela, e eu faço questão de finalizar o nosso congresso fazendo a leitura da nossa nova diretoria, que foi aprovada aqui, OK? A composição da diretoria. Então, as pastas da diretoria executiva. Gente, pior é toda. Aê, venham para cá, gente, aí já vão filmando, já estamos fazendo as fotos. Então aqui, nós finalizamos o nosso segundo congresso regimental da sessão SINASEFE/CMS, fazendo a leitura das novas pastas da diretoria executiva aprovada nesse congresso. A primeira pasta é a coordenação geral, a segunda é a coordenação de finanças, a coordenação de secretaria, a coordenação de comunicação social, a coordenação de assuntos jurídicos, a coordenação de assuntos de aposentadoria, pensionistas e seguridade social, que é ocupada obrigatoriamente por aposentados ou pensionistas. A coordenação de assuntos de aposentados e pensionistas destina-se a essa pasta. A coordenação de assuntos de pessoa docente é ocupada obrigatoriamente por pessoas do segmento que a pasta destina-se. A coordenação de políticas educacionais, cultura, esporte e práticas integrativas, a coordenação de formação política e assuntos sindicais, a coordenação de combate às opressões, a coordenação de política para as mulheres e com a comunidade LGBTQIAPN+, que é ocupada obrigatoriamente por pessoas do segmento a que a pasta se destina. A coordenação de interiorização e articulação de representantes de campi, a coordenação de etnia, negros e negras, indígenas e quilombolas, é ocupada obrigatoriamente por pessoas do segmento a que a pasta se destina.

Com isso, estamos tomando essa nova estrutura de direção. Acaba mais por aí. Quem está na frente, nós temos agora. Não vamos tirar dessa forma. Gente, muito obrigada por essa participação até este momento aqui. E vamos tirar nossa foto.

ANEXO



CREDENCIAMENTO
12/07/2023

Nº	NOME	ASSINATURA
01	ALAN SANTOS DOS SANTOS	<i>Alan Santos</i>
02	ALINE BARBOSA DE ARAÚJO	<i>Aline B. de Araújo</i>
03	ALISSON LIMA	<i>Alisson Lima</i>
04	ALTAIR PAIM	<i>Altair Paim</i>
05	ANA QUEZIA CARNEIRO	<i>Ana Quezia</i>
06	ALLANDERSON LEANDER SOUZA DA LUZ	<i>Allanderson Leander S. da Luz</i>
07	ANGELA MARIA SANTANA	<i>Angela Maria Santana</i>
08	ANTONIO RUBENS OLIVEIRA LUCAS	<i>Antonio Rubens Oliveira Lucas</i>
09	ANTONIO CARLOS COPQUE FILHO	<i>Antonio Carlos Copque Filho</i>
10	ARIVALDO DA SILVA SOUZA	<i>Arivaldo da Silva Souza</i>
11	ANDRÉ DE HOLANDA SARMENTO	<i>André de Holanda Sarmento</i>
12	CAMILA RIBEIRO DE OLIVEIRA FELIX	<i>Camilla Ribeiro de Oliveira Felix</i>
13	CATIA ALMEIDA DE ANDRADE	<i>Cátia Almeida de Andrade</i>
14	CELIANA MARIA DOS SANTOS	<i>Celiana Maria dos Santos</i>
15	CIRLENE	<i>Cirlene</i>
16	DAISE VIEIRA MOITINHO	<i>Daise Vieira Moitinho</i>
17	DALVARO GONÇALVES BARBOSA	<i>Dalvaro Gonçalves Barbosa</i>
18	EMILIANO GONÇALVES DE JESUS	<i>Emiliano Gonçalves de Jesus</i>
19	EDNAILDA SANTOS	<i>Ednailda Maria dos Santos</i>

II CONGRESSO REGIMENTAL DO SINASEFE – IFBA 2023
GESTÃO MARIA FELIPA

20	ELANE NARDOTTO CABRAL	Elane
21	ERISWAGNER MATOS SOARES	Eriswagner matos soares
22	FERNANDA REGEBE CASTRO	Regebe
23	FILIPE GOMES DOS SANTOS	Filipe Gomes dos Santos
24	FATIMA DE ARAÚJO GOES SANTIAGO	PRESENTE
25	FABIANO BRITO DOS SANTOS	Fabiano
26	GERSON DO CARMO ARGOLO	Gerson do Carmo Argolo
27	GEORGES SOUTO ROCHA	Georges Souto Rocha
28	GIVALDO DA SILVA VISITAÇÃO	Givaldo da Silva Visitação
29	HOMERO GOMES DE ANDRADE	Homero Gomes de Andrade
30	IVANETE FREIRE DOS SANTOS	Ivanete Freire dos Santos
31	JOSE ANTONIO CARVALHO DA SILVA	Jose Antonio Carvalho da Silva
32	JOILSON CRUZ DA SILVA	Joilson Cruz da Silva
33	JOSE HENRIQUE PORTO	Jose Henrique Porto
34	LAIS ANDRADE SOUZA	Lais Andrade Souza
35	MARIA ELIANA ALMEIDA MATOS	Maria Eliana Almeida Matos
36	MARGARETE RODRIGUES NEVES OLIVEIRA	Margarete Rodrigues Neves Oliveira
37	MARCOS VINICIUS RIBEIRO	Marcos Vinicius Ribeiro
38	MAURICIO ROQUE SOUZA CAMPOS	Mauricio Roque Souza Campos
39	MATHEUS DOS SANTOS SANTANA	Matheus dos Santos Santana
40	MARLENE SANTOS SOCORRO	PRESENTE
41	NADINE LUIZE BARBOSA DANTAS	Nadine L. B. Dantas
42	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	Paulo Roberto dos Santos
43	PAULO JOSE DOS SANTOS	Paulo Jose dos Santos
44	PAULA MARA MESSIAS COSTA	Paula Mara Messias Costa

II CONGRESSO REGIMENTAL DO SINASEFE – IFBA 2023
GESTÃO MARIA FELIPA

45	RITA DE CASSIA DA SILVA FONSECA	Rita Fonseca
46	ROSA MARIA MOTA COSTA	Rosa Mota
47	REBECA CARLA DE SOUZA VIVAS	Rebeca Carla de Souza Vivas
48	SAMUEL AZEVEDO SANTOS	Samuel Azevedo Santos
49	SAULO DANIEL CAMPOS DE OLIVEIRA	Saulo Daniel Campos de Oliveira
50	TERESA DE SOUZA BAHIA	Teresa de Souza Bahia
51	VICENTE DUQUE DE ALMEIDA NETO	Vicente Duque de Almeida Neto
52	VILMA URPIA CRUZ	Vilma Urpia Cruz
53	VALTER JOSÉ DA SILVA	Valter José da Silva
54	Daniel de Santa Se	